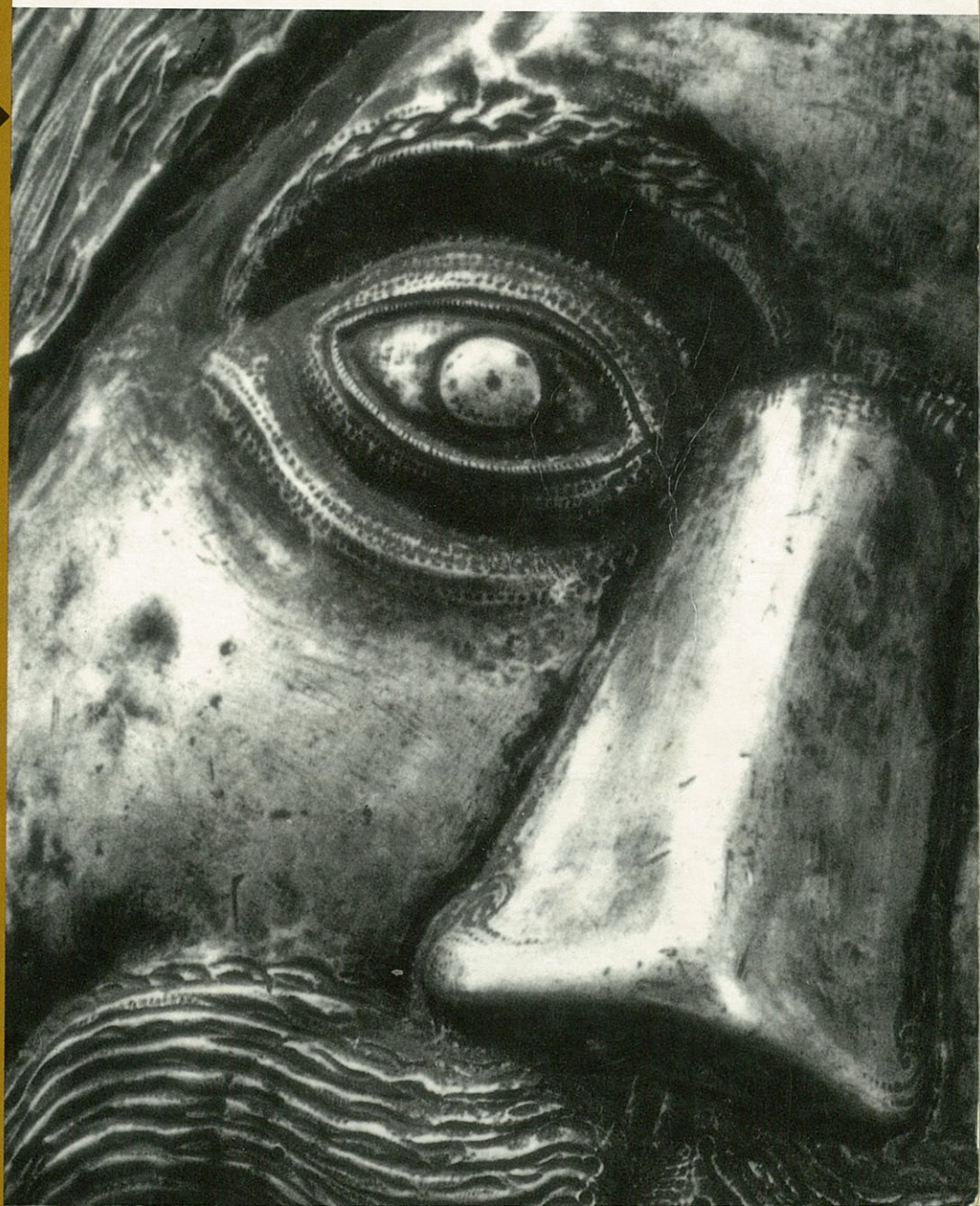
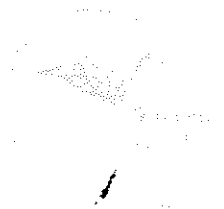


Arqueologia Medieval

2



EDIÇÕES AFRONTAMENTO



A equipa do C. A. M. dedica este nº 2 de Arqueologia Medieval à memória de dois dos nossos colaboradores, Carlos Jorge Ferreira e João Gusmão, recentemente desaparecidos e que durante vários anos acompanharam e participaram de forma entusiástica neste projecto.

Capa e Design Gráfico: Gil Maia.

Fotografia da capa: «Cabeça-relicário» de Casével.

Fotografia da contracapa: Talha de armazenamento de água dos finais do século XII. Museu de Mértola

ISSN: 0872-2250

Nº de edição: 467

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. — Rua Costa Cabral, 859 — 4200 Porto — Portugal

Telefones: (02) 489271, 494880 — Telefax: (02) 491777

Impressão: Litografia Ach. Brito / Porto

Acabamento: Rainho & Neves, Lda — Santa Maria da Feira

Periodicidade: Anual

QUINA ARQUEOLOGIA PER AL-ANDALUS? *

MIQUEL BARCELÓ **

*Sie reiten über einen erschlagenen Bauer.
Er hat die Augen weit offen und Etwas
spiegelt sich drin...*

Rainer Maria Rilke, *Die Weise von Liebe und Tod des Cornets Christoph Rilke*.
(Berlin, 1899,1906)

Se perguntarmos qual o tipo de Arqueologia aplicável ao estudo do al-Andaluz teremos uma primeira e evidente resposta: uma Arqueologia preocupada em entender a estrutura da sociedade andaluza e explicar as pautas que regiam o funcionamento dos processos de trabalho e os movimentos e tensões sociais derivados destes processos. Trata-se portanto de uma Arqueologia que tem por objectivo o conhecimento histórico duma sociedade bem concreta e não de uma Arqueologia preocupada consigo mesma, com fugidios e complexos problemas de identidade. Deve ser uma Arqueologia despida das truculentas especulações que se fazem passar por «teoria» em alguns sectores de pré-historiadores¹. Uma coisa é estabelecer métodos adequados e precisos para elaborar um registo arqueológico que permita, mediante operações conceptuais, deduzir conhecimentos históricos, e outra coisa bem diferente é pretender «teorizar» estes métodos com a falsa ilusão de conseguir um conjunto de conhecimentos autónomos, próprios da Arqueologia, mas que por outro lado têm que

ser forçosamente históricos, dado que o objecto investigado é uma sociedade humana. Nunca fui capaz de entender o que é «conhecimento autónomo»; compreendo porém o fascínio que a Antropologia exerce sobre alguns pré-historiadores, não só pelo facto desta ser depositária de modelos referenciais que, supostamente, podem ser relevantes para entender sociedades do passado, mas também por ser uma disciplina que, aplicando métodos próprios, produz conhecimentos sobre determinadas sociedades que não são imediatamente percebidos como históricos: Estes conhecimentos, de qualificação indeterminada (mas poderão as sociedades ser conhecidas de outra maneira que não seja a História? Existe um conhecimento da sociedade como alternativa à História?) são supostos terem uma qualidade diferente, mas inominada, dos conhecimentos históricos. Este encantamento pela Antropologia, ainda que possa ser um sentimento altamente gratificante, parece-me trivial e estéril para o estudo das sociedades. A confusão lexical e o atoleiro conceptual da «nova» Ar-

* «Que tipo de arqueologia para Al-Andalus?» Texto original em catalão, Tradução de A. Martins com revisão de C. Torres

** Professor catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona

queologia pré-histórica é um dos resultados mais claros deste injustificado fascínio. E esta gíria — é necessário afirmá-lo — não faz senão ocultar imposturas conceptuais, fraude de significado e ilusões de conteúdo². Os processos tendentes a produzir um registo arqueológico, por muito complexos que sejam, não se podem teorizar nem tornar-se «teoria», porque não são assunto histórico. O único assunto histórico é a sociedade. E só esta pode ser compreendida teoricamente, a partir de modelos conceptuais. Esta ilusão por descobrir, através da Antropologia, um conhecimento alternativo ao histórico (que acaba por ser irremediavelmente histórico, ainda que se pense pertencer a uma categoria superior) explica a falta de atenção de alguns historiadores, tanto no passado como actualmente, por um tema como o do «encastelamento», tratado por P. Toubert (1973), que é indispensável para resolver problemas tais como o reconhecimento arqueológico do Estado ou de uma classe militar ou religiosa que vivia de rendas. Este tema é manifestamente de uma grande fecundidade intelectual (A. A. Settia, 1984; C. Wickham, 1985, 1988; R. Francovich e M. Milanesi, 1990). Inevitavelmente, à medida que a Arqueologia se desenvolver, ele será o sistema referencial adequado para aquela Arqueologia que tiver por objectivo a identificação arqueológica, tanto dos processos de trabalho agrícola como da apropriação dos seus produtos, sob a forma de tributo ou renda, por parte dum Estado, dum classe militar ou religiosa ou pelos dois ao mesmo tempo.

A expressão «cultura material», posta em circulação por polacos e italianos³, pretendia reivindicar a capacidade do registo arqueológico ser capaz de produzir conhecimentos históricos não inferiores ao registo textual tradicionalmente utilizado pela historiografia medieval. Além disso o registo arqueológico, ainda que metodologicamente complicado, permitia uma certa aproximação ao mundo rural e aos seus

processos de trabalho, impossíveis de estudar através de uma abordagem textual, respondendo assim a uma antiga e frustrante aspiração da historiografia marxista que promovera o projecto duma Arqueologia medieval e difundira a expressão «cultura material» como emblema reivindicativo. Por outro lado, como observa P. Delogu (1989, p. 318), a ênfase na «cultura material» servia para deixar bem clara uma alteração de objectivos e processos em relação à Arqueologia dos monumentos e dos objectos de arte. A expressão «cultura material» continha, no entanto, uma grande ambiguidade que não permitia uma rigorosa aplicação conceptual. Por outro lado, a expressão «cultura material» implicava forçosamente a existência de uma «cultura imaterial» que, obviamente, ficava de fora dos objectivos da Arqueologia e dos seus métodos de análise e registo arqueológico. Esta «cultura imaterial» seria hipoteticamente objecto de estudo de toda a historiografia que não recorre ao registo arqueológico e que se limita a usar textos escritos. Era precisamente contra esta historiografia, voluntariamente limitada e empobrecida, que se reivindicava a «cultura material» como fonte de conhecimento histórico. Não se advertia porém que esta mesma reivindicação não fazia senão reconhecer e legitimar conceptualmente a existência duma «cultura imaterial» que, dados os valores ideológicos do capitalismo triunfante, era imediatamente considerada de nível superior, de melhor qualidade e maior importância histórica. Por outro lado é evidente que esta divisão de duas «culturas», uma material e outra imaterial ou espiritual, não se pode aceitar de modo nenhum como marxista. A crítica dos adjectivos não pode levar-nos, contudo, a perder de vista que a ambiguidade conceptual inicial está no vacábulo «cultura», impregnado dos desvarios da Antropologia, surpreendentemente prestigiosa entre os historiadores preocupados em não perder o combóio das chamadas «ciências sociais». Aceitar a palavra «cultura» significava abdicar do conhecimento histórico e substituí-lo por um equívoco entusiasticamente partilhado e a partir do qual todas as manipulações e mistificações são possíveis. Os estragos causados por esta ambiguidade são facilmente verificáveis. Por



Fluminura do século XII — Biblioteca de Tours

exemplo, N. R. Keddie, um notável conhecedor dos «ulama» iranianos dos séculos XIX e XX⁴, publica em 1984 um surpreendente artigo, no qual pretende fazer um inventário das linhas de investigação que, a partir da «cultura material» e da geografia, consideradas como inovadoras, podem produzir conhecimentos históricos sobre o Médio Oriente, capazes de descobrir os tópicos da historiografia centrada exclusivamente em textos escritos. O resultado, apesar das boas intenções, é catastrófico. A própria definição de «cultura material» que propõe confirma que tal noção é absolutamente inutilizável: «...encompasses both technology and objects produced or adapted, often using technology, for human use...» (p. 710). É impossível propor uma melhor descontextualização social e histórica tanto dos objectos como da tecnologia que parecem existir por si mesmos suspensos no ar, sem nenhum tipo de gravidade social que os ordene. A opacidade conceptual é maior ainda na surpreendente afirmação de que a contribuição mais importante que a geografia e a «cultura material» podem dar aos historiadores, no Médio Oriente, é «...to indicate the interplay of material and socio economic factors in creating the economy and society of the cultures they study, and hence give us a more accurate understanding of the rise, development, and sometimes decline of those cultures...» (p. 713). Se entendi bem, e penso que sim, são as «culturas», prévias a toda vida social organizada, que criam a «sociedade». As «culturas» são, portanto, anteriores à própria sociedade e aos processos de trabalho. Sem comentários.

É evidente que a noção de «cultura material» provoca ainda mais desvarios se quem a usa, mesmo sem a nomear, é R. Arié que começou assim um artigo em 1980: «Descrever a vida quotidiana duma sociedade é tentar descobrir a sua alma profunda através do estudo dos seus hábitos, costumes ancestrais e grau de evolução». (p. 267). A «cultura material» pode levar portanto directamente à «história das mentalidades». Não farei mais comentários.

A um outro nível bem diferente desta incoerência de N. R. Keddie e R. Arié, podemos situar os esforços de V. Salvatierra por encontrar um significado exacto e intelectualmente satisfatório da expressão «cultura material» de uso corrente, quase obrigatório, entre os arqueólogos medievalistas. V. Salvatierra (1990) usa com frequência esta expressão (p. 90), embora, a certa altura, se sinta na obrigação de lhe definir o significado: «Naturalmente, si lo que interesa de una formación social no son "los objetos" sino su cultura material, es decir, su proceso histórico...» (o sublinhado é meu, M. B.) (p. 31). Se, ao fim e ao cabo, a emblemática expressão de combate «cultura material» é uma coisa tão ampla, e, portanto, tão trivial como o «processo histórico», o melhor é deixar correr, prescindir dessa expressão sem conteúdo e limitarmo-nos, sobriamente, a construir registos arqueológicos.

Até há relativamente pouco tempo não havia uma caracterização precisa da sociedade «andaluza» (como estava estruturada? quais eram os parâmetros principais em que se ordenava? que relação existia entre o Estado Omeia e as comunidades rurais? como eram estas comunidades rurais e a partir de que critérios organizavam os seus processos de trabalho? o que é que tornava possível a existência de cidades, e de cidades de considerável volume populacional? etc.) que permitisse conceber e formu-

lar estratégias de investigação arqueológica, capazes não só de conseguir conhecimentos históricos, mas também, e é isto o mais importante, de estabelecer hierarquias qualitativas entre estes conhecimentos. Por exemplo estabelecer uma classificação dos capitéis da mesquita de Córdoba é um conhecimento de uma qualidade muito inferior ao que permite calcular as possibilidades de subsistência e o excedente de produção de um grupo de alcarias dum vale valenciano.

Por um lado, os desvarios de índole racial da historiografia medieval espanhola e do arabismo — basta citar F. J. Simonet, J. Ribera e C. Sanchez-Albornoz — impossibilitavam qualquer outra hipótese sobre a estrutura da sociedade «andaluza» que não fosse a de uma continuidade essencial da população, só ligeiramente modificada por alguns insignificantes e rapidamente assimilados contingentes migratórios árabes e berberes. O mais significativo, porém, era que esta «continuidade de população» funcionava conceptualmente como se tivesse uma potencialidade explicativa, tanto da estrutura como da história de al-Andaluz. Isto é, a «raça», supostamente espanhola, era o elemento prévio, fora da história — dado que é biológico — que fundamentava constantemente a história do al-Andaluz, como parte integrante da história de Espanha. Concebida assim, a história do al-Andaluz reduzir-se-ia a uma manifestação deste substrato biológico que dava origem a uma «psicologia» histórica colectiva e também a um «carácter nacional» que já continha todas as explicações possíveis dos «factos». Sei que há ligeiras e minoritárias dissidências e que nem todos compartilhavam estas especulações. A dúvida sobre se o al-Andaluz era parte integrante da história de Espanha esteve sempre viva inclusive em autores como o próprio C. Sanchez-Albornoz, propugnador desta continuidade nacional a partir duma continuidade populacional⁵. Do mesmo modo, ainda que de forma menos

tosca que a expressada por J. Ribera o C. Sanchez-Albornoz⁶, o equívoco sobre o que fazer com a história do al-Andaluz persiste actualmente e não se pode negar que a indecisão favorece a confusão conceptual que mantém ilegível a estrutura e a história de al-Andaluz.

Por outro lado, como explicou com precisão G. Rosselló Bordoy (1985-1986, 1985) e também V. Salvatierra (1990), o desenvolvimento da Arqueologia do al-Andaluz tem sido feito a partir dos critérios de arquitectos e de historiadores da arte, que naturalmente se centram no sumptuoso registo arqueológico do Estado e em tudo o que este indirectamente pode conter. Convém afirmar também que este registo arqueológico não resulta de um projecto explicitamente formulado. É mais, o resultado duma soma de interesses, de gostos pessoais e do acaso. É fundamentalmente assim porque, para estes arqueólogos, o Estado Omeia, ou não Omeia, aparece como um problema que não necessita de explicação porque, como uma coisa natural e necessária, é inteligível por si mesmo. Se esta perspectiva, que conduz necessariamente a praticar uma Arqueologia de miscelânea, se quer justificar como o resultado inocente do «tempo» em que vivem estes arqueólogos, pois que assim seja. Mas não deve esquecer-se que a palavra «tempo» também aí está contida.

Que no al-Andaluz tenha havido um estado Omeia e depois uns «estaditos» taifas ninguém o põe em dúvida. Que estes estados cunhavam moeda, construíam edifícios, plantavam jardins, faziam festas, alimentavam e vestiam poetas aquiescentes e intelectuais dóceis e exércitos com mais ou menos efectivos, também ninguém duvida. Porém que no al-Andaluz houvesse camponeses parece ser mais que duvidoso. A historiografia do al-Andaluz esteve, de facto, mais de um século sem se preocupar com eles, nem saber quem eram, quantos eram, que agricultura praticavam, como organizavam o trabalho e, sobretudo, como consentiam em pagar

os tributos ao Estado ou rendas a qualquer «senhor» — se acaso havia «senhores»⁷. Porque, de facto, toda a estrutura do Estado ou dos «estaditos» dependia, quase exclusivamente, da sua capacidade em captar os produtos agrícolas. E este é o eixo em volta do qual gira toda a sociedade «andaluza». A não ser que esta apropriação se considere algo natural que não precisa de ser explicado como qualquer facto milagroso. Seria realmente milagre e dos grandes se os camponeses se ocupassem voluntariamente da manutenção de um tão grande e visível grupo de ociosos.

P. Guichard (1976, 1980 e A. Bazzana e P. Guichard 1988) foram os primeiros que seriamente tentaram fazer uma caracterização precisa da sociedade «andaluza», embora circunscrevendo-se à parte oriental (Sharq) do al-Andaluz⁸. É então que finalmente, os camponeses aparecem na cena historiográfica e arqueológica. Estes são, maioritariamente, grupos clânicos e tribais berberes cuja identificação a partir duma toponímia específica permitiu a P. Guichard propôr, para o Sharq al-Andaluz, a hipótese duma forte corrente migratória.

Os outros camponeses, os que já lá estavam, os indígenas, não são ainda reconhecíveis nem historiográfica nem arqueologicamente. P. Guichard, porém, foi deli-



Gravura do século XIX, Paris, B.N.

neando os conceitos fundamentais do problema, notando finalmente que o eixo em volta do qual gira todo o processo formativo do al-Andaluz é a relação entre o Estado e os camponeses. E é assim desde o princípio. O trabalho de P. Guichard (e posteriormente o de A. Bazzana, em fecunda colaboração com o próprio P. Guichard), permitiu identificar um dos sectores agrícolas mais activos na formação da nova sociedade, os berberes. Contudo, pouco ou nada ficamos a saber do sector *muwallad*. Este desconhecimento é em parte imputável à indiferença da Arqueologia «pré-andaluz» em relação aos camponeses. Qualquer investigação deve também, forçosamente interrogar-se sobre os fenómenos das continuidades ou descontinuidades precisando com o máximo rigor o seu conteúdo pois que, nem uma nem outra podem ser utilizadas como noções conceptuais explicativas sem esta necessária precisão. Há porém, como veremos mais adiante, um conhecimento que, por agora, parece bem consolidado: entre o século IV e o X já não se pode diferenciar arqueologicamente o que é indígena e o que é árabe e berbere, tão intenso foi, aparentemente, o processo de uniformização.

A relação entre o Estado e os camponeses exclui qualquer outro poder capaz de disputar ao Estado a produção agrícola. P. Guichard propôs os termos de «sociedade sem senhores» e «sociedade tributária». Por uma questão de rigor, parece mais apropriada a expressão «sociedade tributária», ainda que não seja um termo perfeito. Nesta sociedade e na matéria específica dos impostos, o Estado não admite qualquer tipo de competidores. E a sua legitimidade islâmica é um instrumento poderoso para poder manter esta exclusividade. Isto não quer dizer que não houvesse ricos no al-Andaluz. Havia-os certamente, porém seriam quase todos funcionários do Estado que, por princípio, era sempre bom pagador. Havia também os comerciantes ricos e profissionais diversos, bem retribuídos dentro da rede de intercâmbios criada pelo Estado. Havia ainda os rendeiros e parceiros (*sharik*), que trabalhavam nas almuinhas, jardins e hortas dos arrabaldes dos centros urbanos. O que não teria havido era a possibilidade legal de dominar, de uma forma permanente, o trabalho de outrem. Não era possível subjugar os homens através de uma reconhecida legitimidade como sucedia na sociedade feudal onde o camponês era obrigado a entregar o produto do seu trabalho ao seu dominador. Essa sujeição não existia na sociedade andaluz. A existência do próprio Estado é justamente a razão da ausência dessa dependência. Mesmo quando o Estado sucumbe, a própria tradição política, baseada na legalidade islâmica, torna muito difícil o aparecimento de «senhores» com poder estável. Impõe-se porém um esclarecimento. M. Acién (1984 a, 1984 b, 1989) foi o primeiro a advertir que a derrota dos Banu Hafsun foi a derrota dos últimos senhores de rendas, de origem indígena naturalmente, que dominavam os *muwalladun*. A advertência de M. Acién é dum grande valor intelectual, porque de facto, a exclusividade das rendas era um dos objectivos principais do Estado Omeia.

Nesta perspectiva a arqueologia do Estado Omeia, ou mais concretamente, a arqueologia do poder, adquire um sentido bem preciso: o seu registo arqueológico produzirá informação sobre as formas de acumulação tributária e o seu consumo, permitindo assim discernir as oscilações da superintendência efectiva do Estado sobre a so-

cidade e também sobre a dimensão espacial desse controle. A optimização deste controle é um dos traços fundamentais da dinâmica dos estados antigos (H. J. M. Claessen, 1984, p. 370). O instrumento principal e quase exclusivo deste controle é o processo fiscal que, ao ser criado, articula e torna visível a relação entre o Estado e os camponeses (M. Barceló, 1979, 1984-1985). Segundo os meus cálculos, em meados do século IV/X, em pleno reinado de Abd al-Rahman al-Nasr li-Din Allah, a tributação agrícola supõe uns 85 ou 90% da *jibaya* (imposto sobre a terra). As outras receitas provinham, segundo testemunho de Hasday b. Shaprut, das taxas alfandegarias que incidiam sobre o comércio (M. Barceló 1984-1985). Embora não hajam números exactos, mas apenas cálculos aproximados, é evidente que o elemento que determina todos os outros níveis sociais e a sua inter-relação, é a colecta, em regime que pretende ser exclusivo, de toda a produção agrícola. Todas as outras receitas são subsidiárias. O Estado torna-se assim o único colector legal e estável da produção agrícola e, simultaneamente, um enorme polo de consumo e de oferta de moeda, impondo as suas unidades de conta e a sua moeda produzida em monopólio — sem outra qualquer concorrência.

Se é possível assegurar, e com razão, que «the extent of commercial activity in the late Empire, even if not hegemonized by the state sector, nevertheles depended on its existence, and could not survive in its absence» (C. Wickham, 1988 b, p. 193), no al-Andaluz a dependência face ao Estado Omeia da totalidade dos intercâmbios, é muito maior que na última etapa do império romano. Outra coisa são os pequenos mercados rurais que funcionam com uma lógica diferente.

O trabalho de P. Guichard, fundamentado na combinação da investigação textual com a prática da arqueologia espacial ou extensiva, veio colocar no centro da questão os camponeses, as

suas alcarias, assim como os castelos onde se refugiavam (*husun*). E esse é precisamente o lugar que devem ocupar. Não só pela razão, bem simples, de que sem o que eles produzem nada de social poderia existir, como também porque, para compreender todo o sistema, é necessário conhecer as formas como o Estado faz a colecta e a distribuição dessa produção. Por conseguinte, uma Arqueologia que pretenda alcançar um conhecimento histórico válido e não apenas recuperar, de forma mais ou menos aleatória, algumas antiguidades e alguma informação desordenada, deve esforçar-se por elaborar e estabelecer um rigoroso registo arqueológico dos processos do trabalho agrícola e dos assentamentos rurais entendidos como relação entre a zona de residência e os campos de cultivo. É nesse sentido que tem sido orientada a Arqueologia hidráulica, tendo em conta que a rigidez dos espaços hidráulicos e a sua durabilidade os torna particularmente permeáveis a uma abordagem científica (M. Barceló 1988, 1989). Nestes trabalhos de investigação sobre o al-Andaluz, o destaque atribuído aos processos de trabalho agrícola, confere também um sentido rigoroso à Arqueologia que encara o Estado como colector e administrador privilegiado da produção agrícola. Assim, é fácil de entender que Madinat al-Zahra não é nenhum capricho ou palácio de sonho, e sim a prova do triunfo deste Estado, já sem competidores de relevo. O estudo da cidade palatina de Medina al-Zahra poderá mostrar



Gravura do séc. XVIII, Paris, B.N.

como se articulava este Estado, o que ele pensava de si próprio, e a maneira como os cerimoniais da corte califal podem ajudar a decifrar as escalas hierárquicas dos funcionários que manobravam este Estado (M. Barceló, 1990 a). Desta forma poderia também ser entendido o sentido último da cerâmica califal produzida em Madinat al-Zahra, à qual creio não dever ser atribuída uma função «propagandística». (M. Barceló, 1990 b).

Todos sabemos que a investigação sobre o *Sharq* al-Andaluz tem tido algumas limitações. Por um lado, a cronologia dos espaços rurais identificados, basicamente a partir dos Livros de Repartimento (M. Sanchez editor, 1990), é, com poucas excepções, do século VII/XIII. Naturalmente esta datação é a do seu registo documental. A existência destes espaços é sem dúvida muito mais antiga mas, quase sempre, ignoramos a data do assentamento inicial e da possível evolução, tanto da zona de residência como dos campos de cultivo. E por outro lado é também evidente que as características arqueológicas e históricas emergentes no *Sharq* al-Andaluz não podem, sem uma fundamentação adequada, contribuir para a compreensão de outras regiões de al-Andaluz e menos ainda quando, por exemplo, toda a região ocidental é praticamente desconhecida, por falta de investigação. *O Livro do Repartimento de Sevilha* está ainda por estudar, apesar de ter sido publicado em 1951 (Ed. y est. de J. González).

Deve sublinhar-se também que esta fisionomia rural é uma das razões — há outras que são inconfessáveis — da reacção hostil e mesmo avinagrada de certos sectores do arabismo espanhol, perplexos ante este cariz rural que as fontes habitualmente utilizadas por eles, de procedência urbana, não faziam suspeitar. Refiro-me sobretudo aos animadores da revista alicantina *Sharq al-Andaluz* embora, de um modo geral, pelo menos até agora, o arabismo tenha sido incapaz de elaborar problemas históricos, não filológicos, digamos não «culturais», capazes de produzir conhecimentos relevantes, para se poder analisar e entender a sociedade «andaluza». De certa forma, essa não seria talvez a sua obrigação, nem o seu officio.

Anos atrás, R. W. Bulliet (1979) afirmava que o processo de islamização no al-Andaluz era bastante complexo, tendo em conta que neles estavam implicados grupos bem diferenciados socialmente — formas de organização dos processos de trabalho, de ordenação do território e de enquadramento político e cultural — língua ou línguas, ordem genealógica e sistemas de representação ideológica da hierarquização social. Se os indígenas tinham entre si grandes diferenças,⁹ os berberes eram também pouco homogéneos. Esta informação indiscutível de R. W. Bulliet tem um alcance que ultrapassa o simples processo de islamização e arabização linguística que se produz a partir do ano 92/711. Devo dizer que ela me permitiu atribuir um significado específico aos termos «berbere» e «indígena» da classificação de R. W. Bulliet, ignorando porém se o autor estaria de acordo. Porque, de facto, os termos de «indígena» e «berbere» nada significam em si mesmos podendo levar, no pior dos casos, a eventuais interpretações carregadas de racismo, positivo para os indígenas e negativo para os «bárbaros» berberes.

Isto não quer dizer que a observação de R. W. Bulliet não tenha um grande alcance. De facto toda a investigação arqueológica realizada, que não é muita, sobre os espaços rurais andaluzes — aldeias isoladas ou formando parte dum sistema — indica

claramente que os agricultores produziram um espaço agrícola diferente do que havia antes, embora admitamos desconhecer em absoluto qual era e como se organizava esse espaço anterior. O facto é que, a partir do século VIII, surge indubitavelmente um novo espaço agrícola. R. Martí reiteradamente (1988, 1989) sublinha as diferenças entre as tradições agrícolas «ocidentais» e «orientais» recolhidas nos textos agrónomicos latinos ou árabes¹⁰. T. S. Glick (1979) já fizera um estudo comparativo entre as duas agriculturas da península, a feudal e a andaluza, baseando-se no trabalho de A. M. Watson (1983) sobre a difusão e a aclimação dos novos cultivos procedentes do Oriente. Eu mesmo enunciei os princípios gerais que regem a irrigação à volta da qual se ordena o novo espaço agrícola. Sem menosprezar as terras de sequeiro, o que realmente determina nestas regiões as áreas de residência, os campos a cultivar e a dieta alimentar, é, certamente, a irrigação. Naturalmente este novo espaço agrícola tem uma sequência cronológica de formação que conhecemos escassamente. Como disse antes também nada sabemos acerca da organização agrária anterior sobre a qual foram introduzidas as inovações árabes e berberes que levaram à sua completa modificação. O que está claro é que qualquer investigação arqueológica tem que prestar atenção às «continuidades» e «descontinuidades» que no al-Andaluz, pelo menos na sua fase formativa, são questões tão inevitáveis como complexas. Para começar, convém advertir que a noção de «continuidade», que não pode ser outra coisa senão continuidade de povoamento, é unicamente uma estratigrafia, um registo arqueológico que não contém nenhuma explicação em si mesma. Não é propriamente um conhecimento histórico. É apenas o testemunho duma ampla sequência de ocupação habitacional. Esta ocupação pode certificar, nalguns casos, a continuidade residencial de um grupo étnico, reconhecível pela uniformidade de artefactos identificados e classificados, mas está longe de ter qualquer valor explicativo. Pode ser gratificante constatar que na sequência estratigráfica duma povoação catalã medieval, por exemplo, não existe qualquer nível de africanos negros ou mouros! Porém esta satisfação étnica não explica como se organizavam os processos de trabalho rural, por quê existia um clero e senhores que podiam viver sem trabalhar, por quê o sequeiro se sobrepunha ao regadio, por quê mais cereais e menos hortaliças, como e por quê é decidido dar prioridade a este ou àquele cultivo, etc.. A «descontinuidade» é por agora mais fácil de descobrir que a «continuidade». Os topónimos latinos ou pré-latinos podem em geral ser um bom indicador, mas nem sempre. Se não fosse a informação de Ibn Hazm (1948, p. 117) sobre os assentamentos dos Banu Abldildar, um clã árabe iemenita, a meados do século II/VIII, na alcária de Corbalán, poderíamos pensar que os residentes desta aldeia, a nordeste de Teruel, eram indígenas.

Há portanto uma lógica na formação destes novos espaços. Uma lógica que, ainda que etnográfica, só pode ser compreendida historicamente, não só porque a etnografia não tem poder explicativo, como também porque esta formação é fortemente circunstancial. Os ceramólogos tiveram que enfrentar um problema complexo quando começaram a investigar os espólios procedentes de estações dos séculos II-III/VIII-IX. A questão parece relacionar-se com a presença na mesma estação de conjuntos de peças aparentemente procedentes de duas tradições técnicas e estilísticas diferentes: uma

tardo-romana e outra árabe ou berbere. O problema complica-se mais ainda quando, como fazem M. Ación e R. Martínez (1989), se admite a possibilidade de que esta tradição formal tardo-romana seja de procedência norte-africana. Esta hipótese é bastante plausível, visto que a produção africana de vasilhas cerâmicas é a mais abundante (ARS) no registo arqueológico de todo o Mediterrâneo (Ch. Wickham, 1988b, pp. 190-193) e, além disso, um número considerável de imigrantes berberes procediam da região de Bona e Constantina (M. Barceló, 1991).

Não se deve esquecer também que as duas tradições referidas correspondem a duas funções especificamente diferentes: a chamada tardo-romana inclui só, ou predominantemente, vasilhas para cozinhar e a árabe ou berbere diversifica funções, incluindo as de serviço de mesa. O problema é portanto complexo e carregado de consequências. A análise etnográfica ingénuo de S. Fernandez Gabaldón (1989) não pode, porém, levar-nos à solução do problema. E o mesmo acontece também com S. Gutierrez, quando refere que (1990 p. 12): «una relativa uniformización tecnológica, será patente ya en los registros materiales de la segunda mitad del siglo X».

Voltemos, no entanto, a considerar o novo espaço agrícola. O facto de, pelo menos no *Sharq* al-Andaluz, os novos assentamentos agrícolas serem o resultado de uma opção social pela irrigação, permite prever o tipo de prática arqueológica que deve ser aplicada. Em princípio, temos duas certezas. As características que em conjunto se deduzem das opções hidráulicas dos novos agricultores dependerão dos pontos de água disponíveis, por derivação de correntes superficiais, por aproveitamento de fontes ou por captação de lençóis freáticos. Há também duas formas sociais de organizar este espaço: a alcária isolada, com um sistema hidráulico proporcional ao tamanho da sua população, como em Maiorca, Biniatró e alcarias ao pé de Randa (Aubanya, Castellitx, etc.) (M. Barceló 1988, M.

Barceló et al, 1990); e os sistemas de alcarias que partilham o mesmo curso de água. É evidente que as duas formas, pouco estudadas ainda são a manifestação de decisões políticas dos grupos rurais. No caso dos sistemas de alcarias é evidente que originariamente a distribuição espacial, a sua organização, há-de ser o resultado de pactos e que a alcaria mais próxima do ponto de água seria inicialmente a dominante nesses mesmos pactos. Por conseguinte, o estudo destes sistemas deve contemplar tanto a distribuição social da água pelas alcarias, como a extensão dos cultivos necessários a cada uma delas. Tanto uma como outra forma além de interdependentes, deveriam também corresponder ao tamanho inicial de cada grupo rural e das terras a ele vinculadas.

Se bem que a investigação sobre os novos cultivos vindos do Oriente tenha já um acervo documental considerável, a informação obtida não foi adequadamente testada pela arqueologia. Necessitamos saber o grau de difusão destes novos cultivos e a geografia da sua difusão. A tecnologia hidráulica também se conhece bastante bem e penso que os seus problemas estão equacionados com precisão (M. Barceló 1986, 1989). Pelo contrário, está pouco estudada a morfologia dos campos, das parcelas de regadio, dos socacos, que podem conter informação tanto sobre o tamanho populacional da zona de residência, como sobre as ferramentas agrícolas e a sua utilização. Neste sentido, é do maior interesse o estudo dos conjuntos de ferramentas agrícolas da Cova dels Amagatalls (Maiorca) e de Liétor (Albacete).

Convém observar também que a síntese de diferentes elementos técnicos de importação, os qanat(s) e os sistemas em socaco, de origem iemenita ou berbere, por exemplo, já se praticavam, pelo menos, em finais do século III/IX, dado que em Maiorca, ocupada em 290/902, o espaço agrícola já era organizado em função destas duas inovações.

As terras de cultivo devem proporcionar também informação sobre a lógica que guia e regula a produção agrícola. A análise de P. Pascon (1980, p. 157-177) sobre o funcionamento das unidades agrícolas familiares do norte de África pode explicar tanto as hipóteses de coerente correlacionamento entre a zona de residência, a extensão das terras de cultivo e a eficácia do sistema de rega, como as soluções da segmentação — tendo em conta a rigidez dos espaços de regadio — para resolver o problema do crescimento demográfico (M. Barceló, 1989). O tipo de investigação arqueológica que este projecto comporta é evidentemente novo e requer muita minúcia. Alguns dos problemas só poderão ser resolvidos quando a amostra for suficientemente alargada. Por exemplo, como se reconhece que a alcaria que inicialmente determina os pactos é a que está a montante do curso de água? Teria uma maior extensão de terras de cultivo, desproporcionada em relação às áreas de residência? Ou teria direito a um maior volume de água, também desproporcionado? Ou simplesmente a sua supremacia adviria de serviços ou vantagens não evidentes no terreno e que obrigam a introduzir novos elementos de investigação e de inteligibilidade? E ainda outra pergunta: dentro de um quadro de assentamentos mais amplo, regional, que sentido podemos atribuir às alcarias clónicas ou tribais isoladas, com controle absoluto dum curso de água, normalmente captado de um lençol freático? O que pode isto significar política e socialmente?

Aceder a este tipo de conhecimentos permite entender a lógica cheia de conflitos e vacilações sociais que regula a produção constante do espaço agrícola. Por isso, nem a chamada histórica da alimentação nem a também chamada história da agricultura podem substituir a investigação e análise dos processos de trabalho agrícola. Não quero dizer que uma ou outra sejam inúteis. O que quero dizer é que são claramente insuficientes do ponto de vista do conhecimento histórico — que é, que eu saiba, o único conhecimento das sociedades com valor científico — porque reduzem toda a complexidade dos processos de trabalho agrícola a funções meramente técnicas ou a hábitos culturalmente — e já iremos vêr como isso se processa — adquiridos. A agricultura, rigorosamente falando, não existe. O que existe são processos de trabalho agrícola mais ou menos dominados politicamente do exterior. Também não existem hábitos alimentares, como se de rotinas se tratasse. Há, evidentemente, proibições alimentares gerais — os muçulmanos não podem comer porco, por exemplo — mas fora disso, as dietas sociais — e convém diferenciar a urbana da rural — são o resultado de relações de força. A exigência de renda ou tributo introduz na lógica produtiva agrícola, a necessidade de proceder a novos cálculos de produção, a seleccionar os cultivos e os espaços mais adequados à satisfação das rendas e tributos coercivos. Se o abade de S. Cugat del Vallés se lembrasse de exigir um tributo de 100 presuntos todos os camponeses dos arredores eram obrigados a organizar a sua vida de forma a poder alimentar e pastorear os 50 porcos necessários, que de outra maneira não criariam. É também evidente que passam a comer a carne que sobra das matanças. E depois vêm os historiadores da alimentação a explicar que os camponeses de Vallés eram muito dados a comer carne de porco, por razões culturais ou, pior ainda, por questões de «mentalidade». Enfim...

A Arqueologia do al-Andaluz será forçosamente uma Arqueologia de «continuidades» e «descontinuidades». Mas sempre, com excepção das cidades, de grupos sociais pequenos, formando sistemas de alcarias ou alcarias isoladas, intercalares. Os assentamentos mais setentrionais deviam ser o objecto prioritário de estudo, visto que pode tratar-se em geral de assentamentos mais antigos, do século II/VIII. As 26 alcarias de S. Carlos de la Rápita (Tarragona), os assentamentos do Alto Penedés (Barcelona) e Mequinenza e Favara (Lérida) (M. Barceló, 1991) são uma prova disso. Surge porém um sério problema. O espólio arqueológico deixado por estes assentamentos é, até hoje, quase invisível nos termos arqueológicos habituais — cerâmica de superfície, estruturas arquitectónicas etc. —. Por agora só a toponímia permite um testemunho inequívoco: Mediona, Gelida, Masquefa, Lavit, Melila, Benimarzoc, Benidulbar, etc. (M. Barceló, H. Kirchner, 1988). É possível que esta aparente opacidade arqueológica seja o resultado precisamente de ocupações muito antigas, com um pequeno volume de artefactos e uma substituição drástica da população, depois das conquistas dos catalães. Está portanto por fazer a previsão e conceptualização destes registos exíguos ou mesmo quase inexistentes. Como serão os registos de pequenos grupos rurais, de escassa capacidade produtiva de artefactos e que são súbita e radicalmente substituídos por populações agrícolas catalãs que rapidamente suplantam as áreas de antiga residência, com a sua inevitável destruição?

De qualquer maneira, a identificação, estudo e consequente inventário das alcarias isoladas e dos sistemas de alcarias vinculadas a um curso permanente de água, vale por vale, em quadros regionais mais amplos, tornará possível, com garantias de verosimilhança, abordar finalmente a antiga e obsessiva questão do número de habitantes do al-Andaluz. Trata-se de facto de um patético campo de batalha na historiografia espanhola. Quantificava-se a imigração árabe e berbere a partir de fontes documentais escritas, comparando-a com a população de toda a Espanha (Portugal incluído) para assim destacar a irrelevância étnica das imigrações e, portanto, a insignificância das mutações sociais dado que a continuidade só teria sentido a partir da estabilidade étnica. Apresentarei apenas alguns testemunhos. C. Sanchez Albornoz foi o principal divulgador deste embuste¹¹. A crítica rigorosa de P. Guichard (1976) parece não ter sido tomada em conta. A historiografia espanhola — enleada nos seus pressupostos raciais, e num arabismo de miscelâneas — decidiu simplesmente não enfrentar o problema, porque fazê-lo requeria trabalho de campo, investigação documental e rigor conceptual. Há poucos anos que M. Cruz Hernandez (1980) insistia no tema, recolhendo as quantificações antigas de C. Sanchez Albornoz. O trabalho de M. Cruz Hernandez é inqualificável. J. Pinyol (1983) mostra, sem grande esforço, que um tratamento estatístico das cifras com as quais M. Cruz Hernandez constrói «o modelo regressivo do crescimento demográfico espanhol» dá como resultado que a população, à volta do ano 700, oscilaria, com um nível de fiabilidade de 95%, entre «869 740 000 habitantes, como limite inferior, e 869 752 000 000 como limite superior. A distribuição de probabilidades é virtualmente uma distribuição uniforme entre 100 e 1000 milhões de habitantes e qualquer cifra compreendida entre ambos os níveis demográficos tem a mesma fiabilidade» (p. 101). Um final adequado para as cavilações racialistas espa-

nholas. Não é que seja um disparate o facto de tentar conhecer o número ou a quantidade da população peninsular e mesmo insular. O que é um disparate é apresentar cifras sem a mínima base estatística, a partir de extrapolações inconsistentes. Também é um absurdo, e bem grande, afirmar que à volta do ano 700 há uma população espanhola cujo número se poderia deduzir a partir dum modelo regressivo. Será que, como pergunta J. Pinyol, «as pautas de comportamento demográfico foram sempre homogéneas, territorialmente uniformes, em toda a Península durante mais de vinte séculos, e mantiveram-se inalteradas? A população manteve-se homogénea e sem fluxos migratórios, desde o ano 300 até 1980?» (p. 95, n. 9). Tudo isto é uma tolice e não tem o mínimo sentido, excepto o de reavivar sob um disfarce estatístico a continuidade biológica *do espanhol* e tudo o que supostamente daí deriva.

Temos actualmente a possibilidade de adquirir conhecimentos sobre a dimensão demográfica dos assentamentos rurais que podem ser objecto de análise espacial. A relação entre a área de residência e as terras de cultivo, sempre que se possa estabelecer — e nas terras de regadio esta possibilidade existe quase sempre — poderá proporcionar uma informação valiosa sobre a quantidade de população, região por região, vale por vale, com os seus sistemas de alcarias e alcarias isoladas. Os trabalhos de Helena Kirchner sobre os vales maiorquinos de Bunyola, Coanegra e as alcarias isoladas de Biniforani e Biniatzent (em curso), de Carmen Navarro sobre Tobarra e Liétor (Albacete) (em curso) e de Sergi Selam sobre os sistemas de alcarias da serra de Epadá (Castellón) (em curso) são as primeiras experiências sobre a aplicação destes cálculos numéricos, indispensáveis para se conhecer o tamanho demográfico do al-Andaluz, pelo menos o rural. Mas seria necessário ainda o estudo de mais casos, para estarmos seguros da regularidade das conexões entre áreas de residência e terras de cul-

tivo, tanto nos sistemas de alcarias como nas alcarias isoladas.

P. Guichard, numa resenha recente muito generosa (1990) do meu livro *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo* (M. Barceló et al., 1988), destaca em conclusão, o meu menosprezo pelos «aspectos urbanos dos problemas histórico-arqueológicos» (p. 62) e concretamente pela «dimensão urbana» da sociedade andaluza (p. 62). Muito bem! Sei perfeitamente — e D. Urvoy resume-o bem (1990, pp. 70-72) — a função central que exerce a cidade dentro das sociedades, digamos, islâmicas e o seu papel director. As cidades são claramente o lugar do Estado e, em princípio, o lugar da vida religiosa, ainda que, como reiteradamente mostrou M. Kably (1986, 1989), haja no Magrebe uma evidente ruralização do Islão. Nunca se poderá saber o que teria acontecido se o al-Andaluz tivesse percorrido o mesmo caminho das sociedades berberes.

As cidades, nas sociedades muçulmanas, não são fundamentalmente diferentes na sua função, de todas as outras redes urbanas antigas. A descrição que P. A. Février e Ph. Leveau (1982, p. 9) fazem das cidades do império romano, serve igualmente para as cidades islâmicas: São lugares «d'une société où la rente foncière constitue la ressource fondamentale des élites urbaines et où la ville apparaît comme le lieu de consommation d'une richesse crée par l'exploitation de la terre». Isso ninguém o pode negar. A quantificação da *jibaya* do Estado Omeia torna bem patente que tudo dependia dos processos do trabalho agrícola. Por conseguinte, os conhecimentos históricos de maior qualidade são aqueles que permitem entender tanto os processos de trabalho agrícola como a colecta dos seus produtos por parte do Estado e das cidades. Neste sentido, tanto o Estado como as cidades produzem «pobres», empobrecem os agricultores. O mesmo faziam, por exemplo, os mosteiros

feudais. Onde há monges, bispos e senhores, há pobres. Esta relação é a que há-de estar no centro da investigação, que a tornará inteligível, e também os termos em que esta relação vai sendo concretizada pela força. Evidentemente não entrarei na questão, meramente ideológica e «cultural» — qualquer que seja o sentido que isso possa ter — da cidade como centro de criação de «civilização», em contraste com os rudes camponeses. O que, em contrapartida, quero discutir é o desigual tratamento que tanto as, digamos, instituições políticas como os arqueólogos em geral dão à Arqueologia de urgência ou de salvamento, privilegiando claramente a urbana e fazendo mesmo como se não fosse necessária uma arqueologia de salvamento rural. T. W. Potter (1982, pp. 19-41) mostrou o grau elevadíssimo de destruição de que são vítimas as jazidas arqueológicas rurais da época romana na Itália. O aviso é claro. Todos os que praticamos a Arqueologia hidráulica sabemos estar eminente o processo irreversível de destruição dos espaços tradicionais de irrigação. A Ibiza rural tem os dias contados. Igualmente regiões inteiras de Maiorca. Enquanto isso, todo o dinheiro e interesse da Arqueologia de salvamento se concentram nas cidades. O poder, coerente consigo próprio, privilegia o conhecimento do poder, procurando esquecer a forma como nasceu e se consolidou o seu domínio.

A pergunta «que tipo de Arqueologia para al-Andaluz?» teve uma larga, talvez excessiva, resposta. Podia ter, porém, uma muito mais breve: uma Arqueologia conceptualmente limpa e, por isso mesmo, capaz de propôr problemas historicamente relevantes e respostas plausíveis para estes problemas. Por conseguinte, uma Arqueologia que permita estabelecer hierarquias entre os conhecimentos adquiridos e fugir da promiscuidade de contribuições indiscriminadas e viscosas, num suposta acumulação de conhecimentos que não explicam nada. Assim há-de ser, mas com dificuldade, tendo em conta os interesses e medos corporativos.

Uma vez disse que, para mim, a investigação sobre o al-Andaluz é o único exercício verdadeiro de liberdade intelectual que me foi concedido. O al-Andaluz não existe, não tem sobreviventes nem um Estado que herde nada, nem tradições que tenham que respeitar-se. É, ao mesmo tempo, uma atlântida e um palimpsesto de difícil leitura e dificilmente decifrável. É, para mim, uma luta pela racionalidade, sempre ameaçada pelos interesses, inconfessáveis, dos seus conquistadores e dos seus descendentes, entre os quais se inclui a minha impecável estirpe catalã. Somos cada vez mais, mas somos poucos e dificilmente seremos bastantes aqueles que nos dedicamos a ler primeiro e a decifrar depois este maldito palimpsesto. Poucos somos e, ainda, *gementes et flentes in hac lachrimarum valle*.

BIBLIOGRAFIA

- ACIEN, M. (1984a): «La formación y destrucción de al-Andalus», in *Historia de los Pueblos de España*, vol. I, dir. por. M. BARCELO, pp. 21-45.
- ACIEN, M. (1984b): «De la conquista musulmana a la época nazari», in *Málaga*, vol. II. *Historia*. Granada, pp. 469-510.

- ACIEN, M. (1989): «Poblamiento y fortificación en el sur de al-Andalus. La formación de un país de husun», in *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. I, Oviedo, pp. 137-150.
- ACIEN, M. i MARTINEZ, R. (1989): «Cerámica islámica arcaica del Sureste de al-Andalus», in *Boletín de Arqueología Medieval*, 3, pp. 123-136.
- AGUIERRE F. J. y SALVATIERA, V. (1989): «Cuando Jaén era Yayyan», in *Jaén*, vol. II, *Historia*, Granada.
- ARIÉ, R. (1980): «Notas sobre el hábitat urbano y rural de la España musulmana», *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*, nº 21-22, pp. 267-286.
- BARCELÓ, M. (1979): «La primerenca organizació fiscal d'al-Andalus segons la «Crónica del 754» (95/713 4-138/755)», a *Favènia*, XXXX/2, pp. 231-261.
- BARCELÓ, M. (1984-85): «Estudio sobre la estructura fiscal y procedimientos contables del Emirato Omeya de Córdoba (138 300/755 912) y del Califato de Córdoba (300-366/912-976)», *Acta Medievalia*, 5-6, pp. 45-72.
- BARCELÓ, M. (1986): «La qüestió de l'hidraulisme andalusí», a BARCELÓ, M. et al.: *Les aigües cerçades. Els qanat(s) de l'illa de Mallorca*. Palma de Mallorca, pp. 9-36.
- BARCELÓ, M. (1988a): «La arqueología extensiva y el estudio del espacio rural», in BARCELÓ, M. et al.: *Arqueología medieval. En las afueras del medievalismo*. Barcelona, pp. 195-274.
- BARCELÓ, M. (1988b): «Les qanat(s) au pied du Qastil al Uyun (Puig de Randa, Mallorca)», in *Castrum*, 2. Roma-Madrid.
- BARCELÓ, M. (1989): «El diseño de espacios irrigados en al-Andalus: un ununciado de principios generales», in *El agua en zonas áridas, arqueología e historia. I Coloquio de historia y medio físico*, vol. I, Almería, pp. XV-XXVII.
- BARCELÓ, M. (1990a): «El califa palente el ceremonial omeya de Córdoba o la escenificación del poder». Salamanca, en prensa.
- BARCELÓ, M. (1990b): «Al-mulk, el verde y el blanco. La vajilla califal omeya», in *La cerámica altomedieval en el Sur de al-Andalus*, Salobreña, en prensa.
- BARCELÓ, M. (1991): «Toponimia i assentaments berbers: una proposta de datació», in *Faventia*, en prensa.
- BARCELÓ, M. y KIRCHNER, H. (1988): «Husun el établissements arabo berbères de la frontière supérieure (zone de l'actuelle Catalogne) d'al-Andalus», in *Castrum*, 4. Erice, en prensa.
- BARCELÓ, M. et al. (1988): *Arqueología medieval. En las afueras de Medievalismo*. Barcelona.
- BARCELÓ, M. et al. (1990): *The design of irrigation systems in al Andalus*. En prensa.
- BAZZANA, A.; CRESSIER, P. i GUICHARD, P. (1988): *Les Châteaux ruraux d'al-Andalus, histoire et archéologie des husun du Sud-est de l'Espagne*. Madrid.
- BELOCH, K. J. (1986): *Die bevölkerung der griechisch-römischen Welt*. Berlin.
- BOLENS, L. (1974): *Les méthodes culturales au Moyen age d'après les traités d'agronomie andalous: traditions et techniques*. Genève.
- BULLIET, R. W. (1979): *Conversion to Islam in the Medieval period. An essay in quantitative history*. Cambridge (Massachusetts), London (England).
- LAS CAGIGAS, I DE (1950): «Problemas de minoría y el caso de nuestro medioevo», in *Hispania*, 10, pp. 522-540.
- CLAESSEN, H. T. M. (1984): «The internal dynamics et the early state», in *Current Anthropology*, vol. 25, nº 4, pp. 365-379.
- CRUZ HERNANDEZ, M. (1980): «La población peninsular durante los periodos visigodo y omeya y su influencia en los problemas de la Alta Edad Media», in *Ciudad de Dios*, 213, pp. 259-295.
- DELOGU, P. (1989): «Archeologia Medievale», in DE ROSA, L. (dir.): *La storiografia italiana degli ultimi vent'anni*. I. Antichità e medioevo. Bari, pp. 311-332.
- FERNANDEZ GABALDON, S. (1989): «El despoblado hispano-musulmán de El Ladrillejo (Aroche, Huelva). Datos para el estudio del sustrato indígena onubense en época islámica», in *Boletín de arqueología medieval*, 3, pp. 205-220.
- FEVRIER, P. A. y LEVEAU, Ph. (1982): «Introduction», a FEVRIER, P. A. i LEVEAU, Ph. (eds.): *Villes et campagnes de l'Empire Romain*. Aix-en-Provence, pp. 19-41.
- FRANCOVICH, R. i MILANESE, M. (1990): *Lo scavo archeologico di Montarrenti e i problemi dell'incastellamento medievale. Esperienze a confronto*. Florencia.
- GLICK, T. S. (1979): *Islamic and Cristian Spain en the Early Middle Ages*. New Jersey.
- GONZALEZ, J. (1951): *Repartimiento de Sevilla*. Madrid.
- GUICHARD, P. (1976): *Al-andalus: estructura antropologica de una sociedad islámica en Occidente*. Barcelona.
- GUICHARD, P. (1980): «Le problème de l'existence de structures de type 'féodal' dans la société d'al-Andalus (L'exemple de la région valencienne)», in *Structures féodales et féodalisme dans l'Occident méditerranéen*. Xe-XIIIe siècle. Roma. pp. 699-725.
- GUICHARD, P. (1990): «M. Barceló et al.: *Arqueología medieval*. En las afueras del medievalismo. Barcelona, 1988», *ressenya a l'Avene*, 135, pp. 59-62.
- GUTIERREZ, S. (1990): «La cerámica paleoandalusí del sureste peninsular (Tudmir): producción y distribución (siglos VII al X)», Salobreña, en prensa.
- IBN HAZM (1948): *Djamharat ansab al Carab*. Ed. crítica per E. LEVI-PROVENÇAL. El Cairo.
- KABLY, M. (1986): *Société, pouvoir et religion au Maroc á la fin du Moyen Age*. Paris.
- KABLY, M. (1989): *Variations islamistes et identité du Maroc médiéval*. Paris.
- KEDDIE, N. R. (1972): «The roots of the Ulama's power in Modern fran», in KEDDIE, N. R. (ed.): *Scholars, saints and sufis. Muslim religious institutions in the Middle East since 1500*. Univ. of California Press, pp. 211-229.
- KEDDIE, N. R. (1984): «Material culture and geography: toward a holistic comparative history of the Middle East», in *Comparative Studies in society and history*, 26, pp. 709-735.
- LULL, V. (1988): «Hacia una teoría de la representación arqueológica», in *Revista de Occidente*, 81, pp. 62-76. Existe traducción em catalão: «Per una definició materialista de l'arqueologia», a ANFROS, J. et al. (ds.). *Corrents teòries en Arqueología*. Barcelona, 1988, pp. 9-18.
- MARTI, R (1988): «Hacia una arqueología hidráulica: la génesis del molino feudal en Catalunya», in BARCELÓ, M. et al.: *Arqueología Medieval. En las afueras del medievalismo*, Barcelona, pp. 165-194.
- MARTI, R. (1989): «Oriente y occidente en las tradiciones hidráulicas medievales», in *El agua en zonas áridas: arqueología e historia. I Coloquio de historia y medio físico*, vol. I, Almería, pp. 419-440.
- MARTINEZ NAVARRETE, M. I. (1989): *Una revisión crítica de la prehistoria española: la Edad del Bronce como paradigma*. Madrid.

PASCON, P. (1980): «Considérations préliminaires sur l'économie des explorations agricoles familiares», in PASCON, P. (ed.): *Études rurales. Idées et enquêtes sur la campagne marocaine*. Rabat, pp. 15-177.

PINYOL, J. (1983): «La població de la península Ibèrica just de la invasió musulmana», in *Faventia*, 5/1, pp. 893-101.

POTTER, T. W. (1982): «Prospection en surface: theorie et pratique», in FEVRIER, P. A. et LEVEAU, Ph. (eds.): *Villes et campagnes de l'Empire Roman. Aix-en-Provence*, pp. 19-41.

RIBERA, J. (1928): *Disertaciones y opúsculos*, vol. I, Madrid.

ROSSELLÓ-BORDOY, G. (1985-86): «Sharq al-Andalus i la investigació arqueològica: estat de la qüestió», in *La formació i expansió del feudalisme català*. Girona, pp. 253-263.

ROSSELLÓ-BORDOY, G. (1986): «Islam andalusi e investigación arqueológica. Estado de la cuestión», in *Congreso de arqueología medieval española*, vol. III, Huesca, pp. 7-24.

SALVATIERRA, V. (1990): *Cien años de arqueología medieval. Perspectivas desde la periferia: Jaén*. Granada.

SANCHEZ M. (ed.) (1990): *De al-Andalus a la sociedad feudal: los repartimientos bajomedievales*. Barcelona.

SANCHEZ ALBORNOZ, C. (1944): *El ajbar maymua cuestiones histotográficas que suscita*. Buenos Aires.

SANCHEZ ALBORNOZ, C. (1967): «Espagne préislamique et Espagne musulmane», in *Revue Historique*, vol. CCXXXVII, pp. 295-338.

SETTIA, A. A. (1984): *Castelli e villagi nell'Italia padana*. Napols.

TABACZYNSKI, S. (1990): «Prograssos recents de l'arqueologia teórica a l'Europa centrooriental», in *Cota Zero*, 6, pp. 92-191.

TOUBERT, P. (1973): *Les structures du «Latium» médiéval*. Roma.

URVOY, D. (1990): *Pensers d'al-Andalus. La vie intellectuelle á Cordoue et Séville au temps des empires berbères (fin XIe siècle début XIIIe siècle)*. Paris.

WATSON, A. (1983): *Agricultural innovation in the early Islamic world*. Cambridge.

WICKHAN, Ch. (1985): *Il problema dell'incastellamento nell'Italia centrale*. Florència.

WICKHAN, Ch. (1988a): «L'incastellamento ed i suoi destini, undici anni dopo il Latium di P. Toubert», a NOYE, G. (ed.): *Castrum*, 2, Roma, pp. 411-420.

WICKHAN, Ch. (1988b): «Marx, Sherlock Holmes, and the late Roman commerce», in *Journal of Roman Studies*, vol. LXXVIII, pp. 183-193.

NOTAS

- O livro de M. I. Martinez Navarrete (1989) é, involuntariamente, uma perfeita antologia destas especulações. O caso mais extremo de imperícia conceptual é claramente o de Vicente Lull; imperícia que o leva inevitavelmente a fazer uso dum léxico e de uma sintaxe disforme. Veja o leitor algumas das amostras: «A serra de sílex e os moinhos planos não implicam desenvolvimento agrícola, nem sequer *agricultura silvestre* (M. I. Martinez Navarrete, 1989, p. 418); noutro momento, fala de «processos de trabalho do sistema produtivo» e duma «*agricultura intensiva não selectiva*» (os sublinhados são meus) (p. 419). Por outro lado, a noção de «comunidade tribal» para a existência da qual «os que ocupam um mesmo ecossistema é preciso que desempenhem actividades complementares» (p. 424), é simplesmente um disparate, produto da ignorância dos problemas da tribalidade em todo o mundo. Infelizmente todo este palavreado se profere em nome do marxismo. E é puro palavreado. Veja-o o leitor. Num artigo de 1988, V. Lull decide criar novos termos, aparentemente utilísimos, para o arqueólogo. Por exemplo ARMATS. Assim tal qual: os materiais arqueológicos (*que chamarei ARMATS*) (p. 71) (o sublinhado é meu, e pretende chamar a atenção do leitor para a criatividade no acto mesmo da criação). Por que ARqueológicos MATeriais e não MATeriais ARqueológicos? porque o «artefacto» abreviado resultaria em MATAR e, no plural castelhano, MATARES. Evidentemente seria um nome ridículo para tão útil invento conceptual. E quais são os MATARES? Vicente Lull continua criando. Sobre o artefacto decalca um «arteuso» e um «circundatos»; evidentemente decalca mal por não saber latim. O decalque correcto teria sido «arteusato» e «circumdat». E finalmente, no mesmo artigo, há uma frase soberba cujo sentido permanecerá para sempre um mistério: a palavra «aproximar» «...confiere a nuestra disciplina un aire de transbordador poco clarificador» (p. 71). Sem comentários.
- Ver a referida análise de S. Tabaczynski (1990) e a sua incomodidade, que comparto, com o termo «arqueologia teórica».
- P. Delogu (1989).
- «The roots of the Ulama's power in Modern Iran» em N. R. Keddie (Ed.) (1972), pp. 211-230.
- Bastará, como exemplo, o artigo «Espagne préislamique et Espagne Musulmane» (1967).
- É famosa a imagem de J. Ribera sobre a anilina vermelha que muda a cor da água dum lava-douro, sem lhe modificar a composição química. A anilina vermelha seria o Islão e a água a *Espanha* (1928, p. 26). Referindo-se à historiografia andaluza dos séculos III/IX e IX/X, C. Sanchez Albornoz escreve: «Antes de tales épocas de contaminación de la historiografía hispano-musulmana por las corrientes peligrosas de las tradiciones de Oriente, o con posterioridad a tales ya decantado las copas de la historia árabe española de su espeuma legendaria, y cuando, hispanizados ya los musulmanes de fábulas ingraciosas y desgraciadas, increíbles para el más ingenuo y benévolo de los españoles...» (1944, p. 52). Também não é mais sóbrio E. de Las Cagigas quando afirma que «...la sociedad racial (...) es el más verdadero exponente de los impulsos humanos» (1950, p. 537).
- Tanto M. Acien (1984 a) como F. J. Aguirre Sádaba e V. Salvatierra (1989) defendem, indevidamente, em minha opinião, a desdistribuição rápida dos grupos árabes imigrantes e a formação de aristocracias; de quê, de renda?
- Convém insistir nisto. Parece que num futuro próximo também não se pode esperar uma actividade de investigação sobre o *Garb* al-Andaluz.
- Sabe-se muito pouco dos vários indígenas.
- Por fiar-se demasiado no trabalho de Lucie Bolens (1974), D. Urvoy questiona mal tanto a estrutura do espaço rural andaluz, como a sua revolução, situando no século V/XI processos de síntese de tecnologia agrária que se deram muito antes (1990, pp. 61-70).
- De facto tudo surgiu da extrapolação que, a partir do *Conventus Lucensis*, fez K. J. Beloch (1886, pp. 41-54).

A NECRÓPOLE E ERMIDA DA ACHADA DE S. SEBASTIÃO DE MÉRTOLA

VIRGILIO LOPES

JOAQUIM BOIÇA

0. SUMÁRIO

A estação arqueológica da Achada de S. Sebastião situa-se numa plataforma sobranceira à margem direita do rio Guadiana, no arrabalde da vila de Mértola, numa área de recente crescimento urbano. A sua identificação deve-se ao arqueólogo Estácio da Veiga que visitou o local logo após a gigantesca cheia do Guadiana de 7 de Dezembro de 1876. A acção intempestiva das águas pusera parcialmente a descoberto algumas sepulturas de uma necrópole e arrasara uma pequena ermida dedicada a S. Sebastião, de fundação Quatrocentista, procedendo o citado arqueólogo ao reconhecimento do sítio, à feitura de uma planta e à recolha de alguns materiais ¹. Em comentário que acompanha a planta, informa que estavam simplesmente perceptíveis dezassepente sepulturas mas nenhuma em estado de se poder examinar. Apesar de não ter realizado trabalhos de natureza arqueológica, atribui a necrópole ao período romano, não excluindo a hipótese de ter uma origem mais antiga, embora posteriormente aproveitada ².

O projecto de ampliação da Escola C+S de Mértola, localizada junto à necrópole e a construção de um pavilhão gimnodesportivo, a par daquela, motivaram a intervenção arqueológica da equipa do C.A.M., levada a efeito entre Outubro de 1991 e Janeiro de 1992 ³. Apesar do carácter de emergência que assumiu foram identificadas e estudadas 183 sepulturas que, na sua maioria, viriam a ser sacrificadas pelas obras de execução do projecto referido. Foi possível, no entanto, conservar-se um conjunto representativo de sepulturas, assim como as ruínas da ermida de S. Sebastião, situada junto destas.

Paralelamente aos trabalhos arqueológicos, ainda em curso na área que foi preservada, procedeu-se a uma investigação histórico-documental sobre a ermida, reunindo-

-se, assim, um leque diversificado de informações que irão possibilitar a recuperação do imóvel, a concretizar no ano de 1994. A sua utilização como espaço museológico é o objectivo último a atingir, passando a constituir, a par das sepulturas que se encontram nas suas imediações, um pequeno núcleo temático do Museu de Mértola.

1. A NECRÓPOLE

1.1. Localização

A necrópole estende-se numa ampla área de terrenos xistosos junto à margem direita do rio, encontrando-se delimitada a noroeste por uma cadeia de cerros ligeiramente elevados (ver fig. 1). Nas suas proximidades, para norte, pelo que diversos vestígios deixam perceber, situava-se uma pequena *villa*, não tendo conhecido o local, no entanto, qualquer intervenção arqueológica. Uma variante da estrada que ligava a então *Mirtilis* a *Pax Julia* ladeava a necrópole e a *villa* serpenteando a margem do Guadiana até ao bar-

ranco de S. Brás, inflectindo, neste ponto, para o interior na direcção das povoações de Corte Gafó de Baixo, Monte Mosteiro e a Amendoeira da Serra seguindo depois para Beja. Entre a Achada de S. Sebastião e a de S. Brás foram já identificadas outras *villae* e necrópoles de época romana, que parecem obedecer a uma mesma lógica de implantação: aproveitamento de solos aráveis junto à margem do rio, dele se retirando a água indispensável aos trabalhos de rega. Em épocas de cheia, por acção das águas, eram depositadas finas camadas de terra que recompunham e simultaneamente fertilizavam os solos. Nos tempos medievos e mesmo modernos, a Achada de S. Sebastião foi uma das mais importantes hortas de abastecimento à vila de Mértola. Esta contínua utilização, assim como a acção destrutiva das águas torrenciais explicam o generalizado mau estado de conservação das sepulturas da necrópole.

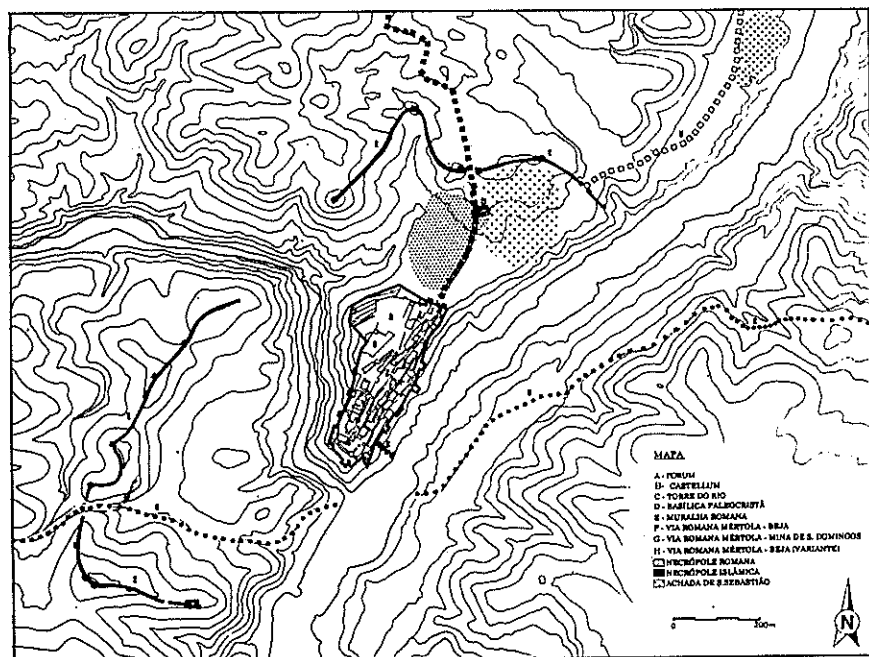


Fig. 1 - Mapa de localização da Achada de S. Sebastião

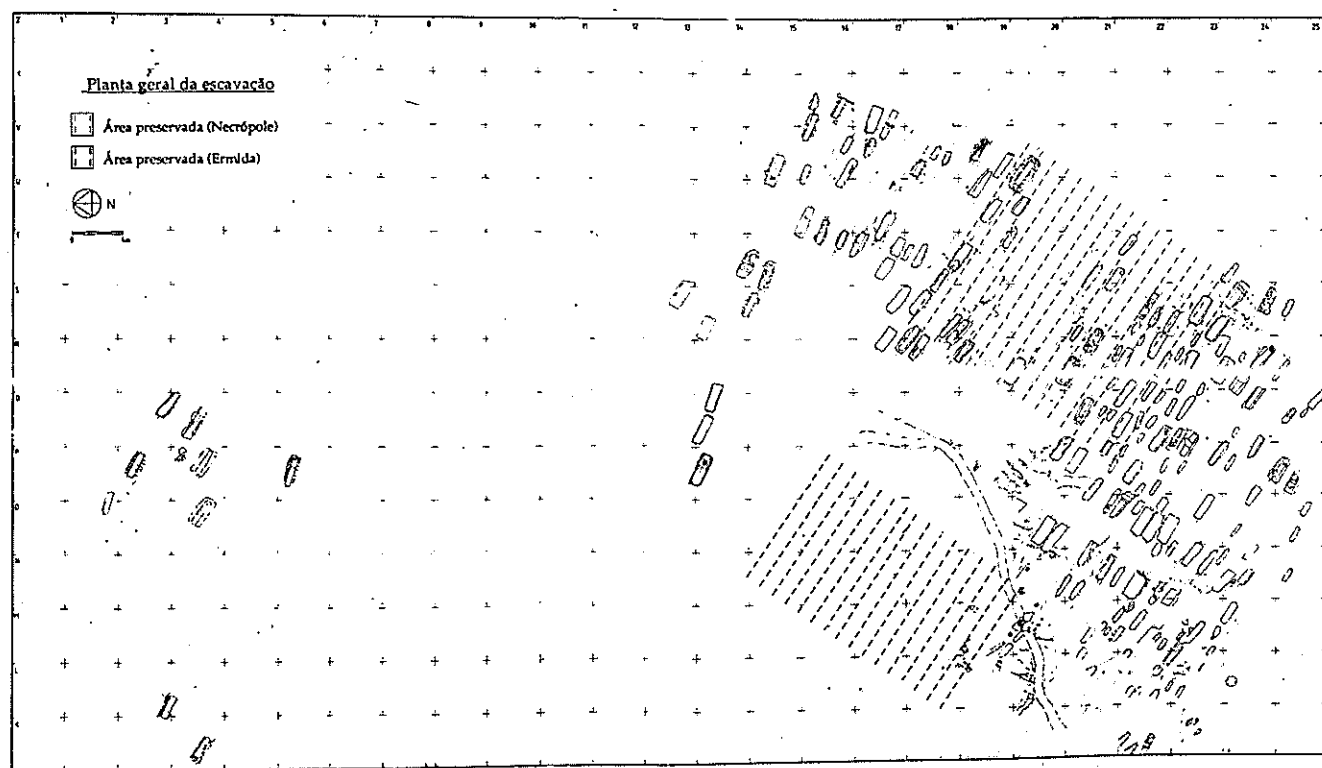


Fig. 2 - Planta geral da escavação

2. A ESCAVAÇÃO

2.1. Metodologia

Os objectivos que presidiram à intervenção arqueológica, atendendo à situação de emergência referida, eram os de definir a área da necrópole, identificar e estudar o conjunto de sepulturas e espólio associado e, finalmente, delimitar a zona a conservar.

Na área da necrópole sujeita a escavação (cerca de 800 metros quadrados) procedeu-se à sua divisão em quadrículas, com quatro metros de lado, de eixos orientados nos sentidos norte-sul e oeste-este (ver fig. 2). A natureza do terreno, com finas camadas de terra (a espessura variava entre os cinco e vinte centímetros) permitiu, apenas pontualmente, uma leitura estratigráfica do sítio, sem resultados significativos. Na cota mais alta da necrópole, a sul, alinham-se várias sepulturas escavadas no afloramento xistoso, sem cobertura, tendo as mesmas merecido apenas trabalhos de limpeza de superfície e da caixa sepulcral (ver fig. 2). Quanto às ruínas da ermida de S. Sebastião, os trabalhos arqueológicos estão ainda em curso, apontando os mesmos para a definição das suas estruturas espaciais e identificação de fases construtivas (ver fig. 3).

2.2. As sepulturas

As sepulturas da necrópole de S. Sebastião já identificadas e objecto de intervenção arqueológica estão na sua quase totalidade abertas no afloramento xistoso. Contudo, nas zonas onde o terreno desenha ligeiras depressões e a rocha de base se apresenta menos consistente, a caixa sepulcral foi construída utilizando paredes de tijolo e/ou de alvenaria. Nestes últimos casos, a planta respectiva apresenta contornos ligeiramente trapezoidais em contraste com o traçado retangular das que se encontram implantadas na zona mais elevada da plataforma xistosa (ver fig. 5).

A cobertura das sepulturas, nos casos em que a mesma ficou conservada, parcial ou integralmente, era feita com lages de xisto, colocadas transversalmente em relação ao comprimento da caixa (ver fig. 6). Uma das sepulturas, no entanto, encontrava-se coberta por tegulae (ver fig. 7), dispostas transversalmente (estavam fragmentadas e abatidas no interior), solução por certo aplicada em mais casos mas de que não restaram vestígios comprovativos.

Registe-se, por outro lado, que nenhum dado arqueológico até ao momento recolhido permite confirmar a hipótese de no local ter existido uma necrópole de incineração, como à partida o denunciava o achado de uma urna cinerária, referido por Estácio da Veiga, em 1880⁴.

Para uma caracterização formal do conjunto de sepulturas da necrópole definiram-se quatro grupos:

Grupo A

O primeiro grupo engloba as sepulturas abertas no afloramento xistoso e é, sem dúvida, o mais representativo (157 num total de 183). Subdivide-se, no entanto, em dois

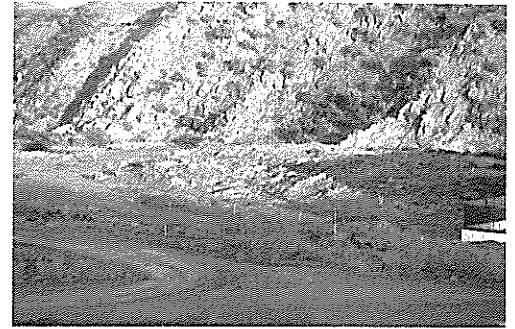


Fig. 3 – Vista geral da Achada de S. Sebastião antes das obras

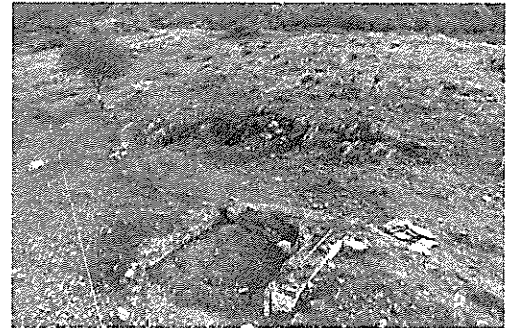


Fig. 4 – Vista parcial da ermida e da necrópole

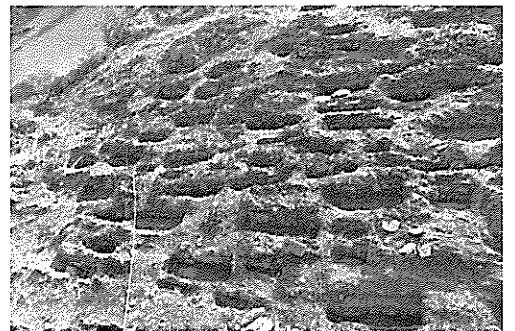


Fig. 5 – Vista parcial da necrópole sacrificada pelas construções

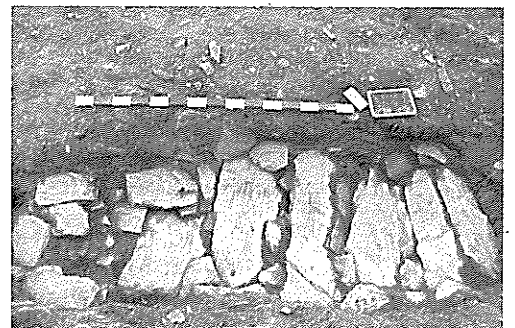


Fig. 6 – Sep. nº 106 cobertura de lages de xisto

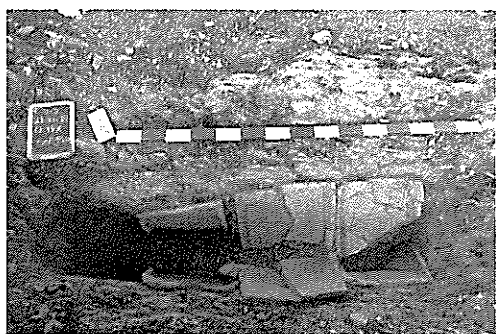


Fig. 7 – Sep. nº 150 com cobertura em tegulae



Fig. 8 – Sep. nº 100 escavada na rocha com rebordos laterais

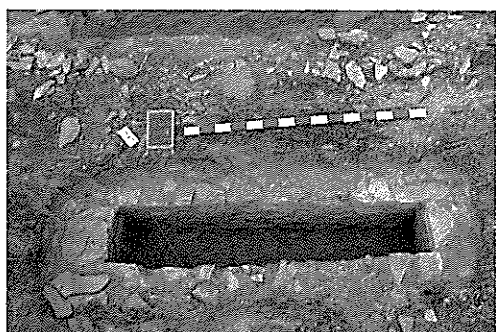


Fig. 9 – Sep. nº 152 com paredes em alvenaria

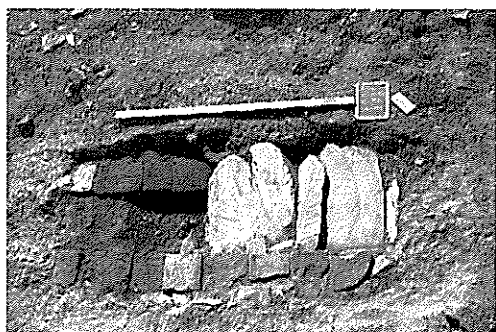


Fig. 10 – Sep. nº 149 com paredes em tijolo

subgrupos: num primeiro (A1) integram-se as sepulturas que se apresentam sem rebordos laterais, isto é, em que a cobertura, em lages de xisto, assenta directamente no solo; num segundo (A2), reúnem-se as que possuem rebordos laterais interiores (ver

QUADRO RESUMO

Nº Sep.	Tipo	Estado de conservação	Cobertura	Sepultura	Espólio associado	Orientação (cabeça para)
1	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
2	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
3	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
4	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
5	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
6	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
7	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
8	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
9	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
10	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
11	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
12	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
13	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	Frag. mármore	NO
14	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
15	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
16	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
17	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
18	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
19	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
20	D	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
21	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
22	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
23	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
24	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
25	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
26	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
27	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
28	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
29	B1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
30	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
31	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	Pregos Fe.	NO
32	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
33	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
34	A1	Parc./Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
35	A2	Violada	Parc./coberta	Adulto	S/espólio	NO
36	A1	Parc./Violada	S/cobertura	Adulto-frag. crânio	S/espólio	NO
37	B1	Violada	Parc./coberta	Adulto-frag. memb. inf.	S/espólio	NO
38	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
39	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
40	B1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
41	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
42	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
43	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
44	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO

Nº Sep.	Tipo	Estado de conservação	Cobertura	Sepultura	Espólio associado	Orientação (cabeça para)
45	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
46	D	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
47	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
48	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
49	A2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frag.ósseos indet.	Frag. cerâmica	NO
50	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	Frag. cerâmica	NO
51	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
52	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
53	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
54	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
55	C	Intacta	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
56	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
57	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
58	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
59	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
60	A2	Intacta	C/cobertura	Adulto-frag.ósseos indet.	S/espólio	NO
61	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
62	A2	Parc. Violada	Parc./coberta	Adulto	Frag. cerâmica	NO
63	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
64	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
65	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
66	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
67	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
68	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
69	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
70	A1	Violada	S/cobertura	Adulto-frag.ocrân.meb.inf.	Prego Fe.	NO
71	B1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
72	A2	Parc. Violada	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
73	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
74	A2	Parc. Violada	C/cobertura	Criança	S/espólio	NO
75	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frag.mbs.sup.inf.	S/espólio	NO
76	A2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frag. crânio	S/espólio	NO
77	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
78	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
79	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
80	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
81	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
82	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
83	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
84	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
85	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
86	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
87	A2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frag. memb. inf.	S/espólio	NO
88	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
89	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
90	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
91	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
92	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
93	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
94	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
95	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO

fig. 8), exemplares tecnicamente mais evoluídos em que a cobertura fica mais baixa que a cota do solo da necrópole os rebordos variam entre os 15 e os 40 centímetros de altura;

Grupo B

O segundo grupo abrange as sepulturas escavadas na rocha mas que, no seu interior, têm estruturas de alvenaria de pedra vã, ou com argamassa (15 exemplares). As paredes ficam a uma cota inferior do nível do solo, por forma a permitirem o assentamento das lages de cobertura (ver fig. 9);

Grupo C

O terceiro grupo enquadra as sepulturas cujas paredes interiores foram construídas em tijolo (4 exemplares), material certamente reaproveitado da *villa* situada nas imediações da necrópole (ver fig.10);

Grupo D

O quarto grupo integra as sepulturas que apresentam paredes constituídas por aparelho misto, tijolo e alvenaria de pedra solta (7 exemplares).

2.3. Espólio osteológico

Das 183 sepulturas apenas 30 continham espólio ósseo, na sua quase totalidade muito fragmentado e em mau estado de conservação. Responsáveis primeiros por este facto serão,



Fig. 11 – Sep. nº 144. Restos do esqueleto

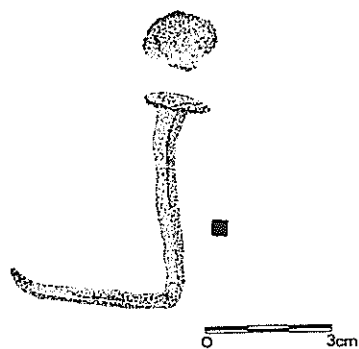


Fig. 12 – Prego de bronze (Sep. nº 166)

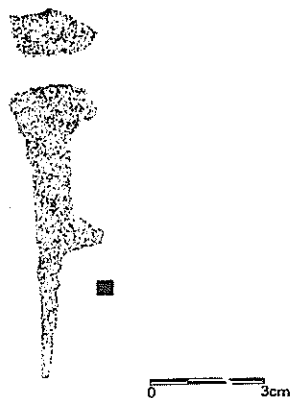


Fig. 13 – Prego em ferro com restos de madeira (Sep. nº 146)

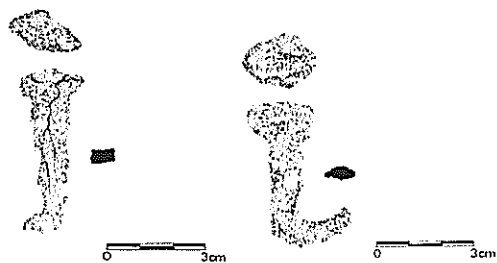


Fig. 14 – Pregos em ferro (Sep. nº 144)

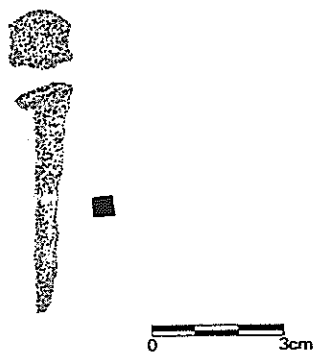


Fig. 15 – Prego em ferro (Sep. nº 31)

Nº Sep.	Tipo	Estado de conservação	Cobertura	Sepultura	Espólio associado	Orientação (cabeça para)
96	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
97	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
98	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
99	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
100	A2	Intacta	S/cobertura	Adulto-frags.ósseos indet.	S/espólio	NO
101	A2	Intacta	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
102	A1	Violada	C/cobertura	Criança	S/espólio	NO
103	A2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags. memb. inf.	S/espólio	NO
104	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
105	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto	Frag.márm.cerâm.	NO
106	A2	Intacta	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
107	A2	Parc. Violada	Parc./coberta	Adulto-frags. memb. inf.	S/espólio	NO
108	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
109	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
110	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
111	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
112	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
113	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
114	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
115	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
116	D	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
117	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
118	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
119	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
120	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
121	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
122	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
123	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
124	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
125	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
126	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
127	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
128	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
129	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
130	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
131	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
132	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
133	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags.ósseos indet.	Frag. cerâmica	NO
134	A1	Parc. Destruída	S/cobertura	Criança	Frag. mármore	NO
135	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
136	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
137	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
138	A2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags. memb. sup.	S/espólio	NO
139	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto Dentes	S/espólio	NO
140	B1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags. memb. inf.	S/espólio	NO
141	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags.ósseos indet.	Pote cerâmico	NO
142	B2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags.ósseos indet.	S/espólio	NO
143	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
144	B1	Parc. Violada	Parc./coberta	Adulto-frags.ósseos indet.	Pregos ferro bronze	NO
145	B1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags. memb. inf.	S/espólio	NO
146	B1	Parc. Violada	S/cobertura	Criança	Pregos ferro	NO

Nº Sep.	Tipo	Estado de conservação	Cobertura	Sepultura	Espólio associado	Orientação (cabeça para)
147	B2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto	Frag. cerâmica	NO
148	B1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
149	C	Intacta	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
150	A1	Parc. Violada	Parc./coberta	Adulto-frags.memb. inf.	Prego ferro	NO
151	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
152	B2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
153	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
154	D	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
155	D	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
156	A2	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
157	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
158	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags. memb. inf.	S/espólio	NO
159	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
160	A1	Violada	S/cobertura	Adulto-frags. crâneo	S/espólio	NO
161	A1	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags.fémures	S/espólio	NO
162	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
163	A2	Parc. Violada	S/cobertura	Adulto-frags. tíbias	S/espólio	NO
164	A2	Violada	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
165	A2	Intacta	S/cobertura	Adulto-frags.memb.inf.	S/espólio	NO
166	A2	Intacta	S/cobertura	Adulto	Pregos ferro bronze	NO
167	A2	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
168	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
169	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
170	A1	Violada	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
171	A1	Violada	S/cobertura	Criança	S/espólio	NO
172	A1	Intacta	S/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
173	A2	Intacta	C/cobertura	Adulto-frags. memb. inf.	S/espólio	NO
174	B1	Intacta	C/cobertura	Adulto-frags. memb. inf.	Pregos ferro	NO
175	A2	Violada	C/cobertura	Adulto-frags. memb. inf.	Frag. cerâmica	NO
176	A1	Violada	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
177	C	Intacta	Parc./coberta	Adulto-frags. memb. inf.	S/espólio	NO
178	B2	Intacta	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO
179	A2	Intacta	C/cobertura	Adulto-frags. ósseos indet.	S/espólio	NO
180	B1	Intacta	C/cobertura	Adulto-crâneo memb. sup.	S/espólio	NO
181	D	Intacta	C/cobertura	Adulto-frags. ósseos indet.	S/espólio	NO
182	D	Intacta	C/cobertura	Adulto-frags. crâneo	S/espólio	NO
183	C	Intacta	C/cobertura	Adulto	S/espólio	NO

pronação. Pela análise efectuada à dentição foi possível determinar que o esqueleto pertencia a um adulto de cerca de 25-30 anos de idade, de sexo indefinido. Os restantes casos possibilitaram, tão só, definir a orientação das inumações, de resto já denunciada pelo traçado trapezoidal de muitas das caixas sepulcrais (ver Fig. 11).

2.4. Espólio associado

A - Metais

Num pequeno conjunto de sepulturas (nºs 31, 70; 144; 146; 150; 166 e 174) foram exumados alguns pregos e cavilhas que apresentavam múltiplas concreções na superfície. Tanto os exemplares em ferro (66) como em bronze ⁴ são de cabeça plana, de forma circular ou oval, com haste de secção quadrangular, mais grossa junto à cabeça (alguns apresentam a ponta curvada devido à utilização do martelo).

A existência destes materiais revela a utilização de caixões de madeira em alguns enterramentos (ver figs. 12 a 15), facto bem documentado pela disposição que apresentavam nas sepulturas 144, 166 e 174. Nesta última foram encontrados 22 pregos em ferro dispostos em duas camadas paralelas e separadas por uma fina camada de terra. Na segunda camada alguns pregos estavam ainda na posição vertical, por vezes tendo a si agregados restos de madeira. Para este tipo de materiais são comumente apontados parâmetros cronológicos vastos, isto é, do século I ao IV ⁵.

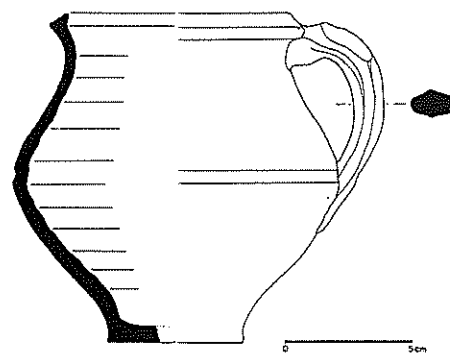


Fig. 16a

certamente, as cíclicas cheias do rio e a impermeabilidade da rocha de base que levaram à degradação ou completa destruição dos corpos e artefactos depositados. Registe-se, por outro lado, que nas sepulturas de criança (54 no total) não foi encontrado qualquer tipo de espólio ósseo, facto a que não será alheia, para lá dos condicionaismos acima referidos, a diminuta profundidade dos enterramentos.

A escassez e a precaridade do espólio osteológico não permitiram que se obtivessem dados significativos de natureza antropológica. Na sepultura nº. 144, apesar do esqueleto estar muito fragmentado, constatou-se que a posição de enterramento era em decúbito dorsal, com os membros superiores ao longo do corpo e as mãos em

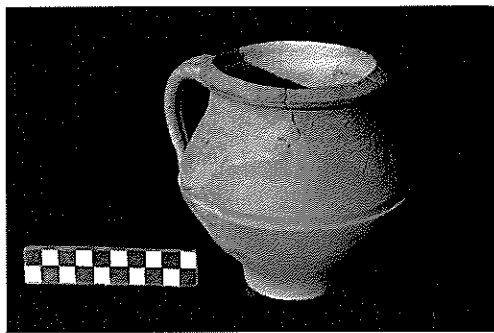


Fig. 16 – Pote restaurado. Desenho e fotografia (Sep. nº 141)

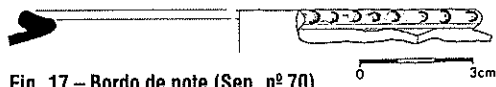


Fig. 17 – Bordo de pote (Sep. nº 70)

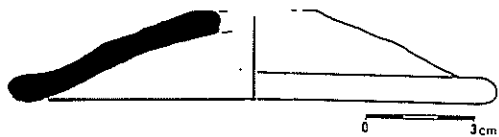


Fig. 18 – Fragmento de testó (Sep. nº 49)

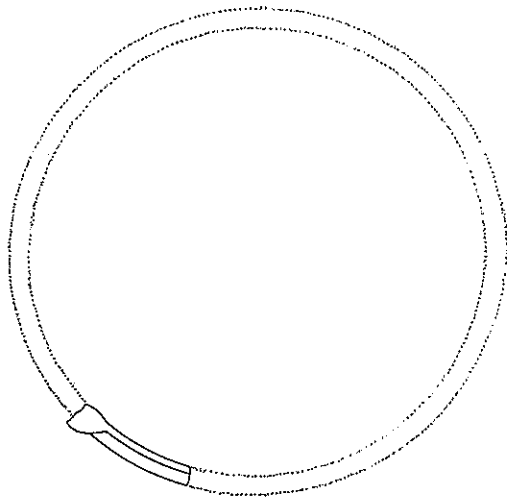


Fig. 19 – Fragmento de terrina (Sep. nº 57)



Fig. 20 – Fragmento de almoriz (Sep. nº 111)

B – Cerâmicas

Os materiais cerâmicos exumados na escavação são em reduzido número e pertencem, fundamentalmente, a artefactos de cerâmica comum. Correspondem às seguintes formas:

- pote, incompleto, (foi objecto de consolidação e restauro) (sep. nº. 141). Apresenta um bordo boleado, pança ovóide com uma canelura horizontal e asa em fita. O fundo plano. A pasta é de coloração vermelha. Este recipiente tem paralelos em Conímbriga, datados do século V⁶ (ver fig. 16a/16);
- fragmento de pote (sep. nº. 70), correspondente a um bordo em aba envasada, com uma decoração composta por uma sequência de dedadas na parte exterior. Esta forma enquadra-se cronologicamente nos séculos IV-V⁷ (ver fig.17);
- fragmento de testó cónico (sep. nº 49), baixo, apresentando marcas da roda na superfície exterior. É datável do séc. I-II⁸ (ver fig. 18);
- fragmento de bordo pertencente a uma terrina (sep. nº 57), de pasta negra, no qual se descortina um vertedoiro incompleto. Esta forma integra-se no conjunto de cerâmicas de fabrico tardo ou pós-romano⁹ (ver fig. 19);
- fragmento de um almofariz (sep. nº 158), com bordo em aba, no qual se conserva o vertedoiro. Este fragmento enquadra-se nas produções dos séculos V-VI¹⁰ (ver fig. 20);
- fragmento de prato (sep. nº.153), com bordo boleado introverso. Esta forma cerâmica tem uma longa permanência, desde o século II ao IV¹¹ (ver fig. 21);
- fragmento de tacho, de bordo boleado (sep. nº. 111). Esta forma tem horizontes cronológicos entre os séculos II- IV¹² (ver fig. 22).

A par destes materiais foram exumados quatro fragmentos de fundo de ânforas (seps. nºs 50, 86, 111 e 147) e um pequeno pedaço de *Terra Sigillata* (sep. nº 175), sem decoração e cujo engobe se encontra mal conservado, não permitindo, pois, uma identificação tipológica e cronológica. No que respeita aos fundos de ânfora as suas formas são de três tipos: Dressel 2/4¹³, Almagro 55¹⁴ e Almagro 51C¹⁵, que remetem para limites cronológicos entre os séculos II a.C. e V d.C (ver figs. 24 a 26).

C – Mármore

Do interior das sepulturas nos. 13, 105 e 134 foram retirados alguns pequenos fragmentos de mármore branco, de grão médio e espessura reduzida (não chegam a atingir, por vezes, um centímetro). Estes fragmentos não evidenciam sinais aparentes de terem sido trabalhados, não sendo de excluir a hipótese, no entanto, de pertencerem ao revestimento interior das sepulturas.

D – Materiais de construção cerâmicos

Na composição das paredes de algumas das caixas sepulcrais (ver grupo C e quadro 1) recorreu-se à utilização de materiais cerâmicos, desde os tijolos com a forma tradicional paralelepípedica a quadrantes de colunas, certamente reaproveitados de algumas construções da *villa* situada nas imediações. Numa das sepulturas

(n.º 150), como ficou já referido, a cobertura era feita com *tegulae* e, numa outra (n.º 181), o revestimento do fundo da caixa sepulcral era composto por ladrilhos retangulares¹⁶, com dois sulcos que se cruzam no centro dos mesmos.

Registe-se, ainda, o achado de um fragmento de *opus signinum* no interior de uma das sepulturas (n.º 133), material que não é comum encontrar-se em necrópoles, por certo arrastado pelas águas numa das cíclicas cheias do rio.

2.5. Quadro-resumo

O conjunto de dados anteriormente expostos podem ser sintetizados num quadro que permite uma leitura arqueológica global da necrópole. No tocante à orientação dos enterramentos, a sua definição partiu da informação proporcionada pelo espólio ósseo existente e da forma trapezoidal de algumas das sepulturas. Por outro lado, a distinção entre sepulturas de criança e de adulto (nos casos em que não existia espólio ósseo) baseou-se exclusivamente nas dimensões da caixa sepulcral.

Apesar da sua monumentalidade e características singulares a necrópole da Achada de S. Sebastião, pelos condicionalismos referidos, não revelou um espólio arqueológico significativo. Dos vestígios osteológicos e poucos materiais recolhidos, cerâmicas e outros, não puderam ser retiradas mais do que informações isoladas de uma realidade que ficará, em extensão, por conhecer. Algumas conclusões, porém, se impõem.

A localização e área que ocupa, a diversidade das estruturas sepulcrais e práticas de enterramento que se observam, bem como os materiais provenientes da escavação e de recolha de superfície sugerem uma longa ocupação do local como campo mortuário. No entanto, tudo indica que o período central de utilização tenha ocorrido entre os séculos I a III d.C., com principal incidência na terceira centúria. Por outro lado, se com probabilidade continuou pontualmente a receber enterramentos no decurso do século IV, a Achada de S. Sebastião deixara, já então, de funcionar como a grande necrópole urbana de Mértola. Acompanhando uma nova lógica de ocupação e definição do território urbano, que se traduziram, no caso vertente, pela perda de funcionalidade da grande muralha que envolvia a urbe pelas cumeadas dos arredores e pelo apertar do casco citadino entre novos amuralhamentos, elege-se um novo espaço para as funções necrotérias. Numa encosta alcantilada cortada pela estrada principal que de *Mirtilis* arrancava para *Pax Julia*, organiza-se o novo campo mortuário da cidade, uma vez mais aproveitando os afloramentos xistosos e suas saliências. Durante os séculos III e IV, a necrópole estender-se-á pela vertente virada a nascente, prolongando-se, entre os séculos V e VIII a uma plataforma adjacente, postada a sul, onde então será construída uma basílica funerária paleocristã (ver fig. 1).

3. A ERMIDA DE S. SEBASTIÃO

O. Na plataforma onde se implanta a necrópole foi erguida, em época tardo-medieval, uma pequena ermida dedicada a S. Sebastião, que passaria a pontuar a paisagem



Fig. 21 – Fragmento de prato (Sep. n.º 153)

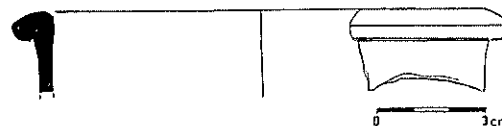


Fig. 22 – Fragmento de tacho (Sep. n.º 158)

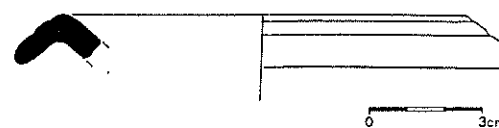


Fig. 23 – Fragmento de bordo de pote recolhido à superfície

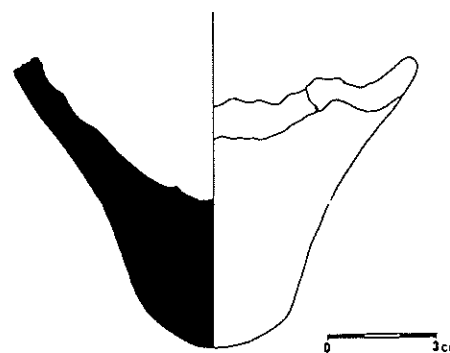


Fig. 24 – Fragmento fundo de ânfora (Sep. n.º 50)

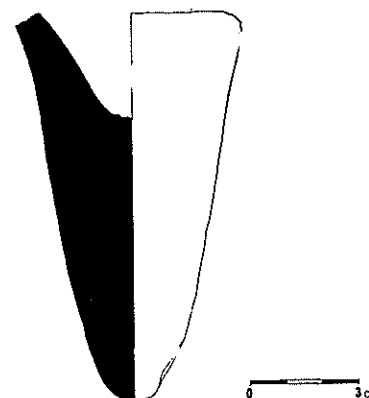


Fig. 25 – Fragmento fundo de ânfora (Sep. n.º 86)

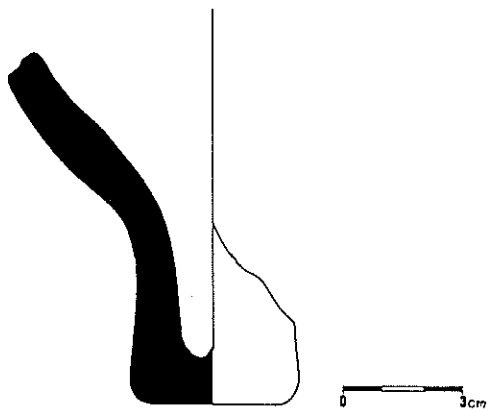


Fig. 26 - Fragmento fundo de ânfora. (Sep. nº 111)

do local e lhe emprestaria o referente toponímico que conservou até hoje. A devoção a este santo mártir conheceu particular receptividade em Portugal nos séculos XV e XVI, alimentada, em grande medida, por reacções psicoemocionais face aos flagelos epidémicos que, no decurso dos mesmos, irromperam. Refira-se, neste contexto, a igualmente importante expansão cultural de um outro santo, S. Roque, que compõe com S. Sebastião o duo protector por excelência dos empestados: aquele, por ter sido miraculosamente salvo do mal que padecia nos alvares de Quatrocentos e, este, numa alusão mais longínqua, por ter sobrevivido ao martírio perpetrado pelos flecheiros de Diocleciano (entendido como castigo divino, a peste era a flecha de Deus, sendo, pois, S. Sebastião, o intercessor privilegiado junto dos mortais padecentes). O culto a estes dois santos materializou-se nos suportes tradicionais (estampas preservativas, imagens de vulto, pinturas a fresco e sobre tela ou madeira) e, no caso de S. Sebastião, num número apreciável de pequenas ermidas (algumas posteriormente transformadas em igrejas paroquiais). Em regra foram levantadas fora dos recintos amuralhados em sítios de antiga referência no imaginário local e que a memória colectiva mantinha vivos (muito em particular vilas/necrópoles romanas) e junto aos caminhos que acediam às

urbes, marcando a sua paisagem e limites exteriores e defendendo-as, simbolicamente, da peste e de outros males.

1. As circunstâncias que directamente envolveram a construção da ermida de S. Sebastião de Mértola não podem ser precisadas, pouco transparecendo da documentação histórica que a ela se refere. A tradição, de que faz eco, em 1515, um visitador santiaguista, aponta como seu instituidor um tal Esteves Annes, «morador que então era nesta vila»¹⁷, termos demasiado imprecisos que remetem, contudo, para um passado relativamente próximo. O personagem, possivelmente o mesmo que surge referenciado em outros documentos da mesma época, pertenceria, com probabilidade, ao mesmo ramo familiar de algumas figuras que se movimentavam com relativo prestígio na vida local, entre elas Pedro Annes, alcaide das sacas de Mértola nos anos oitenta do século XV. Este conjunto de indicadores, se bem que longe de serem satisfatórios, permitem sustentar a hipótese de a ermida ter sido fundada no percurso das derradeiras décadas de Quatrocentos.

Pela pena de um outro visitador, a ermida é referida como tendo sido, em tempos, «casa de hum lavrador e não se consertou mais de como estava»¹⁸, palavras não isentas de exagero que a documentação desmente, mas das quais se retira a informação de que não terá sido construída de raiz. Contudo, se não existiu, a dar crédito a esta notícia, um plano construtivo previamente concebido, a sua fundação ultrapassa a lógica do simples aproveitamento de um edifício pré-existente. A carga simbólica que o local encerrava, a proximidade ao eixo viário que conduzia à fortificada vila de Mértola e a atmosfera que rodeava o culto a S. Sebastião, são as coordenadas que deixam entender as motivações profundas que conduziram à escolha do local.

2. Embora de instituição particular, com mordomo e escrivão privativos, era ao concelho, na figura dos seus juizes e vereadores, que cumpria zelar pela ermida e trazê-la decente ao culto. Nesse sentido, sempre que obras de conservação e restauro se revelassem indispensáveis, estavam autorizados, para as custear, a lançar impostos extraordinários sobre os moradores do termo (fintas). Este mecanismo, para lá dos seus efeitos sociais, provocava demoras na execução de todo e qualquer tipo de obras. A título de exemplo, entre 1515 e 1565 por diversas vezes ficaram por cumprir as determinações relativas às «correções» a realizar, por insignificantes que o fossem (nomeadamente conserto de telhados e portas). O pretexto usualmente invocado pelos vereadores era a dificuldade que enfrentavam em fazer taxar os diferentes moradores, dada a sua pobreza e a repetida «esterilidade dos anos». Igualmente reveladora, ainda que num outro contexto, é a informação veiculada pelo mordomo da ermida, em 1565, de que se mandavam «dizer myssas ate omde abranjem as esmollas»¹⁹. Este quadro de situações acompanhou, com maior ou menor profundidade, todo o trajecto histórico da pequena ermida, jogando decisivamente na modelação das suas características estruturais e na qualidade do seu apetrechamento litúrgico.

Arruinada e abandonada em consequência da gigantesca cheia do Guadiana verificada em 1876, não restam hoje da pequena ermida de S. Sebastião mais do que

parcos vestígios das suas paredes e fundações. No entanto, a leitura do seu traçado e organização espacial, assim como dos materiais construtivos empregues é possibilitada, para lá do que as ruínas deixam perceber, pelo conjunto de referências e descrições que dela fazem, no século XVI, os visitantes da Ordem de Santiago. A intervenção arqueológica a realizar no local, no decurso do ano de 1993, permitirá aferir algumas das informações documentais, avaliar as estruturas remanescentes e equacionar as transformações estruturais e volumétricas que possam ter sido introduzidas a partir de finais do século XVI, reunindo-se, assim, os dados indispensáveis à projectada reconstrução do imóvel.

3. A ermida, segundo o apontamento de um dos visitantes, tinha «de cumprido quatro varas e tres de larguo»²⁰ (respectivamente, 4,40m e 3,30m), medidas que desenhavam um edifício de reduzidas proporções. As paredes eram de «taypa E os aligerções de pedra e baro»²¹, encontrando-se «apyncaladas de dentro e de fora»²². Um telhado, de duas águas, cobria a oussia e a pequena nave, suportando-o um madeiramento em castanho, por sua vez forrado «de canas per cyma das asnas»²³. Um arco triunfal «d'alvenaria» demarcava o espaço reservado à primeira, estabelecendo-se a exigida separação com o restante corpo da ermida através de «umas grades de pao fechadas com ferrolhos e fechaduras»²⁴. Uma porta, rasgada na parede sul, junto ao arco triunfal, facultava a comunicação com uma outra dependência que se desenvolvia no prolongamento da oussia mas de maiores dimensões que esta. Definida como sendo uma «casa a modo d'alpendre»²⁵, não apresentaria, contudo, amplos vãos e colunata. Denuncia-o, para lá da ainda evidente elevação das suas paredes que, quanto muito, deixariam lugar à abertura de pequenos vãos balizados por colunas de pequeno porte, o facto de no seu alçado sul e no enfiamento da porta se abrir um «portal d'alvenaria acafelado e apyncalado com portas de castanho (...) em que tem um ferrolho e fechadura estanhado grande»²⁶. Por este se estabeleceria o acesso principal ao interior da ermida, se bem que não seja de excluir a existência de uma outra porta na fachada virada a nascente (existência lógica se se admitir, como parece ser o caso, ser a dependência alpendrada posterior à fundação da ermida). Numa campanha de obras lançada em meados do século XVI, além do restauro geral do edifício e correcção do telhado do «alpendre» (ameaçava ruína), foi levantado, sobre «a porta» (não se diz qual), um pequeno «campanayro E Sua campa»²⁷.

4. O retrato que a documentação quinhentista proporciona do conjunto edificado aproxima-se, nos seus traços gerais, ao que é possível observar das estruturas que sobreviveram. Não obstante, entre meados do século XVI e a fatídica cheia do Guadiana que a arruinou, terão sido efectuadas mais do que as cíclicas intervenções de conservação e restauro. Indicia-o, em primeiro lugar, a nítida substituição da taipa (material construtivo referenciado pelos diferentes visitantes) por grossa alvenaria na construção das paredes da ermida e seu anexo (em algumas partes atingem, ainda, cerca de 1,80m de altura) e, em segundo, a presença de avantajados contrafortes cilíndricos nos ângulos da oussia, solução arquitectónica por certo repetida na fachada do

edifício mas que, por se encontrar quase por completo arrasada, não permite, por ora, afirmá-lo. A requerer confirmação arqueológica, encontra-se, igualmente, a muito provável abobadagem da ermida ou, simplesmente, da oussia, como deixa supor o referido esquema de contrafortagem. Em qualquer dos casos, o lançamento deste conjunto de obras só faria sentido em circunstâncias extremas, isto é, perante os efeitos violentos de uma das cheias do Guadiana, de que não ficou memória. A substituição da taipa por alvenaria, a espessura que as paredes apresentam (em média 75cm) e a presença de grossos contrafortes resultam, parece claro, da intenção de tornar o edifício resistente às incontáveis águas do rio

Embora faltem dados que taxativamente o demonstrem, o programa de reconstrução da ermida, pelas suas características, não ultrapassará as primeiras décadas do século XVII, tendo respeitado e naturalmente reaproveitado a edificação anterior.

5. O apetrechamento litúrgico da ermida de S. Sebastião, ao nível do mobiliário, paramentaria e alfaias, por regra promovido a partir do lançamento de fintas sobre os moradores da vila e seu termo e esmolos de devotos, nunca terá chegado a atingir sinais particulares de riqueza. As informações que são possíveis rastrear para o século XVI confirmam-no plenamente. Em 1515, o altar encontrava-se «sem tualhas nem outra nehuua cousa», resumindo-se os adornos guardados a «huns mantees Usados de linho E outros d'estopa e duas toalhas com cardeo cosidas novas e tres pannos de cortina mujto veelhos»²⁸. Vinte anos volvidos, a novidade residia no facto do altar apresentar «dous Retavollos pequenos de portas quebradiças», encontrando-se num deles «pyntada a imagem de nosa Senhora e no outro a imagem de San Sabastião»²⁹. Em 1565, data a partir da qual cessam as notícias dos visitantes santiaguistas, refere-se ape-

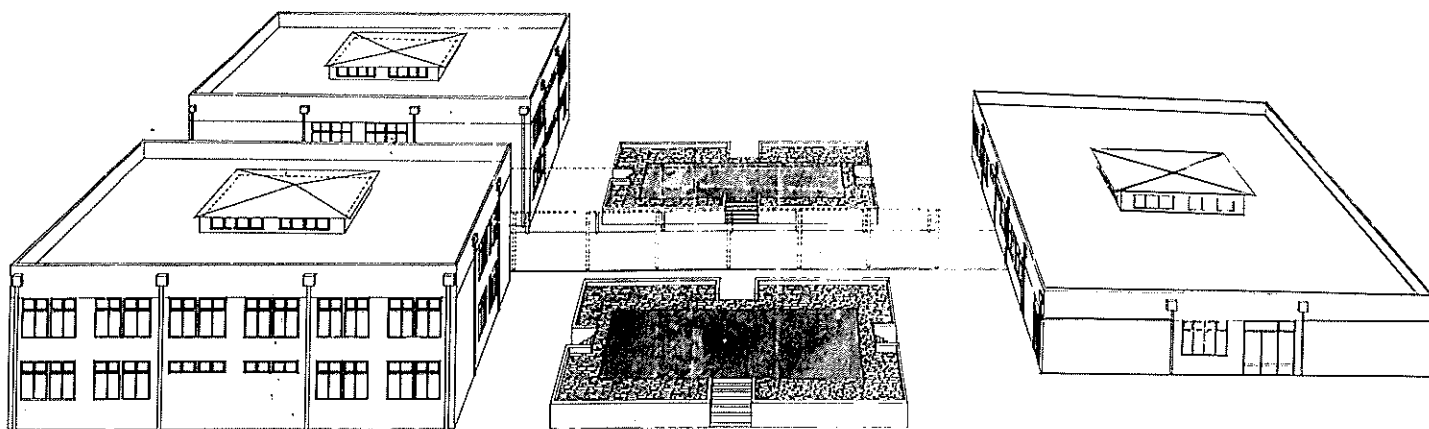


Fig. 27 – Proposta de integração das ruínas da ermida e das sepulturas no projecto da Escola C + S de Mértola (Câmara Municipal de Mértola – Gabinete Técnico)

nas um dos retábulos, o de S. Sebastião, anotando-se como ofertas recentes de devotos, dois frontais, «hum de Rede e outro de tafetaa amarello» e, ainda, «hum sobreço de canhamação pintado e dous de pano bramco»³⁰. A anteriormente aludida reconstrução da ermida obrigou, inevitavelmente, à recomposição e reapetrechamento do seu interior, de todo impossíveis de qualificar. No entanto, na escala devida, ter-se-ão feito sentir as influências das sucessivas correntes estilísticas, não sendo de excluir uma possível roupagem barroquizante na organização do altar e pinturas murais, assim como uma acrescida dotação ornamental e litúrgica. Como únicas referências que restam, os ténues vestígios cromáticos que vestem as arruinadas paredes da ousia e a imagem de vulto de S. Sebastião, datável da primeira metade do século XVII, salva da cheia e posteriormente conduzida para a igreja matriz da vila (presentemente depositada na igreja da misericórdia — futuro núcleo de arte sacra do museu de Mértola).

4. A MUSEALIZAÇÃO DA ACHADA DE S. SEBASTIÃO: PRIMEIRAS QUESTÕES.

A projectada reconstrução da ermida de S. Sebastião, a recuperação das sepulturas da necrópole romana (ver figs. 2 e 27) e a posterior musealização suscitam algumas questões prévias, de âmbito patrimonial e museológico.

No que respeita à reconstrução da ermida, o programa arquitectónico a desenvolver será definido numa última fase, a partir do cruzamento dos dados históricos-documentais com os de natureza arqueológica (a explorar devidamente após a conclusão dos trabalhos de intervenção) e da análise comparativa com edifícios da mesma família estilística. A conjugação destes vectores de investigação permite, à partida, perspectivar a hipótese de reconstruir o imóvel, nas suas principais linhas estruturantes, com relativa fidelidade. No entanto, uma condicionante de fundo se perfila. Toda e qualquer solução a aplicar passa pela indispensável integração da ermida, arquitectónica e paisagisticamente, no espaço-escola. Por outro lado, pormenor que não é de somenos importância, dado que a ermida surgirá como elemento aparentemente disfuncional no conjunto edificado, é necessário encontrar as formas mais adequadas de sensibilizar a população escolar para a sua preservação e fruição e, ainda, de aceitação face ao movimento de pessoas que lhe são estranhas uma vez concretizada a musealização. Neste sentido, todo o processo deverá envolver a escola e os seus agentes, motivando a sua participação. Assim entendido, o projecto adquire uma dimensão pedagógica, *escola-viva* de aprendizagem em torno da arqueologia e seus métodos, das técnicas construtivas tradicionais (a taipa, a cobertura em abóboda de

tijolo, etc.) e princípios da museologia. No tocante aos vestígios da necrópole a situação, embora menos complexa, exige uma intervenção do mesmo tipo. De resto, os trabalhos arqueológicos já desenvolvidos tiveram a participação de parte dos alunos e professores da escola, tendo gerado um campo de experiências com resultados plenamente satisfatórios.

Entendido como *museu de sítio*, o futuro núcleo da Achada de S. Sebastião respeitará, sobretudo, os dois pólos dinâmicos da história do local: a necrópole e a ermida. Naquela, as sepulturas preservadas e historicamente valorizadas após a sua escavação (nomeadamente através de painéis informativos) funcionarão, elas próprias, como *objectos* museológicos. Nesta, a sua utilização como espaço museológico não se pretende que seja, tão só, o retrato histórico do edifício e da sua recuperação. Se temáticas a explorar (na recomposição do interior da ermida está programado, por exemplo, a reconstituição do seu altar, devolvendo-se-lhe a velha imagem de S. Sebastião, depositada no núcleo de arte sacra da vila), outras se lhe associarão, como sejam a integração da ermida no contexto histórico e sacro-devotivo da vila de Mértola, nas épocas medieval e moderna, e o rio Guadiana, que marcou decisivamente a ocupação histórica do local.

Apesar de fisicamente separadas por escassos metros, a necrópole e ermida não dispensarão o estudo das formas que melhor se aplicarão à sua interligação museológica. Neste contexto, a programação de um circuito de visita parece indispensável, circuito que deve ir de encontro a toda a zona envolvente, explorando vestígios como a velha estrada romana que atravessa o local e o monumental conjunto de azenhas que corta o rio Guadiana.

NOTAS

1. A visita de Estacio da Veiga estendeu-se a diversos locais do concelho de Mértola. Identificou estruturas, recolheu materiais arqueológicos de diversos períodos, procedeu a escavações e descreveu sítios e materiais. O conjunto dos seus trabalhos e reflexões foi publicado na obra que intitulou *Memórias das Antiguidades de Mértola*, dada à estampa no ano de 1880.
2. Estacio da Veiga, *Memórias das Antiguidades de Mértola*, Edição fac-similada, Maia, 1983, p. 81.
3. Na escavação arqueológica participaram, para além da equipa do G.A.M., dois trabalhadores da Câmara Municipal de Mértola, alunos e professores da Escola Secundária e do Ciclo Preparatório. Agradecimentos que se estendem, pela sua preciosa colaboração, ao Dr. José Carlos Oliveira e ao desenhador Leonel Borrela, ambos do Museu regional de Beja.
4. Estacio da Veiga, *ob. cit.*, p. 83 (est. 5).
5. Jorge Alarcão *et alii*, *Fouilles de Conimbriga – VII, Trouvailles Diverses et Conclusions Générales*, Paris, 1979 p. 38 (paralelos com o nº 89).
6. Jorge Alarcão *et alii*, *Fouilles de Conimbriga – VI, La Céramique Commune Locale et Régionale*, Paris, 1975 p. 89 (paralelos com o nº 566).
7. Jorge Alarcão *et alii*, *Fouilles de Conimbriga – VI, La Céramique Commune Locale et Régionale*, Paris, 1975 p. 79 (paralelos com o nº. 446).
8. Jorge Alarcão *et alii*, *Fouilles de Conimbriga – VI, La Céramique Commune Locale et Régionale*, Paris, 1975 p. 73 (paralelos com o nº. 350).
9. Jorge Alarcão *et alii*, *Fouilles de Conimbriga – V, La Céramique Commune Locale et Régionale*. Paris, 1975 p. 125, (paralelos com o nº. 1060A, de cronologia incerta). No entanto, Jeannette U. S. Nolen, data o fabrico deste tipo de cerâmica do período tardo ou pós-romano (“Materiais da Villa do Alto da Caldeira», *Conimbriga*, XXVII, Coimbra, 1988, p. 105).
10. Jorge Alarcão *et alii*, *Fouilles de Conimbriga – V, La Céramique Commune Locale et Régionale*. Paris, 1975, p. 98 (paralelos com o nº. 656 B).
11. Jeannette U. S. Nolen, *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*, Lisboa, 1985, p. 85.
12. Jeannette U. S. Nolen, «Materiais da Villa do Alto da Caldeira», *Conimbriga* XXVII, Coimbra, 1988, p. 103 (paralelos com o nº 18).
13. Antónia Coelho-Soares e Carlos Tavares da Silva, «Ânforas Romanas da Área Urbana de Setúbal», *Setúbal Arqueológica*, Vol. II - III, 1976 - 77, p. 175.
14. Miguel Beltán, *Guia de la Cerámica Romana*, Zaragoza, 1990, pag. 223.
15. Antónia Coelho-Soares e Carlos Tavares da Silva, *ob. cit.*, p. 181.
16. Com 38,5 cm de comprimento, 27,5 cm de largura e 4 cm de espessura.
17. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitação da Comenda de Mértola*, 1515, B- 50-160, fl.15
18. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitações de várias Igrejas*, 1554, B - 50 - 197, fl. 9.
19. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitações de várias Igrejas*, 1565, B- 51-230, fl. 9
20. *Idem*, fl. 8 v.
21. *Idem*, fl. 9.
22. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitação da Comenda de Mértola*, 1535, B 51- 263, fl.11
23. *Idem*, *ib.*
24. *Idem*, *ib.*
25. *Idem*, *ib.*
26. *Idem*, *ib.*
27. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitações de várias Igrejas*, 1565, B- 51-230, fl. 9
28. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitação da Comenda de Mértola*, 1515, B - 50 -160, fl.15
29. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitação da Comenda de Mértola*, 1535, B 51- 263, fl.11
30. A. N. T. T., *Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitações de várias Igrejas*, 1565, B- 51-230, fl. 9

REESCAVAÇÕES NA VILLA ROMANA DO MONTINHO DAS LARANJEIRAS (ALCOUTIM)

M. JUSTINO MACIEL



Na povoação do Montinho, freguesia e concelho de Alcoutim, distrito de Faro (Algarve), sobre uma elevação de terreno situada entre o rio Guadiana e a Ribeira das Laranjeiras, em espigão no ponto de confluência dos dois cursos de água, foram postas a descoberto, na grande cheia do ano de 1877, estruturas de uma *uilla* romana que Estácio da Veiga, nesse mesmo ano, estudou, paralelamente com as de outra *uilla*, mais a jusante do Guadiana, no Álamo ¹. A planta das estruturas foi levantada por A. de P. Serpa e permaneceu inédita até 1972 ².

De entre as cerca de duas dezenas de referências bibliográficas sobre esta estação arqueológica, destacamos, pela sua ordem cronológica, as seguintes:

- S. P. M. Estácio da Veiga, *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, II, Lisboa, 1887, p. 487.
- J. Leite de Vasconcelos, «Antiguidades Romanas do Algarve», in *O Archeólogo Português* (Lisboa) IV (1898) 281.
- J. M. Bairrão Oleiro, «Elementos para o estudo da *Terra Sigillata* em Portugal. I. Marcas de oleiro encontradas no País», in *Revista de Guimarães* (Guimarães) LXI (1951) 89.
- J. L. Saavedra Machado, «Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da arqueologia do Algarve. I. Catálogo de plantas, desenhos e mosaicos», in *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, I, Lisboa, 1970, pp. 333-385.
- Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos Santos, *Arqueologia Romana do Algarve*, II, Lisboa, 1972, pp. 373-375.
- J.-G. Gorges, *Les «Villas» Hispano-romaines. Inventaire et problématique archéologiques*, Paris, 1979, Pl. LXI e p. 479.
- Jose d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 184.
- Jorge de Alarcão, *Roman Portugal*, II, Warminster, 1988, p. 204.

O *Corpus* informativo sobre esta estação arqueológica fala-nos de um conjunto de estruturas sinalizadas na planta de A. de P. Serpa ³ como:

- A. Entrada destruída para a parte principal de um edifício cruciforme.
- B. Casas e lugares do campo com sepulturas.
- C. Casas exploradas sem indício de sepulturas.
- D. Galeria de cinco casas com entrada no ponto D.
- E. Piscina de 60 cm de largura, 100 de comprimento e 60 de profundidade, aberta num pavimento de mosaico ornamentado de peixes.

F. Casas incompletamente exploradas e parcialmente destruídas até aos alicerces.

O edifício principal desta *uilla*, designado pelas letras A/B e como *parte principal do edifício* na planta elaborada no séc. XIX, apresentando uma disposição cruciforme, foi interpretado como sendo um *ergastulum*, sem comunicação para o exterior, onde, dada a abundância de sepulturas, teriam sido sepultados os escravos que aí morriam⁴.

No topo noroeste desta estrutura principal, encontrava-se, segundo o autor das legendas da planta citada, uma *piscina aberta num pavimento de mosaico ornamentado de peixes*. Para além desta decoração significativa, observamos nos mosaicos que então foram retirados, e hoje se

encontram no Museu Nacional de Arqueologia, a representação de um vaso de grande interesse iconográfico⁵.

Quanto aos objectos encontrados por Estácio da Veiga, são de destacar um fragmento de calcário com restos de inscrição considerada honorífica⁶. Também são de referir bastantes objectos cerâmicos, designadamente de *terra sigillata*, vasilhas de barro, pesos de rede, fragmentos de vidro, objectos de metal e de osso⁷.

A *uilla* do Montinho das Laranjeiras foi, desde o início do séc. XX, objecto de destruição por parte dos proprietários, com o fim de poderem agricultar o local, numa região em que o xisto e a orografia do Algarve serrano levam a um aproveitamento máximo das zonas ribeirinhas. Pessoas de idade aqui residentes lembram-se ainda de, quando crianças, brincar nos tanques que por ali subsistiam, de saltar os muros e, mesmo, de terem participado na destruição de paredes para se obter solo arável. Mais recentemente, foram utilizados tractores para arrancar o que restava, sendo apenas respeitadas as zonas onde poderiam ser afectadas as raízes das árvores e os muros que se mantiveram como suporte das actuais paredes divisórias de propriedade. Foram estes dois factores, as árvores e as divisórias de propriedade, que permitiram, como constatámos no decorrer da escavação, a não destruição por completo das

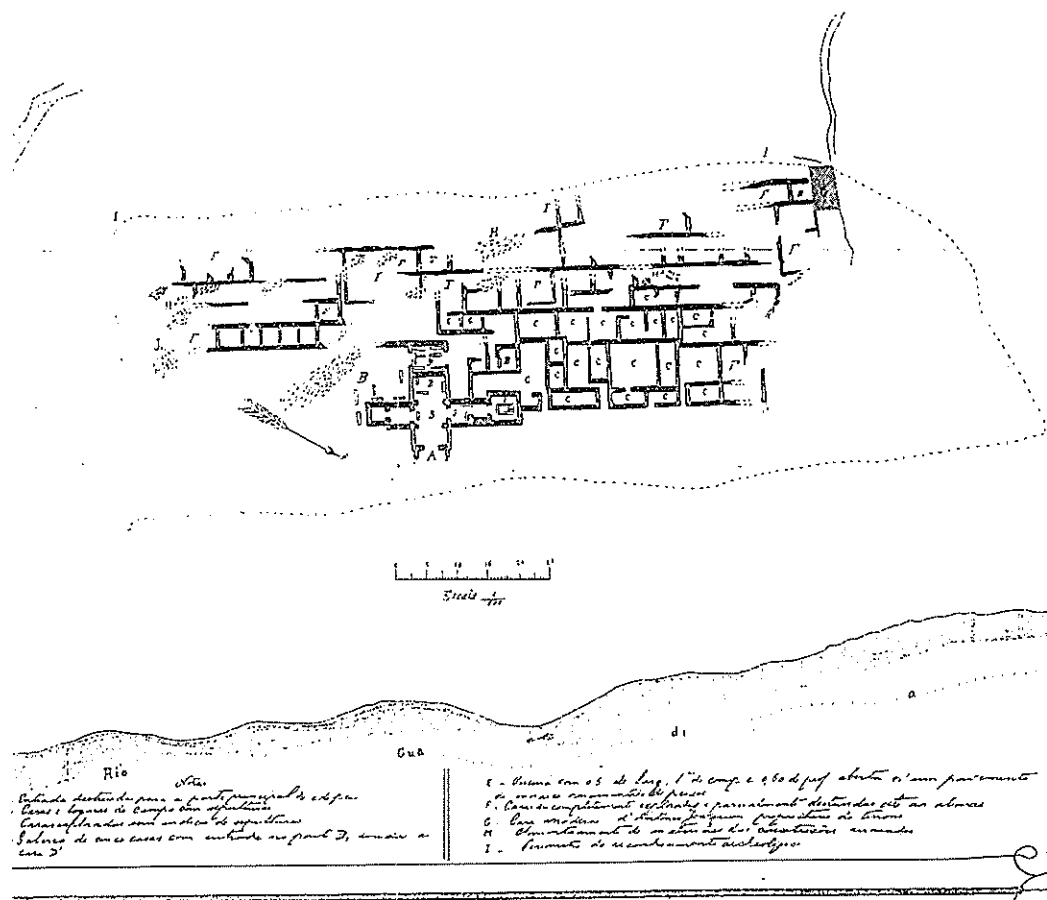


Fig. 1 - Planta do séc. XIX, de A. Serpa.

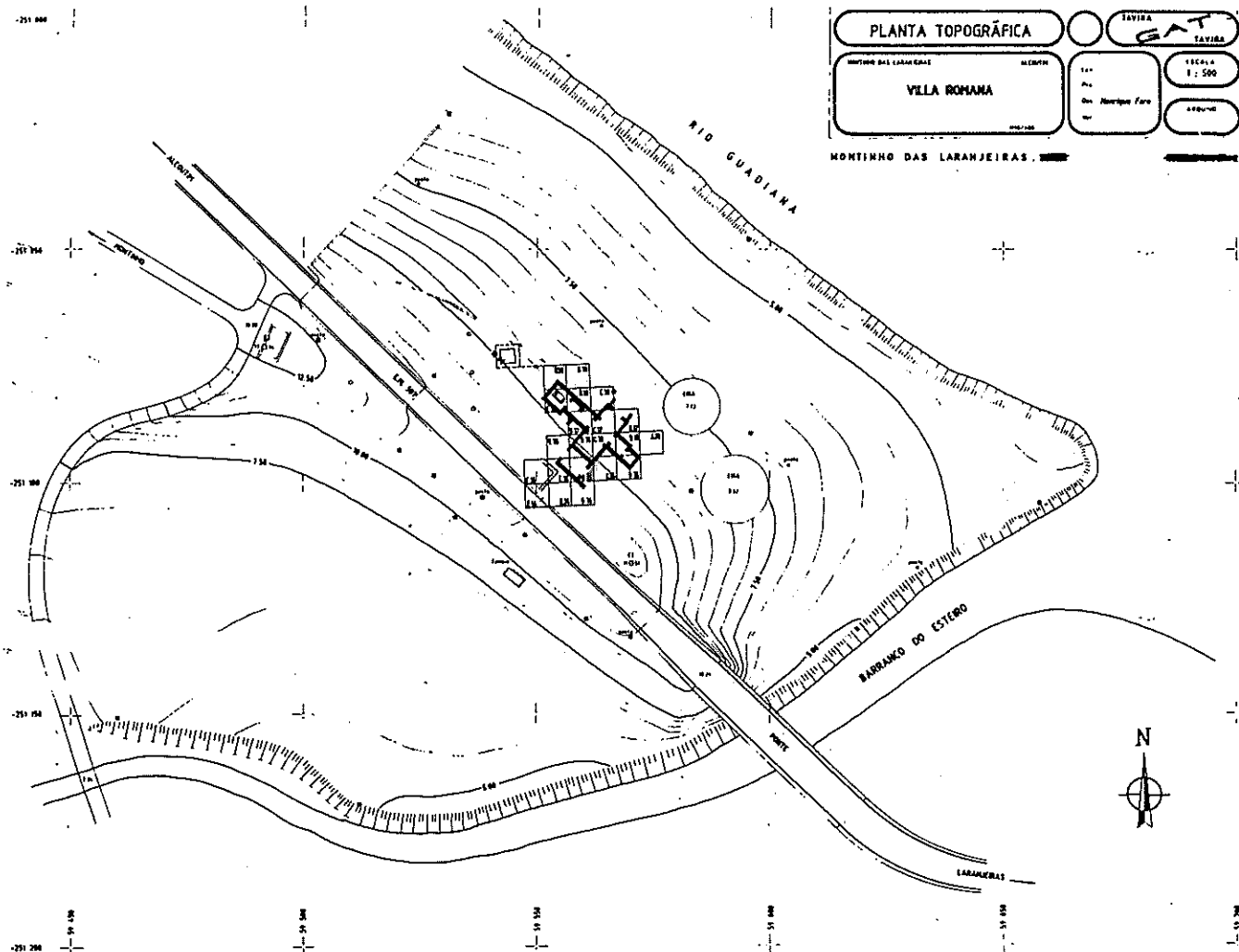


Fig. 2 – Planta Topográfica. Montinho das Laranjeiras.

estruturas. A parte mais antiga da *villa*, sobre o pontal mais alto e mais longe do nível máximo das seculares cheias do Guadiana, foi destruída há poucos anos pela nova estrada marginal ao rio entre Alcoutim e Foz de Odeleite.

Apesar de todas estas vicissitudes, a *villa* do Montinho das Laranjeiras estava, através da planta em boa hora elaborada por Estácio da Veiga e A. de Serpa, presente no estudo comparativo que Arqueólogos e Historiadores da Arte da Antiguidade iam fazendo na sua investigação. Designadamente a estrutura cruciforme, que observamos na sua parte Nascente, cujo dinamismo espacial parece ter a ver mais com formas arquitectónicas romanas tardias e paleocristãs, segundo os nossos olhos e de acordo com a evolução dos nossos próprios conhecimentos nesta matéria. Daí a proposta de escavação, ou melhor, de reescavação, para uma nova leitura do que eventualmente tivesse restado.

Quais os objectivos desta escavação? Os seguintes:

- Redescoberta, releitura e reconhecimento das estruturas escavadas já em 1877 por Estácio da Veiga, tendo em vista determinar a sua funcionalidade e o seu dinamismo espacial.
- Estudo de alicerces, sepulturas, mosaicos e decoração arquitectónica do monumento cruciforme porventura ainda existentes.
- Percepção da interacção do monumento com o espaço construído da *villa*.
- Procura de cronologias.

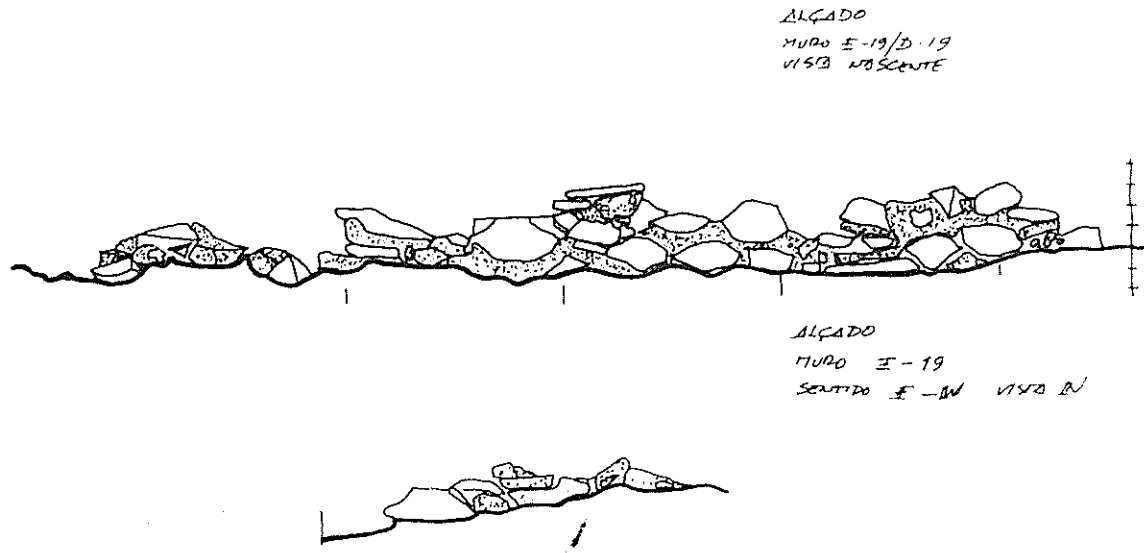


Fig. 4 – Montinho. Alçados dos Muros da Base do Cunhal Norte do braço NW. Desenho do Arq. José Callado. Esc. 1/10

- Relacionamento, numa perspectiva territorial, com a totalidade arqueológica e arquitectónica desta zona do vale do Guadiana.
- Leitura deste monumento em paralelo com outros espaços construídos de contexto romano tardio, suévico, bizantino, visigótico ou árabe, seja na interacção com os percursos mediterrânicos em que estava integrado o *Anas*, seja com monumentos de idêntica funcionalidade que conhecemos hoje no Ocidente hispânico.

A escavação iniciou-se com uma primeira tentativa de localização da estrutura cruciforme, dado que o único referencial de que dispúnhamos no início era a planta do séc. XIX e as coordenadas que ela nos apresentava em relação ao Guadiana e ao esteiro das Laranjeiras. Segundo o quadriculado estabelecido⁸, escavada parte da quadrícula G20, a NW, que revelou a base de um muro com *tegulae* destruídas em volta, avançou-se para Nascente, localizando-se na quadrícula E19 o encontro de dois muros que, posteriormente, foram identificados como a base do cunhal Norte do braço NW da estrutura cruciforme constante da planta que nos deixou Estácio da Veiga. Verificámos que neste alicerce resta ainda a marca do colector de um tanque ou pequena piscina, sem dúvida aquela a que se refere a planta citada, *labrum* hoje inexistente. No local deste encontra-se hoje uma alfarrobeira e todo o pavimento e muros deste braço, exceptuando os deste canto, foram arrancados há já bastante tempo, restando apenas vestígios de *mortarium* agarrado ao afloramento xistoso e *tessellae* soltas ou presas ainda a pequenos blocos de *opus signinum*, também soltos, que poderão encontrar-se deslocados. Perante a destruição quase total deste braço NW, a escavação permitiu verificar a correcção da planta do séc. XIX, através da descoberta do ângulo do cunhal Norte, das marcas do colector do *labrum* ou pequena piscina e dos vestígios de argamassa na rocha que permitem a reconstituição da planta.

Prolongado ainda mais o quadriculado para SE, para além da parede actual de divi-

são de propriedade, verificou-se que esta assenta, em grande parte, sobre os alicerces e paredes da construção cruciforme, e que esta última mantém integralmente os seus primitivos alicerces nos braços SW e SE e parcialmente no braço NE. Encontraram-se sapatas rectangulares em xisto nos encontros interiores dos braços do monumento cruciforme ou vestígios da sua existência no *mortarium* ainda preso à rocha, sapatas essas que, pela sua saliência em relação aos cunhais, poderão ter servido de base a colunas ou pilastras.

A limpeza do interior deste espaço cruciforme, bem como dos espaços adjacentes englobados nas quadrículas escavadas, sem qualquer estratigrafia, destruída pela escavação do século passado e pelos trabalhos agrícolas até ao presente, permitiu localizar:

- Sepulturas já indicadas por Estácio da Veiga.
- Um pavimento de *opus tessellatum* encostado ao interior do muro Oeste do braço SW, servindo de base a uma sepultura, tendo peltas, losangos, quadrados e motivos vegetalistas como decoração.
- Um fragmento de imposta em mármore de

São Brissos, com restos de decoração em círculos secantes gerando quadrifólios.

- Bastante cerâmica *sigillata* clara, alguma hispânica, muita cerâmica comum, restos de ânforas e significativos exemplos de cerâmica muçulmana. *Lateres, imbrices e tegulae*. Um fragmento de cerâmica campaniense⁹.
- Alguns fragmentos de vidro, desde o séc. I ao séc. IV d. C. Várias *tessellae*, algumas das quais em vidro, de cores várias.
- Duas argolas de bronze, possivelmente de vestuário. Um prego de bronze e vários em ferro.
- Um fragmento de lucerna paleocristã com decoração de óvulos, linguetas e pétalas.
- Restos ósseos¹⁰.
- Significativo número de dentes de javali¹¹.
- Sobre o mosaico, uma moeda de *Licinius*.

Publicaremos brevemente também alguns dados referentes à campanha de escavações de 1991.

Reservamos para um trabalho mais amplo uma leitura aprofundada do monumento cruciforme do Montinho das Laranjeiras. Tivemos já oportunidade de sublinhar a importância deste monumento na comunicação que apresentamos em Abril de 1992 em Ravenna¹², importância que foi igualmente posta em destaque ainda mais recentemente por Theodor Hauschild¹³ e Manuel Real¹⁴, nas Ponências que apresentaram à IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica¹⁵.

NOTAS

1. S. P. M. Estácio da Veiga, *Antiguidades Monumentais do Algarve*, II, Lisboa, 1888, p. 487.
2. M. L. E. V. Afonso dos Santos, *Arqueologia Romana do Algarve*, II, Lisboa, 1972, pp. 373-375. Planta anexa.
3. Legendas que acompanham a referida planta. Veja-se a reprodução que dela aqui fazemos.
4. S.P.M. Estácio da Veiga, *op. cit.*, p. 487. M. L. E. V. Afonso dos Santos, *op. cit.*, p. 374.

Des. Arg. José Caldeira

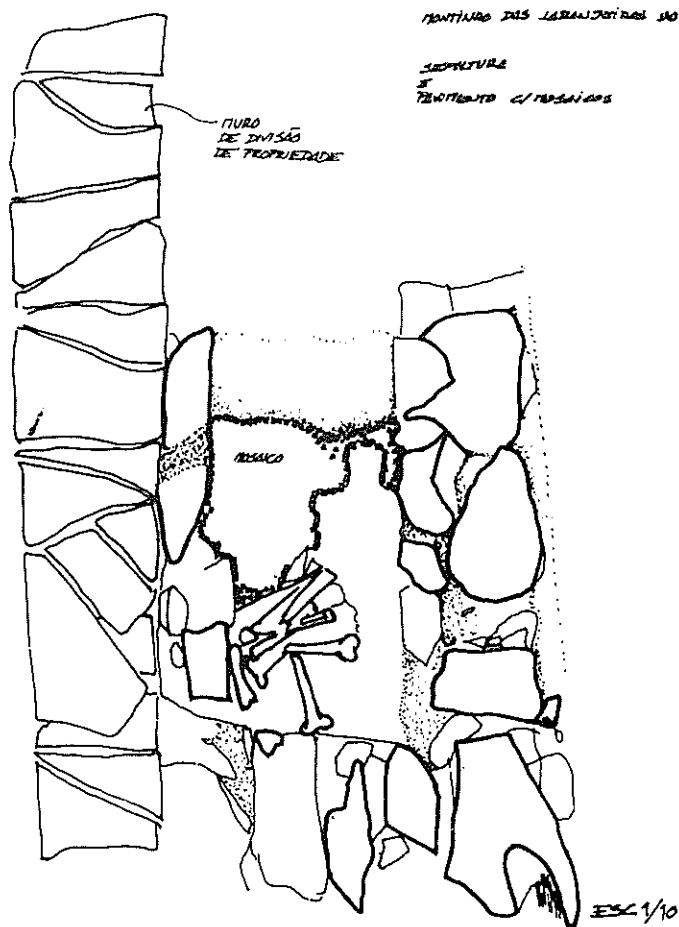


Fig. 5 – Montinho. Sepultura sobre Mosaico.

5. J. L. Saavedra Machado, «Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da Arqueologia do Algarve. I. Catálogo de Plantas, desenhos e mosaicos», in *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, I, Lisboa, 1970, p. 383, nº 39. *Inv. do MNAE* nº. 18.697.
6. Borges de Figueiredo, «Inscrições latinas do Algarve», in *Revista Archeológica e Histórica* (Lisboa) III (1889) 121. José d'Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, p. 184.
7. M. L. E. V. Afonso dos Santos, *op. cit.*, pp. 375-377.
8. Veja-se planta em anexo.
9. Parte desta cerâmica tem vindo a ser estudada por Helder Coutinho, que conosco colaborou nas escavações.
10. Quase todos dispersos na sequência da escavações do século passado. Há, todavia, alguns que se poderão relacionar com determinadas sepulturas e aguardam estudo paralelamente com novas análises de C14.
11. Que nos vem indiciar uma actividade cinegética no contexto do quotidiano da *uilla*, aliás em paralelo com o presente. No decorrer da escavação foram vistos javalis na Ribeira das Laranjeiras, junto à estação arqueológica.

12. M. Justino Maciel, «Vectores da Arte Paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico», Sep. das Actas do XXXIX CORSO DI CULTURA SULL'ARTE RAVENNATE E BIZANTINA, Ravenna, 1992, pp. 486-487.
13. Theodor Hauschild, «Transformações no Campo na Baixa Romanidade Cristã em Portugal», Ponência apresentada à IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Lisboa, 1992 (Em publicação).
14. Manuel Real, «Inovação e Resistência: Dados recentes sobre a Antiguidade Cristã no Ocidente Peninsular», Ponência apresentada à IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, Lisboa, 1992 (Em publicação).
15. Cabe aqui um agradecimento especial ao Campo Arqueológico de Mértola pelo apoio determinante que em grande parte tornou possível a intervenção arqueológica no Montinho das Laranjeiras. O nosso reconhecimento, em especial, ao Prof. Cláudio Torres, pelas orientações que nos deu, e aos Drs. Vergílio Lopes, Guilhermina Bento, Manuel Passinhas, Nádia Torres e Miguel Rego, pela valiosa ajuda nos trabalhos de campo. A equipa permanente de escavação nesta primeira campanha (Agosto de 1990) foi constituída por M. Justino Maciel, pelo Arquitecto José Callado, pelos Drs. Helder Coutinho, Maria João Medeiros, Tarcísio Maciel e pelos estudantes Domingos Martins Maciel, Rui dos Santos Abreu Maciel, Rui Gonçalves e Francisco Costa. O levantamento topográfico esteve a cargo do Sr. Mário Sebastião, do GAT de Tavira. Os trabalhos foram subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian, Câmara Municipal de Alcoutim e Instituto Nacional de Investigação Científica. O nosso reconhecimento vai também para os Senhores Carlos Francisco, do Montinho das Laranjeiras, Eduardo Faustino, de Balurcos de Baixo, e António José Galrito, de Guerreiros do Rio, pela autorização que generosamente nos deram para procedermos a escavações nos terrenos de sua propriedade.

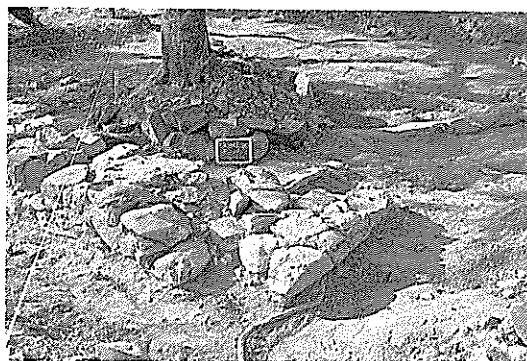
LEGENDA DAS FOTOGRAFIAS

1. Montinho das Laranjeiras. Estado do local em Janeiro de 1990.
2. Montinho das Laranjeiras. Em primeiro plano, na margem direita do Guadiana, o local da *Villa*.
3. Base restante do cunhal norte do braço NW do monumento cruciforme.
4. Em primeiro plano, alicerces do braço SW do monumento. Em segundo plano, o braço SE.
5. Alicerces do braço SE, visto do Sul.
6. Braços SW e SE. Sepultura disposta axialmente no limiar deste último.
7. Alicerces do braço SE vistos de Poente.
8. Alicerces do braço SE vistos de Sul.
9. Alicerce Sul do braço SW e início do seu prolongamento.
10. Visão do monumento a partir de SE, já com parte do muro de alvenaria retirado.
11. Pormenor do mosaico *in situ*, com decoração geométrica.
12. Fotografia aérea do local.

1



3

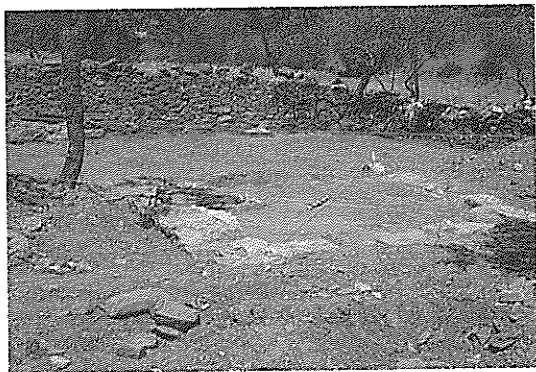


2

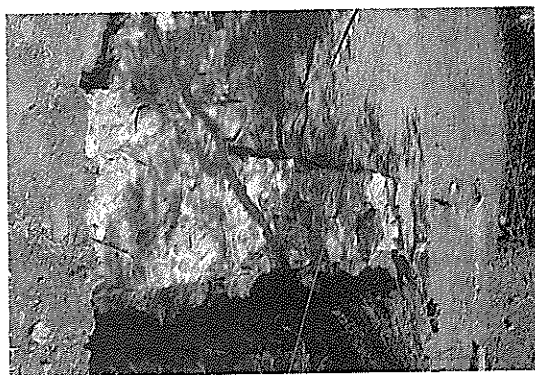


4





5



9



6



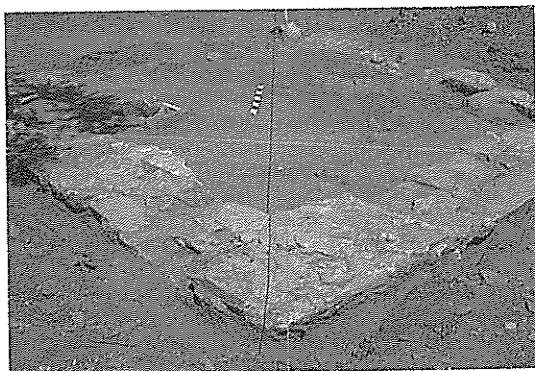
10



7



11



8



12

CERÂMICA MUÇULMANA DO MONTINHO DAS LARANJEIRAS *

HÉLDER M. R. COUTINHO

«Uma das manifestações mais importantes e densas da arte árabe é a da cerâmica»

Carlos Alberto Ferreira de Almeida

1. INTRODUÇÃO

A ocorrência de vestígios de cerâmica muçulmana, na estação arqueológica do Montinho das Laranjeiras, suscitou o seu estudo.

Em História da Arte e Arqueologia não interessa só o conhecimento das expressões artísticas realizadas nas opulentas cidades da civilização do Al-Andalus, mas também de simples lugares rurais como o Montinho das Laranjeiras.

A propósito de cerâmica muçulmana, diz-nos Carlos Alberto Ferreira de Almeida que, pela sua enorme possibilidade de variação, desde as pastas aos tipos, desde as diferentes técnicas aos múltiplos arranjos formais, a olaria é um grande espelho de qualquer civilização, porque nos expressa gostos e modas, parte da sua economia e grandemente os hábitos de cozinha e de mesa ¹.

* Este estudo não teria sido possível sem a ajuda, orientação e apoio de alguns mestres e amigos, nomeadamente o Dr. Cláudio Torres, Dr. Justino Maciel, Desenhador Armando Sabrosa, Dr. Santiago Macias e Dr. Abdallah Kwali.

Sabíamos que Montinho das Laranjeiras fora habitado durante o domínio romano, desde o século I ², mas desconhecia-se a sua ocupação na época muçulmana. A cronologia da cerâmica árabe aponta para uma ocupação centrada em pleno período muçulmano, entre os séculos IX e XI, abrangendo os períodos califal e dos taifas.

A estação do Montinho das Laranjeiras é assim constituída por uma *villa* romana com continuidade habitacional até ao século XI. No entanto, a conexão entre a ocupação romana e a árabe-medieval fica por clarificar até próximas campanhas.

A falta de trabalhos que estabeleçam tipologias e cronologias da cerâmica árabe-medieval dificultou o nosso estudo.

Perante o silêncio dos textos medievo-árabes conhecidos e das estruturas escavadas, que a cerâmica, documento arqueológico por excelência, nos revele o que puder sobre os nossos antepassados do «tempo dos mouros».

2. CERÂMICA MUÇULMANA DO MONTINHO DAS LARANJEIRAS

2.1. Localização do Montinho das Laranjeiras

(37°24'20"N / 7°27'55"O / altitude 25m.)

A estação arqueológica do Montinho das Laranjeiras situa-se junto à margem direita do rio Guadiana, entre os lugares de Montinho e das Laranjeiras, no concelho de Alcoutim (Algarve).

Montinho das Laranjeiras localiza-se sobre a mais importante via de comunicação da História do sudoeste peninsular, o rio Guadiana.

2.2. A descoberta do Montinho das Laranjeiras

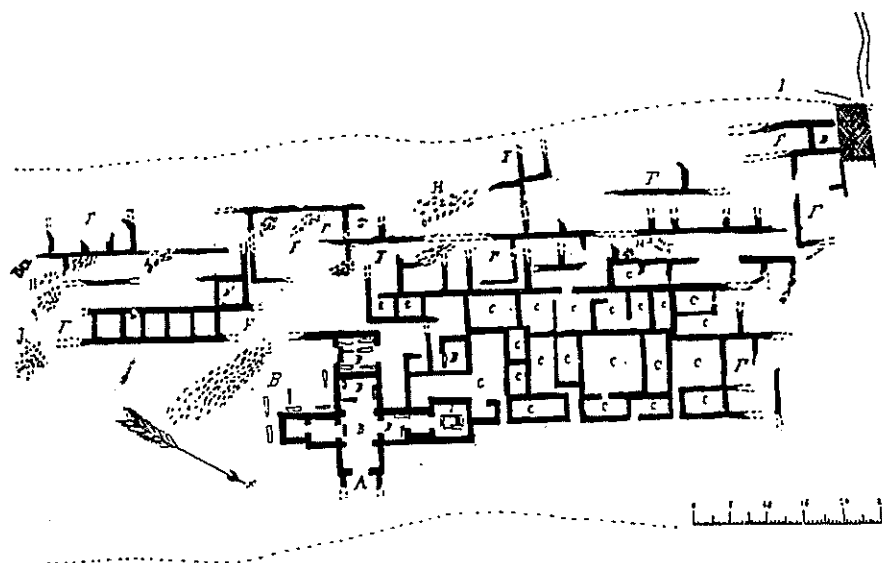
A grande torrente de 1877 deixou a descoberto «(...) um edifício antiquíssimo e de grande merecimento»³.

Estácio da Veiga detectou o valor arqueológico das ruínas do Montinho das Laranjeiras e atribuiu a designação de «*villa*» romana⁴ às estruturas que explorou.

O referido «archeólogo» retirou muitos vestígios, como esqueletos, um pedaço de inscrição, fragmentos de mosaicos, cerâmica comum⁵, terra sigillata⁶, pesos de rede em barro, cerâmica de construção, vasos de vidro, objectos de metal (maiunças de fusos, braceletes, argolas e um anel em bronze), objectos em osso (alfinetes e agulhas) e moedas⁷.

Desde as «explorações» de Estácio da Veiga até aos nossos dias, o prosseguimento dos trabalhos agrícolas destruiu, irremediavelmente, estruturas e espólios.

Em 1990, no âmbito de um projecto académico, Justino Maciel (assistente do departamento de História da Arte da U. N. L.) reiniciou trabalhos arqueológicos.



Montinho das Laranjeiras – Planta das estruturas postas a descoberto no ano de 1877

2.3. As cerâmicas de fabrico anterior ao muçulmano

No Montinho das Laranjeiras, nas últimas campanhas (1990 e 1991), foram encontrados fragmentos de cerâmica do século I ao domínio árabe.

A quantidade e qualidade dos achados arqueológicos têm ultrapassado as expectativas iniciais.

Para além da cerâmica comum, foram exumadas cerâmica de paredes finas, terra sigillata hispânica, terra sigillata clara (A, C e D), Late Roman C, ânforas, lucernas, talhas e muita cerâmica de construção (sobretudo *tegulae*, *imbrices* e *lateres*).

2.4. A colecção de cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras

A colecção de cerâmica muçulmana do Montinho das Laranjeiras é diversificada, quando à técnica, forma e decoração.

Ao lado da cerâmica local, surge um conjunto de cerâmica importada. Estamos perante uma coexistência de cerâmicas de formas, técnicas e decorações diferentes.

A maior parte da cerâmica muçulmana descoberta neste estação remonta aos séculos X-XI. A cronologia foi conseguida, não através de estratigrafia, uma vez que não existe, mas sim através da análise comparativa de técnicas de fabrico, decoração e formas.

É interessante a coincidência da cronologia atribuída à esmagadora maioria da

cerâmica muçulmana encontrada na estação arqueológica do Montinho das Laranjeiras e da exumada no Vale do Boto ⁸ e no Cerro da Vila ⁹.

As pastas

Analisando, globalmente, as cerâmicas, em função das pastas, podemos concluir que predominam as peças fabricadas com pastas em tons rosados (43,4%).

Pasta bege.....	4,4%
Pasta rosada e bege	4,4%
Pasta cinzenta	8,7%
Pasta laranja.....	8,7%
Pasta vermelha.....	8,7%
Pasta cinzenta e rosada.....	21,7%
Pasta rosada.....	43,4%
	100%

A pasta mais frequente, rosada, obtém-se a partir de barro comum com emprego de caulino ¹⁰.

As formas e as decorações

No Montinho das Laranjeiras, as formas identificadas pertencem a quatro tipos de peças: tijelas, jarras, talhas e telhas.

As tijelas são as peças mais representadas no acervo das cerâmicas exumadas.

Os fragmentos recolhidos com forma:

não identificada	43,5%
identificada	56,5%

Os tipos de peças:

tijelas.....	53,8%
jarras	15,4%
talhas.....	15,4%
telhas.....	15,4%
	100%

Os aspectos que melhor sustentam atribuições cronológicas, para além da forma geral da peça, são o perfil do bordo, o tipo de carena e a forma do pé em que assentam. Também o tipo de tratamento das superfícies, vidradas ou esmaltadas, monóchromas ou policromas, com pintura azul de cobalto, reflexo metálico ou corda seca, assim como a

ornamentação, estampilhada ou incisa, são aspectos que permitem estabelecer quadros da evolução destas formas e a sua consequente integração cultural ¹¹.

A cerâmica vidrada de cor de mel, vulgarmente conhecida por cerâmica melada, é conseguida graças ao óxido de ferro, que lhe confere a cor melada, e ao óxido de chumbo, que torna o vidrado transparente. Neste tipo de cerâmica, os traços escuros aplicados na decoração obtêm-se com o óxido de manganésio ¹².

Constata-se a existência de cerâmica melada noutros locais do sul de Portugal, como Mértola, Silves, Cerro da Vila e Castro da Cola ¹³.

Na cerâmica vidrada, as cores são conseguidas através da junção de óxidos. Assim:

- óxido de chumbo + óxido de cobalto
⇒ azul e preto
- óxido de chumbo + óxido de ferro
⇒ castanho, cor de mel e ocre
- óxido de chumbo + óxido de manganésio
⇒ castanho escuro, rôxo e preto
- óxido de chumbo + óxido de antimónio
⇒ amarelo

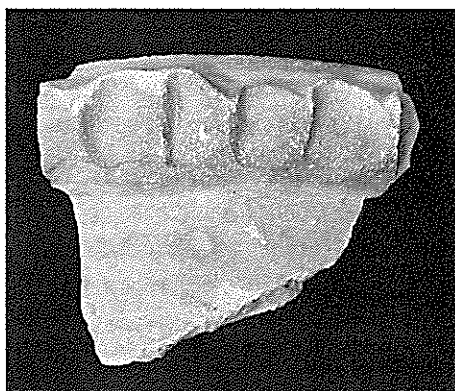
Um conjunto de peças (B-15-58 e E-15-03) possui características de tradição tardo-romana ou visigótica: cordões digitados e pastas cinzentas mal depuradas, com elementos não plásticos.

A cinta digitada que envolve o bojo B-15-58, para além de causar um bonito efeito plástico, servia para reforçar a parede da talha.

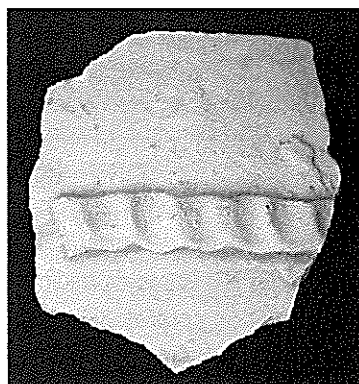
Telhas decoradas com ziguezagues, impressos no barro ainda fresco com auxílio de um estilete, como a D-15-01, também ocorrem no Vale do Boto ¹⁴.

Creemos que o fragmento de telha com letras árabes (D-15-04) é único em Portugal, pois procurámos outros exemplos e não encontramos.

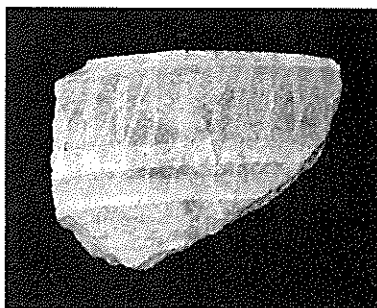
FICHAS, FOTOGRAFIAS E DESENHOS DOS FRAGMENTOS



Identificação E-15-03
Época/Século Séc. VII-VIII
Procedência Estat. E-15, Ano 91
Peça Fragmento/bordo – Talha
Descrição Dimensões: alt. máx. 5,1 cm; larg. máx. 6,5 cm e esp. máx. 1,9 cm.
Pasta Cinzenta/Rosada
Descrição Pasta rosada com núcleo central cinzento. Existência de elementos não plásticos de grão grosso.
Forma/Decoração
Descrição Bordo boleado. Na parede exterior, imediatamente abaixo do bordo, existência de uma cinta aplicada com a pressão dos dedos.

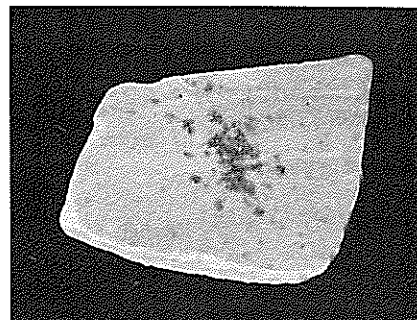


Identificação B-15-58
Época/Século Séc. VII-VIII
Procedência Estat. B-15, Ano 91
Peça Fragmento/Bojo – Talha
Descrição Dimensões: comp. máx. 10,9 cm; larg. máx. 8,7 cm e esp. máx. 1,2 cm.
Pasta Cinzenta/Rosada
Descrição Pasta rosada com núcleo cinzento. Existência de elementos não plásticos de grão grosso.
Forma/Decoração
Descrição Na parede exterior, existência de uma cinta aplicada com a pressão dos dedos.

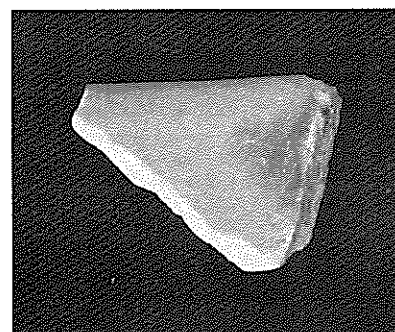


Identificação D-18-47
Época/Século Século IX-final
Procedência Estat. D-18, Ano 90
Peça Fragmento/Bordo e Colo – Jarra
Descrição Dimensões; Comp. máx. 3 cm; larg. máx. 3,8 cm e esp. máx. 0,4 cm
Pasta Cinzenta
Descrição Pasta mal depurada
Forma/Decoração
Descrição Bordo boleado. Pintura a engobe branco com traçado em ziguezague inscrito entre linhas paralelas.

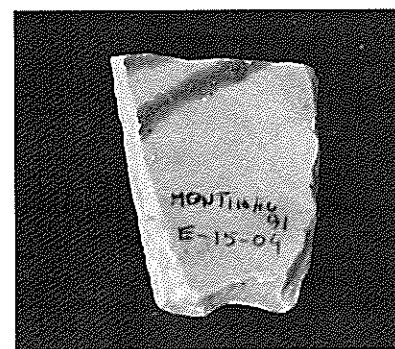
Identificação B-15-55
Época/Século Califal/Taifa (Século X-XI)
Procedência Estat. B-15, Ano 91
Peça Fragmento/Bojo
Descrição Fragmento de peça não identificada (talvez tijela). Dimensões: comp. máx. 3 cm; larg. máx. 4,6 cm e esp. máx. 0,5 cm.
Pasta Rosada
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Vidrado ocre. Decoração com pingos de óxido de manganésio.



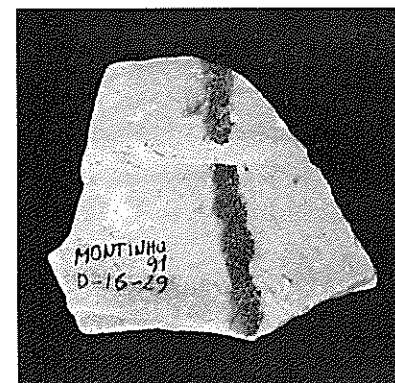
Identificação D-16-27
Época/Século Califal/Taifa (Século X-XI)
Procedência Estat. D-16, Ano 91
Peça Fragmento/Bordo
Descrição Fragmento de peça não identificada (talvez tijela). Dimensões: alt. máx. 2,2 cm; larg. máx. 2,7 cm e esp. máx. 0,5 cm.
Pasta Rosada
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Vidrado cor de mel. Bordo boleado. Vestígio de decoração com mancha de óxido de manganésio.

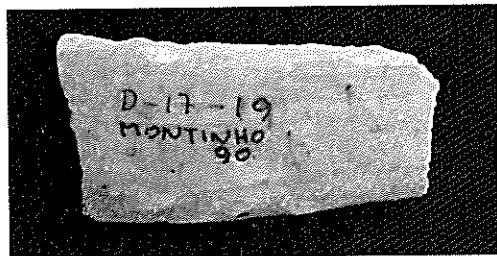


Identificação E-15-04
Época/Século Califal/Taifa (Século X-XI)
Procedência Estat. E-15, Ano 90
Peça Fragmento/Bojo
Descrição Fragmento de peça não identificada. Dimensões: larg. máx. 3,8 cm; comp. máx. 2,6 cm e esp. máx. 0,7 cm
Pasta Rosada
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Vidrado cor de mel. Vestígios de decoração com traços de óxido de manganésio.

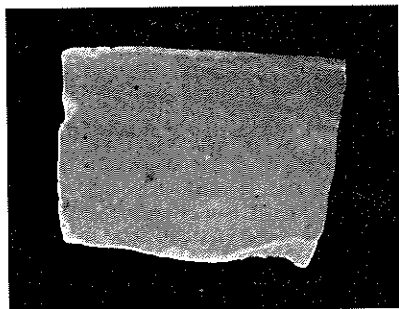


Identificação D-16-29
Época/Século Califal/Taifa (Século X-XI)
Procedência Estat. D-16, Ano 91
Peça Fragmento/Bojo – Jarra
Descrição Dimensões: comp. máx. 4,4 cm; larg. máx. 4,9 cm e esp. máx. 0,5 cm.
Pasta Cinzenta/Rosada
Descrição Pasta bem depurada. Metade (interior) cinzenta e metade (exterior) rosada.
Forma/Decoração
Descrição Vidrado ocre. Exterior vidrado com decoração em traços de óxido de manganésio. Interior não vidrado, com caneluras.

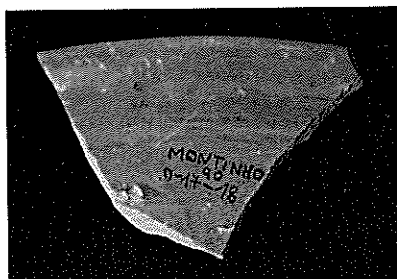




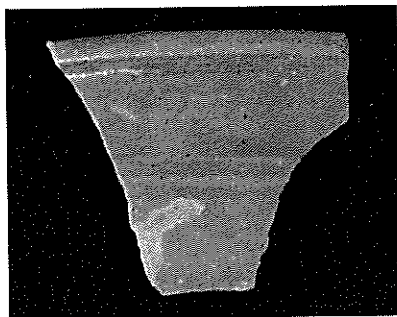
Identificação D-17-19
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. D-17, Ano 90
Peça Fragmento/Bordo
Descrição Fragmento de peça não identificada. Dimensões: larg. máx. 4 cm; comp. máx. 2,1 cm e esp. máx 0,7 cm.
Pasta Laranja
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Vidrado cor de mel. Bordo boleado, levemente biselado para o interior.



Identificação D-17-09
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. D-17, Ano 90
Peça Fragmento/Bordo e bojo – Tijela
Descrição Dimensões: comp. máx. 2,9 cm; larg. máx. 3,7 cm e esp. máx. 0,6 cm
Pasta Bege
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Bordo boleado, biselado para o interior.



Identificação D-17-18
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. D-17, Ano 90
Peça Fragmento/Bordo/Bojo – Tijela
Descrição Dimensões: larg. máx. 5,7 cm; comp. máx. 4 cm e esp. máx. 0,7 cm
Pasta Cinzenta
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Vidrado verde-castanho. Bordo boleado, contracurvado.



Identificação E-15-01
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. E-15, Ano 91
Peça Fragmento/Bordo e bojo – Tijela
Descrição Dimensões: comp. máx. 4,4 cm; larg. máx. 4,8 cm; esp. máx. 1,3 cm; larg. do bordo 1,3 cm
Pasta Rosada
Descrição Pasta mal depurada com elementos não plásticos de grão muito fino
Forma/Decoração
Descrição Vidrado castanho. Bordo triangular, levemente inclinado para o exterior.

Identificação D-18-49
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)

Procedência Estat. D-18, Ano 90

Peça Fragmento/Bordo, bojo e fundo – Tijela

Descrição Dimensões: comp. máx. 6 cm; larg. máx. 9,1 cm; esp. máx. 0,9 cm; larg. do bordo 1,2 cm e alt. 4,5 cm

Pasta Cinzenta/Rosada

Descrição Núcleo cinzento. Pasta mal depurada. Existência de alguns elementos não plásticos de grão muito fino

Forma/Decoração

Descrição Vidrado ocre - cor de mel claro. Bordo boleado em aba, envasado. Decoração, na parte superior do bordo, com manchas de óxido de manganésio.

Identificação D-18-48

Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)

Procedência Estat. D-18, Ano 90

Peça Fragmento/Bordo, bojo e fundo – Tijela

Descrição Dimensões: alt. máx. 4,3 cm; esp. máx. 0,9 cm e larg. do bordo 1,2 cm

Pasta Cinzenta/Rosada

Descrição Núcleo cinzento. Pasta mal depurada. Existência de alguns elementos não plásticos de grão muito fino

Forma/Decoração

Descrição Vidrado ocre - cor de mel claro. Bordo boleado em aba, envasado. Base convexa, sem pé.

Identificação D-17-10

Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)

Procedência Estat. D-17, Ano 90

Peça Fragmento/Asa

Descrição Fragmento de peça não identificada. Dimensões: alt. máx. 2,9 cm; larg. máx. 2 cm e esp. máx. 1 cm

Pasta Rosada

Descrição Pasta bem depurada

Forma/Decoração

Descrição Vidrado ocre. Asa com secção oval.

Identificação D-15-5

Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)

Procedência Estat. D-15, Ano 91

Peça Fragmento/Asa

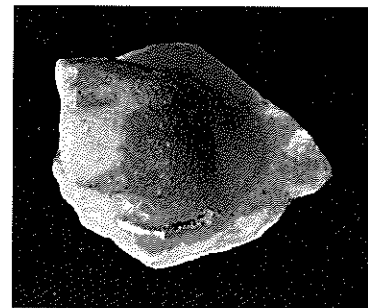
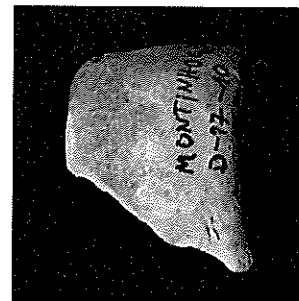
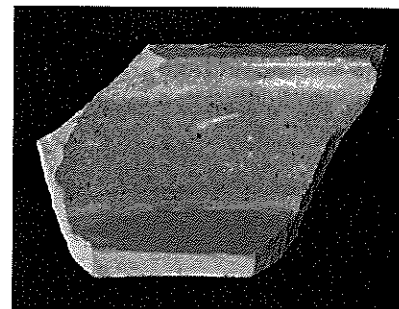
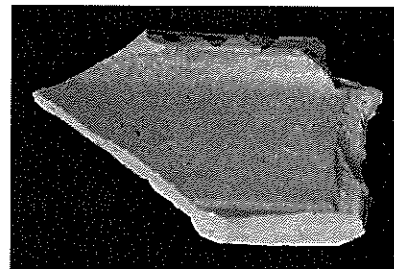
Descrição Fragmento de peça não identificada (talvez tijela). Dimensões: comp. máx. 3 cm; alt. máx. 2,5 cm e esp. máx. da asa 2,2 cm.

Pasta Rosada

Descrição Pasta bem depurada

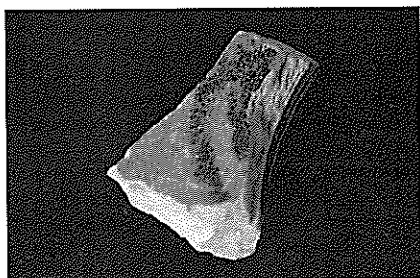
Forma/Decoração

Descrição Vidrado cor de mel.

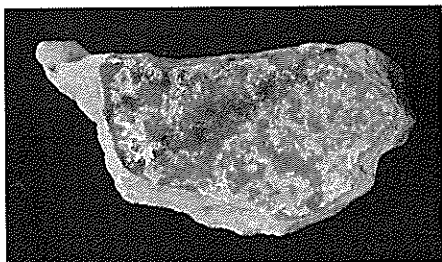




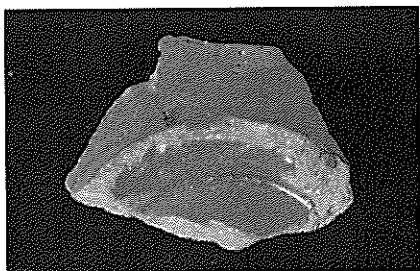
- Identificação E-15-02
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. E-15, Ano 91
Peça Fragmento/Asa
Descrição Asa de peça não identificada (Talvez um púcaro). Dimensões: alt. máx. 5,7 cm; larg. máx. 3,5 cm e esp. máx. 2,5 cm.
Pasta Rosada
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Vidrado verde e amarelo. Parte exterior da asa em forma de cotovelo.



- Identificação B-17-34
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. B-17, Ano 90
Peça Fragmento/Fundo
Descrição Fragmento de peça não identificada. Dimensões: alt. máx. 1,7 cm; larg. máx. 4,1 cm; comp. máx. 3 cm; alt. do pé 0,9 cm e esp. do pé 1,3 cm
Pasta Rosada/Bege
Descrição Pasta rosada com núcleo bege. Existência de elementos não plásticos de grão médio
Forma/Decoração
Descrição Vidrado cor de mel. Decoração com traços castanhos escuros de óxido de manganésio. Base com pé anelar.



- Identificação B-17-33
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. B-17, Ano 90
Peça Fragmento/Fundo
Descrição Dimensões: comp. máx. 3,2 cm; larg. máx. 6,8 cm; alt. máx. 1,8 cm; esp. máx. 0,8 cm; alt. do pé 0,7 cm e esp. do pé 0,6 cm.
Pasta Rosada
Descrição Pasta bem depurada
Forma/Decoração
Descrição Vidrado cor de mel. Vestígios de decoração com traços escuros de óxido de manganésio. Base com pé anelar.



- Identificação Sup. 28
Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)
Procedência Estat. Sup., Ano 91
Peça Fragmento/Fundo
Descrição Fragmento de peça não identificada, possivelmente tijela. Dimensões: larg. máx. 4,6 cm; comp. máx. 3,7 cm; alt. máx. 1,9 cm; esp. máx. 1 cm; alt. do pé 0,6 cm e esp. do pé 0,9 cm.
Pasta Vermelha
Descrição Existência de elementos não plásticos de grão médio

Forma/Decoração

Descrição Vidrado castanho. Fundo com pé anelar.

Identificação D-18-134

Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)

Procedência Estat. D-18, Ano 90

Peça Fragmento/Fundo – Tijela

Descrição Dimensões: alt. máx. 1,5 cm; larg. máx. 8 cm, esp. máx. 0,8 cm; comp. máx. 3,7 cm; alt. do pé 0,6 cm e esp. do pé 0,9 cm

Pasta Laranja

Descrição Pasta bem depurada

Forma/Decoração

Descrição Vidrado verde e amarelo-ocre. Base com pé anelar.

Identificação D-15-03

Época/Século Califal/Taifa (século X-XI)

Procedência Estat. D-15, Ano 91

Peça Fragmento/Fundo

Descrição Fragmento de peça não identificada. Diâmetro do fundo: 4,9 cm. Alt. máx. 0,6 cm; larg. máx. 7,5 cm; alt. do pé 0,5 cm e esp. do pé 0,8 cm.

Pasta Vermelha

Descrição Existência de elementos não plásticos de grão médio

Forma/Decoração

Descrição Vidrado castanho. Base de pé anelar com fundo externo convexo.

Identificação D-15-01

Procedência Estat. D-15, Ano 91

Peça Fragmento/Telha

Descrição Cerâmica de Construção. Dimensões máximas: comp. 7,5 cm; larg. máx. 6,5 cm e esp. máx. 1,5 cm

Pasta Rosada

Descrição Existência de muitos elementos não plásticos de grão grosso

Forma/Decoração

Descrição Existência de 3 linhas onduladas, incisas, paralelas ao comprimento da peça.

Identificação D-15-04

Época/Século X-XI ?

Procedência Estat. D-15, Ano 91

Peça Fragmento/Telha

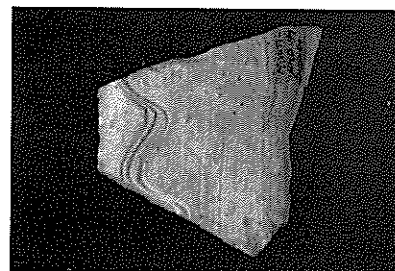
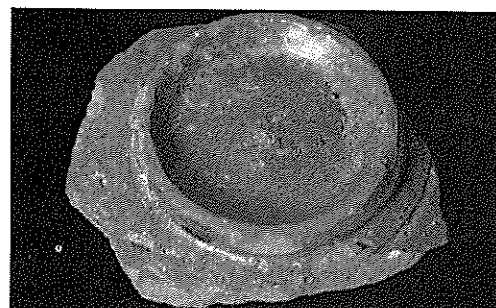
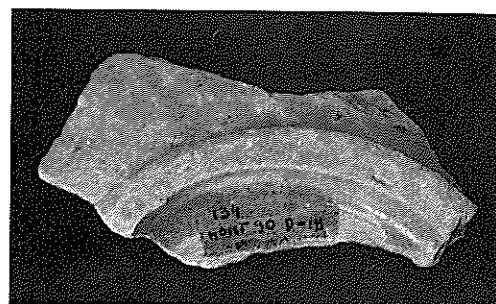
Descrição Cerâmica de construção. Dimensões: comp. máx. 7 cm; larg. máx. 6 cm e esp. máx. 1,7 cm

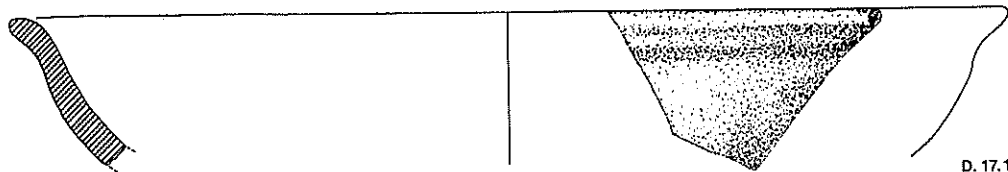
Pasta Rosada

Descrição Existência de alguns elementos não plásticos de grão grosso.

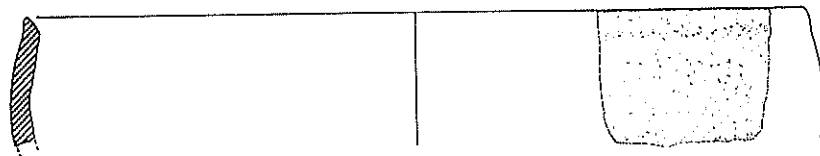
Forma/Decoração

Descrição Vestígios de caracteres árabes. Transliteração: ...K __ M R*... (* talvez N).





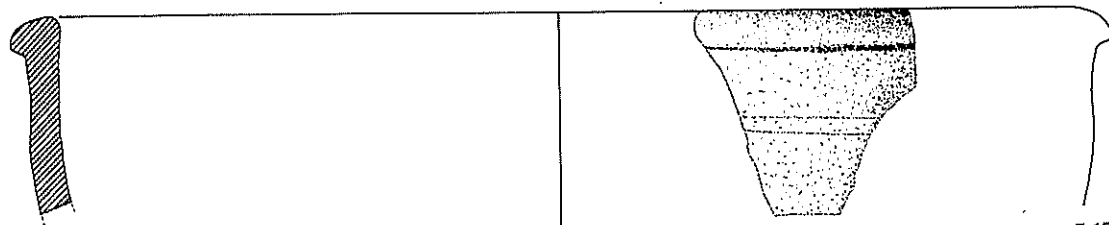
D. 17.18



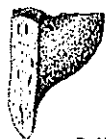
D.17.09



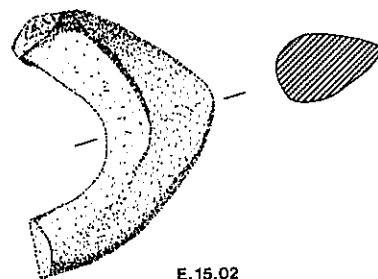
D.17.19



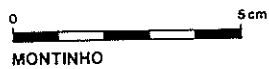
E.15.01



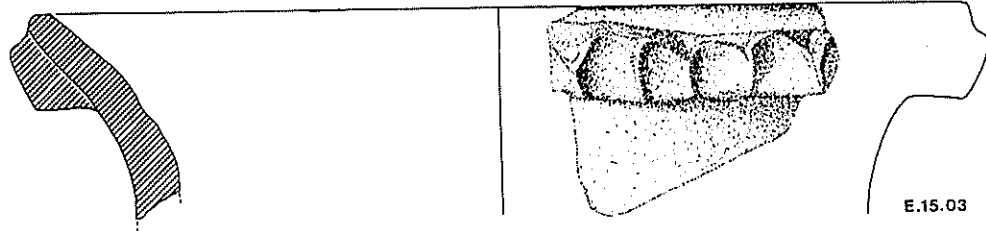
D.15.5



E.15.02



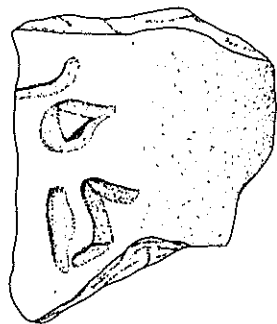
MONTINHO



E.15.03



D.15.04



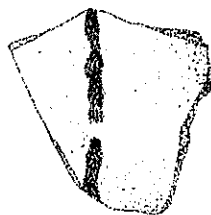
E.15.04



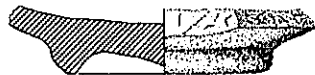
B.15.55



B.17.34



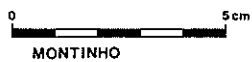
D.16.29



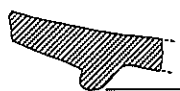
D.15.03



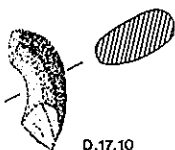
D.18.134



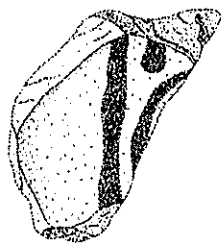
MONTINHO



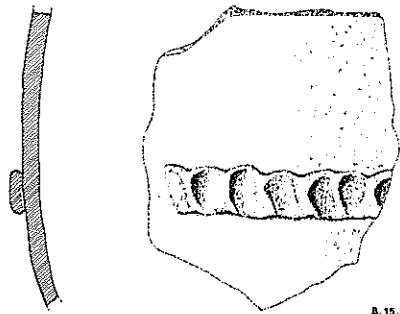
Sup. 28



D.17.10



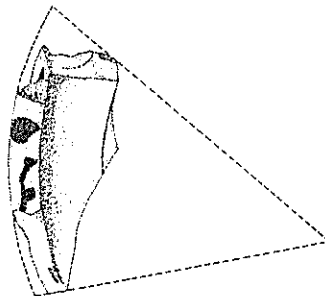
B.17.33



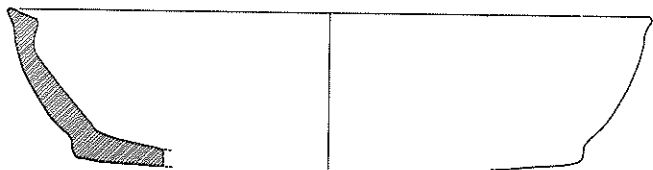
B.15.56



D.16.47



0 5cm
MONTINHO



D.19.49

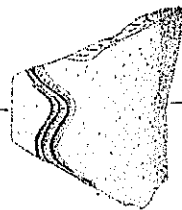


D.16.27

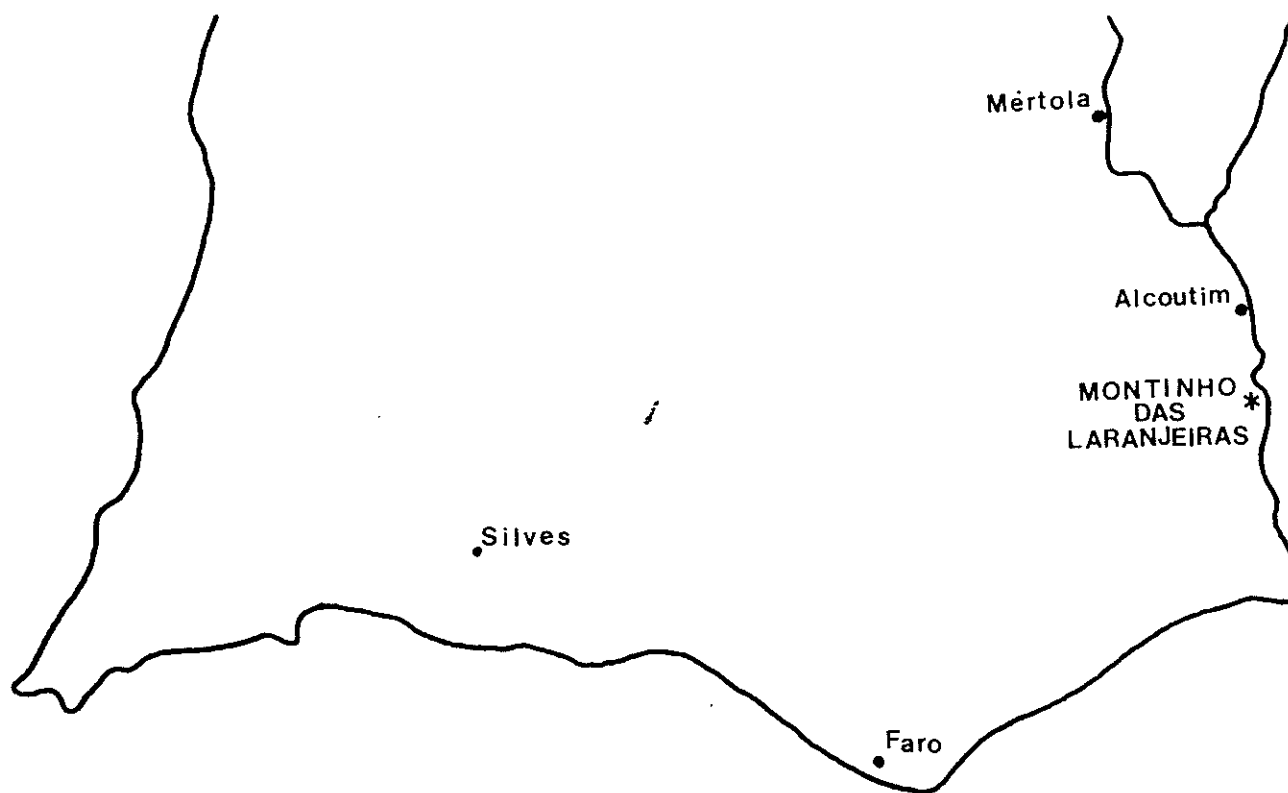
0 5cm
MONTINHO



D.15.01



LOCALIZAÇÃO DO MONTINHO DAS LARANJEIRAS



ABANDONO DO LUGAR

Nada sabemos quanto ao abandono do lugar. As fontes escritas são omissas, no entanto a cerâmica até agora exumada parece indicar-nos os séculos XI-XII como data de fim de ocupação.

Qual o motivo de abandono?

– Destruição causada por uma torrente «diluviana»?

– Insegurança de origem político-militar?

– Decréscimo da importância da via fluvial do Guadiana após a Conquista Cristã do Algarve?

Com a queda do Califado (1031) surgiu um grande número de pequenos reinos de Taifas, entre os quais: Sevilha, Badajoz, Huelva, Niebla, Mértola, Silves e Santa Maria Ibne Hárune (Faro). Montinho das Laranjeiras devia pertencer ao reino de Santa Maria ¹⁵ e situava-se junto de uma fronteira natural (rio Guadiana) e política (reino de Huelva). O lugar terá sido abandonado neste momento, quando o reino de Sevilha conquistou os reinos de Huelva, Santa Maria e Mértola ¹⁶ ou na sequência da Conquista Cristã?

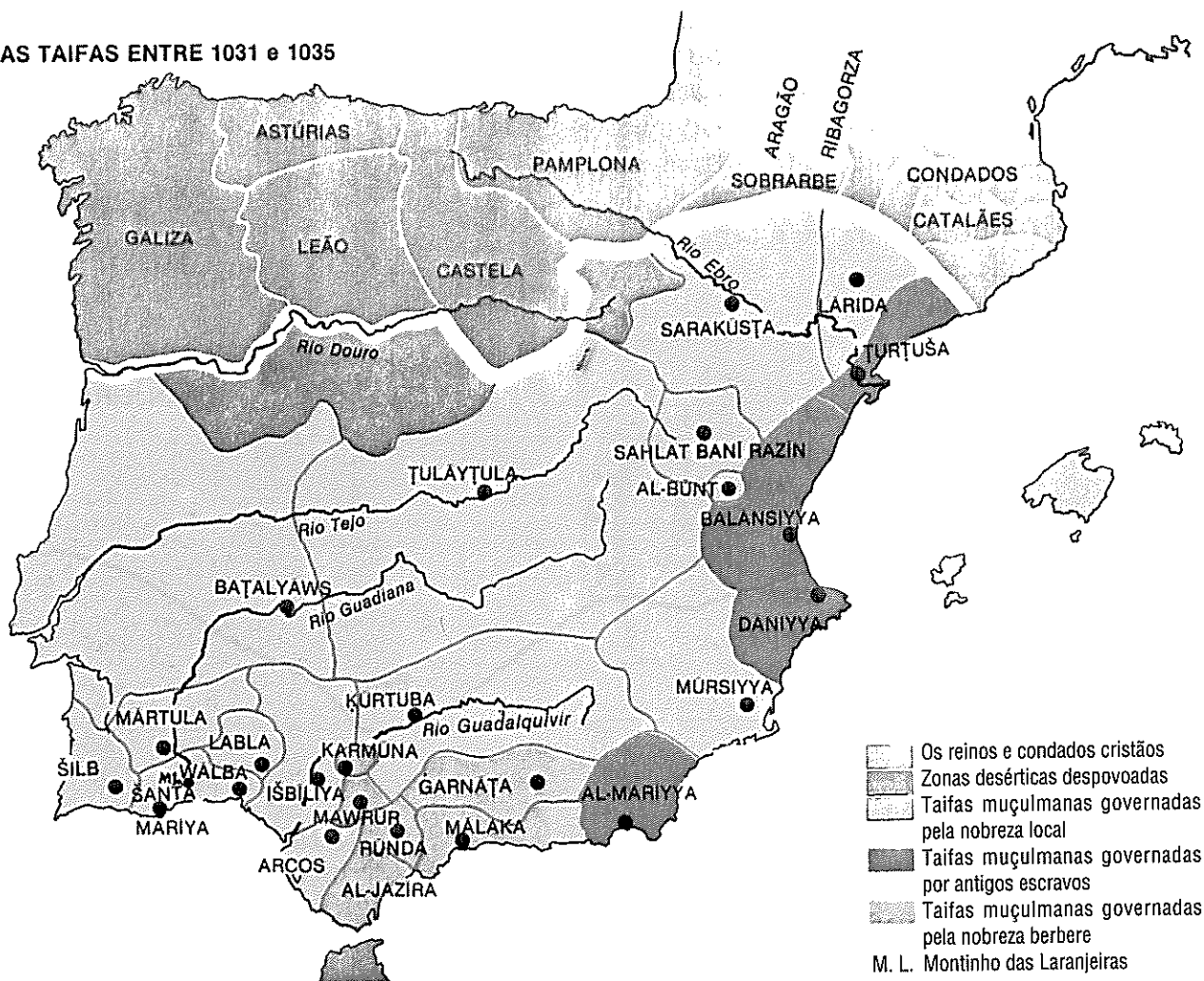
Que futuras escavações proporcionem mais informações sobre a ocupação humana das margens do rio Guadiana.

NOTAS

1. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, «Arte Islâmica em Portugal», p. 88.
2. VEIGA, Sebastião Estácio da, *Antiguidade Monumentais do Algarve*, p. 487.
3. N./A., «Noticiário» – Descoberta importante», p. 2.
4. VEIGA, Sebastião Estácio da, *Op. Cit.*, p. 487.
5. «Tem interesse chamar a atenção para um vaso, com uma saliência mamilar perfurada tipo *biberon* (...)» (PEREIRA, M^a Luisa E. da V. A. dos Santos, «Alguns aspectos da arqueologia romana do Algarve», p. 172).
6. «Um vaso de terra sigillata assinado por P. Cor.

MONTINHO DAS LARANJEIRAS ENTRE REINOS TAIFAS

AS TAIFAS ENTRE 1031 e 1035

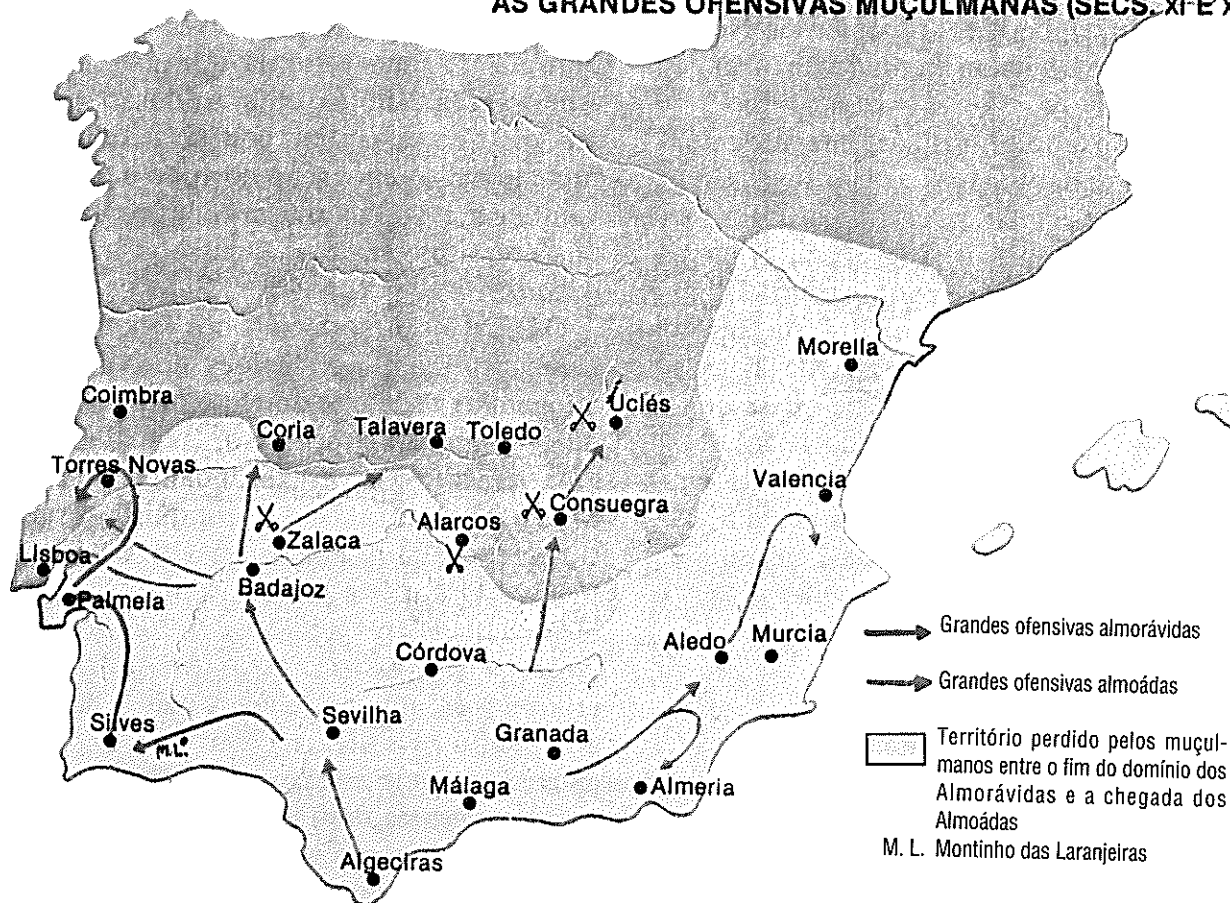


(Mapa adaptado – Bibl.: Luís Manuel de Araújo, «Os muçulmanos no ocidente peninsular» in *História de Portugal*, vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 1983, p. 124).

- (Publius Cornelius), oleiro itálico da época de Augusto, indica os começos do século I» (Idem, *Ibidem*, p. 172).
- SANTOS, M^a Luísa E. da V. Afonso os, *Arqueologia Romana do Algarve*, 2^a vol., pp. 373-382.
 - GONÇALVES, Victor, et alii, «O sítio romano-árabe do Vale do Boto – Notícia da sua identificação», p. 71.

- MATOS, José Luis de, «Malgas árabes do Cerro da Vila», p. 377.
- GONÇALVES, Victor, et alii, *Op. Cit.*, p. 73.
- GOMES, Rosa Varela, «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves», p. 163.
- GONÇALVES, Victor, et alii., *Op. Cit.*, p. 73.
- Idem, *Ibidem*, p. 74.
- Idem, *Ibidem*, p. 74.
- ARAÚJO, Luis Manuel de, «Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular», p. 274.
- LOPES, David, «O domínio árabe», p. 400.

AS GRANDES OFENSIVAS MUÇULMANAS (SÉCS. XI E XII)



(Mapa adaptado – Bibl.: Luís Manuel de Araújo, *op. cit.*, p. 278).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, «Arte islâmica em Portugal» in *História da Arte em Portugal*, vol. II, Publicações Alfa, Lisboa, 1987.

ARAÚJO, Luís Manuel de, «Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular» in *História de Portugal*, vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 1983.

BAZZANA, André, «Céramiques médiévales: les méthodes de la description analytiques aux productions de l'Espagne Orientale» in *Mélanges de la Casa de Velazquez* (Paris) XV (1979), pp. 135-187.

CATARINO, Helena et alii, «Vale do Boto: escavações de 1981 no complexo árabe/medieval» in *Clio* (Lisboa), 3 (1981), pp. 9-29.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 4 vols., Seara Nova, Lisboa, 1971-75.

FAÍSCA, S., «Potencialidades Turísticas do Nordeste Algarve – III» in *Jornal do Algarve* (V. R. de Santo António) 1520 (1986), p. 5.

FERREIRA, A. A. de C., «Sobre uns vasos antigos do Museu Etnológico Português» in *O Archeólogo Português* (Lisboa) XIX (1914), p. 1-4.

GOMES, Rosa V., «Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves» in *Xelb* (Silves), I (1988), pp. 1-294.

GONÇALVES, Victor et alii, «O sítio romano-árabe do vale do Boto. Notícia da sua identificação», in *Clio* (Lisboa) 2 (1980), pp. 71-81.

LOPES, David, «O domínio árabe» in *História de Portugal*, vol. I, Portucalense Editora, Barcelos, 1928.

MAIA, Manuel, «Os Castella do Sul de Portugal», in *Madridrer Mitteilungen* (Madrid), 27 (1986), pp. 195-223.

MATOS, José Luis de, «Malgas árabes do Cerro da

Vila» in *O Arqueólogo Português*, 4ª série (Lisboa) 1 (1983), pp. 375-390.

PEREIRA, Maria Luisa Estácio da Veiga Afonso dos Santos, «Alguns aspectos da arqueologia romana do Algarve-Palestra proferida em 14/06/73 na Casa do Algarve em Lisboa» in *Anais de Município de Faro* (Faro) VI (1976), pp. 161-203.

ROSA, J.A.P. e, «Quatro meses com Estácio da Veiga (Estudo arqueológico – bibliográfico)» in *Anais do Município de Faro* (Faro) III (1971), pp. 263-274.

SANTOS, Isabel, «Igreja do período paleocristão descoberta em Alcoutim» in *Público* (Lisboa) 577 (1991), pp. 50-51.

SANTOS, Mª Luisa Estácio da Veiga Afonso dos, *Arqueologia Romana do Algarve*, 2 vols., Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1972.

TORRES, Cláudio, *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, CAM, Mértola, 1987.

VASCONCELOS, J. Leite de, «Antigualhas romanas do Algarve» in *O Arqueólogo Português* (Lisboa) VI (1989), pp. 280-281. «Objectos arqueológicos de Alcoutim» in *O Arqueólogo Português* (Lisboa) XXIV (1919-1920), pp. 198-202.

VEIGA, Sebastião P. M. Estácio da, *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, 4 vols. Imprensa Nacional, Lisboa, 1886-1891.

N./A., «Noticiário – Descoberta importante» in *Jornal dos Artistas* (Portimão) 68 (1877), p. 2.

j

UN LOTE DE CERÁMICA ISLÁMICA DE NIEBLA

JUAN AURELIO PÉREZ MACIAS

JUANA BEDIA

1. INTRODUCCION

Tanto la historiografía islámica como los restos y hallazgos arqueológicos documentados en el entorno de la ciudad de Niebla, han despertado siempre el interés de la investigación arqueológica. Sin embargo, este interés no ha quedado reflejado en los escasos trabajos científicos que han llegado hasta nosotros.

Efectivamente, dejando a un lado algunas obras de carácter descriptivo realizadas en las últimas décadas del siglo pasado y las primeras de éste (Santamaría, 1878; Amador, 1891; y Díaz, 1925), los primeros estudios científicos se encuentran íntimamente relacionados con la Escuela Anglo-Americana de Prehistoria y Arqueología que en 1915 fundara E. Whishaw en la propia Niebla. Comenzaron a aparecer publicados los trabajos arqueológicos realizados por J. P. Droop (Droop, 1925), E. Whishaw (Whishaw, 1929) y O. Davies, quien dio a conocer los materiales islámicos exhumados tras varios sondeos en el lugar denominado como «Canape de la Reina», junto a la Puerta del Buey (Davies, 1934).

Tras un largo paréntesis casi sin actividad científica, ésta se reanuda en 1967 con la publicación de los resultados obtenidos en la excavación del «Tholos del Moro» (Garrido y Orta, 1967), no abandonándose hasta nuestros días. Pero la década de los 70 quedara marcada por la necesidad de constatar claramente los orígenes del «tell» de Niebla y su relación con las rutas metalúrgicas de la protohistoria. De esta forma, se dejarán de lado las evidencias medievales, considerando suficientes los datos proporcionados por los historiadores y filólogos medievalistas (Roldán, 1992 y Ladero, 1992).

Este interés por la protohistoria de Niebla favorece la realización de la hasta ahora única excavación sistemática efectuada en la ciudad. Entre los años 1978 y 1983 un nutrido grupo de arqueólogos, encabezados por M^a Belén de Amos y M. Fernández Miranda, realizaron importantes sondeos estratigráficos junto a la Puerta de Sevilla (figura 1). Sus resultados, aun no del todo publicados, confirman para el «tell» de Niebla una continuada habitación que abarcaría desde al menos el siglo IV a. C. hasta nuestros días (Belén y otros, 1983; Belén, 1986; y Escacena, 1980). Además, esta excavación marca un hito importantísimo para la investigación; por primera vez se documentan in situ niveles de habitación de época romana e islámica, todo lo cual denota la necesidad de establecer una política clara tanto en materia de investigación como de conservación y protección de los vestigios arqueológicos de Niebla (Olmo, 1986).

A partir de 1985 se iniciará para la ciudad una nueva etapa en la que la política administra-

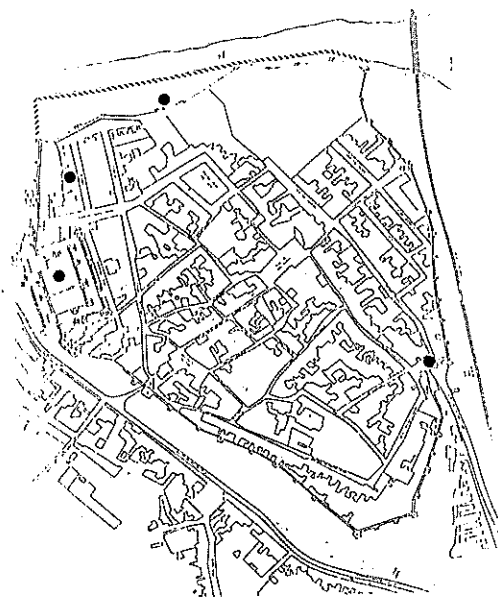


Fig. 1 – Niebla. Lugares donde se han realizado cortes estratigráficos.

tiva irá dirigida a la protección y conservación del yacimiento; se contemplan actuaciones de apoyo y documentación a los diferentes proyectos de restauración efectuados en el Castillo de los Guzmanes y murallas adyacentes (López Vicente, 1985 y Rebollo, 1986), y se incluye todo el yacimiento urbano en el «Inventario de Yacimientos Arqueológicos de la provincia de Huelva para la prevención de Urgencias» (Teba, Bedia y otros, 1987). Por otro lado, se abre una nueva línea de investigación dando paso a estudios de materiales arqueológicos depositados en los Fondos del Museo Provincial de Huelva (Fernández Gabaldón, 1987).

Siguiendo esta línea, en febrero de 1992 efectuamos la necesaria actuación arqueológica de apoyo a la restauración del sector Este de las murallas hispanomusulmanas de Niebla (Guarner y Lopez, 1990). La excavación dio como resultado la constatación de una muralla islámica de probable datación califal, considerada anteriormente de época romana (Jiménez, 1977), infrapuesta a tapias con cerámicas almohades. Por debajo de esta muralla medieval se docu-

mentaron otras dos cercas más construidas en momentos protohistóricos (Bedia, Pérez y Borja, 1992).

2. LA COLECCION DEL AYUNTAMIENTO DE NIEBLA

La desaparición tras la Guerra Civil de la Escuela Anglo-americana de Prehistoria y Arqueología que E. Whisaw fundó en Niebla a comienzos de siglo, dejó para la ciudad una verdadera casa-museo repleta de documentación científica y abundantes materiales. Con el tiempo algunos de estos materiales fueron a parar a la colección de Carlos Cerdán Márquez, entonces Comisario de excavaciones, que formó el germen del actual Museo Provincial de Huelva (García y Velasco, 1989). Otros elementos, sobre todo la documentación escrita, fueron rescatados por la Excm. Diputación Provincial y el Ayuntamiento de Niebla. Los más, sin embargo, desaparecieron víctimas del expolio y de la ruina del edificio.

En los últimos años, el Ayuntamiento de Niebla está realizando un gran esfuerzo por recuperar parte de la colección que aun se conserva repartida por la ciudad, con la intención de proceder a su restauración y posterior exposición en la «Casa de la Cultura». De entre las piezas restauradas destacan, por su volumen y calidad, las de origen hispano-musulmán y, entre éstas, las que componen el presente catálogo, en el que se incluyen además algunas de las piezas rescatadas en la excavación realizada por nosotros en febrero de 1992 (Bedia, Pérez y Borja, 1992). Su publicación tiene, por tanto, una doble intención.

Por un lado, dar a conocer un material inédito y de extraordinaria calidad que atestigüa nuevamente la importancia del hábitat islámico de Niebla en etapas altomedievales, mal conocidas a pesar de las numerosas citas y de las noticias históricas con que contamos (Roldán, 1992).

De otro lado, la existencia de este material, junto a los escasos pero interesantes datos aportados por las excavaciones en el sector Este de la cerca islámica, nos autorizan para alertar sobre la necesidad de un proyecto de limpieza y conservación de las murallas protohistóricas, asiento endeble y en estado de ruina de algunas zonas de la cerca islámica ya restauradas.

3. CATÁLOGO

Para la elaboración del presente catálogo, se ha escogido la metodología expresada por A. Bazzana en diversos artículos (A. Bazzana, 1979-80-86). Sin embargo, y a pesar de considerar este método como el de más fácil adaptabilidad y el más extendido en el análisis y catalogación de materiales medievales, hemos eliminado algunos de los puntos ofrecidos en su ficha-matriz, con el fin de agilizar y adecuar el acopio de información a otros trabajos ya realizados sobre material arqueológico de Niebla.

VASIJAS DE COCINA ¹

INVENTARIO NB/01.004

PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento

FORMA/TIPO Cerrada/olla

DESCRIPCION Fondo convexo, cuello cilíndrico, borde redondeado, paredes irregulares. Pasta castaña-rojiza con desgrasantes finos y medios. Asas verticales de sección oval.

DIAMETRO BOCA 126 mm.

CRONOLOGIA S. XII-XIII

INVENTARIO NB/01.001

PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento

FORMA/TIPO Cerrada/olla

DESCRIPCION Fondo convexo, paredes convexas convergentes. Borde corto y recto con labio biselado al exterior; paredes irregulares. Pasta castaño-rojiza con desgrasantes minerales medios. Asas verticales de sección redondeada.

DIAMETRO BOCA 100 mm.

CRONOLOGIA S. XII

INVENTARIO N/B02.003

PROCEDENCIA NB/92/SUP.

FORMA/TIPO Abierta/cazuela

DESCRIPCION Fondo convexo, paredes rectilíneas divergentes. Borde recto con ligera inflexión interna. Vidrio melado en ambas superficies. Como decoración: cordones verticales en el exterior.

DIAMETRO BOCA 223 mm.

CRONOLOGIA S. XIII

INVENTARIO NB/01.002

PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento

FORMA/TIPO Abierta/cazuela

DESCRIPCION Fondo plano, paredes rectilíneas divergentes. Borde sin marcar con labio redondeado. Pasta castaña-rojiza con desgrasantes finos muy bien alisada. En el interior, decoración radial bruñida. Asas verticales de sección redondeada.

DIAMETRO BOCA 275 mm.

CRONOLOGIA S. XI-XII

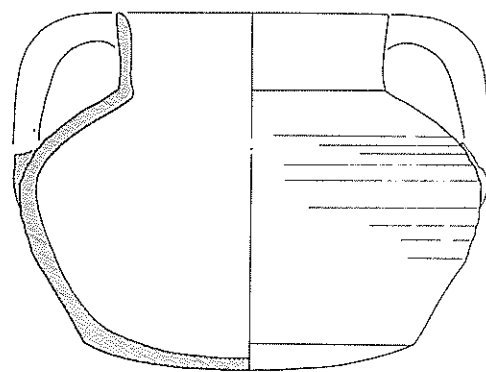


FIG. 2

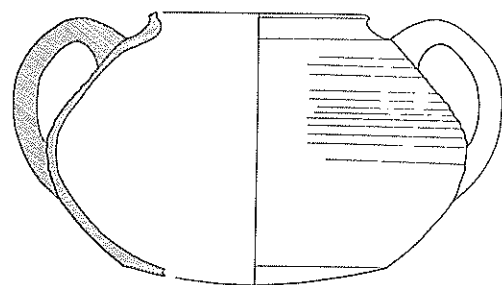


FIG. 3

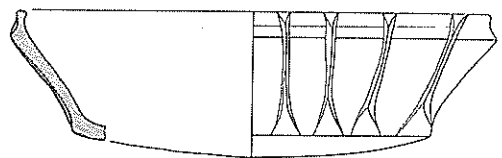


FIG. 4

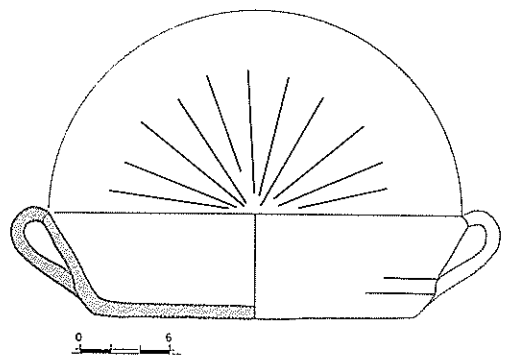


FIG. 5

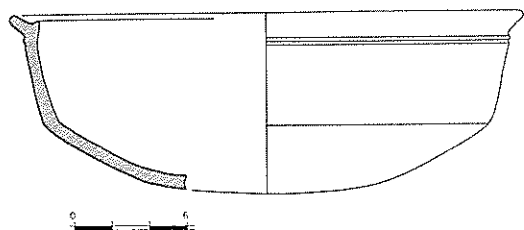


FIG. 6

INVENTARIO NB/02.001
 PROCEDENCIA NB/92/II-2
 FORMA/TIPO Abierta/cazuela
 DESCRIPCIÓN Fondo convexo, paredes rectilneas divergentes. Borde desdoblado con labio redondeado, marcado al exterior mediante ligeras acanaladuras. Pasta castana con desgrasantes minerales finos y medios.
 DIAMETRO BOCA 272 mm.
 CRONOLOGIA S. XII-XIII

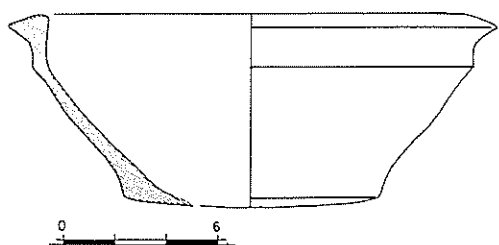


FIG. 7

INVENTARIO NB/02.002
 PROCEDENCIA NB/92/II-2
 FORMA/TIPO Abierta/mortero
 DESCRIPCIÓN Fondo plano, paredes rectilneas divergentes. Borde engrosado biselado, marcado al exterior. Pasta anaranjada con desgrasantes finos.
 DIAMETRO BOCA 162 mm.
 CRONOLOGIA S. XIII

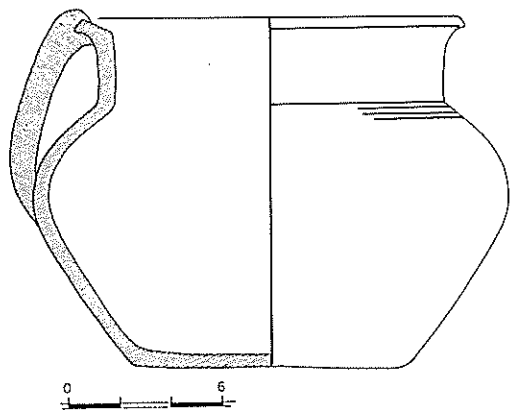


FIG. 8

VASIJA DE ALMACENAJE; TRANSPORTE Y CONSERVACION ²

INVENTARIO NB/01.003
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Cerrada/jarro
 DESCRIPCIÓN Fondo plano, paredes convexas, cuello corto vertical con labio vuelto. Pasta castana con desgrasantes finos. Asa vertical de seccion redondeada.
 DIAMETRO BOCA 147 mm.
 CRONOLOGIA S. XIII

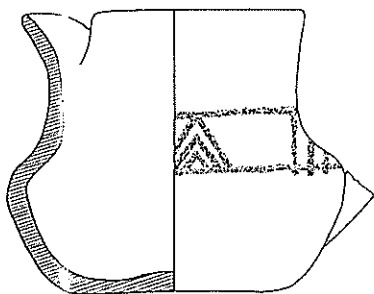


FIG. 9

INVENTARIO NB/01.006
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Cerrada/jarro
 DESCRIPCIÓN Fondo plano, cuello cilindrico con pico vertedero, pasta castana con desgrasantes finos. Asa de seccion oval. Como decoracion: pintura blanca formando banda central de triangulos y casetones.
 DIAMETRO BOCA 61 mm.
 CRONOLOGIA S. X-XI

INVENTARIO NB/01.005
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Cerrada/jarra
 DESCRIPCION Fondo plano, cuerpo corto marcado, cuello cilindrico con labio redondeado. Pasta beige-amarillenta con desgrasantes finos. Asas de seccion oval. Lineas oblicuas de pintura negra sobre la pasta.

DIAMETRO BOCA 86 mm.

CRONOLOGIA S. X-XI

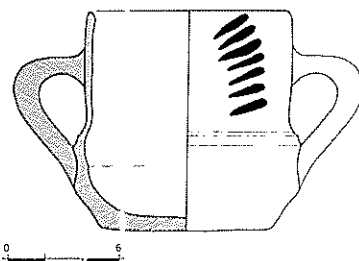


FIG. 10

VASIJAS DE MESA ³

INVENTARIO NB/01.009
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Cerrada/jarra
 DESCRIPCION Fondo plano, cuello cilindrico con acanaladuras en la union con el cuerpo. Borde recto con labio ligeramente engrosado al interior. Pasta castana con desgrasantes finos. Decoracion vegetal en cuerda seca parcial sobre cuello y galbo exterior. Asas de seccion oval.

DIAMETRO BOGA 92 mm.

CRONOLOGIA S. XI-XII

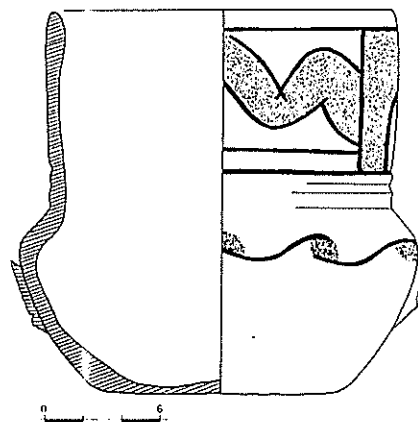


FIG. 11

INVENTARIO NB/01.007
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Abierta/ataifor
 DESCRIPCION Pie anular, paredes convexas divergentes, labio redondeado marcado al exterior. Pasta blanquecina con desgrasantes finos. Decoracion en verde y manganeso formando circulos concéntricos con fondo central de elementos vegetales.

DIAMETRO BOCA 254 mm.

CRONOLOGIA S. XI

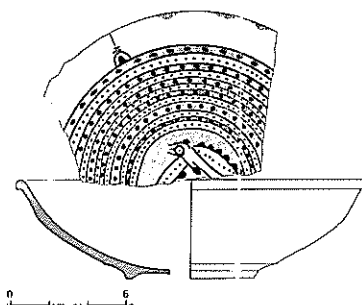


FIG. 12

INVENTARIO NB/01.008
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Abierta/ataifor
 DESCRIPCION Pie anular, paredes convexas divergentes, labio redondeado engrosado al exterior. Pasta blanquecina con desgrasantes finos. Decoracion interior en verde y manganeso formando amplio fondo central con motivos vegetales y puntos de manganeso en el contorno del labio.

DIAMETRO BOCA 206 mm.

CRONOLOGIA S. XI

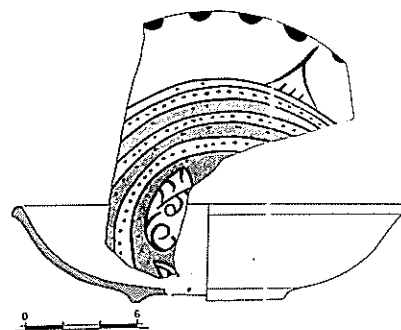


FIG. 13

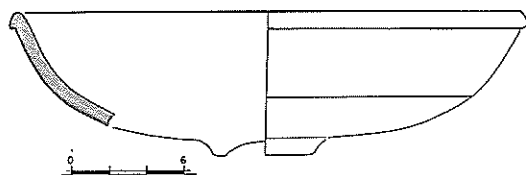
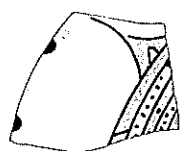


FIG. 14

INVENTARIO NB/OI.010
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Abierta/ataifor
 DESCRIPCION Pie anular, paredes convexas divergentes, labio redondeado marcado al exterior. Pasta blanquecina con desgrasantes finos. Decoracion interior en verde y manganeso formando fondo central rematado por triangulos, verdugones en verde y manganeso alrededor del borde.

DIAMETRO BOCA 268 mm.
 CRONOLOGIA S. XI

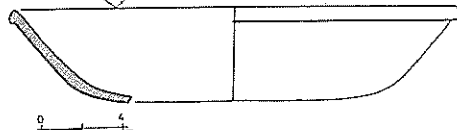
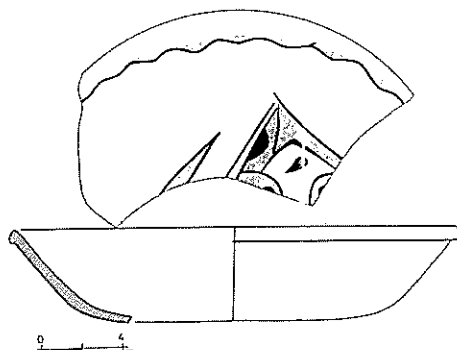


FIG. 15

INVENTARIO NB/OI.011
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Abierta/ataifor
 DESCRIPCION Fondo plano, paredes rectilneas divergentes, borde redondeado marcado al exterior. Pasta blanquecina con desgrasantes finos. Decoracion interior con motivos vegetales en verde y manganeso.

DIAMETRO BOCA 219 mm.
 CRONOLOGIA S. XI

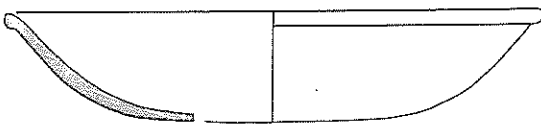


FIG. 16

INVENTARIO NB/01.012
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Abierta/ataifor
 DESCRIPCION Fondo plano, paredes rectilneas divergentes, borde redondeado marcado al exterior. Pasta blanquecina con desgrasantes finos. Decoracion interior junto al borde en verde y manganeso formando trenza. Fondo decorado sin poder determinar su tipo.

DIAMETRO BOCA 282 mm.
 CRONOLOGIA S. XI

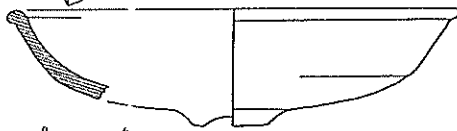
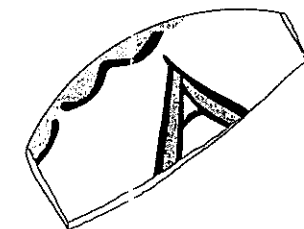


FIG. 17

INVENTARIO NB/01.013
 PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento
 FORMA/TIPO Abierta/cuenco
 DESCRIPCION Pie anular, paredes convexas divergentes, borde redondeado engrosado al exterior. Pasta blanquecina con desgrasantes finos. Decoracion en verde y manganeso indeterminada.

DIAMETRO BOCA: 146 mm.
 CRONOLOGIA S. XI

INVENTARIO NB/01.014

PROCEDENCIA Col. Ayuntamiento

FORMA/TIPO Abierta/jofaina

DESCRIPCION Pia anular paredes rectilneas divergentes, borde marcado al exterior labio redondeado también marcado al exterior mediante incision. Pasta blanquecina recubierta por engalba blanco-amarillenta bajo cubierta transparente.

DIAMETRO BOCA 147 mm.

CRONOLOGIA S.

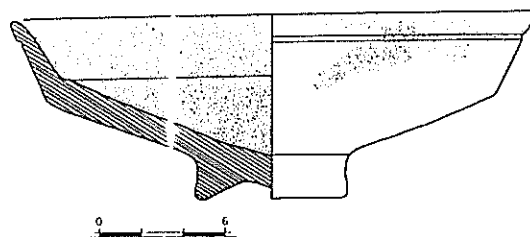


FIG. 18

VASIJAS DE USO DOMESTICO Y/O AGRICOLA 4

INVENTARIO NB/02.004

PROCEDENCIA NB/92/II-2

FORMA/TIPO Cerrada/arcaduz

DESCRIPCION Fondo de punta convexa. Union base-panza concava, pasta anaranjada con desgrasantes finos.

DIAMETRO PUNTO FIJACION: 87 mm.

CRONOLOGIA S.

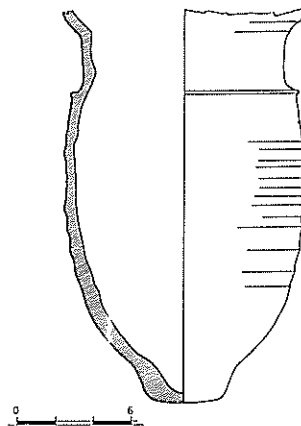


FIG. 19

BIBLIOGRAFIA

AMADOR DE LOS RIOS, R. (1891) *Huelva*, Barcelona

BAZZANA, A. (1979) «Ceramiques medievals. Les méthodes de la description analytique appliquees aux productions de l'Espagne orientale. I. Les poteries domestiques à usage courant». *Melanges de la Casa de Velazquez*, XV.

BAZZANA, A. (1980) «Ceramiques medievals: les méthodes de la description analytique appliquees aux productions de l'Espagne orientale II. Les poteries-decorees chronologie des productions medievals». *Melanges de la Casa de Velazquez*, XVI.

BAZZANA, A. (1986) «Projet pour un classement typologique du mobilier ceramique medieval du levant (Espagne)». *Historie et archeologie de L habitat medieval. Cinq ans de recherches dans le domaine mediterraneen et la France de centre-est*. Lion.

BEDIA, J; PEREZ MACIAS, J. A. y OTROS (1992) «Proyecto de apoyo arqueológico a la restauración del sector este de las murallas hispanomusulmanas de Niebla (Huelva)». Inédito. BELEN, M.; FERNANDEZ MIRANDA, M. y OTROS (1983) «excavaciones en Niebla (Huelva)». XVI Congreso Nacional de arqueología. Zaragoza.

BELEN, M. (1986) «Importaciones fenicias en Andalucía occidental». Los fenicios en España. Barcelona.

DAVIES, O. (1934) «Excavations at Niebla» *Annals of archaeology and anthropology*, XXX, 1-2 DIAZ, E. (1925) «Niebla». *Actas de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. IV. Memoria.

DROOP, J.P. (1925) «Excavations at Niebla at the province of Huelva, Spain» *Annals of archaeology and anthropology*, XII, 3-4.

ESCACENA, J. L. (1990) «Los turdetanos o la recuperación de la identidad perdida» *Tartessos: arqueología prehistorica del Bajo Guadalquivir*. Barcelona.

FERNANDEZ, S. (1986) «Estudio de materiales arqueológicos islámicos del Museo Provincial de Huelva». *Anuario Arqueológico andaluz*.

FERNANDEZ, S. (1987) «Estudio de materiales arqueológicos islámicos del Museo Provincial de Huelva». *Anuario Arqueológico Andaluz*.

GARCIA RINCON, J. M.; VELASCO, J. (1989) «Museos y colecciones de la provincia de Huelva». *Cuadernos divulgativos del Museo*, nº 6.

GARRIDO, J. P.; ORTA, E. (1967) «Excavaciones en Niebla: el tholos del Moro. E.A.E., nº 57.

GUAGNER, I.; LOPEZ VICENTE, M. (1990) «Proyecto de restauracion del sector este de las murallas de Niebla».

JIMENEZ, A. (1977).»Arquitectura romana de la Bética». *Segovia y la Arqueología Romana*. Barcelona.

LADERO DE QUESADA, M.A. (1992) «Niebla: de reino a condado». Discurso de ingreso a la Real Academia de la Historia. Madrid.

LOPEZ VICENTE, M. (1985) Proyecto de restauracion del Castillo de los Guzmanes. (Niebla).

OLMO, L. (1986) «Cerámica comun de época hispano-musulmana en Niebla. Actas II. C.I.C.M.M.O.

REBOLLO, T. (1986) Informe sobre los trabajos arqueologicos de urgencia en Puerta de Sevilla (Niebla) A.A.A. 1986.

ROLDAN, F. (1992) Niebla musulmana. Tesis doctoral (en prensa, por Excma. Diputacion Provincial de Huelva).

SANTAMARIA, B. (1875) Huelva y La Rabida. Sevilla

TEBA, J.A.; BEDIA GARCIA, J. y OTROS (1987) Inventario de yacimientos para la prevencion de urgencias en la provincia de Huelva (inédito).

WHISHAW, E. (1929) Atlantics in Andalucia (A study of folkmemory).

j

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS VASILHAS DE ARMAZENAMENTO DE MÉRTOLA ISLÂMICA

ABDALLAH KHAWLI



O lote das vasilhas de armazenamento de Mértola, objecto deste estudo, constitui uma amostragem de um grande espólio de cerâmicas islâmicas exumado ao longo de mais de dez anos (1980-1991) na zona da alcáçova do castelo desta vila alentejana. É, portanto, um dos testemunhos que ilustram uma parte do quotidiano de uma população que por aqui viveu sob o domínio muçulmano durante mais de quatro séculos (VIII- XIII).

O conjunto em questão é constituído por três tipos cerâmicos distintos, tendo todos eles a mesma função doméstica de conservação e armazenamento de alimentos líquidos e/ou sólidos. Trata-se de um lote de 30 peças escolhidas entre as centenas existentes, constituindo uma amostragem de talhas (8 peças), cântaros (9 peças), e potes (13 peças). A maior parte desta amostragem apresenta peças arqueologicamente inteiras, que permitem uma leitura da sua volumetria e do seu aspecto decorativo.

Todas as peças pertencem ao grupo das formas fechadas, funcionalmente destinadas ao serviço doméstico como contentores de alimentos. Se as características morfológicas e técnicas de certos recipientes assim como a sua capacidade impermeabilizadora podem indicar a textura líquida ou sólida dos produtos armazenados, não será fácil, senão impossível determinar, a espécie de cada um dos alimentos. Assim, as propostas de funcionalidade atribuídas a vários artefactos são meramente hipotéticas.

No que diz respeito à terminologia relativa às peças optámos pelos termos definidos pelo Rossello Bordoy (1978 e 1991), apresentando, além do termo português, o castelhano e o árabe.

1. DESCRIÇÃO TIPOLÓGICA E MORFOLÓGICA DAS VASILHAS

1.1. Série talha/ Tinaja/Rhabia

Identificada como grande recipiente essencialmente de armazenamento de líquidos (água, azeite, vinho, mel...) e sólidos (cereais, azeitonas, carne seca ou salgada...), a talha teve uma lenta evolução morfológica, sem dúvida por causa da sua duradoura utilização, devido quer à qualidade e resistência do seu barro, quer à continuidade das suas funções até aos nossos dias. A sua forma caracteriza-se, geralmente, por um bordo boleado, colo curto de perfil cilíndrico, corpo pançudo, e base plana ou convexa. A presença de um suporte e/ou de asas é facultativa. A pasta varia entre branca e vermelha, de textura geralmente pouco compacta, contendo diversos elementos não plásticos, de tamanhos grandes e médios.

Na ausência de uma tipologia mais adequada nesta matéria, classificámos o conjunto das talhas de Mértola segundo um critério decorativo, distinguindo dois grandes grupos: contentores com valor decorativo e talhas sem decoração. Este critério não é exclusivamente formal, na medida em que a presença ou ausência de decoração corresponde, certamente, a funções mais ou menos complexas.

O primeiro grupo é constituído por peças com decoração estampilhada, motivo que lhes permite ter, além do serviço de armazenamento — essencialmente de água — uma função ornamental que as coloca, decerto, num local de destaque dentro da casa, onde a sua beleza seja admirada (Navarro Palazon, 1991). Dentro deste grupo enquadram-se duas talhas inteiras, e outras peças que correspondem ao gargalo e ao bojo, e ainda duas peças de uso complementar ao contentor, designadamente, a tampa e o suporte da talha. Passo a apresentar todas estas peças:

Peça nº 1 (foto 1): talha de grande tamanho, apresenta uma boca ampla de bordo espesso projectado para fora, um colo curto de perfil cilíndrico que remata um bojo globular acabando



Foto 1

numa base ligeiramente convexa. A decoração nela aplicada é conseguida através da utilização de estampilhagem e incisões. Os motivos decorativos, organizados horizontalmente, ocupam quase toda a superfície do bojo e um friso inferior do colo.

Peça nº 2: talha de tamanho médio, com arranque de um colo cilíndrico que assenta num bojo globular com duas asas cheias de secção semi triangular e uma base plana. A decoração estampilhada, sob vidrado verde, ocupa a parte superior do bojo incluindo as asas. Em relação a estas últimas, pode-se afirmar que teriam uma função meramente ornamental. Com efeito, torna-se particularmente difícil manejar uma talha cheia, sendo pouco provável que estas frágeis asas tivessem qualquer outra função para além da decorativa.

Peça nº 3: trata-se da parte superior duma talha de bordo boleado e grosso em aba convexa projectada para fora. O colo cilíndrico coroa um bojo globular sem asas. A superfície inferior do gargalo foi submetida a um alisamento superficial, enquanto a exterior apresenta, tal como o ombro do bojo, uma ornamentação estampilhada de diversos temas decorativos.

Peça nº 4: grande gargalo de forma troncocónica invertida de bordo envasado em aba rectangular inclinada para o exterior. Apenas dois registos na parte inferior são estampilhados sob cobertura vidrada apresentando, possivelmente, os mesmos motivos decorativos que ornamentariam o bojo.

Peça nº 5 (foto 2): suporte de corpo cilíndrico com bico vertedor e lábios envasados. A plataforma plana ostenta uma leve incisão que canalizava a água ressumada através do barro permeável da talha para o furo do bico. A superfície exterior deste objecto, parcialmente coberta de vidrado verde, é preenchida — apenas num friso — por elementos decorativos estampilhados, talvez idênticos aos que deveriam ornamentar algumas partes da talha suportada.



Foto 2

Peça nº 6: grande tampa discóide, com asa cilíndrica, lábio envasado em aba inclinada para o interior. A superfície superior apresenta uma série de rosetas estampilhadas sob vidrado verde, enquanto que a face inferior mostra uma superfície áspera e mal acabada. A existência da asa neste artefacto de uso complementar, afasta a proposta de Rosselló-Bordoy (1991; ver «Disco» p. 170) relativa à sua função como prato para cozer o pão.

O segundo grupo é formado apenas por duas peças, uma inteira e uma outra carecendo da base e do gargalo. Este tipo de talha de paredes lisas era, provavelmente, destinado a conter outros alimentos para além da água, ocupando sem dúvida, dentro da casa, um espaço estável e mais modesto do que o reservado às talhas decoradas.

A peça nº 7 (foto 3): representa uma talha de grandes dimensões com um bordo envasado em aba de secção rectangular, um colo cilíndrico curto que assenta num bojo oval, e uma base plana. Em relação à decoração, apenas são visíveis simples incisões onduladas repetidas cinco vezes na zona do ombro.

A peça nº 8: um grande bojo de forma globular com arranque de um gargalo, possivelmente de perfil troncocónico invertido. A peça não apresenta nenhum indício de qualquer acompanhamento decorativo.

1.2. Série cântaro/ Jarra/ Qulla

Recipiente de tamanho médio, classificado como contentor e elemento para o transporte de água. Morfologicamente apresenta-se, em geral, com um bordo em aba, colo cilíndrico, bojo globular ou ovóide com duas asas verticais em fita e uma base plana ou em ônfalo. A cor da pasta porosa varia entre branca, bege ou vermelha, de textura compacta coberta de engobe de cor clara. A decoração neles aplicada é concebida através de pinturas e/ou engobes de óxidos de ferro (almagre) ou de manganês.

Para o estudo do conjunto dos cântaros aplica-se a classificação proposta por Navarro Palazon na descrição do lote de cântaros da casa de San Nicolas em Murcia (1991), embora se deva referir que os materiais de Mértola apresentam duas características (menores dimensões e decoração menos exuberante) que os afastam consideravelmente dos daquela estação arqueológica espanhola.

No primeiro grupo (peças nº. 9, 10, 11 — foto 4 — e 12) incluem-se os pequenos cântaros, cuja altura máxima não ultrapassa os 267 mm, considerados como contentores domésticos destinados tanto para passar às jarras a água conservada nas talhas, como para manter fresco o líquido guardado. Quatro peças constituem este conjunto. Elas apresentam as características formais e decorativas típicas do cântaro, excepto a peça nº 11 cujo aspecto morfológico se aproxima do de algumas jarras pelo seu colo e bojo troncocónicos. Em relação à decoração, há a observar que é mais elaborada nas peças nº 9 e nº 10.

No segundo grupo (peças nº 13, 14, 15, 16 — foto 5 — e 17) enquadram-se os cântaros de transporte que pelo seu maior tamanho (Altura máxima 450 mm) e pela

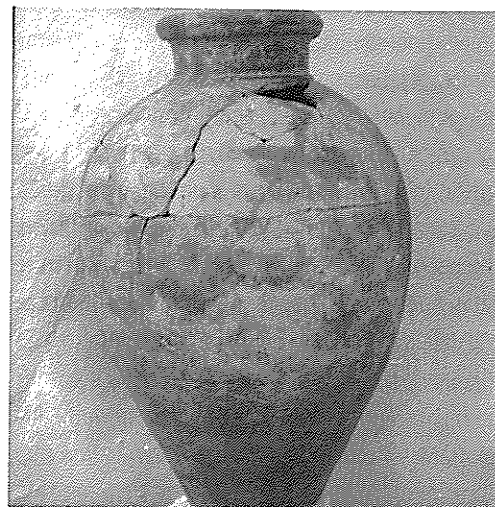


Foto 3

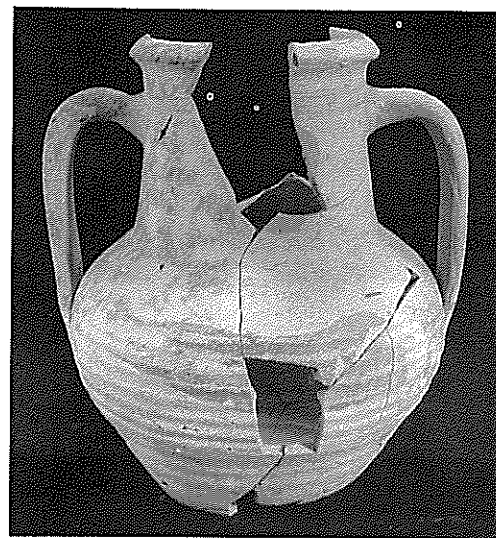


Foto 4 – cântaro doméstico

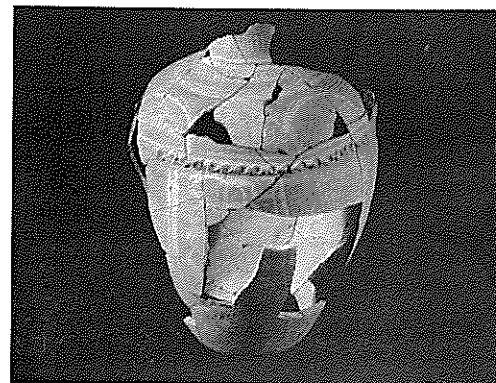


Foto 5 – cântaro de transporte

sua morfologia, poderiam servir para ir buscar água potável para a casa. As asas das peças deste lote são altas e próprias para serem agarradas. As bases de dois exemplos (nº 13 e 17) são em ônfalo, talvez uma eficaz técnica para que o cântaro se mantenha mais seguro. A peça nº 17 foi encontrada junto a um alguidar, dentro da casa de banho de uma habitação almoada, recentemente descoberta em Mértola. É possível que esta peça tivesse uma função ligada às abluções higiénicas.

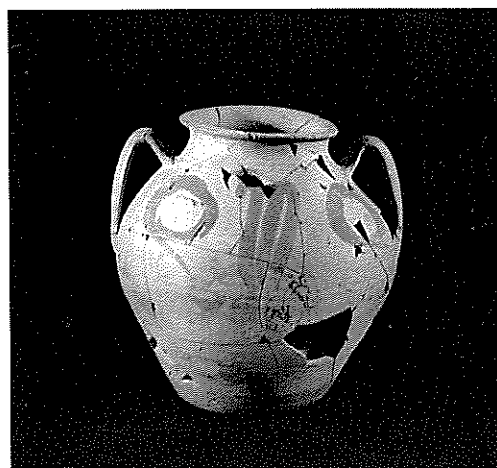


Foto 6

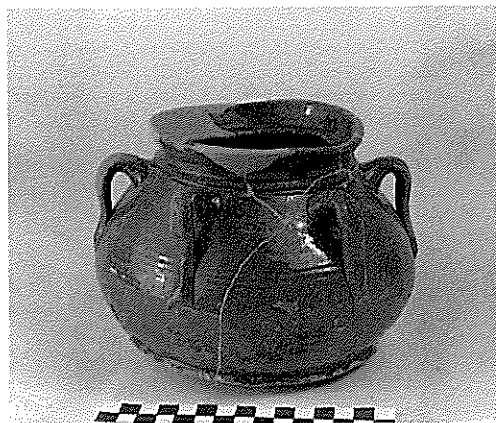


Foto 7

1.3. Série pote/ Orza/ Jarra

Enquadra-se nesta série um conjunto de peças de tamanhos diferentes, destinadas a conservar elementos líquidos ou sólidos de certo valor alimentar. As vasilhas tanto se apresentam vidradas, interior e exteriormente, como em cerâmica comum, às vezes de grande porosidade. Todas estas diferenças que caracterizam os potes (desigualdade do tamanho, diversidade morfológica e presença ou ausência de vidrado) têm a ver com o tipo de alimento que o objecto deveria conservar. Com base nestes critérios, distinguem-se três grupos de possíveis funções distintas.

Grupo 1: é constituído por cinco peças (nº 18 — foto 6 —, 19, 20, 21 e 22) não vidradas, de bordo boleado, bojo bi-troncocónico, duas asas verticais e base plana.

O pote nº 18 diferencia-se do resto das peças no que respeita ao seu tamanho (altura 310 mm) e à decoração pintada que ornamenta as suas paredes. A sua possível função era, portanto, a de conservar alimentos em quantidade razoável, como é o caso da farinha, cereais ou azeitonas.

As restantes peças, de perfil oval, têm alturas que oscilam entre os 130 e os 150 milímetros e larguras ligeiramente inferiores. As bases deste subgrupo caracterizam-se pela sua irregularidade. Excepto as caneluras, as paredes não apresentam nenhum indício de decoração. Segundo estas características estas peças poderiam conter elementos sólidos que não necessitassem de impermeabilidade como é o caso do açúcar e do sal.

Grupo 2: enquadram-se neste grupo quatro peças (nº 23, 24 — foto 7 —, 25 e 26) de alturas compreendidas entre os 7 e os 11 centímetros, com bojo globular, duas ou mais asas verticais, uma base geralmente em bolacha convexa ou plana. Todas elas estão cobertas de vidrado exterior e interiormente, o que indica, decerto, que foram destinadas para conter produtos alimentares que exigem uma perfeita impermeabilidade, como é o caso do azeite, do mel, da manteiga e outras gorduras animais. Geralmente estes potes eram tapados por panos e guardavam-se pendurados.

Grupo 3: este grupo é composto por quatro pequenos potes — foto 8 (peças nº. 27, 28, 29 e 30) —, com alturas que não ultrapassam os 80 milímetros. A morfologia domi-

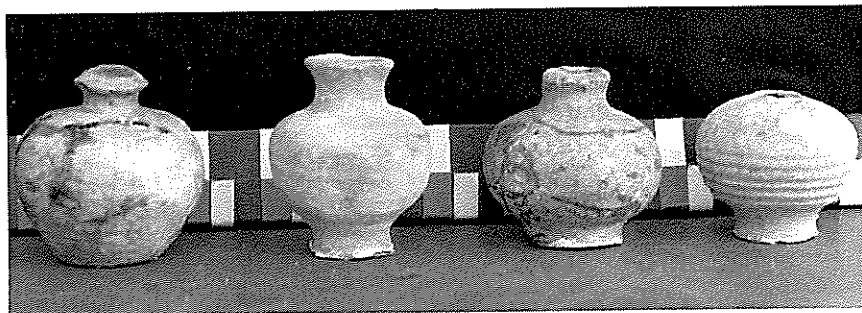


Foto 8

nante é representada por um bordo boleado, colo cilíndrico, bojo globular ou piriforme, pé cilíndrico e base plana. A pasta branca ou alaranjada aparece, em alguns casos, coberta total ou parcialmente de vidrado castanho ou melado. Pelo seu reduzido tamanho, a sua provável função poderia ser especificamente para conter líquidos ou semi-líquidos com um certo valor alimentar ou medicinal consumidos em pequenas quantidades (especiarias, produtos farmacêuticos e ou de tocador — Qhol, perfume —...).

2. TÉCNICAS DECORATIVAS

No conjunto cerâmico estudado aparecem representadas diversas técnicas decorativas. Dentro das cerâmicas não vidradas podemos distinguir peças lisas, pintadas ou estampilhadas. No entanto, as peças vidradas apresentam em todos os casos uma decoração monocroma, com cobertura de vidrado ocre ou estampilhadas sob vidrado verde.

Exceptuando dois casos no conjunto cerâmico de armazenamento, que apresentam paredes lisas, todas as restantes peças mostram uma diversa gama decorativa que agrupamos em dois grandes conjuntos: cerâmica pintada e cerâmica estampilhada.

A decoração pintada é conseguida pela aplicação de óxidos de ferro ou de manganês e engobes vermelho ou branco sobre o barro da peça por meio de um pincel ou simplesmente com os dedos da mão. Esta técnica decorativa surge quase exclusivamente aplicada nos cântaros, aparecendo num pote apenas. Os temas ornamentais são organizados horizontal e verticalmente, em geral sobre o colo, o bojo e as asas. Trata-se de traços de tonalidade ocre contrastante com a cor clara do engobe que envolve o barro da peça.

A decoração estampilhada consiste na aplicação de um molde ou matriz que deixa impressos motivos decorativos sobre o barro ainda verde da peça decorada. Esta técnica é mais frequente nas talhas que aparecem profusamente decoradas em particular na zona do colo, na parte superior do bojo, nos suportes e, raramente, na parte inferior do bojo.

A decoração vidrada reveste, tanto interior como exteriormente alguns potes destinados para conservar alimentos que exigem a impermeabilidade do contentor. Os potes de Mértola apresentam-se revestidos de vidrados de tonalidade castanha e melada remetente da cor do próprio barro recoberto por óxido de chumbo transparente, ou por vidrado verde (óxido de cobre) que apenas reveste parcialmente a parte exterior de algumas talhas.

3. TEMAS DECORATIVOS

As vasilhas de armazenamento e conservação de Mértola não apresentam nenhuma particularidade em relação à organização decorativa que geralmente caracteriza as formas cerâmicas fechadas. Os temas decorativos aparecem, portanto, na parte ex-

terna das peças, estruturados tanto na horizontal como na vertical, segundo um sistema de sobreposição e de paralelismo. Esta observação é mais evidente, sobretudo, na cerâmica decorada com estampilhagem, que para além da organização dos seus campos decorativos, é a única capaz de fornecer um repertório completo de temas. A decoração pintada, entretanto, que não tem esta diversidade ornamental, limitando-se a exhibir alguns motivos que não permitem outro enquadramento decorativo senão o geométrico. Devido a estas diferenças estruturais e sistemáticas entre as técnicas decorativas que ornamentam as vasilhas de armazenamento de Mértola, optamos pelo estudo da ornamentação estampilhada, recorrendo, em muitos casos, a motivos decorativos existentes em fragmentos de talha que não foram descritos anteriormente, por não permitirem uma leitura morfológica completa.

Cada tema decorativo da cerâmica estampilhada é apresentado em pequenas matrizes, rectangulares, quadradas e circulares, expostas repetidamente na horizontal alternando verticalmente com outras idênticas ou de temas diferentes. Os registos decorativos são delimitados geralmente por frisos preenchidos com decoração rectilínea e curvilínea incisa ou por sequências de losangos estampilhados através de um utensílio rolante. Em cada matriz, surgem, além do motivo principal, pequenos elementos diver-



Foto 9 – bojo de talha com vários temas decorativos

sos preenchendo os espaços vazios, que o oleiro não gostava de ver sem decoração (Bazzana, 1980). Em geral detectam-se os temas seguintes:

Tema geométrico: Várias formas geométricas aparecem como elementos principais na cerâmica estampilhada, destacando-se sobretudo, sequências entrelaçadas e concêntricas de losangos, estrelas de oito e seis pontas e também formas circulares.

Tema fitomórfico: os elementos que apresentam este tema manifestam-se, tal como em outros tipos cerâmicos, muito estilizados e longe de corresponder às plantas naturais. Aparecem, entretanto, além dos clássicos: palmeta, flor de lótus e rosetas, outros elementos não identificados que surgem como temas centrais ou de preenchimento.

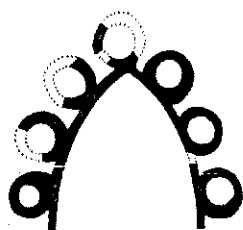
Tema arquitectónico: é representado essencialmente por formas de arcos polilobulados ou em ferradura, quase sempre delimitados ou preenchidos por outros motivos de carácter vegetal.

Tema epigráfico: a escrita árabe é um dos elementos mais abundantes nas estampilhas da

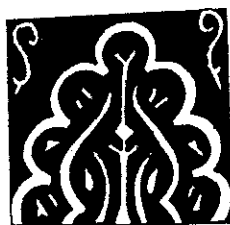
talha. Tanto em estilo cúfico como em cursivo aparecem exibidas legendas bem epigrafadas de carácter religioso al-mulk, e outras de benção e bem estar como al-ymne e baraka. Fórmulas estas, que para além do seu aspecto ornamental, ocultam para um muçulmano um poder profiláctico capaz de proteger não só o produto conservado mas também a casa e os proprietários da talha respectiva.

Tema zoomórfico: foram detectadas quatro representações deste tema. Num caso trata-se de uma ave envolvida num medalhão, enquanto num outro registo se exibem, envolvidas num merlão, duas aves separadas por uma haste central. Nos outros exemplos dois pares de quadrúpedes são apresentados em posição parada com as cabeças voltadas para trás. Pode-se afirmar num dos casos que se trata de dois leões, enquanto que a identificação dos outros animais continua indeterminada (foto 9).

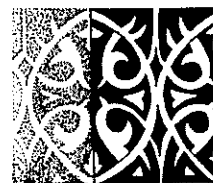
Tema antropomórfico: a mão é o único órgão humano representado nas talhas estampilhadas de Mértola. Este motivo chamado mão de Fátima ou Rhamsa, que significa «cinco», foi objecto de diversos estudos de diferentes disciplinas. A sua polémica origem é atribuída tanto às culturas hebráica e berbere como às antigas culturas orientais. Na verdade a representação da mão é observada em diversas civilizações adqui-



Decoração arquitectónica



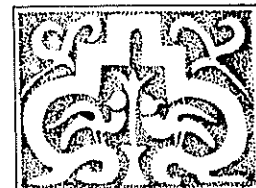
Decoração epigráfica



Decorações geométricas e fitomórficas



Decoração Zoomórfica



Os vários protótipos detectados na cerâmica islâmica medieval correspondem a palmas da mão esquerda e direita com ou sem antebraço, tal como foram observadas em muitas peças cerâmicas estampilhadas de Mértola. A sua representação nas talhas justifica, mais uma vez, a preocupação dos muçulmanos medievais com os espíritos maléficos capazes de enfeitiçar, em qualquer momento, o alimento conservado.

4. CONCLUSÕES

O lote de cerâmica apresentado caracteriza-se pela sua grande variedade técnica, formal e ornamental, variedades que ajudam a determinar as possíveis funções de cada grupo de recipientes. As suas balizas cronológicas — na maior parte dos casos por referência estratigráfica e, em outros, por análise comparativa — situam-se entre o século X/XI e os anos que imediatamente antecedem a reconquista de Mértola, verificada em 1238.

Todas as peças são de importação (as estruturas geológicas da região de Mértola não oferecem argila para o fabrico da cerâmica), apresentando características formais e ornamentais que não as afastam do contexto dos materiais cerâmicos exumados em estações arqueológicas do sudoeste peninsular: Saltes (Bazzana e Cressier); Jerez de La Frontera (Fernandez Gabaldon); Silves (Gomes); Cerro da Vila (Matos); Beja (Correia) e Sevilha (De la Serra e De la Vega). Na sua maior parte terão sido produzidas nesta área geográfica, sendo Sevilha o seu provável e grande centro produtor e distribuidor dada a sua importância económica e política, fundamentalmente a partir da queda do califado de Córdoba.

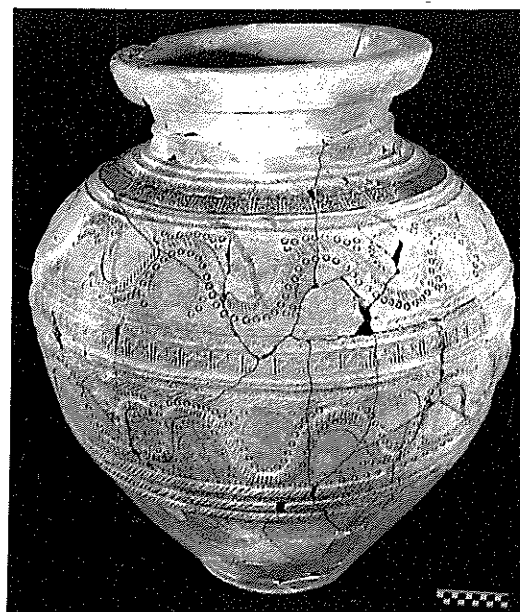
5. CATÁLOGO

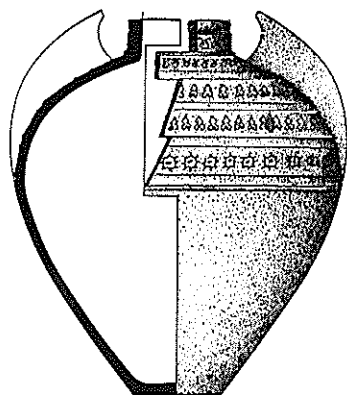
1

Nº Inventário	CR/ET/
Tipo e Função	Talha grande; vasilha de armazenamento.
Dimensões	Ø boca 288; Alt.712; Larg. máx. 567; Ø base 152.
Morfologia	Bordo envasado em aba rectangular; colo cilíndrico; bojo globular e base ligeiramente convexa.
Decoração	Do colo para a base são estampilhados e incisos, em vários campos decorativos, os seguintes elementos: série de losângulos; pseudo-epigrafia sob vidrado verde; cordão; círculos e medalhões preenchidos por estrela de seis pontas e epigrafia cúfica. Os mesmos elementos repetem-se na parte inferior do bojo.
Técnica	Pasta bege de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos. Cobertura de vidrado verde numa faixa do bojo.
Cronologia	Século XIII (1º quarto).
Proc. estatig.	Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 40; Nível 1b (casa 1); ano de 1990.
Bibliografia	Inédita.



Mão de Fátima





2

Nº Inventário
Tipo e Função
Dimensões
Morfologia

CR/ET/0060.

Talha, vasilha de armazenamento.

Alt. máx. 700; Larg. máx. 530; Ø base 160.

Colo cilíndrico, bojo globular com asas de secção semi-triangular com faces planas; base plana.

Decoração

Registos horizontais estampilhados exibem sob vidrado verde os seguintes motivos: mão de Fátima; elementos vegetais; estrelas de oito pontas.

Técnica

Pasta bege de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos.

Cronologia

Século XII (finais).

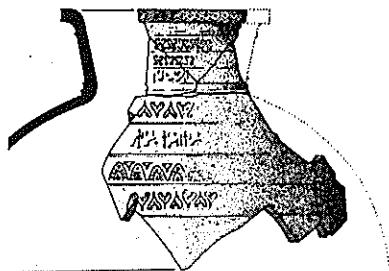
Proc. estatig.

Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 6C; ano de 1980.

Bibliografia

Inédita

/



3

Nº Inventário
Tipo e Função
Dimensões
Morfologia
Decoração

CR/ET/0061.

Gargalo e bojo de talha, vasilha de armazenamento.

Ø colo 225; Larg. máx. 500.

Bordo boleado em aba convexa; colo cilíndrico e bojo globular.

No gargalo e no bojo alternam-se elementos estampilhados apresentando escrita cursiva, losângulos, palmetas e arcos polilobulados.

Técnica

Pasta alaranjada de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos.

Cronologia

Século XII.

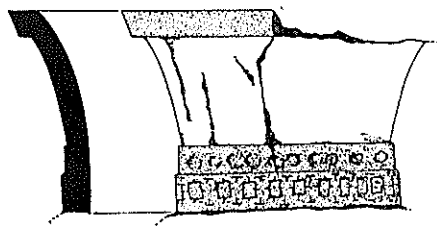
Proc. estatig.

Recolha de superfície

Bibliografia

Inédita

70



4

Nº Inventário
Tipo e Função
Dimensões
Morfologia
Decoração

CR/ET/0062.

Gargalo de talha, vasilha de armazenamento.

Alt. 170; Ø 300.

Bordo rectangular envasado em aba rectangular projectada para fora.

Sob vidrado verde, dois registos separados por uma linha denticulada apresentam motivos estampilhados vegetais, estrelas de oito pontas preenchidas por escrita cursiva.

Técnica

Pasta bege de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos.

Cronologia

Século XII.

Proc. estatig.

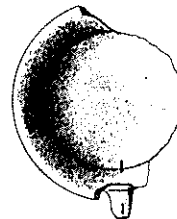
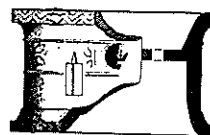
Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 4F; nível 1 b; ano de 1985

Bibliografia

Inédita

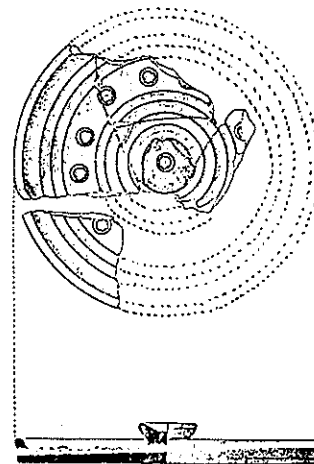
5

- Nº Inventário CR/ET/0063.
Tipo e Função Suporte de talha, elemento de uso complementar.
Dimensões Alt. 157, Ø max. 220.
Morfologia Corpo cilíndrico com bico vertedor, lábios envasados e plataforma plana com uma linha incisa.
Decoração Sob vidrado verde, um registo preenchido por elementos de carácter geométrico e floral é cortado por um rectângulo exciso.
Técnica Pasta roseada de textura compacta com muitos elementos não plásticos.
Cronologia Século XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; recolha de superfície
Bibliografia Inédita



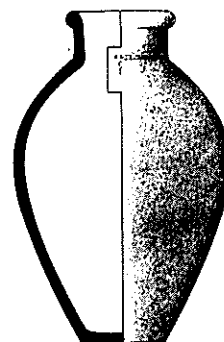
6

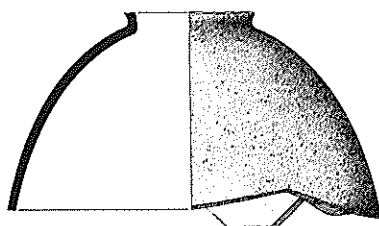
- Nº Inventário CR/ET/0064.
Tipo e Função Tampa, elemento de uso complementar.
Dimensões Ø 320.
Morfologia Corpo discóide com asa central de perfil troncocónico invertido; lábio envasado em aba inclinada para o interior e fundo plano áspero.
Decoração Entre os vários registos da face superior, apenas um apresenta uma série de rosetas estampilhadas sob vidrado verde.
Técnica Pasta bege de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos. Cobertura parcial de óxido de cobre.
Cronologia Século XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; recolha de superfície.
Bibliografia Inédita



7

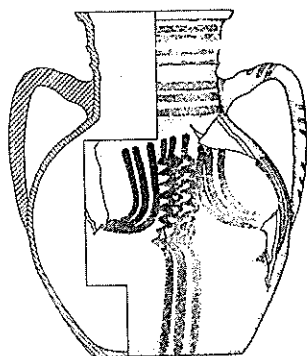
- Nº Inventário CR/CC/0065.
Tipo e Função Talha, vasilha de armazenamento.
Dimensões Ø boca 330; alt. 950; larg. máx. 700; Ø base 250.
Morfologia Bordo boleado em aba envasada, colo curto cilíndrico, bojo esférico e base plana.
Decoração Cinco incisões, curtas e onduladas, decoram a parte superior do bojo.
Técnica Pasta vermelha de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos.
Cronologia Século XIII (1º quarto).
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; recolha de superfície.
Bibliografia Inédita





8

- Nº Inventário CR/CC/0066.
 Tipo e Função Bojo de talha com arranque do gargalo, vasilha de armazenamento.
 Dimensões Ø colo 256; Larg. máx. 600.
 Morfologia Colo troncocónico invertido que assenta num bojo globular.
 Decoração Sem decoração.
 Técnica Pasta bege de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos.
 Cronologia Séculos XI / XII.
 Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; recolha de superfície.
 Bibliografia Inédita

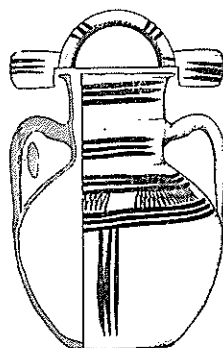


9

- Nº Inventário CR/PT/0030.
 Tipo e Função Pequeno cântaro; vasilha de armazenamento.
 Dimensões Ø boca 122; alt. 237; larg. 206; Ø base 107.
 Morfologia Bordo em aba; colo cilíndrico com moldura exterior; bojo globular; base plana.
 Decoração Pintura com traços de engobe vermelho no colo; sob formas diferentes, a dominante decorativa é apresentada por três linhas associadas.
 Técnica Pasta alaranjada de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos, coberta de engobe castanho.
 Cronologia Séculos X / XI.
 Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrículas E, F e G; níveis 1b e 2a do Criptopórtico A; anos de 1980 e 1981.
 Bibliografia Torres (1991).

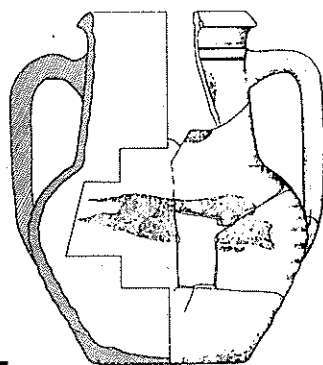
10

- Nº Inventário CR/PT/0032.
 Tipo e Função Pequeno cântaro; vasilha de armazenamento.
 Dimensões Ø boca 124; alt. máx. 267; larg. máx. 224.
 Morfologia Bordo boleado em aba envasada; colo cilíndrico com moldura; duas asas verticais em fita; bojo globular e base plana.
 Decoração Três linhas vermelhas, em traço rápido decoram o bordo, o colo, as asas e o bojo. Quatro grupos em ziguezague completam o programa decorativo sobre o ombro.
 Técnica Pasta bege; textura compacta com poucos elementos não plásticos.
 Cronologia Seculo X / XI.
 Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrículas E, F e G; níveis 1b e 2a do Criptopórtico A; anos de 1980, 1981 e 1982.
 Bibliografia Torres (1991).



11

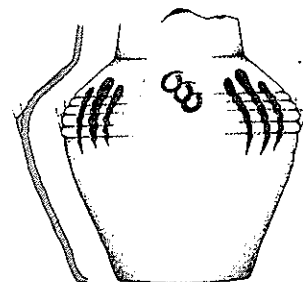
- Nº Inventário CR/PT/0011.
 Tipo e Função Pequeno cântaro; vasilha de armazenamento.
 Dimensões Alt. 217; Ø boca; larg. 176; Ø da base 97.
 Morfologia Bordo triangular com espessamento externo; colo troncocónico com duas asas verticais de secção em «D» rompendo do meio do colo para os ombros; bojo troncocónico invertido; base plana.
 Decoração Pintada com traços de óxido de ferro no bojo, no colo e na asa.
 Técnica Pasta alaranjada escura com engobe branco, textura pouco compacta com elementos não plásticos dispersos e pouco frequentes.
 Cronologia Século XII.



Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; criptopórtico A.
Bibliografia Torres (1987).

12

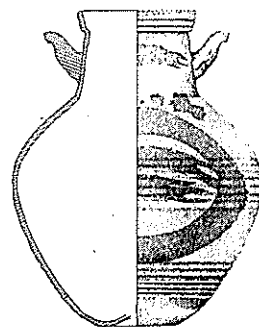
Nº Inventário CR/PT/0031.
Tipo e Função Pequeno cântaro; vasilha de armazenamento.
Dimensões Alt. máx. 208; larg. máx. 189; Ø base 106.
Morfologia Colo troncocónico; duas asas em fita arrancam do bojo ovóide; base plana.
Decoração Pintada em engobe vermelho apresentando uma sequência de três pinceladas e três pequenos círculos.



Técnica Pasta bege; textura compacta com raros elementos não plásticos.
Cronologia Séculos XI / XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrículas 13 e 14 B.
Bibliografia Torres (1991).

13

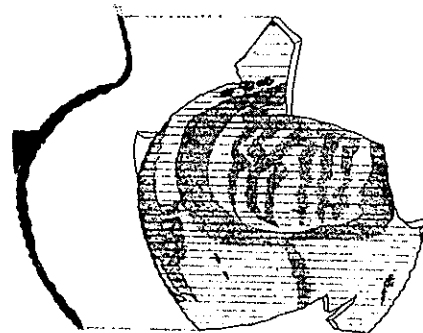
Nº Inventário CR/PT/0033.
Tipo e Função Cântaro; vasilha de armazenamento.
Dimensões Ø boca 137; Alt. 405; larg. 310; Ø base 90.
Morfologia Bordo boleado envasado; colo troncocónico; bojo globular com dois registos de caneluras; fundo externo com ônfalo; asas verticais de secção em «D».
Decoração Grandes traços a vermelho; sanefa no bordo; o bojo é preenchido por dois conjuntos decorativos constituídos por um grande círculo que envolve dois traços horizontais; rápidas pinceladas tocam o colo e as asas.



Técnica Pasta clara avermelhada de textura compacta com elementos não plásticos, coberta de engobe branco com pintura a almagre.
Cronologia Séculos XI / XII.
Proc. estatig. Encosta do Castelo de Mértola; quadrícula 14B; nível 1; contexto 20.
Bibliografia Torres (1991).

14

Nº Inventário CR/PT/
Tipo e Função Cântaro, vasilha de armazenamento.
Dimensões Larg. máx. 300.
Morfologia Colo cilíndrico e bojo bitroncocónico com arranque de duas asas em fita.
Decoração Pintura com almagre, traços digitais paralelos e pinceladas circulares e onduladas.

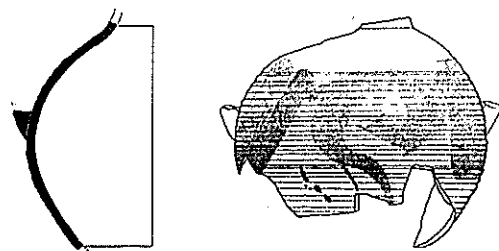


Técnica Pasta bege de textura compacta com poucos elementos não plásticos, coberta em engobe branco.
Cronologia Século XI.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrículas 4, 5, 6 A; contexto 150-151; anos 1981 e 1983.

Bibliografia Inédita

15

Nº Inventário CR/PT/
Tipo e Função Cântaro, vasilha de armazenamento.
Dimensões Ø colo 65; Larg. máx. 267.
Morfologia Colo cilíndrico e bojo globular canelado.
Decoração Pintura a manganês de traços digitais verticais e pinceladas em «S», sob cobertura de engobe branco.



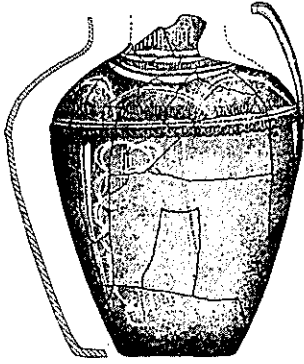
Técnica Pasta bege de textura compacta com poucos elementos não plásticos.
Cronologia Século XII

Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrículas 4A contexto 150 e 5A; níveis 1a e 2a; anos de 1980 e 81.

Bibliografia Inédita.

16

Nº Inventário
Tipo e Função
Dimensões
Morfologia
Decoração



0 10cm

CR/PT/0029.

Cântaro; vasilha de armazenamento.

Alt. máx. 429; larg.338; Ø base 150.

Colo cilíndrico; bojo ovóide; asas verticais irrompendo do ombro; base plana.

Além de um cordão plástico acompanhado com dois frisos de incisões, a decoração é pintada com engobe branco; uma sequência de semi-círculos encimada por colar de quatro linhas preenche o ombro; três cartelas verticais de pequenos semi-círculos apontados, ornamentam a parte inferior do bojo.

Técnica Pasta castanho-avermelhada de textura pouco compacta com elementos não plásticos.

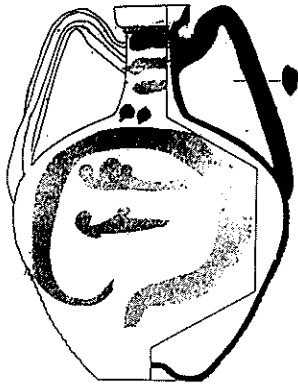
Cronologia Séculos XI / XII.

Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrículas 2, 3 e 4A; nível 2a; contexto 150 e 151; anos de 1980 e 1983.

Bibliografia Torres (1991).

17

Nº Inventário
Tipo e Função
Dimensões
Morfologia



0 10cm

CR/PT/

Cântaro, vasilha de armazenamento.

Alt. 325; Ø boca 66; Larg. máx. 372; Ø base 90

Bordo rectangular com espessamento externo; colo cilíndrico que remata um bojo globular canelado e pouco regular, com duas asas verticais de secção em «D»; fundo extremo com ônfalo.

Decoração Pintura em manganês de traços em «S» no bojo e rápidas pinceladas nas asas.

Técnica Pasta bege rosada de textura compacta com poucos elementos não plásticos.

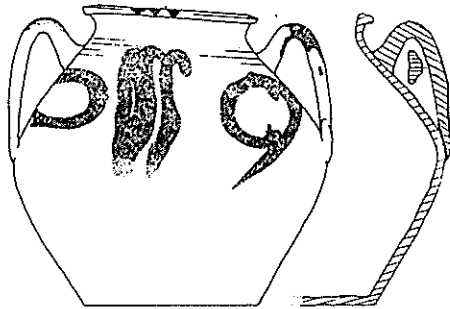
Cronologia Séculos XII / XIII.

Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 3N; casa I; ano de 1991.

Bibliografia Inédita.

18

Nº Inventário
Tipo e Função
Dimensões
Morfologia



0 10cm

CR/PT/0014

Pote; vasilha de armazenamento.

Alt. 312; Ø da boca 180; larg. 334; Ø da base 180.

Bordo boleado em aba derrubada que remata em contracurva um bojo bitroncocónico sobre cujo ombro arrancam duas asas verticais de secção trapezoidal; base plana.

Decoração Pintura com engobe vermelho (almagre); três pinceladas paralelas intercalam quatro círculos na parte superior do bojo; a aba e as asas também foram tocadas por pinceladas rápidas.

Técnica Pasta clara rosada de textura compacta.

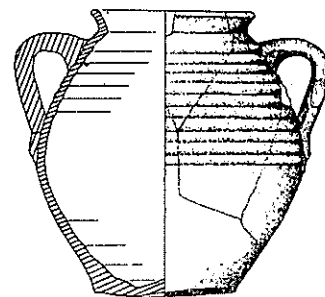
Cronologia Século XII.

Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 4A; contexto 151; ano de 1983.

Bibliografia Torres (1987).

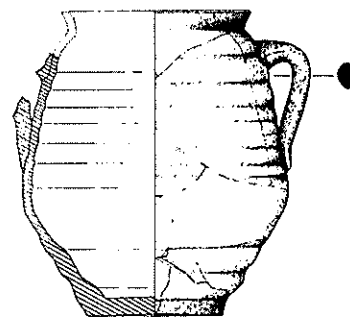
19

- Nº Inventário CR/BR/0005
Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
Dimensões Alt. 150; Ø da boca 88; larg. 145; Ø da base 75.
Morfologia Bordo boleado em aba envasada que entronca directamente no bojo globular; duas asas verticais fixam-se sobre o ombro; base convexa.
Decoração Ombro do bojo profusamente canelado.
Técnica Pasta bege de textura compacta.
Cronologia Século XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 4A; contexto 150; ano de 1983.
Bibliografia Torres (1987).



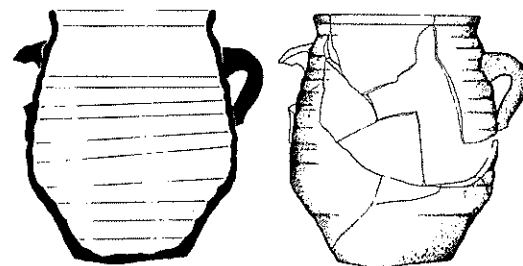
20

- Nº Inventário CR/BR/0008.
Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
Dimensões Ø boca 97; alt. máx. 139; larg. máx. 139; Ø base 67.
Morfologia Bordo boleado em aba envasada entroncando directamente no bojo bitroncocónico; duas asas verticais de secção sub-triangular; base plana muito irregular.
Decoração Dois registos de caneluras.
Técnica Pasta alaranjada com engobe branco, textura compacta com elementos não plásticos, dispersos e pouco frequentes.
Cronologia Século XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 5A; contexto 700A; ano de 1985.
Bibliografia Torres (1991).



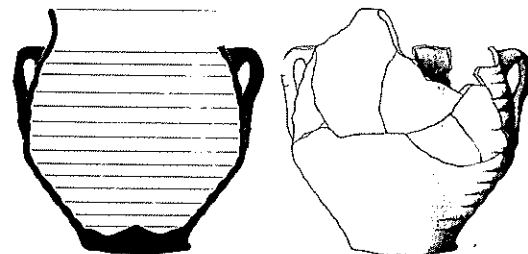
21

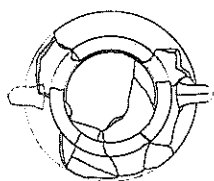
- Nº Inventário CR/CC/
Tipo e Função Pequeno pote, vasilha de armazenamento.
Dimensões Alt. 140; Larg. 90; Ø base 60
Morfologia Bordo boleado; corpo bitroncocónico com duas asas verticais de secção sub-triangular fundo cilíndrico e base plana muito irregular.
Decoração Sem decoração.
Técnica Pasta bege clara de textura pouco compacta com muitos elementos não plásticos.
Cronologia Século XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 14B; contexto 20; nível 1b; ano de 1989.
Bibliografia Inédita



22

- Nº Inventário CR/CC/
Tipo e Função Pequeno pote, vasilha de armazenamento.
Dimensões Alt. 130; Ø boca 90; Larg. 110; Ø base 55
Morfologia Bordo boleado; corpo bitroncocónico com duas asas verticais de secção sub-triangular; fundo cilíndrico e base plana pouco regular.
Decoração Sem decoração.
Técnica Pasta vermelha de textura compacta com muitos elementos não plásticos coberta de engobe branco.
Cronologia Século XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 14B; contexto 20; nível 1b; ano de 1989
Bibliografia Inédita



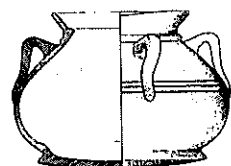
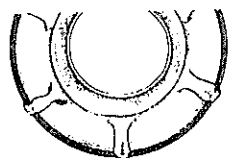


23

- Nº Inventário C R/VC/0001
 Tipo e Função Pequeno pote, vasilha de armazenamento.
 Dimensões Alt. 110; Ø boca 130; larg. 186; Ø base 150.
 Morfologia Bordo boleado em aba; duas asas; bojo globular; base em bolacha convexa.
 Decoração Sem decoração.
 Técnica Pasta castanha de textura compacta coberta de vidrado de óxido de ferro.
 Cronologia Século XII.
 Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula 6C; nível 1b; contexto 68; ano de 1980.
 Bibliografia Torres (1991).

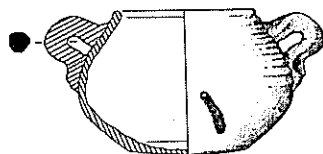
24

- Nº Inventário CR/ML/0014.
 Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
 Dimensões Alt. 125; Ø da boca 118; lag. 180; Ø da base 140.
 Morfologia Bordo boleado contracurvado com ressalto interior, colarinho e canelura inferiores; bojo globular com seis asas das quais restam cinco; fundo em bolacha convexo.
 Decoração Sem decoração.
 Técnica Pasta avermelhada de textura compacta coberta de vidrado plúmbeo.
 Cronologia Século XII (final).
 Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; criptopórtico A.
 Bibliografia Torres (1987).



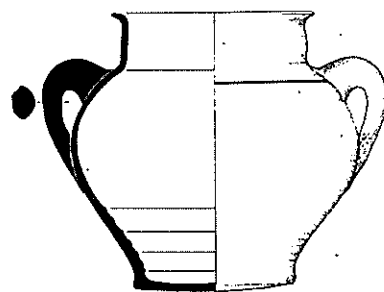
25

- Nº Inventário CR/VC/0004.
 Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
 Dimensões Alt. 73; Ø da boca 78; larg. 110; Ø da base 64.
 Morfologia Bordo boleado; bojo globular com caneluras; duas asas; fundo raso ligeiramente convexo.
 Decoração Sem decoração.
 Técnica Pasta avermelhada escura, de textura compacta com muitos elementos não plásticos, coberta interior e exteriormente de vidrado plúmbeo transparente.
 Cronologia Século XII (2ª metade).
 Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadrícula E; nível 1a do criptopórtico A; ano de 1980.
 Bibliografia Torres (1987).



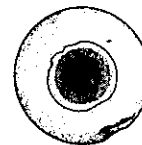
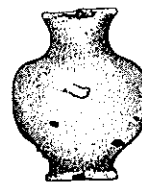
26

- Nº Inventário CR/ML0009.
Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
Dimensões Alt. 128; Ø da boca 100; larg. 142; Ø base 80.
Morfologia Bordo boleado envasado; colo cilíndrico; bojo troncocónico invertido com caneluras; duas asas verticais; fundo em bolacha ligeiramente convexo.
Decoração Sem decoração.
Técnica Pasta alaranjada clara de textura compacta, coberta interior e exteriormente de vidrado cor de mel de óxido de ferro.
Cronologia Séculos XI / XII.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadriculas F e H; níveis 1b e 2a do criptopórtico A; anos de 1981 e 1982.
Bibliografia Torres (1987).



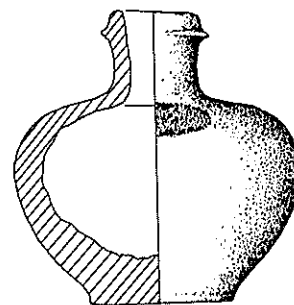
27

- Nº Inventário CR/BR/0017.
Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
Dimensões Ø boca 30; alt. 69; larg. 55; Ø base 30.
Morfologia Bordo rectangular envasado; colo cilíndrico; bojo globular irregular; pé cilíndrico com base em bolacha.
Decoração Sem decoração.
Técnica Pasta branca; textura compacta.
Cronologia Século XII.
Proc. estatig. Vila de Mértola; oferta de António Joaquim Pereira.
Bibliografia Torres (1991).



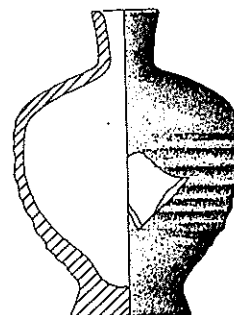
28

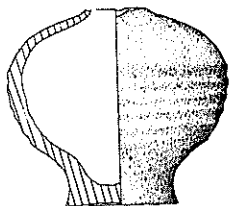
- Nº Inventário CR/ML/0016.
Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
Dimensões Alt. 75; Ø da boca 22; larg. 70; Ø da base 37.
Morfologia Bordo boleado com moldura exterior; bojo piriforme; base em bolacha plana irregular.
Decoração Sem decoração.
Técnica Pasta avermelhada clara, de textura compacta, coberta de vidrado plúmbeo.
Cronologia Século XI.
Proc. estatig. Alcáçova do Castelo de Mértola; quadricula H; nível 1c do criptopórtico A; ano de 1981.
Bibliografia Torres (1991).



29

- Nº Inventário CR/BR/0010.
Tipo e Função Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
Dimensões Ø boca 18; alt. 79; larg. 60; Ø base 30.
Morfologia Bordo boleado envasado; colo cilíndrico; bojo globular; pé cilíndrico com base plana.
Decoração Caneluras no bojo.
Técnica Pasta branca; textura compacta.
Cronologia Séculos XI / XII.
Proc. estatig. Encosta do Castelo de Mértola; quadricula 18A; nível 1b; ano de 1987.
Bibliografia Torres (1991).





BIBLIOGRAFIA

AGUADO VILLALBA, J. (1983), *La cerámica Hispanomusulmana de Toledo*, Madrid.

AGUADO VILLALBA, J. (1991), *Tinajas medievales españolas: Islámicas y mudejares*, Toledo.

BAZZANA, A. (1980), *Les céramiques médiévales: les méthodes de la description analytique appliquées aux productions de l'Espagne orientale*, in «Mélanges de la Casa de Velásquez», Madrid, pp. 57-95.

BAZZANA, A. et CRESSIER, P. (1989), *Shaltish/Saltés (Huelva), une ville médiévale d'Al-Andalus*, Casa de Velásquez, Madrid.

CORREIA, Fernando (1992), *Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja*, in «A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental», Campo arqueológico Mértola, pp. 373-385.

DE LA SIERRA, J. A. e DE LA VEGA PORRES, M. G. (1982), *Tinajas mudejares del museo arqueológico de Sevilla: tipología y decoración*, in «Homenaje a Conchita Fernandez Chicarro», Madrid, pp. 457-470.

FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1987), *El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Fronteira): bases para la sistematización tipológica de cerámica almohade en el S. O. Peninsular*, in «Al-Qantara», vol. VIII, pp. 448-474.

30

Nº Inventário	CR/BR/0011.
Tipo e Função	Pequeno pote; vasilha de armazenamento.
Dimensões	Alt. máx. 52; larg. 58; Ø base 30.
Morfologia	Bojo globular; pé cilíndrico; base plana irregular.
Decoração	Bojo canelado.
Técnica	Pasta branca de textura compacta.
Cronologia	Século XII.
Proc. estatig.	Mértola; oferta de António Joaquim Pereira.
Bibliografia	Torres (1991).

GOMES, Rosa V. (1988), *Cerâmica muçulmana do Castelo de Silves. Xelb 1*, Silves.
 KHAWLI, Abdallah (1992), *Lote de cerâmica epigrafada em estampilhagem de Mértola*, in «Arqueologia Medieval», nº 1, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 7-25.

MACIAS, Santiago (1991), *Um conjunto cerâmico de Mértola: silos 4 e 5*, in «A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental», C. A. Mértola, pp. 405-427.

MATOS, J. L. (1991), *Cerâmica muçulmana de Cerro da Vila*, in «A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental», C. A. Mértola, pp. 429-457.

MONTE MACHUCA, C. (1987-88), *Algunas cerámicas estampilladas de Jerez de la Fronteira (Cadiz)*, in «Estudios de Historia y Arqueologia Medievales», vol. VII-VIII, Universidad de Cadiz, pp. 175-195.

NAVARRO PALAZON, J. (1986), *La cerámica islámica en Murcia*, vol. 1: catálogo.

NAVARRO PALAZON, J. (1991), *Una casa islámica en Murcia: Estudio de su ajuar (siglo XIII)*, Murcia.

ROSSELLO BORDOY, G. (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*, Palma de Mallorca.

ROSSELLO BORDOY, G. (1991), *El nombre de las cosas en Al-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*, Palma de Mallorca.

TORRES, F. Caludio (1987), *Cerâmica islâmica portuguesa*, catálogo, Mértola.

TORRES, Cl. e alii (1991), *Cerâmica islâmica de Mértola: propostas de cronologia e funcionalidade*, in «A cerâmica medieval no Mediterrâneo ocidental», C. A. M., pp. 497-536.

Fotografias de António Batista; Desenhos dos Alunos do Curso de Restauro e Desenho arqueológico em Mértola.

FRAGMENTO DE PLACA INSCULTURADA DO CASTELO DE SILVES

ROSA VARELA GOMES

Em Homenagem ao Professor Doutor Artur Nobre Gusmão, que nos incentivou a realizar os estudos arqueológicos no Castelo de Silves.

1. INTRODUÇÃO

As escavações no Castelo de Silves permitiram-nos identificar uma importante sucessão estratigráfica do período muçulmano, datada entre o século VIII e o século XIII, que integrava estruturas e pavimentos, sobrepostos e reaproveitados, pertencentes a diferentes habitações palatinas (Gomes, 1988). Devido à reutilização intensa e contínua deste arqueossítio, a área mais escavada corresponde, por enquanto, às suas últimas ocupações islâmicas e, por este facto, as casas almorávida e almoada oferecem melhor entendimento da articulação funcional dos seus espaços. As estruturas anteriores encontram-se, ainda, pouco perceptíveis, dado possuímos apenas sectores de compartimentos (casas taifa e califal), por ora mal definidos (Gomes, 1990). Contudo, a estratigrafia reconhecida possibilitou atribuir cronologias precisas aos espólios exumados. Estes, são constituídos, maioritariamente, por cerâmicas, que evidenciaram ser os melhores indicadores cronoestilísticos. As datações propostas têm sido confirmadas através de análises de C14, em particular para os níveis mais antigos, e por numismas para as camadas mais recentes.

2. A HABITAÇÃO CALIFAL

Os restos de construções, que datámos do século X, assentam sobre estruturas anteriores e mostram parte de dois compartimentos. Os muros que os definem ofere-

cem aparelho com pedras dispostas obliquamente. Registámos tal técnica construtiva, apenas, nesta edificação diferindo da que foi empregue em épocas subsequentes. Junto a algumas daquelas estruturas recolhemos fragmentos de estuque, de cor vermelha vinhosa, que, possivelmente, as revestiriam.

Os pavimentos identificados eram formados por grandes lajes de arenito vermelho, cobertas por massa de areia e cal. Sobre estes foram deixados, ou esquecidos, materiais que demonstram o poder económico e o requinte da sociedade que ali viveu. Entre o espólio recolhido devemos referir uma grande talha, esmagada *in situ*, com pasta e superfícies de cor bege, decorada, no colo, por banda oferecendo motivos semicirculares e ondulados, incisos com pente. Exumámos, também, muitos fragmentos de cerâmica, pertencentes a taças, com as superfícies esmaltadas e decoração policroma, provavelmente de fabrico peninsular (Gomes, 1989), e, de igual modo, um raro fragmento de taça com

decoração dourada que, pela técnica e motivos representados, atribuímos às oficinas de Fustat (Cairo) (Gomes, 1988, 109).

Além do espólio citado descobrimos outras peças misturadas com as terras utilizadas no nivelamento daquele espaço permitindo, posteriormente, a construção das estruturas do período taifa que, de modo claro, se sobrepunham às de época califal. Foi no seio daquelas terras, e sob construção do século XI, que recolhemos o fragmento da pequena placa de marfim, objecto do presente estudo. Esta encontra-se, actualmente, em exposição no Museu Municipal de Arqueologia de Silves.

3. PLACA INSCULTURADA

Trata-se, conforme referimos, de um fragmento de peça de marfim, contendo uma das suas extremidades, com forma sub-retangular, e medindo 0,041 m de comprimento, 0,038 m de largura e 0,006 m de espessura máxima. O topo superior apresenta-se aplanado, sendo o inferior e o lateral biselados. Mostra cor bege e pátina de cor castanha clara, assim como uma grande fractura diagonal a toda a altura. Ambas superfícies oferecem ornamentação insculturada, delimitada por fina moldura, demarcada por incisão. O espaço decorado mede 0,027m de altura. Em redor, sobre os bordos das duas faces desta peça, observam-se estreitos traços incisos (bordo inferior) ou pequenos entalhes verticais paralelos entre si (bordo superior).

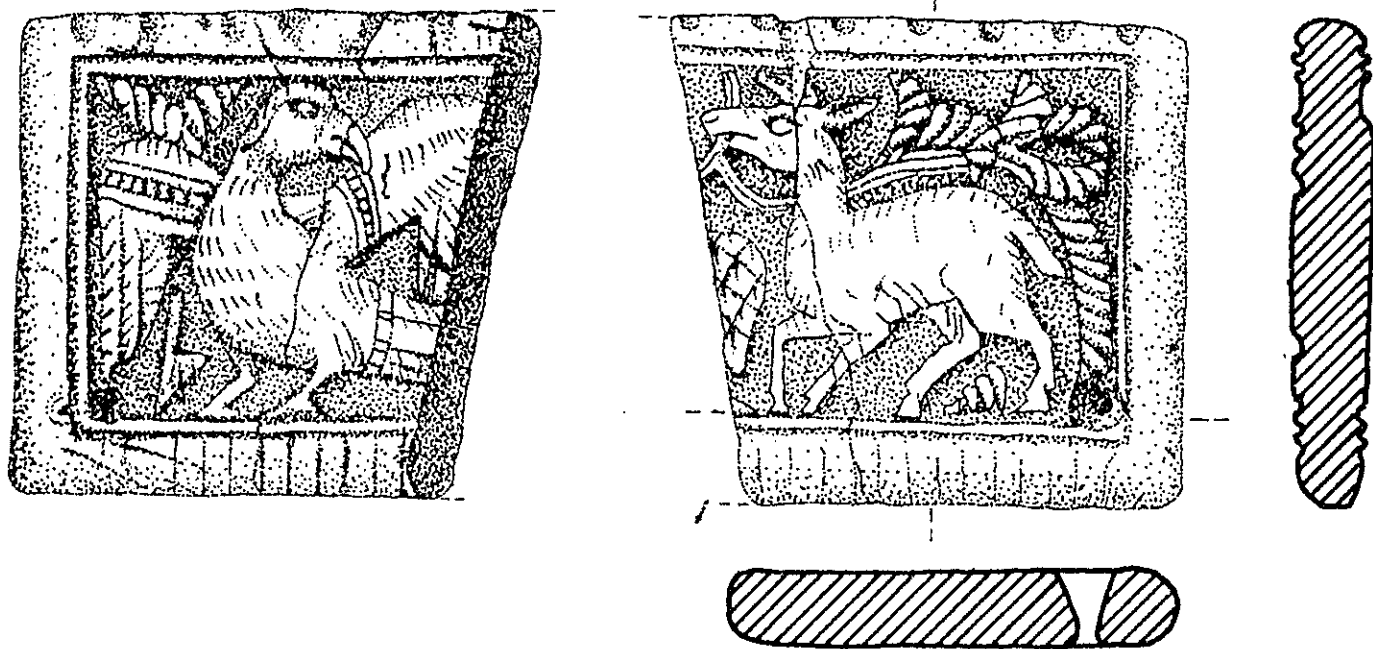
Uma das faces exhibe a representação de uma ave de rapina, possivelmente uma águia, de asas entreabertas, com o corpo e as patas voltadas para a esquerda do observador e a cabeça virada para o lado oposto, com o bico sobrepondo a asa esquerda. A cabeça, de forma sub-circular e de grandes dimensões, oferece um olho oval, assim como bico curvo e forte. O corpo, as asas e a cauda, mostram figuração



Castelo de Silves. Restos de parede e de pavimento da habitação califal. Ao centro, fragmento de talha ainda in situ. A parede foi, sucessivamente, reaproveitada nos períodos taifa e almorávida (RXI/89-7). (Foto M. V. Gomes).

esquemática das penas, nomeadamente das rémiges. No meio das asas e no início da cauda nota-se decoração constituída por pequenos traços incisos, verticais, delimitados por linhas horizontais. As patas assentam na moldura que delimita a composição. Sobre a asa direita observa-se um motivo vegetalista e junto à sua extremidade encontra-se um orifício com 0,002m de diâmetro que perfura a placa. Sob a mesma asa detecta-se o que parece representar o pé, ou o caule, do elemento fitomórfico referido.

A face oposta é decorada com uma possível representação de corça, insculpida entre elementos vegetais. Aquela apresenta o corpo e a cabeça de perfil, as pernas em perspectiva, caminhando para o lado esquerdo do observador, assentando as patas, com os cascos apenas assinalados, sobre a estreita moldura que enquadra a composição. As pernas direitas do quadrúpede mostram-se ligeiramente flectidas e avançadas, a perna dianteira esquerda está, ainda, avançada e a traseira, do mesmo lado, encontra-se flectida e atrasada, sugerindo marcha lenta. Possui cabeça comprida e volumosa, levantada, com olho de forma amendoada, narina, boca, com a qual segura um ramo, e duas orelhas, a direita voltada para diante, tocando a moldura da placa, e a oposta para trás. O pescoço, não muito longo, traça delicada curvatura e o corpo, representado ligeiramente na oblíqua, imprime à figura tanto a sensação de perspectiva como de movimento. A cauda, curta como é comum aos cervídeos, está destacada do corpo. A pelagem foi representada através de finíssimas incisões paralelas que se observam sobretudo sobre os contornos do corpo e do pescoço. As características anatómicas observadas, como o pescoço curto e a ausência de armação, conduzem-nos a classificar a representação descrita como uma corça ou veado jovem.



Q3/C5



Fragmento da placa de marfim insculturada (esc. 1:1), (Des. Ana Machado).

O ramo que o animal referido suporta, na boca, subdivide-se, logo abaixo do foínho, devendo o segmento, interrompido pela fractura que amputou a placa, ligar-se a um bolbo reticulado, com a extremidade voltada para baixo, e de que se conserva ainda parte. A segunda ramificação passa sob o pescoço do quadrúpede para, em seguida, desenvolver-se em ramos, com folhagem múltipla, que preenchem o espaço deixado livre sobre o seu dorso e caírem, envolvendo os quartos traseiros, até alcançarem a extremidade da perna mais recuada.

Entre as duas pernas posteriores descobre-se parte de um outro elemento fitomórfico.

Julgamos que os restos de bolbo representados constituiriam o elemento central da decoração da placa, quando completa, podendo-se, portanto, concluir que o fragmento agora dado a conhecer corresponde, aproximadamente, a cerca de metade do seu tamanho original.

Desconhecemos qual o tipo de objecto que integraria a placa do Castelo de Silves. Todavia, a sua função claramente decorativa e a própria utilização de uma matéria-prima sumptuária, como o marfim, indicam luxuosa peça compósita, sugerindo-nos a informação disponível tratar-se de pequeno cofre ou outro móvel.

A esmerada decoração que o fragmento oferece, em ambos lados, indica-nos ter feito parte de, uma estrutura onde aquelas superfícies estivessem devidamente valorizadas. De facto, dadas as suas dimensões e forma, poderia pertencer tanto à tampa de uma caixa ou cofre, como a um elemento de cadeira ou da porta de pequeno armário. Teria, provavelmente, função semelhante a placa, também de marfim, de forma sub-retangular, mostrando as duas superfícies decoradas com representações de figuras humanas, de que o Museu do Louvre guarda um fragmento. Esta foi atribuída às produções iranianas ou iraquianas do século XII (Migeon, 1927, 339, fig. 147).

4. INTEGRAÇÃO CULTURAL

A placa proveniente do Castelo de Silves estava, conforme referimos, integrada num contexto preciso, datado nos finais do século X, ou seja correspondendo ao abandono das estruturas califais. Julgamos ser a primeira peça deste tipo descoberta num nível arqueológico, fazendo parte de complexa sucessão estratigráfica, e, também, no interior do espaço correspondente a uma habitação. Com idêntica cronologia conhecemos, em Portugal, outra peça ebúrneia insculpturada; o bellissimo cofre, pertencente ao Tesouro da Sé de Braga (Almeida, 1986, 72, 87, 88; Gómez-Moreno, 1951, 299, fig. 365; Lacerda, 1942, 172). Este, oferece corpo cilíndrico, tampa hemisférica, com botão terminal, e iconografia muito rica, ordenada a partir de teoria de arcos ultrapassados, onde se inscreveram elaboradas composições, e participam figuras humanas e de animais. Ali se detectam representações de aves e cervídeos, por vezes inscritas em cartelas circulares ou polilobuladas, que constituem bons paralelos para as figurações da placa de Silves. De igual modo, todo o espaço foi preenchido com elementos vegetalistas que incluem, como na peça algarvia, bolbos e folhagens múltiplas. Na base da tampa do cofre agora referido, e que tem vindo a ser atribuído a oficina cordovesa, observa-se uma inscrição, em caracteres cúficos, que permitiu a sua datação entre 1004 e 1008.

São bastante acentuadas as similitudes temáticas e estilísticas encontradas na iconografia de ambas peças, nomeadamente no modo de representar tanto as aves como os quadrúpedes, que no cofre de Braga mostram idêntico movimento contido e comportamento, assim como pormenorização semelhante. O tema da ave de rapina está presente nas duas peças, tal como o do cervídeo que segura, na boca, um ramo. O preenchimento exaustivo dos espaços com motivos fitomórficos acusam, também, soluções

idênticas, face ao que se tem denominado «horror ao vazio», tal como a ocorrência de reportório comum aos dois marfins, onde se destacam, como notámos, os bolbos e as complexas ramagens múltiplas, suportadas por caules igualmente subdivididos, os aproximam. No entanto, observa-se no cofre de Braga a utilização do trépano, aspecto que não se encontra na placa de Silves e que julgamos ser indicativo, a par de maior profundidade dada à escultura e de maior minúcia nos pormenores e acabamentos, não só de móvel com importância e requinte superiores, como possivelmente algo mais tardio. Recordemos, que a técnica do trépano é recorrente na ornamentação arquitectónica, nomeadamente em capitéis muito elaborados, dos finais do califado.

Tanto as representações de aves de rapina como de cervídeos, embora com variantes, constituem elementos decorativos, isolados ou integrados em cenas de carácter cinegético, de peças de marfim, madeira ou metal.

A figuração de águia que mais semelhanças oferece com o exemplar de Silves, encontra-se no centro da tampa da caixa de Leire, conservada na catedral de Pamplona, e datada nos primeiros anos do século XI. Terá sido realizada em 1005, nas oficinas cordovesas, sob encomenda de Al-Mansour, e foi atribuída por Gómez-Moreno (1951, 299, fig. 364) à escola de Halaf (Migeon, 1927, 352, fig. 254). A águia figurada nesta caixa surge inserida numa cartela circular, definida por entrelaçado, mostra a cabeça virada para o lado esquerdo, com o bico junto da asa; do mesmo lado, e nos pés, segura, pelo dorso, um pequeno animal, possivelmente, um coelho ou lebre. Ambas asas estão abertas, em V, como no exemplar de Silves e as penas foram, de igual modo, figuradas. Os espaços em torno à cena referida apresentam motivos vegetalistas.

Os cervídeos mais representados nos marfins produzidos no al-Andalus, oferecem morfologia bem proporcionada, com pescoços e pernas esbeltas e, muitas vezes, armações, imprimindo ao conjunto graciosidade e elegância. Este mesmo espírito aparenta estar presente na figura zoomórfica da placa de Silves, por certo mostrando, como referimos, uma corça ou veado jovem, oferecendo semelhanças com as gazelas figuradas na caixa de Leire (Lévi-Provençal e Torres Balbás, 1982, 738, figs. 572, 574).



Ampliação fotográfica do anverso e do reverso da placa de marfim de Silves (RII/90-21, 22). (Foto M.V. Gomes)

Todavia, aqueles quadrúpedes participam em cenas de carácter cinagético, sendo vítimas do ataque de leões, ladeadas por motivos vegetalistas onde se observam bolbos, com o corpo segmentado, tal como na peça de Silves. É interessante notarmos o uso do trépano no cofre de Leire, dada a proximidade estilística e morfológica com a caixa da Sé de Braga. Bolbos, integrando a «árvore da vida» encontram-se esculpido na peça de Braga, como na de Leire e numa outra caixa, conservada na igreja paroquial de Fitero (Navarra) (Ferrandis, 1935, 37, 63, est. X). Este móvel foi decorado, apenas, com motivos fitomórficos delimitados por moldura simples, aspecto que se verifica na pequena placa de Silves, e uma inscrição na tampa indica-nos ter sido executado em Medinat-az-Zahra, no ano de 966, sendo obra de Halaf. É sua contemporânea uma outra caixa, hoje no Museu de Artes Decorativas de Paris, que mostra, também, somente decoração vegetalista, embora mais geometrizante, dado o movimento conferido aos caules sugerirem cartelas, e demonstrando proveniência distinta.

Os paralelos detectados para o fragmento de placa insculptada de Silves, indicam que esta pode ter sido produzida, numa oficina cordovesa, entre os anos de 966 e 1008. Estas datas correspondem, como indicámos, à elaboração das caixas de marfim de Fitero e de Braga.

A gramática decorativa utilizada na peça de Silves, circunscrita ao interior de uma moldura simples e a ausência do trépano, induzem-nos a aproximá-la ao círculo das produções atribuídas à oficina cordovesa de Halaf, e com cronologia em torno aos inícios do último quartel do século X.

Datações radiocarbónicas, recentemente obtidas a partir de carvões, para o nível arqueológico que integrava a peça agora dada a conhecer, uma vez calibradas, indicam intercepções em 886 cal. D.C. (ICEN-672), 985 cal. D.C. (ICEN-874), e 985 cal. D.C. (ICEN-877), estando, portanto, de acordo com a cronologia acima conferida. Aliás, aquelas datas oferecem, respectivamente, intervalos para 1 sigma, situados entre 817 - 842 cal. D.C. ou 859 - 896 cal. D.C. (ICEN - 672), 976-1017 cal. D.C. (ICEN-874) e 963-1011 cal. D.C. (ICEN-877). Os intervalos de calibração, das mesmas datas, para 2 sigma, indicaram 779-971 cal. D.C. (ICEN-672), 899-908 cal. D.C. 949-1028 cal. D.C. (ICEN-874) e 893-1022 cal. D.C. (ICEN-877).

A temática observada na placa de Silves é, conforme indicámos, a da prática cinegética, também detectada na decoração cerâmica do mesmo período e cara às élites

muçulmanas, dado substituir, em termos estratégicos e psicológicos, a actividade bélica, conferindo-lhes estatuto e prestígio social.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C.A.F. de, 1986 - *História da Arte em Portugal - Arte da Alta Idade Média*, vol. 2, Ed. Publicações Alfa, 184 pp., Lisboa.

GOMES, R.V., 1988 - Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves, *Xelb*, vol. 1, 294 pp.

GOMES, R.V., 1990 - Resultados da última campanha de escavações arqueológicas no Castelo de Silves, *Encontro de Arqueologia no Algarve*, Ed. Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, pp. 137-151, Faro.

GOMES, R.V., 1991 - Cerâmicas Muçulmanas, Orientais e Orientalizantes, do Castelo de Silves (peças esmaltadas, policromas e de reflexo metálico), *Estudos Orientais*, vol. II, Ed. Instituto Oriental, Universidade Nova de Lisboa, pp. 13-39.

GÓMEZ-MORENO, M., 1951 - El Arte Árabe Español hasta los Almohades. Arte Mozárabe, *Ars Hispaniae*, vol. III, Ed. Plus-Ultra, 421 pp., 483 figs. Madrid.

FERRANDIS, J., 1935 - *Marfiles Árabes de Occidente*, vol. 1, Ed. Estanislao Maestre, 116, pp., LX-VII ests, Madrid.

LACERDA, A. de, 1942 - *História da Arte em Portugal*, vol. 1, Portucalense Editora, S.A.R.L., 563 pp., 738 figs., Porto.

LÉVI-PROVENÇAL, E., e TORRES BALBÁS, L., 1982 - *História de España, España Musulmana (711-1031)*, Instituciones, Sociedad, Cultura, tomo V, Ed. Espasa-Calpe, S.A., 838 pp. 664 figs., Madrid.

MIGEON, G., 1927 - *Manuel d'Art Musulman*, Arts Plastiques et Industriels, Ed. Auguste Picard, 440 pp., 211 figs., Paris.

UMA FORTIFICAÇÃO OMÍADA EM MESAS DO CASTELINHO (ALMODÔVAR)

AMÍLCAR GUERRA *

CARLOS FABIÃO *

INTRODUÇÃO

O sítio de Mesas do Castelinho, na freguesia de Santa Clara-a-Nova, concelho de Almodôvar, tornou-se nos últimos anos um lugar paradigmático da arqueologia portuguesa. O carácter exemplar resulta, em primeiro lugar, de um conjunto de vicissitudes, já suficientemente descritas em anteriores publicações, que trouxeram aquele povoado do quase esquecimento para uma notoriedade atingida de uma forma tão lamentável.

A exemplaridade do caso manifesta-se, contudo, também na rapidez da intervenção de emergência que permitiu uma caracterização baseada em alguns dados já recolhidos em contextos estratigráficos — e possibilitou uma sequência cronológica mais rigorosa para o sítio. Os resultados destes primeiros trabalhos, que constavam já do relatório elaborado pelo técnico responsável pela intervenção, foram posteriormente apresentados ao II Encontro de Arqueologia do Baixo Alentejo (Castro Verde, 1988) e recentemente publicados (FERREIRA, 1992).

Tendo assumido a responsabilidade pela intervenção a partir de 1988, demos já conta dos resultados da primeira campanha, apresentando o faseamento da área escolhida para a escavação sistemática (FABIÃO/GUERRA, 1991). Esta, que designámos Sector A-1 — respeitando a designação adoptada por Carlos J. Ferreira aquando da sua primeira intervenção (FERREIRA, 1992: 20) — apresentava à partida a possibi-

lidade de reunir uma longa sequência de ocupações, daí a sua escolha. Não nos alongaremos mais na exposição das questões relativas a esta opção, bem como aos primeiros resultados obtidos, já que em outro lugar disso nos ocupámos (FABIÃO/GUERRA, 1991). Aí se descreviam mais pormenorizadamente algumas estruturas e materiais dos estratos da fase islâmica e se perspectivava a continuidade da investigação em torno da fortificação deste período, dada a importância que esta assumia para o conhecimento dos «habitats» deste tipo (*Ibidem*: p. 310-311).

Estabelecemos a partir daqui um plano que previa a delimitação o mais extensa possível da área ocupada pelo complexo defensivo, uma vez que a escavação em extensão apresenta, especialmente nestes casos, inegáveis vantagens sobre as intervenções parciais. De facto, apesar de, por natureza, os arqueólogos trabalharem sempre com fragmentos de uma realidade, o estudo de um conjunto através de um processo de amostragem está mais facilmente sujeito a

* Assistentes da FLL Investigadores da UNIARQ FLL – Alameda da Universidade • 1699 Lisboa Codex

interpretações falseadas pelas dimensões muitas vezes extraordinariamente redutoras das realidades em análise. Entendemos, por outro lado, que o processo de utilização de determinados espaços se compreende melhor se a escavação visar a recuperação em área dos diversos momentos da sua existência — uma fase de abandono/destruição, uma fase de ocupação/utilização, uma fase de construção...

A primeira campanha de escavações que efectuámos no local (1989) pôs a descoberto uma torre, com algumas construções associadas, rodeada por um fosso (*Ibidem*: 307-8 e Figs. 4 e 5). Assim, optámos por concentrar esforços na definição e estudo das realidades deste período, para depois estudarmos as fases anteriores de ocupação. Dadas as limitações de meios, procedemos por alargamentos sucessivos, um na segunda campanha (1990) e outro na quarta (1992), completando nesse ano os objectivos que inicialmente nos tínhamos proposto para esta primeira fase dos trabalhos — a

investigação das realidades muçulmanas do Sector A-1 [correspondente à elevação a sul da plataforma superior do povoado (*Ibidem*: Figs. 2 e 3)].

Com a realização de quatro campanhas, estamos em condições de apresentar uma primeira análise global, de carácter necessariamente preliminar, respeitante à parte conservada de todo o conjunto islâmico. Este primeiro balanço justifica-se pelo facto de se encontrar já completa a escavação dos níveis que lhe correspondem. É possível, por isso, definir o que resta do complexo defensivo, e ao mesmo tempo fazer uma ideia do que as destruições eliminaram definitivamente.

Um dos aspectos que confere às realidades desta fase de ocupação uma maior importância é pertencerem a um núcleo espacialmente bem delimitado e que, do ponto de vista estrutural, deverá, à partida, apresentar uma certa coerência. Embora lamentando não ser já possível uma escavação integral, tivemos ensejo de observar ainda uma área significativa e obter documentação suficientemente ampla, de molde a permitir a reconstituição fundamentada de uma ocupação de características muito peculiares.

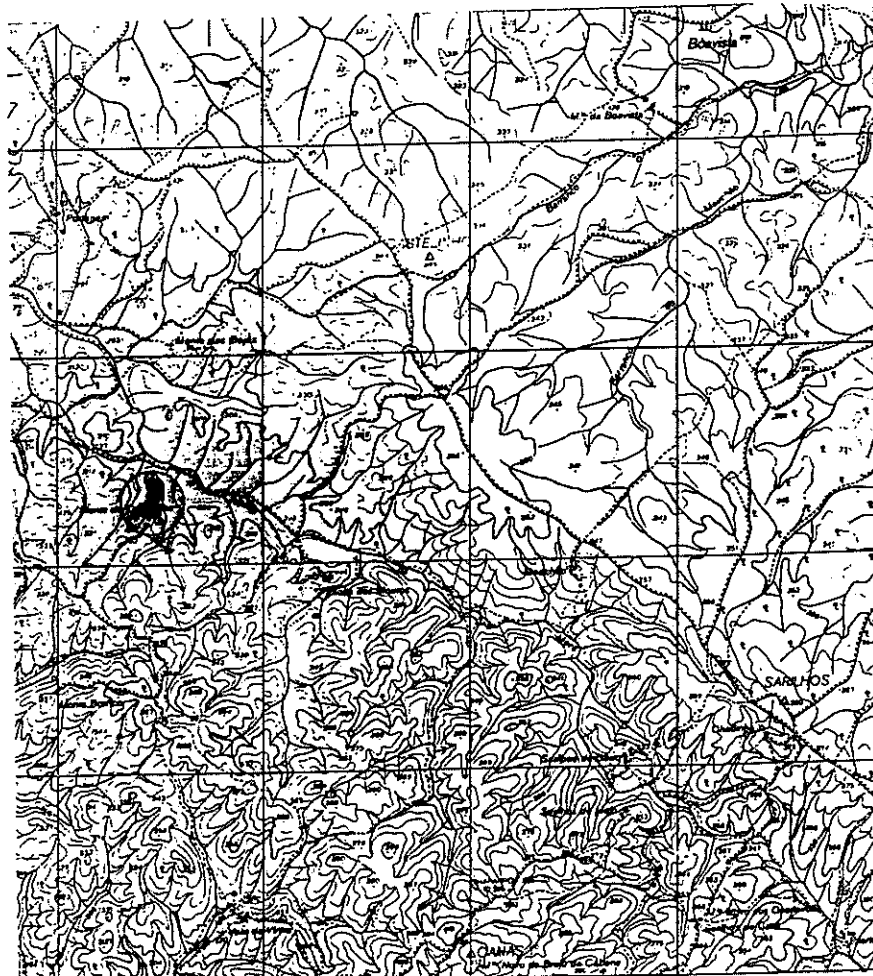
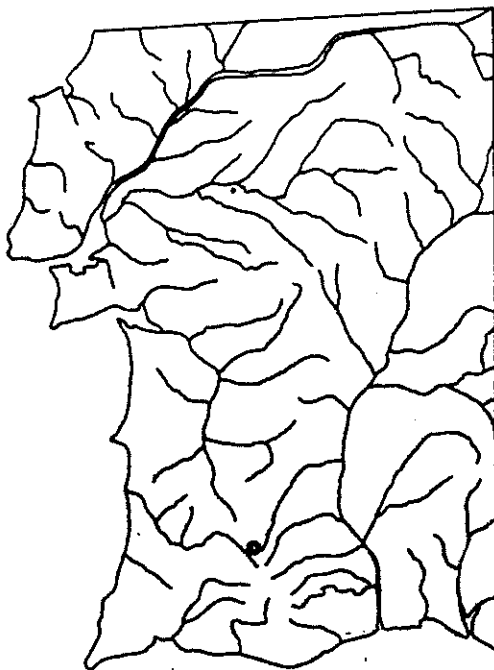
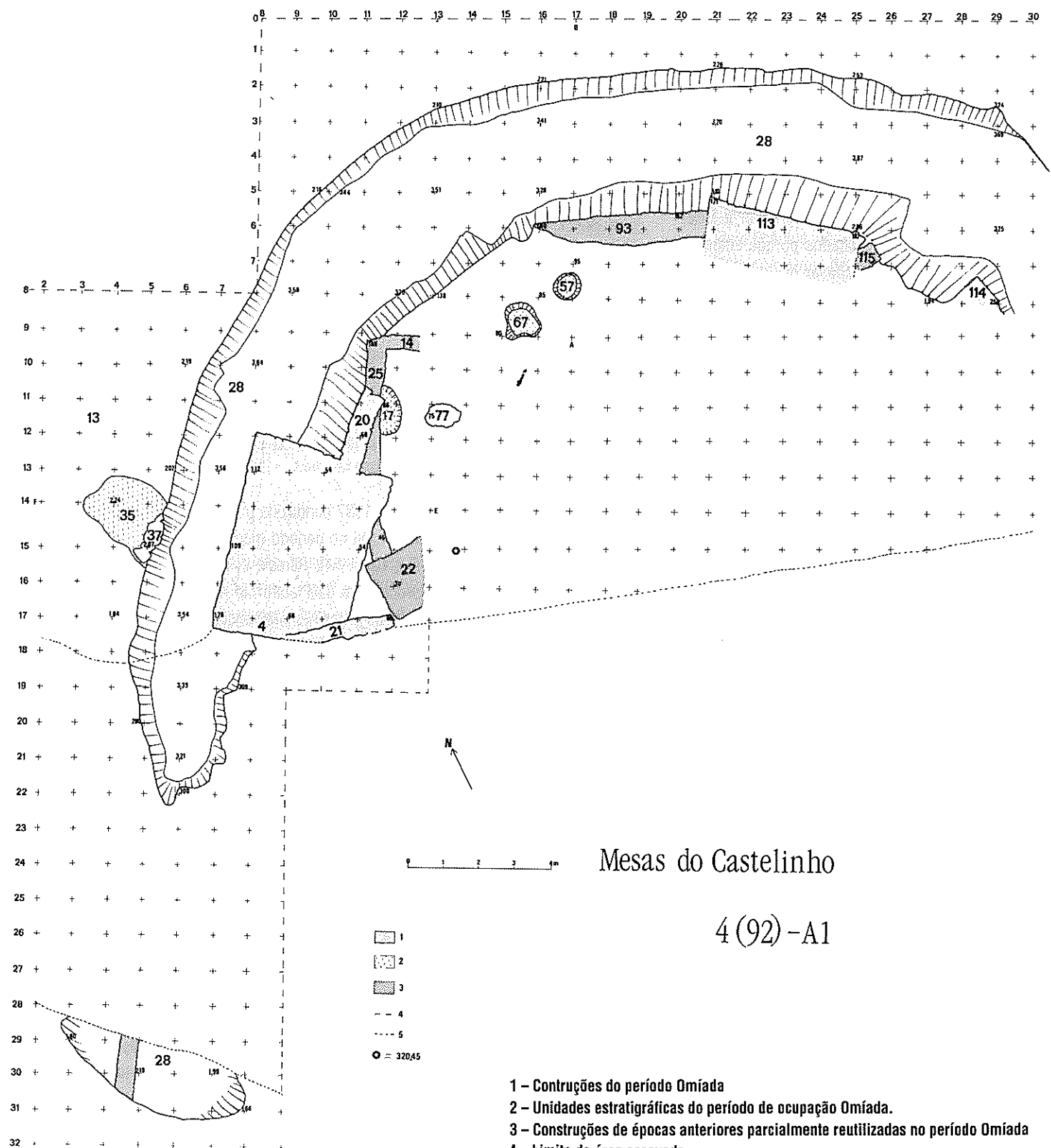


Fig. 1 — Localização de Mesas do Castelinho (Almodôvar) no actual território português



Mesas do Castelinho

4 (92) - A1

- 1 - Construções do período Omíada
- 2 - Unidades estratigráficas do período de ocupação Omíada.
- 3 - Construções de épocas anteriores parcialmente reutilizadas no período Omíada
- 4 - Limite da área escavada
- 5 - Limite das zonas destruídas em 1986

Fig. 2 - Planta geral das estruturas da fortificação Omíada

Particularmente importante é também o conjunto de elementos recolhidos, quer artefactos (principalmente cerâmica), quer restos de faunas e flora. Naturalmente, neste momento não é possível ainda apresentá-los de um modo exaustivo e definitivo — o presente texto foi escrito durante a fase final da 4ª campanha de escavações —; não quisemos porém protelar a apresentação de alguns resultados porque entendemos que os mesmos, apesar do seu carácter preliminar, poderão interessar à comunidade científica.

O projecto de investigação criado em torno de Mesas do Castelinho é aquilo a que se pode chamar um exemplo de projecto arqueológico de sítio, desencadeado por razões exteriores à lógica de investigação, já sobejamente explicados (FERREIRA, 1992 e FABIÃO/GUERRA, 1991). Não nasceu, pois, de uma escolha deliberada, foi, de certo modo, imposto pelas circunstâncias. Assim, quando iniciámos o nosso trabalho não dispunhamos, à partida, de uma estratégia de estudo da inserção espacial de cada uma das fases de ocupação no território envolvente. Diga-se, também, que o tipo de problemas e dificuldades que um sítio destes coloca — com uma longa ocupação proto-histórica e romana, com uma reutilização muçulmana e, sobretudo, bastante destruído, para uma avaliação global da extensão dos «estrágos», veja-se FABIÃO/GUERRA (1991: Fig. 2) — é suficiente para absorver uma numerosa equipa interdisciplinar, que não tem sido fácil reunir. Por tudo isto, o concomitante trabalho de «leitura» do enquadramento espacial foi ficando adiado, aguardando melhor oportunidade, isto é, o «aparecimento» de gente interessada em fazê-lo. Felizmente, parecem já ter surgido os interessados, que terão pela frente a complexa tarefa de descodificação de um «palimpsesto» onde estarão provavelmente inscritas as razões das diferentes ocupações, mas também dos abandonos que o sítio conheceu ao longo dos tempos. Sem este traba-

lho, resultará difícil e forçosamente apenas hipotética qualquer proposta de interpretação da fortificação muçulmana de Mesas do Castelinho.

Contudo, dentro dos condicionalismos enunciados, parece-nos possível avançar algumas propostas que julgamos pertinentes e que, certamente, futuras investigações poderão precisar e/ou corrigir

Finalmente, uma palavra sobre o conjunto de apoios com que contamos para a realização dos trabalhos. Como já salientámos anteriormente (FABIÃO/GUERRA, 1991: 306) o projecto de Mesas do Castelinho, enquadrado no âmbito da UNIARQ — FLL, tem recebido a colaboração empenhada dos poderes autárquicos, Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova e Câmara Municipal de Almodôvar. A partir do ano de 1992 passou a dispor também do apoio financeiro da SOMINCOR. Estas participações revelaram-se essenciais, uma vez que os subsídios do IPPC/IPPAR, principal entidade envolvida nesta acção, têm vindo a ser reduzidos todos os anos, assumindo, neste momento, um carácter meramente simbólico.

1. A OCUPAÇÃO MUÇULMANA

Desde a primeira intervenção de 1987 conduzida por Carlos Jorge Ferreira (1992) ficou demonstrada a ocupação do local no período medieval, hipótese, aliás, já sugerida por Abel Viana (1958: 5-6 e 1960: 14). Parecia evidente que essa ocupação se concentrava numa área bem circunscrita da Plataforma A (FERREIRA, 1992: 21-22), justamente a que delimitámos para as primeiras intervenções.

Após quatro campanhas de escavação, que permitiram definir por completo uma área com construções do período muçulmano, não estamos certos de que esta ocupação se circunscreva à área referida. De facto, à superfície quer na Plataforma A, quer na B, assim como nos taludes SE e SW foram recolhidos materiais deste período, não sendo, contudo, fácil determinar se tal dispersão se deve a uma maior amplitude do espaço ocupado ou às múltiplas perturbações recentes que Mesas do Castelinho conheceu. Em qualquer dos casos resulta evidente a existência de uma área, o já referido Sector A1, onde se erguia uma fortificação, que constitui o objecto do presente estudo.

1.1. A fortificação

A fortificação muçulmana de Mesas do Castelinho (Fig. 2) constitui uma das estruturas mais notórias existentes naquele sítio arqueológico e, provavelmente, a memória da sua existência terá justificado o topónimo da herdade em que se encontra: Castelinho. Infelizmente, fomos encontrá-la já muito destruída, basicamente por duas acções recentes: a primeira, que datará dos anos 50 do nosso século, consistiu na terraplanagem com maquinaria de toda a sua superfície, com o intuito de aproveitar para fins agrícolas o topo da Plataforma onde foi erguida (FABIÃO/GUERRA, 1991: 305 e 307-8); a segunda, datável de 1986, perpetrada pelo anterior proprietário do terreno, im-

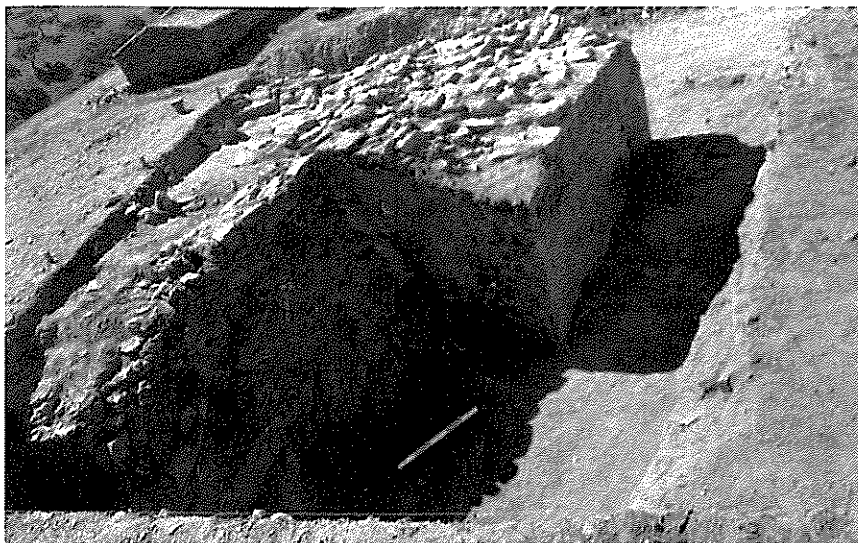


Fig. 3 – Aspecto da escavação das estruturas de época Omíada durante a primeira campanha de escavações de 1989. São visíveis: o fosso [UE 28], o seu enchimento [UE 29], a primeira torre [UEs 4, 15, 18, 19], a parede [UE 20] e, ainda, as paredes UE 25 e 14, pertencentes a épocas de construção mais antigas.

plicou o revolvimento e destruição, igualmente com meios mecânicos, de todo o sector S-SW-W da fortificação (*Ibidem*: Fig. 2 e FERREIRA, 1992: Fot. 2). Estas duas acções condicionaram inapelavelmente toda a leitura deste espaço e suas construções.

Deste modo, o fosso [UE 28], com uma largura oscilando entre os 4 e os 6 metros, no topo, que terá rodeado toda a fortificação, adquiriu uma importância fundamental para a recuperação da sua planta. No entanto, se em algumas zonas, designadamente junto às torres, ele foi escavado através dos níveis de ocupação mais antigos e na própria rocha de base, em outras, designadamente nas áreas S, E e W, não parece ter sido tão profundo, ou por opção dos construtores ou por serem mais espessas as camadas resultantes das ocupações anteriores e, por isso mesmo, torna-se mais difícil a sua identificação.

Partindo justamente da delimitação dos contornos do fosso que rodearia todo o complexo defensivo, podemos verificar que o castelo ocuparia uma área entre os 700 e os 800 m², deveria ter uma planta ovalada. No entanto, pelas destruições que sofreu, foi somente possível recuperar uma faixa de 11 metros de lado, no sentido N-S, para além de uma pequena área onde se conservava o limite sul do fosso, e de 24 metros no sentido E-W (v. Fig. 2).

Para além do próprio fosso, sem dúvida a realidade mais bem conservada de todo o conjunto, foi possível identificar os embasamentos maciços de duas torres de planta rectangular: uma, a W, definida pelas UEs 4, 15, 18 e 20, claramente avançada em relação ao plano das muralhas com cerca de 4 por 5 metros (v. Fig. 2 e 3), identificada logo na 1ª campanha de escavações (FABIÃO/GUERRA, 1991: 308 e Figs. 5 e 6); e outra, a N, apenas levemente saliente (c. de 0.5 m), também ela com cerca de 5 metros

de lado (v. Fig. 2, 5 e 6). Ambas utilizaram a rocha de base para a instalação dos seus alicerces e apresentam no exterior, em estado de conservação bastante aceitável, um reboco, constituído por uma argamassa de cal, palha e areia. Esta argamassa incluía, ainda, numerosas conchas marinhas, intencionalmente adicionadas. A E, igualmente buscando apoio no substrato de xisto, identificámos uma pequena construção rectangular com cerca de 1 metro de comprimento, igualmente rebocada e que presumimos ser a base de um contraforte que, por esse lado, apoiaria a muralha (v. Fig. 2, 5 e 6).

Seguramente atribuíveis ao período muçulmano e, por consequência, ao próprio castelo, são os alicerces de duas paredes, as UEs 19 e 21, que enquadram a primeira torre (FABIÃO/GUERRA, 1991: 308-9 e Fig. 5), enquanto que a longa parede, de orientação E-W, à qual se apoia a segunda [UE 93] (v. Fig. 2, 4, 5 e 6) pertence seguramente ao complexo de construções mais antigas que existe no local e foi aproveitada como limite do fosso pelos construtores muçulmanos. Quanto às estruturas UE 22 e 23, adossadas à primeira torre (*Ibidem*: 308-9 e Fig. 5), a sua interpretação é mais complexa, visto que pertenciam primitivamente a fases mais antigas, mas foram acrescentados e utilizados no período muçulmano (v. Fig. 2). De todos estes muros identificados, somente o primeiro [UE 19] pode ser interpretado como um vestígio da parede do castelo (v. Fig. 2 e 3). Esta, não seria propriamente uma muralha espessa, mas antes um simples muro de cerca de 0.5 m de espessura. Não conservava qualquer vestígio de reboco o que, em si, não será particularmente significativo uma vez que corresponderia somente ao alicerce.

Na área correspondente ao interior da fortificação praticamente nada se conservou, excepção feita a uma fossa [UE 17], preenchida por uma camada com claros vestígios de combustão [UE 16] (*Ibidem*: 308 e fig. 6, nº 1); um em-

pedrado [UE 77], revestido por argila fortemente calcinada, que poderá ter sido uma lareira (v. Fig. 2); e dois silos [UEs 57 e 67] que, pela sua localização, se deveriam encontrar junto da face interna da parede do castelo (v. Fig. 2, 7, 8 e 9). Somente estes últimos, todavia, merecem uma atenção particular, já que, pelo seu estado de conservação, todas as restantes realidades se revelaram de escasso interesse. Um outro dado importante é o proporcionado pela existência de telhas de meia cana (qarmad), espessas (oscilando em torno de 1.5 cm), com bordos digitados e profusamente decoradas, disseminadas quer no interior dos silos, quer nos níveis de derrube do interior do fosso [UEs 12 e 29], quer, ainda, no extenso nível resultante da terraplanagem recente das construções muçulmanas [UE 5] (v. Figs. 10 a 14). A sua enorme dispersão, fora de contexto, inibe qualquer esforço sério de avaliação das áreas cobertas. No entanto, a sua quantidade, autoriza a suposição de que se encontrariam telhadas amplas áreas do interior da fortificação.

1.2. A área envolvente

No decurso das quatro campanhas realizadas, procurámos igualmente compreender o enquadramento geral da fortaleza. Assim, ampliámos a intervenção para W e N, praticamente as duas únicas áreas conservadas, isto é, sem revolvimentos. Na primeira, encontrámos vestígios de uma ocupação muçulmana, aparentemente associada à abertura do fosso. Consistem numa fossa ampla, escavada nos níveis mais antigos de ocupação [UE 36], preenchida por um enchimento de terra e pedras [UE 35], com materiais muçulmanos, e delimitada, na área de contacto com o fosso, por uma alinhamento de blocos de xisto de grandes dimensões [UE 37]. Observadas estas realidades, não resultava claro se as mesmas se relacionavam directamente com a fase de utilização do castelo ou com um



Fig. 4 – A mesma área no final da terceira campanha (1991). Para além das estruturas já visíveis na fotografia anterior, pode apreciar-se a nítida inflexão, no sentido Este, do fosso [UE 28], a reutilização da estrutura UE 93 como parede do mesmo e, ainda, em segundo plano, os dois silos [UEs 57 e 67], que destruíram parcialmente realidades estratigráficas pré-existentes.

momento imediatamente anterior à sua construção (v. Fig. 2). A natureza dos materiais arqueológicos recolhidos, não permite também quaisquer conclusões, já que os recipientes cerâmicos reconstituíveis são basicamente análogos.

Na segunda ampliação, a Norte, encontrámos imediatamente abaixo da camada humosa da superfície [UE 0] um fino estrato conservado do período romano republicano, associado a alicerces já muito deteriorados deste período. Se alguma utilização aquele espaço conheceu em tempos medievais, os seus vestígios foram completamente apagados pelas actividades agrícolas modernas e pela erosão.

1.3. Estratigrafias

De um ponto de vista estratigráfico a ocupação muçulmana de Mesas do Castelhinho não oferece grande complexidade. As maiores dificuldades de leitura resultam das descontinuidades produzidas pelas destruições recentes, já que a ocupação propriamente dita, ou, pelo menos, o que dela se conservou parece corresponder a um período de construção/utilização abrangendo um curto espaço de tempo, com materiais homogéneos.

Pelas contingências atrás descritas as estratigrafias relevantes do sector reportam-se, na maior parte dos casos, às áreas exteriores ao castelo propriamente dito, já que no seu interior somente os dois silos [UEs 57 e 67] conservavam informação relevante (v. Figs. 2, 7, 8, 9 e 12), para além dos dados relativos ao enchimento [UE 16] da fossa [UE 17] (Fig. 2), já referidos em outro local e que, por isso mesmo, não

iremos tratar (FABIÃO/GUERRA, 1991: 308 e Fig. 5, nº 1). Assim, optaremos por abordar separadamente as áreas interior e exterior.

1.3.1. Área Interior

Durante a 3ª campanha, em 1991, identificámos e escavámos, na área que corresponderia ao interior do castelo, duas fossas profundas, que foram abertas nos níveis de abandono/destruição e ocupação de épocas anteriores (Fig. 7). Nenhuma delas chegou a atingir o substrato rochoso e resultava evidente que ambas se encontravam já parcialmente destruídas (v. Fig. 12), visto que o seu topo se deveria situar a um nível mais elevado, antes da terraplanagem que o local sofreu.

A primeira [UE 57] apresenta uma abertura circular de 70 cm de diâmetro que vai estreitando, primeiro, para depois se alargar até atingir cerca de 90 cm no fundo, conferindo à fossa uma aparência acampanhada, com cerca de 70 cm de profundidade (v. Figs. 7, 8 e 12). No seu interior existia uma primeira unidade estratigráfica com muitos carvões e fragmentos de telhas [UE 58] que preenchia a primeira parte da fossa, até à área onde se verificava o estrangulamento; seguia-se uma fina camada argilosa muito consistente [UE 59] e, finalmente, uma terceira [UE 61], na parte mais larga da fossa, até ao fundo, que continha muitas pedras, grandes fragmentos de uma talha e recipientes cerâmicos em bom estado de conservação (v. Fig. 12). Uma das características marcantes desta última era justamente a ausência de fragmentos de telhas.

A segunda [UE 67], apresentava-se mais simples, com uma abertura de cerca de 1 metro de diâmetro, delimitando uma fossa simples, de feição cilíndrica. Tinha, também, uma primeira camada [UE 68] de terra bastante solta, com grande abundância

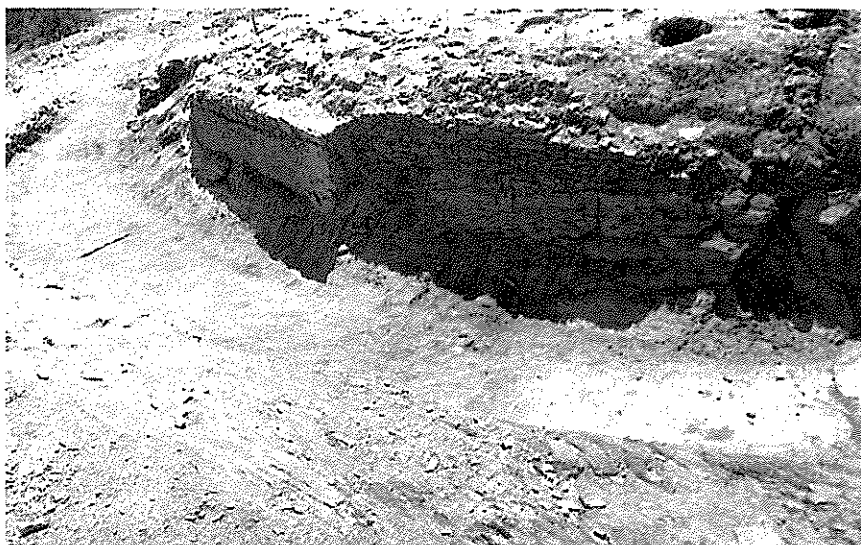


Fig. 6 – Um outro aspecto da mesma área, tomada de Norte, sendo visível o apoio da torre [UE 113] à construção mais antiga [UE 93]. Em segundo plano são visíveis, também, os silos UE 57 e 67.

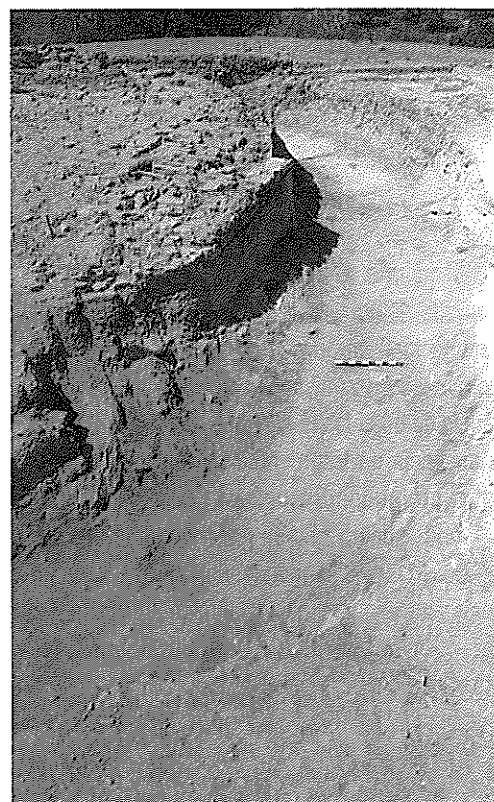


Fig. 5 – Fotografia da quarta campanha de escavações, em 1992, sendo visível uma boa parte do fosso [UE 28] e seu enchimento [UE 29]. Em primeiro plano, à esquerda, pode ver-se o contraforte [UE 114/89] e, ao centro, a segunda torre [UE 113], apoiando-se numa estrutura mais antiga [UE 115].

de fragmentos de cerâmica de cobertura, blocos de xisto, recipientes cerâmicos, carvões e sementes, que preenchia a primeira metade da fossa. Sobrepunha-se a uma outra de terra argilosa, castanha avermelhada, mais consistente [UE 69], que apresentava igualmente uma apreciável abundância de carvões, restos osteológicos e fragmentos de cerâmica (v. Figs. 7, 9 e 14).

Estas fossas, muito abundantes nos sítios medievais, são tradicionalmente interpretados como silos. Neste caso concreto, a presença de

um abundante núcleo de sementes de trigo — objecto de notícia preliminar nesta mesma revista, da autoria de J. PAIS — na segunda pode considerar-se um dado comprovativo desta função. Estas encontravam-se nos bordos da fossa, onde se reconheciam evidentes vestígios da acção do fogo e, por isso, a sua deposição foi independente do fenómeno de enchimento que levou à constituição de UE 68. Naturalmente não resulta fácil compreender todo o processo de colmatação dos silos. Se, por um lado, a existência de duas fases de enchimento em ambos e a ausência de fragmentos de telhas nos níveis mais profundos, respectivamente UE 61 e UE 69, pode sugerir que os mesmos terão conhecido duas fases distintas de utilização — uma primeira no decurso da ocupação e outra que se terá prolongado até à fase de abandono/ /destruição, daí a desigual distribuição dos fragmentos de telhas —, por outro, não será de excluir a hipótese de constituírem dois momentos distintos de um mesmo processo de enchimento.

1.3.2. A Área exterior

As áreas exteriores da fortificação conservaram abundantes vestígios da(s) ocupação(ções) muçulmana(s) distribuídos por diversas unidades estratigráficas, de desigual relevância para o estudo do conjunto.

Por um lado, recolheram-se diversos fragmentos cerâmicos deste período nas UEs 0, 5, 11 e 13, respectivamente, a camada de superfície, resultante da deposição sedimentar recente que em alguns pontos cobria áreas de antiga ocupação postas a descoberto pela terraplanagem promovida nos anos 50; a espessa camada resultante dessa mesma terraplanagem, naturalmente constituída por unidades estratigráficas de destruição/abandono e de ocupação do período muçulmano, irremediavelmente revolidas e misturadas; a camada que corresponderia à superfície do terreno, neste sector, antes da dita

acção de revolvimento; e, finalmente, uma superfície correspondente à ocupação do período muçulmano, embora sem vestígios mais significativos para além de alguns fragmentos de recipientes cerâmicos e restos osteológicos dispersos pela sua superfície (v. Figs. 12). Na extremidade NW do sector escavado, identificámos um pequeno nível de pedras [UE 48], provavelmente resultante do derrube de alguma construção



Fig. 7 – Aspecto de conjunto da implantação dos dois silos UEs 57 e 67



Fig. 8 – O silo UE 57 em fase de escavação.

existente na área não escavada, que parece solidário com a UE 13. Por esta razão, e sem que haja qualquer elemento material que o confirme, supomos que poderá pertencer à ocupação muçulmana; ou, eventualmente, a qualquer outra utilização/ocupação mais recente. Por outro, identificou-se a oeste do castelo e imediatamente junto ao fosso um conjunto de unidades estratigráficas com materiais muçulmanos, resultantes da utilização daquele espaço que, no entanto, se encontravam parcialmente destruídas pela intervenção do anterior proprietário, nos finais de 1986 (v. Fig. 2). Este conjunto compunha-se de uma fossa [UE 36], delimitada a Este, ou seja, na zona de contacto com o fosso que rodeava a fortificação, por um alinhamento de blocos de xisto [UE 37] e preenchida por uma camada de terras pouco compactadas com grande abundância de pedras, fragmentos de telhas e outras cerâmicas muçulmanas [UE 35]. Todo este conjunto foi perturbado pelas raízes de uma árvore que existiu no local e, nos seus eventuais prolongamentos para S-SW, pela grande destruição de 1986. Finalmente, a sequência estratigráfica do interior do fosso [UE 28], sem dúvida a mais importante de todo o conjunto.

O fosso [UE 28] revelou-se fundamental, como vimos, para a determinação da área ocupada pela fortificação muçulmana, mas mais ainda por ter conservado no seu interior, intocada, uma sequência estratigráfica de múltiplas potencialidades para o estudo da ocupação desta época. As sequências observadas são basicamente idênticas nos troços escavados desde a primeira campanha (FABIÃO/GUERRA, 1991: 308-310 e Fig. 4), todos aqueles que se conservaram. Consiste na sobreposição de UEs 0, 5 e 11, respectivamente, depósitos recentes, camada revolvida, resultante da terraplanagem e primitiva superfície do terreno, sendo a UE 5 mais notória nas áreas N e W que nas restantes. Estas selavam um espesso nível [UE 12] constituído fundamentalmente por blocos de pedra de grandes dimensões e fragmentos de argamassa de reboco, consequência da derrocada do castelo, que por sua vez se sobrepunha a uma camada [UE 29] de terras soltas, muito escuras, ricas em matéria orgânica, materiais cerâmicos e restos osteológicos, com vestígios de processamento culinário, que corresponderia a uma camada de lixeira, contemporânea da ocupação do castelo. Na zona onde o fosso atingia maior profundidade, isto é, junto da primeira torre, existia, ainda, uma camada [UE 34] resultante da sua abertura e posterior nivelamento. A maior parte dos materiais arqueológicos que conservava, aliás pouco abundantes, reportam-se às mais antigas ocupações que o local conheceu, justificando-se a sua deposição do revolvimento dos mais antigos níveis, decorrente da escavação do fosso (v. Figs. 2 e 10 e 11).

Tal como tinha acontecido logo na primeira campanha de escavações, efectuada em 1989, em nenhum dos troços do fosso foi possível identificar qualquer matiz de carácter «micro-estratigráfico» (*Ibidem*: 309) e, inclusivamente, era frequente que fragmentos de um mesmo recipiente cerâmico se encontrassem dispersos por toda a área escavada. Assim, embora extremamente rico e interessante para o conhecimento da ocupação muçulmana do local, o conteúdo desta unidade estratigráfica documentará, em sentido lato, a totalidade do período de ocupação, não sendo possível matizar cronologias de materiais, nem definir eventuais fases de utilização/ocupação diferenciadas.



Fig. 9 – O Silo UE 67 em fase de escavação. A Sul é visível uma construção mais antiga parcialmente cortada pela sua abertura (cf. fig. 7).

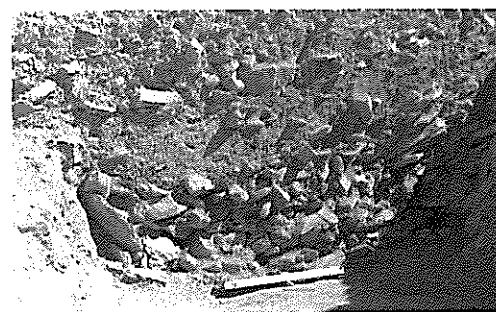


Fig. 10 – Aspecto do interior do fosso [UE 28], sendo visível a sequência estratigráfica UEs 0, 5, 11, 12 e 29.

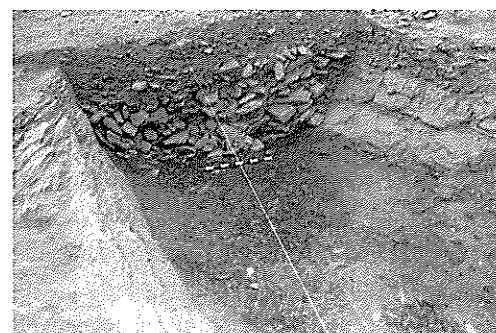


Fig. 11 – Um outro aspecto da escavação do fosso [UE 28], podendo ver-se idêntica sequência estratigráfica.

2. MATERIAIS E CRONOLOGIA

Naturalmente é cedo ainda para apresentar de uma forma sistemática e global o conjunto de materiais arqueológicos recolhido em Mesas do Castelhinho. Este texto recebeu as últimas revisões somente duas semanas depois de concluída a escavação do enchimento (UE 29) de um grande segmento do fosso que rodeia o castelo, sem dúvida a unidade estratigráfica que forneceu o mais numeroso conjunto de dados. Contudo, afigura-se possível afirmar que estes não virão alterar substancialmente as observações efectuadas nas anteriores.

O grosso do espólio recolhido é constituído por fragmentos de recipientes cerâmicos e por escassos elementos metálicos pouco significativos — uma agulha de cobre(?), fragmentos ou artefactos ponteados de ferro, que tanto poderão ser pontas de projectéis, com de pregos —, um fragmento indiferenciado de vidro, para além de abundante fauna mamalógica e malacológica — objecto de uma nota preliminar neste mesmo número da revista, por J. L. CARDOSO — e matéria vegetal carbonizada para análises antracológicas. Recolheram-se, ainda, amostras sedimentares para estudos polínicos, de microfauna e outros (existem, designadamente, amostras de escamas de peixes). Todo este conjunto de dados de natureza ecológica está ainda em fase preliminar de estudo e não constitui tema desta abordagem que tratará exclusivamente de uma primeira apreciação do material cerâmico.

Este último pode dividir-se em quatro grandes conjuntos com a seguinte proveniência:

- de unidades estratigráficas revolvidas ou de superfície (UEs 0, 5, 13) (v. Figs. 10 e 11), disperso na sequência da grande destruição de 1986 ou, simplesmente posto a descoberto pelos agentes naturais de erosão;

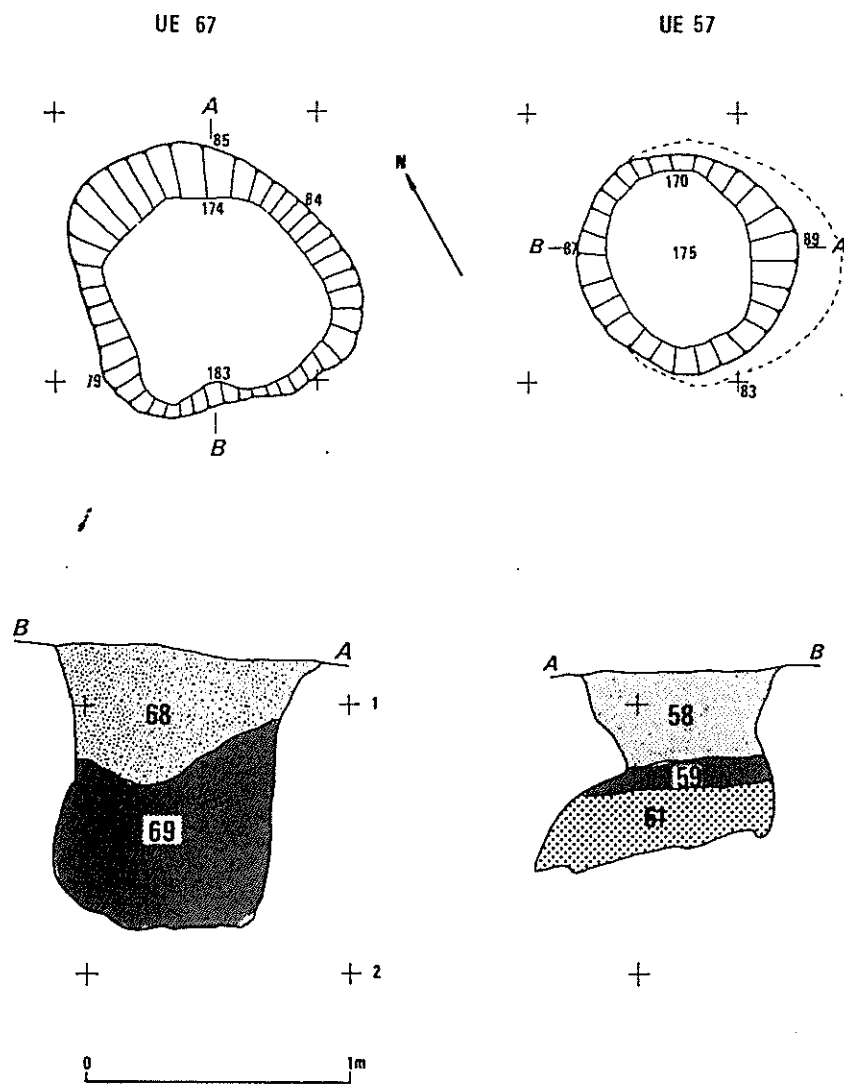


Figura 12

- da área interna do castelo (enchimento da fossa UE 17 e dos silos UEs 57 e 67) (v. Figs. 2, 12);
- do enchimento do fosso (UE 28) (v. Figs. 2 e 10 a 11);
- das unidades estratigráficas de ocupação muçulmanas exteriores ao castelo, identificadas a oeste do mesmo (UEs 13, 35) (v. Fig. 2).

Genericamente, pode dizer-se que os materiais enquadráveis em cada um deles é idêntico, embora haja peças únicas, recolhidas somente em uma ou duas das situações enunciadas.

2.1. Recipientes de cozinha

[grupos Burma/Qidr e Barrada de Rosselló-Bordoy (1991)]

Embora se tenha encontrado uma panela de duas asas no interior de silo (UE 67) — nº 1 — na UE 69, e pareça haver fragmentos de peças análogas na UE 29, as formas predominantes de recipiente para o processamento culinário de alimentos são os púcaros de uma única asa, em fita, arrancando do bordo, de que já se publicaram dois exemplares (FABIÃO/GUERRA, 1991: Fig. 6, 4 e 7, 2), montados com torneta, de paredes finas e cuidadosamente alisadas, embora conservem as irregularidades decorrentes do processo de modelação, pastas compactas com abundantes e.n.p. de quartzo e xisto, com exemplares nos conjuntos A, B, C e D; ou outros de maiores dimensões, igualmente com uma asa (?) de colos cilíndricos e bordos levemente espessados, montados ao torno rápido, com paredes espessas, cuidadosamente alisadas, pastas porosas e arenosas — nº 2 — exemplares pertencentes aos conjuntos A e C.

As panelas de duas asas, enquadráveis no tipo 77 de Rosselló-Bordoy (1991: 168), assemelham-se a peças recolhidas na C. 8 do castelo de Silves (GOMES, 1988: 191-2) e Castelo Velho de Alcoutim (CATARINO, 1988: 167 e Est. X); os potes de uma asa, particularmente os exemplares de menores dimensões, encontram bons paralelos no Castelo Velho de Alcoutim (*Ibidem*: Est. VIII-3) e Mértola (TORRES, 1987: 1).

A sertã de bordo revirado, que já apresentámos em outro lugar (FABIÃO/GUERRA, 1991, Figs. 8, 5), parece ser exemplar único em todo o registo de Mesas do Castelhinho, foi recolhida na UE 29 (C).

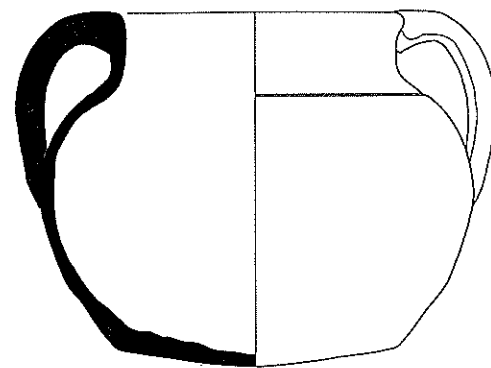
Igualmente de uso culinário parecem ser as jarrinhas de colo cilíndrico canelado, providas de uma única asa (?) — nº 3 —, de que já publicámos dois exemplares (*Ibidem*: Fig. 6, 1 e 2), recolhidas em B e C; e as de duas asas da forma Ea, ou 25, de Rosselló-Bordoy (1980 e 1991: 165), que podem apresentar decorações pintadas com traços finos a branco, estilo A-2-1 de Retuerce/Zozaya (1986: 86 e Mapa 4), (FABIÃO/GUERRA, 1991: Fig. 8, 3), com exemplares recolhidos em todas as áreas escavadas. Como se verá, esta última forma não é exclusiva dos recipientes de uso culinário, destas jarrinhas, embora de pontas mais depuradas, principalmente nas segundas, apresentam evidentes afinidades com as anteriormente referidas. Na modelação, nem sempre é evidente o uso do torno rápido.

Abundantemente recolhidas em diversos sítios com ocupação muçulmana do sul do nosso território, estas jarrinhas pintadas estão bem documentadas na C. 8 de Silves (GOMES, 1988: 195-6), no Castelo Velho de Alcoutim, Vale do Boto, Castro Marim (CATARINO, 1988: 167 e Est. VII-2; e 14950 e Ests. VI-VII) e em Mértola (TORRES, 1987: 15 e 16).

2.2. Recipientes de armazenagem

[grupos Jâbíya e Yarra/Surba(?) de Rosselló-Bordoy (1991)]

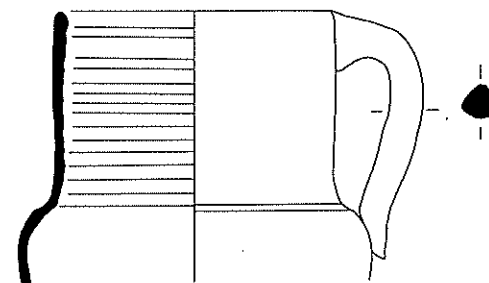
No primeiro grupo, merecem particular destaque os fragmentos de, pelo menos, duas grandes talhas, recipientes normalmente omissos, ou pouco referidos, no regis-



Desenho 1



Desenho 2



Desenho 3

to cerâmico das comunidades muçulmanas peninsulares. Recolheram-se em B [UE 61] e C [UE 29]. Pela forma inserem-se perfeitamente nas tradições oleiras de épocas anteriores, tendo uma delas vestígios de pequenas asas, certamente destinadas a facilitar a sua fixação.

Recolheram-se, em todas as áreas escavadas, fragmentos de cântaros de colo alto, providos de uma asa larga e em forma de fita que arranca, normalmente do próprio bordo, embora tenhamos algumas asas que deveriam ligar-se à

parte superior dos colos dos cântaros a que pertenciam. Um único exemplar, proveniente da UE 29, apresenta cordões plásticos, decorados com dedadas, reforçando a zona do lábio, colo e bojo. Estes cântaros não possuem normalmente qualquer decoração, embora se assinale uma asa e um fragmento de colo de dois recipientes diferentes com vestígios de grossas pinceladas de tinta branca, aos estilos A-2-h e A-2-i de Retuerce/Zozaya (1986: 86). Todos parecem ter sido montados ao torno rápido e apresentam pastas de características análogas às descritas, ainda que haja assinaláveis diferenças nas cozeduras.

Embora não tenhamos conhecimento de nenhum cântaro com asa arrancando do bordo, há exemplares formalmente semelhantes aos de

Mesas do Castelinho nas C. 8 e C.5 de Silves (GOMES, 1988: 192-3 e 194-5) e no Castelo Velho de Alcoutim (CATARINO, 1980: 168 e Ests. XI, XII e XIII); já o cântaro com decoração de cordões plásticos com dedadas apresenta semelhanças com exemplares deste último sítio (*Ibidem*: 170 e Est. IV).

2.3. Recipientes finos de mesa

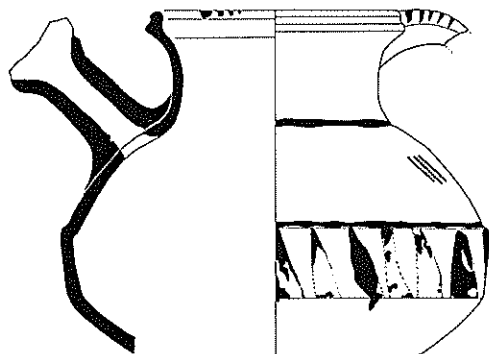
2.3.1. Sem vidrado

2.3.1.1. Jarros

[grupos Yarra/Surba e Qadh/Ibríq de Rosselló-Bordoy (1991)]

Dentro desta categoria há a considerar, pelo menos, três grupos: o de pastas comuns, cuidadosamente alisadas, conheceram uma cozedura a temperatura muito elevada que lhes confere uma aparência gressosa [UE 29]; o das pastas arenosas e porosas, recolhidos em A, C e D; pelo menos, três exemplares de pastas esbranquiçadas, com decorações pintadas com pinceladas finas de óxidos de ferro (vermelho) e manganês (num caso), tendo dois deles bico vertedor respectivamente, nº 4 e 5 —, ambos provenientes da UE 29 um deles (nº 4) foi já parcialmente apresentado (FABIÃO/GUERRA, 1991: Fig. 8,2), embora posteriormente se tenham recolhido muitos mais fragmentos que permitem uma outra leitura da sua forma —, enquadráveis, portanto, nos estilos A-2-c de Retuerce/Zozaya (1986: 80 e Mapa 2).

Os jarros do primeiro tipo, de que recolhemos somente um exemplar (UE 29) são tradicionalmente considerados prolongamentos medievais de peças de tradição goda; os segundos encontram os seus melhores paralelos em peças da C.5 de Silves (GOMES, 1988: 203); quanto aos últimos, registamos a semelhança com exemplares de pasta vermelha e finamente decorados com pintura branca de Mértola (TORRES, 1987: 36 e MACIAS, 1992: 31 e Fig.9), embora os exemplares de Mesas do Castelinho sejam de pastas claras e os respectivos bicos sem a intenção figurativa (zoomórfica) do primeiro paralelo citado.

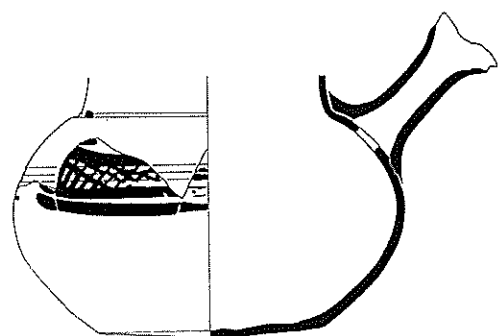


Desenho 4

2.3.1.2. Jarrinha

[grupo Barrada de Rosselló-Bordoy (1991)]

Há a registar pelo menos duas jarrinhas com duas asas, de pastas claras, decoradas com pintura fina a óxido de ferro (vermelho), ambas são provenientes da UE 29. Uma foi já apresentada (FABIÃO/GUERRA, 1991: Fig. 8, 1) e enquadra-se na forma Ea, ou 25 de Rosselló-Bordoy (1980, 1991: 165); a outra, de que se conserva somente a parte inferior, foi recolhida na campanha de 1992 e não conhecemos nenhum exemplar idêntico. Pelo estado de conservação em que se encontraram algumas das jarrinhas de pastas comuns, com pintura a branco, sem qualquer vestígio de fogo, não é de excluir a hipótese de terem desempenhado também funções de loiça de mesa.



Desenho 5

2.3.1.3. Pratos

[grupo *Sahfa/Tayfur* de Rosselló-Bordoy (1991)]

O grupo dos pratos sem vidrado pode subdividir-se em quatro sub-grupos: o das pastas porosas comuns, meramente alisados — nº 6 —; outro idêntico, mas com decoração finamente pintada a branco — nº 7 —, ao estilo A-2-1 de Retuerce/Zozaya (1986: 86 e Mapa 4), de que foi já apresentado um exemplar (FABIÃO/GUERRA, 1991: Fig. 8, 4); o das pastas comuns, mas com acabamento por polimento interno — nº 8 e 9 —, estilo A-1-f de Retuerce/Zozaya (1986: 74-6 e Mapa I); o das pastas claras, com pintura interior a óxido de manganês — nº 10 —, estilo A-2-c de Retuerce/Zozaya (*Ibidem*: 80, Mapa 2). O primeiro grupo inclui exemplares pertencentes à UE 29, isto é, ao conjunto C; o segundo e terceiro exemplares dos conjuntos A e C; finalmente no quarto registam-se peças pertencentes a A e B [UE 61].

Uma vez mais, os nossos paralelos remetem para as C. 8 e 6 de Sîves (GOMES, 1988: 185-191 e 197) e Castelo Velho de Alcoutim (CATARINO, 1988: 164-8 e Ests. I e II), tanto para os materiais lisos, como para os decorados.

2.3.2. Vidrados

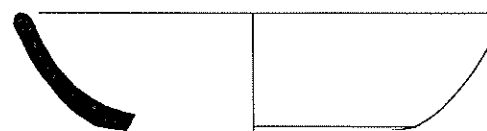
2.3.2.1. Com vidrado verde

Recolheram-se, na UE 29, pertencendo por isso ao conjunto C, fragmentos de duas únicas peças com revestimento integral (interno e externo) vidrado, de tonalidade verde. Um deles é seguramente uma garrafa (ou jarro) com uma única asa, ao qual falta toda a área do colo e bordo, exemplar já apresentado no primeiro texto publicado sobre as escavações de Mesas do Castelinho (FABIÃO/GUERRA, 1991: Fig. 7,1). O outro encontra-se representado apenas por alguns fragmentos do fundo, podendo ser um recipiente análogo ao anterior. Ambos possuem pastas muito depuradas, de textura sacaróide e coloração esbranquiçada. O vidrado apresenta-se manchado oscilando entre tonalidades de castanho escuro, verde garrafa e verde claro, sendo enquadráveis no estilo B-1-a de Retuerce/Zozaya (1986: 91).

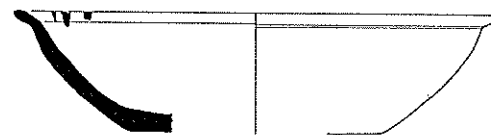
2.3.2.2. Com vidrado plúmbeo

Recolheu-se um único recipiente englobável nesta categoria, infelizmente provém da UE 5. Trata-se de um pequeno pote (grupo *Limma* de Rosselló-Bordoy (1991) com um revestimento exterior de vidrado plúmbeo, que escorreu para o interior — nº 11 —, também ele, portanto, enquadrável no estilo B-1-a de Retuerce/Zozaya (*Ibidem*: 91).

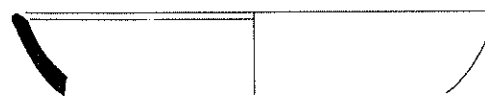
Conhecemos uma peça formalmente idêntica recolhida em Mértola (TORRES, 1987, n. 69) e outra semelhante, mas de corpo canelado, recolhido em Vascos, Toledo, nº 45 de Rosselló-Bordoy (*Ibidem*: 167).



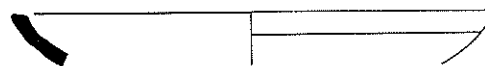
Desenho 6



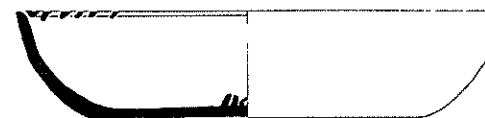
Desenho 7



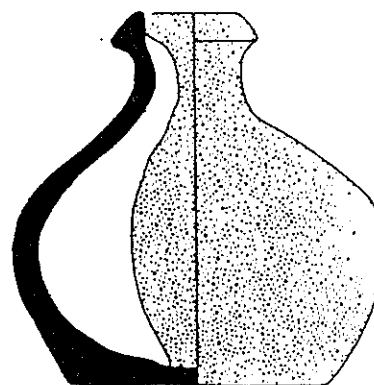
Desenho 8



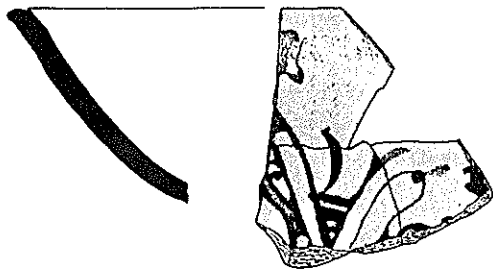
Desenho 9



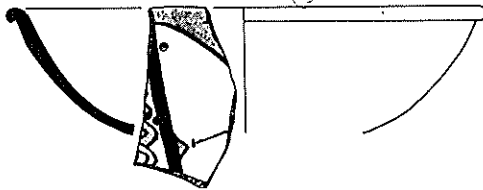
Desenho 10



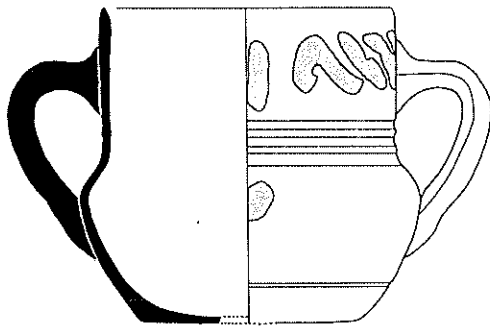
Desenho 11



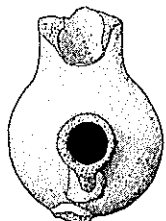
Desenho 12



Desenho 13



Desenho 14



Desenho 15

2.3.2.3. Esmaltadas com decoração a «verde e manganês» [grupo Sahfa/Tayfur de Rosselló-Bordoy (1991)]

Identificámos diversos fragmentos de pratos englobáveis nesta categoria genérica, estilo B-3-a-1 de Retuerce/Zozaya (1986: 105), praticamente em todas as áreas escavadas, conjuntos A, B e C. Os dois fundos recolhidos apresentam pé em anel e, pelo menos um deles, uma inflexão na parede exterior. Os bordos são espessados simples ou ligeiramente pendentes. Os motivos decorativos, geralmente muito mal conservados, parecem ser de tipo vegetal — nº 12 —, excepto num caso, recolhido à superfície [UE 0], em que é visível uma composição que inclui um «cordão da Eternidade», com disposição radial, combinado com outros motivos — nº 13.

Recipientes deste tipo estão presentes na estratigrafia de Silves, desde a C. 8 à C. 5 (GOMES, 1988 e 1991), bem como em vários outros locais com ocupação muçulmana do actual território português.

2.3.2.4. «Corda seca parcial»

Um único exemplar pertencente a uma jarrinha da forma Ea, ou 25, de Rosselló-Bordoy (1980 e 1991: 165), recolhido na UE 13, apresenta uma decoração com vidro verde sobre pasta clara, pela técnica da «corda seca parcial», sem contornos previamente desenhados, estilo B-3-b-2-b de Retuerce/Zozaya (*Ibidem*: 125 e Mapa 8), composto por um «cordão da Eternidade» desenhado ao longo de todo o perímetro do colo e com «pingos» na metade inferior do recipiente — nº 14.

Formalmente, a peça parece idêntica a outra, também decorada pela mesma técnica («corda seca parcial»), da C.6 de Silves (GOMES, 1988: 197), embora possa ser aproximada de uma outra de Mértola (TORRES, 1987a 73), formalmente diferente, mas que partilha com o exemplar de Mesas do Castelinho o facto do motivo decorativo não ter sido previamente delimitado por traços de manganês.

2.4. Recipientes de iluminação

[grupo Qandíl de Rosselló-Bordoy (1991)]

Recolhemos uma única candeia, na UE 61, isto é, no enchimento do silo UE 57. Trata-se de uma peça moldada em cerâmica comum, com pasta idêntica à dos recipientes de cozinha, sem vidro e sem qualquer decoração. A asa e o bico encontravam-se quebrados, não sendo fácil, por isso, determinar com precisão a sua forma — nº 15. Contudo, julgamos que não andarão longe dos candis emirais de Zozaya (1980: Fig. 4c) ou do tipo IV, ou 134, de Rosselló-Bordoy (1980 e 1991: 174).

2.5. Comentário

O conjunto de cerâmicas recolhido em Mesas do Castelinho pode considerar-se homogêneo, sendo genericamente enquadrável no período Omíada, nos moldes defi-

nidos por Zozaya (1980) e Retuerce/Zozaya (1986), ou seja, entre o século VIII e os inícios do XI. As produções deste período, como é sabido, têm sido alvo de alguma discussão nos últimos anos, concretamente desde a publicação dos dados resultantes das escavações de Silves (GOMES, 1988), pelo que não resulta fácil ensaiar uma proposta de datação mais concreta — aliás o abundante acervo de matéria orgânica recolhida no decurso das nossas escavações possibilitará o processamento de várias amostras para datação de Radiocarbono que eventualmente permitirá uma maior precisão cronológica.

Os paralelos regionais que poderiam fornecer algum auxílio revelam-se, também, de escassa utilidade, já que tanto a camada 8 de Silves — a «polémica» camada data-da do século VIII —, como a 6 (séc. IX) e a 5 (séc. X) (GOMES, 1988: 87-110 e 181-205 e 1991: 21-32) proporcionaram materiais idênticos aos de Mesas do Castelinho, embora sejam mais notórias as semelhanças com o espólio das duas primeiras. O Castelo Velho de Alcoutim apresenta também um registo de cerâmicas muito semelhante ao nosso, particularmente no que diz respeito aos materiais de uso culinário e contentores (CATARINO: 1988: 164-171 e Est. IXIII), datado de entre o séc. IX e o final do período Califal (*Ibidem*: 86-87). Os materiais de Mértola que possuem afinidades formais, de fabrico e de decoração com aqueles que apresentamos foram todos recolhidos em camadas revolvidas, nomeadamente no enchimento do grande cripto-pórtico/cisterna (TORRES, 1987), pelo que se revelam de escassa utilidade como elementos de aferição cronológica.

Genericamente, podemos dizer que estão presentes em Mesas do Castelinho tanto as formas (ROSSELLO-BORDOY, 1980 e ZOZAYA, 1980), como os estilos decorativos (RETUERCE/ ZOZAYA, 1986) considerados típicos deste período. Deve sublinhar-se, também, que o conjunto destes últimos cuja dispersão tem sido documentada nas regiões do Baixo Guadiana e Algarve designadamente os A-1-f (polimento interno), A-2-e (pintura a traços finos a vermelho ou castanho sobre fundo claro), A-2-l (pintura a traços brancos finos sobre fundo vermelho) se encontra bem documentado, havendo ainda a registar a presença residual dos estilos A-2-b (traços vermelhos grossos sobre fundo claro), A-2-i e A-2-j (traços brancos grossos sobre fundos pardos e vermelhos), o que parece reforçar o carácter unitário desta região, no que respeita às cerâmicas produzidas e utilizadas.

3. O CASTELO (COMENTÁRIO GERAL)

O conjunto de dados proporcionados pelas escavações de Mesas do Castelinho, apesar das indefinições cronológicas, aponta claramente para uma fase antiga da presença muçulmana no actual território português e, conseqüentemente, para uma época que poderíamos genericamente designar como inicial no processo de «encastelamento» das regiões interiores meridionais, longe das «marcas» e, por isso mesmo, afastadas do perigo cristão, distantes, também, do litoral e das ameaças normandas. Este processo, cujos contornos apenas começamos a conhecer, terá conduzido à

construção de fortalezas e habitats fortificados em diversos locais, certamente por diferentes razões. Os poucos casos conhecidos, do Alto Algarve Oriental, região próxima, que podemos atribuir a este mesmo período, parecem corresponder a um mesmo modelo: pequenos castelos, providos de torres quadrangulares ou retangulares, cisterna e erguidos em pontos altos, mas que não são os mais elevados das respectivas zonas, dominando áreas densas de povoamento, ou vias importantes (CATARINO, 1988: 99-111).

Mesas do Castelinho apresenta características semelhantes. Foi implantado num ponto alto, mas de fraco domínio territorial, com visibilidade ampla para a área NW a NE, rodeado por elevações de cota superior na faixa SW a SE; pelas razões que adiante iremos expor, não é possível saber se terá sido construído para corresponder a necessidades de controle de uma via importante, ou se corresponderá a uma fortificação de interesse meramente regional.

Do ponto de vista arquitectónico, não parece afastar-se do modelo das pequenas fortificações do Alto Algarve Oriental, do tipo Castelo Velho de Alcoutim, Castelo das Relíquias e Castelo de Alta Mora (*Ibidem*: 102-105), com as suas torres rectangulares, embora a planta pareça ter sido ovalada e não rectangular como a daqueles. Não encontramos vestígios de cisterna e não parece fácil determinar se a sua ausência se deve rá às destruições recentes que o sítio conheceu ou ao facto dos seus construtores/utilizadores terem dispensado esse equipamento, pelo recurso a uma velha mina de água existente na encosta sudeste (FABIÃO/GUERRA, 1991: Fig. 2) e, infelizmente, completamente revolvida e parcialmente destruída em 1986.

O estado em que viemos encontrar o pequeno castelo impossibilita qualquer conclusão sobre a natureza funcional do seu interior e não resulta fácil procurar extrair grandes conclusões dos materiais recolhidos na lixeira do fosso.

Contudo, estes, pela sua diversidade, parecem sugerir a existência de um habitat permanente, mas de tipo peculiar. O domínio das actividades cinegéticas, demonstrado pelo espólio osteológico — v. texto de João Luís CARDOSO neste mesmo volume — e a desproporção que aparentemente existe entre cerâmicas finas e utilitárias, com vantagem para as primeiras, aponta preferencialmente para uma ocupação/utilização de tipo militar. Se as nossas observações são correctas — o que terá de ser aferido pela conclusão do estudo do restante conjunto de elementos, tanto cerâmicos como faunísticos — Mesas do Castelinho teria sido um posto militar e não propriamente um habitat fortificado.

Por outro lado, se resulta difícil determinar as razões da sua construção, mais difícil é ainda propor causas para o seu abandono/destruição. Não faltam episódios conjunturais susceptíveis de justificá-la: conflitos regionais pré-califais, expedição de Abd al-Rahmán III de 929 ao ocidente do Al-Andalus (COELHO, 1972b: 205-210), conflitos interregionais na eclosão do primeiro período dos reinos de Taifas... No entanto, procurar em qualquer destes episódios da «Grande História» uma justificação para o fim de Mesas do Castelinho corresponderia a uma prática arqueológica voltada para a «colheita» de material de «ilustração» para os «Acontecimentos», com letra maiúscula, que nada tem a ver com a moderna postura científica da disciplina.

Construção/Ocupação/Abandono-Destruição é o ciclo verificado, com algumas eventuais remodelações funcionais. Dispomos de matéria orgânica para processamento de datas de Radiocarbono, de momento ainda não efectuadas, já que demos prioridade ao seu estudo prévio pelos nossos colegas zoólogos e botânicos. Quando as análises se efectuarem, certamente poderemos dispor de cronologias mais precisas. Todavia, a informação relevante proporcionada por este sítio arqueológico pouco tem a ver com as interrogações sobre a data do seu abandono.

4. A REGIÃO

A fortificação de Mesas do Castelinho encontra-se implantada numa zona que constitui fronteira natural entre duas regiões bem diferenciadas da parte meridional do actual território português: o Baixo Alentejo e a Serra Algarvia; ou, mais concretamente, os campos de Ourique e a Serra (FEIO, 1983 e GARCIA, 1986: 90-2)). A percepção física destas duas realidades é notória no próprio local. A norte, estendem-se espaços amplos de relevo ondulado, pouco marcado, para sul, começam as grandes elevações, os vales cavados, a paisagem tipicamente serrana, elevando-se sempre até às cumeadas do Caldeirão (v. Fig. 1).

A fronteira geográfica teve igualmente uma expressão política. No âmbito das áreas respeitantes aos bispados cristãos do sul do actual território português, a fronteira entre Beja e Ossónoba passaria pela serrania deixando o local em apreço no extremo da circunscrição alentejana. Parece-nos importante lembrar este facto já que, como é sabido, as primeiras divisões políticas do novo poder muçulmano terão respeitado as primitivas divisões godas (ARIE, 1987: 84-5). No entanto, e antecipando uma questão que abordaremos mais adiante, é conveniente sublinhar que esta fronteira política não constituiu uma realidade estática já que, se no século X o termo de Beja se estendia até à Serra Algarvia, na descrição de Ahmad al-Rázi (COELHO, 1972a: 37-8), em 1144, aquando da revolta de Ibn Cací, Marachique é referido como castelo da província de Silves (COELHO, 1973: 259 e GARCIA, 1986: 84). Cremos serem significativos estes dois exemplos por se reportarem a épocas de estabilidade, visto que no período dito dos «governadores», na época imediatamente anterior ao advento do Califado e nos chamados períodos das «Taifas», as rebeliões e conflitos na região são inúmeros, produzindo naturalmente sucessivas alterações à «geografia política» local (COELHO, 1972-3: passim e ARIE, 1987: 13-36).

A região de Almodôvar propriamente dita assume ainda uma importância peculiar, já que por ali passa uma das poucas vias tradicionais de ligação entre o Alentejo e o Algarve e, objectivamente, entre Beja e Faro, de utilização amplamente atestada por fontes documentais, posteriores ao período que tratamos (SILBERT, 1978: Mapa 15 e GARCIA, 1986: 90-2 e Fig. 1). Apesar de recentemente Cláudio Torres ter levantado dúvidas sobre a sua existência ou utilização em época tão antiga (TORRES, 1992: 190-1 e Fig. 2), parece-nos que teria sido esta a via utilizada, nomeadamente, por Abd al-Rahmán III na expedição que, vinda de Badajoz, submeteu Beja e depois Ossónoba (COELHO, 1972b: 205-10).

Assim, confrontamo-nos com um primeiro problema: por um lado, por se tratar de uma região periférica e tradicionalmente fechada, seríamos tentados a vê-la como o terrinho de comunidades firmemente apegadas a remotos atavismos; por outro, por constituir um «corredor natural» de circulação de gentes e ideias, poderíamos supô-la um espaço privilegiado para um dinâmico entrecruzar de influências — de que a presença de fauna malacológica de origem marinha seria um claro indício, v. texto de J. L. CARDOSO neste mesmo número. De um modo ou de outro, por ser área de passagem, por não ter nenhum centro urbano importante, embora estivesse relativamente próxima

de Marachique e de Mértola, não foi fadada aos registos da «Grande História», não havendo, portanto, fonte documental que nos elucide sobre ela, para tempos tão remotos.

Esta dupla situação — de periferia, mas também de terra de fronteira interior e vital nó de circulação — não nos auxilia particularmente no esclarecimento das razões que poderão ter determinado a construção da fortificação. Pode ter surgido da dinâmica interna das sociedades «serranas», «segmentares», como para outros casos propõem os investigadores franceses (BAZZANA/CRESSIER/GUICHARD, 1988: 35-6); ou da necessidade de controlar uma via importante ou, ainda, de alguma ocorrência conjuntural específica, relacionada com os confrontos entre diferentes facções islâmicas. Isto é, pode ser explicada por qualquer dos argumentos, «tradicionais» ou «novos», habitualmente aduzidos para justificar a presença de fortificações muçulmanas na Península Ibérica.

Há, no entanto, um aspecto que poderá ser significativo. Os construtores da fortificação escolheram um local relativamente baixo, como já referimos, quando poderiam ter escolhido locais de maior relevância simbólica. Esta implantação peculiar pode considerar-se um dado a favor das propostas dos investigadores franceses, já que o castelo funcionaria mais como símbolo de um poder local, de impacte regional, do que como forma de afirmação mais ampla de controle territorial.

O espaço eleito para erguer o castelo conservava vestígios de uma ocupação mais antiga, que poderiam facilitar o estabelecimento dos sistemas defensivos, já que os taludes correspondentes ao primitivo amuralhado criavam notórias descontinuidades físicas; provavelmente, a existência de água no local terá sido outro factor tido em consideração — isto se a mina de água não tiver sido aberta pelos próprios ocupantes do período muçulmano, ou em qualquer momento posterior. No entanto, é conveniente sublinhar que não existe uma continuidade desde a construção/utilização do povoado fortificado até à construção do castelo — os materiais mais recentes do povoado remontam aos fins do século I ou inícios do II d.C..

5. AS «CONTINUIDADES» DAS COMUNIDADES PERIFÉRICAS: OS RISCOS DAS LEITURAS ETNOARQUEOLÓGICAS «INGÉNUAS»

A notória descontinuidade do povoamento de Mesas do Castelinho — com uma primeira utilização provavelmente ininterrupta desde a época pré-romana (séc. V-IV a.C.) até aos primeiros séculos do processo de romanização (fins do I - inícios do II d.C.) a que se segue um longo período de abandono até à reutilização muçulmana da etapa Omíada constitui um bom motivo de reflexão sobre um tema constantemente referido pelos investigadores das regiões mais meridionais do actual território português: o das permanências e continuidades, supostamente características das comunidades periféricas da Serra Algarvia ou, neste caso, do seu sopé.

A tentação «etnoarqueológica» é grande para quem observa a permanência de tantos gestos e tradições que, por vezes não ocorre supor que os mesmos poderão não ser mais do que simples recurso a hábitos e tecnologias funcionalmente aptas, ou

meros constrangimentos estruturais impostos pela natureza das matérias-primas e tecnologias disponíveis. De facto, perguntamo-nos se as suposições sobre a muito longa continuidade dos quotidianos e tipos de povoamento desta área, sucessivamente propostas por diferentes investigadores (VIANA, 1958: 5; GAMITO, 1990 e TORRES, 1992), não radicarão na ausência de elementos cronológicos precisos, para a correcta avaliação das realidades em estudo.

Como se disse, é ainda cedo para formular um quadro razoável da ocupação da região em que se insere Mesas do Castelinho. Todavia, a identificação de alguns pontos de povoamento de características ainda mal definidas nas suas proximidades, tanto a Este, na Horta dos Mouros, como a Oeste junto à aldeia de Santa-Clara-a-Nova, ou sobranceiros ao rio Mira, a Oeste desta, demonstram que a zona não foi ermada durante todo o período romano, embora a natureza do povoamento tenha mudado substancialmente, como, provavelmente, mudou de novo em épocas posteriores. Sublinhe-se que o estudo sistemático de uma região de características genericamente semelhantes, a do Alto Algarve Oriental, parece revelar uma situação análoga de povoamento disperso, mas denso e com alguma «mobilidade» (CATARINO, 1988), que não é redutível à fórmula: um habitat muçulmano junto de cada «monte» ou aldeia actual (GAMITO, 1990: 271-2 e Mapa).

As escavações de Mesas do Castelinho, particularmente o estudo da fauna, permitem-nos desde já verificar, para o período Omíada, o que parece ser um quadro ecológico diferente do actual, com áreas de bosque mais denso e, consequentemente, um clima mais húmido. Este quadro ambiental, pelo contraste evidente com a situação actual, sugere acrescidas cautelas no que respeita às interpretações etnoarqueológicas, já que invalida um dos seus pressupostos básicos: o da identidade ecológica.

O povoamento medieval da região de Almo-

dôvar à época da reconquista regista, como locais fortificados, este último — a situação conservada pela toponímia (TORRES, 1992: 196-7) — e o «castelo» de Mora, que constitui o termo noroeste da vila, segundo consta na sua carta foral de 1285 (COELHO, 1987: 36). Nesta época, Mesas Castelinho estaria já de há muito abandonado e, sublinhe-se, não sabemos se aqueles já existiriam ao período Omíada. Aliás a ascensão de alguns lugares e o concomitante despovoamento de outros tem até bons exemplos na região, como o caso de Ourique e Marachique eloquentemente demonstra. A segunda, que seria o grande centro regional desde a época Almorávida, recebeu foral em 1261, para decair em seguida — datam de um século depois as últimas referências documentais que a mencionam —, despovoada em favor da primeira, com carta de feira em 1288 e de foral em 1290 (GARCIA, 1986-84-6). Como se vê, não seria preciso um extenso lapso de tempo para alterar significativamente os núcleos polarizadores de uma região.

Naturalmente, o caso de Marachique-Ourique é bem conhecido porque se encontra documentado por fontes escritas. As razões desta transformação podem também facilmente encontrar-se no processo da conquista cristã e na reorganização territorial subsequente. Contudo, à falta de documentação escrita, que sabemos nós das oscilações conjunturais da região de Almodôvar em épocas anteriores?...

BIBLIOGRAFIA

ARIÉ, R. 1987 — *España Musulmana (Siglos VIII-XV, Historia de España* (dir. de M. Tuñon de Lara), III, 4ª ed., Labor, Barcelona.

BAZZANA, A. / CRESSIER, P. / GUICHARD, P. 1988 — *Les Châteaux Ruraux d'Al Andalus. Histoire et Archéologie des Husún du Sud-Est de l'Espagne*, Madrid, Casa de Velásquez (Série Archéologie XI).

CATARINO, H. 1988 — *Para o Estudo da Ocupação Muçulmana no Algarve Oriental*, trabalho de síntese apresentado à FLC como prova de aptidão pedagógica e capacidade científica (policopiado), Coimbra.

COELHO, A. B. 1972a — *Portugal na Espanha Árabe*, II, Lisboa, Seara Nova.

COELHO, A. B. 1972b — *Portugal na Espanha Árabe*, III, Lisboa, Seara Nova.

COELHO, J. M. A. 1987 — *Foral de Almodôvar*, 2ª ed., Almodôvar, CMA.

FABIÃO, C. / GUERRA, A. 1991 — *O Povoado Fortificado de «Mesas do Castelinho»*, Almodôvar, in: *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*, Lisboa, AAP, pp. 305-319.

FEIO, M. 1983 — *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, 3ª ed., Évora, INIC.

FERREIRA, C. J. 1992 — *Escavações no Povoado Fortificado das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Relatório Preliminar*, in: «Vipasca — Arqueologia e História», 1, Aljustrel, CMA, pp. 19-37.

GAMITO, T. J. 1990 — *Aldeia dos Mouros versus Alcaria Queimada, an Ethnoarchaeological Case Study*, in: GAMITO, T. J. (ed.) *Arqueologia Hoje. Etno-Arqueologia*, Faro, Univ. do Algarve, pp. 266-280.

GARCÍA, J. C. 1986 — *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, INIC (Chorographia — «Série Histórica»).

GOMES, R. V. 1988 — *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*, «Xelb», 1, Silves, MMA/CMS.

GOMES, R. V. 1991 — *Cerâmicas Muçulmanas, Orientais e Orientalizantes, do Castelo de Silves*, in: «Estudos Orientais», II, Lisboa, Instituto Oriental da UNL, pp. 13-39.

MACIAS, S. 1992 — *Silos 4 e 5 de Mértola: uma Proposta de Datação do Espólio Cerâmico*, in: «Arqueologia Medieval», 1, Porto, Afrontamento, pp. 27-33.

RETUERCE, M. / ZOZAYA, J. 1986 — *Variantes Geográficas de la Cerámica Omeya Andalusí: los Temas Decorativos*, in: *La Cerámica Medieval en el Mediterraneo Occidental (Siena-Faenza, 1984)*, Firenze, Ed. All'Insegna del Giglio, pp. 69-128.

ROSSELLÓ-BORDOY, G. 1980 — *La Céramique Árabe à Majorque*, in: *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale (Valbonne, 1978)*, Paris, CNRS, pp. 297-309.

ROSSELLÓ-BORDOY, G. 1991 — *El Nombre de las Cosas en Al-Andalus: una Proposta de Terminología Cerámica*, Palma de Mallorca, Museu de Mallorca / S.A.L. (Monografies d'Art i d'Arqueologie, 1).

SILBERT, A. 1978 — *Le Portugal Méditerranéen à la Fin de l'Ancien Régime*, 2ª ed., Lisboa, INIC.

TORRES, C. 1987 — *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, C. 1992 — *Povoamento Antigo no Baixo Alentejo. Alguns Problemas de Topografia Histórica*, in: «Arqueologia Medieval», 1, Porto, Afrontamento, pp. 189-202.

VIANA, A. 1958 — *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas*, separata de «Arquivo de Beja», Beja.

VIANA, A. 1960 — *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas*, separata de «Arquivo de Beja», Beja.

ZOZAYA, J. 1990 — *Aperçu Général sur la Céramique Espagnole*, in: *La Céramique Médiévale en Méditerranée Occidentale (Valbonne, 1978)*, Paris, CNRS, pp. 265-296.

CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO EM CONTEXTO ISLÂMICO: ESTUDO DOS RESTOS MAMALÓGICOS E MALACOLÓGICOS DAS MESAS DO CASTELINHO (ÁLMODÔVAR)

JOÃO LUIS CARDOSO

103

1. INTRODUÇÃO. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foram-nos confiados para estudo, pelos Drs. Carlos Fabião e Amílcar Guerra, restos faunísticos recuperados no decurso das escavações arqueológicas do povoado das Mesas do Castelinho (Almodôvar), de que são os responsáveis científicos. Este trabalho dá conta das conclusões preliminares já obtidas; será completado com estudo mais completo, englobando a totalidade dos restos exumados na campanha de 1992. As conclusões basearam-se no número total de restos classificáveis. Não considerámos pertinente o cálculo do número mínimo de indivíduos, utilizado por diversos autores, aliás no caso presente de fraco significado, dado o escasso material por ora disponível. De facto, demonstrou-se que o «número total de restos» (NTR) é proporcional ao número real de indivíduos, o que não acontece com o «número mínimo de indivíduos» (NMI). Os dois estão relacionados por uma equação do tipo:

$$NMI = \sqrt{NTR}$$

correspondendo a uma relação não-linear (Ducos, in DELPECH, 1973).

Na determinação do número total de restos tivemos em consideração as esquirolas; a dificuldade de classificação foi, na larga maioria dos casos, ultrapassada; as esquirolas oferecem, ainda, o interesse de poderem revelar as técnicas de fracturação dos ossos, para o aproveitamento da medula, hábito frequente das populações islâmicas das Mesas do Castelinho. Admite-se, porém, que alguns dos restos, segundo infor-

mações fornecidas pelos responsáveis pelas escavações, possam ser anteriores a esta ocupação, atendendo ao facto do fosso donde provêm se encontrar escavado em camadas arqueológicas anteriores, da Idade do Ferro e do Período Romano, também com restos faunísticos.

2. ESTRATIGRAFIA, CONDIÇÕES DE JAZIDA, CRONOLOGIA

Os materiais estudados provêm do enchimento de um fosso situado no exterior do castelo. Repartem-se por duas unidades estratigráficas, a mais antiga correspondente à fase de utilização do fosso, a mais moderna coeva da ulterior colmatação deste com materiais de derrube provenientes do castelo.

Em 1989 e 1990 escavou-se um sector do fosso com cerca de 15 m de comprimento. O conjunto cerâmico então recolhido aponta para os séculos IX-X d. C. sendo, portanto, em parte, coevo da ocupação do castelo de Silves (GOMES, 1988).

Para uma síntese dos trabalhos realizados até 1990, ver FABIÃO & GUERRA (1991).

3. INVENTÁRIO DO MATERIAL

Artiodactyla Owen, 1848

Cervidae Gray, 1821

Cervus elaphus L., 1748

- Fragmento craniano conservando porção da região frontal;
- Fragmento de palato;
- Fragmento de armação com vestígios de ter sido serrada em ambas as extremidades;
- Sessenta e oito esquirolas de armações;
- Dois corpos vertebrais de juvenis;
- Um fragmento de apófise vertebral;

- Dois fragmentos de vértebras cervicais;
- Fragmento de pélvis;
- Um P2; um P3; um P4; dois M1-M2; um M3, todos do mesmo indivíduo (?);
- Um P2 de grande tamanho;
- Um D/2;
- Fragmento da tábua externa do ramo horizontal do osso mandibular;
- Esquirola de osso longo, provavelmente de diáfise de rádio;
- Extremidade articular distal de metacárpico;
- Esquirola de diáfise de fémur;
- Esquirola de diáfise de tibia;
- Fragmento distal de tibia;
- Dois astrágalos;
- Um calcâneo, incompleto nas duas extremidades;
- Fragmento da calcâneo, conservando parte da articulação com o astrágalo;
- Um cuboscafoide;
- Extremidade proximal de metatársico com marcas de fogo;
- Dois fragmentos proximais do mesmo metatársico;
- Metade distal de metatársico;
- Extremidade distal de metatársico.

Bovidae, Gray, 1821

Bos taurus L., 1758

- Um I/1;
- Porção anterior do ramo horizontal do osso mandibular, conservando em parte o diastema;
- Extremidade distal incompleta de metacárpico juvenil (ver discussão e conclusões);
- Extremidade distal de metatársico juvenil (ver discussão e conclusões).

Capra hircus L., 1758

Ovis aries L., 1758

- Quatro fragmentos de crânio, incluindo um dos ossicones, de secção quase circular;
- Extremidade de ossicone, de secção circular;
- Ossicone de secção achatada;
- Fragmento basal de ossicone, menor que o anterior;
- UM P3; seis M2-M3; três M3;
- Uma hemimandíbula com a série jugal completa (de *Ovis*);
- Fragmento de hemimandíbula com parte de D/3, D/4 e M/1;
- Fragmento de hemimandíbula com P/2, P/3 e P/4;
- Fragmento de hemimandíbula juvenil com os alvéolos de D/2, D/3 e D/4;
- Fragmento de hemimandíbula com P/3 a M/3 (de *Capra*);
- Fragmento de hemimandíbula com P/2 a M/2;

- Fragmento de hemimandíbula com P/4 e M/1;
- Fragmento de ramo ascendente de hemimandíbula;
- Extremidade do processo coronóide mandibular;
- Fragmento do osso mandibular, correspondente à parte basal do ramo ascendente;
- Um P/3; um P/4; cinco M/1-M/2; quatro M/3, dos quais um incompleto;
- Um D/2;
- Três fragmentos de omoplatas diferentes;
- Fragmento de pélvis;
- Duas esquirolas de húmero;
- Fragmento de húmero, conservando a parte distal da diáfise;
- Porção distal de rádio;
- Porção distal de rádio juvenil;
- Um metacárpico;
- Porção proximal de metacárpico de dimensões idênticas às do anterior;
- Porção de diáfise de metacárpico;
- Quatro fragmentos de diáfises de tíbias diferentes;
- Metade proximal de tíbia, com múltiplas marcas de corte na diáfise;
- Metade distal de tíbia, com marcas de corte na diáfise;
- Um metatársico incompleto na extremidade distal;
- Porção de diáfise de metatársico de tamanho idêntico ao anterior;
- Metatársico incompleto em ambas as extremidades;
- Um astrágalo;
- Outro astrágalo, maior que o anterior e com marcas de fogo;
- Uma esquirola de osso longo.

Leporidae Gray, 1821

Oryctolagus Lilljeborg, 1874

Oryctolagus cuniculus (L.), 1758

Abundantes restos, atribuíveis a coelho (selvagem?).

Fauna malacológica

Patella sp. – 10 exemplares;

Glycymeris glycymeris – 3 exemplares;

Cerastoderma edule – 2 exemplares;

Mytilus sp. – 1 exemplar.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

4.1. Ao nível zoológico

Os resultados obtidos do estudo preliminar dos restos inventariados podem ser apresentados na seguinte tabela, em que se consideraram como independentes todos

os elementos com valor individual (exemplo: dentes inclusos em mandíbula)

	nº de restos	%
<i>Cervus elaphus</i>	101	51,8
<i>Bos taurus</i>	4	2,0
<i>Capra hircus</i> e <i>Ovis aries</i>	90	46,2

Tais resultados demonstram a predominância do veado no espectro faunístico, seguido de perto pelos oviceprinos. Dentre estes, documentou-se, seguramente, a presença da cabra e da ovelha. São argumentos discriminantes:

- a) a maior robustez e tamanho de alguns ossos e dentes;
- b) o desenvolvimento do talónido no M/3;
- c) a relação entre o comprimento da série pré-molar e da série molar, diferente nos dois géneros.

Tais aspectos, foram documentados no material estudado por situações bem diferenciadas; deixaremos para trabalho ulterior a sua demonstração, com recurso a estudos biométricos.

No conjunto, parece verificar-se a predominância da ovelha.

O boi encontra-se apenas representado por dois restos seguros; os fragmentos de dois metápodes juvenis poderiam também pertencer a veado; a abundância desta espécie confere credibilidade a esta hipótese, impossível de confirmar atendendo ao estado fragmentário e juvenil de tais restos.

Os restos de cervídeo, correspondem em geral a indivíduos de grandes dimensões, o que afasta a hipótese de *Dama dama* (o gamo).

4.2. Ao nível paleoecológico

A abundância e grande tamanho dos restos de veado indica biótopo favorável, correspon-

dente à existência de abundantes manchas florestais, sugerindo condições climáticas mais húmidas que as actualmente existentes na região. A provável existência, no Período Romano, de manchas florestais no litoral do Baixo Alentejo, foi já assinalada por nós noutra lugar, tendo sido sugerida pelo espectro faunístico recolhido na ilha do Pessegueiro (CARDOSO, em publicação). Ainda em 1285, o foral de Almodôvar (COELHO, 1987, p. 28) concedido por D. Diniz, a 17 de Abril, menciona o «ceruo» (veado), a par do «zevro», ou «zebro» (equídeo selvagem, actualmente extinto), o que sugere a efectiva manutenção até, pelo menos, finais do século XIII, de áreas florestais entrecortadas de espaços abertos, mais propícios aos zebros.

As condições climáticas mais húmidas beneficiariam, também, a maior representação da ovelha face à cabra, esta especialmente adaptada a climas mais áridos, como parece ser o caso na actualidade.

4.3. Ao nível religioso

Salienta-se a ausência total de porco doméstico ou de javali, explicável pela repugnância dos seguidores de Maomé no consumo da sua carne. Situação idêntica foi documentada em Silves, na mesma época (ANTUNES, 1991).

A caça ao javali encontra-se documentada noutros contextos islâmicos; porém, a falta de restos ósseos nas Mesas do Castelinho não pode ser considerada fortuita, dada a abundância do veado, caçado em biótopo onde o javali deveria ser, também, abundante.

4.4. Ao nível económico e social

A prática da caça seria a principal fonte alimentar das populações islâmicas das Mesas

do Castelinho. O veado constituía, de longe, a componente principal da dieta, considerando não apenas a maioria dos restos que lhe pertencem, mas também a corpulência do animal, muito superior à dos ovinos e caprinos. Os animais caçados seriam transportados inteiros para o castelo, onde seriam esquartejados; assim o indica a distribuição anatómica dos restos identificados. O mesmo aconteceria, por maioria de razão, com os animais domésticos.

A predominância da caça contrasta com a conclusão obtida do estudo dos restos de Silves, da mesma época, onde se verificou a larga presença de ovinos e caprinos e a ausência de caça (ANTUNES, 1991), o inverso da presente situação. Não sendo viável a explicação de tal situação por razões ecológicas — ambas as regiões integram-se em contextos ambientais semelhantes — há que considerar razões de ordem económica e social.

Considerando as características militares das Mesas do Castelinho, a comunidade que o habitaria poderia corresponder a uma pequena guarnição, pouco dada à criação de animais domésticos mas, ao contrário, privilegiando a caça, por certo frequente, não apenas como fonte de subsistência, nas também como desporto e exercício. Assim se concebe, também, a abundância de avifauna (referida no Anexo), talvez caçada com falcão, e de animais de menor porte (coelhos), provavelmente selvagens. É sabida a abundância de tal espécie no Período Romano, na Hispânia, situação que não se teria alterado em épocas ulteriores.

Tratar-se-ia, enfim, de uma comunidade pouco sedentária, como sugere a extrema raridade de grandes bovíneos, incompatíveis com a mobilidade que seria exigida a uma guarnição militar.

Tal conclusão tem, no espectro faunístico de Silves, proveniente de contexto urbano, contraprova e confirmação. Salienta-se, assim, a importância decisiva que têm os aspectos económicos, sociais ou mesmo religiosos, na interpretação dos resultados dos estudos arqueozoológicos

Por fim, referência à presença de espécies de moluscos marinhos, o que documenta a ligação com o litoral, onde ainda hoje ocorrem.

ANEXO — AVIFAUNA

O. da Veiga Ferreira

Foi identificada a presença, muito abundante, de aves de capoeira e de caça (parece documentar-se a perdiz). Há também aves de pequeno porte (tordo e possivelmente melro).

Os columbídeos estão representados por pombos e rolas. Há também um osso e restos de grande ave (ganso ou cisne).

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, M. T. (1991) — «Restos de animais no castelo de Silves (séculos VIII-X). Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico». *Estudos Orientais*, 2 (O legado cultural de Judeus e Mouros), p. 41-72.

CARDOSO, J. L. (em publicação) — *Restos de grandes mamíferos da ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

COELHO, J. M. A. (1987) — *Foral de Almodôvar*, 2ª edição. Câmara Municipal de Almodôvar.

DELPECH, F. (1973) — «Signification paléoclimatique des associations d'herbivores reconnues dans un gisement archéologique». *Bull. Soc. Préhist. Franc.*, 70, p. 187-189.

FABIÃO, C. & GUERRA, A. (1987) — «O povoado fortificado de "Mesas do Castelinho", Almodôvar». *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990), p. 305-319.

GOMES, R. Varela (1988) — «Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves». *XELB*, 1, p. 11-294.

;

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos Drs. Carlos Fabião e Amílcar Guerra todas as informações das condições de jazida e respectiva cronologia dos materiais agora estudados, bem como a indicação do texto do Foral de Almodôvar.

SEMENTES DE UM SILO OMÍADA [UE 67) DE MESAS DE CASTELINHO (ALMODOVAR)

JOÃO PAIS *

No decurso da 3ª campanha de escavações efectuada no sítio arqueológico de Mesas do Castelinho, foi identificado e escavado um silo [UE 67] localizado no interior de uma fortificação muçulmana do período Omíada. Trata-se de uma pequena cova, com cerca de 1 metro de profundidade, que foi aberta nos depósitos resultantes de ocupações anteriores que o local conheceu. A boca do silo, de feição arredondada e com cerca de um metro de diâmetro, apresentava as paredes bem definidas por uma camada argilosa fortemente robrescida, aparentemente por acção do fogo. Foi justamente nessa camada que se recolheram várias sementes, objecto da presente nota. Pela sua localização, no interior do silo, mas próximo da superfície, é de presumir que as mesmas devam datar da última fase de ocupação daquele espaço.

Foram recolhidas algumas centenas de grãos de trigo.

Trata-se de grãos com 5 a 6 mm de comprimento, estreitos, ponteagudos nas duas extremidades, com a face ventral achatada levemente côncava, secção transversal mais ou menos triangular. Assemelham-se aos grãos de *Triticum diccicum* Schrank, espécie tetraplóide actualmente desaparecida da Península, apenas cultivada no Médio Oriente (Norte de Israel, Jordânia, Síria). Outros grãos, mais globosos, podem corresponder a *Triticum aestivum* L., o trigo-mole actual.

T. diccicum foi assinalado em Portugal em diversas jazidas: Lapa da Rotura — Setúbal, Zambujal, Castro de Chibanes — Palmela e em Paderne — Melgaço todas do



* Centro de Estratigrafia e Paleobiologia — Faculdade de Ciências e Tecnologia.
Quinta da Torre • 2825 Monte da Caparica

Calcolítico ou da Idade do Bronze; e ainda no Castro da Aldeia Nova — Miranda do Douro da Idade do Ferro (M. Hopf *in*: PINTO DA SILVA, 1988); também foi reconhecida, ainda que com reserva, no Castro de S. Vicente da Chã (PINTO DA SILVA, 1988).

Pinto da Silva (1988) é de parecer que esta espécie teria deixado de ser cultivada em Portugal desde o início da nossa era. A sua identificação na jazida islâmica de Mesas do Castelinho, em contexto Omíada, genericamente datável de entre o séc. VIII e os inícios do XI, vem provar a sua manutenção até tempos mais recentes.

BIBLIOGRAFIA

PINTO DA SILVA, A. R. (1988) - A Paleobotânica na Arqueologia Portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987. Actas do Encontro Paleoecologia e Arqueologia. Câmara Municipal de Vila Nova Famalicão, pp. 5-36, 14 est.

/

AGRADECIMENTO

Agradece-se ao Eng. T. Mello Sampayo as indicações fornecidas acerca destes grãos de trigo.

THE THIRD SEASON OF EXCAVATIONS AT ALCARIA LONGA

JAMES L. BOONE



1. INTRODUCTION

This article presents the preliminary results of the third season of excavations at Alcaria Longa, carried out in May through August of 1990. Alcaria Longa is a rural village site dating to the later Caliphal and Taifal periods (late 10th through the 11th centuries AD) located 24 km west of Mértola in the Lower Alentejo of Portugal. An introduction to the site and the research aims of the Alcaria Longa Project, along with the results of the first two seasons of excavations in 1988-89, are presented in the previous volume of this journal (Boone 1992).

The 1990 excavations at Alcaria Longa focused on two areas: 1) the Trench 1 Area, where a single house compound had been partially excavated in the previous season (Boone 1992); and 2) the top of the South Hill, where remains of a possible fortification or watchtower had been uncovered in the 1988 season. A total of 384 m² were excavated in the Trench 1 Area in 1990, bringing the total area excavated there to 532 m². A total of 168 m² were excavated on the South Hill, including 8 m² excavated in 1988.

2. TRENCH 1 AREA STRUCTURES

Three household compounds, each consisting of two roofed structures built perpendicularly around an open patio, were nearly completely excavated in the Trench 1 Area of the site (refer to Figures 1 and 2; Structures 1 and 2 were partially described

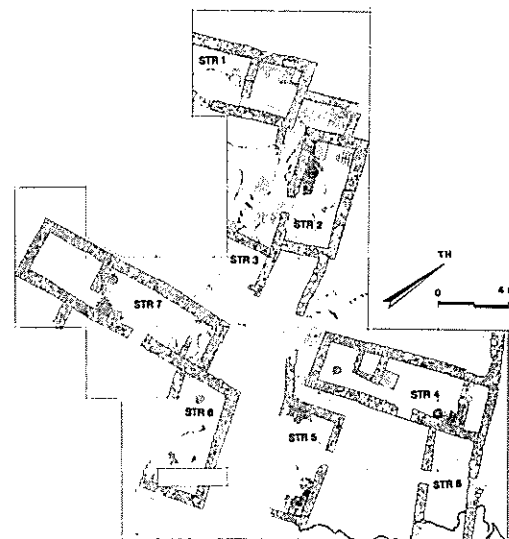


Figure 1 - Architectural drawing of the three household compounds uncovered in the the Trench 1 Area, showing the location of the various structures («STR» numbers) discussed in the text.

in Boone 1992). The excavations revealed that the household structures had been for the most part built directly on the bedrock surface of the hillside. Stone used in construction was quarried directly off the horizontal beds of graywacke and related marine sedimentary rock on the hill, sometimes within only a few meters of the construction site. The graywacke on the hill is naturally bedded into sheets and can be relatively easily broken off into regular sized blocks for building. Figure 4b is a photograph of an area just north of the entrance to Compound 2 where stone has been quarried in blocks from a rock bed about 40 cm in thickness. The area below the quarried shale was later filled with refuse, and was the largest midden deposit excavated on the site (Midden 1). No evidence of occupation earlier than approximately the late 10th or early 11th century AD has been found in the settlement area. The site was apparently a new settlement effort on a previously unoccupied site.

Compound 1 — Structure 1 was only partially excavated due to the presence of a large olive tree growing inside the extreme west end of the buried structure. However, by exposing the wall-tops of the structure in the unexcavated portion, we were able to ascertain that the entire structure was 11.2 m long and 2.8 m wide (all structural measurements refer to interior dimensions).

The structure was divided into three rooms by interior walls with doorways. The large middle room is 5.8 m long and 2.8 m wide, and had a doorway leading to the patio area outside. A second room at the east end of the structure was smaller (2.5 m long by 2.8 m wide) and had no direct exterior access. The door between this room and the larger room had an upended slate flagstone for a threshold. This room had two tile-and-clay-lined hearths situated next to each other along the north wall.

Two finger rings and a perforated silver Ara-

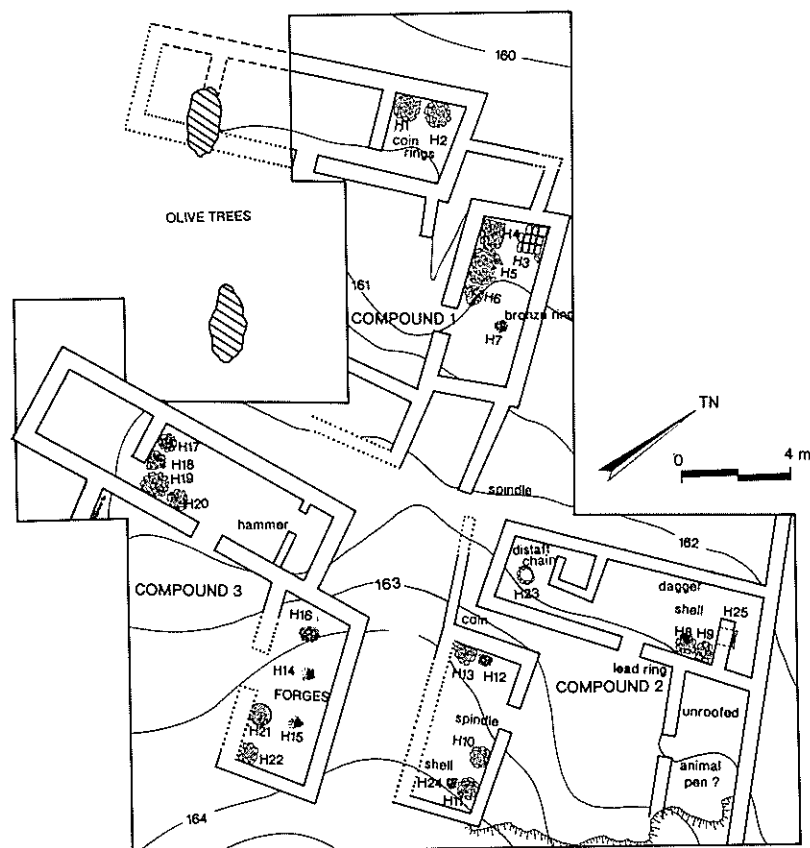


Figure 2 — Schematic diagram of the three household compounds uncovered in the Trench 1 Area, showing location of hearths (H1, H2, etc.) and various finds mentioned in the text.

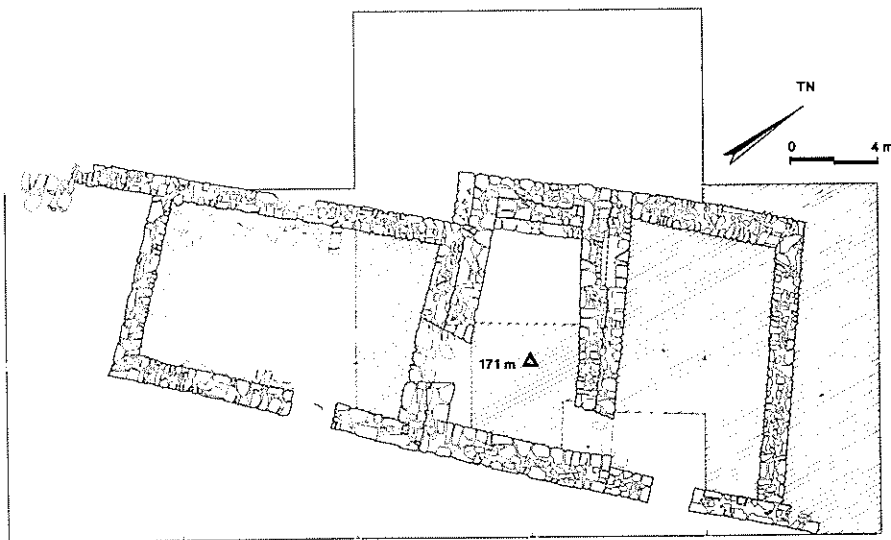


Figure 3 — Plan of the structure excavated on the summit of the South Hill (Trench 3 Area). Hatched areas were only excavated to wall-top level.

bic coin (described and illustrated in Boone 1992) were recovered directly on the floor of the northwest corner of this room, within the burned area. The third room of this long structure was revealed only by wall trenches; it measures approximately 1.8 m long and 2.8 m wide.



Figure 4a (top) – A view of the Compound 2 looking east, showing part of the bent-axis entryway, paved with schist flagstones, into the compound. 4b (bottom): View of north-west corner of Structure 4, looking south, showing where beds of the graywacke bedrock right next to the structure were quarried for building stone. One of the larger midden accumulations at the site was deposited in the interstices of this quarried rock area. The structures were built directly on the bedrock surface of the hill. Much of the soil accumulation today observable on the hill appears to be post-occupational.

Structure 2 is a smaller, single room structure (5.9 m by 2.4 m). It had a single door on the west side leading to the patio area, the threshold of which was built of two millstones. Five distinct fire containment features are located inside. Hearth 3 is lined with fired bricks. Hearth 4 is another tile-and-clay lined hearth, similar to the two excavated in Structure 1. Next to it are two circular hearths (H5 and H6) side by side, lined with hand-sized quartz stones set in a roughly circular pattern. These hearths are outlined with broken tiles. Hearth 7 is a small quartz-stone lined hearth set into the bedrock floor of the structure. The only artifact recovered with any of these features was a small bronze ring found in the ashes of H7. At this point it is unclear what kind of activity was associated with these hearths, but it is reasonable to suggest that this building was the site of some light manufacturing activity, while the other longer structure was used for a living area.

The floors of both structures were surfaced with a combination of packed clay, occasional flagstones, and the natural bedrock surface. The two larger structures are connected by a small rectangular structure (2.8 by 1.5 m), which also was apparently roofed, and had a flagstone floor. It may have been a storage room, but an alternate explanation is that it is an entrance room to the compound similar the one uncovered in Compound 2.

Structure 3, located along the south side of the patio area, was apparently a small roofed structure (indicated by a high density of fallen roof tile found inside its walls). This structure may, too, have opened into the patio. The 1990 excavations failed to clarify the structure's relationship with other houses, due to the fact that it was very poorly preserved and its close proximity to a living olive tree.

Compound 2 — Compound 2 is organized similarly to Compound 1, with a few internal va-

riations. Structure 4 is the long east-west structure, measuring 9.5 m by 2.4 m. Its large middle room, 4.7 m by 2.4 m, contains two tile-and-clay-lined hearths and a box-shaped fireplace built into the wall on the east end. A decorated bronze and iron dagger hilt (Figure 12b) was recovered from the floor at the door opening into the small east room. The structure has a door on the south wall leading to the patio area. The east room (.9 m by 2.7 m) may have served some function connected with the fireplace (see discussion under fire containment features below).

The small west room (1.6 m by 2.3 m) contained a single stonelined fire pit in the center of the room (Figure 6b). Several small fragments of a fine silver chain (Figure 12a) were recovered in the ashes of the pit. A fragmentary top-piece for a distaff (Port. *torre de roca*), used in spinning thread, carved from a caprid long bone was found on the floor next to the hearth. Several partially reconstructable vessels were found in the north half of the room, including a buff Type V jar and some small cooking pot fragments. A small closet-like room (.9 m by 1.2 m) is connected to the west room by way of a narrow raised doorway.

Structure 5 consists of a single room 5.6 m long and 2.6 m wide. A door on the east wall opened into the patio. Three distinct hearths are located in the south end of the room: 2 tile-and-clay-lined hearths and a rock lined hearth. The hearth area is surrounded by several large slate flagstones that seem to separate this area spatially from the rest of the room. A bronze spindle (Figure 9b) was recovered on the flagstone surface, and a complete marine scallop shell was recovered on the floor along the south wall. On the north wall of the structure are two more hearths: a tile-and-clay-lined and a rock-lined hearth (Figure 5a).

The compound was entered from the outside on the west side through a narrow, paved, bent-

-axis entry leading to the open patio area. Another bronze spindle was recovered just outside this entry-way in the midden deposit (Midden I) that appears to be associated with this compound. The perforated lead coin (Figure 11; discussed further below) was recovered on the floor of the entry-way itself.



Figure 5a (top) – Hearths 12 (tile-and-clay-lined) and 13 (rock-lined) located next to each other along the north wall of Structure 5. 5b (bottom): Hearths 4 (tile-and-clay-lined), 5 and 6 (lined with quartz stones) located in the northwest corner of Structure 2. Hole in Hearth 4, just to the right of the scale stick, was dug by a treasure hunter in between seasons.

The patio area was approximately 5.2 m by 7.2 m and was paved with dressed slate flagstones. The south perimeter of the patio is delimited by a steep natural rock ledge. On the east side of the patio a small portal leads to what may have been an animal pen (5.6 m by 2.2 m); this structure contained virtually no fallen roof tile, and



Figure 6A (top) – Hearth 21, a circular clay-and-tile-lined hearth along the west wall of Structure 6. 6B (bottom): Hearth 23, a firepit lined with stones and river cobbles, located in the center of the west room of Structure 4.

was probably never roofed. Very little artifactual material was recovered in either the patio or the animal pen.

Compound 3 — Compound 3 is organized spatially in the same general way as the previous two compounds. It consists of Structure 7, the long eastwest structure 11 m long and 2.6 m wide. The middle room is 5.7 m by 2.6 m and has the only door to the patio. A small storage room (.9 m by 2.4 m) is located on the east end of the structure. The iron hammer (Figure 9a; possibly associated with blacksmithing) was recovered on the floor just outside the narrow entrance to the storage room. Four tile-and-and-clay hearths are located on the west end of the middle room. A great deal of ash was associated with the hearths, and the largest sample of animal bones recovered in excavation came from this area. Although complete faunal analysis is still pending (see Table 2 and discussion below), the bones included caprid long bones with cut marks and a few bones of smallish game birds such as quail or partridge, which are still commonly hunted in the area.

The door leading to the west room appears to have been blocked up with loose dry stone masonry in the later occupation of the house. This would explain the position-ing of a hearth in the middle room (H19) right in what appears to be the doorway. The west room (3.5 by 2.5 m) contained a great deal of broken pottery and may have been used as a trash dump after the room was blocked off. The west room contained no recognizable permanent features such as hearths.

Structure 6 (6.2 m by 2.6 m) is a north-south single-room structure associated with Compound 3. Much of the west wall of this structure, including what must have been the only door, was missing due to wall slumping down the sleep incline to the west of the structure. Structure 6 contains five fire-containment features. H16 is a small stone-lined hearth in the center of

the north end of the room. H14 and H15 are both small pits dug into natural crevasses in the bedrock in the center of the room. Both features are filled with consolidated, porous masses of oxidized iron slag or coke, ash, and charcoal which we interpret as the remains of blacksmith forges. H21 (Figure 6a) is a circular tile-and-clay-lined hearth located along the destroyed west wall of the structure. H22 is another very poorly preserved tile-and-clay-lined hearth in the southwest corner. The roof-fall layer in this structure contained a great deal of pottery, including the large nearly complete jar in Figure 8a. Our tentative interpretation is that the structure was abandoned and used as a dump by other still occupied households as the roof fell in.

3. FIRE CONTAINMENT FEATURES

Twenty-five distinct fire-containment features were uncovered in the excavation of the three



Figure 7b – The small east room of Structure 4, showing the back of the wall fireplace, with large, flat stone forming the moveable back of the fireplace. A small baulk consisting of the compact, gravelly room fill thought to be melted pisé, was left next to the covering stone, just to the left of the scale stick.

household compounds. All were found inside one or another of the six roofed structures; no exterior hearths or ovens were uncovered. The 25 fire-containment features can be divided into five general categories based on form and material; these are described below.

Tile-and-clay-lined Hearths

The most common form of fire containment feature was the tile-and-clay-lined hearth (Figure 5a). Each of the six roofed structures uncovered contained at least two of these hearths: Structure 7 contained four in the same room. Fourteen such hearths were recovered in all (H1, H2, H4, H8, H9, H10, H11, H13, H17, H18, H19, H20, H21, H22). The hearths were built level with the clay or bedrock floor and were invariably located against an interior wall. The rock wall surface above the hearth usually showed signs of fire-reddening. The hearths themselves consisted of a roughly circular or rounded rectangular area lined with broken roof tile. In H9 and H19 large flat sherds of Type I Basins were also incorporated into the lining. The tile area was covered by a flat layer of burned clay 3 to 7 cm in thickness. The burned clay appears to have been a functional part of the hearth. Occasionally sherds of Type I cooking pots or casuelas were found imbedded in the surface of the clay. Many of the hearths had deposits of ash and charcoal fragments lying on the clay surfaces. These alkaline ash deposits were virtually the only areas of the site where animal bones were preserved. H21 is distinctive in that it is perfectly circular, and the flat clay surface seems thicker and more carefully prepared than in other cases (Figure 6a). About half the feature was

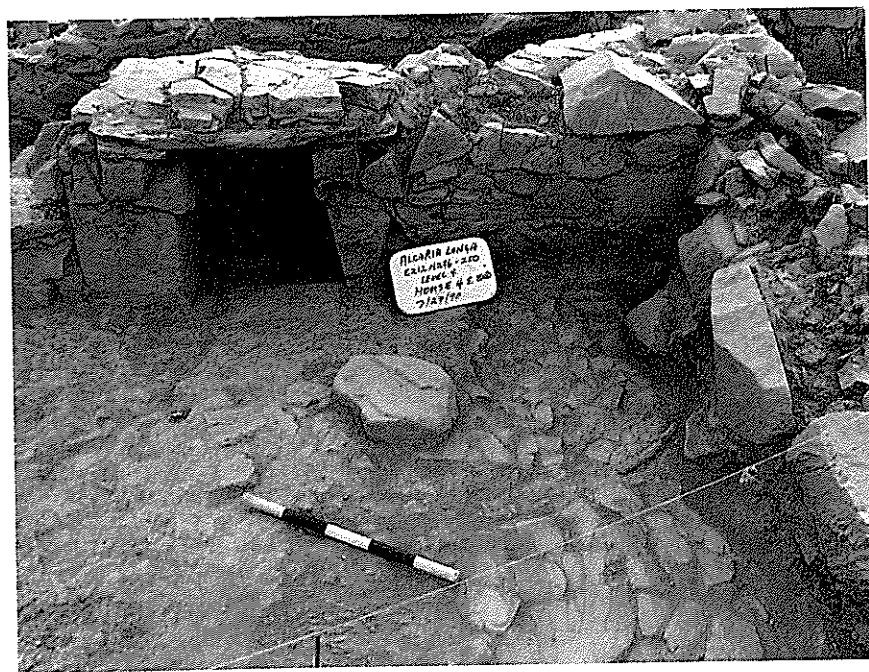


Figure 7a – View of the southeast corner of Structure 4, showing the wall fireplace (H25) and two clay-and-tile-lined hearths (H8 and H9). Note flat stones lying in floor next to H8 and inside the fireplace, probably used to support cooking vessels.

destroyed due to a postdepositional wall slump. Like the other tile-lined hearths, the clay layer is packed on top of a bed of broken roof tile.

Rock-lined Hearths

Six hearths lined with hand-to cobble-sized rocks were excavated (H5, H6, H7, H12, H16, H24). H7 and H16 were small, roughly circular arrangements of irregular sized rocks set into the bedrock floor away from the wall towards the interior of the room. Ashes and charcoal fragments were found among the rocks. H12 and H24 were similar in form, but were built directly adjacent to tile-and-clay-lined hearths, one (H12) next to a wall, the other (H24) in the room interior. H12, H16, and H24 were built of shale bedrock fragments; H5, H6, and H7 were built of massive vein quartz

fragments (discussed below). No packed or burned clay was found associated with this kind of hearth. Rock-lined hearths were found *only* in the smaller north-south oriented structures. The longer, east-west oriented structures contained *only* the tile-and-clay-lined hearths (with the exception of the stone-lined pit, H23, which was unique to the site).

H5 and H6 are distinct from the four rock-lined hearth discussed above in that they are much larger, are arranged in a roughly circular pattern, and are set into a matrix of packed, burned clay (Figure 5b). Both are situated in the northwest corner of Structure 2 in a group with a tile-and-clay-lined hearth and a brick-lined hearth (discussed below). The rocks used in these two hearths are hand-sized fragments of massive vein quartz. Little ash and no animal bone was found associated with these two hearths. A reasonable interpretation would be that they were used in some kind of manufacturing activity.

Brick-lined Hearth

H3 was a flat hearth lined with 13 or 14 small, flat, fired bricks. The bricks show signs of intense burning, but relatively little ash, charcoal and no animal bones were found in the hearth. There is nothing to indicate containment walls around the hearth; it was built level with the floor and open to the rest of the room. These were the only bricks recovered in excavation, although surface remains in the form of brick fragments, which are probably signs of a similar feature destroyed by plowing, are found about 10 meters to the northeast of Trench 3 in the central part of the site.

Rock-lined Fire Pit

H23 was a small basin-shaped pit located in the center of the west room of Structure 4 (Figure 6b). The pit was about 50 cm in diameter and 35 cm deep, lined with bedrock fragments and a few smooth stream cobbles, and filled with ash

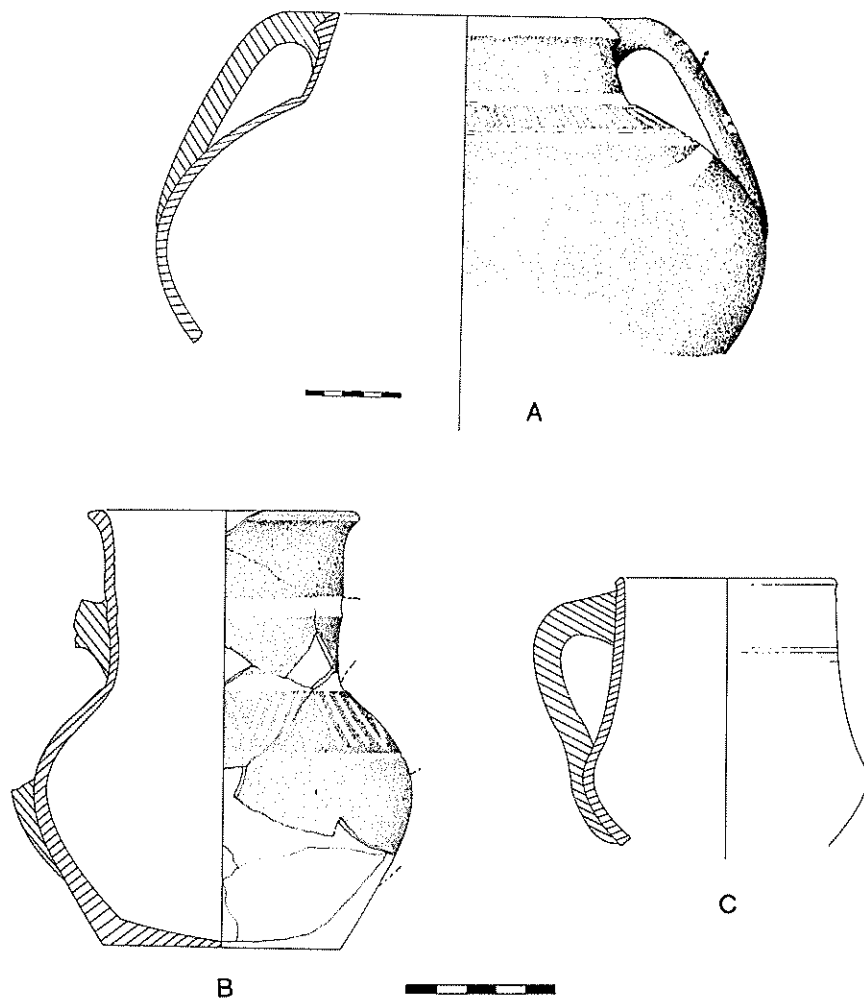


Figure 8 – A) a large Orange Plainware jar with white matte-painted designs, recovered from a midden area above the collapsed roof-fall of Structure 6. B) an Orange Plainware jarrita or «tankard» with white matte-painted designs, recovered from the floor of the the west room of Structure 7. C) a small drinking cup made of very dark, coarse brown plainware, recovered from Midden 1 just north of entry-way into Compound 2.

and charcoal fragments. In sifting the ash for recovery of charred plant remains, several small fragments of a fine silver chain were recovered (Figure 12a). A fragmentary end-piece for a distaff (*torre da roca*; discussed in more detail under "Other Artifacts" below) was found on the floor next to the hearth. This was the only hearth that was built in the form of a pit.

Wall Fireplace

H25, a small rectangular open fireplace was built into the east interior dividing wall of Structure 4 (Figure 7). The back wall of the fireplace consisted of a single rectangular slate flagstone piece that appears to have been designed to be moveable, allowing access to the fire from the small east room of the structure (see Figure 7b). This small east room may have been some kind of heating, drying or smoking room. It is too small for living space, and the packed clay floor was covered with black charcoal or grease stains, although no ash or charcoal was found in recoverable quantities in the room. This room is also distinctive in that it contains little tile roof fall, and was filled instead with a compact yellowish, clayey, gravelly material that strongly resembles melted *taipa* (a type of rammed earth, or *pisé* used traditionally for construction). It seems at least possible that some kind of chimney-like structure was built of *taipa* above this room.

Forges

Two features (H14 and H15) that appear to have been blacksmith forges were found built into the floor of Structure 6. These features consisted of small (about 30 cm in diameter and 10 cm deep), simple pits dug into natural crevasses in the bedrock floor which were filled with solidified masses of rusted, porous mixture of oxidized iron slag or coke, charcoal and ash. This material resembles closely the material left in traditional blacksmiths' open forges.

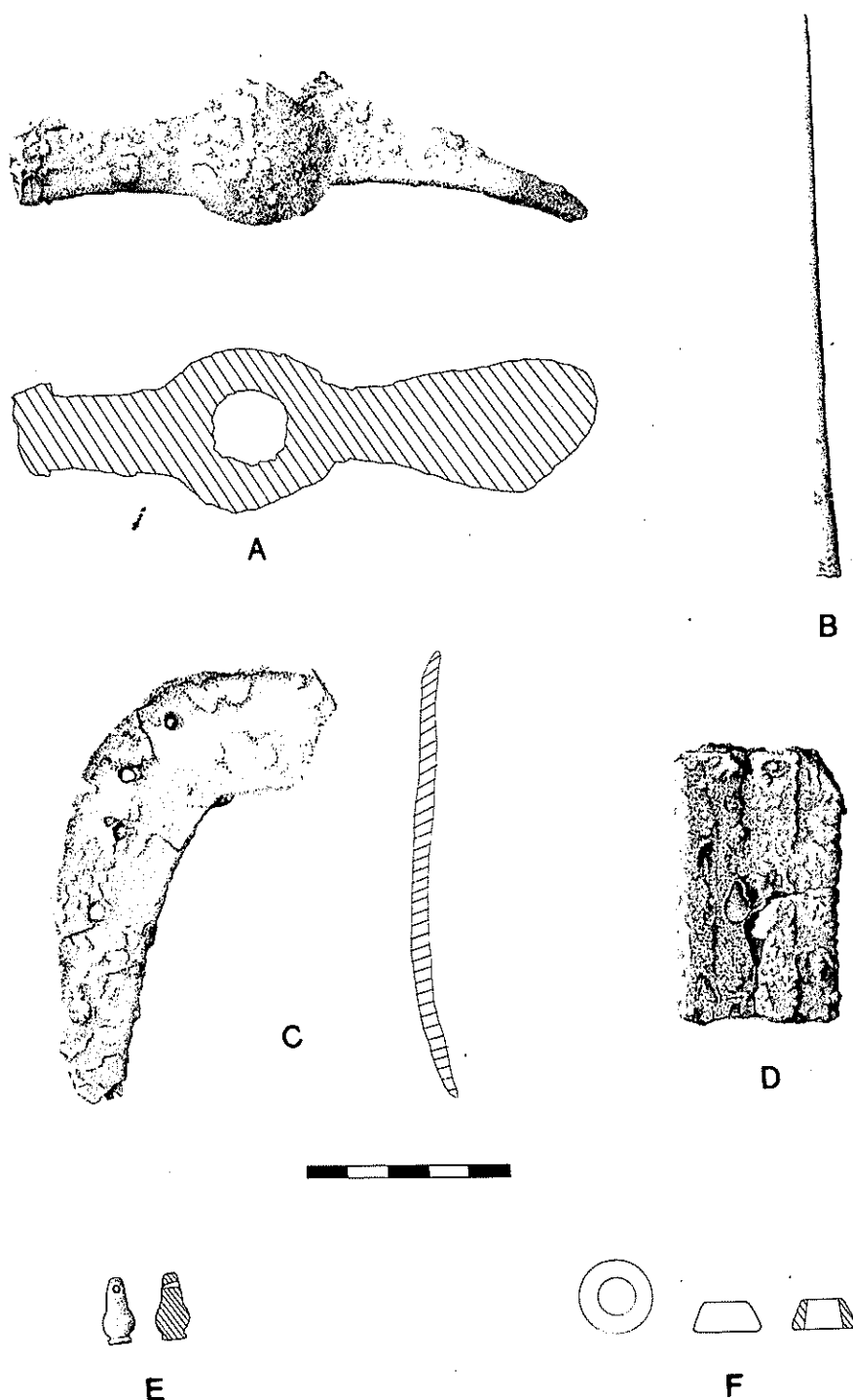


Figure 9 – a) Iron hammer-head found on the floor of the middle room of Structure 7, in Compound 3, thought to be associated with blacksmith activities. b) Bronze spindle found on floor of Structure 5 in Compound 2. c) Horseshoe recovered from floor deposits of the west room of the structure excavated on the summit of the South Hill. d) Fragment of a metal strap handle found in Midden 1, just north of Compound 2. e) Stone bead recovered from the patio of Compound 2. f) Cast lead ring recovered from the patio of Compound 2.

4. CONCLUSIONS REGARDING THE HOUSE COMPOUNDS

The three building compounds appear to constitute three separate, identically organized house compounds. Each consists of a long, roughly east-west oriented structure that is divided into three sections and a shorter, one-room structure oriented north-south. The two houses are arranged perpendicularly to each other around a delimit-

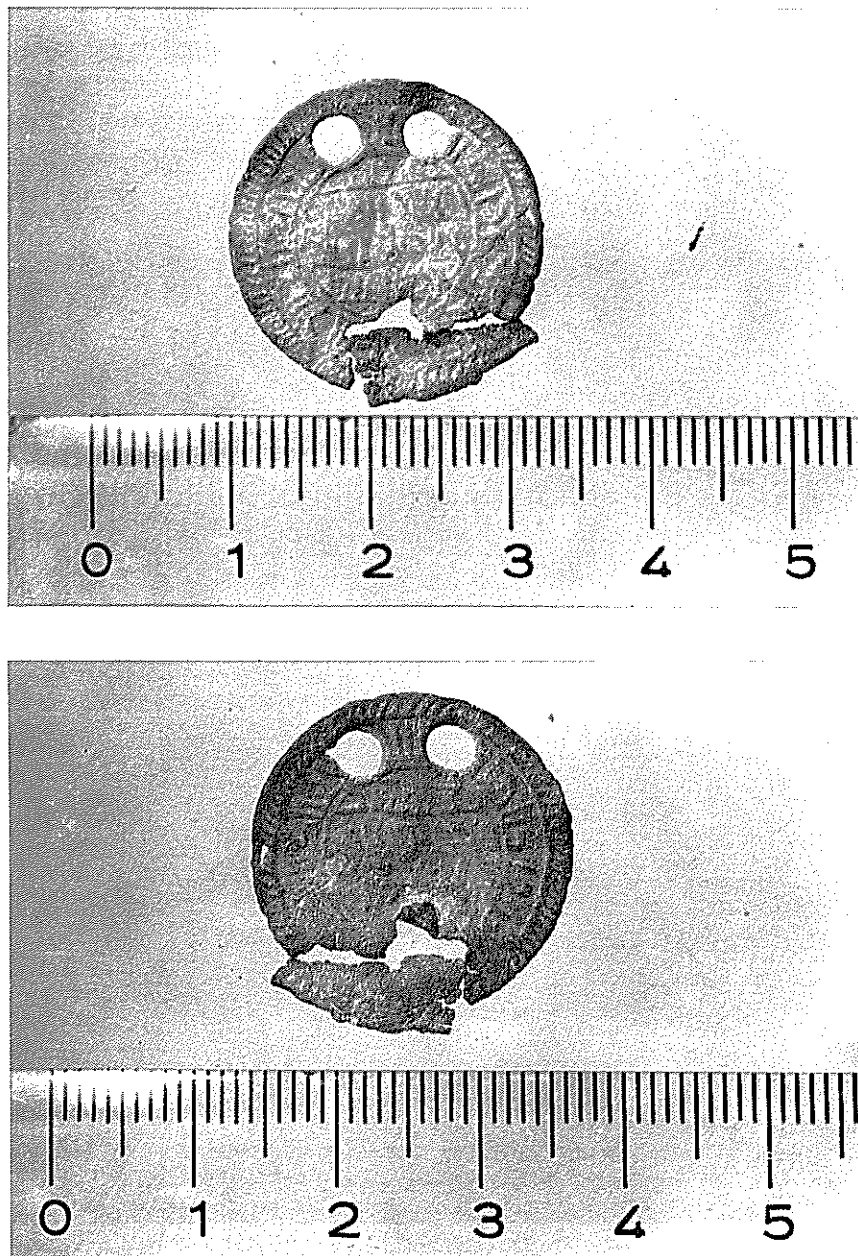


Figure 10 A (top) – Lead perforated coin Found on Floor of entry way into Compound 2 (obverse).
10B (bottom): lead perforated coin found on the floor of the entryway into Compound 2 (reverse).

ted unroofed patio or courtyard. The long east-west oriented houses are the most variable in size, ranging from 20.9 to 27.9 m². The shorter one-roomed north-south oriented structures are both smaller and more uniform in area, ranging from 14.6 to 15.6 m². If, as I argue below, the longer east-west structures were used for sleeping rooms, their higher variability in size might reflect variability in family size, whereas the smaller, north-south structures were used for a limited, uniform set of activities such as cooking or manufacturing, carried out by a limited and specific number of family members, regardless of family size.

The long houses contain only tile-and-clay-lined hearths, which have animal bones associated with cooking activities. The tile-and-clay-lined hearths tended to have large flat stones, often fragments of millstones associated with them, which may have been used to support cooking pots. There is usually more than one hearth in any room in which they occur; in Structure 7, there are four such hearths placed next to each other in one corner. It seems likely that they were not all in use at once, but rather were used in sequence. As noted above, when the 4 hearths in Structure 7 were in use, the west room of the structure was probably blocked off. Hence, at that time, only one room (not counting the tiny "storage room" on the east side) in that particular structure was in use.

In contrast to the long east-west oriented structures, the smaller, one-roomed north-south oriented houses contained both tile-and-clay and rock-lined hearths. The rock-lined hearths have little or no animal bone and much less ash associated with them than the tile-and-clay-lined hearths.

There is evidence for occupational specialization among at least two of the three excavated compounds. Compound 3 (Structures 6 and 7) contained two fire-pits containing coke and slag indicative of use by a blacksmith. An iron ham-

mer, perhaps used in shaping hot metal, was recovered from the floor of the associated Structure 7. Compound 2 (comprising Structures 4, 5 and the unroofed Structure 8, which may have been an animal pen) contained all of the spinning and weaving artifacts: 2 bronze spindles and the distaff end-piece (*torre de roca*). No such artifacts were found in the other two compounds. Compound 2 also was the only compound in which marine shells were recovered (there were 2 found, one each in Structures 4 and 5), although the social or technological significance of these items is unknown. Compound 1 (Structures 1 and 2) contained no artifacts distinctive of manufacturing *per se*, although Structure 2 has the rather complex hearth arrangement that may reflect some kind of manufacturing activity associated with the specialized application of heat.

In summary, the excavated compounds appear to represent households in which activities are divided between two separate structures and an associated courtyard. Each household compound is strongly delimited by walls, and appears to represent a separate social unit in the sense that there are no special architectural features (other than proximity) that would encourage integration or interaction between compounds. These compounds strongly resemble those built by some Berber groups in northern Morocco, and in a more general sense, may represent a variation on the typical Islamic house, which consists of two to three rectangular rooms arranged around an interior courtyard. They do not particularly resemble the typical rural house of the *monte* today in the Lower Alentejo.

5. TRENCH 2 (SOUTH HILL) STRUCTURE

The excavation of Trench 2 during the 1988 field season had partly revealed a structure with drystone masonry walls nearly a meter thick at

the summit of the south hill overlooking the valley of the Ribeira de Carreiras. During the third season, part of the effort was directed towards further excavating this structure. These excavations revealed a structure with a complex building and occupational history.

The structure consists three relatively large rooms connected by wide doors, with two wide entry doors along the south wall (Figure 3). The westernmost room is 7.33



Figure 11A (top) – Fragment of yellow-green glass bottle, recovered from a small midden-like deposit in the floor of the patio of Compound 1 (described in Boone 1992). Figure 11B (bottom): Bronze ring recovered from Hearth 7 in Structure 2.

long by 3.89 meters wide. The exterior entrance along the south wall is 1.08 m wide. A second door leads into the middle room. This door is funnel-shaped (as is the opposite door to the middle room) ranging from 1.56 m wide to 1.11 m wide as it enters the middle room. The two doors in and out of the middle room are constricted in the same direction. One might speculate that this facilitated the one way movement of people or livestock. Wall stubs visible just inside the interior of the western part of the room indicate an earlier building phase.

The floor of the west room was covered with charcoal fragments. A carbon date taken on a portion of this material gave a date of AD 1473 +/- 70 years. The horseshoe



Figure 12a (top) – Pieces of a silver chain recovered from the ashes of Hearth 23 in the east room of Structure 4, Compound 3. 12B (bottom) – Bronze and iron dagger-hilt recovered from the floor of the middle room of Structure 5, Compound 2.

illustrated in Figure 9c was recovered from this deposit.

The middle room is slightly trapezoidal: it is 4.72 m long, with a width ranging from 2.05 m on the north end to about 2.78 m on the south end. There is some evidence that this was the original structure and that the two side rooms were added, or at least altered, later. The walls of this part of the structure are quite thick. It should be noted that rubble covering this part of the structure was originally piled quite high, well over a meter thick at its highest point. Hence, it is reasonable to suggest that the walls of this part of the structure were originally quite high. Since the structure is already placed at the highest point of the site, it is possible the structure originally served as a lookout tower, or *atalaia*.

The easternmost room is 5.67 m long and 3.38 m wide. Only a small corner of the room was excavated to bedrock. A few small fragments of green-glazed basin, or *alguidar*, characteristic of a 15th or 16th century occupation, were found on the floor, corroborating the 15th century radiocarbon date taken from the west room.

Artifactual evidence recovered from the various excavated levels of this structure indicate a long history of use and re-use, unlike the household remains in the Trench 1 Area. Outside the east side of the structure itself was found a single *terra sigillata* sherd (described in Boone 1992), dating to the 1 century AD. No other Roman period remains were found, however. Sherds of the Islamic period consistent with the village occupation are common throughout the structure, but tended to be very fragmentary. Larger sherds of jars and basins that were stylistically quite distinct from those recovered in the village area were common as well. Some of these vessels are consistent with a much later time period, probably the 15th or 16th century. A five *real* copper Portuguese coin dated 1736 was

recovered in the wall fall just north of the building. Earlier excavations (in 1987-88; described in Boone 1992) yielded modern decolorized glass and pottery characteristic of the 18th and 19th centuries from the surface of the wall fall layer.

6. CERAMICS

5196 ceramic sherds have been recovered to date. Table 1 presents frequency counts of sherds by ware and form. The four main ware categories are discussed in detail below.

Orange Plainwares (termed Type VI Plainwares in previous reports) make up 75.2% of the sherds recovered in the Trench 1 Area. The principal vessel forms in this ware are large water and storage jars and tankards. Paste is characteristically bright orange and relatively coarse grained (maximal grain size about 1.0 to 1.5 mm). The ceramics in this group were manufactured from clays that appear to derive from low-grade metamorphic rock such as low-grade schists. Nonplastic inclusions (clastics) usually made up around 20% of the fabric. Most of the clastics were low-grade metamorphic rock fragments consisting of more than 95% metamorphosed quartz (i.e. quartz exhibiting strained extinction under a rotating polarized light) grains and 2-3% untwinned feldspar grains (orthoclase). Other minerals present in less than 10 grains per slide included plagioclase, muscovite, biotite, chert, magnetite, hematite, chlorite. The rock fragments are generally angular, and probably result from the milling of clay that already contained considerable rocky parent material, or the addition of milled rock as temper. Some examples also contained straight quartz of sedimentary origin (i.e., from shales, sandstones, or recent sand from sedimentary rock).

Buff Plainwares (Type V) make up 4.4% of the wares. Buff/cream/light rose colored plain

wares also contained coarse-grained metamorphic rock fragments. The rock fragments (predominantly strained quartz and orthoclase feldspar) are similar to those found in the orange wares although the buff plainwares contain less clastics (<10% or less versus 20%) and had a slightly lower range of grain size. Three sherds contained coarse grained metamorphic rock in the form of mylonite. Mylonite was found only in these three Type V wares, and may represent a distinct clay source. Vessel forms are mainly small jars and *jarritas* (tankards). Petrographically and chemically (Boone, *et al.*, n. d. a and b) these wares seem closely related to the *melados*.

Coarse-grained Red-Brown Common Wares (Type I and II) make up 17.2% of the wares. These wares are quite distinct petrographically in that the fabric consists of around 35% relatively large grain rock fragments (modal maximum grain size 1.6 to 1.8 mm) consisting of 92% to 98% angular strained quartz, 1% to 4% hornblende grains, and 1% to 5% plagioclase feldspar. Many examples also contain magnetite, hematite, or other opaque mineral grains. The mineral composition points to clays deriving from diorite or metamorphosed volcanic rock of similar nature. Such clays are found only in a limited area in the vicinity of Beja, Beringel and Ferreira do Alentejo, about fifty kilometers to the north of aite. A traditional pottery industry still exists in Beringel. Two of the petrographic slides studied were of sherds from a modern *bilha* (water jug) manufactured there and proved to be quite similar to the excavated Type I wares. Hence, this category is the only one for which we are relatively certain of the clay source, and presumably, the manufacture location. In the Islamic period, the predominant vessel forms manufactured from this ware were large basins (*alguidares*), casuelas, cooking pots, and a few large jars.

Melados make up 3.2% of the sherds. Vessel forms are almost exclusively food serving forms, including small bowls, large carinated plates (*ataifor*), and narrow-necked bottles (*redoma*). Thin sections most commonly showed angular to sub-angular composite polycrystalline quartz grains showing evidence of metamorphism (i. e. strained extinction under a rotating polarized light). Four cases also contained sub-angular to angular grains of twinned or untwinned feldspar. Three cases contained grains of muscovite and two had traces of biotite. Three cases contained only monocry stalline quartz with no evidence of metamorphism (i. e., straight extinction under polarized light). Chemical analysis (fully described in Boone, *et al.*, n. d.) showed that the melados contained between 5% and 10% elemental calcium, pointing to a substantial calcareous component to the melado clays. Generally, the melados have a lower percentage of clastics and a smaller maximal grain size than the Orange Plainwares wares.

7. CONCLUSIONS

All ceramics recovered from the occupation areas of Alcaria Longa are wheel-thrown and apparently mass-produced, and are consistent with a specialized pottery industry of the kind capable of producing thousands of vessels per year, and distributing them through markets over a relatively broad region. There is no evidence of a

household-level pottery industry typical, for example, of Berber communities in northern Morocco.

The clays used to manufacture the ceramics recovered from Alcaria Longa seem to derive from 3 broad classes of parent material. The most common ware type seems to derive from metamorphosed shales, graywackes, and turbidites (i. e. slates and low-grade schists) that occur within 30 to 40 km of the site. The second most abundant ware type was manufactured from clays deriving from diorites and metavulcanites that occur in the vicinity of Beja some 50 km distant. The least abundant ware types, the *melados* and some of the buff plainwares, appear to derive from calcareous clays, and are consistent with wares manufactured in the Guadalquivir Valley (vicinity of Seville), at least 160 km distant, although the location of manufacture has yet to be verified.

Most of the rock in the immediate vicinity of Alcaria Longa is comprised of un-metamorphosed or very lightly metamorphosed turbidites (graywackes, siltites, pelrites) derived from deep marine sediments of the Carboniferous period (termed the Mértola Formation; Carta Geológica de Portugal, Folha 8). Orange Plainware contained almost exclusively coarse grain metamorphic rock fragments, pointing to a slate/schist parent rock source. Such metamorphic formations are found in belts beginning a few kilometers north of Mértola, in the vicinity of Corte de Gafo and Corte Pinto, and continue to the north nearly to Beja. They include the Phyllite-Quartzitic Formation, the Gafo Formation and the Pulo do Lobo Formation and consist of red and black schists, phyllites mixed with lower grade turbidites. These formations derive from the same deep marine sediments as the Mértola Formation; the difference is that they are somewhat older (Devonian) and were subjected to a higher degree of heat and pressure, resulting in higher grade metamorphism. These schists produce generally better clays than the rocks of the Mértola Formation, although the clays are still not plentiful, and not of the quality that would normally stimulate a specialized pottery industry.

Samples of clays derived from both the Mértola Formation and the Gafo Formation were collected in June 1991 and experimentally fired briquettes made from the clays. One briquette made from clay taken from a deposit just east of Corte de Gafo de Alto (deriving from the Gafo Formation) was included in the neutron activation analysis Boone, *et al.*, n. d. c.). It matched very closely with two of the Orange Plainware sherds that were analyzed, indicating that at least one of the clay sources used to produce Orange Plainwares was in that general area. Hence, at this point it seems doubtful that Orange Plainwares were manufactured at Alcaria Longa itself. Instead, they were probably produced by specialized workshops within at least 30-40 km of the settlement and traded in. It should be pointed out, however, that small pockets of red clays resembling those of the area around Corte de Gafo can be found in the vicinity of Alcaria Longa; whether these were utilized as clay sources is at present unknown.

Evidence indicates, however, that roof tiles almost certainly were manufactured on the site. A large overfired, melted mass of tile wasters was found on the surface of the site, and our petrographic comparisons of tiles manufactured in modern Alcaria Longa within the last 80 years and tiles recovered from the site also point to local manufacture.

8. OTHER ARTIFACTS

Dagger hilt

Part of a bronze and iron dagger hilt was recovered from the floor of the east end of Structure 4 (Figure 12b). The piece consists of a fragmentary iron rod covered with thick hammered bronze sheet. The bronze covering has engraved floral designs on it.

Spindles

A bronze spindle was recovered from the floor of Structure 5 (Compound 2; Figure 9b). A similar spindle was found in the midden right outside the entry-way of Compound 2 (Boone 1992).

Perforated base-metal coin

A perforated coin was recovered on the floor of the corner of the entrance-way into Compound 2 (Figure 10). The Arabic inscriptions on the coin are unfortunately illegible, but stylistically, the coin resembles silver dirhams of the Caliphal period. A small fragment of the coin was analyzed with X-ray Fluorescence at Los Alamos Laboratories, Los Alamos, New Mexico and was found to be predominantly lead (because we lacked a suitable standard to use in the analysis, we were unable to arrive at exact elemental concentrations).

A similarly perforated coin was recovered in Structure 2 during the second season of excavations (described in Boone 1992). It was an Arabic silver coin, also illegible due to the perforations, but which certainly pre-dated the Almohad period. It is worth noting that the only coin recovered in the excavation of Vascos (Izquierdo Benito 1979: 364), a Hispano-Muslim settlement located near Toledo, was similarly perforated. The Vascos coin was a copper dirham dating from between 1067 and 1094).

Lead ring

A small, conical, cast lead ring was recovered in the patio area of Compound 2. It may have

Table 1
Ceramic tallies by ware and form recovered from Trench 1 Area structures

FABRIC	Large Jars	Jarritas	Small Bowls	Potes & Casuelas	Other Jars	Basins	FABRIC	
							Total	%
Red-Br Plain		13		784	18	79	894	17,2
Buff Plain			4			222	226	4,4
Orange Plain	2607	1247	54	1			3909	75,2
Melado		1	92			74	167	3,2
Form Total	2607	1261	150	785	314	79	5196	
Form %	50,2	24,3	2,9	15,1	6,0	0,2		

been used as a spacer or grommet in some kind of compound tool (Figure 9f).

Bronze ring

A bronze harness or belt ring was recovered from Hearth 7 in Structure 2 (Figure 11b)

Spinning component

The top-piece for a distaff was recovered next to Hearth 25 in the west end of Structure 5. A distaff, sometimes called a «rock» (as it is in Portuguese: roca), is a staff about 1 meter long used to hold loosely wrapped wool or flax skeins that are to be spun into thread. The top-piece (Port. torre de roca) is carved out of caprid long-bone and is often highly decorated. Similar pieces have been recovered in excavations at the Alcacova de Mértola (Torres 1984). The piece recovered at Alcaria Longa was very poorly preserved due to acidic soil conditions.

Stone bead

A small perforated stone bead made of a pinkish opaque stone was recovered in the patio area of Compound 2 (Figure 9e). A nearly identical bead made of white stone was recovered in excavation of the Alcaçova of Mértola (Torres, *et al.*, 1989).

Table 2
Faunal Remains: Number of Identified Species (NISP)

Species	NISP
Lg Mammal Undetermined	121
Small Mammal Undetermined	22
Mammal Size Undetermined	177
Caprids (Sheep/Goat)	31
Oryctolagos sp. (rabbit)	1
Lepus sp. (hare)	1
Rodent	1
Galliformes prob.	
<i>Coturnix</i> or <i>Alectoris</i> (quail or partridge)	15

9. FAUNAL REMAINS

As noted above, preserved faunal remains were limited to hearth areas where alkaline ash deposits served as a buffer against the highly acidic lithosols. Bones that were recovered from hearths were almost without exception highly fragmentary and difficult to identify. Identifications were carried out by Katherine Fuller, of the University of New Mexico. Species identification, skeletal part, and evidence for human alteration (burning, cut marks) or rodent or carnivore gnawing were recorded for each fragment. The summarized Number of Identified Species (NISP: i.e., the number of elements that can be assigned to each species category) is presented in Table 4.

REFERENCES

- BOONE, James L. — 1992 «The First Two Seasons of Excavations at Alcaria Longa: A Caliphal-Taifal Period Settlement in the Lower Alentejo of Portugal». *Arqueologia Medieval* vol. 1, nº.1, pp. 51-6A
- BOONE, James L., J. Emlen Myers, and Michael Glasecock — n. d. a. Compositional Analysis of Melado and Clear-Glazed Redwares from Three Islamic Period Sites in the Lower Alentejo of Portugal. ms.
- BOONE, James L., J. Emlen Myers, and Michael Glasecock — n. d. b. Compositional Analysis of Orange and Buff Plainwares Recovered from Alcaria Longa. ms.
- BOONE, James L. and Elizabeth Garret — n.d.c. Clay Sources for Islamic Period Ceramics Recovered at Alcaria Longa and the Alcacova de Mértola: the Petrographic Evidence. ms.
- IZQUIERDO BENITO, R. — 1979 Excavaciones en la Ciudad Hispano-Musulmana de Vascos. (Navalmoralejo-Toledo) Campanas 1975-78. *Noticiario Arqueológico Hispanico* 7:248-392.
- RETUERCE VELASCO, M. — 1986 Ceramica islamica de la «Cidade das Rosas», Serpa, (Portugal). Segundo Coloquio Ceramica Medieval del Mediterraneo Occidental, Toledo, 1981. Pp. 85-92.

TORRES, Cláudio — 1984 Uma Velha Cultura Serrenha. In Mantas Tradicionais do Baixo Alentejo. Pp. 45-62, Caderno Nº. 1. Beja: Campo Arqueologico de Mértola.

TORRES, Cláudio et al. — 1987 Ceramica Islamica Portuguesa: Catálogo. Campo Arqueologico de Mértola.

TORRES, Cláudio et al. — 1988 Mértola Almoravide et Almohade: Catalogue. Organisation de Campo Arqueologico de Mértola et de la Municipalite de Mértola.

TORRES, Cláudio et al. — 1989 Mértola, Vila Museu. Campo Arqueologico de Mértola.

MOURA NA BAIXA IDADE MÉDIA: ELEMENTOS PARA UM ESTUDO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO *

SANTIAGO MACIAS **

INTRODUÇÃO

Moura localiza-se na margem esquerda do Guadiana, estando distanciada cerca de 4 km deste rio. O ponto mais alto da cidade, situada entre as ribeiras da Roda e de Brenhas, é ocupado pelo seu castelo, da qual constituiu o primeiro núcleo de povoamento e cujos territórios em volta domina na perfeição, em virtude da sua localização estratégica. A cota de terreno no interior da fortificação ronda os 200 metros acima do nível do mar, sendo os declives em torno da fortaleza bastante acentuados entre Norte e Sueste, atingindo-se nessas zonas cotas inferiores a 100 metros. Nos terrenos a Sul do castelo e contíguos a este desenvolver-se-ia o povoado medieval pós-reconquista.

O castelo (38° 08' 29" Latitude Norte e 07° 27' 00" Longitude Oeste) tem um comprimento máximo de 200 metros, atingindo no seu ponto mais largo os 120 metros. Este espaço geometricamente irregular corresponde, sensivelmente, a uma área com cerca de 23.000 m² (figura 1).

A fortificação dispunha de excelentes condições naturais de defesa, não só pela sua localização como também devido à presença de várias fontes de água permanentes no seu interior, as quais supriam as necessidades de abastecimento do povoado. Tal facto, pouco vulgar numa região marcada por prolongados períodos de estiagem (e com uma

média de precipitação anual que não ultrapassa os 600 mm), mereceu a referência dos escritores e cartógrafos que de Moura se ocuparam, desde Duarte Darnas, nos inícios do século XVI, até ao Conde de Lippe, nos finais do século XVIII ¹.

As primeiras ocupações da fortificação datam da Pré-História, embora seja a partir da Idade do Ferro que o castelo adquire uma importância significativa. Situado na zona limítrofe da importante área de mineração da Serra da Adiça, fez certamente parte desse conjunto de fortificações, as quais mantiveram um intenso comércio com todo o mundo mediterrânico. Esse fenómeno parece inserir-se num contexto de desenvolvimento regional ocorrido a partir da Idade do Bronze tardio e compreende locais como a Azougada, Safarejo, Ratinhos e S. Bernardo ². A presença de cerâmicas áticas em todos estes locais não deixa margem para dúvidas em relação à vitalidade económica da região, bem como ao papel de relevo que a mesma desempenhou no contexto do Sudoeste peninsular ³.

* Trabalho realizado no âmbito do seminário «Cidades medievais portuguesas» (Mestrado em História Medieval – UNL) e orientado pelo Prof^ª. Doutora Ângela Beirante

** Campo Arqueológico de Mértola. Bolseiro do INIC. Desenhos de Carlos Rico

No período romano o castelo de Moura constituiu certamente a zona palatina do povoado, cujo nome antigo se desconhece. A concentração de materiais de construção de sofisticada factura (frisos, capitéis, impostas etc.) no local aponta para a existência nesse espaço de um conjunto de construções ligadas ao aparelho do poder. A persistência da ocupação do sítio — e de uma ocupação certamente importante — entre os séculos V e VIII está perfeitamente atestada pela presença de fragmentos arquitectónicos no local. Estas peças, pertencentes a tipologias bem conhecidas em todo o Sudoeste Peninsular⁴, demonstram também a manutenção de uma intensa rede de contactos regionais ao longo de toda a Alta Idade Média.

1. Moura antes da Reconquista: topografia e arqueologia de um alcácer

O termo de Moura integrou-se entre os séculos V e XI num vasto território que dependia de Beja, o qual abrangia de Aroche (a Este) até Mértola (a Sul) e do rio Guadiana (a Oeste) até à zona onde se viria a localizar Mourão (a Norte). A manutenção, em todo o período visigótico, de laços e relações comerciais que tinham a sua raiz no mundo romano, prosseguiria muito para além do século VIII. No período islâmico, a povoação é ainda considerada por Ibn Alfaradi como «castelo da cora de Beja»⁵, afirmação que demonstra a continuação da dependência de Moura face à antiga sede do convento pacense.

A actividade comercial desta zona teve, durante esse período, particular importância no que se refere ao comércio de metais preciosos. No termo de Moura fazia-se, em plena época califal, a mineração da prata actividade que, segundo ar-Razi, era praticada no castelo de Totalica onde haveria «uma minera de mui boa prata e mui branca», a qual era explorada em segredo pelos seus habitantes⁶. Esta fortaleza localizava-se, por certo, perto das margens da

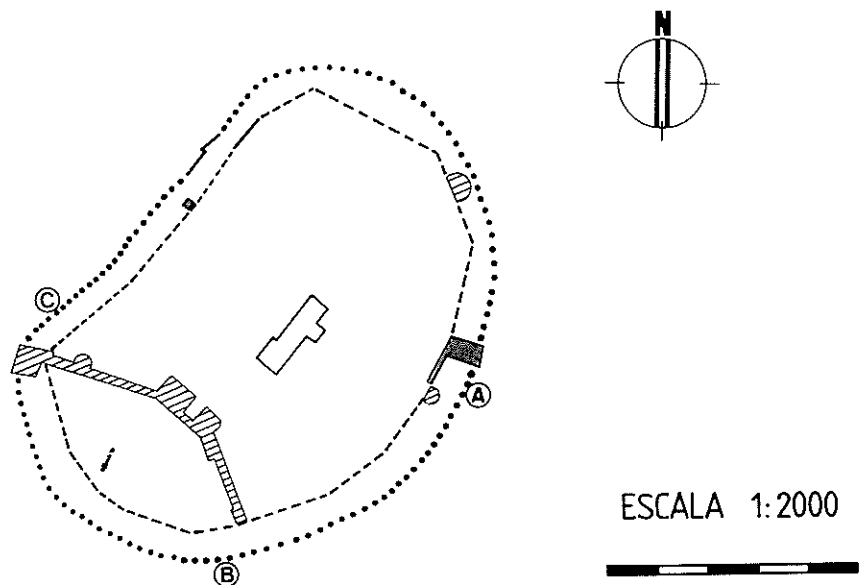


Fig. 1 - Castelo de Moura - planta esquemática das muralhas

- | | |
|----------------------|---|
| Torres Almoadas | Muralha Islâmica (proposta de reconstrução) |
| Muralha (século XVI) | Barracã (proposta de reconstrução) |
| (A) Porta Principal | (B) Porta da Alcaçova |
| | (C) Postigo Noroeste |

ribeira de Toutalga⁷, numa região onde a mineração teve particular importância no período romano⁸ e onde a metalurgia da prata era certamente praticada na Idade do Ferro no Castelo Velho de Safara⁹. A continuação deste tipo de actividades até ao final do período islâmico parece não merecer qualquer tipo de dúvida.

Moura seria, em meados do século XI, incluída na taifa dos Banu Abbad. *Abbad b. Muhammad al-Murtadid*, cujo reinado se prolongou de 1042/433H a 1069/461H, percorreria todo o ocidente peninsular, em sucessivas campanhas militares que forçam à submissão de Niebla, Huelva-Saltés, Santa Maria e Silves entre 1051/443H e 1053/445H. Testemunho do período abádida, uma epígrafe ainda hoje conservada junto a uma das fontes do castelo assinala a edificação do minarete da mesquita (cf. *infra*). Símbolo claro da apropriação do território, esta inscrição demonstra bem a soberania exercida pela dinastia sevilhana aos mais diversos níveis¹⁰.

Acompanhando um movimento generalizado de realização de obras militares que se estendeu a todo o Garbe na segunda metade do século XII, o alcácer de Moura parece ter sido sensivelmente fortificado nessa altura. É, assim, possível que às estruturas militares islâmicas que chegaram até nós possa ser atribuída uma cronologia almoada.

No entanto, as muralhas de taipa do período islâmico que circundavam toda a

acrópole seriam, com o correr do tempo, sucessivamente destruídas, tendo chegado até nós apenas algumas estruturas dispersas, localizadas no lado Noroeste da fortificação e uma torre em taipa de grandes dimensões situada a Sueste, sobre a entrada principal do castelo.

No lado Sueste permanece um pequeno troço de taipa, com 11,9 m de comprimento e 1,55 m de largura, sendo a espessura do respectivo parapeito de 0,55 m. A sua parte superior encontra-se entulhada, sendo ainda visíveis os merlões que outrora a coroavam. Junto a esse pano — e sobre a actual porta de entrada no castelo — situa-se a torre de taipa atrás referida: com 13 metros de comprimento, 7,60 m de largura na face principal e 6,70 m na posterior, apresenta um formato ligeiramente trapezoidal, o qual se deve possivelmente ao facto de ter sido adossada a uma cortina pré-existente. A tipologia desta última estrutura aponta, à partida, para uma cronologia tardia: a pintura a cal na face principal da torre, imitando grandes silhares, constitui o argumento mais importante para reforçar essa proposta (figura 2).

Dessa fortificação de época islâmica — cujo perímetro seria sensivelmente de 500 metros — pouco mais chegou até nós. Junto à muralha Norte do castelo, o anteparo ainda aí existente — dividido em dois troços, um com 14,80m, o outro com 8,10 m —, pode ter sido construído em época cristã, se bem que seja lícito supôr a existência de uma estrutura semelhante em época anterior. Junto a este pequeno troço de muralha encontram-se vestígios de uma torre em taipa (figura 3), bastante arruinada. A sua destruição terá provavelmente sido provocada pela devastação dos muros do castelo em meados do século XIX, aquando da transformação das taipas nitrificadas em salitre para fabrico de pólvora ¹¹.

A organização urbana de Moura no período islâmico é-nos, por seu turno, completamente desconhecida. As sucessivas reconstruções operadas no recinto do alcácer ao longo de 700 anos não deixaram à vista qualquer vestígio da antiga povoação e as escavações arqueológicas até hoje realizadas no local não permitem, por enquanto, avançar qualquer proposta em relação à organização viária da povoação intramuros nesse período.

O principal núcleo de povoamento deste território era, evidentemente, o próprio castelo, o qual albergaria no seu interior uma população de algumas centenas de habitantes. Em volta da fortificação localizavam-se alguns pequenos núcleos de povoamento cuja organização e importância demográfica se desconhece. Não sendo provável a existência de grandes alcarias a tão curta distância — escassas centenas de metros — do castelo, supomos que os vestígios arqueológicos surgidos na zona de Santa Clara e na Rua do Sete-e-Meio apontem para a possível existência de explorações agrícolas de pequena dimensão, em volta das quais se organizariam, no máximo, duas ou três famílias ¹².

Os vestígios materiais da ocupação islâmica no Castelo de Moura e suas redondezas cingem-se, para além da epigrafia, a alguns materiais cerâmicos dos períodos califal e taifas (séculos X-XI) e aos fragmentos de uma pequena arca em osso do período almoadá, elementos que nos permitem caracterizar em termos genéricos a ocupação de Moura e do seu território.



Fig. 2 – Torre em taipa (período almoadá)

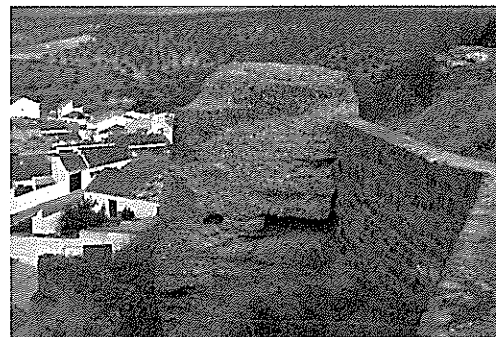


Fig. 3 – Torrão arruinado em taipa (período almoadá)

As cerâmicas encontradas na cidade, cuja cronologia não ultrapassa o século XI, revelam por seu turno — e dadas a sua proximidade tipológica com materiais provenientes de Badajoz ¹³, Cidade das Rosas (Serpa) ¹⁴, Mesas do Castelhinho (Almodôvar) ¹⁵, Alcaria Longa (Mértola) ¹⁶, Mértola ¹⁷, Silves ¹⁸ e Saltés (Huelva) ¹⁹ — a existência de uma produção regional, cujo comércio se parece cingir aos territórios do Garbe al-Andalus. Por outro lado, a presença da

luxuosa cerâmica em verde e manganés (figura 5) e de um fragmento de *corda seca* (figura 6) deixa antever contactos comerciais com regiões do Andaluz geograficamente mais afastadas, bem como a presença em Moura de uma classe social com possibilidades de proceder à aquisição de artefactos mais sofisticados.

Essas recolhas ocasionais ocorridas no perímetro urbano permitiram identificar diversas formas de cerâmica de mesa e de peças de armazenamento — uma tigela (figura 7), uma bilha (figura 8) e uma jarrinha (figura 9) — e uma pequena colecção de 8 candis (figuras 10 a 17), conjunto bem datado no contexto da arqueologia islâmica peninsular e que constituem os principais elementos de referência deste período de ocupação. A persistente presença de cerâmicas do período califal e das primeiras taifas faz crer que o castelo de Moura terá tido uma ocupação particularmente importante nessa época. Devemos, no entanto, descartar a hipótese de se ter verificado uma época de decadência económica e social após esse período. A recente descoberta de uma pequena

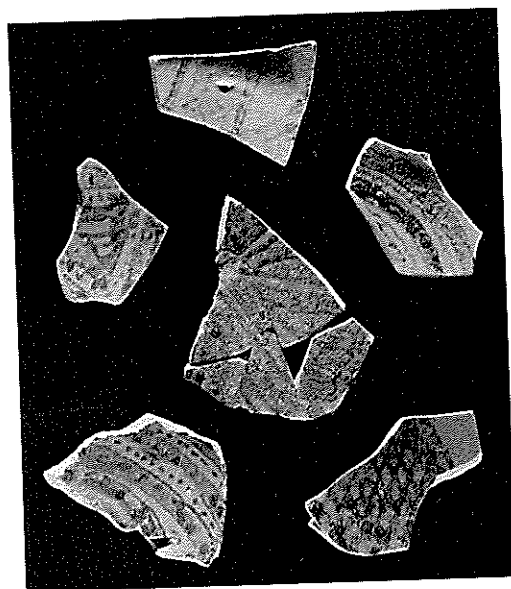


Fig. 5 - Conjunto de cerâmica em verde e manganés (séc. X/XI)

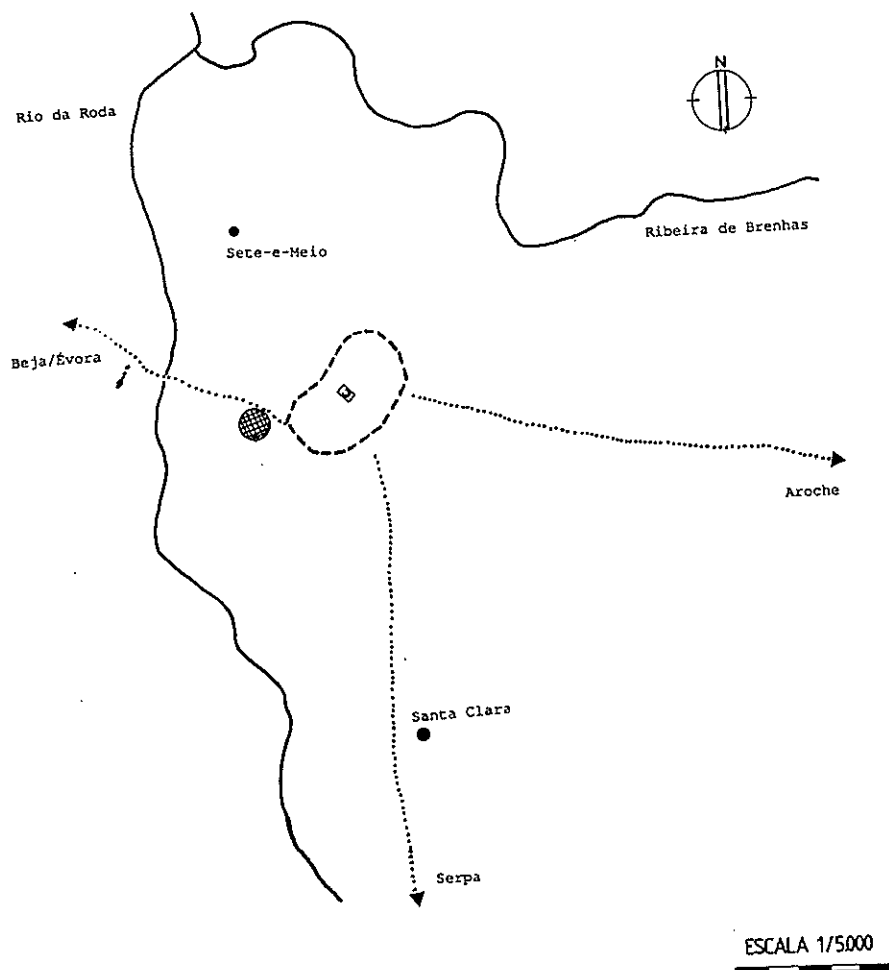


Fig. 4 - Moura no período islâmico (espaço urbano na zona intramuros)

- Muralhas
- Estações arqueológicas
- a Mesquita
- Cemitério
- Via
- ~~~~~ Cursos de água

arca coberta com finas lâminas em osso, finamente desenhadas e pintadas (figura 18), e de uma *mão de Fátima* (figura 19) deixa supôr a permanência no local de uma elite que se manteve em Moura até 1232 e cujos contactos se estendiam ao reino de Granada.

A tradição dos contactos com Granada manter-se-ia até aos finais de Quatrocentos. Para além dos testemunhos epigráficos é ainda identificável no muro Nordeste

do Convento do Castelo uma porta *muḍéjar* de nítida influência andaluza, construída possivelmente em finais do século XV ou, hipoteticamente, já no século XVI (figura 20).

A mesquita

A mesquita de Moura foi edificada ou parcialmente reconstruída em meados do século XI por *al-Muḥtadid*: a lápide ainda hoje existente no castelo refere a construção de um minarete mandado erigir por esse chefe de taifa abádida (figura 21)²⁰. Esse local de culto localizava-se, certamente, no centro da fortificação, no sítio ocupado após a Reconquista pela igreja de Santa Maria do Castelo e onde, a partir dos meados do século XVI, se instalaria o Convento de N^a Sra. da Assunção (figura 4).

As razões que podem ser aduzidas em defesa desta proposta são, sobretudo, de carácter topográfico e toponímico.

Em primeiro lugar, o facto de a actual igreja do Convento do Castelo se encontrar implantada de modo algo anómalo, escapando de forma nítida à orientação canónica Este-Oeste. Um dos seus muros principais — aquele onde se insere a capela dos supostos conquistadores da cidade — está virado a Sueste, ponto cardeal que marca a *qibla*²¹ da maior parte das mesquitas peninsulares. Mais do que uma simples coincidência, pensamos que a construção das sucessivas igrejas terá respeitado o alinhamento dos antigos muros da mesquita, cujas estruturas terão servido de alicerce a todas as edificações religiosas posteriores construídas nesse local.

Em segundo lugar, a persistência de ocupação do local com um imóvel religioso constitui uma característica comum a outras cidades do Sul peninsular. Sintomaticamente, o nome dado à igreja após a Reconquista (Santa Maria do Castelo) aparece com frequência associado a mesquitas convertidas ao cristianismo e nas quais se pretendia exorcizar o peso da religião islâmica — citem-se os casos de Badajoz²², Puerto de Santa Maria²³, Ronda²⁴, da mesquita real da Alhambra²⁵, de Almeria²⁶ e de Alcalá de Guadaira (Sevilha).

A maqbara

Moura contava ainda com uma *maqbara*²⁷, localizada fora do povoado e da qual se encontraram há alguns anos vestígios importantes (figura 4). Nas suas imediações têm sido recolhidas, sem qualquer contexto arqueológico, diversas epígrafes, as quais estão conservadas no Museu Municipal de Moura (M.M.M.) — figuras 22, 23 e 24²⁸.

A lápide mais antiga desse cemitério, embora não tenha sido possível proceder à sua leitura, data dos finais do século XI²⁹.

Pode ler-se numa outra «Não há vencedor senão Deus e não há força e não há poder senão em Deus»³⁰, lema utilizado pela dinastia *nasri* e que foi usado pela primeira vez após o regresso de *Ibn Ahmar* a Granada, a seguir à rendição de Sevilha (1248). Um estudo recente propõe os finais do século XIII ou, inclusivamente, os inícios do século XIV como datação para esta lápide³¹.

Finalmente, uma terceira inscrição proveniente do local pertence já à segunda metade do século XIV e foi lavrada em 1368/769 H, atestando a persistência do povoamento mourisco em Moura³². A epígrafe assinala o falecimento de *Abu al-Walid*

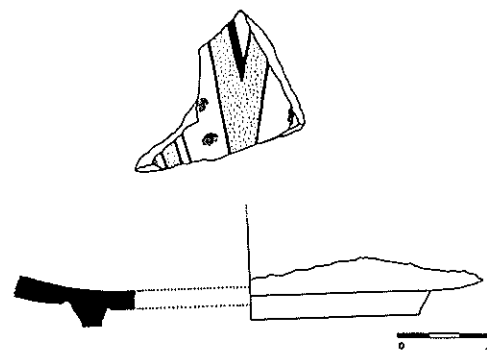


Fig. 6 – Fragmento de *corda seca* (séc. XI)

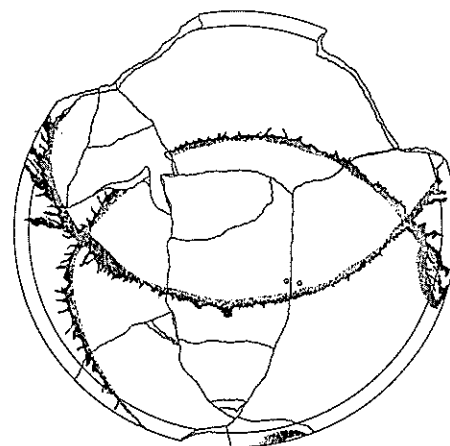


Fig. 7 – Tigela (séc. X/XI)

Isma'īl b. Abi Abd Allah al-Ansārī, nome cuja *nisba*, presente também em Mértola e Almeria, deixa supôr uma origem nobre³³.

Refira-se também que o exercício da escrita e a encomenda de lápides (em árabe) pressunha, certamente, a existência de uma elite económica e cultural, cuja manutenção como comunidade autónoma ultrapassa o que é comum reconhecer-se.

2. A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO (séculos XIII-XV)

2.1. A vila e a fortificação

Moura atravessou entre a reconquista e a sua integração plena na coroa portuguesa, ocorrida nos finais do século XIII, um período conturbado de disputas, cujas consequências se estenderiam, no caso do território fronteiriço da Contenda (importante zona pecuária) até aos finais do século XIX³⁴. Numa interpretação histórico-geográfica, surgida há alguns anos, sugeria-se que a polémica em torno da definição das fronteiras era o resultado da polarização de importantes centros regionais como Beja e Sevilha, cujos efeitos se faziam sentir de forma particular na zona de separação dos dois territórios, o corredor da *sierra* (Aroche, Cortegana, Almonaster e Arcena) e a área de Moura³⁵.

Desas disputas constituem expressivo testemunho os numerosos documentos assinados nos quais se confirmavam e voltavam a confirmar as linhas de demarcação e se procurava delimitar um território.

Moura (e Serpa) parecem sentir de forma bem vincada a necessidade de protecção a quaisquer ameaças externas, o que faz com que em 1320, no reinado de D. Dinis, tenham início obras de grande importância nos respectivos castelos³⁶. Esses trabalhos terão reforçado de forma sensível o anterior amuralhamento do período islâmico.

No castelo de Moura o único vestígio aparente deste campanha construtiva parece ser um pequeno troço de muralha em pedra, reforçada por uma estreita fiada de silhares (0,70 m. de largura), e que mede na totalidade 13,80 m.

A realização destas obras é justificada tanto pela necessidade de defender os «alcaceres» dos castelos de Moura e Serpa como pelo facto de ser necessário dar apoio logístico ao castelo de Noudar³⁷, fortificação localizada junto à linha de separação entre os reinos de Portugal e Castela.

Noudar estava «em mayor fronteyra e mais chegado a comarca do senhorio de Castella»³⁸ e era um importante ponto de passagem dos gados vindos da Meseta, os quais se tomavam depois o caminho de Moura³⁹, rumando presumivelmente de seguida aos Campos de Ourique.

Essa fortaleza constituia ainda ponto de passagem de comerciantes, os quais tomavam depois o caminho de Moura. Aqui localizava-se a alfândega, devendo aqueles que tivessem pago portagem em Noudar fazer disso prova, mediante a apresentação da respectiva certidão⁴⁰.

As grandes campanhas de obras nas muralhas do castelo teriam apenas lugar dois séculos mais tarde, numa altura em que D. Manuel contrata diversos arquitectos para proceder a importantes alterações no perímetro fortificado.

Não se pode, no entanto, excluir de forma liminar a hipótese de ter sido construído um muro separador entre a alcáçova e a restante vila intra-muros no período dionísio. Essa muralha, a ter existido, terá sido substituída pela construção manuelina de finais de Quatrocentos.

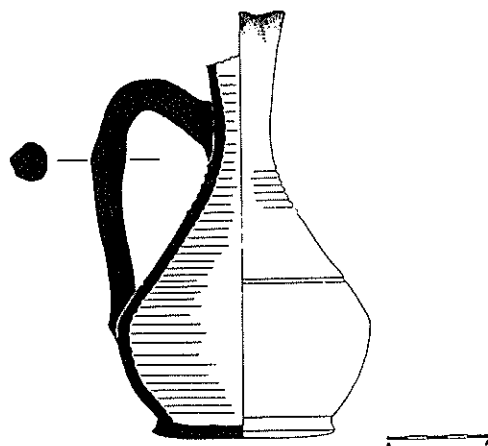
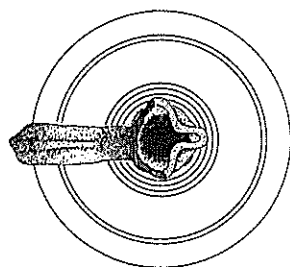


Fig. 8 - Bilha (séc. X/XI)

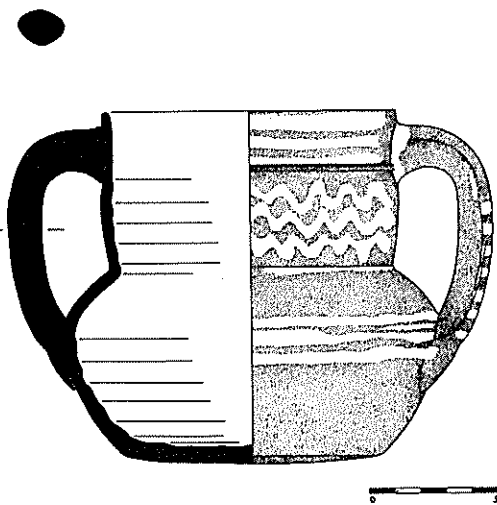


Fig. 9 - Jarrinha (séc. X/XI)

Verifica-se ainda que, mesmo após a Reconquista, continuam a existir laços bastante fortes entre a comunidade mourisca de Moura e o reino de Granada.

O «refazimento» do alcacer do Castelo de Moura, que fica por datar com total certeza, teve como consequência a passagem de um espaço unitário no interior da fortificação para duas zonas perfeitamente delimitadas. Tal como noutras fortificações similares (Serpa e Castro da Cola, por exemplo), a passagem de um tipo de fortificação a outro marca, de forma evidente, a transição de um modelo de sociedade a outro.

Durante o período islâmico, e de acordo com a tese avançada por Pierre Guichard, o poder do representante do poder central era fortemente limitado pela organização comunitária local. Cada comunidade exercia de forma autónoma, e em conjunto, a autoridade tanto sobre o território como sobre o castelo. Isso explica, em parte o carácter unitário da organização do espaço amuralhado destes locais. Isso explica, também, as alterações físicas que muitas dessas fortificações (entre as quais incluímos a de Moura) sofreram após a Reconquista.

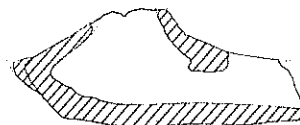
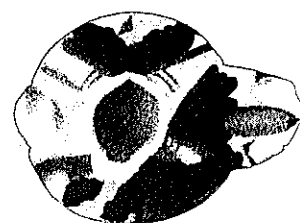
As antigas estruturas habitacionais «pré-senhoriais» pouco teriam a ver com o sistema feudal imposto no período pós-Reconquista pelos cavaleiros cristãos. O processo de feudalização que, principalmente ao longo do século XV, o termo de Moura sofreu tornou mais sensível a necessidade de proceder a alterações físicas substanciais no próprio castelo, símbolo da autoridade do alcaide e do próprio rei. Culminando um longo processo de evolução económica e social verificada no termo de Moura, a organização dos espaços da fortificação é completamente alterada nesta época, à semelhança do que no mesmo período sucederia em fortificações levantinas — cf. o caso do albacar de Perpunchent ⁴¹.

O espaço intramuros ficou, a partir dessa altura, dividido em duas áreas diferenciadas: uma, de maiores dimensões, com cerca de 150 por 120 metros; outra, mais pequena (a alcáçova), com 100 por 50.

Por um lado, a nova alcáçova feudal, habitada pelos senhores da vila e pela sua guarnição e que corresponde a uma forma de apreender o espaço que nada tinha a ver com a organização social pré-existente: os seus muros separavam-na do restante povoado intra-muros e faziam dela uma célula perfeitamente autónoma, abastecida por um poço próprio ⁴² e com uma porta que abria directamente ao exterior. Do outro lado do muro, e ocupando mais de 3/4 do espaço amuralhado, ficava a vila intra-muros, ainda parcialmente habitada em meados deste século.

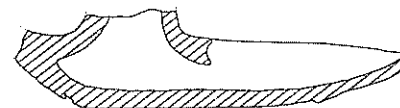
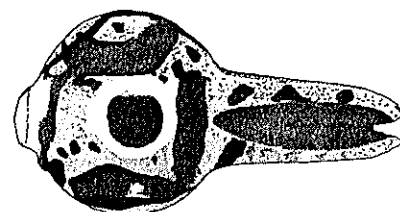
Da fortificação islâmica ficaria apenas na tradição oral o topónimo «salúquia», o qual parece designar uma zona residencial ou o alojamento para uma guarnição ⁴³. A radical mudança operada na fortificação reflecte, a um nível mais profundo, a passagem de um tipo de formação social a outro. Embora tendo em conta naturais precauções na adaptação de um modelo explicativo até agora apenas testado para as zonas levantinas da Península Ibérica há semelhanças em todo o processo de reconstrução do alcacer de Moura que não podem ser escamoteadas.

Uma grossa muralha em alvenaria, dividida em três secções, separa estas duas zonas. A primeira, no sentido Oeste-Noroeste/Este-Sudeste, tem um torreão no seu extremo setentrional ⁴⁴ e mede 48,80 m., distribuídos da seguinte forma: 14,45 m. até à torre semicircular adossada à face exterior do muro da alcáçova; 6,10 m. registados



0 5 cm

Fig. 10 – Candil (corda seca parcial) – Castelo de Moura (século XI)



0 5 cm

Fig. 11 – Candil (corda seca parcial) Castelo de Moura (século XI)

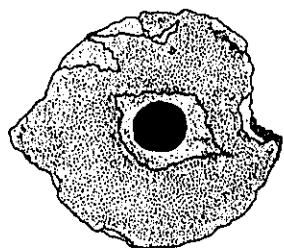


Fig. 12 - Candil (séc. X/XI)

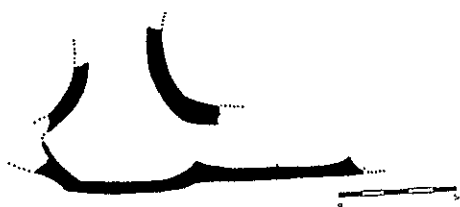
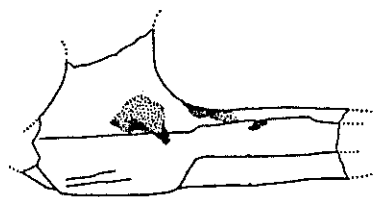
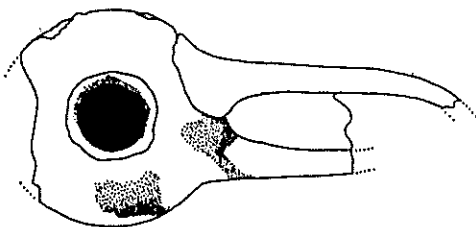


Fig. 13 - Candil (séc. X/XI)

na face posterior desta torre e 28,25 m. no troço restante até à torre de menagem. Um segundo troço — orientado a Noroeste/Sudeste — mede 25,53 m. e é constituído pela própria torre de menagem (13,80 m. na face exterior), pela estrutura de entrada na alcáçova (4,74 m.) e por uma segunda torre (6,98 m. na face exterior) mais baixa, que flanqueia a Sudeste essa mesma entrada. Finalmente, um terceiro troço mede 38,30 m., dos quais 33,30 m. correspondem ao pano de muralha, orientado sensivelmente no sentido Norte/Sul, pertencendo os 5,00 m. finais ao torreão que remata esta cortina (**figura 1**).

A largura deste pano de muralha (e exceptuando os locais onde estão implantadas as diversas torres) é de 2,80 m., dos quais 0,50 m. correspondem ao respectivo para-peito.

Embora toda esta enorme estrutura — em particular a torre de menagem — tenha até agora sido classificada como obra de D. Dinis, parece mais consentânea a sua atribuição aos finais do século XV e em cuja conclusão terá participado Francisco de Arruda 45. Apontam nesse sentido o carácter tardio dos capitéis vegetalistas do interior da torre de menagem, bem como as jambas e o lintel chanfrados das respectivas portas de acesso (**figura 25**), tipologicamente idênticas às do Convento do Castelo, construído em meados do século XVI.

Por outro lado ainda, não só não há quaisquer referências documentais à torre de menagem antes do século XVI como parecem datar deste período as obras do paço do alcaide (que aparece representado no desenho de Duarte Darmas) e cuja contemporaneidade em relação à muralha da alcáçova parece bastante provável.

Para além da grande cortina da alcáçova (**figura 26**), dois outros torreões são ainda identificáveis: os de Salúquia (**figura 27**) e do Relógio, de planta semicircular e construídos em alvenaria. Embora estas obras tenham até agora sido classificadas a sua edificação poderá também datar da campanha de Francisco de Arruda 46.

Uma nova rede viária do espaço intramuros é nessa altura definida. A estrutura das ruas do castelo manter-se-ia inalterada até aos anos 50 deste século, altura em que conservavam ainda os respectivos nomes (da Torre, do Relógio, do Arco do Castelo, do Trem etc.). Três vias ocuparam até então a zona sul do castelo, entre o convento e as muralhas. Uma quarta circundava o perímetro do convento a Norte e a Este (**figura 28**). Outras ruas existentes no espaço amuralhado, em torno da Igreja de Santa Maria, desapareceriam em meados do século XVI para dar lugar à construção do Convento de Nossa Senhora da Assunção. Esse tarefa pode, porém, ter sido facilitada por um relativo abandono da acrópole em favor dos arrabaldes. A quantificação e cronologia deste abandono (infelizmente impossíveis) facilitaria o estudo da mudança de populações dentro do povoado e as zonas da vila que foram sendo sucessivamente ocupadas, bem como as áreas do castelo que em primeiro lugar se abandonaram.

Toda o castelo conheceu, logo desde o início do século XIV um certo abandono, conforme deixa pressupôr o documento outorgado em 1361 por D. Pedro I. O monarca confere, nessa altura, privilégios especiais aos habitantes da cerca, no sentido de evitar a saída da população para os arrabaldes:

- 1) Os que aí morassem de forma permanente seriam escusados de ir prestar serviço no Algarve
- 2) Um dos moradores da cerca seria juiz em simultâneo com um da vila
- 3) A feira passaria a ter lugar dentro do castelo
- 4) Os moradores da cerca seriam isentos da obrigação de dar pousada ⁴⁷.

Um certo despovoamento parece ter-se estendido a toda a cidade nessa altura. Um documento de 1331 menciona a existência de casas abandonadas tanto no castelo como no arrabalde. Propunha-se inclusivamente que, caso a situação se mantivesse, fossem entregues a sesmeiros ⁴⁸. A terapia parece ter resultado, pelo menos de forma parcial. É isso o que se infere da leitura de documentos da centúria seguinte, omissos em relação à existência de casas abandonadas e que mencionam a presença no castelo de vários moradores, os quais pertenciam, nalguns casos, a uma classe de lavradores relativamente abastados: é esse o caso de André Vaz, escudeiro e agricultor, que morava na cerca de Moura. Deixa uma parte da sua casa para que nela «viva sempre hua pessoa pobre e de graça por amor de Deus» ⁴⁹.

Por seu turno as confrontações constantes num documento mais tardio, datado de 1438, e no qual se mencionam vários moradores — Gil Lourenço e sua mulher, Fernão Pires e Vasco Martins Ruivo ⁵⁰ —, não referem casas abandonadas, confrontando as habitações com outros prédios habitados no interior da cerca, o que dá justamente uma ideia de continuação da zona como espaço habitacional e não o contrário ⁵¹.

A tendência, provavelmente involuntária, de transformar o castelo num espaço eminentemente castrense não cessaria contudo.

No final da Idade Média o castelo passa a ter, cada vez mais, marcadas funções militares e políticas, atestada pela presença no local do senhor da vila que aí tem a sua casa, os «apousentamentos sobradados» a que alude o desenho de Duarte Darnas (figura 29).

2.2. Os arrabaldes

Logo a seguir à reconquista, Moura começa a estender-se para fora das muralhas, em duas direcções diferenciadas e em dois momentos diferentes.

Os dois arrabaldes de Moura parecem ter uma cronologia ligeiramente distinta: aparentemente, a cidade começa por ter apenas um arrabalde, a Mouraria (figura 30), embora o bairro que se forma em torno da igreja de São João não tenha tardado muito a aparecer. A constituição deste bairro, que albergaria no seu interior algumas centenas de habitantes, resultou da expulsão da população mourisca do perímetro amuralhado e da sua reinstalação num terreno a Sudoeste do castelo, contíguo à *maqbara* da cidade. Parte da população de Moura concentra-se então nas diversas ruas, travessas e largos da Mouraria, em vias cujo nome antigo permaneceu na documentação (como as ruas de Aly Pinto ou do Cabo da Mouraria, por exemplo) mas cuja memória se perdeu, impossibilitando a sua identificação física. A dimensão da Mouraria, com uma área muito próxima do espaço intra-muros, deixa antever a

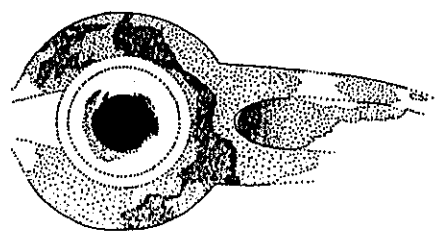


Fig. 14 – Candil (séc. X/XI)

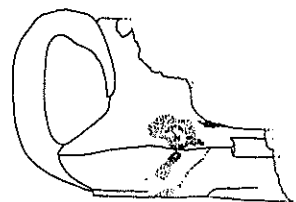
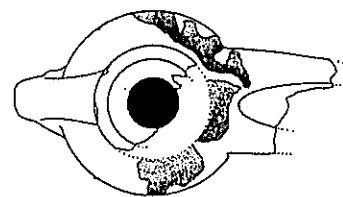


Fig. 15 – Candil (séc. X/XI)

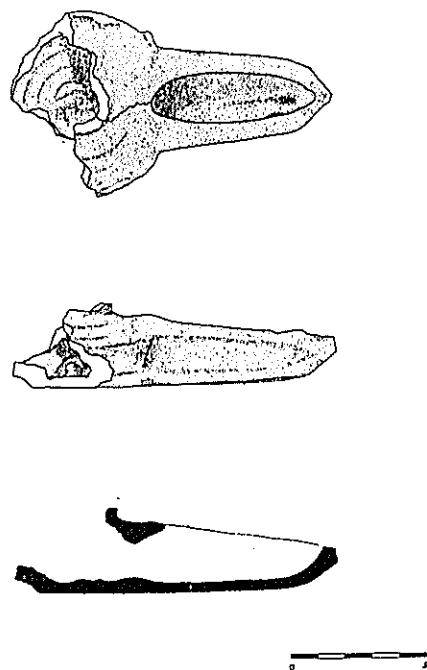


Fig. 16 – Candil (séc. X/XI)

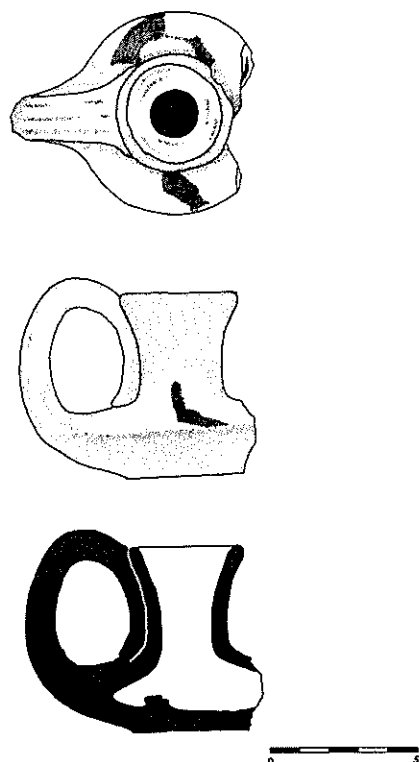


Fig. 17 – Candil (séc. X/XI)

permanência em Moura da maior parte da população mourisca, a qual terá mesmo, e a avaliar pela extensão do bairro em meados do século XVII⁵², crescido ao longo de toda a Baixa Idade Média.

Os mouros da cidade não habitavam, no entanto, exclusivamente a Mouraria. O concelho chega a queixar-se ao rei da invasão de que outras zonas da cidade eram alvo. A decisão do rei é bastante interessante, por dar ideia de uma relativa tolerância ainda então praticada com os mouriscos. Ou seja, os mouros da cidade eram forçados a viver na Mouraria caso aí existissem casas vagas. Não se verificando essa condição poderiam habitar outros locais da cidade.

«Outrosim dizedes que nessa villa ha Moiraria apartada e que alguns moiros vem morar antre vos. Sobre isto tenho por bem e mando que se tantas casas ha na dita moiraria que morem em ellas e façede-os em ellas morar e doutra guisa mando que os nom constrajades»⁵³

Das uma casas da Mouraria temos apenas uma descrição tardia, de meados do século XVI, a qual aponta para a existência de uma habitação de razoáveis dimensões — cerca de 77 m² -, composta por uma casa dianteira (6 varas por 2,5 — 16,5 m²⁵⁴), duas câmaras (medindo uma 4,5 varas por 2,5 — 13,6 m² — e a outra 3 varas por 2,5 — 9 m²) e um quintal com 8 varas por 4 (38 m²)⁵⁵:

«tres cassas da porta adentro e huum quyntall (...) e a cassa dianteira ha de llonguo da rua tem de comprido seys varas e tem de larguo duas varas e meea e hua camara tem quatro varas e meea de llomguo e de larguo tem duas varas e meea e a outra camara tem de llomguo tres varas e de llarguo duas he meea e o quyntall tem de llomguo oyto varas e de larguo tem quatro varas de vara marcada de medir pano de cimquo palmos a vara»⁵⁶

Esse esquema organizativo é ainda hoje identificável em muitas estruturas habitacionais do Centro Histórico de Moura (figura 31).

As casas eram abastecidas de água por um poço, o qual se situava no quintal ou, noutros casos, dentro das próprias habitações (figura 32), não sendo raros os casos de aproveitamento de um mesmo poço por vários vizinhos.

A organização do habitat, tal como nos surge descrito nessa documentação — e de acordo com vestígios arquitectónicos ainda presentes em muitas delas — nada tem a ver com a tradição urbana mediterrânica de casas organizadas em torno de um pátio central. A lenta mas inexorável assimilação destas populações levou à alteração dos seus hábitos ancestrais e a uma progressiva adaptação dos conversos a formas arquitectónicas importadas do Norte e estranhas ao mundo meridional⁵⁷.

Da ocupação mais antiga da Mouraria chegaram até nós apenas ténues vestígios dispersos. Os elementos da presença dessa população é apenas residual, estando presente no traçado das ruas ou no bocal de poço, manufacturado no século XIV e ainda hoje existente no Largo da Mouraria (figura 33). O bairro, certamente bastante

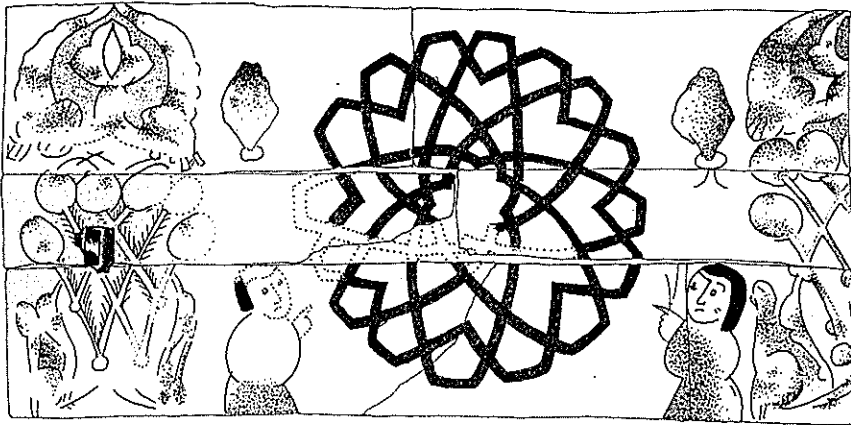


Fig. 18 – Fragmento de pequena arca em osso, manufacturada num atelier granadino. Peça rara no contexto da história do período islâmico do Garbe, prova a manutenção de uma elite no alcacer de Moura até à reconquista da cidade, ocorrida em 1232.

A peça é marcada pela presença central de uma rosácea de laçaria ladeada por duas figuras humanas. Os antropomorfos são representados em duas dimensões, sem qualquer modelação de luz e sombra, e de forma esquemática: os olhos são dois pequenos círculos, cuja direcção em que olham é dada pela posição relativa da íris face às sobrancelhas. A boca é simbolizada por um único e fino traço.

Nos extremos da composição dois conjuntos de longos e flexíveis caules rematados por formas globulares combinam-se, em registos sobrepostos, com flores de lótus envolvidas por palmetas digitadas.

Embora existam peças com rosáceas semelhantes às de Moura datadas nos séculos XIII e XIV (Santa Maria de Huerta, Victoria and Albert Museum, Catedral de Zamora, Burgo de Osma e Colecção Lázaro Galdeano), a reconquista de Moura – ocorrida em 1232 e a proximidade tipológica dos antropomorfos desta arca com semelhantes figuras da cerâmica esgrafitada de Murcia parecem fazer coincidir o fabrico da arca com os finais do século XII ou os inícios do século XIII.

modificado após a expulsão dos mouriscos, ocorrida no final de Quatrocentos, não reflecte na planimetria das casas qualquer indício dos seus antigos ocupantes.

O povoado expande-se também para os terrenos a Leste do castelo. Um novo bairro começa desde cedo a tomar forma nessa zona, organizando-se os espaços habitacionais junto à igreja de São João Baptista. A via dorsal desta zona era constituída pela Rua de Arouche, a qual foi erguida ao longo da estrada que ligava Moura aquela localidade espanhola. Nas imediações dessa via se foi construindo a malha urbana medieval da cidade: as ruas do Espírito Santo, Capinha Rota e Longa organizam-se paralelamente a essa importante via, sendo referidas em toda a documentação escrita medieval como importantes zonas habitacionais.

Esta zona, geograficamente afastada do primeiro bairro extra-muros (o da Mouraria), é designada num documento de 1427 como «arrabalde novo»⁵⁸ (figura 30). Nessa primeira referência são citadas duas covas de ter pão (as quais são doadas ao Convento do Carmo de Moura), sem qualquer dado sobre a sua localização precisa⁵⁹.

Saliente-se que as ruas de Moura mantêm, ainda hoje, a toponímia medieval. Constituem excepção as ruas das Tendras (que tem actualmente o nome de Conselheiro Augusto de Castro) e Longa (que tomou, já neste século, a denominação de Santana e Costa). A rede viária da Mouraria, por seu turno, perdeu há várias centúrias os antigos nomes em favor de uma classificação ordinal (Primeira, Segunda e Terceira Ruas da Mouraria).

Uma cartografia precisa das áreas ocupadas e a distribuição social dessa ocupação não é, infelizmente, possível dado o carácter disperso e lacunar da documentação. Embora não seja possível a apresentação de dados estatísticos sobre as zonas habitadas por diferentes classes sociais⁶⁰, verifica-se, a avaliar pelo fundo de testamentos do Convento do Carmo de Moura, que os proprietários de terras residem normalmente nas Ruas Longa e de Arouche e, mais raramente, na Praça (cf. *infra*).

O crescimento do aglomerado urbano foi, em todo o caso, bastante sensível. Em 1527 Moura era, com os seus 876 fogos da cerca e arrabaldes (o equivalente a perto de 3000 habitantes) um dos principais povoados do Sul de Portugal⁶¹.

É, no entanto, possível organizar cronologicamente os dados disponíveis, os quais nos dão apenas uma pálida imagem sobre este aspecto da cidade no período a que nos reportamos.

Os únicos dados sobre casas, com referência expressa à medida das mesmas, datam já do

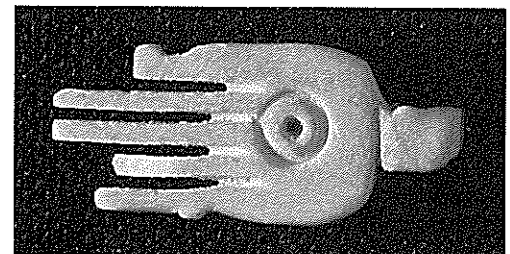


Fig. 19 – Mão de Fátima em osso (período almoadá)

século XVI e pertencem ao Tombo das Capelas do Convento do Carmo:

«huua cassa grande diamteira que tem dezoto couados em comprido he homze em llarguo com sua chimine



Fig. 20 – Porta mudéjar (Convento do Castelo)

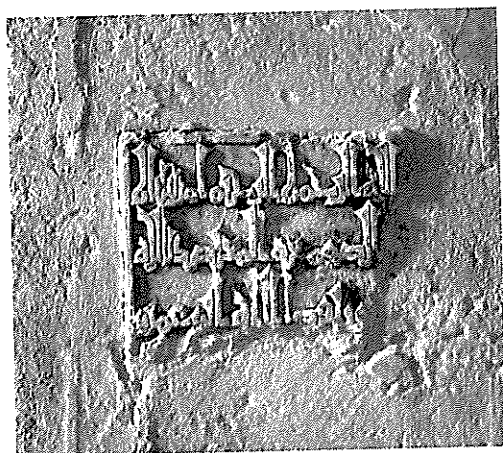


Fig. 21 – Lápide comemorativa da construção do minarete da mesquita de Moura

e duas camaras sobradadas e duas terreas e mais os sootãos das camaras sobradadas e huua estrebaria de vimte e huum couados de llomguo e sete e meo de llarguo e huum quyntall com seu poço d' agoa e com huua laramjeira e huum limoeiro»⁶²

A área da casa dianteira e da estrebaria ultrapassavam, em conjunto, os 174 m². A casa tinha ao longo da rua 14 varas de comprido e pela travessa da praça 15 varas, por detrás 14 varas e entestando com a casa de Rui Fernandes de Sequeira 15 varas⁶³, medidas que correspondem a uma casa de grandes dimensões — 254,1 m² — e que pertencia a um rico cavaleiro da cidade.

Junto a esta casa situava-se uma outra, pertencente à mesma capela e aforada a Rui Fernandes de Sequeira por 300 réis anuais. Desta habitação temos apenas as medidas exteriores — 15 varas por 4 (72,6 m²) — e a listagem das casas com as quais confrontava.

Havia, ainda na mesma zona, uma estrebaria, a qual media 11 varas por 4 (48 m²) e pagava de foro ao ano 54 reais, assim como uma adega que media 9 varas por 4 (43 m²)⁶⁴.

Todos estes imóveis se situavam perto da cadeia de Moura, numa zona onde as confrontações de propriedades referem as casas de dois cristãos novos: Fernam de Vargas e Lourenço d'Azeede. Se tivermos em conta a existência de uma comuna judaica em Moura⁶⁵ e a probabilidade de a mesma se encontrar confinada a um espaço mais ou menos limitado, a presença das habitações destes cristãos novos poderá deixar supôr uma certa concentração de habitações dos membros desta minoria nesta zona de Moura (figura 34)⁶⁶.

Os dados referentes ao *habitat* anteriores a esta data são escassos e insuficientes para termos uma ideia, ainda que imprecisa, em relação a tópicos fundamentais como preços de terrenos, dimensões das casas ou tipologias construtivas⁶⁷. Do mesmo modo, e se excluirmos as informações referentes à localização espacial da mouraria e judiaria, não é possível avançar com uma análise bem fundamentada sobre a distribuição social das zonas habitadas. Vejamos os únicos dados disponíveis, ordenados cronologicamente:

Em 1413, foram aforadas umas casas em Moura, propriedade régia, a Pero Afonso e a seus descendentes para todo o sempre pelo foro de 50 soldos da moeda antiga⁶⁸.

Por seu turno, o testamento de André Vaz, redigido em 1428, determina que a cavaleira da sua casa, localizada no castelo, seja apartada do resto da casa para aí morar um pobre para sempre⁶⁹.

Em 1458 são doadas casas em Moura, no arrabalde, a Estevão Anes e Gomes Anes. As casas — «deusadas todas çarradamente com seu quyntall» — são doadas a estes irmãos, mercadores, pela sua mãe, Maria Rodrigues, por uma dívida que para com eles tinha (9000 reais brancos a Gomes e 8000 reais brancos a Estevão), a qual fora contraída após a morte de seu marido João Rodrigues, também mercador⁷⁰.

Um outro texto refere o preço de venda de umas casas na praça, em 1491, o qual era de 7000 reais brancos de 6 ceitis o real⁷¹.

Finalmente, em 1494 é mencionada a casa de Martim Lourenço Tenreiro na Rua Longa:

«casa toda dijanteira e ho çillejro com seu quinhã de estrebarja»⁷².

Os terrenos circundantes do Castelo de Moura estavam, porém, longe de estar totalmente ocupados por construções. Os espaços a Norte do castelo, zona onde viria a ser edificado o Convento do Carmo, tinham vastas áreas não edificadas, ocupadas por hortas e currais: um documento do convento refere expressamente a *«augua que saya da pipa e vinha do alcaçar do castello da dicta villa e hia regar os curraes d' arredor»⁷³.*

A única referência conhecida a uma urbanização não diz respeito a Moura, mas sim à aldeia da Póvoa, o que pode também indiciar um crescimento bem marcado daquela povoação nos finais do século XV. É provável que o afluxo de gente vinda de outras zonas do país tenha aumentado nessa época, levando os frades do Convento do Carmo a repartir uma vinha que lhes tinha sido legada em doze chãos, os quais foram aforados para casas de morada por 100 reais cada um⁷⁴.

2.3. Espaços religiosos e necrópoles urbanas

Moura teve, após a reconquista, quatro igrejas: as duas mais antigas eram as de Santa Maria do Castelo, implantada sobre a antiga mesquita sacralizada e a de São João Baptista, local de culto que remontaria provavelmente ao período paleocristão⁷⁵. Numa fase posterior seriam construídas as igrejas do Espírito Santo, que funcionava como hospital, e a do Carmo.

Esta última era, na sua versão inicial, um edifício integrável na tipologia do gótico alentejano. Um dos desenhos de Duarte Darmas permite-nos reconhecer um imóvel de volumetria maciça, com três contrafortes cilíndricos rematados por pináculos. O portal, de recorte gótico, era encimado por uma rosácea. A igreja, de três naves, com a central sobre-elevada e duas laterais mais baixas, tinha a iluminação interior assegurada por um clerestório (figura 35).

A vila medieval contava, para além das zonas de culto, com três cemitérios: um mourisco e dois cristãos, situados estes últimos junto ao Convento do Carmo e em torno da Igreja de São João (este último em uso muito para além do fim do período medieval).

O mais importante cemitério cristão (figura 34), localizado junto à principal porta de entrada do castelo manteve durante longos séculos uma tradição de utilização para diferentes finalidades: era nesse local que tinha lugar a feira anual de Moura e o local constituiria, pela sua privilegiada posição, ponto de encontro da população.

Sabe-se ainda que se praticavam inumações no Convento do Carmo: em 1428, André Vaz pedia para ser sepultado na Capela de São Pedro, e que tivesse lápide com «letras caudas»⁷⁶.

A necrópole mourisca, por seu turno, localizava-se na zona da actual Rua do Sequeiro (cf. *supra*) e, embora a última lápide conhecida date de 1368, é muito provável

que este espaço funerário tenha estado em uso certamente até à conversão forçada dessa minoria étnica, ocorrida em finais do século XV.

Os locais de culto das minorias étnico-religiosas, caso tenham existido, são-nos desconhecidos.

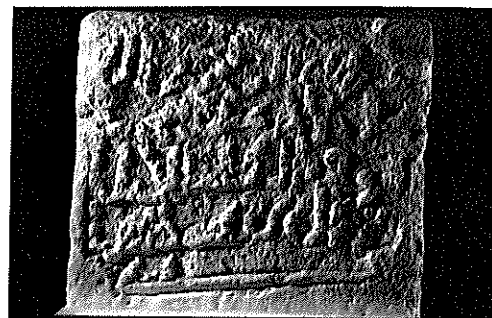


Fig. 22 – Lápide funerária – século XI (?). Inscrição ilegível

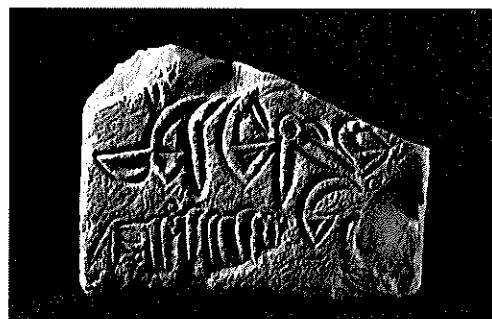


Fig. 23 – Lápide funerária – séc. XIII/XIV. «Não há vencedor senão Deus e não há força e não há poder senão em Deus»

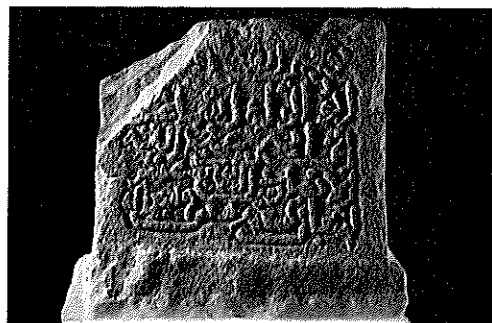


Fig. 24 – Lápide funerária – século XIV. «Morreu [...] Abu al-Walid Isma' il b. Abi Abd Allah al-Ans'ri em dezassete de Saf'an de setecentos e sessenta e nove»

2.4. Espaço periurbano

As duas ribeiras que circundam Moura (as de Brenhas e Lavadeiras) têm junto a si uma estreita mas fértil faixa de terreno, utilizada como local privilegiado para abastecimento do povoado, pelo menos a partir do período islâmico. Terreno ponteadado de hortas, com abundantes árvores de fruto, constituía um ponto fundamental para a subsistência de Moura e manteve uma inegável importância económica na vida da cidade. A persistência desta tradição manteve-se ao longo dos séculos e é particularmente notória em toda a Baixa Idade Média.

As zonas mais apetecidas deste espaço eram as que se localizavam para lá do ponto de confluência das ribeiras da Roda e do Brenhas, assim como toda a fértil veiga junto ao Ardila. Esta última, composta por terras de calcários lacustres pulvurentos, que dão solos fundos e

fáceis de trabalhar⁷⁷, constituiu um território particularmente visado, tendo sido alvo de investidas sucessivas por parte de diferentes interesses (figura 36).

O primeiro documento que refere a várzea do Ardila data de 1285 e menciona como posse régia a «mha herdade que chamam de Moura a qual foy de Salamam». Anos mais tarde, e em simultâneo com a inclusão de Moura em Portugal, D. Dinis adquiriria a maior parte dessa várzea a D. Maria Garcia (moradora em Sevilha) por 9000 maravedis de moeda branca⁷⁸. Para além de um extenso terreno, o rei ficou ainda na posse das azenhas de Porto Mourão e da Abóbada. Todo o vasto território mencionado na documentação permaneceria na posse da Coroa ao longo da Baixa Idade Média, constituindo o principal bem fundiário do rei no termo de Moura.

Em 1404 D. João deu de foro a azenha da Abóbada a Estevão Martins e Catelina Vicente e a outra pessoa que eles nomeassem por 12 libras de moeda antiga em cada ano⁷⁹. Esse aforamento seria confirmado em 1418 nas seguintes condições: pela azenha ~~teja~~ que pagar, ele e os seus sucessores, 12 libras de boa moeda em cada ano. O foreiro era obrigado a proceder à manutenção da azenha (casa e açude). A referência expressa ao derrubamento da azenha por «enchimento d' água» deixa perceber que esta eventualidade podia ocorrer com alguma frequência.

Os mouros, que da posição de proprietários passaram à de locatários, começaram por pagar um quarto da produção de foro, tendo D. Afonso III subido esse valor para a metade do que ali se produzia, valor que D. Dinis baixa para aquilo que de início se pagava⁸⁰. O monarca depressa se arrependeria, no entanto, da decisão tomada. Anos mais tarde encontramos já os locatários a pagar exacções mais pesadas: segundo um documento de 1312:

«aforo pera todo senpre a Çoleima alfaqui⁸¹ dos mouros e a Maffomede filho de Braffome d' Arouchi e a Braffome (aluaze?) e a Maffomade filho d' Aly Pinto e a Maffomade seu jrmão e a

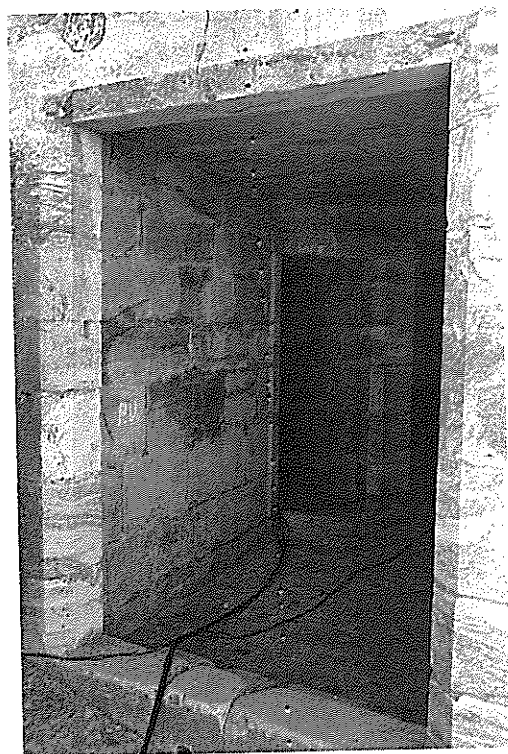


Fig. 25 – Porta da Torre de Menagem (século XVI)

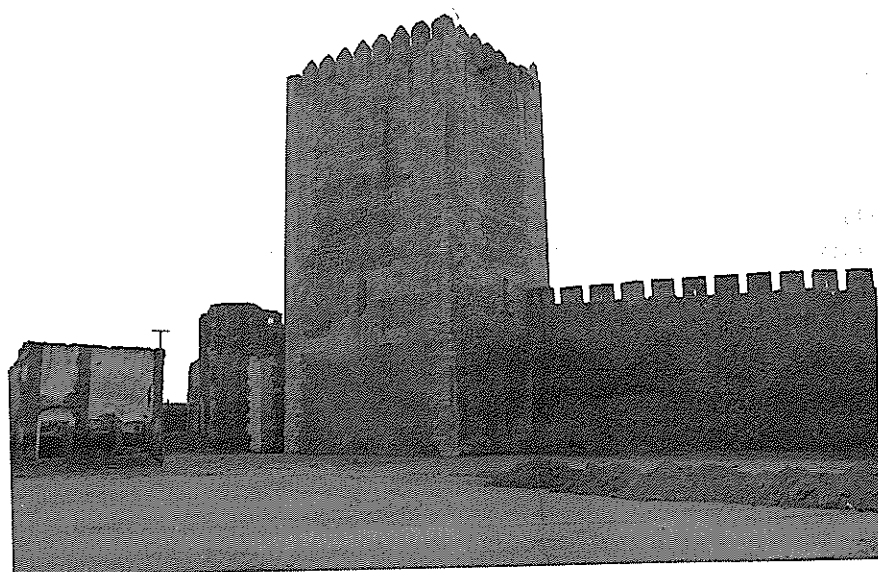


Fig. 26 – Muralha da alcáçova

Maffomade Gago e a Maffomade Money filho de Braffome de Serpa e a Çaffarrom seu jrmão e a Braffome filho d' Aly Pinto e a Adela Boydorro e a Braffome Almaleph e a todos os sucessores a várzea do Ardila»

A renda era substancial: metade do pão e de todos os outros produtos provenientes da Várzea do Ardila, taxa acrescida da dízima do que ficasse (ou seja, 55% da produção total). Seriam ainda obrigados ao pagamento de 20 libras por 40 courelas ⁸².

Outros terrenos dessa várzea foram ainda sendo aforados, ao longo do século XIV, a vários agricultores: em 1322, Baçias Eanes toma cargo de uma vinha com um campo na várzea do Ardila. O foro correspondia a metade da produção «en saluo na mha adega de Moura» e cinco libras d' alça em cada ano ⁸³. Em 1372 D. Fernando doa o reguengo da várzea do Ardila a André Fernandes, embora o documento não mencione dados sobre este último personagem nem se saiba em que condições ocorreu a doação nem sobre a amplitude da mesma ⁸⁴. É, no entanto, improvável que a doação abrangesse toda a várzea.

Vários pequenos caminhos e uma via principal cruzavam todo este espaço, o qual estava ainda servido por uma ponte ⁸⁵ (figura 36). A zona de confluência das ribeiras de Brenhas e Lavadeira, junto a essa ponte, era também um local onde se faziam muitas vezes construir azenhas e lagares ⁸⁶. Alguns deles são edificadas por iniciativa régia: em 1326 são doadas a Vicente Gil umas «sessegas velhas d' azenhas» para aí serem feitos dois moinhos correntes. Quando fossem feitos pagaria a metade, depreendendo-se que isso se reportaria ao foro ⁸⁷.

As dimensões das propriedades da várzea do Ardila são normalmente omissas. Os dados, quando existem, são tardios, como no caso da referência a um cerrado no Sesmo de Lavadeira, em 1537, pelo qual se pagava 720 reais e 2 galinhas de foro e que tinha as seguintes medidas: da parte do Norte 53 varas, da parte do Levante 47

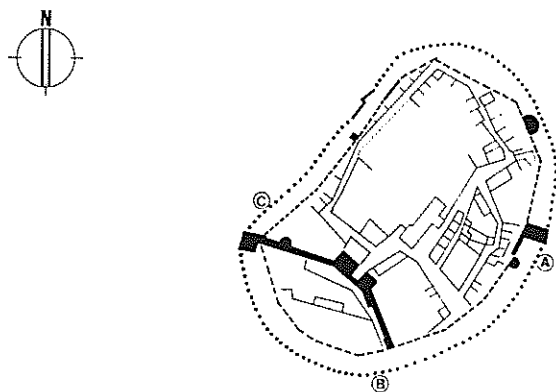


Fig. 28 – Castelo de Moura – rede viária

■ muralhas (troços existentes)

1 – Rua do Trem 2 – Rua da Portaria 3 – Rua do Meio 4 – Rua da Torre

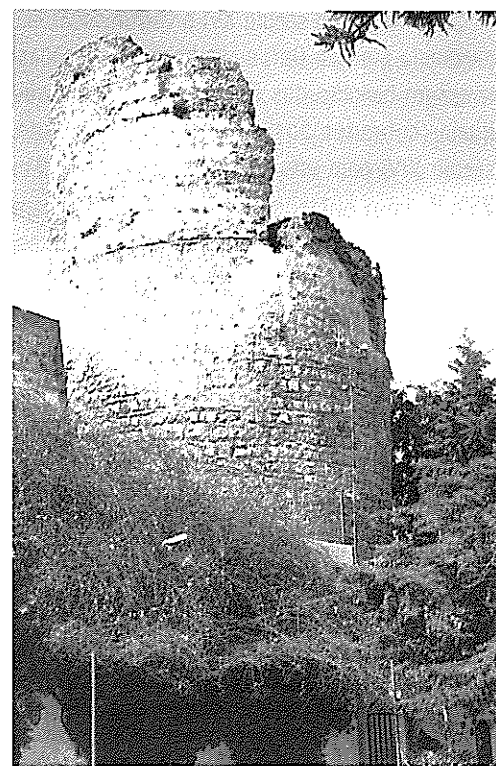


Fig. 27 – Torre de Salúquia

varas, da parte do Sul 42 varas e da parte do Poente 30 varas «de vara marcadas de medir pano de cimquo palmos a vara» ⁸⁸, terreno que corresponde a cerca de 0,5 hectares.

São também raras as referências aos preços dos terrenos: um documento de 1388 menciona chãos com oliveiras, vendidos por 40 libras ⁸⁹.

Um outro texto refere uma pedreira (cuja actividade se prolongou por vários séculos) na zona de Moura, perto do Brenhas, numa zona de hortas, vinhas e olivais ⁹⁰. As vinhas dessa área estavam, por vezes, numa situação de semi-abandono — uma delas, aí localizada, estava muito despovoada e devia ser corrigida

«em tal gujsa que o que he despovoado assi no baçello como na vinha velha seja bem perfeitamente pouado de çepas, mjrgulhões e faça per tal modo que o dicto baçello junte com a dicta ujnha velha» ⁹¹.

Nos inícios do século XVI a várzea do Ardila pertencia ainda à Coroa, embora as exações tivessem baixado dos 50% do que ali se produzia (cobrados aos mouros nos inícios do século XIV) para uns bem mais aceitáveis 20 a 25%⁹².

Outras zonas eram também importantes locais agrícolas, sendo a sua importância bem patente nas múltiplas referências que lhes são feitas em toda a documentação medieval: referimo-nos ao barranco de Torrejais, à horta da Pipa, às margens do Ardila (junto ao caminho para Safara) e à zona da Barrada, junto à ribeira de Toutalga. Os dois primeiros espaços, localizadas nos terrenos limitrofes da cidade faziam certamente parte das zonas onde iam agricultores trabalhar quotidianamente. As duas seguintes pertencerão a outro tipo de realidade, dependendo os terrenos junto a Safara desta localidade.

2.5. Obras públicas e abastecimentos

A cidade, centro urbano de certa importância no contexto sub-regional, desde cedo mereceu o interesse da Coroa e das autoridades locais.

Diversas acções, empreendidas pelos monarcas e pelo concelho, reflectiam bem essa situação. A construção de diversos equipamentos e a promoção de actividades económicas enquadram-se nesse espírito e são prova do efectivo crescimento verificado em Moura nos séculos XIV e XV.

A feira

Uma das primeiras marcas dessa atenção reportou-se ao campo económico com a criação, em 1302, da feira de Moura que tinha lugar em Agosto, iniciando-se na Santa Maria e prolongando-se por 15 dias⁹³.

A feira fazia-se, conforme vimos, na praça da igreja de São João, local que também era cemitério. Essa tradição perdeu-se até aos inícios

deste século, a despeito de uma tentativa de D. Pedro I no sentido de levar a feira para o interior da cerca⁹⁴.

O açougue

A primeira referência conhecida ao açougue de Moura data de 1487, altura em que o concelho resolve pedir ao rei a abertura de um novo estabelecimento deste tipo. O açougue existente servia apenas os «muytos fidalguos, cauleyros e escudeyros e outra gente grossa» que vivia na cidade⁹⁵, o que tornava imprescindível a abertura de um outro, destinado a servir o povo miúdo, bem como os homens que vinham de fora trabalhar nas tarefas agrícolas.

A cadeia

A cadeia de Moura, dependente do alcaide, estava inicialmente instalada dentro do perímetro do castelo. No entanto, as fugas dos presos (alguns deles autores de «grandes malleficios») traziam sérios problemas de segurança, o que levou à mudança da cadeia para outro local, em 1452. A cadeia foi então transferida para o arrabalde e instalada no mesmo quarteirão onde, nos finais do século XVI, se edificaria o enorme complexo da Misericórdia (figura 34).

O concelho devia, porém, pagar à sua custa uma boa casa forte, onde o carcereiro morasse, ficando também a gestão da cadeia a partir daí a cargo do município. O

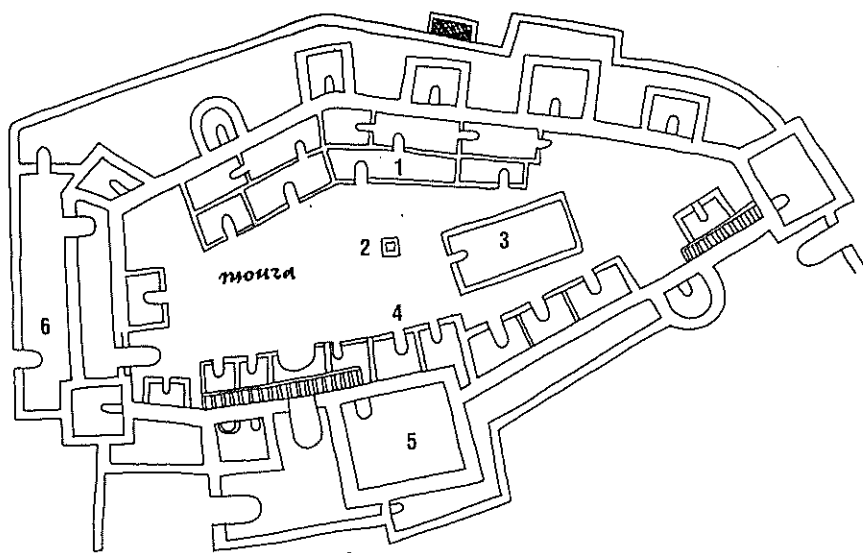


Fig. 29 – Planta da alcáçova do Castelo de Moura – inícios do século XVI (segundo o desenho de Duarte Darmas)

- | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| ① Este Apousentamentos sam sobradados | ② Poço de muita auga e booa |
| ③ Larangall | ④ Estas casas sam sobradas |
| ⑤ Menagem | ⑥ Porta Falsa |

carcereiro seria pago pelo alcaide como se o edifício estivesse na castelo ⁹⁶. Esta decisão de D. Afonso V seria confirmada, em 1485, por D. João II ⁹⁷.

Embora não haja nenhum documento que mencione em concreto a localização desse imóvel, dispomos de fontes de informação indirectas a seu respeito: o edifício entestava nas traseiras da casa de um João Rodrigues, cavaleiro. Esta situava-se, por seu turno, na esquina da Rua Longa com a «travessa pública que vai para a praça» (actual Travessa da Misericórdia) ⁹⁸.

Nessa mesma zona irá morar, em 1537, Fernam de Vargas, cristão novo ⁹⁹, (cf. supra).

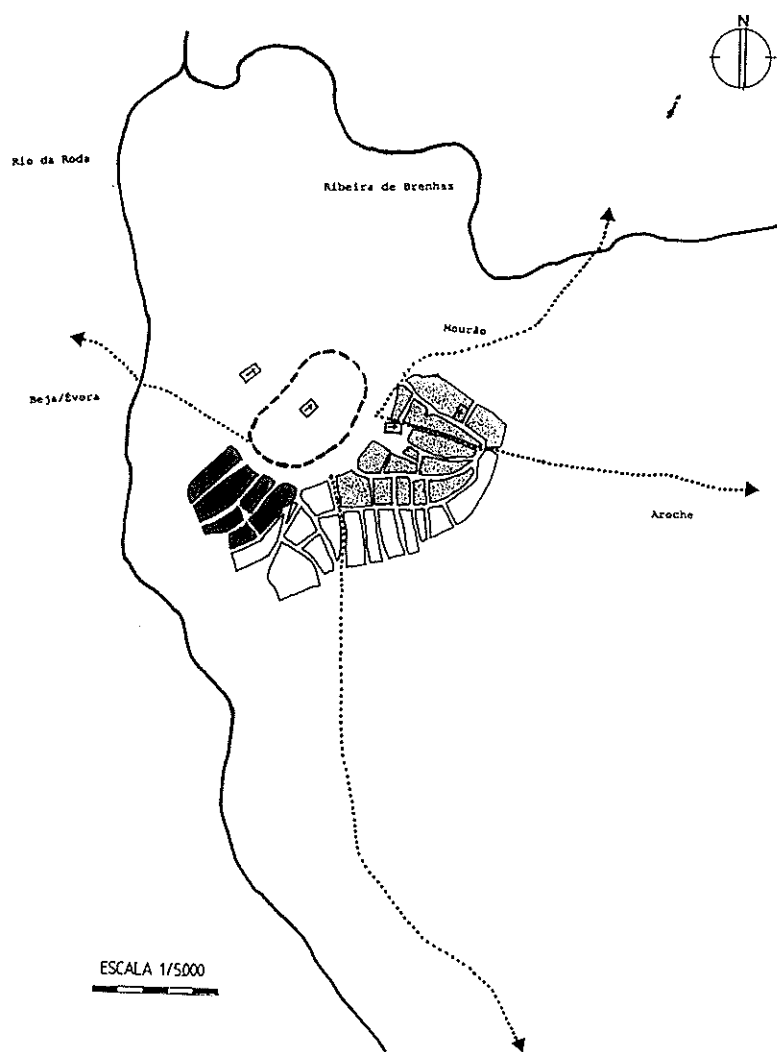
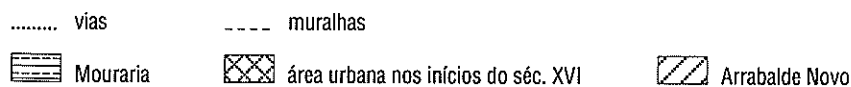
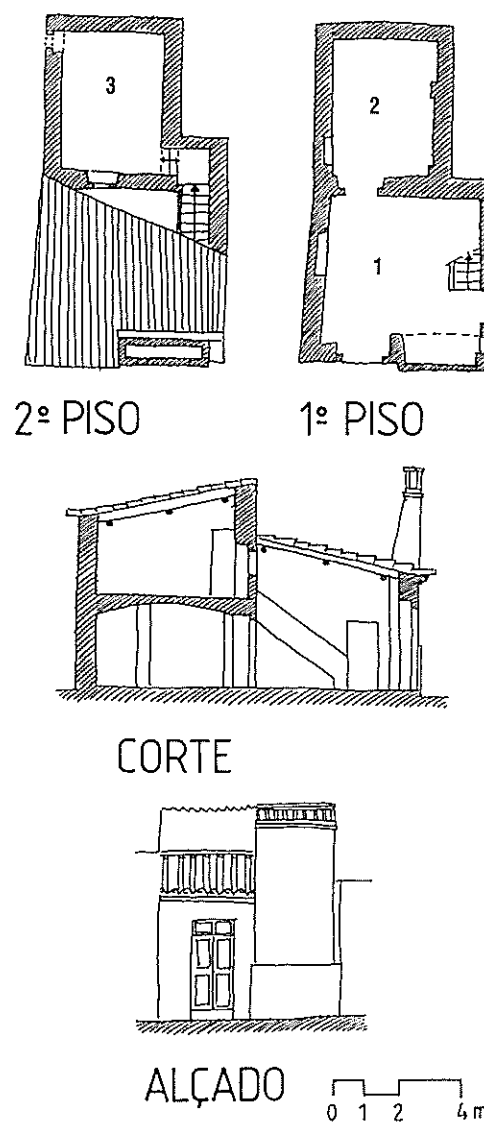


Fig. 30 – Evolução da malha urbana



Albergaria

A albergaria de Moura localizava-se no Convento do Espírito Santo, situado no arrabalde novo da cidade (figura 34). Conhece-se apenas uma referência a este hospital: surge no testamento de André Vaz, proprietário rural, o qual deixou à instituição, em 1428, 2 novilhos, uma casa no arrabalde e camas de roupa ¹⁰⁰.



1 – Casa dianteira 2 – Solão 3 – Câmara

Fig. 31 – Casa urbana medieval. Fonte: Lamas, 1988

Abastecimento de água

A água que supria as necessidades domésticas da população de Moura provinha, em grande parte, de dentro do castelo. Os locais onde o líquido era recolhido coincidia com os sítios onde hoje se situam as Fontes de Santa Comba e das Três Bicas (figura 34).

O abastecimento de água, em zona marcada por tão prolongadas estiagens, constituía com frequência motivo de desavenças: em 1418, há uma disputa entre um «agricultor», Joham Dominguez Carrom e o Mosteiro, devido a uma água que saia do alcacer pela Pipa e ia regar os currais em redor ¹⁰¹. Em 1450, é atribuído ao Convento do Carmo o direito de ter a água da Pipa três dias por semana (terças, quintas e sábados), para dar satisfação às necessidades do Convento — para as crastas e privadas, nomeadamente. Os restantes dias caberiam a outros utilizadores, que empregariam as águas na rega das suas hortas, onde se mencionam figueiras e outras árvores não especificadas. Na elaboração do documento participam o juiz, repartidores e oficiais do concelho ¹⁰².

O clero teria também um papel de relevo na resolução de todo o tipo de conflitos a nível local. O espaço sagrado era mesmo um lugar de eleição para a resolução de vários problemas: em 1457 a disputa sobre as águas do chafariz que saia no arrabalde novo (actual bica das Três Bicas) é resolvida por um documento redigido na porta pequena de São João ¹⁰³.

A posse da água constituía ainda um usufruto de que os detentores podiam dispôr em pleno passando por vezes a água de uns detentores para outros: Mendo Anes de Pino, escudeiro, passou a ter, durante uma noite por semana, da água que estava na posse de um João Lourenço anadal ¹⁰⁴.

É provável que Moura tivesse um edifício de banhos público: um texto de 1457 refere a água que vinha do castelo e ia regar as «aruores dos banhos della» uma vez por sema-

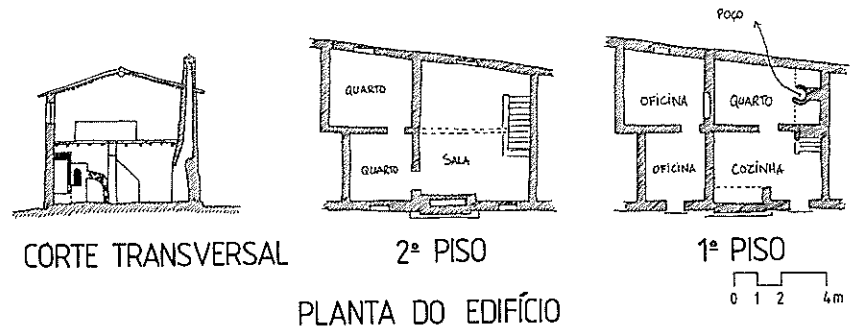


Fig. 32 – Casa urbana medieval. Fonte: Lamas, 1988

na ¹⁰⁵. A disputa leva o concelho a intervir de novo e a estabelecer as seguintes quotas: ✓

Por o convento ter «*ter grande crasta e majs aruores (...) que aja a dicta augua Alvaro Gonçalves pera as aruores dos banhos*» de 2ª feira de manhã até 5ª de manhã; de 5ª a 6ª de manhã a água caberia ao convento; de 6ª até sábado de novo a Alvaro Gonçalves; finalmente, daí até 2ª de novo o convento.

A coima para o não cumprimento destas normas era de 3 libras da moeda velha ou 150 da moeda então corrente. Em caso de roubo de água a outrem a pena seria de 60 soldos que revertiam para o prejudicado, ao passo que o vazamento do chafariz era punido com 60 soldos, pagos ao concelho ¹⁰⁶.

De forma evidente, os hábitos ancestrais da civilização mediterrânica mantinham-se bem vivos na Moura quatrocentista. Aparentemente, o local dispunha de árvores, que eram regadas por giros, sistema praticado em zonas onde a aridez obriga a gerir a água de forma cuidada.

Os banhos públicos, edifício com larga tradição em toda a bacia do Mediterrâneo, terão assim persistido em Moura pelo menos até ao século XV ¹⁰⁷. Prática condenada pela Igreja, que alegava serem os banhos um local propício à devassidão, foram com o correr do tempo progressivamente desaparecendo ¹⁰⁸. Não se conhecem em Moura documentos mais tardios que façam referência a este hábito.

Caminhos e barca

As menções a caminhos são pouco frequentes: cita-se uma referência a uma azinhaga do concelho, em 1425, na qual se manda aos que entestam com a azinhaga que a limpem «em guissa que per ella posam hiir e vjir bestas carregadas como de senpre ssoya a seer» ¹⁰⁹.

São, porém, conhecidas as principais vias que ligavam Moura a outras povoações: a de Aroche, a de Serpa, a de Beja e Évora e a de Mourão (figura 36). Junto ao caminho de Aroche (a mais importante via do ponto de vista estratégico) foi edificada, provavelmente nos inícios do século XIV, uma torre de vigia — conhecida como Atalaia Magra (figura 37) — que controlava um vasto espaço em seu redor e mantinha contacto visual com o Castelo de Moura.

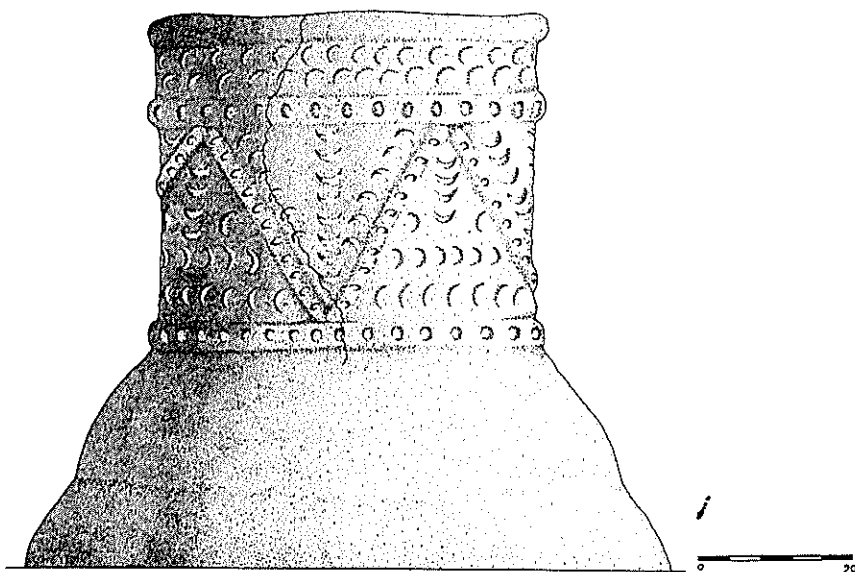


Fig. 33 – Poço mudéjar

A tipologia construtiva da torre — o aparelho, a planta circular e a escada helicoidal — aponta para uma construção do século XIV e que pode ser contemporânea das campanhas de obras de D. Dinis no Castelo de Moura.

Importante «serviço público» era ainda a barca de passagem do Guadiana (em uso até há cerca de 20 anos), bem como o batel do Ardila. Tanto um como outro constituíram propriedade régia ao longo de toda a Baixa Idade Média ¹¹⁰.

3. A SOCIEDADE DE MOURA NA BAIXA IDADE MÉDIA

3.1. As classes dominantes

A nobreza

Moura, directamente dependente do rei, viu o seu território distribuído ao longo dos séculos XIV e XV a diversas famílias nobres, as quais obtiveram dos monarcas vários privilégios.

No século XV a povoação é cedida a D. Beatriz, irmã de D. Afonso V, passando em 1480 a sua jurisdição, com todas as rendas (excepto o pão, vinho, dízima e imposto sobre o pescado) para o Duque D. Diogo, sobrinho do rei ¹¹¹.

A ligação de Moura à Coroa está bem comprovada pelo papel que a cidade teve em finais do século XV no contexto do Tratado das Terçarias. Previa esse acordo, assinado em 1479 e ratificado em 1480, que D. Joana, o infante D. Afonso e a infanta D. Isabel fossem postos em «depósito» em Moura, confiados a D. Beatriz, avó de um e tia de outros. Ficava ainda estipulado que, enquanto o acordo vigorasse não poderiam o rei de Portugal, o príncipe D. João ou os reis de Castela visitá-los ou entrar na cidade ¹¹².

Com raras excepções (como a de Fernão Gonçalves Cogominho, a quem D. Pedro concede, em 1361, os direitos que tinha em Altas Moras, junto a Moura ¹¹³), os beneficiados na distribuição de terras parecem ser — se tivermos em conta a ausência de referências à grande nobreza nacional — proprietários rurais ou membros da pequena nobreza local, os quais iniciam então uma lenta mas firme ascensão social. A expressão rico-homem é extremamente rara, sendo apenas documentada uma vez, em 1488: trata-se de Francisco Pires ¹¹⁴, acerca do qual nada mais se sabe.

Diversas propriedades régias são, ao longo dos anos, doadas a diversos personagens da pequena nobreza local: em 1366 D. Pedro dá a Leonor Vasques, mulher do alcaide Álvaro Vasques, uma azenha a que chamam da Abóbada ¹¹⁵. Todo o reinado de D. João I foi pontuado por diversos tipos de doações: em 1413 o rei doa, enquanto fôr sua mercê, o reguengo da várzea a Ouriana Martins, viúva de Gomes Garcia de Foios ¹¹⁶; em 1422 é doada uma horta, para todo o sempre, na Várzea del' Rei a Álvaro Rodrigues, escudeiro de D. João I (morador em Beja) ¹¹⁷; em 1437 são confirmadas herdades em Moura e seu termo a Pedro de Ataíde, Gonçalo de Ataíde, Beatriz de Ataíde e Catarina de Ataíde ¹¹⁸.

Em 1454 Nuno Mascarenhas e Catarina de Ataíde pedem que lhes seja confirmado um quinhão da herdade que Catarina de Ataíde herdara de Nuno Gonçalves de Ataíde ¹¹⁹.

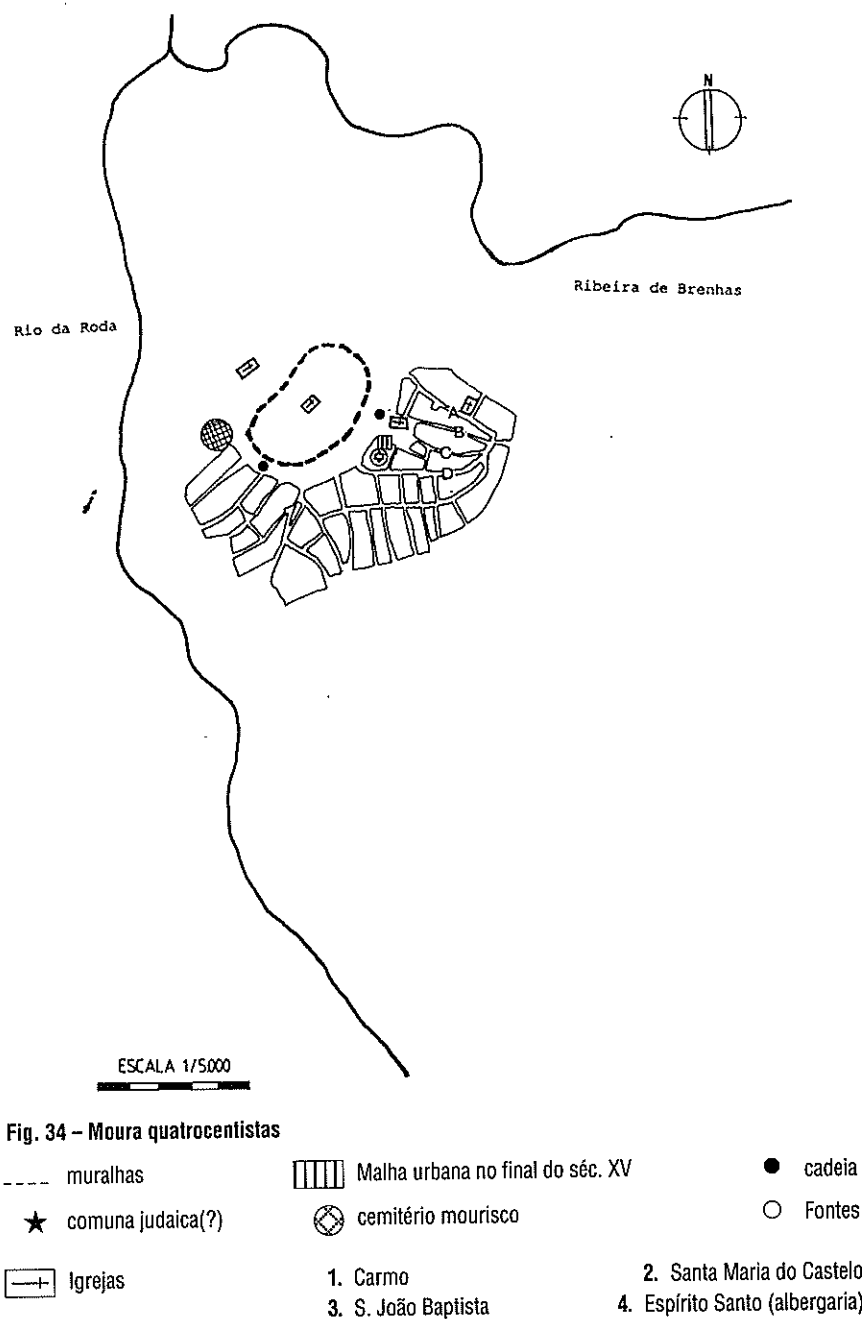
Outras benesses são, por vezes, concedidas a membros da baixa nobreza, causando pequenas polémicas locais. Está neste caso Fernão Martins, escudeiro do rei e seu contador em Moura, o qual se queixava que os tabeliães e escrivães das sacas e dos orfãos não lhe prestavam contas, motivo pelo qual ele perdia dinheiro ¹²⁰.

Ao longo da segunda metade do século XIV sucedem-se as atribuições de coutadas a mem-

bros da nobreza em zonas limítrofes da cidade: em 1369, por exemplo, Nuno Martins de Góis recebe essa benesse de D. Fernando ¹²¹, confirmada quatro anos mais tarde à sua viúva Branca Lourenço do Avelar ¹²². Essa coutada mantinha-se ainda na posse da mesma família mais de 100 anos depois: Estevão de Góis, alcaide-mor de Mértola, pede a confirmação da coutada a D. João II em 1486 ¹²³.

É, no entanto, após a subida ao poder de D. João I que o número de coutadas se parecem ter multiplicado: os beneficiados pertencem, por vezes, aos círculos próximos do monarca e àqueles que o teriam ajudado na subida ao poder — nas cartas de couto de Entre Tejo e Odiana «predomina uma nobreza de função que herda os seus bens de uma nobreza rural ou que os obtém do monarca à custa da sua fidelidade» ¹²⁴. Estão nesse caso Beatriz Gonçalves, aia da rainha, a quem são atribuídos em 1393 vastos terrenos, azenhas e pisões nas proximidades do Guadiana ¹²⁵, assim como D. Frei Fernando Rodrigues, mestre de Avis ¹²⁶. Como era frequente suceder, esta última coutada acabaria por ser mais tarde (em 1408) atribuída a Nuno Fernandes de Sequeira, filho do Mestre de Avis. Essa propriedade era constituída por: uma herdade junto ao caminho de Mourão; outra nas cimalhas da ribeira de Brenhas; duas courelas na Barrada, junto ao Ardila; uma herdade além de Odiana, ao embarcadorio e duas herdades na aldeia de Safara ¹²⁷. Em 1490 esta coutada estava ainda na posse de Nuno Fernandes de Sequeira, um descendente do Mestre de Avis ¹²⁸.

A documentação quatrocentista de Moura menciona ainda outras concessões de coutadas: a herdade da Barrada a Mécia Vasques de Góis (em 1433) ¹²⁹, herdades e bens no termo de Moura a D. Pedro, conde de Viana (em 1434) ¹³⁰, a herdade de Altasmoras a Diogo da Silveira (em 1453) ¹³¹, a aldeia da Coroada a Pero Barreto (em 1460) ¹³², a herdade de Vale de Vinagre a Afonso Rodrigues (em 1466) ¹³³ etc.



Este sistema de protecção àqueles que dependiam de um nobre permite supor a existência de um activo processo de feudalização do território. O fenómeno de autonomização de senhores locais atingiria a expressão máxima em meados do século XV, altura em que um apreciável número de nobres alentejanos da zona da raia procede, por iniciativa própria, à construção de diversas fortalezas nos seus domínios (cf. *infra*).

Parece também ter constituído prática corrente a atribuição de coutadas a anónimas famílias da pequena nobreza, de expressão local. Supomos ser esse o caso da confirmação de uma coutada, em 1396, na Barrada (perto das ribeiras de Ardila e Tou-talga e do Rio Torto) a Constança Afonso. O documento refere neste caso a continuidade da posse do mesmo modo que o fora em tempo de seus avós, pais e marido ¹³⁴.

A existência de coutadas na zona de Moura constituiu, aparentemente, um fenómeno generalizado, beneficiando directamente um apreciável número de famílias nobres e o próprio concelho. As penas aplicáveis aos prevericadores obedeciam a um parâmetro idêntico em todos os documentos desta região: não seria aí permitido colher erva, «pacer» com bestas ou gado, talhar madeira nem lenha, matar gado ou pescar nos seus rios. A coima estabelecida variava de acordo com a importância do delito: por cabeça de gado grande três libras da moeda antiga; por cabeça de gado miúdo, vinte soldos da mesma moeda; por colher erva, matar caça ou pescado, dez soldos da mesma moeda, perdendo ao mesmo tempo as redes, cães e furões.

Por seu turno, os seus caseiros e lavradores eram também abrangidos por alguns benefícios, designadamente no que se refere ao pagamento de fintas, talhas e peitas e outros encargos do concelho, assim como em relação à isenção de pousada.

A jurisdição de Moura está, a partir da terceira década do século XV, na posse do monteiro-mor Lopo Vasques de Castello-Branco, que recebeu as rendas de Moura em 1420 e a quem

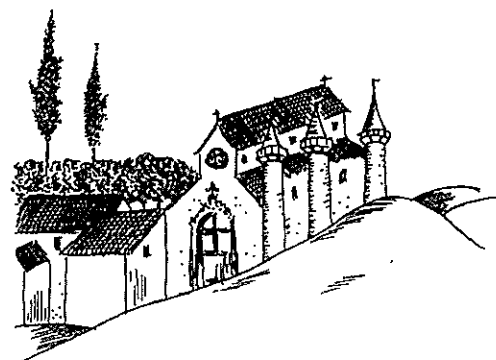


Fig. 35 – Igreja do Convento do Carmo – inícios do século XVI (segundo o desenho de Duarte Darmas).
Fonte: Almeida, 1943

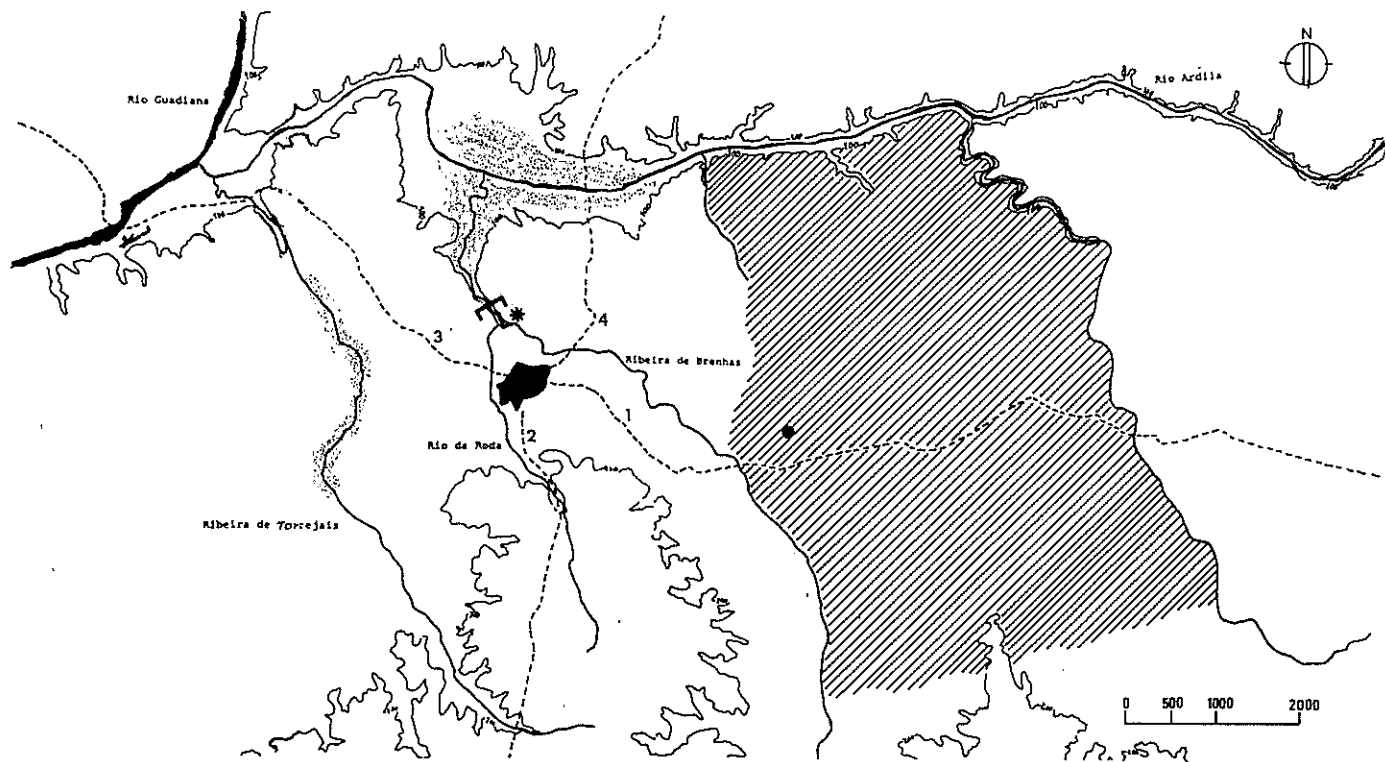


Fig. 36 – Moura – espaço periurbano

- | | | |
|---|---------------------|-------------------------------|
| ■ Moura - área urbana nos inícios do século XVI | — Barca de passagem | 1 - Caminho para Aroche |
| ▨ Coutada do concelho | ● Atalaia Magra | 2 - Caminho para Serpa |
| □ Hortas | * Azenhas | 3 - Caminho para Beja e Évora |
| | □ Ponte | 4 - Caminho para Mourão |

é aforado, em 1421 e para todo o sempre (depois de apregoado pelas ruas e praças da cidade), por 6 libras da moeda antiga por ano, o olival do Cabeço d'el Rei ¹³⁵. Membro da pequena nobreza ¹³⁶, monteiro-mor e alcaide do Castelo de Moura, obteve ainda de D. Duarte, em 1431, os direitos reais (excepto o pão) e a dízima do vinho de todas as herdades que foram de mouros e passaram depois para as mãos dos cristãos. A mercê, que lhe seria confirmada em 1440 ¹³⁷, passaria depois para o seu filho, Nuno Vasques de Castello Branco, que teve os mesmos cargos, foi vedor da fazenda e estava ligado à burguesia pelo casamento ¹³⁸.

Os mesmos direitos ainda se mantinham em 1475, bem como o almirantado de Portugal com as respectivas rendas, na posse desta família.

A nobreza parece ter disposto, na segunda metade do século XV, de alguma autonomia e poder face ao rei. Um documento de finais desse século alude a «fortalezas e torres e casas

fortes que se fizeram nas guerras e depois dellas e que se derribaram por bem da capitulação das pazes» ¹³⁹. Dentre esse rol de fortificações (localizadas ao longo da raia do Alentejo e Algarve) duas reportam-se à zona de Moura e localizam-se sobre a ribeira de Mortigão e na Contenda, em zonas de criação de gado.

Parece tratar-se de um fenómeno eminentemente regional, que pode ter sido a expressão do desejo de autonomia da nobreza local, sem particulares consequências a longo prazo. Os seus construtores — citemos os nomes de Diogo Nunes Pereira, Rui Lourenço Ravasqueiro, João Martins — nunca surgem associados aos actos políticos da Coroa nem fazem certamente parte da grande nobreza nacional ¹⁴⁰.

Estas investidas dos poderes instituídos localmente não eram, naturalmente, bem vistas pela Coroa. A construção da fortaleza do Murtigão mereceria mesmo uma queixa de D. Beatriz junto do rei: a obra fora feita por um castelhano, Fernam Mexia, em conluio com o alcaide-mor Lopo Vaz de Castelo Branco «sem lhe ser pera ello requerido ficemça alguma nem consentimento a qual fortelleza por assy ser feita comtra seu prazer (...) lhe pertemcia e nenhuma pessoa a nam deuja nem podia justamente teer sem lhe della fazer preito e menagem» ¹⁴¹. A ousadia acabaria por custar a vida a Lopo Vaz, que por essa razão seria mandado assassinar pelo príncipe D. João nesse mesmo ano ¹⁴².

O cargo de alcaide-mor seria de seguida entregue a D. Pedro d'Eça, homem de confiança do rei (é um dos fidalgos que participa no assassinato do Duque de Viseu em 1484) ¹⁴³.

Nas duas últimas décadas de Quatrocentos os principais privilégios referentes a Moura (designadamente os direitos da mouraria e judiaria, foros das casas reguengas e passagem do celeiro) estão na posse desse alcaide, passando posteriormente para a de seu filho Rodrigo d'Eça ¹⁴⁴.

O clero

Apesar do papel presumivelmente importante desempenhado pelo clero em Moura ao longo de toda a Baixa Idade Média, muito pouco se sabe a esse respeito. As escassas informações existentes circunscrevem-se ao Convento do Carmo de Moura, entidade que assume, a partir da sua fixação em Moura, um papel crucial na economia e na sociedade locais.

Presente-se a importância desta comunidade monástica — cujo funcionamento interno se desconhece — através das sucessivas doações que têm o Convento como alvo.

O crescimento desta comunidade é também visível através do apetrechamento do Convento e das compras que os carmelitas fazem.

Em 1444 é doado um sino ao Convento do Carmo por mestre Pedro, catalão, o qual pesa 4 arrobas ¹⁴⁵.

Em 1493 o Convento mantém contactos com um ourives de Évora, o castelhano Pero Moreno, a quem compra diversos artigos em prata ¹⁴⁶.

As propriedades do Convento situam-se, indistintamente e sem possibilidade de quantificação rigorosa, nas mesmas zonas em que os ricos terra-tenentes da cidade

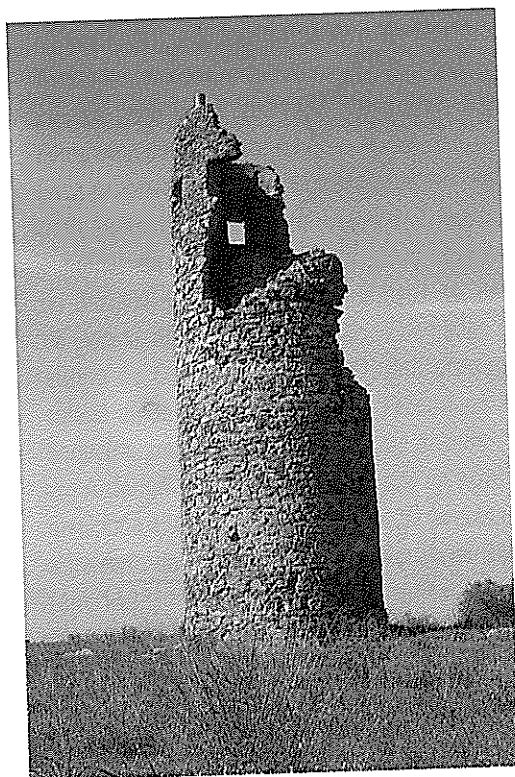


Fig. 37 — Atalaia Magra (século XIV)

possuem as suas terras: a várzea do Ardila, as margens do Brenhas, o barranco de Torrejais, as margens do Ardila (junto ao caminho para Safara), a horta da Pipa e a zona da Barrada, junto à ribeira de Toutalga.

3.2. Organização municipal

As referências aos problemas de organização municipal surgem na documentação de forma marginal e algo desconexa, o que dificulta de algum modo a elaboração de um discurso coerente em relação aos assuntos que dizem directamente respeito à vida concelhia.

As relações do concelho desenvolver-se-iam, de forma privilegiada, em dois sentidos: por um lado a Coroa ¹⁴⁷, à qual Moura pertencia; por outro, o concelho de Serpa, com o qual existia desde 1278 um contrato de irmandade ¹⁴⁸. Acto de gemação «avant la lettre», a irmandade destes territórios vizinhos traduzir-se-ia, ao longo dos séculos, em ajudas mútuas, expressas tanto no abastecimento de bens alimentares, como em auxílios financeiros ou ainda na defesa recíproca.

Aparentemente, e de acordo com um texto dos inícios do século XIV, as decisões comuns eram tomadas no extremo dos dois territórios, onde hoje se situa a aldeia de Pias ¹⁴⁹.

Em 1317 era autorizado o comércio livre entre as duas povoações, desde que feito pelos seus moradores. A carta determinava ainda que quando um dos concelhos tivesse necessidade podia ir ao outro comprar o que precisasse.

Essa possibilidade levaria a abusos: em 1437, o concelho de Moura queixa-se do de Serpa, por este não deixar que aí se fosse comprar pão, o que ia contra o que estava determinado. Respondiam os de Serpa que os vizinhos de Moura trouxessem «racordaçom» do concelho de Moura, por haver gente de Moura que ia a Serpa buscar cereais e depois os iam vender a outras partes ¹⁵⁰.

O concelho de Moura constituiu, desde a sua integração na coroa portuguesa, um órgão decisivo na gestão dos assuntos da cidade. Não nos é, no entanto, possível afirmar quantos vereadores teria, embora se saiba que contava com dois juizes, um de dentro da cerca, outro do arrabalde.

Os privilégios deste órgão são consecutivamente confirmados ao longo de toda a Idade Média: obteve de D. Pedro I o privilégio de trazerem armas aqueles que tiverem cavalos e armas para serviço do rei, por estar Moura «em lugar de frontaria». Isso é-lhes permitido desde que as não trouxessem de noite a desoras ou de dia fazendo o que não deviam ¹⁵¹. O concelho tinha direito ao dinheiro proveniente das penas e condenações desde 1361, por mercê de D. Pedro, privilégio que D. João II confirmará em 1485 ¹⁵².

D. Fernando confirmara também ao concelho e homens bons de Moura de todos os privilégios, liberdades, foros, e bons costumes que sempre tiveram, em 1367 ¹⁵³.

O concelho recebeu também a benesse para não pagar portagem nem montado em todo o Reino, desde o reinado de D. Dinis ¹⁵⁴, privilégio que ainda se mantinha em vigor em finais do século XV ¹⁵⁵.

Os moradores de Moura tinham ainda o privilégio de não ser penhorados por dívidas em cavalos, armas ou panos dos seus corpos, benesse que vinha também dos tempos de D. Dinis e se mantinha também nos finais de Quatrocentos ¹⁵⁶.

Cabia ainda ao concelho o processo de eleição dos couteiros: segundo uma carta de D. João I em 1393, confirmada por D. João II em 1485 ¹⁵⁷, os couteiros eram eleitos em cada ano da seguinte forma: escolhiam-se dois homens bons, «de boa fama e sem cobijça», eleito um pelos lavradores e outro pelos homens dos gados, aos quais se juntava um terceiro, escolhido pela Coroa.

As relações entre o alcaide-mor e o concelho são praticamente omissas na documentação escrita ¹⁵⁸. A presença de Moura em apenas 4 cortes durante o século XV — Lisboa (1439, 1456 e 1459) e Santarém (1451) ¹⁵⁹ — e a inexistência de documentação municipal anterior a 1720 inviabiliza uma análise detalhada sobre os jogos do poder na cidade ao longo dos séculos XIV e XV. Supomos, de qualquer modo, que o relacionamento nem sempre terá sido pacífico: em 1451, concelho pede ao rei a anulação da coutada do alcaide Nuno Vaz. O rei responde: «nos praz que as coutadas que ora nouamente foram factas lhe sejam tiradas e as nom aja» ¹⁶⁰. Nuno Vaz terá, contudo, em 1459, a doação dos gados e «outras cousas defesas» que passarem pela aldeia da Coroadada em direcção a Castela ¹⁶¹.

Os interesses do concelho entraram, por diversas vezes, em claro antagonismo com os representantes do rei: em 1331, por exemplo, o almoxarife tentou impedir o concelho de utilizar a palha, erva e junça recolhida na ribeira do Ardila, procedimento que motivou uma queixa ao rei e a reposição da ordem anterior ¹⁶².

Outras fontes de conflito eram provocadas por privilégios concedidos pelo rei, que causavam danos indirectos ao concelho. Os benefícios que tiveram os besteiros do conto a partir

de 1442 eram de tal forma dilatados que causaram fortes prejuízos ao concelho ¹⁶³. A petição (aceite) do procurador às cortes de Lisboa em 1458 vai no sentido de não se permitir o aumento do número de besteiros do conto ¹⁶⁴. No entanto, os privilégios desse grupo voltariam mais tarde a ser confirmados por D. João II ¹⁶⁵.

As relações com outras povoações do termo de Moura eram também por vezes pouco pacíficas: são constantes as queixas dos moradores de Sam Guileiximo (Santo Aleixo) sobre os abusos praticados pelos juizes e oficiais do concelho que constantemente lhes tomavam bestas de carga e roupa de cama e obrigavam os moradores da aldeia a efectuar em Moura diversas vendas de porcos ao longo do ano. D. João II considera que por Santo Aleixo estar perto do extremo deverá essa aldeia estar povoada e bem tratada, pelo que não deveriam os seus moradores ser agravados ¹⁶⁶.

Sobre os bens que o concelho tinha em volta de Moura, e em relação aos quais não há muitos detalhes, tinha decerto maior relevo a coutada, considerada em 1438 a coisa melhor e mais necessária que tinha o concelho, embora nada se saiba sobre o seu funcionamento e gestão. A coutada ocupava, na realidade, um apreciável território — cerca de 1500 hectares — na margem esquerda do Ardila, tendo como demarcações as Cimalhas de Brenhas, Val da Parra, a Barcieira, a Azenha dos Paos, o Ardila até Toutalga e por este curso de água até à ribeira de Montalvo — fig. 36 ¹⁶⁷.

A situação financeira do concelho não devia, a despeito destes bens, ser de prosperidade. A única referência explícita em relação a este assunto reporta-se a uma petição apresentada nas Cortes de 1451.

Lopo Estaço, procurador de Moura nas Cortes de Santarém, afirmava que as rendas do concelho, que chegaram a ser de 14 e 15 mil reais, eram então de 10 ou 11 mil reais. Como as idas e vindas dos representantes do concelho

tinham custado 4500 reais e as rendas foram de 12000 reais, sobravam 7500. Se se tirasse a terça parte para as obras (4000 reais) ficariam por pagar outras despesas: escrivão da câmara, tabeliães etc. Por isso não se achavam carneiros e ferreiros que quisessem servir a vila. O concelho pedia que a renda do rei não fosse cobrada, ao que o monarca acedeu mas só nesse ano ¹⁶⁸.

Também as referências aos ofícios são esparsas e não dão ideia da forma como se relacionavam o tecido social e o trabalho. As listas de testemunhas de vários documentos dos séculos XIV e XV mencionam os seguintes ofícios: oleiro ¹⁶⁹, ferrador ¹⁷⁰, barbeiro ¹⁷¹, almocreve ¹⁷², carpinteiro (o qual é referido como tendo sido proprietário de uma vinha) ¹⁷³, tecelão ¹⁷⁴, sapateiro ¹⁷⁵, vaqueyro alvarrão ¹⁷⁶, tosador ¹⁷⁷, lagareiro ¹⁷⁸, mercador ¹⁷⁹ e piliteiro ¹⁸⁰.

3.3. Minorias étnicas e religiosas

A pressão exercida sobre as minorias étnico-religiosas de Moura fazia-se sentir de forma particularmente acentuada e terá contribuído para uma certa decadência económica, mais notória no caso dos mouros. Embora tenham mantido alguma importância até à expulsão definitiva (ocorrida em 1496), os pesados tributos a quem eram obrigados e os elevados custos do aforamento das terras contribuíram certamente para que o seu peso económico e social tivesse decrescido de forma sensível.

Em 1296 D. Dinis deu carta de foral aos mouros forros de Moura, idêntico ao que fora concedido aos mouros de Lisboa:

- a) Imposto de um morabitino anual por cada adulto ou adolescente capaz de ganhar a vida
- b) Alfitra — contribuição paga desde o nascimento, todos os anos
- c) Dízima do pão, do azeite e das outras coisas que lavrarem
- d) Os mouros que tivessem «cabedal» pagariam quarentena (1/40 dos seus bens) uma vez ao ano
- e) Azaqui — contribuição predial
- f) Jeiras nas vinhas do rei e na venda dos figos e do azeite que lhe pertencesse, pelos mesmos preços dos cristãos, com direito à terça parte da produção e da venda ¹⁸¹.

Embora a principal propriedade régia em Moura fosse constituída pela Várzea do Ardila outros interesses eram igualmente tidos em linha de conta. Em 1340, o almorixe Miguel da Serra, representante de D. Afonso IV em Moura, procede à compra de parte de duas casas (1/3 de cada uma delas) na Mouraria. As casas, vendidas respectivamente por 45 e 75 soldos, mostram bem o interesse da Coroa por outros bens que não a posse das terras ¹⁸². Por outro lado, esta compra parece confirmar o princípio mais ou menos generalizado de «compartimentação» das casas existentes no Sul ¹⁸³.

A coroa estabelece, nos inícios do século XIV, um acordo com os mouriscos da cidade sobre a várzea do Ardila, a qual constitui a mais fértil faixa de terreno. Essas

obrigações constituíam, como se depreende, um pesado fardo fiscal para a população. Muitos desses terrenos acabaram por ser abandonados e retomados por foreiros não mouriscos («outras pessoas que nom erom da geeraçom daquelles»), sendo tomadas pelo almoxarife e tentando-se que fossem entregues depois a outros, sendo o foro mais baixo ¹⁸⁴. No entanto, nem assim as pessoas se interessavam, pelo que, em 1436, determinou a Coroa — particularmente lesada pelos abandonos — que, nos termos do que fora acordado com D. Dinis, deviam os sucessores dos que deixavam as terras vagas retomá-las e pagar o foro ¹⁸⁵. As terras podiam também ser distribuídas «por rateio» pelos outros mouros.

A situação mantinha-se, porém, em 1451: as terras de mouros eram postas em sesmaria e abandonadas quando estavam a render, por se pedir por elas dois dízimos e não apenas um, como pretendia o concelho ¹⁸⁶.

Os mouros de Moura obtém de D. Pedro I vários privilégios: como eram homens lavradores podiam trabalhar no campo sem as suas aljubas e albornozes (que tinham um crescente no peito a distingui-las), as quais eram obrigados a trazer quando andassem na vila ¹⁸⁷.

Em 1475, a comarca de mouros de Moura recebe o privilégio de não ter os seus bens contados durante 5 anos, informação que é transmitida ao coudel de Moura ¹⁸⁸.

As minorias étnico-religiosas mantinham ainda uma certa importância na vida económica da cidade em finais do século XV: no reinado de D. João II são concedidos privilégios semelhantes aos dos moradores de Mourão a cinco oficiais — mouros ou judeus — que quisessem ir trabalhar para a cidade como sapateiro, alfaiate, tosador, ferrador e oleiro ¹⁸⁹.

Por outro lado, as rendas da judiaria e mouraria de Moura estavam avaliadas, em 1492, em 67.205 reais ¹⁹⁰, quantia apreciável e que demonstra o poder económico destas minorias.

A escassez de dados em relação a estas minorias não permite avançar muitas hipóteses. No entanto, parece haver uma certa dicotomia entre a zona da Várzea do Ardila (ocupada por mouros) e Torrejais, onde aparentemente há uma maior concentração de judeus: são mencionados nesse local chãos na posse de Sallamon Fayam, Mosse Lobo, Abrão Vaz ¹⁹¹, Çarraluo e Isaque Lazaro ¹⁹².

Sabemos ainda que um judeu, Alvalançe, perde para o rei (em 1480) a atafona, casas e besta, sendo as casas dadas a Pero Gomes, moço de estrebaria do duque D. Diogo ¹⁹³.

Os judeus de Moura, para além da agricultura, dedicavam-se a outras actividades bem mais lucrativas. A prática da usura motivaria, em 1331, uma queixa do concelho, protesto que D. Afonso IV remete para as leis então em vigor ¹⁹⁴.

Outra queixa, datada de 1459, é apresentada pela própria comuna de judeus, devido ao tratamento desigual concedido aos diferentes membros da comuna, o que faz com que a partir desse momento ninguém ficasse isento de pagar direitos ¹⁹⁵.

A crença religiosa ou o grupo étnico-religioso a que se pertencia era por vezes

determinante no acesso à exploração da terra: em 1432, Sallamon Fayam (judeu) é desapossado de um pedaço de terra pelo Convento do Carmo, por julgarem os frades que o chão estaria melhor entregue a outro foreiro, Estevão Anes, por este «seer christão» ¹⁹⁶.

A conversão deve ter sido um fenómeno relativamente rápido: na referência a uma casa na Rua do Cabo da Mouraria, em 1537, todas as confrontações referem nomes cristãos ¹⁹⁷. Nalguns casos inclusivamente, dois mouros forros (João Rodrigues e Isabel d' Eça) são citados como tal embora sejam apresentados pelos nomes de baptismo ¹⁹⁸.

CONCLUSÃO

Diversas ilações se podem, em síntese, tirar sobre a evolução de Moura ao longo de toda a Baixa Idade Média.

1. Parece-nos importante sublinhar a pouca importância do sítio antes do processo de Reconquista. Localizada numa zona algo marginal da Península, a fortificação de Moura estava longe da importância económica e militar de locais como Mértola ou Beja. A romanização e islamização apontam para um povoamento disperso, ligado a Moura, centro em volta do qual se organizava o território mineiro e agrícola da Adiça.

2. Sublinhe-se, em seguida, a organização militar promovida por D. Dinis em torno da fronteira portuguesa na margem esquerda do Guadiana. Datam dessa época importantes campanhas de restauro e edificação nos castelos de Moura, Serpa e Noudar.

A inclusão de Moura na coroa portuguesa implicou também a submissão dos mouros da cidade ao novo poder. Desapossados dos seus ricos terrenos agrícolas, passaram gradual-

mente a um papel de subalternização social, perdendo até finais do século XV o poder económico que detinham.

Em melhor situação se encontravam, decerto, os judeus que têm até tarde um papel de relevo na vida comercial e financeira.

3. Ao longo dos séculos XIV e XV tem lugar um firme processo de expansão urbana, traduzida na criação de dois arrabaldes: o da Mouraria (ligeiramente mais antigo) e o «novo».

Moura atinge, em princípios do século XVI, a cifra de 3000 habitantes, o que faz dela um dos principais núcleos populacionais do Sul de Portugal.

4. O concelho desempenha também, e sobretudo ao longo do século XV, um notável papel nos campos económico e social. Entidade que detém um considerável património (a sua coutada estende-se por cerca de 1500 hectares), tem uma acção que se estende desde o relacionamento com os órgãos do Poder Central à criação de condições para artesãos laborarem na cidade, passando pelo relacionamento com concelhos vizinhos.

5. Do ponto de vista social, é notório o peso da implantação do Convento do Carmo, entidade que conhece ao longo do século XV uma nítida expansão.

As benesses recebidas pela nobreza (terras e coutadas) — por vezes em claro antagonismo com os interesses das populações — constituem exemplo da crescente importância desta classe social.

A influência da nobreza levou-a, em determinadas ocasiões, a tomar uma posição de confronto em relação aos monarcas. Está nesse caso a revolta liderada em 1478 pelo alcaide-mor de Moura e que acabaria por custar-lhe a vida.

6. Os finais do século XV são marcados por uma profunda intervenção operada no interior

do castelo. A campanha de obras, que culmina dois séculos de mutações sociais, resultou na modificação da alcáçova e na edificação de um complexo habitacional de grande vulto, destinado ao alcaide da cidade.

Os arrabaldes ocupam então uma extensa área a Sul do castelo e deixam já antever o crescimento que Moura conhecerá ao longo dos séculos XVI e XVII.

ABREVIATURAS

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.)
- Arquivo Histórico de Moura (A.H.M.)
- Arquivo Distrital de Beja (A.D.B.)
- Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (G.E.A.E.M.)

BIBLIOGRAFIA

FONTES

Manuscritas

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 - Chancelarias Régias
 - Livros 1 e 2 de Reis
 - Livros 1 e 2 de Místicos
 - Livro de Extras
 - D. Dinis — Livro 1, 2, 3, 4
 - D. Afonso IV — Livro 3, 4
 - D. Pedro I — Livro 1
 - D. Fernando — Livro 1
 - D. João I — Livro 2, 3, 4
 - D. Duarte — Livro 1
 - D. Afonso V — Livros 1, 11, 13, 16, 19, 20, 23, 30, 32, 34, 36, 37, 38
 - D. João II — Livros 1, 7, 8, 14, 24, 25, 26
 - D. Manuel I — Livro 26
 - Leitura Nova — Livros 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8 de Odiana
 - Convento do Carmo de Moura — Maços 1, 6 e 8. Livro 8
- Arquivo Distrital de Beja
 - Convento do Castelo, Escrituras, maço 6
- Arquivo Histórico de Moura
 - Tombo da vila de Moura, vols. I e II
- Paschoal, Diogo Vaz
 - Descrição da villa de Moura, suas particularidades e seu termo*
- Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar
 - Mapa 3042/2-21A-105

Impressas

- CORDEIRO, João, 1854 — *Da exploração do salitre em Portugal e com particularidade na villa de Moura*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MARQUES, A.H. Oliveira, 1984 — *Chancelarias portuguesas* — D. Pedro I, Lisboa, INIC.

- MENESES, Sebastião, 1889 — *Notícia sobre a Contenda de Moura*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- NEVES, Carlos Baeta, 1980 — *História florestal, aquícola e cinegética — colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, vol. I, Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas.
- NEVES, Carlos Baeta, 1982 — *História florestal, aquícola e cinegética — colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, vol. II, Lisboa, Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas.
- NEVES, Carlos Baeta, 1982a — *História florestal, aquícola e cinegética — colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, vol. III, Lisboa, Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas.
- NEVES, Carlos Baeta, 1983 — *História florestal, aquícola e cinegética — colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisboa, Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação.
- PEREIRA, Gabriel, 1887 — *Documentos históricos da cidade de Évora*, 2ª parte, Évora.
- PIMENTEL, Luís Serrão, 1680 — *Methodo lusitanico de desenhar as fortificações*, Lisboa, Imp. de António Craesbeck de Melo.
- RESENDE, Garcia de, 1798 — *Crónica de D. João II e Miscelânea* (reimpressão fac-similada da nova edição conforme a de 1798), Lisboa, Imprensa Nacional.

ESTUDOS

- ALMEIDA, João de, 1943 — *Reprodução anotada do livro das fortalezas de Duarte Darnas*, Lisboa, Editorial Império.
- ARAÚJO, Carlos et al., 1945 — *História da exploração da mina de Ruy Gomes* in «Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro», 1 (3-4), Lisboa, pp. 296-303.
- BARCELÓ, Carmen et al., 1987 — *Inscripciones árabes portuguesas: situación actual* in «Al-Qantara», vol. VIII, Madrid, pp. 395-420.
- BAZZANA, André et al., 1982 — *Du hisn musulman au castrum chrétien: le château de Perpunchent* in «Mélanges de la Casa de Velázquez», t. XVIII (1), pp. 449-465.
- BAZZANA, André, 1983 — *Les structures: fortification et habitat* in «Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale», s.l., Maison de l'Orient, pp. 161-172.
- BAZZANA, André et al., 1989 — *Saltés, une ville médiévale d'al-Andalus*, Madrid, Casa de Velázquez.
- BEIRANTE, Ângela, 1986 — *O Alentejo na segunda metade do século XIV — Évora na crise de 1383-1385* in «Estudos Medievais», nº 7, Porto, pp. 119-154.
- BEIRANTE, Ângela, 1988 — *Évora na Idade Média* (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), Lisboa.
- BOONE, James, 1992 — *The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: a caliphal-taifal period rural settlement in the Lower Alentejo of Portugal* in «Arqueologia Medieval», vol. I, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 51-64.
- BORGES, Artur et al., 1992 — *Almocavar de Moura — localização e epigrafia* in «Arqueologia Medieval», vol. I, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola/Edições Afrontamento, pp. 65-69.
- COELHO, António Borges, 1972 — *Portugal na Espanha Árabe*, vol. I, Lisboa, Seara Nova.
- COLLAÇO, João Maria Tello de Magalhães, 1931 — *Cadastro da população do reino* (1527), Lisboa.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho, 1965 — *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve — Entre Tejo e Odiana*, s.l., ed. do autor.
- DIAS, Pedro, 1988 — *A arquitectura manuelina*, Porto, Livraria Civilização Editora.
- EWERT, Christian, 1971 — *El mirhab de la mezquita mayor de Almería* in «Al-Andalus», vol. XXXVI, fasc. 2, pp. 391-460.
- FABIÃO, Carlos et al., 1991 — *O povoado fortificado de 'Mesas do Castelinho'*, Almodôvar in «Actas das IV Jornadas Arqueológicas», Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 305-319.
- FERRO, Maria José Pimenta, 1980 — *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- FERRO, Maria José Pimenta, 1982 — *Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV* in «Revista de História Económica e Social», nº 9, Lisboa, Sá da Costa Editora, pp. 75-89.
- FERRO, Maria José Pimenta, 1984 — *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. II, Lisboa, INIC.
- GAMITO, Teresa Júdice, 1990 — *O concelho de Moura na proto-história* in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 17-30.
- GARCIA, João Carlos, 1983 — *O Baixo Guadiana Medieval — formação de uma fronteira*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- GARCIA, João Carlos, 1986 — *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- GOMES, Rosa Varela, 1989 — *Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves.
- GUICHARD, Pierre, 1980 — *Le problème de l'existence de structures de type «féodal» dans la société d'Al-Andalus* in «Structures féodales et féodalisme dans l'Occident Méditerranéen», Paris, C.N.R.S., pp. 699-725.
- GUICHARD, Pierre, 1983 — *Géographie historique et histoire sociale des habitats fortifiés ruraux de la région valencienne* in «Habitats fortifiés et organisation de l'espace en Méditerranée médiévale», s.l., Maison de l'Orient, pp. 87-93.
- LAMAS, José, 1988 — *Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura — estudo prévio*, Lisboa.
- LOPES, David, 1911 — *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano* sep. de «Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional.
- MACHADO, José Pedro (coordenação), 1973 — *Cartas dirigidas a David Lopes*, Lisboa, Rev. de Portugal.
- MACIAS, Santiago, 1990 — *Fragmentos arquitectónicos tardo-romanos do Museu Municipal de Moura* in «Moura na época romana», Moura, Câmara Municipal de Moura, pp. 85-92.
- MACIAS, Santiago, 1992 — *A arqueta islâmica do Museu de Moura* in «Diário do Alentejo» (1/5/1992).
- MARQUES, A.H. Oliveira, 1981 — *A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a 'Reconquista'. O exemplo da cidade de Lisboa* in «História & Crítica», nº 7, Lisboa, pp. 19-24.
- MARQUES, A.H. Oliveira, 1987 — *A sociedade medieval portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa Editora.

MARQUES, A.H. Oliveira, 1987a — *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença.

MATTOS, Gastão de Mello de, 1941 — *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Comissão de História Militar.

MOREIRA, Rafael, 1989 — *A época manuelina in «Portugal no mundo — História das fortificações portuguesas no mundo»*, Publicações Alfa, pp. 91-142.

NYKL, A.R., 1940 — *Algunas inscripciones árabes en Portugal* in «Al-Andalus», vol. V, fasc. 2, pp. 399-411.

PEREZ-EMBED, Florentino, 1975 — *La frontera entre los reynos de Sevilla y Portugal*, Sevilla.

RETUERCE, Manuel, 1986 — *Cerâmica islâmica de la Cidade das Rosas, Serpa (Portugal)* in «Segundo Colóquio de Cerâmica Medieval en el Mediterraneo Occidental», Madrid, Ministerio de Cultura, pp. 85-92.

RIBEIRO, Orlando, 1970 — *A evolução agária no Portugal mediterrânico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

SILVA, José Custódio Vieira da, 1989 — *Castelos e cercas medievais — séculos XIV e XV* in «Portugal no mundo — História das fortificações portuguesas no mundo», Publicações Alfa, pp. 55-72.

SOARES, António Monge et al., 1985 — *O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia in «Arqueologia»*, nº 11, pp. 87-94.

SOUSA, Armindo de, 1990 — *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. I, Porto, INIC.

SOUSA, Armindo de, 1990a — *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. II, Porto, INIC.

SOUSA, João Silva de, 1991 — *A casa senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte.

TORRES, Cláudio, 1987 — *Cerâmica islâmica portuguesa*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.

TORRES, Cláudio et al., 1992 — *Cerâmica islâmica de Mértola — propostas de cronologia e funcionalidade* in «IV Congresso de Cerâmica Medieval do Mediterrâneo Ocidental», Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 497-536.

TORRES, Cláudio, 1993 — *O Garb al-Andalus in «História de Portugal»* (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 361-415.

TORRES, Ruy d' Abreu, s.d. — *Tratado das Terçarias de Moura* in «Dicionário de História de Portugal», vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 156.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1941 — *La alcazaba almohade de Badajoz* in «Al-Andalus», vol. VI, fasc. 1, pp. 191-198.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1942 — *La mezquita de al-Qanatir y el santuario de Alfonso el Sabio en el Puerto de Santa Maria* in «Al-Andalus», vol. VII, fasc. 2, pp. 417-437.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1943 — *La mezquita de la alcazaba de Badajoz* in «Al-Andalus», vol. VIII, fasc. 2, pp. 466-470.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1944 — *La acropolis musulmana de Ronda* in «Al-Andalus», vol. IX, fasc. 2, pp. 449-481.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1945 — *La mezquita real de la Alhambra y el baño frontero* in «Al-Andalus», vol. X, fasc. 1, pp. 196-214.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, 1953 — *La mezquita mayor de Almeria* in «Al-Andalus», vol. XVIII, fasc. 2, pp. 412-430.

TRINDADE, Maria José Lagos, 1962 — *A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XV* (dissertação de licenciatura polícopiada), Lisboa.

VALDÉS, Fernando, 1986 — *La alcazaba de Badajoz*, Madrid, Ministerio de Cultura.

VITERBO, Francisco Sousa, 1899 — *Diccionario histórico e documental dos architectos*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional.

NOTAS ↗

- 1 Cf. a esse respeito: Almeida, 1943; Pimentel, 1680: 324; Paschoal, fl. 15v e GEAEM, 3042/2-21A-105).
- 2 Gamito, 1990: 19.
- 3 Gamito, 1990.
- 4 Macias, 1990: 85-92.
- 5 Lopes, 1911: 67.
- 6 Coelho, 1972: 38.
- 7 Possivelmente onde hoje se situa a aldeia de Santo Aleixo, no concelho de Moura.
- 8 Araújo, 1945.
- 9 Soares et al., 1985: 87-94.
- 10 Nykl, 1940: 402-403.
- 11 Cordeiro, 1854.
- 12 Uma alcaria no período islâmico não contaria, em média, com mais de 4 a 10 fogos, o que nos faz pensar num número reduzido de pessoas a viver nos locais em torno do castelo de Moura. Cf., a esse respeito, Bazzana, 1983: 164.
- 13 Valdés, 1986.
- 14 Retuerce, 1986.
- 15 Fabião, 1991.
- 16 Boone, 1992.
- 17 Torres, 1987 e Torres, 1992.
- 18 Gomes, 1989.
- 19 Bazzana, 1989.
- 20 V. a esse respeito Machado, 1973; Nykl, 1940: 401-403 e Barceló, 1987: 413. Agradecemos aos Drs. Abdallah Khawli, Artur Goulart de M. Borges e Hafid Mokadem as informações fornecidas em relação a esta epígrafe.
- 21 Local para onde eram dirigidas as orações.
- 22 Torres Balbás, 1941: 191-198 e 1943: 466-470.
- 23 Torres Balbás, 1942: 417-437.
- 24 Torres Balbás, 1944: 449-481.
- 25 Torres Balbás, 1945: 196-214.
- 26 Torres Balbás, 1953: 412-430 e Ewert, 1971: 391-460.
- 27 Cemitério.
- 28 Borges, 1992.
- 29 M.M.M. — nº inventário 222/EPI 12 — Borges, 1992: 67.

- 30 M.M.M. — nº inventário 223/EPI 13 — Borges, 1992: 67-68.
- 31 Borges, 1992.
- 32 M.M.M. — nº inventário 221/EPI 11 — Borges, 1992: 68-69.
- 33 Borges, 1992.
- 34 Meneses, 1889.
- 35 Garcia, 1983: 14 e 28.
- 36 A.N.T.T., Livro 2 de Reis, fols. 36v-37v.
- 37 ANTT, Livro 2 de Reis, fol. 37.
- 38 Ibidem.
- 39 Trindade, 1962: 70-73.
- 40 Dias, 1965: 85.
- 41 Bazzana, 1982: 449-465.
- 42 Referido por Duarte Darmas como local de «muita água e boa».
- 43 Guichard, 1983: 92.
- 44 As dimensões deste torreão não foram apuradas.
- 45 Viterbo, 1899: 55-56.
- 46 Viterbo, 1899: 55-56.
- 47 A.N.T.T., Chancelaria de D. Pedro I, Liv. 1, fol. 63v.
- 48 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, I, fol. 12.
- 49 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 23 e 110v.
- 50 Este Vasco Martins Ruivo surge referenciado como proprietário de uma horta na zona do Brenhas, num documento de 1425 — A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 44.
- 51 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 52.
- 52 Mattos, 1941.
- 53 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, I, fol. 11v.
- 54 Recorde-se que a vara equivale a 1,1 m, ao passo que o côvado mede 0,70 m.
- 55 Esta casa pertencia à capela de João Rodrigues (Convento do Carmo de Moura) e estava aforada em fatiota por 100 reis por ano (A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fl. 74).
Registe-se ainda que não há, neste caso, qualquer referência a um sotão ou celeiro.
- 56 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 74.
- 57 Convém, no entanto, sublinhar que não dispomos de quaisquer elementos em relação a casas com pátio central em nenhuma das habitações medievais da Mouraria.
- 58 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18.
- 59 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 29.
- 60 Os escassos elementos existentes sobre a habitação na Moura da Baixa Idade Média não possibilitam a construção de séries estatísticas sobre a evolução do respectivo custo, nem permitem avançar dados precisos e generalizados sobre as características do habitat.
- 61 Collaço, 1931: 35.
- 62 As casas descritas no documento pertenciam a João Rodrigues, cavaleiro, estavam integradas nos bens da sua capela e destinavam-se a casa de habitação dos administradores da capela.
A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 66.
- 63 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 79.
- 64 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 79v-80.
- 65 Ferro, 1982: 83.
- 66 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 79-79v.
- 67 V., a esse respeito, a tipologia proposta por Beirante, 1988: 160-165.
- 68 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Liv. 3, fol. 167v.
- 69 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 110.
- 70 A.N.T.T., Livro 6 de Odiana, fols. 94v-95.
- 71 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 12v.
- 72 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 1, doc. 22.
- 73 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 106.
- 74 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 26v.
- 75 A localização da igreja, (numa zona extramuros), o nome do santo (frequentemente ligado a antigos *martiria*) e diversos achados do período paleo-cristão ocorridos nas imediações parecem apontar nesse sentido.
- 76 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 109.
- 77 Ribeiro, 1970: 82.
- 78 A.N.T.T., Livro 2 de Reis, fols. 22v-23v.
- 79 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Liv. 3, fol. 63.
- 80 A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Liv. 1, fol. 150.
- 81 Autoridade político-religiosa.
- 82 A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Liv. 4, fol. 63 e Livro 6 de Odiana, fols. 132-133.
- 83 A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Liv. 4, fol. 94.
- 84 A.N.T.T., Chancelaria de D. Fernando, Liv. 1, fol. 114v.
- 85 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 98.
- 86 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 44 e 73v.
- 87 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso IV, Liv. 3, fol. 7.
- 88 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 73v-74.
- 89 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 31.
- 90 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 49-49v; maço 6, doc. 44 e maço 1, doc. 1.
- 91 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 104v.
- 92 Dias, 1965: 84.
- 93 A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Liv. 3, fol. 19v.
- 94 A.N.T.T., Chancelaria de D. Pedro I, Liv. 1, fol. 63v.
- 95 A.N.T.T., Livro 2 de Odiana, fols. 253v-254.
- 96 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, I, fol. 19.
- 97 A.N.T.T., Livro 4 de Odiana, fols. 188v-189.
- 98 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 66.
- 99 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 79.
- 100 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 108.
- 101 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 54.
- 102 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 45-46.
- 103 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18.
- 104 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 48v.

- 105 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18.
A sua localização deveria ser, aproximadamente a das actuais termas, junto à muralha Este do castelo.
- 106 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 18.
- 107 Em Évora, por exemplo, são conhecidos 3 banhos públicos no antigo arrabalde de Alconchel — cf. Beirante, 1988: 560.
- 108 Marques, 1987: 90.
- 109 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 44.
- 110 Dias, 1965: 84.
- 111 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Livro 32, fol. 131.
- 112 V., sobre a importância desse tratado no contexto das relações entre Portugal e Castela, Resende, 1789: 25-26, 43-47 e 53-56 e Torres, s.d: 156.
- 113 Marques, 1984: 262.
- 114 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 66.
- 115 Marques, 1984: 510.
- 116 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Liv. 3, fol. 160v.
- 117 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Liv. 1, fol. 58.
- 118 Neves, 1980: 272.
- 119 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 8, fol. 150v.
- 120 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 30, fol. 174v.
- 121 A.N.T.T., Chancelaria de D. Fernando, Liv. 1, fol. 41.
- 122 A.N.T.T., Chancelaria de D. Fernando, Liv. 1, fol. 100.
- 123 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 8, fol. 150v.
- 124 Beirante, 1986: 125.
- 125 A.N.T.T., Livro 6 de Odiana, fols. 293-293v.
- 126 A.N.T.T., Livro 6 de Odiana, fols. 294-294v.
- 127 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Liv. 3, fols. 81v-82.
- 128 A.N.T.T., Livro 2 de Odiana, fols. 261v-262v.
- 129 Neves, 1980: 245.
- 130 Neves, 1980: 252.
- 131 A.N.T.T., Livro 5 de Odiana, fols. 120-120v.
- 132 A.N.T.T., Livro 2 de Odiana, fols. 290v-292.
- 133 A.N.T.T., Livro 1 de Odiana, fol. 109v-110.
- 134 A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Liv. 2, fol. 125v.
- 135 Determinava-se que se o dito Lopo Vasques pretendesse vender essa terra, que o fizesse primeiro saber ao almoxarife de Moura. Se este a não quisesse, podia a mesma ser vendida, desde que não fosse a «clerigo nem frade nem homem nem molher de religiam nem caualleyro nem dona nem scudeiro nem mouro nem judeu». A.N.T.T., Chancelaria de D. João I, Liv. 4, fols. 44v-45.
- 136 Marques, 1987a: 232-233.
- 137 A.N.T.T., Livro 4 de Odiana, fols. 261-261v.
- 138 Marques, 1987a: 233 e Neves, 1980: 41-42.
- 139 Pereira, 1887: 170-171 — sublinhado nosso.
- 140 Exceptua-se o caso de Martim Afonso de Mello, cuja família surge ligada à ida a Ceuta, em 1438 — cf. Sousa, 1991: 120 e 446. O nome de Martim Afonso de Mello é ainda mencionado como guarda-mor e membro do conselho de D. Afonso V — Pereira, 1887: 58.
- 141 A.N.T.T., Liv. 2 de Místicos, fol. 51.
- 142 Resende, 1789: 24.
- 143 Resende, 1789: 80.
- 144 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 7, fols. 101v-102.
- 145 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 43.
- 146 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 115-115v.
- 147 A jurisdição de Moura pertenceu, desde sempre, à Coroa. Tal facto, atestado pelos diversos forais que à localidade foram outorgados, não excluiu a entrega das rendas e direitos da cidade a diversos elementos da nobreza (cf. supra). De acordo com um documento da Chancelaria de D. Dinis Moura seria sempre da Coroa, não podendo pertencer nem a Rainha, nem a Infante, nem a Ricomem nem a outrem -A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Liv. 2, fol. 117v e Livro 1 de Odiana, fols. 80v-81.
- 148 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, I, fols. 59-60v.
- 149 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, II, fol. 120.
- 150 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, II, fols. 122-122v.
- 151 Marques, 1984: 258-259.
- 152 A.N.T.T., Livro 4 de Odiana, fols. 187v-188.
- 153 A.N.T.T., Chancelaria de D. Fernando, Liv. 1, fol. 39v.
- 154 A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Liv. 2, fol. 117v.
- 155 A.N.T.T., Livro 4 de Odiana, fols. 189-189v.
- 156 A.N.T.T., Livro 4 de Odiana, fol. 189v.
- 157 A.N.T.T., Livro 4 de Odiana, fols. 188-188v.
- 158 Temos apenas a referência ao alcaide pequeno Pero Begono (em 1450) — ANTT, Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 48v.
- 159 Sousa, 1990a: 19, 23, 24 e 26.
- 160 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 11, fol. 58.
- 161 Neves, 1982: 119.
- 162 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, I, fol. 11.
Esses direitos são, aliás, confirmados de forma inequívoca pelo foral manuelino — Dias, 1965: 84.
- 163 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 37, fol. 63v.
- 164 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 36, fol. 154v.
- 165 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 26, fol. 19.
- 166 Ver sobre esta disputa: A.N.T.T., Livro 5 de Odiana, fols. 190, 184v-185v e 192v-193; Chancelaria de D. Manuel, Liv. 28, fols. 33-33v.
- 167 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, I, fol. 23v.
- 168 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 11, fol. 58.
- 169 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 104.
- 170 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 105v.
- 171 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 47v.
- 172 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fols. 23v e 49.
- 173 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 97.
- 174 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 1, doc. 27.
- 175 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 1, doc. 27.
- 176 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 1.

- 177 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 2.
178 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, maço 6, doc. 17.
179 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 99v.
180 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 112v.
181 A.N.T.T., Chancelaria de D. Dinis, Liv. 2, fol. 120 e Marques, 1981: 19-24.
182 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso IV, Liv. 4, fol. 54.
183 A espacialidade das casas meridionais, desconhecida pelos cristãos do Norte, levou a que muitas delas fossem fragmentadas em várias unidades. Cada uma destas era posteriormente utilizada de forma autónoma. Cf., sobre esse tema, Torres, 1993.
184 A.N.T.T., Livro 6 de Odiana, fol. 132.
185 A.N.T.T., Livro 6 de Odiana, fol. 132v.
186 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 11, fol. 58v.
187 Chanc. D. Pedro I, 1984: 143.
188 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 30, fol. 103.
189 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 8, fol. 219v.
Temos ainda notícia da actividade de vários judeus como artesãos (tintureiro, alfaiate, tosador, ferreiro e sapateiro) na segunda metade do século XV, embora a documentação refira também a existência de membros desta minoria ligados à administração (escrivão da câmara e almotacé) — Ferro, 1984: 276-277.
190 A.N.T.T., Livro 1 de Místicos, fol. 97.
191 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 99v.
192 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 103.
193 A.N.T.T., Chancelaria de D. João II, Liv. 1, fol. 139.
194 A.H.M., Tombo da Vila de Moura, I, fol. 11v.
195 A.N.T.T., Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 36, fol. 156.
196 A.N.T.T., Convento de Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 98v.
197 A.N.T.T., Convento do Carmo de Moura, Liv. 8, fol. 74.
198 A.D.B., Convento do Castelo, Escrituras, 5 (Maço 6 — doc. 3) 89.

CENTROS OLEIROS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO (Séc. XIII) CONTRIBUTO PARA O SEU INVENTÁRIO E CARTOGRAFIA

MÁRIO JORGE BARROCA



O estudo que ora se apresenta é já velho de alguns anos, tendo sido elaborado para suporte de uma parte da Aula Pública por nós apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 3 de Julho de 1987 no âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, subordinada ao tema «Cerâmica Medieval do Noroeste de Portugal (Séculos XI a XV)». No contexto dessa Aula, procedemos ao levantamento de referências documentais no sentido de ensaiar uma primeira cartografia dos centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho, tendo sido apenas apresentado o resultado final, e não a base documental sobre a qual nos apoiámos. Razões de vária natureza, a que em parte somos estranhos, têm obrigado ao adiamento sucessivo da publicação de um trabalho mais ambicioso do que este que agora aqui divulgamos, onde a abordagem dos centros oleiros medievais de Entre-Douro-e-Minho surgiria com outro enquadramento. Julgamos que apesar das suas limitações, a caracterização dos principais centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho para a Baixa Idade Média, por se tratar de uma temática que, dada a multiplicação de escavações, tem vindo a despertar crescente interesse, justifica a publicação de este contributo.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Um dos clássicos problemas com que se debate o Arqueólogo quando se propõe estudar o espólio de uma escavação — seja ele cerâmico ou metálico — é o de identificar a sua proveniência, o seu centro de fabrico. A Arqueologia Medieval apresenta, neste como noutros aspectos, vantagens assinaláveis em relação à Arqueologia de

períodos anteriores, já que pode contar com outras fontes de informação que não apenas as derivadas da escavação e do registo arqueológico. Entre essas fontes, e para além dos contributos fundamentais vindos da Iconografia e da Etnografia, deve ser destacado o papel desempenhado pelas fontes escritas coevas.

Na leitura da documentação medieval chamou-nos a atenção uma série de referências a estruturas «produtivas», cujo levantamento empreendemos e que já nos permitiram ensaiar a cartografia das ferrarias medievais do Norte de Portugal¹. O levantamento que agora damos ao público procura abordar, numa mesma linha metodológica, os centros de produção de cerâmica para uma área que corresponde apenas ao Entre-Douro-e-Minho — sensivelmente metade da área geográfica que foi estudada para as ferrarias. Para o levantamento e sua cartografia apenas foi considerada documentação publicada, não tendo sido utilizada qualquer fonte inédita. Para tanto servimo-nos de documentos avulsos incluídos nas principais colecções documentais,

e, sobretudo, das Inquirições de 1220 e 1258. Apenas foram consideradas as referências inequívocas a fornos de telha ou de cerâmica, não tendo sido consideradas as numerosas referências a fornos que não especificam melhor a sua natureza por poderem ser fornos de pão, de cal ou de outra actividade.

Antes de passarmos ao levantamento documental e ao seu ensaio cartográfico, convém desde já salvaguardar que o tipo de informação que estas fontes nos pode transmitir é parcelar, correndo o risco de nos fornecer uma imagem falseada. Tal deriva não só do facto de a massa documental disponível ser limitada e de distribuição desigual, escasseando para certas zonas e/ou épocas, mas também pelo facto de que a maior parte das referências identificadas dizem respeito ao pagamento de foros devidos ao monarca. Ora, como se sabe, na maior parte dos casos apenas os fornos telheiros pagavam foros, estando muitos dos fornos de produção oleira isentos dessa obrigação. Assim, uma parte das olarias de Entre-Douro-e-Minho pode escapar-nos perante o silêncio das fontes documentais. Esta deficiência pode ser em parte compensada se tivermos em conta que alguns centros oleiros eram também centros de produção de telha, até porque a complementaridade das duas produções é fundamental, sendo em muitas cozeduras colocadas alternadamente peças de cerâmica e telhas ou tijolos. Algumas passagens documentais referem explicitamente essa convivência da produção oleira e telheira. Mas isso não impede que alguns centros se dedicassem exclusivamente à produção de peças de cerâmica, como acontece ainda hoje com alguns centros de olaria tradicional. Deste modo, é de supor que uma parte dos núcleos oleiros pode — e deve — ter passado despercebido na documentação coeva. Mas, a identificação de um centro de produção de telha reflecte, indubitavelmente, a proximidade de fontes de matéria prima (barreiras), de combustível (manchas florestadas onde se reco-

lha lenha necessária à cozedura), e também uma tradição do trabalho da argila. Poderemos, assim, deduzir com alguma segurança, que coincidindo com centros telheiros ou nas suas imediações, se deveriam implantar núcleos oleiros. Por isso, a cartografia dos primeiros, melhor ilustrada na documentação da época, pode servir para uma primeira caracterização dos segundos.



Fig. 1 - Cartografia das referências documentais a centros oleiros e telheiros de Entre-Douro-e-Minho: PO = Porto, G = Guimarães, BR = Braga, BA = Barcelos, VI = Viana do Castelo. A numeração corresponde à utilizada no levantamento documental. Os círculos assinalam fornos oleiros, os triângulos correspondem aos fornos telheiros.

2. LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

Nº 1 — Grijó (Vila Nova de Gaia)

1128, Maio, 22

Na carta de couto do Mosteiro de Grijó encontra-se nomeado, entre os limites abrangidos pelo diploma: «...et inde per illum fontanum ad fornum tegularium...»².

1139, Abril, 27

Nos limites do «território» do Mosteiro de Grijó nova referência: «...et inde per fontanum ad fornum tegularium ...»³.

1157, Outubro

Nuno Soares de Grijó doa ao mosteiro de Grijó uma parte do seu casal de Linhares: «...quomodo vadit ad illum fornum qui est circa fontem et vadit per illam stratam et claudit per illum vallum de Linhares...»⁴.

Forno de telha monástico. É provável que tenha sido construído para fornecer telha à primeira igreja durante a sua construção, e que se tenha mantido em uso durante mais algum tempo, fazendo face às necessidades da comunidade monástica, como o sugerem as referências espaçadas de vários anos (1128 a 1157). Não é o único exemplo que conhecemos de um forno de telha erguido junto de uma casa monástica para fornecimento na sua fase de construção. Em Salzedas o forno cerâmico de que ainda hoje subsistem vestígios deve ter preenchido funções semelhantes e, como veremos mais adiante, o mesmo se devia passar com o mosteiro de Moreira da Maia. É provável que o forno de Grijó já estivesse abandonado nos inícios da segunda metade do século XIV, já que em 1365 se regista entre as despesas anuais do Mosteiro: «...Item despendem en cal e en telha pera as cassas do moesteiro e en canos pera agua e en tegellos pero o forno vinte libras ...»⁵.

Pela mesma fonte ficamos a saber que o mosteiro gastava «...en caldeiras e panelas pera as cozinhas e pera o forno seis libras ...» e que «...en talhadores e escudellas e vassos e piichees ...» gastavam oito libras por ano⁶.

Nº 2 — Gaia

1339

Na Inquirição que D. Afonso IV manda tirar sobre os direitos do Bispo e Cabido da Sé do Porto, refere-se explicitamente o fornecimento de olaria vinda de além-Douro: «...84. Item. As ollas que ueem daallem doyro costumaromnas sempre de trager em collo domeens e de molheres em carregos. E estes que assy ditas ollas trouuerem em nos collos darám de cada carrega de homem huma olla ou huum cantaro, qual ante o dito moordomo quiser. E sse as ditas ollas veherem em bestas darám de cada carrega duas ollas. E uerrém todas aa feira que he da egreja ...»⁷.

Zona oleira de tradições ancestrais, comportando barreiras, oficinas e fornos, com actividade segura em tempos medievais, embora deficientemente documentada. Deve ter ocupado um lugar de destaque no abastecimento da cidade do Porto. A notícia fornece pormenores interessantes sobre o local de venda — o mercado do Bispo, que se reunia desde os tempos de D. Sancho I «...ante Sanctam Mariam...»⁸ — e sobre

os sistemas de transporte utilizados — dorso humano ou de animal, taxados com diferente carga fiscal tendo em atenção ao volume de mercadoria transportada. Pelo mesmo documento ficamos a saber que vinham para o Porto olas e cântaros de além-Douro, «pichees» de Braga, bem como escudelas, talhadores e «graais» (sem que se indique a proveniência destes últimos). As escudelas deviam ser em madeira, tal como o eram os talhadores, tábuas sobre as quais se serviam alimentos à mesa. Os «graais», formas para beber, deviam ser em cerâmica. Na mesma Inquirição registam-se alguns pormenores interessantes sobre a cobrança dos foros: «...toda besta que veher aa dita cidade que trouuer ollas aquel cujas forem pagará ao dito Senhorio, de cada carrega, duas ollas em esta guisa: escolherá aquel que as trouuer em huma ola da carrega qual quiser, e o moordomo da dita egreja em outra, e darlha outra olla que nom possa caber em aquello que lhe o dito moordomo filhar...»⁹.

O mesmo imposto — duas peças por carregamento em besta — era devido quer se tratasse de olas, cântaros, «pichees» de Braga, escudelas, talhadores ou «graais». De igual modo se estipula que quem trouxesse a mercadoria até à cidade, para vender no mercado, não deveria «desliar» a carga sem que o mordomo da Igreja tivesse chegado. A presença de oleiros em Gaia encontra-se documentada de uma forma directa apenas em época tardia, já nos fins da Baixa Idade Média, através de dois documentos divulgados por António Cruz:

1460, Dezembro, 20

Compareceu perante a Câmara do Porto Martim Gonçalves, oleiro, que vivia «aalém» (Gaia), e que viera da zona de Coimbra a convite da Câmara com a garantia de certos privilégios, nomeadamente o de não ser citado para besteiro, queixando-se que os privilégios que lhe tinham sido prometidos não estavam a ser cumpridos. O documento é particularmente interessante por

nos revelar a deslocação de um mestre oleiro do centro do País para o aro urbano do Porto a convite da Câmara, denunciando o interesse desta em incrementar a produção oleira a Sul do Douro ¹⁰.

1495, Fevereiro, 4

A Câmara do Porto aforou uma devesa além-rio, em Gaia, ao oleiro Belchior Martins pela renda anual de 60 reais ¹¹.

Nº 3 — Fânzeres (Gondomar)

1258

As Inquirições de D. Afonso III referem no Julgado de Gondomar, zona de Fânzeres: «...et omnes qui fecerint tegulam debent dare de qualibet fornada unum modium tegule et est modium CXX tegulas...» ¹².

A referência das Inquirições não permite precisar melhor no espaço o local onde se faziam telhas, indicando apenas que era na zona de Fânzeres. O microtopónimo Barreiros, que se conserva na zona, deve ser memória dessa ancestral actividade.

Nº 4 — S. Pedro da Cova (Gondomar)

1258

Segundo as Inquirições de D. Afonso III, na zona de S. Pedro da Cova, Julgado de Gondomar, os seus moradores: «...vadunt extra cautum facere carbonem et pro barro...» ¹³.

Uma vez mais as Inquirições não permitem melhor precisão no espaço. Tão pouco sabemos se seriam apenas barreiras ou se haveria tradição oleira.

Nº 5 — Moreira (Maia)

1235, Julho

Os habitantes de Queeriz (Quiraz, S. Pedro de Avioso) tinham de dar, pelo pagamento de renda, ao Mosteiro de S. Salvador de Moreira da Maia, entre outros bens, «...unam carratam de barro ad teliam faciendam ...» ¹⁴.

O documento revela-nos que o Mosteiro de

Moreira da Maia devia ter um forno de telha, e que na zona de Quiraz (S. Pedro de Avioso) havia barreiras que deviam ser exploradas pelos moradores da zona.

Nº 6 — Quiraz (S. Pedro de Avioso, Maia)

Presença de barreiras documentada em 1235 (vd. nº 5).

Nº 7 — Vilar do Pinheiro (Vila do Conde)

1069

Documento de venda de forno telheiro: «...ille nostro forno telheiro con suo terreno quomodo est conclusu per illos marcos pedrinios qui stant super illo forno et inde per ille rrequeira et inde rrequeira inprono et fere in ilo rio et inde per ille rio infesto et fere in illos marcos petrinios unde primider incoavimus » ¹⁵.

O forno de telhas localiza-se em Vilar de Porcos, hoje Vilar do Pinheiro, sendo provável que nesse «seu terreno» cuidadosamente delimitado por marcos de pedra estivesse a oficina de oleiro.

Nº 8 — S. Pedro de Oliveira (Braga)

1258

As Inquirições reportam-se a uns «...marcos de forno teleyro...» ¹⁶.

Provavelmente já estaria abandonado já que apenas se refere a ele como elemento de delimitação de território.

Nº 9 — Candoso (Guimarães)

1220

Inquirições de D. Afonso II referem para Santiago de Candoso: «.... habet ibi eciam fornos ubi faciunt tegulam, et de quantas fornadas ibi cozerent debent dare regi vj.vj. qr de tegula ...» (qr = quartarios) ¹⁷.

1258

Para a mesma zona registam as Inquirições de D. Afonso III: «...et stat ibi unus fornus tegule, et dant inde annuatim Domino Regi de qualibet fornada tegule vj. quartarios tegule...» ¹⁸.

A produção deste centro telheiro devia destinar-se maioritariamente ao abastecimento do núcleo urbano de Guimarães.

Nº 10 — Silvares (Guimarães)

1258

As Inquirições de D. Afonso III registam testemunho em Sta Maria de Silvares que «...dixit quod in forno de Portu ubi fecerunt tegulam quod est regalengus ipse campus ibi jacet...» ¹⁹.

O forno telheiro de Silvares, erguido no lugar de Porto e pertença do Rei, estava abandonado.

Nº 11 — Creixomil (Guimarães)

1220

As Inquirições de D. Afonso II registam que os moradores de Creixomil «...debent levare tegulam Regis de forno teleiro ad casalem de Rabicis...»²⁰.

1220

Os moradores de S. Vicente de Mascotelos confirmam as referências a Creixomil: «...de casalibus regalenguis qui sunt in termino de Creximil debent facere aream pro ad messem malare, et ducere tegulam Regis de forno teleiro usque ad casalem de Rabizis cum aliis de altera collatione...»²¹.

Ambas as passagens das Inquirições de 1220 se reportam à mesma obrigação dos oleiros de Creixomil de levarem as telhas devidas como foro ao monarca até ao casal de Rabizis.

Nº 12 — Guimarães

C. 1220

Uma Inquirição não datada de D. Afonso II, provavelmente realizada pouco depois das Inquirições Gerais de 1220, reportando-se a Guimarães revelam que os seus moradores «...debent dare ad repostem lineam et cantaros et panelias quantas ibi opus habuerint debent etiam dare XX concas et X vasos et quando dominibus Rex exierit de villa ipsos cui remanserit de cantareis et de panelis et de conquis et de vasis debent dare Maiordomibus...»²².

Referência a olarias urbanas, certamente para o abastecimento citadino de Guimarães (que se abastecia de telhas nos centros telheiros das vizinhanças, cf. nº 9, 10 e 11). É possível que se implantassem já no Bairro da Cruz da Pedra, junto da zona dos curtumes. A actividade oleira tradicional em Guimarães, que se documenta desde os tempos medievais, permanecia nos inícios do nosso século, tendo sido então objecto de estudo por Rocha Peixoto²³.

Nº 13 — Cervães (Vila Verde)

1220

Nas Inquirições de D. Afonso II, reportando-se a S. Salvador de Cervães, diz-se que «...de hereditate de Gunsalvo Gontegiz dant ollas Regi et Domino Terre quando per ibi venit, quantas opus habuerint...»²⁴.

1258

Nas Inquirições de D. Afonso III: «...et se Elrei quiser olas dessa quintana [de Perra] non lidam in esse anno outro foro et quando levam as olas dam li razom et non fazem outro foro al Rey ...»²⁵.

Séc. XIV

No Censual do Couto de Braga e da Terra de Faria: «...It. Da Igreja de Cervãaes terra de Prado — XII modios de telha o modio de CC telhas...»²⁶.

[1369-1380]

Censual do Cabido de Braga: «...It. Da Igreja de Çervãaes doze moyos de telha por dya de Sancta Maria de Agosto ...»²⁷.

Em Cervães implantava-se um dos mais importantes centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho, bem documentado para a Idade Média. A sua actividade enquadra-se numa das manchas minhotas mais densas em testemunhos de olarias, que se estendia por todo o Julgado de Prado e se prolongava para Sudoeste, sempre a Norte do Cávado, até Galegos e Areias de Vilar (Barcelos). A área inclui numerosas barreiras e ainda hoje preserva tradições oleiras muito fortes. Numerosos microtopónimos ficaram a atestar essa tradição de raiz medieval: Barral, Barreiras, Barreiro, Telheiras, Oleiros, etc.²⁸. As olarias do Prado continuam em laboração, e Rocha Peixoto consagrou-lhes no início deste século um clássico estudo etnográfico²⁹. Os fornos de Areias de Vilar estão hoje abandonados, mas os testemunhos da olaria nestas paragens junto de Barcelos estão ainda bem patentes nas numerosas oficinas de ceramistas da zona de Galegos.

O centro oleiro de Cervães é não só dos mais bem documentados no Entre-Douro-e-Minho para os tempos medievais, mas também dos mais importantes, a julgar pelos foros que deviam pagar, quer ao Rei quer ao Arcebispo de Braga. É provável, como defendeu Avelino de Jesus da Costa, que o silêncio do Censual do Bispo D. Pedro, dos fins do século XI, lhe reserva se tenha ficado a dever a lapso ou esquecimento. Assim, a referência incluída no Censual do Couto de Braga e da Terra de Faria, do século XIV, que transcreve quase integralmente o Censual do Bispo D. Pedro, poderia remontar já aos fins do século XI. Mas esse silêncio, se não se ficou a dever a lapso ou esquecimento, pode ajudar a delimitar cronologicamente o arranque da tradição oleira nesta área.

É provável que a produção oleira e telheira de Cervães e da Terra ou Julgado de Prado se destinasse preferencialmente ao abastecimento do centro urbano de Braga. O produto dos oleiros desta zona devia ser comercializado quer no in-

terior de Braga, em mercado, quer na importante feira de Prado, documentada desde os inícios do século XIV (1307), e que se reunia quinzenalmente por um dia ³⁰.

Nº 14 — Braga
[1368-1380]

O Censual do Cabido de Braga refere a: «...rua que se chama da Olaria ... vem da Porta do Sol até ao canto da rua da Erva...» ³¹.

O facto de o grosso do abastecimento de Braga poder ter sido garantido pelos oleiros de Prado-Cervães, não afasta a hipótese de Braga ter tido oleiros no interior do seu espaço urbano. É o que sugere a existência da rua da Olaria, já referida em [1368-1380] no Censual do Cabido de Braga, hoje desaparecida, que ocupava parte do Rocio da Sé, estendendo-se entre o extremo sul do transepto e a rua D. Gonçalo Pereira (antiga Rua da Erva).

Nº 15 — Infesta (Celorico de Basto)
1220

As Inquirições de D. Afonso II reflectem a existência de um centro oleiro em S. Salvador de Infesta que contava então apenas com dois oleiros: «...et omnes debent dare singulas ollas que levent singulas taligas, quandocum que Dominus Terre receperit regem, qui faciunt ollas. Sunt etiam ibi duo ollarii qui debent dare viiij.viii ollas in omnibus kalendis...» ³².

1258

Nas Inquirições de D. Afonso III repetem-se algumas referências a oleiros em Infesta: «...in Carvalia... et debent dare quolibet mense X. olas Domino Terre...» ³³.

«...Arravalde ... hereditate que fuit Alviti Cidiz... et de magis deant IX. ollas in quolibet mense Domino Terre, et debet levare illas usque ad Unom et nom plus...» ³⁴.

As várias referências das Inquirições de 1220 e 1258 testemunham a presença em Infesta de um centro oleiro dedicado sobretudo à produção

de cerâmica de uso doméstico, já que não se referem foros sobre outros produtos. Pelo volume de foros a pagar, devia tratar-se de centro relativamente modesto.

Nº 16 — Vale de Bouro (Celorico de Basto)
1258

As Inquirições de D. Afonso III registam um testemunho em S. Martinho de Vale de Bouro que referia «...una vinea que jacet in loco qui dicitur Casal est oliaris de Riali...» ³⁵.

A multiplicação de referências em duas freguesias quase contíguas (Infesta e Vale de Bouro) parece indicar a presença de olarias com algum peso e tradição.

Nº 17 — Loureiro (Peso da Régua)
1258

As Inquirições de D. Afonso III ao delimitarem um «...campum regalengum in termino de Barco in parochia de Laureyro ...» referem um «...sautum super fornum tileyrum ...» ³⁶.

Nº 18 — Mesão Frio
[1140-1162]

Na doação da igreja de S. Martinho de Mesão Frio a Martinho Calvo refere-se entre os limites: «...et vadit ad villa Sobreira et de subtus fornus tegularum et vadit ad Dorio...» ³⁷.

3. COMENTÁRIO À CARTOGRAFIA

Apesar de todas as limitações de que enferma este levantamento, e que já tivemos oportunidade de sublinhar, a cartografia dos seus dados (Fig. 1) revela algumas curiosas concentrações de referências documentais que nos permitem conhecer um pouco melhor o abastecimento de alguns centros urbanos, nomeadamente Porto, Braga, Barcelos e Guimarães.

Uma primeira concentração de referências documentais polariza-se em torno da cidade do Porto, denunciando a presença de actividade oleira «além-Douro», em Gaia, possivelmente na área do Candal, de Coimbrões e de St^o Ovídio. Alguns microtopónimos, como «Telheiras de Cima» e «Telheiras de Baixo» devem ser eco dessa actividade oleira. Mas o abastecimento da cidade contava ainda com centros oleiros a Norte do Douro, para Leste do Porto, na área de Fânzeres e S. Pedro da Cova.

No caso da cidade de Guimarães, as referências documentais parecem indicar que o abastecimento de telha seria garantido por fornos telheiros localizados em Candoso, Silvares e Creixomil, que também poderiam ter algum papel no fornecimento de peças de olaria. No entanto, também se documenta produção oleira na orla do perímetro urbano de Guimarães, imediatamente a Sul das suas muralhas. O afastamento das olarias dos centros urbanos e a sua implantação na periferia urbana compreende-se facil-



Fig. 2 – Possível área de influência dos centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho. Cada círculo assinala uma área com 15 km de raio

mente se atendermos aos perigos de incêndio que a presença dos fornos de cozedura oferecia, com consequências agravadas pela concentração de casas em pequenos espaços, contíguas umas às outras, e muitas vezes utilizando a madeira, a taipa e o colmo como materiais ou técnicas construtivas³⁸.

As cidades de Braga e de Barcelos deviam ser abastecidas por pequenas oficinas locais (como se documenta para Braga) mas sobretudo pelo grande centro oleiro de Prado/Cervães, que se prolongava em mancha quase contínua até Galegos e Areias de Vilar.

Um pouco mais para interior, as referências a olarias na área das Terras de Basto e na orla do Douro ajudam a compôr um quadro que é necessariamente ainda muito incompleto. Essas olarias seriam de abastecimento regional, como muitas outras que a

leitura da documentação deverá ir revelando aos poucos. Mas, apesar das limitações de que enferma esta cartografia, que somos os primeiros a ter consciência e a sublinhar, limitações inerentes à qualidade das referências documentais e ao facto de apenas nos termos socorrido de documentação publicada, não podemos deixar de constatar que, aos poucos, o panorama se vai compondo. Se tomarmos cada centro oleiro e tivermos em consideração que a sua área de abastecimento poderia abranger, sem grandes dificuldades, um raio de 15/20 km, verificamos que a cartografia das referências documentais acaba por cobrir uma parte significativa do território de Entre-Douro-e-Minho (Fig. 2), sem prejuízo de que outros núcleos de oleiros possam vir a surgir na mesma área, concorrendo com os já cartografados no abastecimento de cidades ou de áreas rurais.

Um último e breve comentário apenas para ressaltar que o vazio que se assinala a Norte do rio Lima radica sobretudo no menor volume de documentação publicada que possuímos para essa área.

4. O CENTRO OLEIRO DE PRADO/CERVÃES

O número de referências à produção oleira do Prado e o volume dos seus pagamentos — a duas entidades: Monarca e Arcebispo de Braga — chamou, desde cedo, a nossa atenção por nos parecer que este seria um dos centros cerâmicos privilegiados para uma análise mais profunda. Cremos que, com os dados que fomos recolhendo sobre a produção cerâmica deste centro, será possível agora avançar um pouco mais na caracterização da sua produção e da sua área de abastecimento.

Desde há algum tempo que tem vindo a ser identificado em várias escavações um fabrico cerâmico com características que permitem afirmar que estamos perante uma produção de um

mesmo centro oleiro, com vincada personalidade. Essas cerâmicas surgiram pela primeira vez em volume significativo nas escavações do Castelo de Faria promovidas pelo Grupo «Alcaldes de Faria», nos anos 30 deste século. Apesar de a metodologia então utilizada ter empobrecido muito o valor cultural do espólio exumado, no que respeita a este núcleo de cerâmicas, elas vinham desde logo evidenciar que se devia tratar da produção de um centro oleiro nas imediações de Faria. Mais recentemente voltamos a encontrar fragmentos idênticos em várias estações arqueológicas do Entre-Douro-e-Minho:

- na Torre de Vasconcelos (Sta. Maria de Ferreiros, Amares), onde dirigimos trabalhos arqueológicos;
- no «Castelo de Paranhos», a Residência Senhorial dos Redondos, em Terroso (Vila do Conde) onde tivemos oportunidade de recolher fragmentos em prospecção de superfície;
- na área da Necrópole Medieval de Mondim (Parque, Barcelos), em prospecções de superfície e posteriormente em escavações dirigidas por nós e pelo Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida;
- na importante necrópole medieval de Fão (Esposende), escavada pelo Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida;
- nas escavações da Igreja de Sta. Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo), orientadas pelo Dr. António J. Leal e pelo Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida;
- na necrópole medieval do Mosteiro de Roriz (St^o Tirso), em escavações nossas e de Jesus Manuel Pires Martinho;
- nas escavações de Monte Córdova (St^o Tirso) levadas a cabo por Jesus Manuel Pires Martinho;
- nas escavações urbanas do Porto, em intervenções arqueológicas em distintos locais orientadas pelos Drs. Manuel Luís



Fig. 3 - Cartografia dos achados de Cerâmica «Tipo Prado»: 1 - Porto, 2 - Monte Córdova (St^o Tirso), 3 - Roriz (St^o Tirso), 4 - «Castelo» de Paranho (Terroso, Vila do Conde), 5 - Castelo de Faria (Barcelos), 6 - Fão (Esposende), 7 - Braga, 8 - Torre de Vasconcelos (Amares), 9 - St^o Ovídio (Vila Verde), 10 - Mondim (Panque, Barcelos), 11 - S. Maria de Geraz do Lima (Viana do Castelo)

Real, Isabel Pinto Osório, Filipe Fernando Teixeira, Paulo Dórdio Gomes e Ricardo Teixeira;

- nas escavações da Rua de N^a S^a do Leite, em Braga, dirigidas pela Dra. Alexandra Gaspar;
- em S. Julião de Caldelas (Vila Verde), provenientes de recolhas de superfície, conservadas e expostas no Museu Pio XII, do Seminário Maior de Braga.

Sem dúvida que esta breve relação será rapidamente ampliada, mas ela permite desde já verificar que a distribuição geográfica deste fabrico tem como epicentro uma área que é, genericamente, a da mancha de oleiros do Prado/Cervães (Fig. 3). O ponto

mais distante até agora identificado é o do Porto, de resto um caso significativo. A Inquirição de D. Afonso IV aos direitos do Bispo e Cabido da Sé revela-nos, como vimos, que em 1339 o Porto recebia «pichees» de Braga. Não cremos, no entanto, que as olarias urbanas de Braga tivessem uma importância tal e um volume de produção tão grande que pudessem abastecer a cidade do Porto. Efectivamente, cremos que a maior parte da sua produção seria para abastecimento da própria urbe. Pelo contrário, estamos convencidos que quando a Inquirição registava para algumas peças a proveniência «de Braga» não queria dizer que eles tinham sido feitas dentro do perímetro urbano de Braga mas sim na sua zona, e que eram provavelmente comercializados a partir da cidade. A sua produção não seria, portanto, de Braga mas eles chegariam ao Porto através de Braga. Ora, nas imediações de Braga apenas o centro oleiro do Prado deveria ter possibilidade de produzir peças num volume tão significativo. De resto, atente-se a que a referência de 1339 diz tratarem-se de «pichees», formas próprias para líquidos, e não de cerâmicas comuns, como as olas. Essas formãs para líquidos, um pouco mais requintadas que as restantes produções por se destinarem ao consumo de bebidas, podendo ir à mesa, eram as únicas que podiam ser comercializadas a um preço algo mais elevado podendo, desta forma, aguentar com o aumento de custo derivado do transporte a longa distância. É sabido que a cerâmica comum tinha valores comerciais baixos, o que dificultava a possibilidade de terem uma margem de lucro suficientemente ampla que cobrisse os elevados custos do transporte à distância. Por isso, as cerâmicas comuns são relativamente «imóveis», enquanto que as cerâmicas mais cuidadas ou de luxo podem apresentar maior índice de mobilidade. Deste modo, torna-se significativo que da área de Braga chegassem ao Porto «pichees» e não olas³⁹.

A produção do centro oleiro do Prado/Cervães apresenta uma série de características que permitem a sua individualização. Como qualquer centro oleiro — mesmo actual — as produções cerâmicas do Prado/Cervães podem ser distribuídas por vários «fabricos» sem que tal signifique, necessariamente, a distinção de oficinas ou oleiros. A Etnografia ensina-nos que um determinado centro oleiro pode optar por quatro, cinco ou mais tipos de pastas cerâmicas, com características distintas, de acordo com o tipo de formas e funções a que se destinam. Deste modo, a definição das produções de um centro oleiro como o do Prado deverá ser feita tendo em atenção as «invariáveis» das suas cerâmicas e não os vários «fabricos».

A análise de uma série de fragmentos revela-nos que as cerâmicas do Prado apresentam dois grandes grupos de pastas: cerâmicas de pastas escuras, dentro das gamas dos cinzentos escuros e dos acastanhados, típicas de uma cozedura redutora, e pastas de cor alaranjada, bege ou cinzento claro, reveladoras de cozeduras oxidantes. Neste aspecto, o centro oleiro de Prado/Cervães parece ser um dos primeiros centros oleiros do Entre-Douro-e-Minho a optar por este tipo de atmosfera de cozedura e a renunciar à exclusividade das cozeduras francamente redutoras que caracterizam a maior parte das produções cerâmicas medievais desta zona. Não deixa de ser interessante sublinhar que esta opção relativamente precoce por cerâmicas de cozedura oxidante se tenha verificado num centro que era simultaneamente oleiro e telheiro,

quando sabemos que as telhas foram desde sempre objecto de cozeduras oxidantes. De resto, é esta característica que ajuda a compreender a razão por que os fornos telheiros pagavam foros e os fornos oleiros na maior parte dos casos não tinham de fazer: os fornos de cozedura de telha, por serem oxidantes, deviam apresentar estrutura construída, estável, com dupla câmara (de combustão e de cozedura), enquanto que os fornos de cerâmica com cozedura redutora podiam ser, muitas vezes, simples covachos abertos na terra, como as soengas. Mas algumas cerâmicas do centro de Prado/Cervães apresentam cerne de côr escura, revelando que a atmosfera de cozedura terá sido redutora numa primeira fase e que só na parte terminal se terá optado pela cozedura oxidante.

Para além da opção predominante pelas cozeduras oxidantes, sobretudo ao nível das peças mais cuidadas, destinadas a líquidos, as suas cerâmicas apresentam paredes relativamente finas e sempre uma cozedura de boa qualidade, com bom toque e dureza elevada.

As asas apresentam uma tendência significativa para a secção em U, muito embora também surjam muitas asas de fita e bastantes asas torsas. Em qualquer das opções é característica a presença de um «picotado» irregularmente disperso por toda a superfície da asa, por vezes alargando-se a outras áreas da peça, nomeadamente ao bordo. Esse picotado, uma série de pequenas perfurações feitas com estilete fino que por vezes chegam a perfurar a peça de um lado ao outro, não devia ser apenas ornamental mas talvez tivesse outra função, nomeadamente na fase de cozedura. Ele surge-nos nos três tipos de asas (em U, de fita e torsas), sendo mais comuns as perfurações totais nas asas de perfil em U ou de fita.

A gramática decorativa destas peças é caracterizada pela presença difusa das caneluras (olas, jarros, etc), invadindo toda a peça, bem como pelas linhas incisivas e os característicos

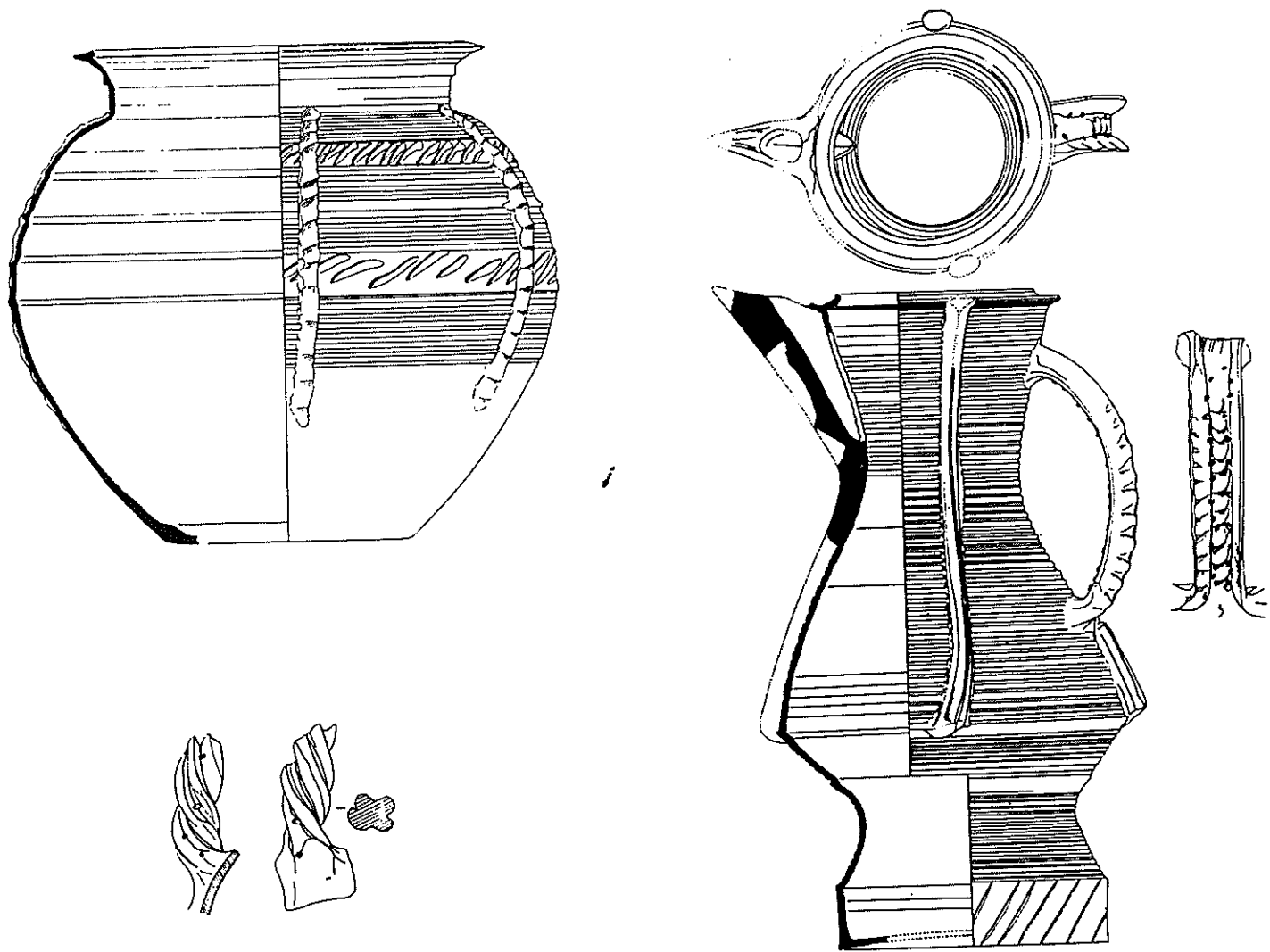


Fig. 4 - Cerâmicas «Tipo Prado» procedentes das escavações da Rua de N^o Sr^a. do Leite, em Braga: 1 - Ola, 2 - Asa Torsa, 3 - Jarro, (desenhos de Alexandra Gaspar, *op. cit.*, 1985).

cordões com dedadas. Mas também nestes dois últimos grupos, tão comuns na cerâmica medieval da época, se podem encontrar sintomas específicos deste centro oleiro. Os cordões com dedadas evoluem nas produções do Prado/Cervães em duas direcções opostas: alargando-se e diluindo-se nas formas, como vemos nas olas e formas bojudas, por exemplo, ou, pelo contrário, contraindo-se e tornando-se mais salientes e angulosos, como vemos nos jarros e formas para líquidos.

No que respeita às linhas incisas, a tendência é para as incisões oblíquas e paralelas, por vezes formando reticulados, feitas com lâmina, «cortando» a argila e deixando «rebarbas» bem visíveis e agressivas ao tacto, e não tanto para as linhas «gravadas» das cerâmicas medievais da época.

Nos jarros, os fundos apresentam-se planos, com paredes de arranque perpendicular ao plano de modelação que só uns 3 ou 4 cm acima inflectem obliquamente para o interior, prosseguindo depois com o perfil esguio e sinuoso comum a estas formas medievais.

Os bordos podem receber o mesmo picotado que já referimos nas asas, o que acontece sobretudo com os bordos horizontais. Esse picotado pode alargar-se a outras áreas do perfil da peça, nomeadamente à parede do vaso, passando a ser mais superficial.

As escavações na rua N^a S^a do Leite, em Braga, orientadas por Alexandra Gaspar, permitiram uma primeira aproximação cronológica para este tipo de cerâmicas. Efectivamente, os dados estratigráficos revelaram que estas cerâmicas, que apareceram sobretudo concentradas nas camadas 9^a e 10^a da sondagem, deverão pertencer aos fins do século XIII ou inícios do século XIV⁴⁰. As perspectivas cronológicas reveladas por esta escavação estão de acordo com os dados recolhidos noutros locais, nomeadamente na Torre de Vasconcelos, no «Castelo» de Paranhos, no Castelo de Faria, nas necrópoles de Mondim e de Roriz. Ou seja, as cerâmicas «Tipo Prado» podem ser consideradas genericamente como uma produção de época dionisina, carecendo, agora, de novos elementos que ajudem a precisar melhor o lapso de tempo em que foram produzidas e a área geográfica que abasteceram.

A actividade oleira na zona de Prado/Cervães ultrapassou em muito os tempos medievais, tendo sobrevivido até aos nossos dias. Já vimos como em 1628 as suas olarias continuavam a abastecer a cidade do Porto, com cerâmicas vidradas e não-vidradas. Nos inícios do século XVIII o Pe. António Carvalho da Costa registava na sua *Corografia Portuguesa*, a propósito de Cervães: «Aqui se fazem as melhores quartas, & pucaros de beber, que deste grosseiro barro na Provincia se obrão»⁴¹.

Acrescentando em relação ao Prado: «...tem bom barro, de que fazem telha, & louça ordinária, que vao vender por toda a Provincia...»⁴².

A conjugação de elementos documentais e arqueológicos permitiu identificar pela primeira vez um centro de fabrico de cerâmica medieval no Entre-Douro-e-Minho, caracterizando a sua produção. Resta agora aguardar que novos dados venham enriquecer as perspectivas aqui delineadas, confirmando-as ou corrigindo-as, ajudando a precisar melhor os contornos deste centro oleiro.

NOTAS

1. Cf. Mário Jorge Barroca, «Ferrarias Medievais do Norte de Portugal», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVIII, fasc. 3-4, Porto, 1988, pp. 211-241.
2. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, ed. de Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, 1958-62 (a partir de aqui citado como DMP, DR, I), doc. n.º 82; *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó, XI^e-XIII^e siècles*, ed. de Robert Durand, Paris 1971 (a partir de aqui citado como Baio-Ferrado), doc. n.º 6.
3. Baio-Ferrado, doc. n.º 1.
4. Baio-Ferrado, doc. n.º 14.
5. Cf. Jorge de Alarcão e Luis Carlos Amaral, *Livro das Campainhas (Códice da Segunda Metade do Século XIV)*. Mosteiro de São Salvador de Grijó, Vila Nova Gaia, 1986, p. 75.
6. Cf. Jorge de Alarcão e Luis Carlos Amaral, *Livro das Campainhas (Códice da Segunda Metade do Século XIV)*. Mosteiro de São Salvador de Grijó, Vila Nova Gaia, 1986, p. 75.
7. *Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium...*, tomo I, Porto, 1891, p. 37 (a partir de aqui citado como Corpus Codicum).
8. Cf. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I, (1174-1211)*, vol. 1, Coimbra, 1979, doc. 209, p. 316; Virginia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu Estudo*, 2^a Ed., Lisboa, 1982, p. 94.
9. *Corpus Codicum*, tomo I, p. 37.
10. Cf. António Cruz, «Oleiros do Porto e Vila Nova», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. V, Porto, 1942, p. 136-137.
11. Cf. António Cruz, «Oleiros do Porto e d'Além-Rio», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. VI, Porto, 1943, pp. 116/117.
12. *Portugaliae Monumenta Historica ... Inquisitiones*, Lisboa, 1888 e ss., p. 523 (a partir de aqui citado como PMH, Inq.); *Corpus Codicum*, tomo I, p. 293.
13. PMH, Inq., p. 519; *Corpus Codicum*, tomo I, p. 519. Esta e outras referências documentais foram igualmente citadas por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, vol. 1, Porto, 1978, pp. 11-13.
14. Cf. J. Vieira de Carvalho, *O Mosteiro de S. Salvador de Moreira*, Maia, 1969, p. 84.
15. *Portugaliae Monumenta Historica... Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867 e ss., doc. n.º 482 (a partir de aqui citado como PMH, DC).
16. PMH, Inq., p. 1472.
17. PMH, Inq., p. 12; *Vimaranis Monumenta Historica*, Guimarães, 1929-1931, p. 145 (a partir de aqui citado como VMH).
18. PMH, Inq., p. 709; VMH, p. 239.
19. PMH, Inq., p. 720; VMH, p. 302.
20. PMH, Inq., p. 84; VMH, p. 147.
21. PMH, Inq., p. 83; VMH, p. 154.
22. VMH, p. 186.
23. Cf. Rocha Peixoto, «Uma ornamentação cerâmica actual de carácter arcaico», *Portugália*, 1^a Série, vol. II, fasc. 2, Porto 1906, pp. 270-272; (2^a Ed., *Obras*, tomo 1, Póvoa do Varzim 1967, pp. 217-221).
24. PMH, Inq., p. 90.
25. PMH, Inq., p. 300.
26. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. 2, Coimbra, 1959, p. 275; ver tb. p. 219.
27. Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, vol. 2, Coimbra, 1959, p. 314.
28. Cf. Mário Jorge Barroca, «Cartografia do Foral de Prado», *Boletim da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais*, n.º 1, Porto, 1986, pp. 7-12.
29. Cf. Rocha Peixoto, «As Olarias de Prado», *Portugália*, 1^a Série, tomo 1, fasc. 2, Porto, 1900, pp. 227-270 (2^a Ed., Museu Regional de Cerâmica, Barcelos 1963; 3^a Ed., *Obras*, vol. 1, Póvoa do Varzim, 1967, pp. 89-132).
30. Cf. Virginia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas*, 2^a ed., Lisboa, 1982, p. 120.
31. Eduardo Pires de Oliveira, *Estudos Bracarenses*.

1. *Alterações toponímicas* (1380-1, 80, Braga, 1982, p. 72).
32. PMH, *Inq.*, p. 136.
33. PMH, *Inq.*, p. 648.
34. PMH, *Inq.*, p. 650.
35. PMH, *Inq.*, p. 656.
36. PMH, *Inq.*, p. 1176-1177.
37. DMP, DR, I, doc. nº 180 bis.
38. Segundo Maria da Conceição Falção Ferreira, embora o sistema de cobertura predominante nas casas vimaranenses na Baixa Idade Média fosse a telha, a Câmara de Guimarães apenas tornou o seu uso obrigatório em 1605 (cf. Maria da Conceição Falção Ferreira, *Uma Rua de elite na Guimarães Medieval, (1376-1520)*, Guimarães, 1989, p. 224).
39. Em 1628 o abastecimento da cidade do Porto era feito com louça não-vidrada e vidrada do Prado, louça vermelha de Ovar, louça de Barro e de S. Martinho de Mouros, louça de Vila Nova e de Lisboa e louça dos oleiros da cidade. Era importada ainda louça vidrada de Sevilha e do Levante. A telha vinha da zona da Madalena (Gaia) e da Maia (cf. Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu Termo* (1980-1640). *Os Homens, as Instituições e o Poder*, vol. II, Porto, 1988, p. 885).
40. Cf. Alexandra Gaspar, «Escavações Arqueológicas na rua de Nossa Senhora do Leite, em Braga», *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nº 2, Braga, 1985, pp. 87-88. As ilustrações que reproduzimos foram retiradas deste trabalho, Est. XVII. 1. (ola), Est. XV (jarro), Est. XIV, 5 (asa torsa). Uma primeira abordagem das escavações fora publicada em 1984: Alexandra Gaspar, «Intervenções na área urbana de Bracara Augusta, 1983. 2. Sondagem na Rua da Nossa Senhora do Leite», *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nº 1, Braga, 1984, pp. 98-100.
41. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, tomo 1, Braga, 2ª ed., 1868, p. 222. A primeira edição é de 1706.
42. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, tomo 1, Braga, 2ª ed., 1868, p. 218.

O POVOAMENTO MEDIEVAL EM TRÁS-OS-MONTES E NO ALTO-DOURO. PRIMEIRAS IMPRESSÕES E HIPÓTESES DE TRABALHO

PAULO DORDIO GOMES *



Quando em 1128, o infante D. Afonso Henriques, liderando uma camada dirigente dos *portugueses*, toma o poder em S. Mamede, Trás-os-Montes e o Alto Douro constituíam espaços periféricos e de fronteira que envolviam as regiões centrais onde estabelece a sua autoridade. A integração desses espaços na formação política nascente do reino exigia o reconhecimento daquela autoridade pelos diversos outros poderes aí constituídos, senhores ou comunidades, que em consequência da situação de fronteira se movimentavam com grande autonomia. As estratégias seguidas tiveram em conta diferentes configurações sociais. No Alto Douro, onde dominavam poderosas comunidades, a concessão de cartas de foral significava a subordinação e fidelidade daquelas com a contrapartida do reconhecimento de uma certa autonomia. Em Trás-os-Montes, que constituía um espaço de expansão da senhoriação a partir de Astorga e Zamora e onde as comunidades eram menos poderosas, o Rei procura assegurar a fidelidade dos senhores da região, em particular a dos senhores Bragançons. Ao mesmo tempo controlava diversos castelos junto da fronteira com Leão que, independentemente dos senhores locais, constituíam centros a partir dos quais podia expandir a sua autoridade.

As alianças com que o Rei vai conseguindo a subordinação de senhores e comunidades locais ao longo do século XII dão lugar, no século XIII, a iniciativas régias mais sistemáticas conducentes à criação de uma rede de vilas e termos. A vila será o lugar da concentração do poder, desenvolvendo-se nela as funções urbanas. O termo con-

verte-se num espaço subordinado ao êxito de uma povoação, a vila que, concentrando a população e construindo um muro de cerca, se individualiza das restantes, as aldeias ou lugares. Em Trás-os-Montes, onde ao contrário do Alto Douro, as comunidades tinham menor capacidade de acção e a senhoriação tinha sido mais intensa, a inexistência de povoações que concentrassem a população e o poder, obrigou à sua criação de raiz. Muitas vilas apresentam por isso um outro tipo de implantação que também permitiu traçados urbanos geométricos e rectilíneos. As profundas transformações então operadas na organização do povoamento e dos territórios resultarão em soluções mantidas até ao final do Antigo Regime.

A investigação que actualmente desenvolvemos em Trás-os-Montes e no Alto Douro no âmbito da preparação de uma tese de mestrado em arqueologia centra-se nestas vilas baixo-medievais procurando a identificação e a caracterização de uma antiga organização do território

* Mestrando em Arqueologia na Universidade do Porto sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian

e do povoamento. O presente texto reúne algumas primeiras impressões e hipóteses de trabalho.

1. A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XVI

A cartografia das unidades administrativas de Trás-os-Montes e do Alto Douro segundo o *Numeramento* de 1527-32¹ mostra um território organizado de forma estável em vilas e concelhos que permanecerá até às reformas administrativas do século XIX² (Fig. 1).

As *villas*, povoações fortificadas com um muro de cerca ou pelo menos um castelo, surgem em grande número no Alto Douro, estruturando termos pouco extensos. Em Trás-os-Montes, pelo contrário, os termos são de grandes dimensões localizando-se as *villas* preferencialmente junto da fronteira. Completam a rede administrativa numerosos *concelhos* de reduzidas dimensões que, por vezes, na zona de transição com o Entre-Douro-e-Minho, tem sede num ermo ou lugar pouco povoado onde fazem as audiências e se situam a picota e a força.

Aquele contraste entre as vilas do Alto Douro e as de Trás-os-Montes conduz-nos ao problema aqui tratado. A densa rede de vilas do Alto Douro daria continuidade às fortes comunidades aí implantadas desde a Alta Idade Média enquanto as vilas de Trás-os-Montes seriam quase todas vilas novas, criadas de raiz na Baixa Idade Média com o apoio da iniciativa régia, visando enquadrar as pequenas comunidades que aí predominavam, integrando o território e materializando a fronteira da formação política nascente do reino.

2. AS COMUNIDADES DO ALTO DOURO

A partir de 1132, D. Afonso Henriques fixava-se em Coimbra. Procurará de seguida, na conti-

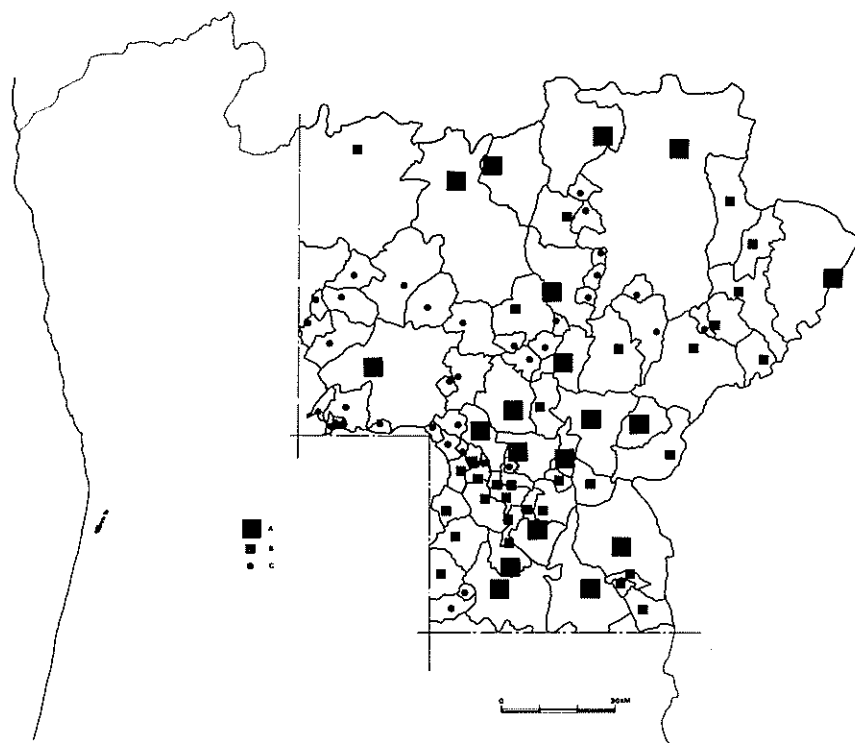


Fig. 1 - Territórios e cabeças das unidades administrativas de Trás-os-Montes e do Alto Douro segundo o *Numeramento* de 1527-32: A - Vilas com muro de cerca, B - Vilas sem muro de cerca, C - Concelhos chãos, sem cerca nem castelo.

nuidade com idênticas iniciativas do Conde D. Henrique e de D. Teresa, assegurar a aliança e a fidelidade de diversas comunidades, em torno de Coimbra e de Viseu, através da concessão ou confirmação de Cartas de Foral³. Estas duas áreas constituíam, na altura, periferias do território onde o infante D. Afonso via reconhecida a sua autoridade e assim a zona de fronteira com outras formações políticas: para Sul de Coimbra o território sob domínio muçulmano; para Este de Viseu um espaço onde se expandia em direcção a Sul a autoridade dos senhores Bragançãos cuja subordinação a Afonso Henriques não parece ainda assegurada⁴ (Fig. 2).

É visível a preocupação do infante D. Afonso, que se intitula rei a partir de 1140, em procurar atrair à sua influência estes poderosos senhores da fronteira. Mendo Fernandes, filho de Fernão Mendes, foi governador da terra de Bragança (LF 419) e teve o cargo de mordomo e depois alferes-mor do rei entre 1146 e 1147 (DR 213 a 220). Em 1144 e 1145, D. Afonso Henriques tinha concedido cartas de doação e couto ao mosteiro beneditino de Castro de Avelãs que era do padroado da linhagem dos Bragançãos (DR 207 e 210; cf. doc. nº 121 in Alves 1909-1948: III, 266-267). Por essa altura teria casado sua própria irmã, a infanta D. Sancha Henriques, com Fernão Mendes II, filho de Mendo Fernandes (doc. in Viterbo 1965-6: II, 587, nota 1 e DR 222)⁵.

É neste contexto que o monarca português parece iniciar uma nova fase de alargamento e consolidação do seu domínio para Este, sobre as comunidades do Alto Douro,

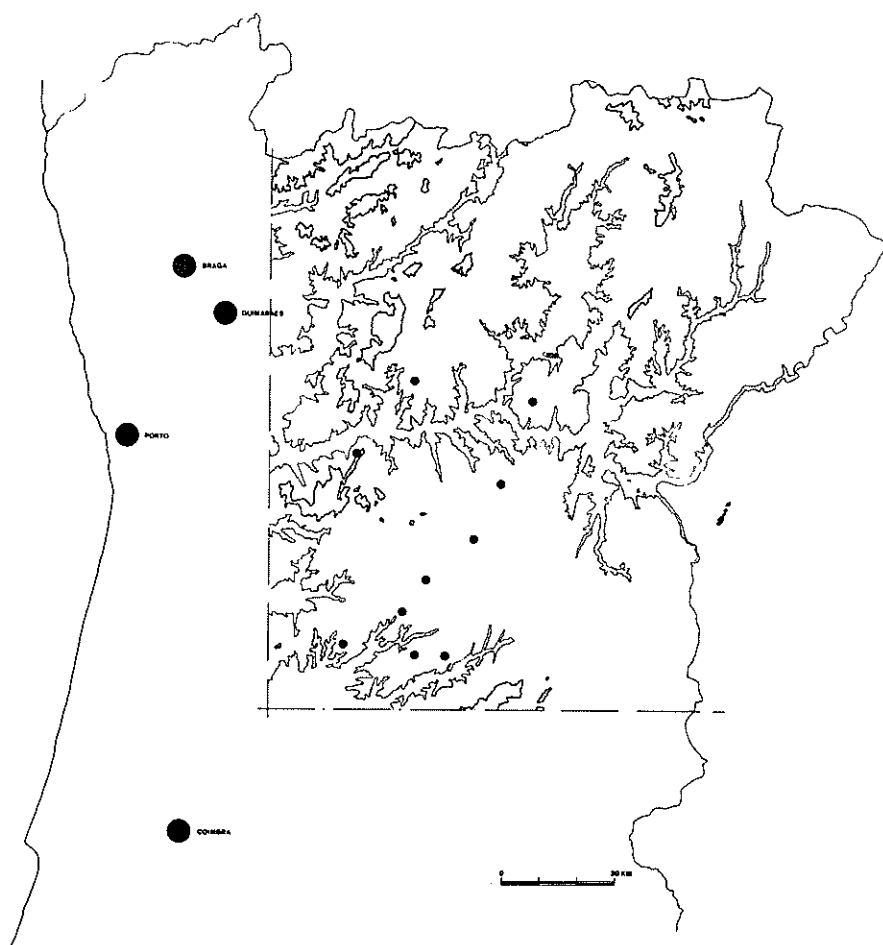


Fig. 2 – Cartas de Foral dos Condes Portucalenses e do Infante D. Afonso na Beira, Alto Douro e -Trás-os-Montes.

concedendo, a partir dos meados da década de 1150, um grande número de forais: Freixo de Espada à Cinta (entre 1155 e 1157), Trancoso, Marialva, Aguiar da Beira, Celorico da Beira e Moreira de Rei (entre 1157 e 1169)(DR 263 a 267), Trevões (1159) e Mós (1162)(DR 284) (Fig. 3).

O rei de Leão e Castela, Fernando II (1157-1188), desenvolve pelo seu lado, um movimento simétrico, impulsionando, a partir de 1161, o repovoamento de Ledesma e de Cidade Rodrigo⁶. Antes porém conseguiu atrair à sua influência os senhores de Bragança, ou pelo menos um deles. Mendo Fernandes, após ter sido alferes-mor do rei de Portugal, desempenhou idênticas funções na corte leonesa entre 1157 e 1159 (DR vol. I, pag. CXXII e Azevedo 1962: 264). O conflito entre os dois poderes régios pela configuração dos respectivos territórios resulta em acções armadas quando, em 1163, Afonso Henriques vem em apoio de Salamanca, revoltada contra a política do rei de

Leão de repovoamento de Cidade Rodrigo que lhe diminuía o termo, e é derrotado nos campos de Argañán (Cintra 1984: XLIX).

De um e do outro lado do rio Côa, prosseguiram depois as iniciativas dos reis de Leão e de Portugal no sentido de obterem o reconhecimento da sua autoridade pelas comunidades locais. Sancho I concede forais aos *homines populatores* de Gouveia, em 1186 (DS 7), Folgoso, em 1187 (DS 28), Valelhas, em 1188 (DS 32), Penedono, em 1195 (DS 88), Casteirão, em 1196 (DS 96), Paredes, em 1198 (DS 109), Guarda, em 1199 (DS 121), Junqueira da Vilariça, em 1201 (DS 137) e Pinhel, em 1209 (DS 186), enquanto Fernando II e Afonso IX, seu sucessor na coroa de Leão a partir de 1188, desenvolviam intensa actividade repovoadora culminando em 1209 com a fixação dos termos do concelho de Castelo Rodrigo e a outorga aos seus povoadores do *mellor foro que ellos escolliren*. Antes Afonso IX havia conseguido, mais uma vez, a adesão do senhor Braganção Fernão Fernandes que confirma a carta de povoação na qualidade de *tenens da Estremadura* (Cintra 1984: LVI) (Fig. 3).

3. A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM TRÁS-OS-MONTES

Se o Alto Douro surge como uma região em que as populações estão organizadas em poderosas comunidades dirigidas por cavaleiros vilãos, cuja aliança e fidelidade é procurada pelo rei e outros senhores como forma de garantir o controle dos respectivos territórios, a região de Trás-os-Montes, a Norte do Douro, mostra sinais de uma configuração social de outro tipo. Durante o século XII processa-se aí a expansão da senhoriação tendo como pólos as terras de Chaves e de Bragança (Mattoso 1985b: I, 275). O seu particular carácter senhorial resultaria mais do prolongamento da área leonesa do que

da minhota (Mattoso 1985b: I, 188) tendo os senhores, entre os quais se destacam os Braganças, de pactuar com comunidades capazes de lhes resistir e «em vez de exigirem as prestações de cada família, pediam-nas às comunidades, deixando que elas escolhessem entre si os responsáveis pela cobrança das rendas compensadoras da protecção» (Mattoso 1985b: I, 99).

O domínio do território, organizado em Terras, fazia-se a partir de castelos roqueiros isolados (Fig. 3) que se conservaram ao longo de muitas gerações na mesma linhagem senhorial (Mattoso 1985a: 131-145 e 1985b: I, 95-96 e II, 121; Almeida 1978: 47-48). É significativo, por exemplo, que ainda no *Catálogo das Igrejas de 1320-21* (doc. in Almeida 1967-1971: IV, 90-144), as igrejas de Trás-os-Montes, à semelhança das do Entre-Douro e Minho, estejam agrupadas por Terras (Bragança, Lampaces, Vinhais, Miranda, Panoias, Aguiar da Pena, Valariça, Freixo de Espada à Cinta, Ledra, Chaves, Frieira, Barroso e Montenegro) enquanto no Alto Douro esse tipo de divisão territorial está ausente e as igrejas, quando agrupadas, são referidas a uma povoação (Igrejas do Termo de Pinhel, Igrejas do termo de Trancoso, Igrejas de Castelo Rodrigo e seu termo).

Nas terras de Bragança, Lampaças e de Miranda, dominava a autoridade dos senhores Braganças. Por meados do século XII, o tenente da terra, Fernão Mendes II, cunhado do rei D. Afonso Henriques, doa diversos castelos à Ordem do Templo: Penas Róias, Mogadouro (*Inquirições de D. Afonso III* in Alves 1909-1948: IV, 53-55) e, em 1145, o castelo de Longroiva, a Sul do Douro, que ele diz ter povoado na *Extremadura*, entre os castelos de Numão e Marialva e o rio Côa (doc. in Viterbo 1965-6: II, 587, nota 1). No seguimento ter-se-ia assistido a uma intensa actividade construtiva nesses locais por parte da Ordem de que são testemunho as inscrições existentes nos muros dos castelos de Penas Róias e de Longroiva datadas respectivamente

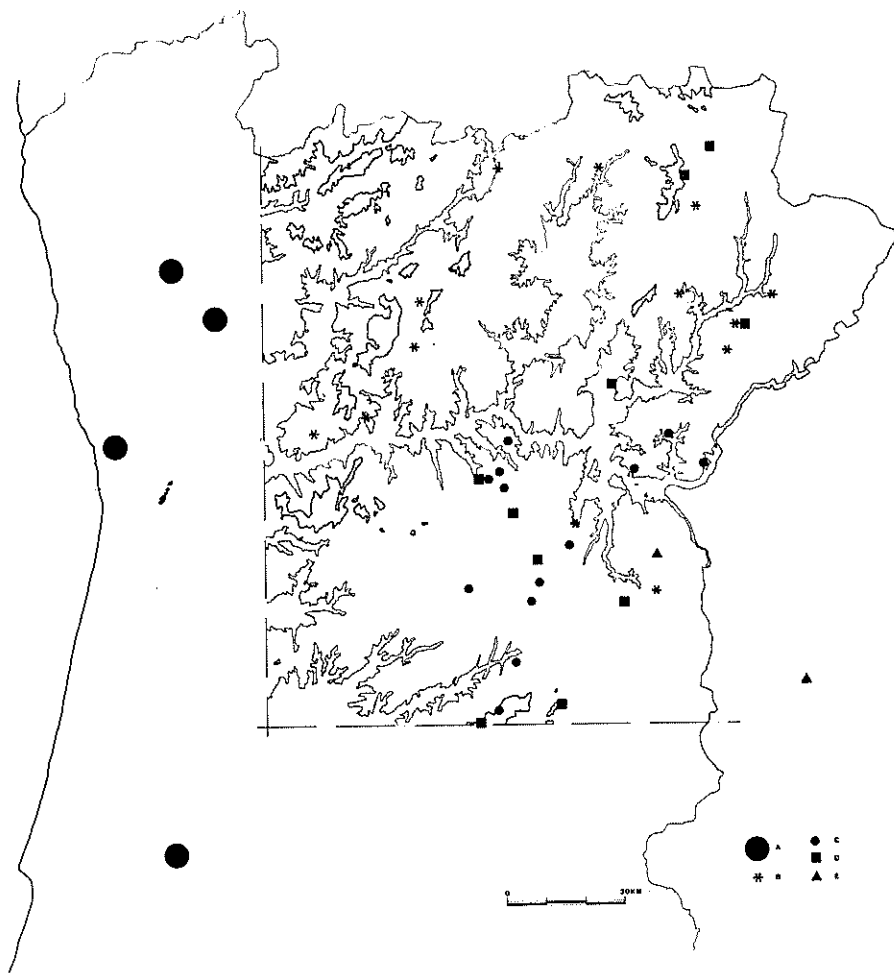


Fig. 3 – Cartas de Foral dos Reis de Portugal D. Afonso I e D. Sancho I: A – Centros urbanos do eixo litoral, B – Castelos senhoriais e cabeças de Terra, C – Cartas de Foral de Afonso I, D – Cartas de Foral de Sancho I, E – Cartas de Foral de Fernando II e de Afonso IX de Leão e Castela.

de 1166 e de 1176, sendo Mestre Geral da Ordem do Templo Gualdim Pais (Mourinho 1974: 17 e Costa 1979: II, 253, nota 16).

O reinado de D. Sancho I

Iniciado em 1185, mostra uma política muito activa de expansão da autoridade régia nesta região, ao mesmo tempo que as relações entre o rei e os senhores Braganças se pautavam por uma grande proximidade. Pedro Fernandes, filho de Fernão Mendes II, foi mordomo-mor de D. Sancho, ainda infante, entre 1169 e 1175. Confirma depois muitos documentos do rei D. Sancho I entre 1186 e 1194 (DS 5 a 73). O sucessor da linhagem, Fernão Fernandes, foi tenente da terra de Bragança (DS 76,

121, 128), cargo que parece ter acumulado com as tenências das terras de Baião (Mattoso 1985a: 135), Penaguião (DS 102) e Panóias (DS 126, 132 e 139). Em documento de 1196, o rei D. Sancho chama-lhe *fideli uassallo meo* e faz prova da sua amizade doando-lhe as vilas de Vimioso, em Miranda, e Sesulfe, em Ledra (DS 97). Seus irmãos, Garcia Pires e Vasco Pires Beirão, vivem na corte confirmando documentos régios entre, respectivamente, 1186 – 1205 e 1196 – 1205 (DS 90 a 160).

É por esta altura que começam a surgir sinais de que o rei procurava uma subordinação directa e independente do senhor da terra sobre os castelos e os seus alcaides, a quem exige uma homenagem expressa (Mattoso 1985b: II, 141-143). Em momento anterior a 1187 deverá o rei D. Sancho I ter promovido a construção do *castello de Alvelina* (castelo de Pinela de acordo com Alves: IX, 149-151) por *donnus Gallecus*, pai de *Munio Pelagij milite de Trasbaceiro*, a quem doa de seguida propriedades em Bragança (*Inquirições de Afonso III* in Alves: III, 375 e 399). Segundo o testemunho das *Inquirições de Afonso III*, este castelo teria sido o centro da autoridade régia em terras de Bragança pois *levabant inde paradam ad hominem domini Regis qui stabat in Alveliã ante quam villa de Bragancia esset populata* (Alves: III, 314).

Próximo no tempo deveria o mesmo rei ter mandado construir o castelo de Algosó na terra de Miranda por Mendo Bufino a quem deu depois a vila de Vimioso (*Inquirições de Afonso III* in Alves: IV, 18). Mais tarde (entre 1188 e 1197), quando o rei D. Sancho I recuperou a mesma vila de Vimioso de um filho? de Mendo Bufino, Rodrigo Bufino, em troca de outra vila, Cernadela, em Ledra, situa-a *in termino de Miranda sub territorio de meo castello de Vigoso* (DS 103). Este castelo deveria constituir o centro da autoridade régia na terra de Miranda.

Segundo o testemunho das *Inquirições de Afonso III* *tota terra de miranda fuit domini regis et (...) milites domini Regis stabant in castello de vlgoso et recipiebant totam rendam de Miranda pro ad dominum Regem* (in Alves 1987: IV, 18).

Em Maio ou Junho de 1187, D. Sancho I dirige ao Concelho do Castelo de Penas Róias, que vimos antes em posse da Ordem do Templo, uma carta de foral e confirma-lhe os seus *foros bonos* (DS 23). Procurava o rei o controle de um outro importante castelo da terra de Miranda o que virá a conseguir em 1197, ao mesmo tempo que o castelo de Mogadouro, quando doa à Ordem do Templo a cidade de Idanha-a-Velha, com seus termos, em atenção aos bons serviços prestados e à cedência dos castelos de Mogadouro e de Penas Róias (DS 100). As *Inquirições de Afonso III* testemunham o domínio do rei D. Sancho I sobre aqueles dois castelos: *pena Roya fuit domini Regis et (...) stabant ibi milites Regis donnj Sancii ueteris*, ou, em relação a Mogadouro: *quod uidit ibi stare milites domini Regis in ipso Castello de mugadoyro et vidit ibi stare Concilium de Stremadura de manu regis donnj Sancij ueteris* (in Alves: IV, 53-55).

As acções de D. Sancho I em relação à nova povoação de Bragança iniciam porém uma outra estratégia, que os reinados subsequentes se encarregarão de desenvolver em Trás-os-Montes. Consistia essa estratégia na fundação de vilas novas e na consolidação de comunidades que pudessem constituir aliados régios poderosos, à semelhança das do Alto Douro, no controle e domínio sobre espaços periféricos do reino onde a senhoriação se expandia.

Ainda em Junho de 1187 irá conceder foral aos povoadores da cidade de Bragança a quem doa a cidade e toda a terra de Bragança e Lampações (DS 24). Determina logo depois, em Março de 1188, no codicilo ao seu primeiro testamento, uma quantia em dinheiro destinada à construção das suas muralhas (DS 31). O carácter de fundação nova de iniciativa régia está patente na troca que o rei realiza com o mosteiro de Castro de Avelãs em 1194, das vilas de S. Julião, com sua igreja de S. Mamede, Argoselo e Pinelo com seus termos, pela herdade de Benquerença onde se acabava de fundar a *ciuitate Bragança* (DS 76; cf. DS 21).

Entre 1198 e 1200 concentram-se as duas únicas vezes em que o rei D. Sancho I irá deslocar-se às terras de Bragança. Assim em Julho de 1198, proveniente talvez de Coimbra (DS 107), está em Mirandela (DS 110) tendo vindo defender a nova povoação de Bragança em finais de 1198 ou inícios de 1199 quando o rei de Leão, Afonso IX, invade Portugal pela fronteira Norte, toma o castelo de Algosó e vem por cerco a Bragança (doc. nº 649 in João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas*, t. III, parte I, cit. por Alves: III, 60; Herculano: III, 242). Testemunhos nas *Inquirições de Afonso III* referem que o rei Sancho, prevendo a possibilidade destes acontecimentos, procura aliar a si nobres de Zamora tendo dado a vila de Malhadas, em Miranda, a D. Nuno de Zamora, D. Egidio, D. Cornelio e D. Pedro de Zamora *tali pacto quod si ueniret guerra ad braganciam aut cercum quod ipsi intrarent in blagancia et quod defenderent eam et postea blagancia fuit cercata e ipsi supradicti noluerunt intrare in ipsa villa nec defendere eam* (Alves: IV, 8 e 13). Uma outra doação de D. Sancho I, do vilar de Angueira em terra de Miranda a D. Telo Fernandes, *pro bono seruicio quod nobis senper fecistis et facistis* e datada de entre 1195-1198 (DS 113), poderia ter o mesmo objectivo.

Regressa depois o rei D. Sancho I a Coimbra, onde está em Fevereiro e Março de 1199 (DS

114 e 115). Em Julho passa à Covilhã onde faz doação à Ordem do Templo da herdade de Açafa, sobre o Tejo, em troca das igrejas de Mogadouro e de Penas Róias (DS 117) continuando pois preocupado em consolidar o seu domínio na fronteira oriental de Trás-os-Montes. Em Novembro, encontra-se novamente na cidade de Coimbra onde concede foral à *ciuitati de Guarda* (Guarda) (DS 121). A implantação do domínio régio sobre as comunidades do Alto Douro, expandia-se em direcção a Sul e à Beira, onde terá como um dos seus centros precisamente a Guarda. De Dezembro a Março do ano seguinte (1200) o rei continuava nas cidades do litoral, encontrando-se em Santarém e Lisboa (DS 122 e 123) para regressar depois a Coimbra (DS 124). Daqui introduz-se novamente no interior dirigindo-se, por Trancoso (Abril: DS 125) e Chacim (Maio: DS 127), após passar o Douro, a Bragança. Devia estar adiantada a construção do muro da cerca desta povoação nova pois D. Sancho, enquanto aí permaneceu, faz doação da vila de Ledra chamada *Quintaas* a D. Egas, prelado de Santa Maria de Bragança, *pro bono seruicio quod nobis in muris nostris de ciuitate Bragancie fecistis et facitis* (DS 128). Deverá datar desta altura a doação da herdade de Soutelo, na terra de Vinhais, a Vasco Ordonhes, *quam ganavi de domino rege Sancio, quando circumdata fuit Bragancia*, e que em 1210 aquele doa ao arcebispo eleito de Braga D. Pedro (LF 876). Regressou depois a Guimarães, onde estava a 24 de Junho, talvez passando pelo Santuário de Santa Senhorinha de Basto, a quem concedeu carta de couto, datada de 29 de Maio de 1200 (DS 130).

As deslocações régias mostram, mais uma vez, o carácter periférico do interior, espaço de grande autonomia e cujo controle é uma preocupação régia no meio de um jogo complexo de alianças com os diversos poderes locais e regionais. Os itinerários evidenciam ainda a importância fundamental do eixo litoral que ligava as

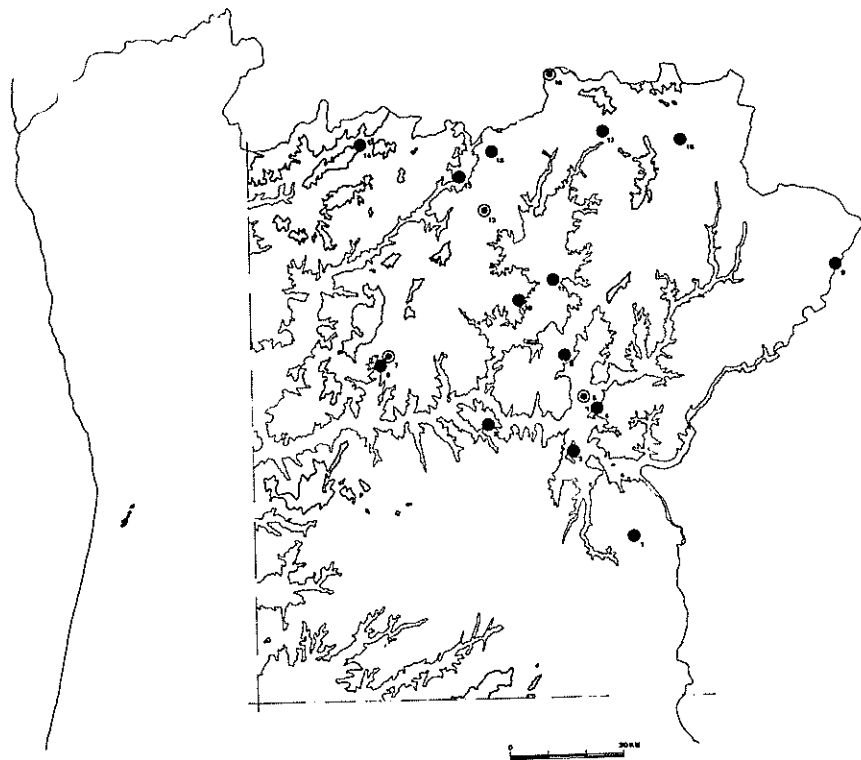


Fig. 4 – Vilas Novas Baixo-medievais: 1 – Castelo Rodrigo, 2 – Vila Nova de Fozcoa, 3 – S. João da Pesqueira, 4 – Torre de Moncorvo, 5 – Santa Cruz da Vilarça, 6 – Vila Real de Panóias, 7 – Póvoa da Ponte de Panóias, 8 – Vila Flor, 9 – Miranda do Douro, 10 – Santa Cruz de Lamas de Orelhão, 11 – Mirandela, 12 – Vila Boa de Montenegro, 13 – Chaves, 14 – Montalegre de Barroso, 15 – Monforte de Rio Livre, 16 – S. João da Lomba, 17 – Vinhais, 18 – Bragança.

cidades de Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém e Lisboa, verdadeiros centros ordenadores do território do reino, a partir dos quais o rei e os membros da administração régia, podiam estender para o interior a sua autoridade (Mattoso 1985b: II, 186-189).

Ao longo da primeira metade do século XIII, a autoridade do tenente esvazia-se cada vez mais e «torna-se imprecisa ou meramente honorífica» (Mattoso 1985b: II, 125)⁷. Ao mesmo tempo, a rede de julgados, com os seus juizes e mordomos, concorre com a organização do território em terras (Mattoso 1985b: II, 123). As cidades e as vilas tornavam-se então os verdadeiros centros ordenadores do território (Mattoso 1985b: II, 187) enquanto os castelos isolados eram abandonados (Mattoso 1985b: I, 96). É neste contexto que nos parece poder inserir-se a política régia de criação de vilas novas que, ao longo do século XIII, com predominância nos reinados de Afonso III e de D. Dinis, reorganizam o território em Trás-os-Montes (Fig. 4).

4. AS VILAS-NOVAS

Bragança

Já vimos como Bragança resultou da iniciativa do rei Sancho I que troca com o mosteiro de Castro de Avelãs a herdade de Benquerença para aí fundar a nova povoação e de imediato prover à sua protecção com a construção de um muro de cerca (Fig. 5). A esta obra se referem vários documentos ainda no século XII (DS 31 e 128). O desenvolvimento da nova povoação foi acompanhado pelo poder régio tendo Afonso II confirmado o foral em 1219 (PMH-Leges, 463) e Afonso III, que esteve em Bragança em Maio de 1253, concedido um novo foral (doc. 57 in Alves: III, 109-111; Dias 1980: 476 e 480). No reinado de D. Dinis, o Concelho de Bragança enviava os seus procuradores ao rei pedindo auxílio *per razom dos nossos muros da vossa villa de Bragança que estam de Ribados e mal parados* (doc. 72-A in Alves: III, 153) ⁸. ↯

No espaço interior da cerca é ainda hoje possível perceber uma organização planificada da malha urbana segundo dois eixos principais que confluem para a Porta da vila. Entre aqueles dois eixos dispõe-se blocos trapezoidais contendo séries de lotes com edifícios e quintais. O desenvolvimento precoce de um arrabalde e de população morando no exterior dos muros da cerca parece supor-se de uma carta do rei D. Pedro I, datada de 1364, onde concede privilégios aos vizinhos que morarem *dentro trala cerca da dita vila* (doc. 64-A in Alves: III, 138-138). Aliás, já nas *Inquirições de Afonso III* em 1258 (doc. 151 in Alves: III, 305-313) e depois, em 1320-21, no *Catálogo das Igrejas* (doc. in Almeida 1971: IV, 109-110), se referiam quatro igrejas, duas intra-muros, Santa Maria e S. Tiago, e duas fora da cerca, S. Vicente e a de S. João (Fig. 5). Ainda no reinado de Afonso III se instalariam com o seu mosteiro no arrabalde os frades franciscanos (Mattoso 1985c: 343)(9). A construção no século XV de uma segunda cerca que integraria o arrabalde entretanto formado é discutida por Alves (IX, 131-133 e I, 268-269) com base em testemunhos da documentação do século XVI (doc. 75 in Alves: III, 159-160 e VIII, 4). O castelo que ainda hoje se vê foi mandado construir por D. João I pelos anos de 1409, não estando a obra ainda acabada em 1439 (Alves: I, 260-261 e docs. 73, 74 e 76 in Alves: III, 153 a 165). No entanto, é provável a existência de uma alcáçova anterior, talvez edificada no reinado de D. Dinis (doc. de 1286 ref. por Alves: I, 258-259).

A fundação de uma vila nova como a de Bragança parece constituir no século XII em Trás-os-Montes uma iniciativa isolada. Porém, reportando-se ainda ao reinado de D. Sancho I surgem, na *Inquirições de Afonso III*, alguns testemunhos que parecem indicar o desenvolvimento de uma outra fundação régia a Sul, a Vila da Santa Cruz da Vilariga (Fig. 5), já numa zona de contacto com o Alto Douro.

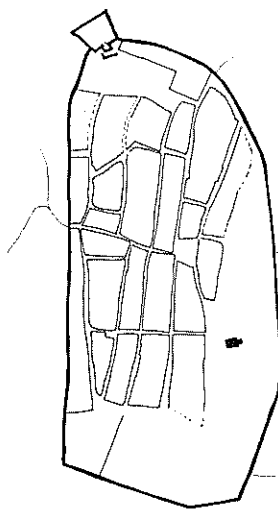
Santa Cruz da Vilariga

Nas *Inquirições de Afonso III*, no julgado da Santa Cruz da Vilariga (doc. in Alves: IV, 71 e segs.) diversas testemunhas referem que *quando uolebant populare Sanctam*

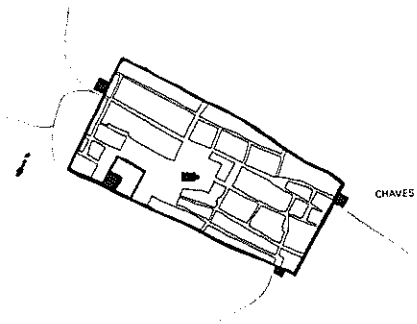
*Crucem dederunt Ospitali hereditatem Regalengam in loco qui dicitur samaos in tempore Regis auolis istius [D. Sancho I] pro illa hereditate in qua modo sedet villa de sancta Cruce que erat Ospitalis. Outras testemunhas afirmam também que os homens da vila de Santa Cruz quando populabant ipsam villam dederunt donno Poncio Alfonsi in ipsa villa hereditatem et domos, o que poderia datar de entre 1211 e 1217 quando D. Ponço Afonso de Baião tinha a tenência da terra de Bragança (Alves: I, 296-297). Nas mesmas inquirições, no Julgado de Mirandela e Ledra, várias testemunhas referem que *Cernadela et vallis Cortisis* [situadas mais a Norte no actual concelho de Macedo de Cavaleiros] *fuertunt regalenge domini Regis. et scit quod Maiordomus Regis nomine aparicius leuabat homines de ipsis uillis ad Castellum de sancta cruce quare erant domini Regis quod popularent ibi in ipso Castello* (Alves: IV, 34 e 35). Por outro lado, na demarcação do termo de Junqueira da Vilariga como consta do seu foral datado de 1201, menciona-se aa *z[i]jma da carreira de Villa-Nova*, que poderá referir-se também à nova povoação da Santa Cruz da Vilariga (DS 137). Receberia depois, já no reinado de Sancho II em 1225, uma carta de foral (PMH-Leges, 601-604) que lhe demarca um extenso termo abrangendo todo o Vale da Vilariga e incluindo nele povoações que tinham antes conseguido ver reconhecida a sua autonomia através da concessão de carta de foral como a Junqueira da Vilariga.*

A vila da Santa Cruz da Vilariga, abandonada na passagem do século XIII para o XIV, implantada-se na coroa de uma colina que, não apresentando uma cota muito elevada, destaca-se na paisagem dominando as terras baixas e planas do amplo Vale da Vilariga. Uma cerca amuralhada de alvenaria de xisto circunda a coroa da colina existindo uma única entrada a NO ladeada por duas torres tronco-cónicas maciças. No espaço delimitado pela cerca (com uma área aproximada de 1.2 ha) são visíveis vestígios de casas e ar-

VILAS NOVAS



MIRANDA DO DOURO



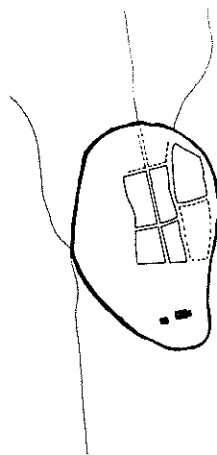
CHAVES



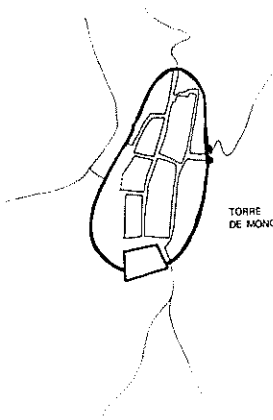
0 100 200 300M

■ IGREJA (1320-21)

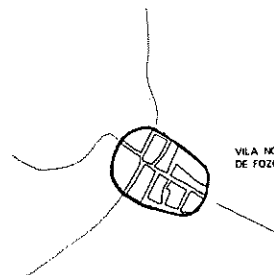
178



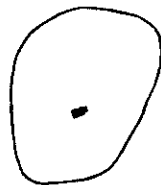
VILA REAL



TORRE DE MONCORVO



VILA NOVA DE FOZCOÃ



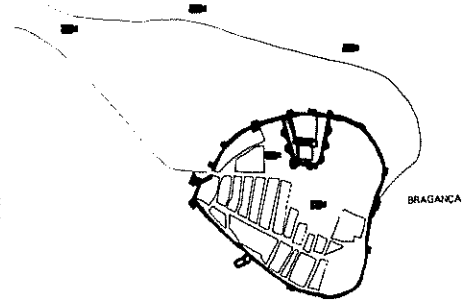
MIRANDELA



VILA FLOR



SANTA CRUZ DA VELARICA



BRAGANÇA

Fig. 5a - Vilas Novas

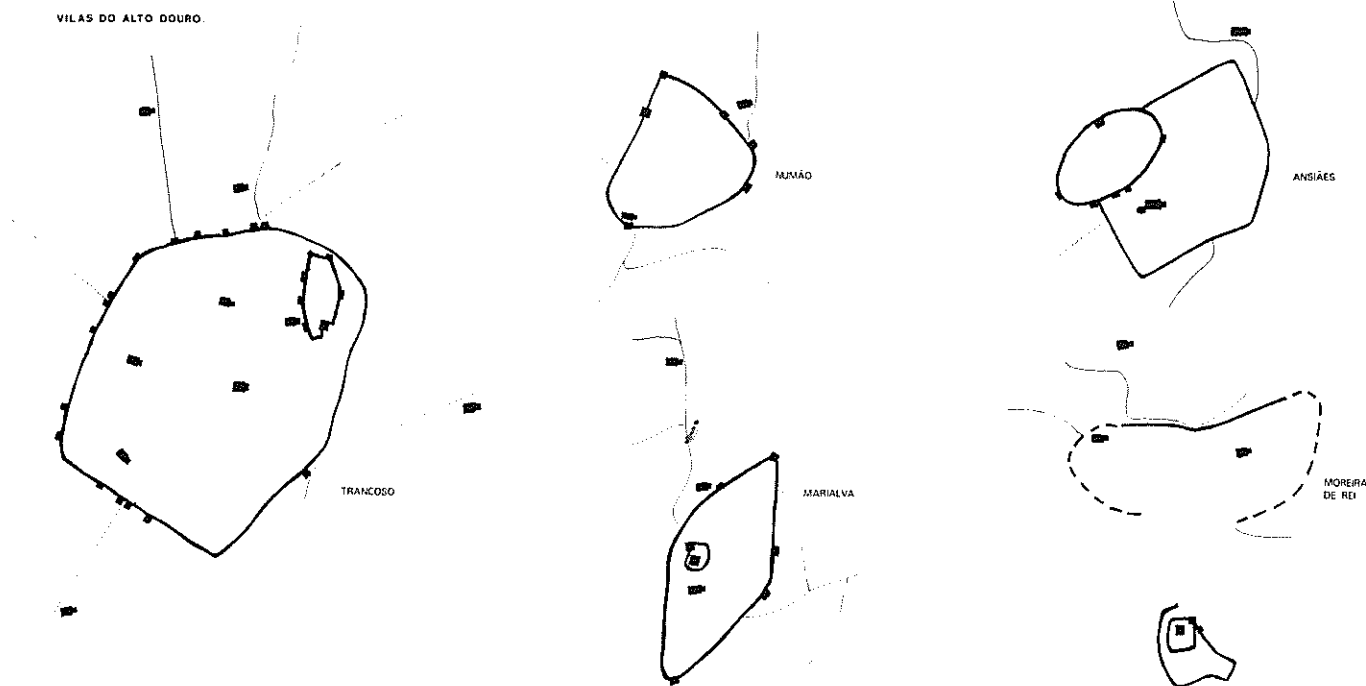


Fig. 5b – Vilas do Alto Douro

ruamentos observando-se no topo da colina as ruínas da igreja com um pequeno adro e neste uma torre arruinada ¹⁰ (Fig. 5).

Os castelos continuavam porém, nesta região, no primeiro quartel do século XIII, os verdadeiros pólos organizadores do território ¹¹. Será só nos reinados de Sancho II (1223-1245) e sobretudo Afonso III (1245-1279) e D. Dinis (1279-1325), que o movimento de criação de vilas novas em Trás-os-Montes, adquirirá uma expressão muito mais significativa. As iniciativas régias nas terras de Panóias, de Vinhais e de Ledra, mostram a preocupação em reorganizar o território com a substituição dos castelos, centros da autoridade do tenente da terra, por vilas de determinadas comunidades que se individualizam e destacam pela existência de um muro de cerca.

Terra de Panoias

O castelo de *Boucoos* (S. Cristovão ou S. Tomé) (Teixeira s/d: 54-55 e 68-70; PMH-Inq. 1220-22, 1224, etc) constituía a sede do poder político-militar da terra de Panoias, enquanto Constantim de Panoias ou Feira de Constantim, localizada no cruzamento de vias e uma das mais importantes entradas para Trás-os-Montes, centralizava funções económicas, tendo recebido em 1096 do Conde D. Henrique uma carta de foral de tipo burgo (DR 3) ¹².

As Inquirições de Afonso III referem-se abundantemente à póvoa da Ponte de Panoias que Sancho II procurara fazer construir centralizando aí a administração do património régio do território de Panóias (PMH-Inq. 1211, 1212, 1218, 1222, 1228, 1229, 1237, 1243, 1259, 1265). Diversos testemunhos no Julgado de Panóias referem que *quando homees quiserō pobrar a Poboia de Panoijas e de Ponte e que o El Reij Dō S[ancho] jrmão deste Reij deu a esses homees os seos Regeegos e que esses homees dessem a El Reij en cada huu ano dous mil marcos de renda desse regeego* (PMH-Inq. 1211). Segundo Herculano (s/d: VII, 364) o foral da póvoa da Ponte de Panoias teria data de 1231 ¹³. Porém, a iniciativa não teve êxito de forma que se *hermo a pobla de Ponte de Panoijas* (PMH-Inq. 1243). Esta póvoa ter-se-ia localizado (Azevedo 1890: 17) no cabeço onde hoje se situa a

capela da Santa Cabeça, próxima ao templo da Senhora de Guadalupe e sobranceiro à actual aldeia de Ponte de Panóias, freguesia de Mouçós¹⁴.

É no reinado de Afonso III que surge nova iniciativa régia no sentido da criação de uma povoação em Panoias. A carta de foral que lhe é concedida em Dezembro de 1272, chama à nova povoação Vila Real devendo a sua localização ser já a actual (doc. in Azevedo 1890: 24-27). Mais uma vez o rei concedia todas as rendas e direitos da terra de Panoias pelo que lhe dariam anualmente e às terças do ano, 4000 morabitinos.

A iniciativa não teve, mais uma vez, êxito pois, D. Dinis recomençaria o processo concedendo novo foral, em 4 de Janeiro de 1289, aos povoadores de Vila Real de Panoias que deveriam ser em número de 1000 (doc. in Azevedo 1890: 49-54). Cada povoador teria direito a uma casa dentro do castelo e, os que não coubessem, no arrabalde, responsabilizando-se o rei por mandar fazer o muro *logo e bóó*. D. Dinis doa ainda as propriedades que possuía nas aldeias em volta da vila, para que cada um tivesse aí o seu herdamento com courela de vinha e de horta.

As dificuldades a resolver para a criação de uma vila nova, para mais com a dimensão que se pretendia em Vila Real, parecem ter sido em grande número. Não tinha o rei herdamentos suficientes pelo que, na carta que dirige em 9 de Janeiro de 1289 aos juizes e tabeliões do Reino para lhes anunciar que *mando fazer a mha pobra de Panoyas que ia outra vez foy começada* (doc. in Azevedo 1890: 56), indica que devem dar todas as facilidades necessárias a que Rui Gonçalves, Comendador de Barrô, e Pero Eanes, seu clérigo, possam trocar por outros terrenos do rei os que estavam nos termos das quatro aldeias dadas aos povoadores de Vila Real¹⁵. O concelho da nova povoação chegou mesmo a pedir ao rei por duas vezes, em 1292 e em 1304, um foro mais favorável, o que lhe foi sempre concedido¹⁶. A construção do muro da cerca foi também su-

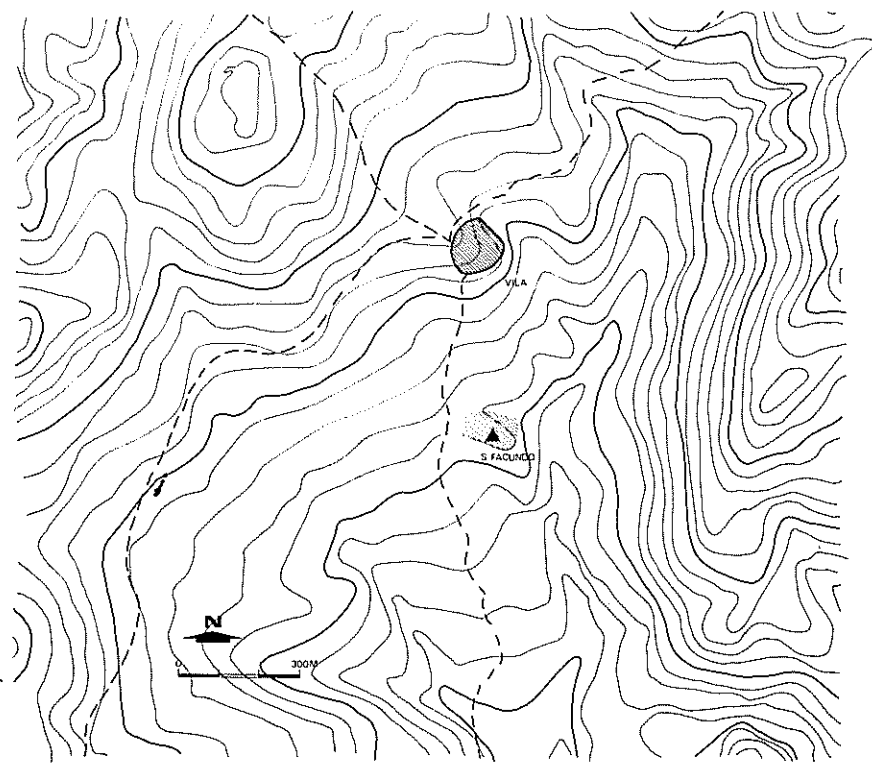


Fig. 6 – Implantação da vila de Vinhais e da Igreja de S. Facundo

cessivamente adiada declarando D. Dinis ainda em 1304 que ficava de *lhys fazer o muro em essa vila quando o poder fazer querendo deus* (Azevedo 1890: 70).

A Vila Velha (Fig. 5), implantada no promontório formado entre os rios Corgo e Cabril, mostra um troço do muro da cerca do lado Oeste. No espaço intra-muros, hoje quase completamente descaracterizado, percebem-se ainda alguns dos eixos do cadastro regular medieval organizado em blocos rectangulares. Na zona mais a sul, situa-se a igreja de S. Dinis, a antiga paroquial da vila, hoje capela do cemitério que, desde o século passado, ocupa todo o envolvente. No extremo Norte do arrabalde existente na primeira metade do século XV, foi construído o mosteiro de S. Domingos cuja igreja é actualmente a Sé de Vila Real.

Terra de Vinhais

Mais a Norte, situava-se a terra de Vinhais¹⁷ que tinha centro num castelo roqueiro localizado entre Vale de Fontes e Vale de Janeiro¹⁸. Segundo o testemunho das inquirições de 1258, uma primeira tentativa para centralizar o território numa vila nova daria do reinado de Sancho II visto que os *homines de Vinaes quando renderunt ipsam terram de Vinaes Regi domno Sancio germano istius (...) facerunt ei tale pactum quod facerent in Vinaes unam villam et quod affortalezassent illam et non fecerunt illam*

(doc. in Alves: IV, 39, 44 e 50). Esta situação de precaridade está patente no acordo que o arcebispo de Braga, D. Estevão Soares da Silva, e o concelho de *Vinaes, concilium ipsius populationis que facta fuit per domnum Sancium secundum illustrissimum regem Portugaliae*, estabelecem em 1224, a propósito dos direitos sobre a respectiva igreja, *quam de novo fecit construi tunc predictus archiepiscopus*. O acordo deveria *valere quandiu ista populatio steterit. Si forte, quod absit, populatio destruat nichil valeat carta ista* (LF 897).

Em 1253 Afonso III, estando em Santo Estevão de Chaves, concede carta de foral aos *hominibus de Vinaes, et de suis terminis* estabelecendo um foro de 600 morabitos, 500 pela renda daquela terra e 100 pela tenência do castelo (doc. in Alves: IV, 435; PMH-Leges 640). Porém, cinco anos depois, as inquirições daquele rei mostram que não existia ainda a vila de Vinhais. A povoação mais central, por onde se inicia a inquirição do *Judicatus de vinaes* é S. Facundo de Crespos cuja igreja, de traça românica, é hoje a capela de S. Facundo do cemitério da vila de Vinhais. Parece ser posteriormente a 1258 que, num cabeço sobranceiro a Crespos, irá ser erguida a nova vila de Vinhais (Fig. 6) a qual, à semelhança de Bragança, recebe o nome do território de que constituirá o novo centro. A nova vila de Vinhais, cuja construção poderia datar ainda do reinado de Afonso III ou já de D. Dinis, era cercada por um muro. A igreja intra-muros, a paroquial de N. S. da Assunção da documentação moderna, não é ainda referenciada no *Catálogo das Igrejas de 1320-21* que apenas se refere à de S. Facundo.

Em 1324 regista-se, no termo de Vinhais, uma outra iniciativa com o objectivo de *fazer villa* (doc. 75 in Alves: IV, 246-248). A pedido dos homens moradores em *terra da lonba* que solicitavam ao rei que *lhis mandasse assinaar logar em que fizessem villa na dita terra da lonba e que elles fariam hi a ssa custa huma cerca de muro de cem braças pera deffendimento dessa terra*, D. Dinis concede que *elles façam villa no lugar que chamam san johanne Ao qual logar eu ponho que aia nome san Johanne de lonba*¹⁹. A nova vila de S. João da Lomba, situada sobre a fronteira, se alguma vez chegou a erguer-se completamente, teve uma vida curta. O *Numeramento* de 1530 menciona, no interior do termo da vila de Vinhais, o concelho chão que se chama *Lonba* e cuja cabeça estava já alguns quilómetros para Sul, no lugar de Vilar Seco. No sopé do outeiro, chamado hoje ainda Vila de Souane e onde se localizam as ruínas de uma cerca, de casas e de uma grande cisterna, persiste, significativamente, a aldeia de Cisterna.

A terra de Ledra

A terra de Ledra constituía outra das unidades territoriais de Trás-os-Montes que daria origem aos julgados de Mirandela e Lamas de Orelhão no decurso da 1ª metade do século XIII (*Inquirições de Afonso III* in Alves: IV, 23-37). Em Julho de 1198, D. Sancho I esteve em Mirandela (DS 110). A localização primitiva desta comunidade porém, não seria a actual. Segundo as *Inquirições de Afonso III*, Pelagio Martins, pároco de Mirandela, testemunha que *quando habebatur ibi alia Ecclesia sancti Martini quod abadabat eam Ricus homo qui tenebat terram in loco domini Regis et postea homines de ipsa*

villa fecerunt ipsam Ecclesiam sancte Marine. et posuerunt villam et ecclesiam ubi modo sedunt (doc. in Alves: IV, 25). Outra testemunha, João Joanes, em Vilar de Ledra, acrescenta que *quando villa de Mirandela stabat in sancto Martino non leuabat inde Archiepiscopus nisi collectam. et posquam posuerunt ipsam villam ubi modo stat leuat Archiepiscopus tertiam de decimis de Ecclesia* (doc. in Alves: IV, 28-29).

A Nascente de Mirandela situa-se precisamente o monte de São Martinho separado pela ribeira de Cedães da colina do Castelo Velho onde se regista a existência de restos de fortificações. Entre ambos, na depressão ocupada pela ribeira, estende-se uma área de dispersão de vestígios de povoação, tradicionalmente interpretados como pertencendo à primitiva implantação de Mirandela (Alves: IX, 152 e 471; Sanches e Santos 1989: 32-33). Em meados do século XIX existiam ainda junto ao caminho para a Qta. do Mourel, em frente do Castelo Velho, «restos de sepulturas abertas no xisto» (Sales: I, 15). A nova situação da vila de Mirandela em Santa Marinha, de acordo com as Inquirições de 1258, não era ainda a que actualmente possui, localizando-se no alto do monte de Santa Marinha, também chamado o Alto do Canal, onde houve outrora uma capela dedicada a esta santa (Sales: I, 21). Seria esta a sua localização em 25 de Maio de 1250 quando, estando o rei Afonso III em Guimarães, concede carta de foro aos *hominibus de Mirandella et de suo termino* pela qual deveriam pagar anualmente de cada fogo *sex solidos legion* (doc. 3 in Sales 1983: II, 209).

Posteriormente D. Dinis, por carta passada na Guarda a 2 de Setembro de 1282, *mãdou mudar a villa de Mirãdella e poela no logar q chamã a cabeça de Sam Miguel* (doc. 9 in Sales 1983: II, 231). Um muro de cerca foi construído para defender a nova implantação da vila do qual apenas subsiste hoje uma das portas de arco gótico (Fig. 5). A reorganização do território de Mirandela e Ledra prosseguiria em 1287 com a car-

ta de foral e termos a *todos los pobradores da mha pobra que chamam a Torre da dona Chamoia (...) que façam hy villa (...) E esses pobradores deuem affazer essa vila e muralalha de muro. E se eu hy quiser fazer alcaçeuva fazela per mim e fazela guardar per mha custa* (doc. 12 in Sales 1983: II, 233-234). A iniciativa procurava criar uma nova vila no extremo Norte daquele extenso território tendo D. Dinis concedido nova carta de foro aos *Joyzes e o concelho de Mirandela* em 1291, onde lhe demarca o seu termo confrontando com a Torre de D. Chama (doc. 19 in Sales 1983: II, 241-242).

Esta situação conduziu dois anos depois, em 1293, a uma contenda entre o Rei, o concelho de Torre de D. Chama e o de Mirandela, alegando o rei que os juizes e o concelho da dita Torre *nom me derom nem compriram a renda que mi ouuerom de dar desse lugar assi como mi poserom*, determina que a Torre de D. Chama, com todos os seus lugares, seja dada por *termeho a Mirandela assi como os ante auia* (doc. 21 in Sales 1983: II, 243-244). Porém, em 1299, D. Dinis concedia novo foral aos moradores da Torre de Dona Chama. O concelho de Mirandela contesta-lhe os termos e divisões reacendendo a contenda que deu lugar a confrontos violentos entre os dois concelhos. No seguimento os da Torre de D. Chama queixam-se ao rei que por sua vez nomeia em carta datada de 21 de Setembro, Afonso Rodrigues, alcaide de Bragança e seu povoador, por juiz *antreles*. As partes reuniram-se então a 2 de Outubro na aldeia de Sesulfe e um mês depois no lugar de Nozelos onde Afonso Rodrigues sentenciou que *os da dita torre de dona chamoia ouuesse os termhos per aqueles lugares per u lhy forõ ia ante demarcados secondo susso he cõteudo pelas cartas delRey q tynhã e per João paez seu porteiro e do q forõ etreges e postos marcos pelo dito porteiro*, sentença confirmada depois por carta régia de Julho de 1303 (doc. 25 in Sales 1983: II, 247-252).

Ainda em 1337 demandava o concelho de

Torre de D. Chama perante o rei Afonso IV contra os moradores das terras da Ordem do Hospital situadas no seu termo que se escusavam a servirem no muro, carcova e vela da vila determinando o rei que *façã com os da dita villa da torre de dona chamoia com os do Reguengo da dita villa e no muro e é acarcoua na vela e em todo al que copryr pera meu serviço e pera prol da villa como vezinhos* (doc. 107 in Sales 1983: II, 362-363). No entanto, no Numeramento de 1530, o concelho da Torre de Dona Chama era concelho chão e não tinha *senam hua cerqua de hu castello muito velho e muito derribado omde nam vyve nemgem estando a cabeça do concelho com 26 moradores õde chamam Pomball* (in Freire 1909: 268).

Também na terra de Ledra mas a Sul e a Oeste de Mirandela, situava-se o julgado de Lamas de Orelhão. O pároco de Santa Cruz de Lamas de Orelhão, D. Adão, refere, nas *inquirições de Afonso III*, que o *Rex donnus Alfonsus senex dedit ipsam villam cuidam fratri nomine frater Pelagius falcones qui fecit ibi unam Albergarium per mandatum ejusdem regis e cautivit sibi ipsam Albergarium pro sua anima e dedit sibi ipsam villam*²⁰. Teria sido posteriormente no reinado de Sancho II que a comunidade com o apoio régio construiria uma vila nova cercada por muro como testemunha o mesmo pároco de Santa Cruz afirmando que *postea ipsa villa fuit herma in tempore Regis donni Sancii fratris istius propter malfetoriam quam tunc faciebant et homines de villa fuerunt ad ipsum Regem et ipse Rex mandavit sibi facere unam fortelezam et dedit eis maiorem terminum de suo regalengo quam ante non habebant ut ipsi homines darent ei annuatim de ipsa villa C. morabitanos et fecit inde eis cartam et modo dant istos. C. morabitanos annuatim domino Regi et ex tunc nihil de derunt Albergarie* (in Alves: IV, 336)²¹.

As inquirições de D. Dinis aludem ainda às obras para a construção do muro da cerca de Lamas de Orelhão referindo que o lugar de Gulfeiras era de foreiros de Lamas de Orelhão que davam a peita, a talha e iam fazer o muro como os outros das Lamas (doc. in Alves: IV, 22). A vila localizava-se no outeiro sobranceiro à actual implantação, descaracterizado pela construção do cemitério na sua coroa. No século XVII eram visíveis vestígios das fortificações com um fosso para a parte Norte. Havia ainda a memória de moradores da vila dentro da cerca e que *nela neste tempo [cerca de 1630] estiveram as casas da audiencia e prisão e que nela esteve o pelourinho. E tinha uma cisterna*²².

Chaves

Um caso exemplar deste movimento de criação de vilas novas em Trás-os-Montes é constituído por Chaves. No séc. XII e 1ª metade do séc. XIII, não se encontra qualquer referência à *Flavias* ou *Chavias* romana e alti-medieval, localizando-se o centro de toda a região no castelo de St^o. Estevão de Chaves (Dias 1990: 41-43). É provável que o processo de reorganização e repovoamento do território tenha sido desencadeado após a incursão transmontana de Afonso III em 1253 (idem: 44)²³. Alguns anos depois, as inquirições de 1258 referem-se por diversas vezes aos *homines de populla de Castello de Clauibus* (PMH-Inq. 1353, 1354, 1355). A iniciativa parece ter condu-

zido mesmo a um primeiro fracasso como testemunha um passo daquelas inquirições: *totum ipsum regalengum sicut diuidit per ipsas diuisiones supradictas habere hominibus de popula uetera que fuit in Castello de Clauibus et ex quo ipsa villa depopulauit se filiarunt de ipso regalengo* (PMH-Inq. 1354). Ultrapassadas as dificuldades, a existência da *Villa de Chavis cum suo termino* (PMH-Inq. 1527-28) a partir deste momento parece ser um facto, constituindo já em 1258 um julgado²⁴. O cadastro urbano, delimitado pela cerca rectangular, mostra um padrão geométrico nítido (Fig. 5) que já foi interpretado como romano (Montalvão 1971: 35-39). Porém, investigações recentes realçam o carácter medieval dessa configuração, típica de muitas outras póvoas baixo-medievais (Dias 1990).

Montalegre de Barroso, Monforte de Rio Livre e Vila Boa de Montenegro

D. Afonso III parece ser também o responsável pela reorganização dos espaços fronteiriços a Este e a Oeste de Chaves. Pela mesma altura em que tentava criar a Vila Real de Panóias (1272-1273), concede cartas de foral às póvoas fortificadas de Montalegre de Barroso (doc. in Costa 1987: I, 211-213) e Monforte de Rio Livre (PMH-Leges 730). O inquérito régio de 1258 nos julgados de Barroso e de Rio Livre, ignora ainda por isso aquelas novas cabeças do território²⁵. No reinado de D. Dinis seria a vez de Montenegro, entretanto incorporado no termo de Chaves (Dias 1990: 62), procurar constituir-se como concelho autónomo e construir uma vila fortificada para sua cabeça. Em 12 de Junho 1301 um representante do rei D. Dinis reunia-se com a assembleia dos homens de Montenegro no lugar de Celeirós estabelecendo um acordo para o reconhecimento do novo concelho que deveria ter cabeça em Vila Boa de Montenegro a edificar no cabeço de sobre Celeirós com uma cerca defensiva. O termo do novo concelho seria o território de Montenegro acordando no pagamento de um tributo anual de 3000 L de moeda velha. No mês seguinte, o rei concedeu carta de foral à nova vila. O concelho de Chaves opõe-se a esta decisão que lhe diminuía o termo, elegendo procuradores em Janeiro e Fevereiro de 1302, para proporem ao Rei um acréscimo de 4000 L anuais de tributo em troca do restabelecimento do anterior termo de Chaves. Logo em Março desse ano o rei aceita a proposta de Chaves e anula o anterior foral de Montenegro. Porém em 1303 (20 de Março), provavelmente devido à falta de pagamento das 4000 L por parte de Chaves, o Rei concede de novo carta de foral a Vila Boa de Montenegro. Decisão que seria anulada no ano seguinte (a 21 de Julho de 1304) pois, provavelmente na impossibilidade do pagamento dos elevados tributos, o rei decide restituir o território de Montenegro a Chaves e contentar-se com um tributo anual de 400 L (Dias 1990: 62-67).

Torre de Moncorvo, Vila Flor e Alfândega da Fé

Durante a década de 1280, D. Dinis promoveu outras importantes reorganizações do território na Vilariga e em Miranda tendo-se deslocado em Novembro de 1281 à vila de Santa Cruz da Vilariga²⁶. Esta vila, cabeça de um extenso termo abrangendo toda a

depressão da Vilariga (ver supra), ver-se-ia na continuidade substituída, enquanto centro desse território, por Torre de Moncorvo, que o partilharia depois com Vila Flor e Alfândega da Fé. Dessas três vilas, apenas Torre de Moncorvo é mencionada pela inquirição de 1258 no *judicatum de sancta Cruce de valarisa* (doc. in Alves: IV, 71-78). Torre de Moncorvo era uma aldeia do termo da vila de Santa Cruz cuja igreja era *sufraganea de Ecclesia de sancta Cruce* (idem: 73). Inesperadamente, receberia de D. Dinis, muito provavelmente em 1285²⁷, uma carta de foral que é a transcrição do foral concedido por Sancho II em 1225 à vila de Santa Cruz, herdando-lhe o respectivo termo. A 24 de Maio de 1286, seria a vez da póvoa de Vila Flor receber carta de foral de D. Dinis, idêntica também à da Vila de Santa Cruz da Vilariga – *damus et concedimus vobis populatoribus de nostra popula, quae uocatur de aalem Saauor, pro foro forum Sancte Crucis de Valariga, cui populae nos ponimus nomen Vila Frol* (doc. in Meneses 1986). Por último, a vila de Alfândega da Fé receberia em 1294 carta de foral de D. Dinis – *faço carta de foro pera todo sempre aos pobradores e moradores da mha uila e do meu Castelo de Alfandega de ffe de sobre valariga* – onde manda que *aíam usos e custumes come os de vila frol* (doc. 110 in Alves: IV, 324)²⁸.

As obras de fortificação das novas vilas ficaram registadas numa carta de D. Dinis datada de 17 de Novembro de 1295, onde o rei resolve uma contenda entre os concelhos de Vila Flor e Torre de Moncorvo por *razom da fortaleza que mandei fazer em essa vila da Torre de meencorvo, e porque eu mandey que metesedes as terças das igrejas de vila frol primeyramente, e depois que er metesedes as terças da Torre de meencorvo na fortaleza de vila frol* (doc. 91 in Alves: IV, 273-274). O muro da cerca de Vila Flor (fig. 5), cujo traçado é facilmente reconhecível na malha urbana, tinha 4 ou 5 portas de que apenas há memória da do Rossio, entretanto desaparecida (em

1868), e a da Vila, que ainda subsiste (Grande Enciclopédia, Vila Flor, pag. 510). A fortificação da vila de Torre de Moncorvo, com o respectivo muro da cerca e um castelo de planta trapezoidal, parece ter implicado uma nova implantação do povoado (Fig. 7). A aldeia, mencionada nas inquirições de 1258 com a sua igreja de Santiago, situar-se-ia na encosta onde está hoje o cemitério²⁹ tendo a nova implantação da vila, num amplo esporão, permitido construir o muro de cerca delimitando um espaço urbano de plano muito regular (Fig. 5). A vila velha da Santa Cruz despovoar-se-ia de forma que em meados do século XV só existiam as ruínas e a memória: *na Ribeira da Vallariça em huu oteiro alto que está acerca della fora pouoraçom em outro tempo. E por que era doentijo se mudaram hijr uiver aa dita uilla da Torre e ficara o cerco deribado e destruido de todo* (doc. 105 in Alves: IV, 299).

Vila Nova de Foz Coa

Esta reorganização do povoamento e do território na Vilarça implicou também alterações na margem Sul do Douro. O rio Coa, após o Tratado de Alcañices de 1297, não constituía mais o limite do Reino de Portugal com Leão e Castela³⁰. É na área adjacente ao curso terminal desse rio, dominando uma vasta plataforma agrícola, que D. Dinis fomenta a criação de uma outra póvoa. Vila Nova de Foz Coa receberia carta de foral em Maio de 1299 onde se determina que o concelho ficasse a pagar à coroa, por todos os direitos reais, 300 Libras (Costa 1977-87: II, 241-2). Pouco depois, em 1306, outra carta de D. Dinis ao concelho de Foz-Côa, minha *poboa*, determina que a justiça constrangesse os moradores de Freixo e Muxagata a fazerem o caminho por dentro da vila quando se dirigissem às barcas do Douro (Costa 1977-87: II, 241-2). O pequeno espaço urbano, de plano muito regular, delimitado pelo muro da cerca (Fig. 5), viu rapidamente desenvolver-se um extenso arrabalde³¹, sobretudo ao longo do

acesso Sul, o que não deixará de ter a ver com o facto de a nova vila surgir estreitamente relacionada com uma importante passagem no Douro. Não longe da foz do rio Coa, esse porto com as suas barcas assegurava a ligação do Sul, da Beira, para as áreas mais periféricas de Trás-os-Montes, como a terra de Miranda, onde D. Dinis promovia, desde a década de 1280, a criação da vila nova de Miranda do Douro³².

Miranda do Douro

Algoso, Penas Róias e Mogadouro, castelos das Ordens do Hospital e do Templo, são as cabeças mencionadas pela inquirição de 1258 *in terra de miranda* enquanto à vila de Miranda do Douro ainda não se faz aí qualquer referência (doc. in Alves: IV, 7 e ss.). Após as iniciativas de Sancho I, que haviam permitido a expansão da autoridade régia na terra de Miranda (ver supra), o reinado de Afonso II, marcaria um retrocesso só recuperado nos reinados de Afonso III e D. Dinis.

D. Afonso III parece ter conseguido, em 1272 e 1273, recuperar o senhorio régio de Mogadouro e de Penas Róias, a quem concede cartas de foral (docs. 150, 151 e 152 in Alves: IV, 436-440), substituindo-se à Ordem do Templo. Alguns anos depois, D. Dinis promovia a criação de uma vila nova, Miranda, sobre o Douro a qual adoptava o nome da antiga terra e cuja vocação seria tornar-se, progressivamente, um impor-

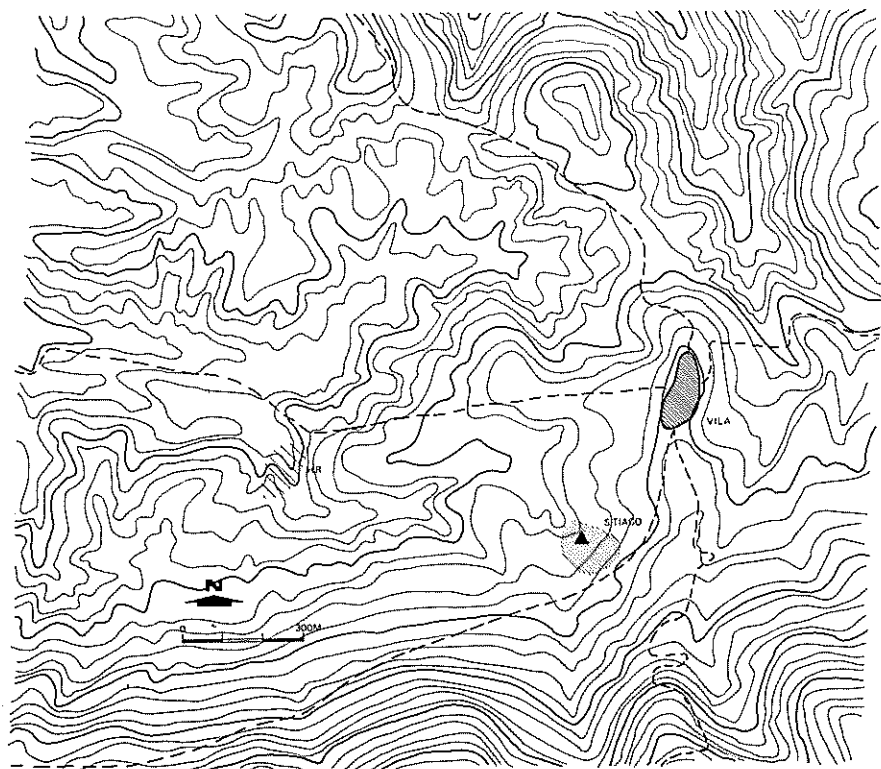


Fig. 7 – Implantação da vila de Torre de Moncorvo e da Igreja de S. Tiago. H.R. – Habitat de época romana.

tante centro regional. Em Setembro de 1286 conceder-lhe-ia o respectivo foral (doc. 2 in Alves: IV, 83-4). A sua área urbana, delimitada pelo muro da cerca, é a maior de todas as póvoas de Trás-os-Montes, apresentando um padrão geométrico muito nítido (Fig. 5) ³³.

Uma carta do rei D. Dinis datada de 1299, testemunha as obras realizadas na vila por iniciativa régia – *no laor da minha villa de Miranda* – como tendo-se iniciado em Julho de 1294 e concluído em Abril de 1298 sob a direcção dos frades João e Estevão do Mosteiro de Alcobaça (ML, vol. V, pag. 253). O próprio rei esteve em Setembro de 1297 em Miranda (Itinerários Régios Medievais: 48), onde concede diversos privilégios *per rrazō da pobrança desa vila* ³⁴, tendo assinado o Tratado de Alcanices a 12 desse mês, entre S. Martinho de Angueira (a Norte de Miranda do Douro) e Alcañices (Cintra 1959: LXX).

5. CONCLUSÃO

Os séculos IX a XI marcam por toda a Europa o nascimento da paisagem das aldeias, ainda matriz do povoamento rural nos nossos dias (Chapelot e Fossier 1980). Também na Península Ibérica, aqueles séculos, parecem mostrar «o triunfo da aldeia como modelo hegemónico de organização social» (Cortázar 1988: 22). A Baixa Idade Média acresceriam depois, à definição final do modelo social feudal, a dominação do mundo rural pela cidade (Cortázar 1988: 55 e ss.).

É neste quadro de ideias que observamos a existência de importantes transformações na organização do povoamento de Trás-os-Montes e do Alto Douro na Baixa Idade Média. Nestas duas regiões periféricas, o sentido dessas transformações, apontava para o mesmo enquadramento das comunidades no interior de territórios subordinados a uma povoação-cabeça, a qual assume progressivamente as funções urbanas.

Os avanços da «reconquista» a partir da segunda metade do século XI conduziram à incorporação nos reinos cristãos peninsulares de sociedades organizadas segundo princípios diferentes em que os núcleos urbanos jogavam um importante papel ordenador. O século XII já havia consagrado a nova ordenação social do espaço nos concelhos urbanos de fronteira, nas Extremaduras, entre o Douro e o Tejo, cujos Forais confirmavam a superioridade dos habitantes da vila sobre os seus vizinhos das aldeias do termo. O avanço para Sul das conquistas, no século XIII, encontrou reinos cujo espaço estava articulado «numa hierarquia de povoamento, desde a capital à alcária» tendo os novos senhores mantido e reforçado este esquema de dominação do mundo rural pela cidade (Cortázar 1988: 130-131). Na segunda metade do século XIII, a mesma ordenação estendia-se às terras setentrionais através da criação impulsionada pela iniciativa régia, de uma rede de vilas e póvoas (Cortázar 1988: 131).

Nos casos observados em Trás-os-Montes e no Alto Douro, foi destacada a iniciativa régia, envolvida num processo de expansão da sua autoridade sobre áreas periféricas, como um dos principais agentes das transformações na organização do povoamento. Os itinerários dos nossos primeiros reis mostram o carácter periférico do inte-

rior em relação ao eixo que ligava as cidades de Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém e Lisboa. Era a partir destas cidades que o poder central podia exercer-se sobre as áreas mais vastas do interior. A expansão da autoridade régia naquelas áreas procurou compromissos e alianças com os diversos poderes locais e regionais que, movimentando-se na periferia, conseguiam assegurar mais facilmente a sua autonomia. A concessão das cartas de foral mostra os avanços desse processo. O modelo do foral de Salamanca estende-se, durante a 2ª metade do século XII, a diversas comunidades da Beira e do Alto Douro. No início do século XIII, o movimento atingia já pequenas comunidades situadas a norte do Douro, procurando prolongar-se para Trás-os-Montes. Porém aqui, uma diferente configuração social, parece ter conduzido à «dissolução dos espaços políticos tradicionais» e a uma «recomposição territorial» (Hespanha 1986: I, 155). A novidade e modernidade das soluções encontradas expressa-se nas vilas novas de Trás-os-Montes, criadas de raiz para servirem de cabeça aos novos territórios. Bragança surge ainda no reinado de Sancho I seguindo-se-lhe muitas outras vilas novas nos reinados de Sancho II, Afonso III e de D. Dinis.

Material e simbolicamente, o traço mais caracterizador da vila é o muro da cerca (Andrade 1987: 61). Com efeito «fazer vila significava, nesse tempo, cercar uma povoação com uma obra defensiva» (Almeida 1992: 138). A vila é, no entanto, indissociável do termo, o território de que constitui a cabeça. Aliás, a intensa actividade construtiva das cercas urbanas góticas, entre os fins do século XIII até ao século XV, só se tornou possível à custa das pesadas contribuições do termo que assegurava direitos judiciais e fiscais elevados.

Nas vilas do Alto Douro, a continuidade de uma implantação cozida com o terreno obrigou a construção das cercas a vencer grandes desníveis. O contraste é nítido com o tipo de implanta-

ção mais comum das vilas novas de Trás-os-Montes: o outeiro regular e destacado ou a plataforma, permitindo implantar a cerca praticamente sempre à mesma cota. A continuidade com uma ocupação antiga significava, no Alto Douro, um tipo de implantação mal adaptado à nova morfologia das povoações por contraste com a modernidade e adequação entre implantação e morfologia das vilas transmontanas. A existência frequente de um número elevado de igrejas nas vilas do Alto Douro aponta no mesmo sentido, quando em Trás-os-Montes acontecia mesmo, em alguns casos, a vila integrar-se numa paróquia cuja igreja teve, até um momento tardio, uma localização distante (Fig. 5).

A criação de uma vila nova era um processo dirigido e planificado, de iniciativa régia e das comunidades (ver Lamas de Orelhão, Vinhais, S. João da Lomba) onde o rei actuava por intermédio dos *pobradores d'El-Rei*, frequentemente citados na documentação de Trás-os-Montes desde Sancho I até Afonso IV (Viterbo 1965-6: II 480). Estava implicada a deslocação de comunidades pré-existentes ou a constituição de novas comunidades (ver Santa Cruz da Vilarça e Mirandela). As muralhas das novas povoações tornavam-se então «cercas reunião» ao permitirem e imporem «uma certa consciência de unidade aos diversos grupos vicinais» que a constituíam (Almeida 1992: 139). O geometrismo do traçado da malha urbana no interior das cercas, onde surgem ângulos próximos de 90°, formando blocos rectangulares ou trapezoidais, agrupando séries de lotes com edifícios e quintais, mostra estarmos em presença dum plano previamente concebido (Gaspar 1969). Esquemas geométricos idênticos podiam igualmente ser procurados no cadastro dos terrenos que envolvem as novas povoações (ver Vila Nova de Foz Coa) pois a divisão e distribuição das terras era parte integrante da criação de uma vila nova (Rau 1982: 42-45; ver Vila Real e Chaves).

A formação de arrabaldes marca a posterior

expansão da vila junto das entradas e ao longo dos seus acessos. Gera-se então um urbanismo rádio-concêntrico ao mesmo tempo que alguns espaços e edifícios diferenciados no exterior da cerca podem também ter funcionado como polos de desenvolvimento da malha urbana. O séc. XVI é ainda, para o conjunto das vilas em estudo, um período de expansão e pujança caracterizando-se pelo desenvolvimento urbano no exterior das cercas amuralhadas, criando extensos arrabaldes, e pela mobilização de recursos numa activa construção e renovação de igrejas, edifícios das Misericórdias, praças, fontes, etc. Os séculos seguintes seriam porém de lenta agonia para a maioria dos centros desta rede micro-urbana das vilas do interior.

Porto, Novembro de 1992

NOTAS

1. As actas do *Numeramento* foram publicadas por Collaço 1934 (Beira) e por Freire 1909 (Trás-os-Montes).
2. Cf. Galego e Daveau 1986.
3. Reis 1991: 105-125 e 126-141
4. A família dos Bragançãos (Mattoso 1985a: 65-68 e Mattoso 1985b: I, 188-190) aparece referenciada nas regiões de Chaves e de Bragança desde finais do século XI (LF 359-397 e 400). Fernão Mendes, o primeiro nome documentalmente comprovado, era tenente da terra de Chaves em 1072 e em 1086 (LF 359-397 e 400). Aparece depois, ainda que raramente, a confirmar documentos condais (DR 28 e 67). O matrimónio com uma filha bastarda do rei Afonso VI de Leão e Castela, que a tradição lhe atribui (PMH-Scriptores 165), confere-lhe uma importância em situação de paridade com o Conde D. Henrique (Fernandes 1972: 236-248). Em 1128 confirma dois documentos do infante D. Afonso sendo tenente da terra de Bragança (DR 91 e 92). Dois anos depois, em 1130, o mesmo Fernão Mendes, *potestas in Bragança et Lampasas*, outorga carta de foral aos habitantes da *ciuitate Noman* (Numão) no Alto Douro (PMH-Leges, I, 368-370). A expansão para Sul da autoridade deste senhor e o seu carácter autónomo parecem ser de realçar. Por outro lado, o alargamento da sua autoridade nesta área, processa-se através do reconhecimento da autonomia das fortes comunidades do Alto Douro. A mesma estratégia que o infante D. Afonso seguiu, e antes dele seus pais, ao concederem e confirmarem forais às comunidades a Este de Viseu e vizinhas da de Numão.
5. Fernão Mendes II, sucessor da linhagem e novo tenente da terra de Bragança (DR 210 e segs) parece conservar uma autoridade não completamente subordinada na região a Sul do Douro. Em 1145 doa à Ordem do Templo o castelo de Longroiva que diz ter povoado na *Extrematura*, entre os castelos de Numão e Marialva e o rio Côa (doc. in Viterbo 1965-6: II, 587, nota 1). Por outro lado, o foral de Freixo de Espada à Cinta é outorgado pelo rei àquela comunidade do Alto Douro entre 1155 e 1157 *per concilium de fernam melendis* (DR 252) enquanto o foral de Trevões, outra comunidade do Alto Douro, é concedido em 1159 pelo rei conjuntamente com Fernão Mendes e sua mulher D. Sancha Henriques (DR vol. II, pag. 528) (Cf. Fig. 2).
6. Povoar e repovoar significam, na documentação deste período, mais do que passar a ocupar um espaço desabitado, dominar e integrar em esquemas de organização política, económica e religiosa comunidades preexistentes. Na verdade, a abundância de testemunhos moçárabes nas regiões do centro da Península e do Vale do Douro mostra afinal que as comunidades aí existentes não desapareceram quando essa faixa se transformou na zona fronteira entre as áreas claramente dominadas pelo rei de Leão e as integradas nas diversas formações políticas muçulmanas, tendo aliás essa situação de fronteira permitido reforçar a sua organização interna e a sua autonomia frente a poderes estrangeiros (Mattoso 1987: 28 e segs). A análise de Angel Barrios Garcia, que se centrou na zona meridional do Vale do Douro (García 1985: 44-60), permitiu-lhe reconhecer di-

versas comunidades pré-existentes, com origem em populações de há muito aí assentadas ou em comunidades que se constituíram durante a fase de ocupação cristã anterior às campanhas de Almançor no final do século X, e que o movimento repovoador (aqui também com um sentido demográfico muito forte) de toda essa área subsequente à conquista de Toledo em 1085, integrou e deu nova expressão.

7. Nos últimos anos do reinado de D. Sancho I, que morre em 1211, parece cortar-se a ligação dos senhores Braganças à corte régia. Garcia Pires e Vasco Pires Beirão não confirmam mais documentos da chancelaria a partir de 1205 (DS 160) enquanto o seu irmão Fernando Fernandes, derradeiro Braganção detentor da tenência da terra de Bragança, surge pela última vez confirmando um documento em 1206 (DS 162). Em 1209, como vimos já, aparecia ao lado do rei de Leão Afonso IX, como seu *tenente en Extremadura*, a confirmar os foros de Castelo Rodrigo (Cintra 1984: 128 e 133; Azevedo 1962: 264, nota 37). Fernando Fernandes de Bragança regressa mais tarde à obediência do rei de Portugal pois confirma em 1217, com Afonso II, o foral de Miranda da Beira (PMH-Leges 374) e em 1225, como alferes-mor do rei D. Sancho II, o foral da Santa Cruz da Vilariga (PMH-Leges 604). Porém, verificavam-se já alterações na sucessão hereditária do cargo de tenente da terra de Bragança. Em 1211 era tenente da terra Ponço Afonso de Baião. Sucedem-lhe Fernando Fernandes (1217), Gundisalvo Ramiro (1227), provavelmente Fernando Fernandes (1228), Vasco Mendes (1233), Martins Afonso (1243), Fernando Lopes de Baião (1253), Afonso Teles (1256), Martins Afonso (1258) e Nuno Martins de Chacim (1266) (Alves: I, 296 e segs.). Os Braganços afastam-se da corte e isolam-se na sua região parecendo extinguir-se a linhagem que apenas teria continuidade por uma linha bastarda através dos Chacins (Matto-so 1981: 302).
8. Ainda em 1258, diversas testemunhas nas Inquirições de Afonso III, dizem que o Concelho de Bragança levava a terça dos dízimos das igrejas de Santa Maria de Bragança e da de Santa Maria de Grijó *pro ad faciendum murum* (in Alves: III, 305 e 342; IX, 131) enquanto os moradores da *villa de fontibus* em S. João de Trsbaceiro, *dant de quolibet casali de ipsa villa annuatim viij denarii pro ad faciendum murum de Bragancia* (in Alves: III, 409).
9. Uma imagem do arrabalde no início do século XVI pode ver-se no desenho de Duarte de Armas (Almeida 1943). O arrabalde surge-nos aí gerado pelos caminhos que desciam a encosta a partir da Porta da vila e delimitado, a Norte, pela igreja de S. João e o convento de S. Francisco, e a Oeste, pela igreja de S. Vicente.
10. A Vila Velha da Santa Cruz está a ser objecto de escavações arqueológicas sob a responsabilidade de Nelson Rebanda.
11. Trás-os-Montes conhece de novo em 1212 e depois em 1220-23 a intervenção militar do rei de Leão Afonso IX. No contexto do conflito entre o rei D. Afonso II de Portugal e suas irmãs D. Teresa, D. Sanha e D. Mafalda, as infantas aceitaram a defesa do rei de Leão que, em Junho de 1212 invade Trás-os-Montes e toma diversos castelos e terras – castelos de Algosó, Balsemão, Freixo, Urros, Mós, Alva, Picote, Sicoto e as terras de Barroso, Vinhais, Montenegro, Chaves, Laedra, Lapaças, Aguiar, Panoias e Miranda. A situação parece ter acalmado ainda em Novembro de 1212 e um tratado de paz é assinado na Primavera de 1213 segundo o qual Afonso IX restitui a Portugal os castelos tomados (Herculano s/d: IV, 14 e segs. e nota I; doc. in ML, vol. VI, pag. 515, escritura VIII). Em 1222, Afonso IX de Leão invade de novo Trás-os-Montes e toma o castelo de Sto. Estevão de Chaves que só viria a devolver em 1231, reinando já em Portugal Sancho II (Herculano s/d: IV, 121). Aliás, no reinado de Afonso II, que foi extremamente curto (1211-1223), não parece haver outras iniciativas conducentes à criação de vilas novas em Trás-os-Montes. Parece até haver perda de posições da autoridade régia em regiões do interior e fronteiriças como a terra de Miranda. Diversos testemunhos nas inquirições de 1258 de D. Afonso III parecem indicá-lo: *Ordines et milites habent illam terram ex tempore regis donni Alfonsi patris istius* (doc. in Alves: IV, 9) ou *tota terra de miranda fuit domini Regis et scit quando Rex legionis cercavit ulgosum et filliavit eam et postea dedit illam Regi Portugaliae. et scit quod pena roya fuit Regis portugaliae et scit quod postea fuit guerra inter regem portugaliae et regem legionis et tunc Rex portugaliae dedit ipsam villam de ulgo freires de ospitali et Penem royam et fleyres de Temple quod tenerent eas in comenda et quod defenderent terram et ex tunc ipse ordines tenent ipsas villas et modo nisi inde habet dominus Rex* (doc. in Alves: IV, 20-21). Aliás, o itinerário de Afonso II (Dias 1986) mostra a pouca atenção dada a regiões interiores como Trás-os-Montes, onde o rei nunca parece ter-se deslocado, e a sua concentração sobre o eixo das cidades do litoral Guimarães-Coimbra-Santarém.
12. Um esquema bipolar semelhante de organização do território é visível nas Terras que lhe confinavam. A Terra de Aguiar da Pena, cujo centro político-administrativo e militar se localizava no castelo de Telões, tinha na *villa de Jugal* (hoje Vila Pouca de Aguiar) a sua sede civil. Situada no cruzamento das duas principais vias que atravessavam o território – a de sentido Norte/Sul que se dirigia de Chaves para o Douro e a de sentido Oeste/Este ligando Guimarães a Bragança – era aí que se encontravam as medidas padrão (*per mensuram de Jugal*) pelas quais se regia a actividade económica da Terra. Foi aí também que se realizou a feira de Aguiar da Pena até 1369, data em que foi suspensa (Barroca e Morais 1986: 40-50). Na margem do Douro, a Terra de Penaguião cujo castelo poderia localizar-se na freguesia de Sedielos, tinha um centro económico importante em Mesão Frio sobre a via que de Amarante vinha atravessar o Douro no Porto de Rei e permitia a ligação à Beira. Também esta povoação haveria de receber de D. Afonso Henriques uma carta de foral do tipo burgo em 1152 (DR 237).
13. Do ano seguinte (Junho de 1232) data uma carta de venda em que o *concilium de Ponte de Panóias* e o de *Ronaldí* (Roalde) vendem ao arcebispo D. Garcia Mendes a herdade que tem junto da igreja de S. Martinho de Anta (concelho de Sabrosa) (LF 841).
14. João de Azevedo (1890: 17) referia que «Em volta da supradita capella ainda hoje se encontram muitas pedras aparelhadas, que deviam servir para a construção do castello».
15. A este processo de compras e trocas de terrenos nas aldeias do termo de Vila Real se referem vários documentos recolhidos por João Ayres de Azevedo (1890: 71-81).
16. Procuração do concelho de Vila Real em 11 de Novembro de 1292 (Azevedo 1890: 58-59); nova Carta de Foral de 24 de Fevereiro de 1293 (Azevedo 1890: 59-65); procuração do concelho e Carta de Foro de D. Dinis de 28 de Junho 1304 (Azevedo 1890: 69-71).
17. A referência mais antiga à terra de Vinhais data de 1159 como consta de um documento de doação de bens ao mosteiro de S. Martinho da Castanheira *in*

- villa que vocitant Villar de Ossus in territorio Vinales* (doc. 119 in Alves: III, 263-264; Viterbo: II, 643). Como autoridades citam-se *rege Fernando in Legione et Gallecia e Pontius eomite... princeps hujus terre* bem como o bispo de Astorga.
18. A igreja de Vale de Janeiro chamava-se antigamente Santa Maria do Castelo (Grande Enciclopédia..., artigo Vinhais) e o vizinho lugar de Nozedo de Baixo é referido nas Inquirições de 1258 como *Luzedo de sub Castelo de Vinaes* (doc. in Alves: IV, 47-48).
 19. Data de 1 de Fevereiro de 1311 uma primeira carta de foro de D. Dinis dirigida aos *pobradores da mjnha terra de lonba* em que o rei determina que *elles seiam vezinhos de vinhaees e aiam taees foros e taees costumes quaees ham os vizinhos de vinhaees*. Manda ainda ao seu *concelho de vinhaees que os enparem E os defendam* (doc. 74 in Alves: IV, 244-246).
 20. As inquirições de Afonso II (1220) em Santo Estevão de Abreiro referem-se à Albergaria de Lamas de Orelhão que *filiavit magnam hereditatem regalengam de termino de ista villa* (doc. in Alves: IV, 80).
 21. A mesma testemunha diz mais adiante que a vila foi *populata in tempore Regis donni Alfonssi patris istius* (in Alves: IV, 337). O foro seria actualizado por carta de Afonso III com data de Lisboa, 13 de Julho de 1259 (doc. 35 in Alves: IV, 183) onde o Concelho de Lamas de Orelhão se comprometia a pagar anualmente, no dia 1 de julho, 150 morabitinos ao rei.
 22. Segundo o *Tombo de S. Sebastião do Cobre de 1688* transcrito por Alves: IX, 447-450; ver também Sanches e Santos 1989: 36-37.
 23. Vindo do Sul e durante o mês de Maio, o rei passa sucessivamente por Murça (dia 1), Lamas de Orelhão (2), Bragança (10), Sto. Estevão de Chaves (20) e Braga (27) (Dias 1980: 476).
 24. Uma carta de sentença de D. Dinis datada de 1305 refere-se ao repovoamento de Afonso III: *quando meu padre El Rey Don Afonso pobrara a terra de Chaves que a dita terra fora partida pelos pobradores a possessões e que fora posto que de cada possessom ouvesse o dito meu padre eos que depois veessem hu morabitino velho. E que muytos dos pobradores do dito logar comprarom muytas possissões e nom davam a mim mays que hu morabitino velho.* (ANTT, Chanc. D. Dinis, Livro 3º, fl. 46v., doc. citado por Dias 1990: 67)
 25. Montalegre receberia de D. Dinis nova carta de foral em 1289 pois, como afirma o rei, a *minha «pobra» de Montalegre é erma, pela razão de que aqueles que aí houveram de morar para povoamento, uns morreram, e outros se ausentaram por causa do mal e da violência que lhes fizeram os que aí andaram no meu «logo»*. Encarregado Pedro Anes de a fazer povoar de novo determinou que se partissem os terrenos desta vila por cem povoadores, *todos de novo, assim como foi da primeira* (doc. transcrito por Costa 1987: I, 213-216).
 26. D. Dinis, proveniente de Trancoso por Moreira de Rei (dia 19 de Novembro) e Freixo de Numão (dia 24), passa o Douro e está na vila de Santa Cruz da Vilariga a 26, regressando depois a Sul por Castelo Mendo (16 de Dezembro) (Itinerários Régios Medievais: 16).
 27. Perdeu-se o original do foral de D. Dinis que foi concedido a 12 de Abril de 1285 segundo o «traslado tirado pelo tabelião da vila (*Johannis Fernandi publicus tabellio domini regis in villa Turris Menendi Curvi*), que declara ter visto e lido uma carta selada com selo de chumbo de el-rei D. Dinis, na qual diz este monarca fazer *cartam de foro populatoribus de Turer Mendí Corvi* (e segue o foral de Santa Cruz por D. Sancho II)» (Grande Enciclopédia, Torre de Moncorvo, 220). O Foral Novo de Torre de Moncorvo, concedido por D. Manuel I em 4 de Maio de 1512 (doc. nº 107 in Alves: IV, 304), também menciona *ho foral da dita billa dado pel rey dom deniz*.
 28. As três novas cabeças de território recebem ainda de D. Dinis cartas de feira em datas próximas às das respectivas cartas de foral (Moncorvo em 1284-85 e 1319, Vila Flor em 1286 e 1294, Alfândega da Fé em 1295 segundo Rau 1982: 120 ss., 119 e 115; Meneses 1986 trancreve a carta de feira de Vila Flor de 1286).
 29. Essa igreja, que é ainda a única mencionada em Torre de Moncorvo pelo *Catálogo de 1320-21*, mais tarde também designada por capela de Santo Cristo, foi demolida no século passado para a ampliação do cemitério (Tavares 1985: 10 e 12-13). Ainda subsistem nas imediações a calçada de Santiago e a Fonte de Santiago. A nova igreja de N. S. da Assunção é um templo iniciado no século XVI e situava-se no arrabalde, fora da cerca.
 30. Em 1296 D. Dinis invade Leão e Castela chegando a Simancas, a poucos quilómetros de Valladolid onde se encontrava o rei Fernando IV. Ao retirar para Portugal, tomou todas as vilas e castelos do Riba-Coa. No ano seguinte foi acordado entre as partes envolvidas que se juntariam todos em São Martinho de Angueira (a Norte de Miranda do Douro, junto da fronteira) e em Alcañices onde o rei D. Fernando IV tomaria para esposa a infanta D. Constança, filha de D. Dinis, e o infante D. Afonso, futuro Afonso IV de Portugal, a infanta D. Beatriz, irmã de D. Fernando Leão e Castela (Cintra 1959: LXVIII-LXXIII). Em Setembro de 1297, D. Dinis, proveniente de Trancoso, está em Miranda (Itinerários Régios Medievais: 48) onde concede diversos privilégios à vila (Alves: IX, 468). A 12 desse mês é assinado o tratado de Alcañices pelo qual o Riba-Coa ficava na posse do rei de Portugal (Cintra 1959: LXX).
 31. Segundo o *Numeramento* de 1530 (Collaço 1934: 117) na vila dos *muros a demtro vivem* 44 moradores e no arrabalde 108.
 32. Duas cartas de D. Fernando datadas respectivamente de 1370 e de 1376 (docs. 95 e 96 in Alves: IV, 279-282) concedendo privilégios à vila e concelho de Torre de Moncorvo, referem-se expressamente à importância desta passagem no Douro na ligação à zona Leste de Trás-os-Montes: *teem hum porto no rio Douro e barcas en el* [de forma que se a vila de Torre de Moncorvo fosse tomada por inimigos] *non poderyam por aquel porto aver passagem para myranda, nem para Samora nem para outras partes do meu Senhorio* (doc. nº 95) ou ainda no outro documento: *O qual porto he o melhor e mays chaão e seguro – outro nenhum que aia no dito ryo des a nossa cidade do porto ataa vylla de myranda que he em cabo nosso reyno* (doc. nº 96).
 33. O espaço a Oeste, onde foi construída a Sé, apresenta uma configuração menos regular que poderá ter resultado de alterações, e mesmo do alargamento do espaço urbano intra-muros, em consequência daquela obra no século XVI (Cf. Alves: IV, 521 e ss. e VII, 558 e ss.)
 34. Em Miranda concede diversos privilégios entre os quais que os *Cavaleiros dEspada Cinta vyzinhos que morarem per seus corpos ena vila de Miranda sem outro engano cõ casas pobradas em essa vila seiã. meus vasalos e aiã meus marauidis e que tenhã cavalos e armas cõ que me seruhã e que nõ dem luitosa nõ na leue eu deles. E outrossi outorgo e tenho por bê que... [os moradores de Miranda] seiã escusados de todo foro rreal que soyam a dar e fora posto de darem e de pagarem per rrazõ da pobrança desa vila. saluo uoz e coomha que a pague o que fezer porque* (in Alves: IX, 468).

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Das origens a 1220*, Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1992) – «Murallas Românicas e Cercas Góticas de algumas cidades do centro e norte de Portugal», *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 135-141.
- ALMEIDA, Fortunato de (1967-1971) – *História da Igreja em Portugal*, nova ed. por Damião Peres, 4 vols., Porto, Portucalense Editora.
- ALMEIDA, João de (1943) – *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darnas*, Lisboa.
- ALVES, Francisco Manuel (1909-1948) – *Memórias Archeologico-Historicas do Distrito de Bragança*, 11 vols., Porto-Coimbra-Bragança.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (1987) – «Um percurso através da paisagem urbana medieval», Separata da revista *Povos e Culturas*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, nº 2, pp. 57-77.
- AZEVEDO, João A. Ayres de (1899) – *Origens de Villa Real (Protohistoria Portuguêsa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1962) – «Ribacoa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 12, pp. 229-298.
- BARROCA, Mário e Morais, António J. Cardoso (1986) – *A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena*, Porto (separata de Revista Portugalia)
- CHAPELOT, Jean e Fossier, Robert (1980) – *Le village et le maison au Moyen Age*, Paris, Hachette.
- CINTRA, Luis Filipe Lindley (1959) – *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- COLLAÇO, J. T. Magalhães (1934) – «Cadastro da População do Reino (1527)», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Ano III.
- CORTAZAR, José Angel Garcia de e outros (1988) – *La sociedad rural en España medieval*, Madrid, Siglo XXI de España Editores.
- CORTAZAR, José Angel Garcia de e outros (1985) – *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, Barcelona, Editorial Ariel.
- COSTA, João Gonçalves da (1987) – *Montalegre e Terras de Barroso. Notas históricas sobre Montalegre, freguesias do concelho e região de Barroso*, Montalegre, vol. I.
- COSTA, M. Gonçalves (1977-87) – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, 5 vols., Braga.
- DIAS, João José Alves Dias (1980) – «Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)», separata dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, 15, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 453-455.
- DIAS, João José Alves Dias (1986) – «Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)», *Jornadas sobre Portugal Medieval – Leiria, 1983*, Leiria, Câmara Municipal, 99-115.
- DIAS, Nuno José Pizarro Pinto (1990) – «Chaves Medieval», *Revista Aquae Flaviae*, nº 3, Chaves, pp. 15-34.
- DR – *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, ed. por Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958-61.
- DS – *Documentos da Chancelaria de D. Sancho I*, ed. por Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira, Coimbra, Universidade, 1979.
- FERNANDES, A. de Almeida (1972) – *Território e Política Portucalenses (séculos VI-XII)*, Porto (separata de O Tripeiro)
- FREIRE, A. Braamcamp (1909) – «Povoação de Trás-os-Montes no XVI século», *Archivo Histórico Portuguez*, vol. VII, Lisboa.
- GALEGO, Júlia e Daveau, Suzanne (1986) – *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- GARCIA, Angel Barrios (1985) – «Repoblacion de la zona meridional del Duero. Fases de ocupación, procedencias y distribución espacial de los grupos repobladores», *Studia Historica*, III, nº 2, pp. 33-82.
- GASPAR, Jorge (1969) – «A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média», *Finisterra*, Lisboa, IV, nº 8, pp. 198-215.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1935 ss.
- HERCULANO, Alexandre (s/d) – *História de Portugal desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III*, 8 vols., 9ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand.
- Itinerários Régios Medievais. Elementos para o Estudo da Administração medieval portuguesa, I, Itinerário del-rei D. Dinis, 1279-1325*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1962.
- LF – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. por Avelino de Jesus da Costa, 3 vols., Braga, Junta Distrital, 1965-1990.
- MACHADO, José Timóteo Montalvão (1966) – *Dificuldades do povoamento de Trás-os-Montes durante a 1ª dinastia*, Lisboa (sep. Arqueologia e História, 8ª série, vol. XII).
- MATTOSO, José (1981) – «A Nobreza de Entre Douro e Minho na História Medieval de Portugal», *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 287-311.
- MATTOSO, José (1985a) – *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores.
- MATTOSO, José (1985b) – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (Vol. I – Oposição e vol. II – Composição)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1985c) – «O Enquadramento Social e Económico das Primeiras Fundações Franciscanas», *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 329-345.
- MATTOSO, José (1987) – «Os Moçárabes», *Fragments de Uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 19-34.
- MATTOSO, José (1992) – «Introdução à História Urbana: A Cidade e o Poder», *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 9-20.
- MENESES, Miguel Pinto de (1986) – *Foral de Vila Flor*, Vila Flor, Câmara Municipal.
- ML – *Monarquia Lusitana*, por Fr. Bernardo de Brito, Fr. António Brandão, Fr. Francisco Brandão, vols. I a VI, ed. por A. da Silva Rego, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973-1980.
- MONTALVÃO, António (1971) – «Permanece a Urbánística de Aquae Flaviae», *Conimbriga*, Coimbra, pp. 35-39.
- MOURINHO, António Maria (1974) – *Fundação do Castelo de Algosó*, Bragança.
- PINA, Rui de (1945) – *Crónica de D. Dinis*, Porto

PMH-Inq. – *Portugaliae Monumenta Historica. Inquisitiones.*

PMH-Leges – *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines.*

PMH-Scriptores – *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores.*

RAU, Virgínia (1982a) – *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Editorial Presença.

RAU, Virgínia (1982b) – *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Editorial Presença.

REIS, António Matos (1991) – *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte.

SALES, Pe. Ernesto Augusto Pereira de (s/d-1983) – *Mirandela. Apontamentos Históricos*, 2 vols. publicados, Mirandela, Câmara Municipal.

SANCHES, Maria de Jesus e Santos, Branca do Carmo T. O. (1989) – *Levantamento Arqueológico de Mirandela*, Porto (separata de Portugalia).

TAVARES, José Augusto (1985) – *Monografia de N. S. da Teixeira – Extinto ermitério*, Torre de Moncorvo, Associação Cultural e Recreativa do Sto. Cristo.

TEIXEIRA, Júlio A. (s/d) – *Da Terra de Panoyas. História, Lendas e Milagres*, Vila Real, Imprensa Artística.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de (1965-6) – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*, Porto, Livraria Civilização, 2 vols.

j

A MOURARIA DE LISBOA NO SÉCULO XV *

LUÍS FILIPE OLIVEIRA **

MÁRIO VIANA

INTRODUÇÃO

A história da Mouraria de Lisboa encontra-se claramente balizada por dois actos régios de sinal oposto: o foral concedido aos mouros em 1170¹ e o édito de expulsão das duas minorias religiosas, promulgado em 1496². Se o primeiro reconheceu a existência da comunidade e estabeleceu as condições da sua permanência sob a protecção régia, determinou o segundo a extinção da comuna dos mouros de Lisboa. Os poucos mouros que aí continuaram a residir³, não foram suficientes para impedir, de facto, a transformação da mouraria num bairro cristão, entretanto baptizado como «vila nova»⁴.

As consequências desses dois actos foram também bastante diversas no que respeita ao conhecimento do bairro e das suas gentes. A avaliar pelos dados disponíveis, dir-se-ia que o foral de 1170, ao garantir a segurança de pessoas e de bens mouros, lançou um véu sobre a mouraria, dificultando o seu conhecimento documental. De facto, entre os vários cartórios monásticos consultados⁵, não se encontrou nenhum com propriedades no interior do bairro, embora alguns possuíssem um património

considerável nas suas proximidades, com particular destaque para os bens dos mosteiros de Santos, na rua de Benfica, e de S. Vicente junto da porta do mesmo nome, na muralha fernandina. É provável que a salvaguarda dos direitos régios tivesse constituído o principal obstáculo à penetração desses patrimónios no bairro, conhecendo-se mesmo algumas cartas do século XV com referências à proibição de comprar bens mouros sem licença régia, ou à obrigação de vender a mouros, no prazo de um ano, os bens que deles se haviam obtido⁶. A documentação régia foi, por isso, a única que permitiu conhecer algumas das características do bairro embora o seu número só tenha começado a atingir proporções significativas depois de finais do século XIV.

O édito de expulsão de 1496 foi, paradoxalmente, o principal responsável pelo conhecimento do bairro. De facto, foram as cartas de emprazamento a foreiros cristãos dos bens ou-

* Trabalho realizado para o Seminário sobre Minorias Étnicas, dirigido pela prof.^a Dr.^a Maria José Pimenta Ferro Tavares, no âmbito do Mestrado de História Medieval, da Universidade Nova de Lisboa.

** Bolseiro do INIC

trora pertencentes à comuna, que revelaram a maioria dos espaços públicos da mouraria, além de um número considerável de habitações particulares⁷. A essas cartas, conservadas na *Chancelaria de D. Manuel*, ou nos livros da *Leitura Nova*, e em boa parte já divulgadas pelos trabalhos de Pedro de Azevedo e de Sousa Viterbo⁸, adicionaram-se ainda algumas outras, resultantes de bens vendidos ou doados por mouros a particulares e a institutos religiosos⁹. Tais vendas, realizadas na presença de partir, vinham demonstrar tardiamente a importância da propriedade alodial na mouraria¹⁰.

Em face deste corpo documental, aqui sumariamente evocado, compreende-se que a reconstituição do bairro tenha incidido fundamentalmente no século XV. Foi então que o cruzamento de fontes tornou possível a delimitação da mouraria, necessária para clarificar os cambiantes da presença moura em todo o arrabalde. Individualizou-se, assim, distintamente, um espaço interior, fechado por portas, onde se procurou identificar as ruas existentes e localizar os prédios conhecidos. Muitos foram os problemas encontrados, difíceis uns, outros insolúveis, quase todos nascidos de dados insuficientes, ou da ambiguidade de muitas referências documentais. O panorama obtido, mesmo no que ele tem de mais hipotético, permitiu traçar, no entanto, um conjunto de imagens minimamente coerentes e talvez não muito desfocadas.

Mas se a caracterização do espaço físico pode descer, de certa forma, ao ambiente da rua, da escola e até da habitação comum, ficou-se muito aquém no tratamento da realidade social. As informações disponíveis, recolhidas em inúmeros contratos de locação, embora completadas com os dados fornecidos pela bibliografia¹¹, pouco mais permitiram que uma breve análise sócio profissional. Neste domínio, é provável que a recolha das cartas de nomeação e de privilégio tivesse possibilitado uma análise mais viva, porque mais próxima da realidade social.

1. O ARRABALDE DOS MOUROS

A instalação de uma comunidade muçulmana a norte da cidade, no sopé da colina do castelo, iniciada pouco depois da conquista de Lisboa¹², constitui a origem de um espaço que a documentação conhecerá como o arrabalde dos mouros. Embora esta localização periférica seja comum a muitas mourarias peninsulares¹³, nada se sabe das razões que determinaram a escolha desse lugar, nem das características do seu povoamento inicial.

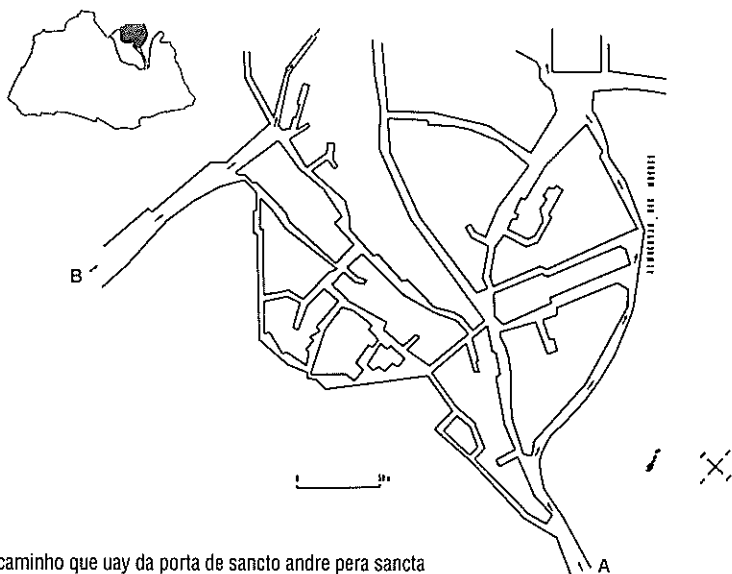
As primeiras notícias disponíveis sugerem, no entanto, um desenvolvimento relativamente rápido do arrabalde. Na segunda metade do século XIII já aí se detectam dois espaços construídos em redor dos banhos e das casas da alcaidaria, além das carniçarias dos mouros¹⁴. Estes dados são, por certo, muito escassos, mas a existência daqueles equipamento colectivos, bem como de quatro tendas junto dos banhos, parecem indicar a importância adquirida pela núcleo populacional. E a aceitar, por outro lado, uma referência tardia aos dois capelães privilegiados por D. Dinis¹⁵, pode admitir-se a existência de duas mesquitas no arrabalde. De qualquer modo, os conflitos que a comunidade manteve com o concelho de Lisboa, motivados por questões jurisdicionais e pela almotaxaria no arrabalde¹⁶, testemunham, pelo menos, uma certa vitalidade económica e social.

A comunidade moura devia constituir, por isso, uma presença importante no arrabalde norte da cidade. De facto, ao pretender limitar, em 1366, os contactos entre mouros e cristãos¹⁷, D. Pedro não só proíbe que as mulheres cristãs frequentem a mouraria, como também restringe a dois caminhos as suas deslocações pelo arrabalde (Vd. planta 1)¹⁸. E se parece provável que esses caminhos se situem à margem do bairro, oferecendo, assim, uma primeira imagem dos seus limites, eles não escapam à esfera de influência quotidiana da comunidade como o prova a sua localização por referência ao Almócovar e ao Poço dos Mouros. A crer nestas indicações, a população moura ocuparia uma parcela muito significativa no vale situado entre as colinas do castelo, da Graça e de S. Gens.

A localização das portas da Mouraria, já referidas em documentação do reinado de D. João I¹⁹, definia, no entanto, uma área consideravelmente menor (Vd. planta 2 e 3). Uma dessas portas, noticiada pela primeira vez em 1465²⁰, situava-se no cruzamento da rua de Benfica com a rua Grande Direita²¹. No outro extremo dessa rua direita e próximo do ponto em que ela divergia para a calçada de Santo André, encontrava-se uma segunda porta documentada desde 1436²².

A partir da posição destas duas portas, as únicas que foi possível situar com alguma segurança, pode admitir-se a existência de outras duas²³. Não há nenhuma referência a uma porta situada na Rua da Amendoeira, mas a inclusão de uma parte dessa rua no interior do bairro²⁴ e a vizinhança que aí se verifica entre as habitações cristãs e muçulmanas²⁵, tornam-a bastante provável. A existência de uma quarta porta no início da rua Direita é menos problemática, pois é para ela que deve remeter a menção a uma porta situada além do Poço dos Mouros²⁶, ou mesmo as que identificam uma «rua direita que vai da porta d aalem do poço para cima»²⁷. O desconhecimento da

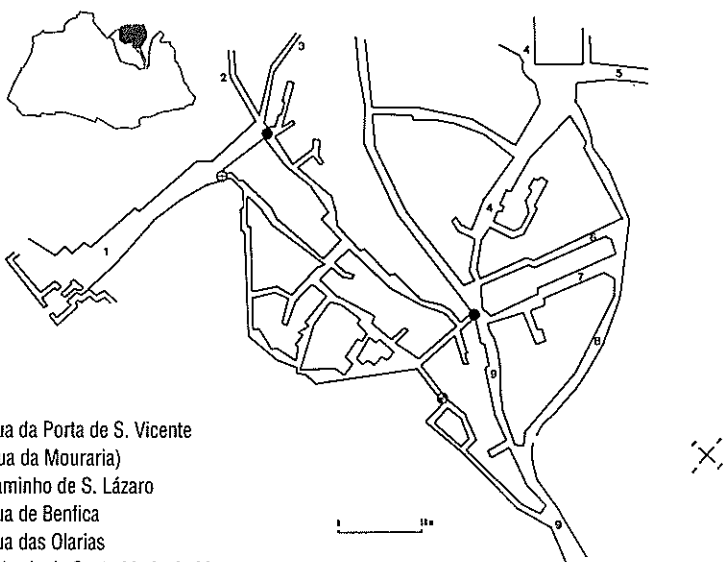
Planta 1 – Percursos impostos às mulheres cristãs no arrabalde da cidade – 1366



A – «caminho que uay da porta de sancto andre pera sancta barbara pella calçada desy pello almocouar hu os mouros jazem enterrados»

B – «caminho djreiro que se uay do poço dos mouros ao dicto logo de sancta baruora»

Planta 2 – Vias externas da mouraria



1 – Rua da Porta de S. Vicente
(ou Rua da Mouraria)

2 – Caminho de S. Lázaro

3 – Rua de Benfica

4 – Rua das Olarias

5 – Calçada de Santa Maria do Monte

6 – Rua do Almocovar

7 – Rua dos Lagares

8 – Caminho que vai de Santo André para Santa Bárbara

9 – Calçada de Santo André

● – Portas de localização segura

⊙ – Portas de localização provável

posição exacta do Poço dos Mouros na rua da Porta de S. Vicente mantém, no entanto, uma margem de incerteza, pois essas menções podem referir-se à porta situada no início da rua Grande Direita.

A mouraria reduzia-se, assim, a uma pequena zona triangular, com pouco mais de um hectare de superfície. Estes limites do bairro, bastante inferiores, por sinal, aos sugeridos pela carta régia de 1366, não compreendiam, porém, todo o espaço efectivamente organizado pela comunidade. Muitos dos espaços públicos da mouraria distribuíam-se, de facto, por uma área superior (Vd. planta 4), demonstrando que tais limites eram, afinal, mais fluidos do que a rigidez da localização das portas permitia adivinhar²⁸.

A influência da comunidade não se exercia, porém, de modo uniforme em todas as direcções. Se no eixo formado pelas ruas de Benfica e da Porta de S. Vicente, a presença moura não ultrapassava, ao que parece, a exploração de algumas tendas de oleiros e ferreiros²⁹, encontrava-se uma situação bastante diferente no espaço situado entre o bairro e o almocávar. De facto, desenvolvera-se aí, durante o século XV, um segundo bairro mouro, também conhecido como arrabalde novo³⁰. E se, por outro lado, o povoamento cristão já se insinuava em alguns pontos desse arrabalde, a identificação das ruas a partir do almocovar e de uma das portas da mouraria³¹, vinha demonstrar a importância da população muçulmana nesse espaço.

1.1. O Espaço Interior

As quatro portas que encerravam a mouraria, também a relacionavam com o espaço exterior. As duas portas que abriam para a rua de Benfica e para a rua da Porta de S. Vicente, que constituíam, de resto, uma das principais saídas da cidade em direcção a norte³², asseguravam, por isso, as ligações do bairro com o interior agrícola e com a própria cidade. As restantes

portas estabeleciam, por outro lado, um outro acesso à cidade através da Porta de Santo André, bem como uma outra importante ligação ao arrabalde e ao almocovar.

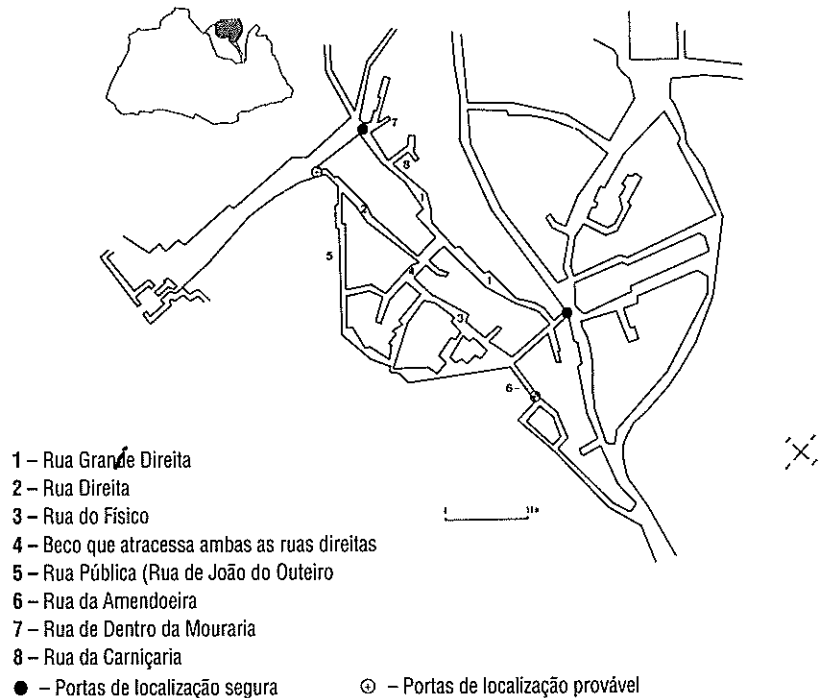
O bairro não era, no entanto, um espaço linear, aberto à circulação. Embora apresentasse algumas ruas relativamente rectilíneas, não havia nenhuma que se estendesse, contínua, entre duas das portas de acesso ao bairro. A identificação de duas ruas direitas³³ é, por isso, um logro, pois tratava-se, nos dois casos, de ruas cegas, sem saída³⁴.

A multiplicação de becos e de ruas sem saída, tão característicos do urbanismo muçulmano, era aliás bem evidente por quase todo o espaço interno. Era esse o caso das ruas de Dentro e da Carniçaria, ou, tal como o próprio nome indica, do «beco que atravessa ambas as ruas direitas». E de outras ainda, que não foi possível identificar³⁵, ou que o mapa utilizado não cartografou. Se a mouraria era um bairro fechado, o seu espaço interno também podia descrever-se, com alguma propriedade, com um conjunto de espaços fechados.

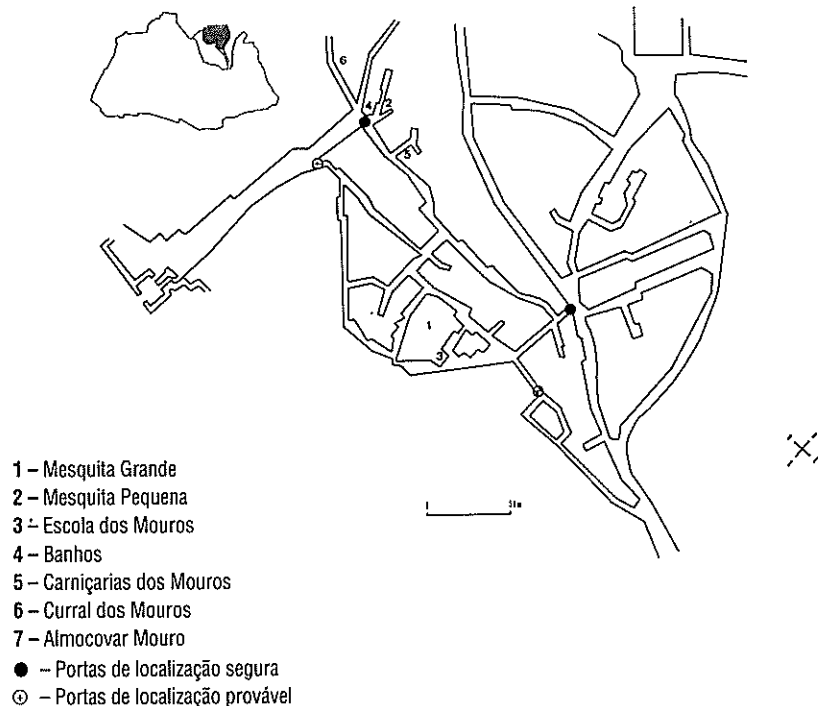
A localização dos edifícios públicos (Vd. planta 4) definia, porém, uma certa diferenciação do espaço interno. A área que correspondia à implantação da mesquita grande e do edifício da escola³⁶, devia constituir o núcleo central do bairro. Às importantes funções desses edifícios, decisivas numa comunidade que se definia pelo vínculo religioso, juntavam-se ainda outras utilizações da mesquita, como o abandono dos enjeitados³⁷ e a realização de reuniões comunitárias³⁸. Mas era também aí que se encontravam as residências de alguns dos oficiais da comuna³⁹, e que o último capelão dos mouros, Mafamede Laparo, possuía a sua habitação principal, com uma estrebaria em anexo⁴⁰.

Quase no outro extremo do bairro, perto da porta da mouraria que dava acesso à rua de Benfica, encontrava-se um outro espaço, caracterizado, em contrapartida, pela importância das

Planta 3 – Vias Internas da mouraria



Planta 4 – Espaços públicos da mouraria de Lisboa



actividades comerciais e artesanais. Era aí, de facto, junto dos banhos⁴¹, e da mesquita pequena⁴², que se situavam as únicas tendas que foi possível localizar⁴³. A actividade comercial estendia-se, aliás, pela rua de Benfica, muitas vezes identificada como um local de venda de olaria⁴⁴. Bastante próximo dessa zona, mas já no interior do bairro, situava-se ainda a carniçaria dos mouros, onde se procedia, por certo, à venda de carne retalhada.

As restantes zonas do bairro não pareciam individualizar-se por qualquer actividade particular, devendo estar, por isso, dedicadas a funções habitacionais. O quadro original podia ser, contudo, ligeiramente diferente, dado o escasso número de prédios identificados em cada rua. De qualquer modo, ele não alteraria, por certo, aquela diferenciação do espaço interno, que filiava a mouraria na tradição do urbanismo muçulmano⁴⁵.

1.1.1. As ruas

As ruas da mouraria, embora não constituíssem verdadeiros eixos de circulação, hierarquizavam-se de acordo com a intensidade do tráfego que suportavam. A rua Direita, que, através do seu prolongamento pela rua do Físico, servia o quarteirão da mesquita grande, devia ser, por isso, uma artéria bastante movimentada⁴⁶. O mesmo aconteceria, provavelmente, na rua Grande Direita, onde a afluência aos banhos, às tendas e à mesquita pequena também suscitaria um tráfego intenso. O próprio traçado desta rua, prolongando o caminho de S. Lázaro em direcção à calçada de Santo André, favorecia, por outro lado, a sua utilização pela população cristã, como parecem indicar as fórmulas perifrásticas que habitualmente a designam⁴⁷.

A partir destas artérias, a que talvez se pudesse juntar a rua de João do Outeiro, desenvolviam-se outras ruas, por certo mais pacatas, até porque terminavam geralmente num beco. O dispositivo viário completava-se ainda por outras ruas mais pequenas, as azinhagas de serventia restrita⁴⁸, e que, por isso, também podiam designar-se como serventia de vizinhos⁴⁹.

Todas estas artérias, embora pudessem apresentar larguras variáveis, deviam ser bastante estreitas, de acordo, aliás, como os padrões vigentes durante a Idade Média⁵⁰. O único dado disponível, relativo a uma rua que não atingia os três metros⁵¹, permite supor que as restantes não se afastariam, também, desse valor. Muitas dessas ruas mantêm, ainda hoje, larguras exíguas, talvez próximas das que então apresentavam.

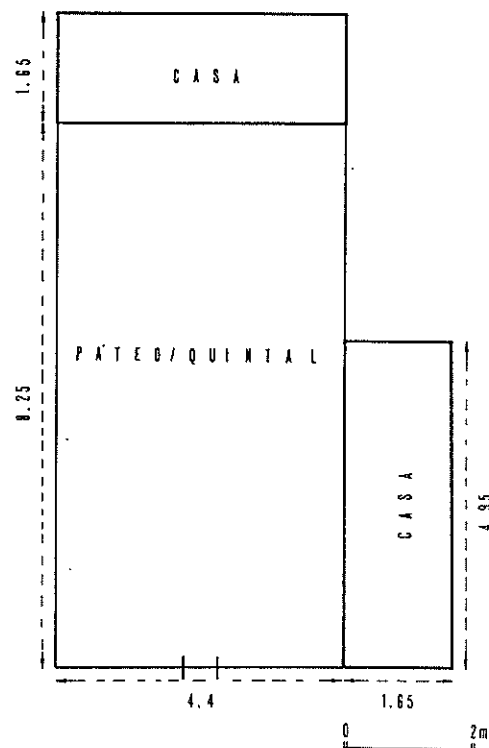
A exiguidade das ruas facilitava, por outro lado, a construção de passadiços, que cobriam, por vezes, grandes extensões⁵². A documentação revelou apenas um passadiço junto da escola⁵³, mas o troço inicial da rua Direita (actual rua do Capelão), encontra-se coberto, hoje em dia, por esse tipo de construções. Esta usurpação do espaço comum, se prejudicava o arejamento e iluminação das ruas, tinha a vantagem de criar algumas sombras, refúgios frescos e agradáveis nos quentes dias de Verão⁵⁴.

1.1.2. A construção comum

O conhecimento das casas do bairro enfrentou algumas dificuldades, derivadas da escassez de informações disponíveis, e, sobretudo, da parcimónia com que os textos

descrevem a maioria dos prédios urbanos. As características das habitações escondiam-se, muitas vezes, por detrás do termo «casas», que podia designar, incluso, realidades bastante diversas⁵⁵. Essas dificuldades não desapareciam, porém, quando as fontes eram mais explícitas e identificavam construções térreas ou sobradadas. De facto, entrega a foreiros diferentes dos dois pisos de uma construção⁵⁶, levou a que os textos mencionassem apenas, por vezes, casas térreas, quando se tratava, afinal do piso inferior de uma casa sobradada⁵⁷.

A casa da mouraria não devia ser muito diferente das suas congéneres medievais⁵⁸, sendo as construções térreas, ou, no máximo, com um piso sobradado, os tipos mais difundidos⁵⁹. Uma outra possibilidade residia na conjugação das modalidades anteriores, encontrando-se sobradada apenas uma das divisões térreas⁶⁰, que podia ser a que comunicava directamente



Planta 5 – Reconstituição de uma casa da mouraria século XV

com a rua ⁶¹. Entre as casas térreas sobressaía, no entanto, um tipo particular (Vd. planta 5), determinado pela localização do quintal em frente da habitação ⁶², ao contrário do que sucedia na generalidade das casas medievais ⁶³. Este modelo de casa guardava, talvez, algumas semelhanças com a casa muçulmana de pátio interior ⁶⁴, tanto mais que a referência a uma porta no quintal ⁶⁵, podia sugerir a existência de muro exterior.

Anexas às habitações existiam, por vezes, as cozinhas, que podiam ser objecto de contratos autónomos ⁶⁶. Mais importantes, até porque mais numerosos, eram certamente os quintais ⁶⁷ onde cresciam algumas árvores ⁶⁸ e se localizava um ou outro poço ⁶⁹. As dimensões destes quintais, raramente conhecidas, seriam suficientes para permitir, no entanto, o cultivo de uma horta familiar, reintroduzindo, assim, uma feição rural no ambiente citadino.

A existência de um conjunto de documentos dos finais do século XV, que indicava, em varas, as medidas de algumas construções, permitiu conhecer as áreas e dimensões de 14 prédios urbanos da mouraria, incluindo 9 habitações. Esses dados foram reunidos no *Quadro 1*, tendo-se procedido à conversão de todas as medidas ao sistema métrico decimal ⁷⁰.

A maioria dessas 9 casas e das suas dependências tinha uma forma quase quadrada, ou ligeiramente rectangular (Vd. gráfico 1). Os valores mais frequentes da ratio comprimento-largura situavam-se entre os 1,1 e 2, correspondendo a 60% da amostra. A casa muito alonga-

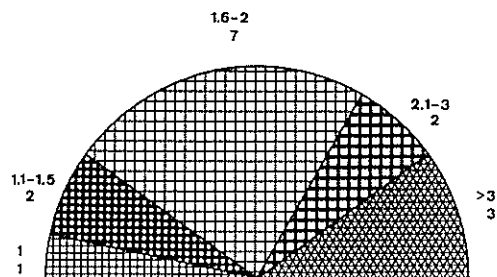


Gráfico 1 – Ratio comprimento-largura de casas e dependências

da, que surgia em alguns núcleos urbanos do norte do país ⁷¹, embora não fosse desconhecida, não predominava. A mouraria aproximava-se, assim, quanto à forma das habitações, da situação verificada em Tomar, ou mesmo da que se podia encontrar em Évora ⁷².

Uma coincidência mais significativa observa-se na área das habitações. As 9 casas referidas, com áreas entre os 11.29 e os 36.3 m² ⁷³, apresentavam um espaço médio de 21.4 m², bastante inferior aos valores encontrados para algumas cidades a norte do Tejo ⁷⁴, mas relativamente próximo dos 35.8 m² que ofereciam 47 casas em Évora. Essa proximidade era ainda maior, já que as casas com área inferior a 30 m² representavam aí 65.5% da amostra ⁷⁵. Uma coincidência a exigir, talvez, um maior aprofundamento ⁷⁶, mercê de dados menos escassos e geograficamente diversificados.

As fontes calam frequentemente a identificação dos materiais empregues nestas construções, ou substituem-na, quando muito, por uma referência genérica e repetitiva aos componentes mais sólidos, como a pedra, a cal, a telha, a madeira e os pregos ⁷⁷. Esta fórmula estereotipada não era, porém, universal e apresentava por vezes algumas variações significativas ⁷⁸. No caso da mouraria, a introdução do tijolo nessa fórmula, observada com alguma insistência ⁷⁹, mesmo nos edifícios mais nobres, como a escola e as mesquitas ⁸⁰, recorda um material — o barro — que devia ser de uso corrente. A importância dos oleiros entre a população muçulmana e a existência de barreiros nas proximidades ⁸¹, torná-lo-ia, provavelmente, num material barato e de fácil acesso ⁸². O seu uso isolado, ou através de combinações com outros materiais, devia estar, por isso, bastante difundido.

As referências directas, contudo, não abundam. As únicas informações disponíveis respeitam, curiosamente, a uma casa de taipas com um sobrado ⁸³ e a uma outra construção, também de taipa, nas Olarias, ao Arrabalde Novo ⁸⁴. A própria utilização da telha na cobertura das casas, que alguns indícios supunham ser frequente ⁸⁵, surge apenas referida uma única vez, num alpendre situado às Olarias ⁸⁶.

As aberturas das casas para o exterior também não se conhecem muito melhor.

Convenções:

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CDM – Chancelaria de D. Manuel

Estrem. – Leitura Nova – Estremadura

Gavetas – Gavetas da Torre do Tombo

Santos – Mosteiro de Santos-o-Novo

Notas:

1) As interrogações correspondem a cinco aforamentos de casas cuja localização no interior da Mouraria não é completamente segura. No entanto, as respectivas cartas situam-nos no «arraualde que soya seer mouraria», fórmula que habitualmente os distingue dos bens situados no Arrabalde Novo.

2) Os dois pardieiros anexos à Escola dos Mouros e a umas casas localizadas junto da Mesquita foram contabilizados entre as dependências. Esta opção deveu-se ao desconhecimento das funções que desempenhavam e à circunstância de um deles estar afastado do núcleo habitacional.

Quadro 1 – Áreas e dimensões de construções na mouraria (1497-1500)

TIPO	COMPR ^o	LARG ^o	ÁREA	ÁR. CASA	ÁR. DEPS.	ÁR. TOTAL	LOCALIZAÇÃO	FONTE
3 Casas térreas Sobrado sobre 1 casa	11 m –	3.3 m –	36.3 m ² –	36.3 m ²	–	36.3 m ²	Beco que atravessa as Ruas Direitas	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 1, fls. 187 v.-89
Casas Casa Casa Quintal/Pátio à entrada da porta	4.95 m 4.4 m 8.25 m	1.65 m 1.65 m 4.4 m	8.2 m ² 7.3 m ² 36.3 m ²	15.5 m ²	36.3 m ²	51.8 m ²	Rua da Carniçaria	ANTT, CDM, liv. 29, fl. 15; <i>Estrem.</i> , liv. 1, fls. 48 v.-50 v.
Casa Térrea sem repartimento	6.05 m	3.29 m	19.9 m ²	19.9 m ²	–	19.9 m ²	Rua da Carniçaria	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fl. 171 v.
Casa pequena de Taipas com Sobrado e Loja	7.15 m	1.83 m	13.08 m ²	13.08 m ²	–	13.08 m ²	Rua de Almamar	<i>Santos</i> , cx., 7, mç. 31, nºs. 624 e 625; <i>Gavetas</i> 21, mç. 1, doc. único, fl. 86.
Casas Térreas Casa Térrea Casa Térrea Entrada descoberta das casas Pardieiro sem telhado e portas	7.15 m 2.2 m 4.4 m 4.03 m *	1.65 m 2.2 m 2.75 m 3.66 m *	11.8 m ² 4.8 m ² 12.1 m ² 14.7 m ²	16.6 m ²	26.8 m ²	43.4 m ²	Junto da Mesquita Grande	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 9, fl. 108 v.
Casas Sobradadas Casa Térrea (loja) Casa Térrea (loja) Sobrado Sobrado	5.5 m 5.5 m 5.5 m 5.5 m	3.3 m 2.75 m 3.3 m 2.75 m	18.15 m ² 15.12 m ² 18.15 m ² 15.12 m ²	33.27 m ²	–	33.27 m ²	?	ANTT, CDM, liv. 17, fl. 15 e v.; <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 93 v. 95.
Casa Térrea (loja) Meio sobrado (sobreloja)	6.05 m	4.03 m	24.38 m ² –	24.38 m ²	–	24.38 m ²	?	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 213 v.-33.
Casa Térrea	6.05 m	3.3 m *	19.96 m ²	19.96 m ²	–	19.96 m ²	?	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 171 v.-72 v.
Casa Térrea Sobrado	4.4 m –	2.56 m –	11.29 m ²	11.29 m ²	–	11.29 m ²	?	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 6, fls. 116 v.-17 v.
Mesquita Grande Casa grande Casa Pequena de 3 quinas Quintal com poço Quintal com árvores	19.8 m 8.8 m 4.4 m 2.48 m	13.75 m 4.4 m 3.3 m 2.2 m	272.3 m ² 19.4 m ² 14.5 m ² 5.5 m ²	291.7 m ²	20 m ²	311.7 m ²	–	ANTT, CDM, liv. 16, fl. 109; <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 220 v-22.
Mesquita Pequena Casa Térrea	8.25 m	5.72 m *	47.19 m ²	47.19 m ²	–	47.19 m ²	Rua de Dentro	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fl. 106 v.
Escola dos Mouros Casa Térrea Casa Térrea Piso sobradado c/ sacada Piso sobradado c/ sacada Pardieiro c/ varanda Sobradado que atravessa a rua	6.05 m 4.13 m 6.05 m 4.4 m 6.05 m 2.75 m	2.75 m 2.75 m 3.03 m 3.3 m 3.3 m 2.48 m	16.6 m ² 11.4 m ² 18.3 m ² 14.5 m ² 19.96 m ² 6.8 m ²	28 m ²	19.96 m ²	47.96 m ²	Junto da Mesquita Grande	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 1, fl. 178.
Carniçaria dos Mouros Casa Térrea	2.2 m	1.46 m	3.2 m ²	3.2 m ²	–	3.2 m ²	Rua da Carniçaria	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 1, fl. 235.
Cadeia dos Mouros Casa Térrea	4.4 m	3 m	13.2 m ²	13.2 m ²	–	13.2 m ²	?	ANTT, CDM, liv. 16, fl. 118 v; <i>Estrem.</i> , liv. 2, fls. 226 v.-28.
5 Tendias Térreas	13.2 m	4.12 m *	54.45 m ²	54.45 m ²	–	54.45 m ²	Rua de Dentro	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 2, fl. 106 v.

As portas ⁸⁷ e uma varanda, mas esta situada num pardieiro anexo ao edifício da escola ⁸⁸, são os únicos elementos documentados. As características janelas de adufa, muito frequentes na casa hispano-muçulmana ⁸⁹, deviam ser comuns a algumas habitações. A existência de duas dessas janelas numa casa situada na rua de Benfica ⁹⁰, nas proximidades da mouraria, sugere, talvez, uma tradição mourisca, ou mesmo a sua generalização a partir daquele núcleo populacional.

1.1.3. Os espaços públicos

Entre o agregado de casas e quintais sobressaíam alguns edifícios. Distinguiam-se uns pelas dimensões, outros, talvez, pelas formas arquitectónicas, outros ainda pelas funções que desempenhavam na vida em comunidade. Todos contribuíam, no entanto, para identificar um espaço, para devolver à comunidade uma identidade própria no seio da sociedade cristã.

A mesquita grande era, naturalmente, o principal edifício do arrabalde. Distribuída por uma área superior a 300 m² ⁹¹, era uma construção complexa, que fora, por certo, erguida de raiz com essa finalidade. No corpo do edifício destacava-se uma «casa grande» (Vd. planta 6), que seria, decerto, a sala de oração. A organização interna desse espaço não ficou registada, mas a sua dimensão (272,3 m²), embora menor às da maioria das mesquitas espanholas ⁹², era bastante considerável, sobretudo se comparada às áreas oferecidas por algumas catedrais portuguesas ⁹³.

Apesar da área da mesquita grande, a mouraria possuía uma outra casa de culto. A mesquita pequena era, de facto, menor, dificilmente ultrapassando os 47 m². A forma um pouco invulgar do edifício (Vd. planta 6), emprestava-lhe, talvez, alguma originalidade, a que vinha juntar-se a localização numa zona de actividade comercial e artesanal, nas proximidades de uma das portas do bairro.

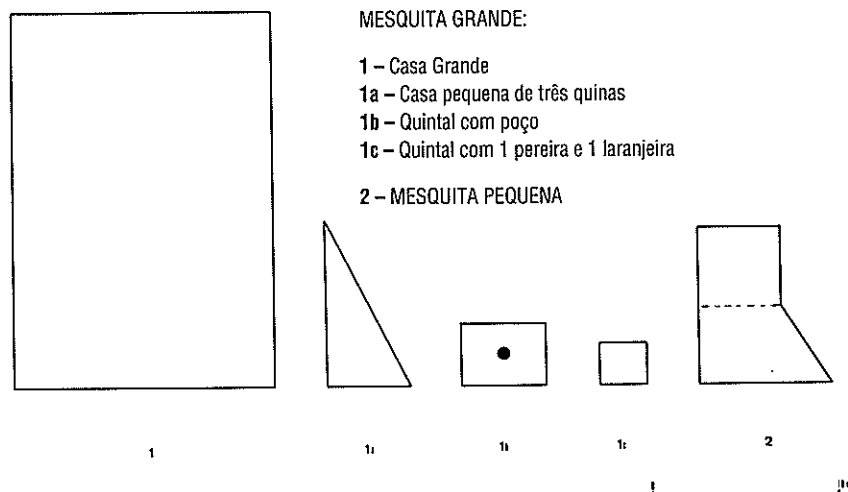
As mesquitas possuíam bens próprios, como acontecia, de resto, com as igrejas cristãs e com as sinagogas judaicas. Os bens conhecidos incluíam 3 courelas de olival na Panasqueira ⁹⁴, casas e várias tendas na mouraria ⁹⁵, além de uma tenda e um chão ⁹⁶ no Arrabalde Novo. O rendimento deste prédios, porventura significativo ⁹⁷, estaria adjudicado à conservação dos edifícios e às despesas do culto ⁹⁸. O pagamento dos capelães seria assegurado, por isso, através da quotização dos fiéis, de acordo com uma norma estabelecida para a comuna de Évora ⁹⁹.

Tal como acontecia em algumas cidades hispano-muçulmanas ¹⁰⁰, a escola ficava perto da mesquita grande. O edifício integrava duas divisões térreas e duas sobradadas, além de um anexo sobradado, ocupando uma área total de 48 m². A utilização dada a estes espaços permanece desconhecida, mas é provável que o piso térreo fosse reservado para as celas dos estudantes ¹⁰¹, ministrando-se o ensino no piso superior. Quanto ao resto, o mais importante, já que respeitaria às matéria leccionadas, aos alunos e professores, nada ficou registado.

A obrigatoriedade do uso do português pelos tabeliães mouros, decretada por D. João I ¹⁰², deverá ter afectado o funcionamento da escola, mas não é certo que tenha provocado o seu abandono ¹⁰³. A identificação de 4 letrados durante o reinado joanino ¹⁰⁴, bem como de um licenciado em direitos dos mouros ¹⁰⁵, além de alguns profissionais da escrita (Vd. Quadro 3, pag. 202) e de um físico ¹⁰⁶, permitem pensar na manutenção de uma certa vida cultural, a que a escola, por certo, não seria alheia.

Os banhos Arrabalde situavam-se na esquina na rua de Benfica com a rua Grande Direita ¹⁰⁷, possuindo mesmo um portal em cada uma dessas ruas. As características do edifício são desconhecidas, mas aquela localização, no limite da mouraria, indicava, talvez, a sua partilha entre as comunidades cristã e muçulmana ¹⁰⁸. Este seria, portanto, um espaço que fugia ao controle da comuna dos mouros.

Os banhos eram, com efeito, propriedade régia e estavam, pelo menos desde 1301 ¹⁰⁹, emprazados a um cristão. Devem ter-se mantido em actividade até finais do



Planta 6 – Mesquitas de Lisboa

século XIV, altura em que são empraçados, como pardieiros, a um mouro do arrabalde ¹¹⁰. Os empraçamentos posteriores, embora conservem a memória das antigas funções ¹¹¹, comprovam a sua conversão para funções habitacionais.

Os restantes componentes do bairro dificilmente saíram do anonimato, como no caso da cadeia, símbolo da jurisdição da comuna, de que se conhece apenas o respectivo espaço (13,2 m²), sendo desconhecida a sua localização. Já quanto à carniçaria dos mouros, além da área que ocupava (3,2 m²), registou-se a localização, na rua do mesmo nome.

No exterior do bairro existiam, no entanto, outros espaços de importância vital para a vida da comunidade. O primeiro e mais importante era, sem dúvida, o cemitério ou almocovar, que, respeitando a tradição muçulmana ¹¹², se encontrava fora de portas, na encosta de Santa Maria da Graça ¹¹³. A dimensão e as características do local, não são conhecidas, mas não era certamente um descampado, dada a presença de algumas oliveiras ¹¹⁴.

A afluência ao almocovar devia ser, por vezes, muito significativa, sobretudo por ocasião de enterros e de festas religiosas, ou mesmo às sextas-feiras, depois da oração nas mesquitas ¹¹⁵. Esse espaço podia então ganhar uma outra vida, animando-se com a presença de músicos e de vendedores, e influenciando, decerto, o povoamento dos caminhos que o ligavam a uma das portas do bairro.

No caminho que saía da rua da Porta de S. Vicente em direcção a S. Lázaro e pouco antes do início da subida, situava-se o curral dos mouros, ¹¹⁶. Era nesse espaço, já identificado em finais do século XIII, que o carnicero mouro procedia ao abate do gado ¹¹⁷, posteriormente comercializado na pequena loja da carniçaria. O local devia ser, contudo, partilhado por outras comunidades, pois os judeus também possuíam aí o seu matadouro ¹¹⁸.

Os dois últimos espaços anexos à mouraria, o poço dos mouros ¹¹⁹ e a loja de arrecadação dos direitos pagos pela comunidade ao rei ¹²⁰, situavam-se na rua da Porta de S. Vicente, mas em locais que não foi possível identificar. A relação desses espaços com a comunidade era, porém, bastante diferente. Se o primeiro seria indispensável no abastecimento de água ao bairro, era o segundo que marcava, na prática, o pesado estatuto fiscal da população moura.

A loja dos direitos régios, que viria a sobradar-se no último quartel do século XV ¹²¹, devia ser, no entanto, bastante familiar aos moradores do bairro, habituados a frequentá-la sempre queurgia pagar este ou aquele tributo. Os próprios mouros que desempenhavam cargos de oficiais régios na comuna (Vd. Quadro 3, pag. 202), não deixariam de a incluir no quadro geral do seu quotidiano.

1.2. Os Espaços Exteriores

As ruas de Benfica e da Porta de S. Vicente constituíram, como já ficou dito, o primeiro espaço exterior ao bairro onde se fez notar a presença da comunidade muçulmana. Apesar de os documentos mais antigos poderem sugerir a residência de alguns mouros nessas artérias ¹²², onde os moradores cristãos eram, de resto, preponderan-

tes ¹²³, a presença da comunidade muçulmana reduzia-se, na maioria dos casos, à exploração de tendas de olaria e de ferrarias ¹²⁴. A circunstância de essas duas ruas constituírem um dos principais eixos de saída da cidade, multiplicando, assim, o número de clientes potenciais, constituía um forte atractivo para a instalação dos artesãos mouros. A localização dos banhos no início da rua de Benfica terá sido, no entanto, o principal factor de fixação das tendas dos mouros, de acordo, aliás, com o que sucedia em muitas cidades muçulmanas ¹²⁵. O abastecimento de água e de combustível, necessário ao funcionamento dos banhos, podia assim ser aproveitado pelo trabalho de oleiros e ferreiros.

A ocupação do Arrabalde Novo, situado entre o bairro e o almocovar, veio representar, em contrapartida, um aumento do espaço habitado. As tendas continuavam a ser o principal motivo dessa expansão, distribuindo-se por todo o espaço disponível, desde a rua dos Lagares ¹²⁶ à das Olarias ¹²⁷. Entre elas identificavam-se, no entanto, algumas «casas de morada» ¹²⁸, decerto suficientes para justificar a caracterização do arrabalde como «mouraria nova» ¹²⁹.

Este espaço não estava, porém, exclusivamente povoado por muçulmanos. A primeira referência conhecida ao arrabalde demonstrava, em 1464, a existência de um oleiro cristão entre as tendas dos mouros ¹³⁰, e a documentação posterior reforçará inclusivamente essa presença, encontrando-se alguns cristãos a aproveitarem monturos e a reconstruírem pardieiros ¹³¹. Mas se em alguns casos os cristãos eram os ocupantes originais, em muitos outros, raramente identificados antes de 1497, substituíram-se aos mouros ¹³², anteriores foreiros de bens agora alienados.

Os espaços construídos não ocupavam toda a área do arrabalde. Os olivais ¹³³, as parcelas de dedicação agrícola, e, por isso, cercadas ¹³⁴, bem como os monturos ¹³⁵, marcavam ainda importantes extensões de terreno ¹³⁶. E se o conheci-

mento destes espaços é quase sempre posterior à expulsão de 1497, é provável que eles fossem mais numerosos no período anterior, e que alguns mouros nelas desenvolvessem uma certa actividade agrícola.

2. OS HOMENS

A paisagem urbana da mouraria, que, graças aos elementos disponíveis, foi possível esboçar, reflectia a existência de uma comunidade, que a moldou ao longo de gerações sucessivas e que aí encontrava um espaço familiar, talvez seguro e acolhedor. O conhecimento dessa comunidade, da sua dimensão e características demográficas, ou das actividades e ocupações profissionais dos seus membros, mal acompanhou o pouco que se apurou sobre as ruas e as casas em que eles habitavam.

As notícias disponíveis não permitam mais que algumas conjecturas sobre a evolução demográfica da mouraria durante todo o período medieval. Os poucos indícios carreados, como a existência de duas mesquitas durante o reinado de D. Dinis, podem indicar um aumento demográfico durante o século XIII, mas não é improvável que retratem, pelo contrário, a importância numérica da comunidade inicial¹³⁷. Os únicos elementos seguros respeitam, por isso, curiosamente, à diminuição da população moura através da emigração, da fuga para terra de mouros¹³⁸, como reconhecem algumas cartas. Mas mesmo que este movimento tenha atingido proporções significativas, os dados conhecidos sobre Lisboa, embora se distribuam pelos séculos XIV e XV, não documentam mais que três exemplos¹³⁹.

Qualquer que tenha sido o comportamento demográfico da mouraria ao longo deste período, o certo é que a sua população parece ter aumentado em finais do século XIV, ou inícios do XV, como indica a expansão para o Arrabalde Novo, então iniciada. Não são muito claras as

razões deste crescimento, mas é provável que ele resultasse, como já foi indicado¹⁴⁰, de uma concentração da população islâmica em Lisboa, talvez derivada da recessão que então caracterizava algumas mourarias do país¹⁴¹. A circunstâncias de alguns mouros de Alenquer e de Santarém possuírem bens na mouraria de Lisboa¹⁴², ou mesmo as relações que os habitantes desta mantinham com outras mourarias¹⁴³, podem ter favorecido essa concentração, numa altura em que o desenvolvimento de Lisboa também criava novos estímulos às actividades artesanais.

A partir dos nomes de origem que identificavam 23 mouros (Vd. mapa 1), documentam-se algumas deslocações, procedentes, em boa parte, de localidades no território português com mourarias identificadas¹⁴⁴. Registam-se ainda outras proveniências mais longínquas, geradas certamente pela expansão portuguesa (Cabo Gué), ou, talvez, pelas relações comerciais da comuna de Lisboa¹⁴⁵. A datação destas deslocações e a análise dos quantitativos demográficos envolvidos tornam-se, contudo, mais problemáticas, dadas as dúvidas que rodeiam este tipo de informações¹⁴⁶. A transformação dos nomes de origem em designações familiares, verificada num caso concreto¹⁴⁷, pode até sugerir que essas deslocações sejam anteriores ao século XV, época em que a maioria daqueles indivíduos surgem identificados. Tal possibilidade não anula, contudo, o afluxo de mouros a Lisboa, mesmo se o faz recuar para gerações muito anteriores às documentadas.

Os testemunhos acerca do aumento demográfico da mouraria pouco adiantam no que respeita à estimativa da população aí instalada, sobre a qual não se possuem, aliás, quaisquer dados numéricos. A proporcionalidade entre a superfície das mesquitas e as populações que elas serviam podia constituir uma boa base de cálculo, mas faltam os dados sobre a frequência das salas de oração do arrabalde e o único índice aproveitável (2,15 fiéis por m²), calculado com base na assistência à mesquita de Fez, é demasiado alto para permitir transposições lineares¹⁴⁸. A área do bairro oferece, no entanto, terreno mais sólido para uma estimativa, tanto mais que, com os espaços habitados no Arrabalde Novo, é possível calculá-la, por defeito, em cerca de 1,5 hectares. De facto, a partir do coeficiente de 348 habitantes por hectare, apresentado por Torres Balbas para as cidades muçulmanas da Península¹⁴⁹ mas que não se afasta muito das observações feitas em algumas cidades portuguesas¹⁵⁰, pode calcular-se a população da mouraria num total pouco superior a 500 indivíduos¹⁵¹. Este valor não passa de uma hipótese de trabalho, mas define uma ordem de grandeza, que talvez não seja legítimo desprezar.

2.1. Actividades económicas e ocupações profissionais

As actividades agrícolas constituíam, por toda a parte, um dos sectores preferidos das comunidades muçulmanas¹⁵², sendo-lhes reconhecida, algumas vezes, uma certa especialização no cultivo de hortas, vinhas e pomares. Na mouraria de Lisboa, a agricultura também deve ter constituído, durante os primeiros tempos, uma das actividades principais, como parece concluir-se pela natureza das prestações solvidas pela comunidade¹⁵³, ou mesmo pela toponímia dos arredores da capital¹⁵⁴. O quadro inicial

incluía, ainda, o exercício de um ou outro mester ¹⁵⁵, referindo o rol dos bens régios de 1299 a existência de 4 tendas junto dos banhos ¹⁵⁶.

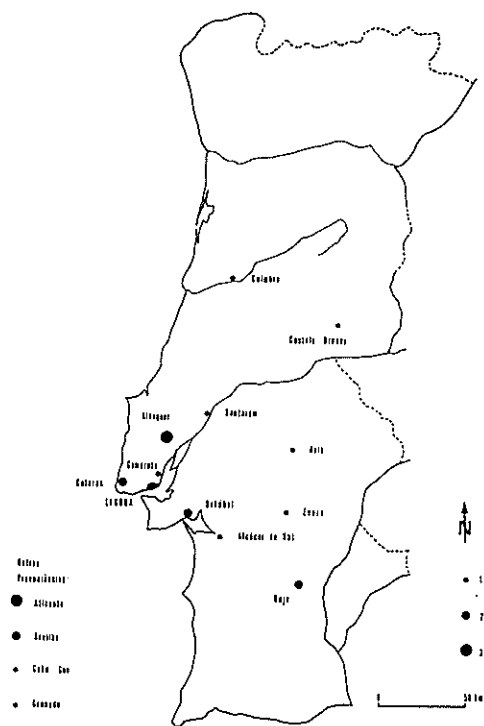
Não se encontrou, porém, nenhum agricultor entre 61 indivíduos cuja profissão é conhecida (Vd. gráfico 2) ¹⁵⁷, predominando, pelo contrário, as actividades artesanais ¹⁵⁸. Entre elas sobressaía o trabalho das fibras, desenvolvido por tapeteiros, esparteiros e esteireiros, embora o grupo profissional mais numeroso fosse constituído pelos oleiros ¹⁵⁹. As profissões ligadas ao trabalho dos metais, onde se incluíam os ferreiros e um açagador ¹⁶⁰, e as que se relacionavam com as actividades de construção ¹⁶¹, ocupavam lugares secundários. O panorama integrava um importante grupo de oficiais do rei e da comuna ¹⁶², que revelav, afinal, a existência de actividades terciárias na comuna de Lisboa.

A representatividade deste quadro profissional não é, porém, muito fácil de avaliar. A importância dos artesãos de fibras, e, em particular, dos tapeteiros, pode advir do valor que a maioria cristã atribuía às suas produções, frequentemente utilizadas no revestimento interior das habitações, sobretudo das mais ricas ¹⁶³. Um processo inverso explicaria, por outro lado, a ausência de profissões mais modestas, ou menos dinâmicas, como devia ser o caso dos jornaleiros, cuja existência é, aliás, conhecida ¹⁶⁴, ou mesmo dos agricultores.

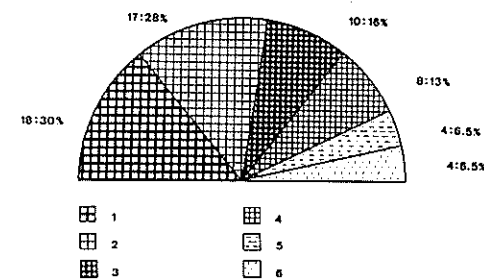
As actividades agrícolas ainda deviam continuar a ocupar alguns braços, quer através da utilização dos quintais do bairro, ou de um possível aproveitamento dos espaços agricultáveis do Arrabalde Novo, quer, sobretudo, através da exploração de prédios situados nos arredores de Lisboa (Vd. Quadro 2). Nem todos os proprietários e foreiros desses bens seriam agricultores de profissão, pois entre eles encontravam-se alguns artesãos ¹⁶⁵, além de um tabelião e do capelão dos mouros ¹⁶⁶. Mas não é impossível que se encontrasse algum camponês entre aqueles cuja profissão não é conhecida, ou que o capelão recorresse ao trabalho de jornaleiros para cultivar os seus prédios.

A comunidade moura não era, de facto, um conjunto homogéneo, devendo os desníveis de riqueza e as profissões exercidas, ou ambos ao mesmo tempo, criar algumas das bases da hierarquização interna. Tais distinções são geralmente difíceis de captar, embora possam surgir, de forma sugestiva, na identificação de indivíduos como pobres ou como abonados ¹⁶⁷. Os privilégios que distinguiam os artesãos de fibras, particularmente os tapeteiros ¹⁶⁸, associados à riqueza que, por certo, alguns deles usufruíam, deviam constituir o principal indicado das clivagens internas ¹⁶⁹. As tensões e conflitos que os opunham, por vezes, ao resto da comunidade ¹⁷⁰, documentavam, talvez, o seu lugar eminente no tecido social.

Os indícios acerca da superioridade deste grupo profissional permitem supor, por outro lado, que ele exercia um certo controle sobre as magistraturas comunais e sobre os ofícios de nomeação régia, o que se documenta, de resto, em alguns casos (Vd. Quadro 3). Os próprios capelães não deviam ser estranhos a este universo social. O último capelão dos mouros provinha, decerto, de uma família de tapeteiros, os Láparo ¹⁷¹, enquanto Focem Picaveco, filho do outro capelão identificado ¹⁷², também exercia a profissão de tapeteiro. E a aceitar, por último, um indício isolado ¹⁷³, é possí-



Mapa 1 – Proveniência geográfica de mouros da mouraria de Lisboa – 1379/1503



- 1 – Trabalho de fibras
- 2 – Olaria
- 3 – Trabalho de Metais
- 4 – Oficiais do Rei e da Comuna
- 5 – Construção
- 6 – Diversos

Gráfico 2 – Distribuição sócio-profissional dos mouros da mouraria de Lisboa – séculos XIV-XV

vel que o parentesco e as alianças matrimoniais viessem reforçar a coesão do grupo, à imagem de muitas aristocracias municipais.

APÊNDICE

Identificação das Ruas e Localização dos Edifícios e Espaços Públicos

A identificação das artérias situadas no exterior do bairro não levantou grandes problemas, pois muitas conservam, ainda hoje, as antigas designações. À excepção da rua «onde estão os ferradores», que, embora situada junto do almocovar mouro¹⁷⁴, não foi possível localizar, a rua de Benfica foi a única que colocou algumas dúvidas, embora Pedro de Azevedo já tivesse sugerido, correctamente, a sua correspondência com a actual rua do Bem-formoso¹⁷⁵. A sua localização no enfiamento da rua da Porta de S. Vicente (actual rua da Mouraria) é confirmada por várias referências documentais¹⁷⁶, encontrando-se mesmo uma notícia coeva (1532), que corrobora aquela correspondência¹⁷⁷. Quanto à rua da Porta de S. Vicente, convirá talvez sublinhar que se preferiu aquela designação, a mais antiga, pois a generalização do topónimo actual não deve ser anterior a meados do século XVI¹⁷⁸.

A circunstância de a toponímia actual do bairro ter sido fixada durante o século XVI¹⁷⁹, em consequência, por certo, da transformação da mouraria num bairro

Convenções:

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CDJI – Chancelaria de D. João I

CDJII – Chancelaria de D. João II

CSCCL – Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa

CSMOL – Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa

Estrem. – Leitura Nova – Estremadura

Santos – Mosteiro de Santos-o-Novo

Notas:

G. Barros, 35 – Gama Barros, «Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados (apontamentos histórico-etnográficos)», *Revista Lusitana*, Lisboa, vol. 35, 1937, pp. 163-238.

Viterbo, *Artes* – Sousa Viterbo, *Artes Industriaes e Industrias Portuguesas. Tapeçaria*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1902

Quadro 2 – Explorações agrícolas de mouros de Lisboa – século XV

Local \ Tipo	Vinhas	Olivais	Vinhas e Olivais	Vinhas.Oliv. e Pomares	Searas	Hortas
Panasqueira	—	5	2	—	—	—
Azambugeiro	5	—	—	—	—	—
Sacavém	1	1	—	1	2	—
Porta de S. Vicente	—	—	—	—	—	1
Arroios	—	—	1	—	—	—
Alvalade o pequeno	—	—	—	—	1	—
Alvalade o grande	—	—	1	—	—	—
Sintra	—	—	—	—	1	—
Totais	6	6	4	1	4	1

Quadro 3 – Cargos e profissões dos oficiais do rei e da comuna dos mouros de Lisboa – século XV

Nº	Nome	Profissão	CARGO	FONTE
1	Farraz	—	Tabelião (a. 1406)	ANTT, <i>CDJI</i> , liv. 3, fl. 58; <i>Estrem.</i> , liv. 11, fls. 88 e 91.
2	Adela, filho de Locai	—	Capelão dos Mouros (1416)	ANTT, <i>Santos</i> , cxs. 7, mç. 30, nº 582; 8, mç. 33, nº 660.
3	Adela Çoleima	—	Juiz dos Direitos Reais da Mouraria (1440)	ANTT, <i>Estrem.</i> , li. 6, fl. 89; G. Barros, 35, p. 199.
4	Focem Picaveco	Tapeteiro	Escrivão da Comuna dos Mouros (1442, a. 1451)	ANTT, <i>Santos</i> , cx. 7, mç. 30, nº 582; Viterbo, <i>Artes</i> , p. 20.
5	Mafamede de Avis, o Moço	—	Alcaide dos Mouros (1464)	ANTT, <i>Santos</i> , cx. 7, mç. 31, nº 625; G. Barros, 35, p. 200.
6	Azeite Curto	—	Vereador (1479)	ANTT, <i>Estrem.</i> , li. 7, fl. 79 v.
7	Adão Caroto	Tapeteiro	Vereador (1479) e Juiz dos Direitos Reais da Mouraria (1482, 1489, 1491)	ANTT, <i>Estrem.</i> , livs. 6, fl. 105; 7, fl. 79 v.; 9, fl. 180 v.; Viterbo, <i>Artes</i> , p. 26.
8	Mafamede de Setúbal	—	Recebedor dos Direitos Reais da Mouraria (1480)	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 9, fl. 46.
9	Azmede Cacis	Esteireiro	Procurador do Rei na Mouraria (1480; 1489)	ANTT, <i>CSMOL</i> , mç. 5, nº 195; <i>Estrem.</i> , li. 9, fl. 46.
10	Mafamede Laparo	—	Capelão dos Mouros (1484-1497)	ANTT, <i>CDJII</i> , liv. 22, fl. 94; <i>CSCCL</i> , liv. 1, fl. 42 v.
11	Mafamede Pintado	Esparteiro	Procurador do Rei na Mouraria (1491)	ANTT, <i>Estrem.</i> , livs. 9, fl. 219 v.; 12, fl. 15 v.
12	Maconde	—	Coudel dos Mouros	ANTT, <i>Estrem.</i> , liv. 6, fl. 105 v.

cristão, veio complicar, no entanto, a localização das ruas identificadas pelos documentos. A rua da Amendoeira, talvez por se situar no limite do bairro e apresentar, desde 1394¹⁸⁰, um povoamento misto de cristãos e muçulmanos, foi a única que escapou àquela renovação toponímica, tendo sido, por isso, facilmente identificada. De qualquer modo, como é pouco provável que os documentos tivessem recolhido os topónimos originais de raiz muçulmana, os problemas de identificação das ruas mantinham-se inalteráveis.

Esse desconhecimento da toponímica muçulmana por parte dos vários escrivães veio facilitar, paradoxalmente, o reconhecimento das ruas nomeadas. Forçados a localizar prédio em ruas cujos nomes desconheciam, socorreram-se, por vezes, de topónimos descritivos, ou de fórmulas perifrásticas, que, comparados com o traçado das ruas na planta de 1650¹⁸¹, sugeriram muitas hipóteses de localização. Tornou-se assim possível identificar a rua Grande Direita com a actual rua dos Cavaleiros, quer porque ela surgia descrita como dando acesso à calçada de Santo André¹⁸², quer porque o facto de ela não ter saída — «que nom tem sayda homde faz fim»¹⁸³ —, se adaptava perfeitamente ao seu traçado em 1650. Ao especificar-se uma rua Grande Direita, sugeria-se, desde logo, a existência de outra rua direita, confirmada pela identificação de um «beco que atravessa ambalas Ruas de-reytas»¹⁸⁴. Fez-se corresponder, assim, a partir destes elementos, a segunda rua direita à actual rua do Capelão, bem como o referido beco ao troço que dele se conserva sob o nome de beco do Jasmim. É possível, contudo, que aquela rua direita correspondesse à rua de Alfamar¹⁸⁵, tanto mais que esta também surgia identificada como uma rua direita¹⁸⁶. A incerteza quanto à localização exacta desta última artéria, o único topónimo mouro encontrado, justifica, pois, alguma precaução, tendo-se preferido manter a correspondência da actual rua do Capelão com uma das ruas direitas do arrabalde.

A analogia entre as descrições documentais e os traçados das ruas na planta de 1650 serviu também para identificar a rua das Carniçarias. Foi a partir da descrição dessa rua como um beco, e sobretudo, da referência que então é feita a uma «travessa que nom tem sayda»¹⁸⁷, que se tornou possível fazê-la corresponder a um beco análogo, situado no lado norte da rua Grande Direita.

A localização da rua de Dentro de Mouraria seguiu um processo ligeiramente diferente. Nas confrontações dos banhos surge sistematicamente referida uma azinhaga¹⁸⁸, identificada, por vezes, como a «azynhagaa que vay pera a Rua que vay pera a porta de sant amdre»¹⁸⁹. Tratava-se, por isso, de uma rua que ia morrer na rua Grande Direita, a qual se prolongava, como foi dito anteriormente, em direcção à calçada de Santo André. Essa azinhaga corresponde, decerto, à rua de Dentro, tanto mais que um prédio aí situado comunicava, pelas traseiras, com a rua de Benfica¹⁹⁰.

À imagem do que aconteceu com as ruas, a localização dos espaços públicos exteriores à mouraria também não levantou grandes problemas. Alguns deles, como o almocovar e o curral dos mouros, já tinham sido situados por alguma da bibliografia consultada. Apesar disso, não foi possível reconhecer a posição exacta do Poço dos Mouros e da loja dos direitos, embora se saiba que ficavam na rua da Porta de S. Vicente.

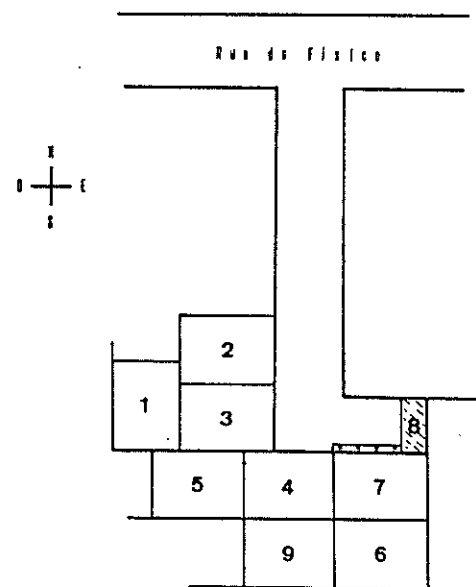
As verdadeiras dificuldades surgiram quando se tratou de localizar os edifícios públicos do bairro. Quis o acaso que a localização da mesquita pequena fosse relativamente fácil, dado ser bastante provável que ela se situasse num qualquer ponto da rua de Dentro, quer porque as confrontações indicam a existência de uma azinhaga, quer devido a ela ser referenciada numa rua «que vem para a porta de sam Viçente»¹⁹¹. E se a sorte continuou a acompanhar a tarefa de localizar a carniçaria dos mouros, naturalmente situada na rua do mesmo nome¹⁹², já o mesmo não aconteceu com a cadeia, dada a exasperante referência a uma rua pública.

No que respeita à mesquita grande, o problema parecia estar, à partida resolvido. Fazendo eco de uma informação de fr. Luis de Sousa, quase todos os autores a situavam no antigo convento da Anunciada¹⁹³, que fica actualmente na rua Marquês de Ponte de Lima. Mas, como já notara Sousa Viterbo¹⁹⁴, a carta de doação das casas da mesquita às freiras da Anunciada nada indicava nesse sentido, e se lhes permitia aí «estar e morar», obrigava-as a «fazer casa d oratorjo com seu altar em a qual se diga mysa»¹⁹⁵. E, por outro lado, a grande densidade de construções junto da mesquita¹⁹⁶, tornam bastante improvável essa localização, ainda por cima marginal ao centro do bairro.

A oportunidade de cruzar informações de duas cartas de empraçamento, uma relativa a umas casas situadas junto da mesquita¹⁹⁷, e a outra referente ao edifício da escola¹⁹⁸, veio permitir uma localização hipotética destes dois edifícios públicos. A partir das confrontações, frequentemente registadas de acordo com os pontos cardiais, reconstituiu-se o traçado de uma rua, ou, caso se prefira,

de parte do perfil de um quarteirão (Vd. planta 7), no qual se integrava a mesquita grande. A transposição desse traçado para a planta de 1650 não foi, porém, linear, pois houve o cuidado de comparar a área do quarteirão seleccionado com as áreas da mesquita, da escola e de mais alguns prédios. Note-se, ainda, que o comprimento do passadiço situado junto da escola também corresponde, na actualidade, à largura da rua respectiva.

A localização dos prédios referidos nessas duas cartas permitiu verificar, ao mesmo tempo, que a rua do Físico devia corresponder à actual rua da Guia, pois dela saía uma azinhaga para a estrebaria do capelão¹⁹⁹.



- 1 – Casas de Bastião Gonçalves
- 2 – Estrebaria do Capelão
- 3 – Casas de Luis Lopes (junto da Mesquita)
- 4 – Pardieiro de Luis Lopes
- 5 – Casas de Rodrigo Álvares
- 6 – Escola dos Mouros
- 7 – Pardieiro da Escola
- 8 – Sobrado que atravessa a rua
- 9 – Casas de João Afonso, carnicheiro

Planta 7 – Esboço do traçado de uma rua junto com a mesquita

1. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos régios*, ed. por Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958. Vol. I, tomo II, pp. 400-1.
2. Quanto à análise do édito e do contexto em que foi publicado, veja-se Maria José P. F. Tavares. *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, Vol. I pp. 483-85.
3. Sousa Viterbo, «Occorências da vida mourisca», *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, vol. V (1907), pp. 253-55; A. H. de Oliveira Marques, «A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a Reconquista. O exemplo da cidade de Lisboa», in *Novos ensaios de história medieval portuguesa*, Lisboa, Edil. Presença, 1988, pp. 106-7.
4. Esta referência surge em alguns documentos de finais do século XV, cf. P. de Azevedo, «Do Areiro à Mouraria (Topographia Historica de Lisboa)». *O Archeologo Português*, Lisboa, Vol. V (1899-1900), p. 270.
5. Além dos indicados no texto, consultaram-se ainda documentos dos mosteiros de Chelas e de Alcobaça, bem como das colegiadas de Santa Cruz do Castelo e de Santa Marinha do Outeiro. Queremos deixar aqui expresso o nosso agradecimento às dras. Filomena Andrade e Filomena Barros pelas referências documentais que nos deram, sem as quais este trabalho estaria ainda mais pobre.
6. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, livs. 20, fl. 78 v. e 23, fl. 27; *Chancelaria de D. João II*, liv. 8., fl. 106 v.; *Estremadura*, liv. 3, fl. 128; *As Ordenações Afonsinas* recolheram legislação nesse sentido, mas relativa aos mouros de Loulé; cf. *Ordenações Afonsinas*, Lisboa, Fundação Calouste Glubenkian, 1984, liv. 2, tit. 111.
7. Muitos destes bens pertenciam então ao Hospital de Todos-os-Santos.
8. *Vd.* artigos citados nas notas 3 e 4.
9. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fl. 115; *Mosteiros e Conventos, Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, mç. 5, nº 195; *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, liv. 1, fls 42 v-44; *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx 7, mç. 31, ns. 625 e 628
10. Note-se que a propriedade alodial muçulmana parece estar na origem do património régio na mouraria desde o século XIII. Cf. A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, nº 314, fl. 4
11. Entre ela merece especial destaque, pela riqueza informativa a obra póstuma de Henrique da Gama Barros, «Judeus e Mouros em Portugal em tempos passados», *Revista Lusitana*, Lisboa, vols. 35 e 36 (1936-1937), pp. 166-265 e 163-238, respectivamente.
12. Cf. P. de Azevedo, «Do Areiro à Mouraria...», cit., p. 269; Marcello Caetano, *A administração Municipal de Lisboa durante a primeira dinastia (1179-1383)*, 3ª ed., Lisboa, Livs. Horizonte 1990, p. 18; O. Marques, «A persistência...», cit., p. 97.
13. Jorge Gaspar, «A propósito da originalidade da cidade muçulmana», *Finisterra*, Lisboa, vol. III, nº 5 (1968), p. 21; Maria José P. F. Tavares, «Judeus e Mouros em Portugal dos séculos XIV e XV (Tentativa de estudo comparativo)». *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, nº 9 (1982), p. 82; Serafim de Tapia, «Los mudéjares de la Extremadura castellanano-leonesa: notas sobre una minoria dócil (1085-1502)». *Studia Historica — Historia Medieval*, Salamanca, vol. 7 (1989), p. 101.
14. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso III*, liv. 1, fl. 66 v, pub. por António Pinto Ravara, *A propriedade urbana régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, dissert. de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas à FLL, Lisboa, 1967, pp. XVII-XVIII; A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, nº 314, fls. 4 e 18; cf. *Documentos para a história da cidade de Lisboa. Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos reis e rainhas*, Lisboa, CML, 1954, pp. 335 e 351. As cartúchias correspondem ao espaço identificado no século XV como sendo o curral dos mouros.
15. Esta referência surge na carta de privilégio que D. João II concedeu em 1478 ao capelão dos mouros de Loulé; cf. Gama Barros, «Judeus e mouros...», cit., vol. 35 (1937), p. 206.
16. O primeiro deste conflitos foi resolvido durante o reinado de Afonso III, enquanto o segundo se prolongou pelos reinados de D. Dinis e de D. Afonso IV, tendo sido objecto de uma queixa do concelho de Lisboa às cortes de 1331; cf. M. Caetano, *op. cit.*, pp. 27 e 50; *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, INIC, 1982, p. 68.
17. *Chancelarias medievais portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por O. Marques, Lisboa, INIC, 1984, nº 1131. Esta carta constitui uma das primeiras medidas tomadas contra as minorias judaica e muçulmana; cf. G. Barros, *op. cit.*, vol. 34 (1936), p. 168; Maria José P. F. Tavares, *op. cit.*, p. 77.
18. Sobre a localização do almocávar e do Poço dos Mouros que permitiu a identificação destes dois caminhos, veja-se adiante o ponto 1.1.3. Quanto à localização da ermida de Santa Bárbara, veja-se P. de Azevedo, *op. cit.*, pp. 264-65.
19. *Ordenações...*, cit., liv. 2, tits. 104 e 112. Não é certo que estas portas já existissem antes do reinado de D. João I, já que a citada carta de 1366 não as refere, embora indique a existência de portas na judiaria.
20. Nesta data a existência de porta é mesmo remetida para um passado próximo; cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 319, fl. 43 v. A documentação posterior continua a referir uma porta nesse local, embora se possa admitir uma certa flutuação da sua posição exacta; *ibidem*, nº 321, fl. 65, e *Estremadura*, liv. 2, fl. 106 v-8.
21. A notícia de 1465 situa esta porta perto das casas de João Fernandes, oleiro, cuja localização foi obtida nos seguintes documentos: ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 235; *Estremadura*, liv. 6, fls. 181-82 v e 247-48 v.
22. ANTT, *Estremadura*, liv. 10, fl. 214 e v. Esta porta encontra-se abundantemente documentada; cf., entre outros exemplos, *ibidem*, liv. 7, fls. 78 v-80, e liv. 13, fls. 96 v-97.
23. Admite-se, geralmente, a existência de apenas três portas, mas sem que ninguém as tenha localizado. Cf., P. de Azevedo, *op. cit.*, p. 275; António Lourenço Farinha. *Notícia histórica do bairro das Olarias, Cucujães*, Esc. Tip. do Colégio das Missões de Cucujães, 1932, p. 11.
24. Cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 321, fl. 64 v.
25. ANTT, *Estremadura*, liv. 11, fls. 81 v-82.
26. *Ibidem*, liv. 7, fls. 134-35
27. Cf., ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx 7, mç 31, ns 624 e 628.
28. Embora sem qualquer referência à localização das portas, todos os investigadores situam os limites do bairro para lá da área que elas definiam; cf., P. de Azevedo, *op. cit.*, pp. 270-71;

- Augusto Vieira da Silva, «Os bairros de Lisboa», *Arqueologia e História*, Lisboa, vol. 7 (1929), p. 61; O. Marques, *op. cit.*, p. 100. Note-se, no entanto, que este último autor, ao distinguir uma zona de povoamento mais antigo, o arrabalde velho, foi o único que captou as diferenças na presença muçulmana em todo esse espaço.
29. Veja-se adiante o ponto 1.2.
 30. O primeiro autor a chamar a atenção para o Arrabalde Novo foi O. Marques, que situa o seu desenvolvimento durante o século XIV; cf., *op. cit.*, p. 100. Cremos porém, que esse desenvolvimento não deve ser muito anterior aos inícios do século XV, já que as primeiras referências conhecidas surgem apenas na segunda metade dessa centúria. Veja-se adiante o ponto 1.2.
 31. A calçada de Santo André e o caminho que seguia encostado ao monte da Graça, são as únicas vias que escapam a este tipo de identificação; cf., para a rua das Olarias, ANTT, *Estremadura*, livs. 7, fls 78 v. 80, e 12, fls. 15-16 v., *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 11, fl. 80, para as ruas do Almocávar e dos Lagares, *ibidem*, liv. 15, fl. 85, e *Estremadura*, liv. 13, fls. 96 v-97 e 97-98.
 32. Estas ruas surgem muitas vezes identificadas como indo para fora da cidade, ou mesmo seguindo o caminho de Santarém; cf., ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 88; *Estremadura*, livs. 7, fl. 134 v., e 10, fl. 203 v., *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx 7, mç 31, nº 618.
 33. Estas ruas não eram estranhas às cidades muçulmanas, sendo aí conhecidas como a «rua maior», cf. Leopoldo Torres Balbas, *Ciudades hispano-musulmanas*, 2ª ed., Madrid, Instituto Hispano-Árabe de Cultura, 1985, pp. 285, 327 e ss., Jorge Gaspar, *op. cit.*, pp. 24 e 31. Sobre a rua direita veja-se Robert Ricard, «Recherches sur la toponymie de Portugal et de l'Espagne». *Bulletin Hispanique*, Bordéus, nº 56 (1954), em particular as pp. 155-56; Orlando Ribeiro, «A rua direita de Viseu», *Geographica*, Lisboa, nº 16 (1968), pp. 50-60.
 34. Quanto à localização das vias internas da mouraria veja-se o apêndice final. A rua Grande Direita é a única que está claramente identificada como uma rua cega; cf. ANTT, *Estremadura*, liv. 10, fl. 214. Sobre a importância das ruas cegas no urbanismo muçulmano, veja-se T. Balbas, *op. cit.*, pp. 383-87.
 35. Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 224 e v.
 36. Quanto à localização dos edifícios no interior da mouraria, veja-se o apêndice final.
 37. *Ordenações...*, cit., liv. 2, tit. 28, p. 40.
 38. Tal utilização não está documentada para as mesquitas de Lisboa, embora fosse frequente em muitas localidades; cf., G. Barros, *op. cit.*, vol. 34 (1936), pp. 209-10; Serafim de Tapia, *op. cit.*, p. 111; O. Marques, «Introdução à história da cidade medieval portuguesa», in *Novos ensaios...*, cit. p. 21.
 39. As casas de Mafamede Pintado, procurador do rei na mouraria, e de Adão Caroto, vereador e juiz dos direitos reais da mesma, situavam-se, respectivamente, junto da mesquita e na rua do Físico; cf. ANTT, *Estremadura*, liv. 9, fls. 219-20 v.; *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, liv. 1, fls. 42 v.-43; veja-se o quadro 3, no que respeita aos cargos referidos.
 40. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, liv. 1, fls. 42 v-44 v., *Estremadura*, liv. 9, fls. 108 v-9 v.
 41. Cf., entre outros, ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fls 205 v. e 235; *Estremadura*, liv. 9, fls. 108-9 v.
 42. *ibidem*, liv. 2, fl. 106 v. Por outro lado, não se encontraram tendas junto da mesquita grande, ao contrário do que seria de esperar.
 43. Além destas, muitas outras havia que não localizámos; cf. como exemplos, ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fl. 151 v; *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 195 v.; *Estremadura*, liv. 11, fls. 97 v-98.
 44. Cf., entre outros, ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx 8, mç 32, nºs. 633 e 646, e 33, nºs 657 e 660.
 45. T. Balbas, *op. cit.*, p. 282; O. Marques, *op. cit.*, pp. 20-21, J. Gaspar, *op. cit.*, p. 28.
 46. É provável que seja esta a artéria descrita como rua principal; cf., ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, mç 31, nº 628.
 47. Algumas destas designações foram recolhidas por P. de Azevedo, *op. cit.*, p. 274.
 48. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fls. 88 e 92; *Estremadura*, livs. 2, fls. 106 v-8, e 6, fls. 181-82 v.
 49. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 16, fl. 118, *Estremadura*, liv. 2, fls. 226-28.
 50. T. Balbas, *op. cit.*, p. 283 e passim; A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, pref. de José Mattoso, Lisboa, Eds. Rolim (1984), p. 107; O. Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Sá da Costa Edta., 1987, p. 66; Iria Gonçalves, *Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, sep. de *Estudos Medievais*, Porto, nº 7 (1986), pp. 157-58.
 51. A largura desta rua foi calculada a partir do comprimento de um passadiço; cf., ANTT, *Estremadura*, liv. 1, fl. 178.
 52. T. Balbas, *op. cit.*, pp. 389 e ss.; J. Gaspar, *op. cit.*, p. 29.
 53. Veja-se o documento citado na nota 40.
 54. Cf. T. Balbas, *op. cit.*, pp. 240-41; Charles Redman, *Qsar es-seghir: an archaeological view of medieval life*. Princeton, Academic Press, 1986, p. 77.
 55. O termo casa encontra-se sucessivamente aplicado a uma tenda, uma cozinha, à habitação, propriamente dita, e às suas divisões internas; cf., ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fls. 224 e v. e 235; *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, liv. 1, fls. 42 v-44. Esta situação era corrente no ocidente medieval; cf. Simone Roux. «L'habitat urbain au Moyen-Age: le quartier de l'Université de Paris», *Annales E.S.C.*, Paris, nº 5 (1969), p. 1201; Maria del Carmen Carlé, «La Casa en la Edad Media castellana», *Cuadernos de historia de España*, Madrid, vol. 67-68 (1982), p. 188, Bernardo de Vasconcelos e Sousa. *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, INIC, 1990, p. 66.
 56. Cf., ANTT, *Estremadura*, livs. 4, fls. 14-14 v., e 11, fls. 111 v.-12. O mesmo acontecia, aliás, no resto da cidade; cf., Iria Gonçalves, «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV a partir da propriedade régia». *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, nº 1 (1980), p. 172, nota 85.
 57. Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 16, fl. 118, pub. por S. Viterbo, «Occorências...», cit., pp. 168-70; *Estremadura*, liv. 1, fls. 235-36 v. Esta interpretação resulta do facto de se ter indicado a existência de confrontações «no ar» com outros foreiros. Note-se, no entanto, que estes exemplos respeitam ao empraçamento das antigas instalações da cadeia e da carniçaria.

58. Além da bibliografia indicada a par-e-passo, veja-se Costa Lobo, *op. cit.*, p. 123 e passim; O. Marques, *op. cit.*, pp. 63-86; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, UNL, 1989, pp. 109-16.
59. Entre as 56 casas que foi possível localizar no bairro, encontravam-se 5 térreas e 6 sobradadas, além de 2 de tipo misto.
60. ANTT, *Estremadura*, liv. 1, fls. 187 v.-89.
61. ANTT, *Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, mç. 5, nº 194.
62. Apesar das múltiplas referências a casas com pátios e quintais, encontraram-se apenas 3 exemplos deste tipo de habitação. Além do documento que serviu de base à elaboração da planta nº 5, e que vem incluído em 2º lugar no quadro 1, e de uma outra casa que também aí surge descrita em 5º lugar, veja-se ANTT, *Estremadura*, liv. 9, fls. 219-20 v. Este tipo de casa já tinha sido referenciado no sul de Portugal e em Castela; cf., Vítor Pavão dos Santos, *A casa no sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, dissert. de licenciatura em História à FLL, Lisboa, 1964, pp. 333 e 335; María del Carmen Carlé, *op. cit.*, p. 187.
63. Cf. Simone Roux, *op. cit.*, pp. 12-18; Jean-Pierre Leguay, *Un réseau urbain au Moyen Age: les villes du duché de Bretagne aux XIV e XV siècles*. Paris, Lib. Maloine Edt., 1981, p. 219; Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livs. Horizonte, 1990, p. 73.
64. T. Balbas, *op. cit.*, p. 398; Ch. Redman, *op. cit.*, pp. 80-87; Joseph Vincent Lerma, Ignacio Pastor. Asuncion Fernandez e María Jesus de Pedro. «Estudio de la vivienda islamica de la ciudad de Valencia», in *Actas del I Congreso de Arqueologia Medieval Española*, Zaragoza, Diputación Provincial de Aragón, 1986, tomo 3, pp. 443-64, onde se re-trata uma casa com pátio interior dianteiro.
65. A existência de uma porta no quintal é referida nas 3 casas identificadas, detectando-se mesmo numa delas a existência «de huua entrada (...) descuberta», cf., ANTT, *Estremadura*, liv. 9, fl. 108 v.
66. Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 224 e v., *Núcleo Antigo*, nº 321, fl. 65 v.
67. ANTT, *Estremadura*, livs. 2, fls. 171 v-72 v, e 6 fls. 262 v-63 v.
68. *Ibidem*, liv. 10, fl. 211 v., *Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, mç 5, nº 195.
69. ANTT, *Estremadura*, liv. 9, fls. 219-20 v.
70. Na conversão das medidas utilizaram-se os valores indicados por O. Marques, s.v., «Pesos e medidas», in *Dicionário de história de Portugal*, Porto, Liv. Fi-gueirinhas, 1985, vol. 5. Quando os documentos indicaram mais do que um comprimento ou do que uma largura, tornou-se apenas o seu valor médio, o qual vai assinalado com asterisco.
71. Cf. Amélia A. Andrade, *op. cit.*, p. 36; José Marques, *A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras - História*, Porto, 2ª série, vol. 1 (1984), pp. 35 e ss.
72. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, dissert. de Mestrado em História Medieval à FCSH, 1988, p. 120 e gráfico em anexo, B. Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, pp. 69-73; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, dissert. de Doutoramento em História à FCSH, Lisboa, 1988, p. 163.
73. Estes valores correspondem ao espaço da parcela construída, já que o espaço disponível podia ser maior dada a existência de pisos sobradados.
74. Cf. M. S. Alves Conde, *op. cit.*, p. 123. Corrija-se, no entanto, para 43.5, o valor médio que aí é indicado para as 6 casas de Óbidos; cf., Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*, dissert. de Mestrado em História Medieval à FCSH, Lisboa, 1987, p. 133.
75. B. Vasconcelos e Sousa, *op. cit.*, p. 74; Mª Ângela Beirante, *op. cit.*, pp. 160-63, afirma que as casas mais generalizadas apresentavam uma área que circulava entre 25 e 35 m².
76. Uma hipótese a explorar consistirá na eventual relação da menor área das casas de Évora e da mouraria com a casa muçulmana, que apresentava, muitas vezes, áreas muito reduzidas, embora não fossem desconhecidas as habitações com mais de 100 m², cf., T. Balbas, *op. cit.*, pp. 98-99, Ch Redman, *op. cit.*, pp. 80 e 98.
77. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fl. 115, *Estremadura*, liv. 10, fl. 204; *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, liv. 1, fl. 45.
78. Iria Gonçalves, *op. cit.*, pp. 113-14.
79. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 17, fl. 15, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 254-55, *Estremadura*, livs. 1, fl. 188 v., e 6, fls. 116 v-17 v.
80. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 16, fl. 109, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 89-90; *Estremadura*, livs. 1, fl. 178, e 2, fls. 106 v-8.
81. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 3, fl. 83; A. L. Farinha, *op. cit.*, p. 8.
82. Note-se que o custo do transporte era muitas vezes o principal componente dos preços dos materiais de construção; cf. Simone Roux, «La construction courante à Paris, du milieu du XIV siècle à la fin du XV siècle», in *La construction au Moyen Age. Histoire et archéologie. Actes du Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (Besançon, 2-4 juin 1972)*, Paris, Les Belles Lettres, 1973, p. 177.
83. ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, mç. 31, nº 624.
84. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 16, fl. 25, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 248-49.
85. Veja-se a documentação citada nas notas 66, 68 e 69.
86. Arq. da CML, Administração, *Livro 2º de Escrituras de aforamentos*, fl. 88 e v. (doc. de 1492).
87. A única referência directa provém da identificação de um pardieiro sem portas nem telhado (cf. ANTT, *Estremadura*, liv. 9, fl. 108), o que também pode sugerir uma frequente reutilização desses materiais.
88. *Ibidem*, liv. 1, fl. 177 v.
89. Cf., T. Balbas, *op. cit.*, p. 405 e ss.; O. Marques, *A sociedade...*, cit., p. 65.
90. ANTT, Conventos Diversos, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, liv. 13, fl. 5 v.
91. Veja-se o quadro 1, onde se reúnem as informações disponíveis sobre muitos dos espaços públicos da mouraria.
92. Cf., T. Balbas, «Ampliación y tamaño de varias mezquitas», *Al-Andaluz*, Madrid, vol. 21, fasc. 2 (1956), p. 348; Henri Terrasse, «Dispositions générales des mosquées espagnoles», *Al-Andaluz*, Madrid, vol. 34, fasc. 1 (1969), p. 186.
93. A catedral do porto apresentava uma área de 560 m², enquanto as de Coimbra e de Viseu não atingiam os 500 m², cf., O. Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa, Edtl. presença, 1986, p. 438. Não se conhece a área da sinagoga grande de Lisboa, que poderia fornecer

- um termo de comparação mais apropriado; cf. M^a José P. F. Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, UNL, 1982, vol. 1, p. 360.
94. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 17, fl. 63, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, p. 91.
 95. *Ibidem*, liv. 16, fl. 109, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, p. 89; *Estremadura*, liv. 2, fl. 106 v.-8.
 96. ANTT, Mosteiros e Conventos, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, caderno F, nº 3, fls. 2 v-3; *Estremadura*, liv. 9, fls. 45 v-47.
 97. As três courelas de olival da Panasqueira, onde estavam plantadas 127 oliveiras, entre grandes e pequenas, foram emprazadas em 1499, com o foro de 13 cântaros e meio e duas galinhas de dois em dois anos.
 98. Entre essas despesas encontrava-se, por certo, a compra de esteiras; cf., M^a Ângela Beirante, *op. cit.*, p. 1020; Klaus Wagner. «Un padron desconocido de los mudéjares de Sevilla y la expulsión de 1502», *Al-Andaluz*, Madrid, vol. 36, fasc. 2 (1971), p. 377
 99. Cf., M^a Ângela Beirante, *op. cit.*, p. 1020. O mesmo acontecia nas comunidades judaicas; cf., M^a José P. F. Tavares, *op. cit.*, p. 366.
 100. Cf., T. Balbas, *op. cit.*, p. 298.
 101. Veja-se a descrição que faz T. Balbas de uma escola em *Ars Hispaniae Historia universal del arte hispanico*, Madrid, Eds. Plus-Ultra (1949), vol. 4, p. 144.
 102. *Ordenações...*, cit., liv. 2, tit. 116.
 103. Cremos que foi essa a razão que levou O. Marques a situar o abandono da escola antes de meados do século XIV; cf. «A persistência...», cit., p. 101. No entanto, tendo em atenção que as escolas separadas das mesquitas são um fenómeno tardio na península e que as primeiras só aparecerão a partir de meados do século XIV, não parece provável um abandono tão antigo; cf. Maria Jesus Rubiera Mata, «Datos sobre una "Madraza" en Malaga anterior a la Nasri de Granada», *Al-Andaluz*, Madrid, vol. 25, fasc. 1 (1970), p. 223.
 104. Cf. Maria Leonor Mártires Martins, *Subsídios para o estudo dos judeus e dos mouros nos reinados de D. João e D. Duarte*, dissert. de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas à FLL, Lisboa, 1961, p. 146.
 105. *Portugalia Monumenta Historica. Leges et consuetudines*, Lisboa, Academia das Ciências. 1868, vol. 2, p. 100. Sobre a data deste documento veja-se G. Barros, *op. cit.*, vol. 35 (1937), pp. 228 e ss..
 106. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 2, fl. 88. No *Livro dos Pregos* encontra-se ainda uma outra referência a um físico mouro «mestre dos olhos»; cf. Arq. Hist. da CML, *Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, e também intitulado da gralha*, cód. 45, fl. 99. Cf. também ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3, fl. 2 v.
 107. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. 1, fl. 235.
 108. Veja-se um exemplo de partilha de uns banhos entre as comunidades cristã, judaica e muçulmana em T. Balbas, *op. cit.*, p. 429.
 109. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 314, fls. 103 v.-4.
 110. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 4, fl. 64 v.
 111. Em 1465 ainda se fala nas casa que foram banhos; cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 319, fl. 43.
 112. Cf. T. Balbas, *op. cit.*, pp. 235 e ss..
 113. Cf. P. de Azevedo, *op. cit.*, pp. 276 e ss.; S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 247 e ss.; O. Marques, *op. cit.*, p. 100. Mais acima, na encosta de S. Gens, ficava o almocovar dos judeus, geralmente confundido com o anterior; cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, nº 4.
 114. Veja-se uma referência ao azeite produzido pelo «Jazigo que foy dos Judeus e mouros», no *Livro das posturas antigas*, ed. de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, CML, 1974, pp. 242-43.
 115. Leia-se a sugestiva descrição de T. Balbas, *op. cit.*, p. 256 e ss., sobre a vida em torno das campos.
 116. ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 8, mçs. 32, nº 645, e 33, nº 650; P. de Azevedo, *op. cit.*, p. 275.
 117. *Ibidem*, mç. 33, nº 662.
 118. Cf. M^a José P. F. Tavares, *op. cit.*, p. 84, nota 47.
 119. ANTT, Corporações Religiosas, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, mç. 19, nº 36; *Estremadura*, liv. 7, fl. 134 v.
 120. *Ibidem*, e liv. 1, fls. 112-13.
 121. *Ibidem*, liv. 7, fls. 134-35.
 122. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, mç. 8, nº 28; *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 8, mçs. 32, nº 633, e 33, nº 668.
 123. Cf. P. de Azevedo, *op. cit.*, pp. 263 e 271. Já no século XIII se encontravam cristãos a morarem na Rua de Benfica; cf. ANTT, *Gavetas*, XII, mç. 6, nº 9, pub. por A. Ravara, *op. cit.*, pp. XCIX-C (doc. de 1285).
 124. ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 8, mçs. 32, nºs 629 e 637, e 33, nºs 649 e 655; *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, mç. 23, nº 449.
 125. T. Balbas, *op. cit.*, pp. 313-14; Ch. Redman, *op. cit.*, p. 71. Este último autor indica mesmo uma particular concentração de tendas de olaria nesse local.
 126. ANTT, *Estremadura*, livs. 6, fls. 88 v.-90, e 9, fls. 180 v.-82.
 127. *Ibidem*, liv. 7, fl. 79 e v., e 9, fls. 45 v.-47; *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 11, fl. 80, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 249-51.
 128. ANTT, *Estremadura*, liv. 6, fls. 105-6 v. Entre os prédios que o livro dos bens de 1503 situa no Arrabalde Novo, encontravam-se mais casas do que tendas. A maioria desses prédios tinham estado emprazados a mouros; cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, nº 321, fls. 64 e v.-66.
 129. ANTT, *Estremadura*, liv. 6, fl. 105.
 130. ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, caderno F, nº 3, fls. 2 v.-3.
 131. Vejam-se os documentos citados na nota 127.
 132. ANTT, *Estremadura*, liv. 9, fls. 180 v.-83.
 133. *Ibidem*, fls. 162 v.-64 v.
 134. *Ibidem*, livs. 1, fls. 231 v.-32, e 6, fls. 13-14.
 135. *Ibidem*, livs. 1, fls. 183 v.-84, e 7, fls. 78 v.-79 v.
 136. Em 1513 ainda se aforavam no Arrabalde Novo dois chãos com áreas superiores a 100 m²; cf. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 15, fl. 85; *Estremadura*, liv. 13, fls. 96 v.-97.
 137. Os muçulmanos formavam uma das primeiras camadas da população lisboeta após a conquista de 1147; cf. Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Edts., 1975, p. 74.
 138. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 75 v.; *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, mç. 30, nº 582.
 139. Além dos documentos já citados, veja-se ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 52 v., pub. por A. Ravara, *op. cit.*, p. LXXXII.

140. Cf. O. Marques, *op. cit.*, p. 102.
141. Cf. G. Barros, *op. cit.*, vol. 34 (1936), p. 210; M^o José P. F. Tavares, «Judeus e mouros...», *cit.*, p. 81.
142. ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, mç. 57, n^o 1122, e caderno F, n^o 3, fls. 2 v.-3.
143. Por volta de 1446, Caçome Laparo, tapeteiro de Lisboa, entregou a um mouro, a braços com a justiça régia, uma carta dirigida às restantes mourarias do reino com o objectivo de lhe facilitar a fuga; cf. S. Viterbo, *Artes industriais e industrias portuguesas. Tapeçaria*, sep. de *O Instituto*, Coimbra, vol. 99 (1902), p. 15.
144. Note-se, desde logo, a ausência das terras algarvias. Não havia mourarias em Coimbra e Castelo Branco, mas, na primeira destas cidades, no reinado de D. João I, ainda havia alguns mouros, enquanto o inquérito de 1496 admitia, por outro lado, a possibilidade de existirem mourarias na Beira; cf., M^o José P. F. Tavares, *op. cit.*, p. 81, nota 31; O. Marques, *Portugal na crise...*, *cit.*, p. 33. Sobre as comunas muçulmanas nos séculos XIV e XV, veja-se o recente trabalho de M^o Filomena Lopes de Barros. *As comunas muçulmanas em Portugal (Subsidios para o seu estudo)*, sep. da *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2^a série, vol. 7 (1990).
145. Não se conhecem referências directas a tais actividades, embora algumas cartas de privilégio autorizem os tapeteiros a sair do reino para comprarem tintas. O destino destas viagens tanto podia encontrar-se no norte de África como nos portos do Levante espanhol; cf., *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, ed. por Pedro de Azevedo, Lisboa, Academia das Ciências, tomo 1 (1915), n^o 137 da adenda, e tomo 2 (1934), n^o 4.
146. Cf. Iria Gonçalves, «Amostra de antroponímia alentejana do século XV», in *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livs. Horizonte, 1988, pp. 81-83.
147. A identificação simultânea num documento de 1442, de um Adela Sevilhão e de um Mafamede Sevilhão, o Moço, não deixa lugar a grandes dúvidas, cf., ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, mç. 30, n^o 589. A fixação dos nomes de família deve ser anterior ao século XV, como se verifica no caso da família Çafieiro, em finais do século XIV; cf. *ibidem*, cx. 8, mç. 33, n^{os} 655 e 663.
148. Este é a opinião de Torres Balbas, «Ampliación y tamaño...», *cit.*, pp. 351-52.
149. T. balbas, *Ciudades...*, *cit.*, p. 102.
150. Em 1527, Tomar apresentava uma densidade de 60 fogos por hectare enquanto a judiaria da Guarda, com um hectare de superfície, apresentava, em 1395, um total de 82 famílias; cf., M. S. Alves Con-
- de, *op. cit.*, p. 252, nota 4; Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval, 1200-1500*, Lisboa, Sá da Costa Edta. 1987, p. 103.
151. Esse é também o valor proposto por O. Marques, *op. cit.*, p. 33.
152. S. Viterbo, «Occorrencias...», *cit.*, p. 162; M^o Leonor Mártires Martins, *op. cit.*, p. 159 e quadro às pp. 207-14; M^o José Ferro Pimenta Tavares, *op. cit.*, p. 84; *Livro do almoxarifado de Silves (século XV)*, ed. por M^o José da Silva Leal, Lisboa, Livs. Horizonte, 1989, pp. 57-70.
153. G. Barros, *op. cit.*, vol. 35 (1937), pp. 220-25; O. Marques, «A persistência...», *cit.*, pp. 97-99; M^o José P. F. Tavares, *op. cit.*, pp. 85-86.
154. Cf., P. de Azevedo, *op. cit.*, p. 214 e ss.; G. Pradalié, *op. cit.*, p. 73; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 1, fl. 146 (Casal do Mouro).
155. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa n^o 4; Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 52 v., pub. por A. Ravana, *op. cit.*, p. LXXXII; G. Pradalié, *op. cit.*, p. 83.
156. Veja-se a nota 3 do ponto 1.
157. Este número podia ser ligeiramente superior. De facto, na impossibilidade de distinguir os indivíduos referidos, em documentos diferentes, com o mesmo nome e a mesma profissão, partiu-se do princípio que se trataria da mesma pessoa, mesmo se entre a primeira e a última referência medeja um espaço de tempo considerável; cf., ANTT, *Estremadura*, liv. 11, fls. 111 v.-12; *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cxs. 7, mç. 31, n^o 627, e 8, mç. 33, n^o 667.
158. Verificava-se uma situação idêntica nas mourarias de Ávila e Sevilha; cf., Serafim de Tapia, *op. cit.*, p. 115 e quadro 1; António Collantes de Terán Sanchez, «La aljama mudéjar de Sevilha», *Al-Andaluz*, Madrid, vol. 43, fasc. 1 (1978), p. 157.
159. A mouraria era o principal foco de produção de olaria da cidade; cf., Vergílio Correia, «Oleiros quinhentistas de Lisboa», *A Águia*, Porto, 2^a série, vol. 15, n^{os} 89-90 (1919), p. 135.
160. ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, mç. 35, n^o 695.
161. Incluem-se aqui um pedreiro, um carpinteiro, um vidreiro e, talvez, um fabricante de azulejo; cf., ANTT, Núcleo Antigo, n^o 321, fls. 65 v. e 67; *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 17, fl. 15, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 254-55.
162. O gráfico representa apenas os ofícios que não tinham outra profissão conhecida.
163. S. Viterbo, «Artes industriais...», *cit.*, pp. 10-11; O. Marques, *A sociedade...*, *cit.* p. 83; V. Pavão dos Santos, *op. cit.*, p. 125 e ss.
164. Cf. G. Barros, *op. cit.*, vol. 35 (1937), p. 224.
165. ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 8, fl. 106 v.; *Estremadura*, liv. 6, fls. 105-6 v.; *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, n^o 452; *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, liv. 27, fls. 64 v.-65.
166. Cf., entre outros, ANTT, *Núcleo Antigo*, n^{os} 285, fl. 50 v. e 319, fls. 45 v. e 58; *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 94, pub. par S. Viterbo, «Occorrencias...» *cit.*, pp. 164-5
167. ANTT, *Estremadura*, liv. 4, fl. 13 v.
168. Cf. S. Viterbo, *Artes industriais...*, *cit.*, pp. 13 e ss.; M^o L. Mártires Martins, *op. cit.*, pp. 162-64; M^o José P. F. Tavares, *op. cit.*, p. 84.
169. Cf. G. Barros, *op. cit.*, vol. 35 (1937), p. 189. Os privilégios eram também o principal critério de hierarquização nas comunidades judaicas; cf., M^o José P. F. Tavares, *Os judeus...*, *cit.*, pp. 215 e ss.
170. Cf., S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 17-18.
171. *Idem*, p. 13.
172. ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, mç. 30, n^o 582.
173. Trata-se do casamento de Mafamede Laparo, capelão dos mouros, com Zoaira, neta de Farraz, tabelião; cf., ANTT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 22, fl. 94, pub. por S. Viterbo, «Occorrencias...», *cit.*, pp. 164-65.
174. ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Chelas*, caderno F, n^o 3, fls. 2 v.-3.
175. *Op. cit.*, p. 271. Veja-se ainda O. Marques, «A persistência...», *cit.*, p. 100.
176. ANTT, *Mosteiro de Santos-o-Novo*, cx. 7, mçs. 30, n^o 588, e 31, n^{os} 613 e 618. Os limites entre essas duas ruas deviam ser bastante fluidos, pois não é raro encontrar-se um mesmo prédio

- situado, nuns casos, na rua de Benfica, enquanto noutros é localizado na rua da Porta de S. Vicente; *ibidem* mç. 31, nºs. 602 e 603.
177. ANTT, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, liv. 13, fl. 5 v.
178. Cf. P. de Azevedo, *op. cit.*, p. 262.
179. Apenas pode documentar esta afirmação para a rua dos Cavaleiros e para a de João do Outeiro; cf., respectivamente, *ibidem*, p. 274; ANTT; *Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa*, mç. 5, nº 295. Neste último caso, a informação encontra-se nas costa do pergaminho, datada de 1597.
180. ANTT, *Estremadura*, liv. 11, fl. 81 v.; P. de Azevedo, *op. cit.*, p. 273.
181. Cf., A. Vieira da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa*, Lisboa, CML, 1947, p. 15, e Planta em fim de volume. Foi esta a planta utilizada para cartografar as ruas e os espaços públicos da mouraria, tendo-se convertido a escala aí indicada, aliás variável, numa escala aproximada. Por isso, todos os cálculos relativos à área do bairro e dos quarteirões, bem como à largura de algumas ruas, foram realizados a partir da planta actual.
182. A rua Grande Direita surge muitas vezes descrita, como notou P. de Azevedo, como a rua que vai para a Porta de S. André; *op. cit.*, p. 274. Veja-se ainda ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livs. 4, fl. 92, e 6, fl. 263; *Estremadura*, liv. 1, fl. 209.
183. *Ibidem*, liv. 10, fl. 214.
184. *Ibidem*, liv. 1, fl. 188.
185. ANTT, *Mosteiro Santos-o-Novo*, cx. 7, mç. 31, nº 625.
186. *Ibidem*, nºs. 624 e 628.
187. ANTT, *Estremadura*, liv. 10, fl. 211 v.
188. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livs. 2, fl. 88, e 4, fl. 92; *Estremadura*, liv. 10, fl. 213 v.
189. *Ibidem*, fl. 203 v, e liv. 6, fl. 161 v.
190. *Ibidem*, liv. 4, fls. 13 v-14.
191. *Ibidem*, liv. 2, fl. 106 v.
192. Veja-se o doc. citado na nota 25.
193. Cf., P. de Azevedo, *op. cit.*, p. 224, nota 2; S. Viterbo. «Occorrencias...», cit., p. 85; M^ª L. Mártires Martins, *op. cit.*, p. 139.
194. S. Viterbo, *op. cit.*, p. 88.
195. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 8, fl. 84, pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 87-88. Vejam-se ainda as referências a despesas de construção do convento da anunciada, datadas do primeiro quartel do século XVI: S. Viterbo, *op. cit.*, pp 161-62 e 263-65; ANTT, *Estremadura*, liv. 12, fl. 94.
196. Cf., além dos docs. indicados nas duas notas seguintes, *ibidem*, liv. 9, fls. 219-20 v. e 253 v-54; *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 16, fl. 109 v., pub. por S. Viterbo, *op. cit.*, pp. 89-90; *Núcleo Antigo*, nº 321, fl. 66.
197. ANTT, *Estremadura*, liv. 9, fls. 108-9 v.
198. *Ibidem*, liv. 1, fls. 177 v-79.
199. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa*, liv. 1, fl. 44 v.

A PROPÓSITO DAS AMEIAS NAS FORTIFICAÇÕES DO SUDOESTE PENINSULAR ATÉ AO SÉCULO X

ADEL SIDARUS *



O volume V do conhecido *Muqtabas* de Ibn Hayyan de Córdoba encerra dados inéditos acerca de duas fortificações do Sudoeste Peninsular construídas ou restauradas entre finais do século IX e princípios do século imediato. Trata-se das muralhas das cidades de Badajoz e de Évora, que naquela altura — deve-se lembrar — ainda integravam o mesmo espaço geo-político, o da Lusitânia antiga.

No mesmo ano que viu aparecer o meu breve estudo (Sidarus 1985) sobre a destruição e posterior restauração de Évora e sua antiga muralha, entre 913-914, com base nesta nova fonte ¹, o arqueólogo espanhol Fernando Valdés, que estudava as famosas muralhas islâmicas de Badajoz, explorava o mesmo texto sob o ponto de vista particular do uso das ameias nas fortificações da época (Valdés 1985). Confrontando esta fonte com outra documentação, quer literária quer arqueológica, pensava poder deduzir que é só a partir de princípios do século X que se colocavam ameias no topo das muralhas, no Sudoeste Peninsular ².

Ora, uma análise aprofundada do texto invocado não nos permite, de modo nenhum, chegar a tal conclusão. A presente nota pretende clarificar este ponto: não há fundamento nenhum para generalizar a informação pontual acerca da ausência de ameias em Évora até à segunda década do século X, nem existe referência alguma, na nossa fonte, à construção de ameias em Badajoz nesta mesma data, quer dizer, não se pode afirmar, a partir desta fonte, que os luso-andaluzes começaram a construir muralhas com ameias a partir deste preciso momento.

* Universidade de Évora

I

Começamos com esta última vertente da questão, por ela ter condicionado, dum certa maneira, o ilustre arqueólogo a extrapolar a informação circunscrita, originalmente, à cerca de Évora.

A propósito da construção dum nova muralha em Badajoz, na sequência imediata do horrível saque de Évora, ocorrido no Verão de 913, a fonte citada por Ibn Hayyan refereria — segundo a tradução castelhana (p. 83), invocada por Valdés (p. 166) — a «fortificación de su coronación (*matn*)»: uma passagem que falta no texto paralelo da *CAN* e que constituiria, deste modo, a informação inédita.

Não me posso explicar esta interpretação do termo árabe *matn*. Nem o campo semântico da palavra: «parte firme/principal/evidente das coisas; corpo (duma pena, dum texto); dorso, lombo (*tb. fig*); superfície; ponte de navio»; *adj.*

«firme, forte, sólido» —, nem a sua composição com o nome de acção *taqwiya*: «tornando forte/firme/sólido; fortificação, consolidação, reforço» —, nem o próprio período em que se insere a frase permitem pensar numa construção de ameias. Aqui está o texto original e sua correcta tradução ³:

Jama'a al-fa'ala 'ala: bunya:n al-su:r wa-taqwiyyat matna-hu, fa-s.ayyara-hu fi: 'ard. 'ashrat ashba:r lawh.^{an} wa:h.id^{an}.

«Reuniu [o senhor de Badajoz] os operários para a construção da muralha, dando firmeza e robustez ao seu corpo, que se fez com a largura de dez palmos num único taipal».

Vê-se que não se pode tratar, de modo algum, de ameias!

Na versão abreviada da *CAN* (p. 47.1), conhecida três décadas antes do correspondente volume do *Muqtabas*, a passagem tinha sido desajeitadamente truncada:

jama'a al-fa'ala 'ala: bunya:ni-hi, fa-s.ayyara-hu fi: sa'at...

«Reuniu os operários para a sua construção, tornando-o com a largura de... — com a falta notável, nos períodos anteriores, de um antecedente a que se poderia referir sintacticamente o pronome sufixo nas construções *bunya:ni-hi* («sua construção») e *s.ayyara-hu* («tornou-o»).

Anteriormente, de resto, este epitome (p. 46.12) tinha também mutilado o texto original, ao referir simplesmente uma antiga muralha da gente de Badajoz (*su:ru-hum*) — deduz-se: o da cidade — em vez da «muralha da sua alcáçova», construída pelo seu fundador, o famoso dissidente luso-muçulmano Abd al-Rahman Ibn Marwan al-Jilliqi, entre 875 e 886 ⁴. Fazendo isto, a interpretação global de todo o trecho ia no sentido dum melhoramento geral dum muralha já existente, quando o texto hayyano, ou melhor, a fonte transcrita no *Muqtabas*, apontava clara-

mente para a construção de raiz dumha cerca nova à volta da localidade/povoação (*balad*), para além da, já existente, do castelo ou alcáçova.

Parece-me que o Professor Valdés não chegou a sair daquela perspectiva antiga dumha única muralha, a da cidade, «reformulada» na segunda década do século X, não se apercebendo do essencial da novidade fornecida pelo texto até há pouco desconhecido. Nas diferentes passagens em causa da sua exposição (p. 165-66) continua ainda muito dependente da versão da *CAN*, que oferece obviamente um texto adulterado.

Esta versão, por cima, ao mutilar o texto original na perspectiva apontada, deixou passar vários elementos que deixaram de ter sentido. Um deles diz respeito à população da Badajoz que vai «falar ao seu emir [...] acerca da sua determinação em fortificar a localidade» ⁵. O caso seria insólito se se tratasse do que se encontrava já fortificado, além do facto de ser a população quem decide fortificar o local de residência do senhor do bürger... Já o não é segundo o texto original: decidiu-se fortificar a localidade (*balad*) toda, para além do castelo (*qas.aba*), de si já fortificado, e foi-se pedir a concordância e o apoio do emir.

Em resumo, nem a nova fonte revelada por Ibn Hayyan fala de melhoramentos introduzidos na muralha da alcáçova de Badajoz, levantada entre 875 e 886, nem ela menciona a inclusão de ameias na nova fortificação de 913-914 (301 da Hégira).

II

Mas será possível inferir desta mesma fonte que a antiga muralha (da alcáçova) de Badajoz tenha sido construída sem ameias e bem assim outras fortificações coevas no Gharb al-Ándalus?

É verdade que o novo texto, do mesmo modo que o antigo, refere explicitamente que a muralha de Évora, aquando do saque perpetrado por Ordonho II em 913, «era baixa, sem parapeito nem ameias no seu topo» ⁶ e que foi isto, entre outros, que terá levado o sitiante a avançar, sem mais, com o assalto fatal. Tirar dali qualquer ilação no sentido de pensar ou mesmo conjecturar que as outras fortificações levantadas na região, até esta data, por gente andaluza, não teriam ameias, é pelo menos abusivo. Porque essa cerca, claramente, é de construção romano-visigótica, não havendo indicação de ter sido reformulada na primeira época islâmica, nem apontam as fontes para qualquer razão que o justificasse.

Nem sequer se pode dizer que esta foi a prática generalizada na Lusitânia romano-visigótica. Para nos restringirmos à situação observável na mesma época árabe, a famosa muralha da cidade de Mérida tinha ameias (*sha:urra:fa:t*) aquando do assalto vitorioso das tropas do emir Abd al-Rahman II, em 828 (*Akhba:r majmu'a*, p. 138, tr. p. 122). Neste ano, como mais uma vez em 833, assistiu-se à destruição completa da muralha, tendo sido substituída por uma mera alcáçova ou castelo de governador, para se precaver de novas revoltas da população local (Torres Balbás 1973, p. 379-866).

Vem a propósito esta menção específica de Mérida, porque o Professor Valdés

avança o seu caso, a seguir a Évora e Badajoz, para fundamentar a sua «hipótesis». Não se refere, claro, à cerca antiga de que acabamos de falar, mas à da Alcazaba, enquanto «única fortificación anterior a Badajoz de que tenemos datación absoluta»⁷. Para ele, esta muralha também não teria ameias, porque não há rasto nenhum delas nos restos actuais. E este facto, continua o autor, «sin duda alguna, hubo de tener una gran influencia en las obras militares construidas en su área [da capital da Lusitânia] de influencia» (Valdés 1985, p. 166).

Não sei se, perante o dado ignorado ou esquecido referente às ameias que ostentava a antiga cerca da cidade de Mérida, e bem assim perante as precisões/correções que apresentámos anteriormente sobre Badajoz e Évora, o Professor Valdes manteria a sua posição. A verdade é que seria de estranhar que se não repetisse, na nova fortificação, a prática patente na muralha anterior. Parece-nos mais sensata a opinião de Fernando Hernández Jiménez, o especialista da Alcazaba de Mérida citado pelo autor⁸, segundo a qual «aunque en Mérida no se conserve vestigio alguno de almenas, debió haberlas».

NOTAS

1. *Muqt.*, p. 93-96; 104-107; tr. p. 81-84, 88-91. Uma nova interpretação deste texto, com um estudo sobre a sua origem enquanto fonte, anotações histórico-filológicas, assim como correções e aditamentos ao meu citado estudo de 1985, está presentemente no prelo para o número duplo 71-72 de *A Cidade de Évora*. Como explicitado ali, uma versão abreviada desta «nova» fonte era já conhecida sob a forma da *Crónica Anónima de al-Nasir (CAN)*. Na ocorrência, o trecho que nos interessa constitui o § 9 (p. 43-47, tr. p.108-113).
2. Sem querermos entrar numa discussão histórico-linguística, optámos por traduzir «almenas» por «ameias» e não por «merlões», assim como usar o termo no sentido espanhol, o qual se coaduna perfeitamente com o uso português mais antigo.
3. *Muqt.*, p. 96.10. — Nas referências às fontes, o algarismo que se segue ao ponto indica a linha. Por razões tipográficas, os sinais diacríticos convencionais na transcrição de textos árabes seguem as respectivas letras, com a substituição do tracinho supralinear indicando alojamento vocálico por dois pontos. No próprio texto português, preferiu-se uma transcrição algo simplificada.
4. *Muqt.*, p. 96.4-6: *su:r qas.abati-him [...], *amal ami:ri-him al-awwal...* — Sobre a fundação de Badajoz, ver Torres Balbás 1973, p. 416-7, e agora Picard 1991.
5. *CAN*, p. 46.14-15: *kallamu: ami:ra-hum [...] fi:-ma: dhahabu: ilay-hi min tah.s.i:n balada-hum*. Cf. *Muqt.*, p. 96.7-8; tr. p. 83.24-26. Corrigiu-se o verbo inicial conforme este último texto. Não tem sentido a lição *ka:tabu:* («trocaram correspondência com...»).
6. *Muqt.*, p. 94.3: *ka:na mutat.ammir²⁰, du:na sit:ara wa-la: shurfa:t l sharafa:t bi-ʿla:-hu*. *CAN* (p. 44.1) tem *sha:urra:fa:t* para «ameias» e falta ali a última expressão.
7. Valdés 1985, p. 166. Leia-se, claro: no espaço em apreço, o do Sudoeste Peninsular. Pois, para o conjunto do Andaluz, são várias as fortificações levantadas de raiz ou reconstruídas e melhora-

das antes de 875-886 (Torres Balbás 1973, p. 339-419 passim), para além das de Madrid que Valdés cita (p. 166).

8. Valdés 1985, p. 167, n. 12. A citação em causa é tirada do conhecido estudo sobre a Alcáza de Mérida, publicado no vol. II da monumental obra de K.A.C. Creswell, *Early Islamic Architecture* (Oxford, 1940), p. 197-205. Não temos presentemente a obra ao nosso dispor, para verificarmos esta e outras citações feitas por Valdés.

REFERÊNCIAS

Akhba:r majmu:ʿa.../Ajbar Machmuʿa (Colección de tradiciones): Crónica anónima del siglo XI. Ed., trad. y notas de E. Lafuente y Alcántara. Madrid: Real Academia de Historia, 1967 (Col. de Obras Árabicas de Historia y Geografía). [Uso a ed. facs. da col. «El Bibliófilo», Madrid: G. Blázquez & Ed. Atlas, 1984].

CAN = *Una crónica anónima de ʿAbd al-Rahman III al-Nasir*. Ed. y trad. por E. Lévi-Provençal & E. García Gómez. Madrid & Granada: Escuela de Estudios Árabes, 1950.

Muqt. = Abu Marwan Ibn Hayyan al-Qurtubi — *Al-Muqtabas min anba' ahl al-Andalus*, vol. v. Ed. P. Chalmers et al. Madrid: I.H.A.C., 1979. Trad. M^{re}. J. Viguera y F. Corriente. Saragoça: Anubar & I.H.A.C., 1981.

PICARD, Christophe (1991) — «La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman Ibn Yunus al-Jilliqi (fin IXe s.)». *Revue des Études Islamiques*, 49 (1981, publ. 1991), p. 215-29. Paris.

SIDARUS, Adel (1985) — «A nova fundação de Évora no princípio do século X». [Actas do I Congresso sobre o Alentejo, vol. I, p. 191-7. Beja: Associação dos Municípios do Distrito.

TORRES BALBÁS, Leopoldo (1973) — «Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba». In: Ramón Menéndez Pidal (dir.). *Historia de España*, tomo v, p. 331-788. 3^a ed. Madrid: Espasa-Calpe.

VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando (1985) — «Las almenas en la fortificaciones andalusies del SO. Peninsular anteriores al siglo X». *I Simposio sobre castillos de la raya entre Portugal y España*, p. 165-8. Madrid: Asoc. Española de Amigos de los Castillos.

INSCRIÇÕES ÁRABES DE NOUDAR

ARTUR GOULART DE MELO BORGES

Situado nas margens do Ardila, a poucos quilómetros de Barrancos, em zona hoje fronteiriça, Noudar é um pequeno povoado fortificado, totalmente desabitado a partir dos inícios do século XIX. Sabe-se que D. Dinis lhe deu foral em 1295 e que oito anos depois foi doado à ordem de Avis. Da sua história anterior pouco ou nada se conhece, é todavia possível atestar a sua efectiva ocupação muçulmana através de duas lápides funerárias recentemente descobertas durante trabalhos de recuperação de antigas habitações.

Ambas as lápides são em xisto da região, tal como vulgarmente acontece nas zonas rurais de todo o Baixo Alentejo, apresentando características formais pouco cuidadas devido à fragilidade do suporte e conseqüente dificuldade de gravação.

1. INSCRIÇÃO FUNERÁRIA DE KHALAF IBN QÂSIM – 473 H/1080 JC (fig. 1)

Placa rectangular, fendida ao meio no sentido vertical, com os bordos partidos e as dimensões de 690 mm de altura, 370 mm de largura e 50 mm de espessura, encontrada em 1991 como material reutilizado na construção.

O campo epigráfico ocupa os dois terços superiores, preenchido com seis linhas irregulares em cúfico simples inciso. (fig. 2)

É de notar, como característica epigráfica, no final da quinta linha, o emprego do tâ' final em vez do tâ' marbuta, o que se trata de um evidente erro do lapicida.



Fig. 1

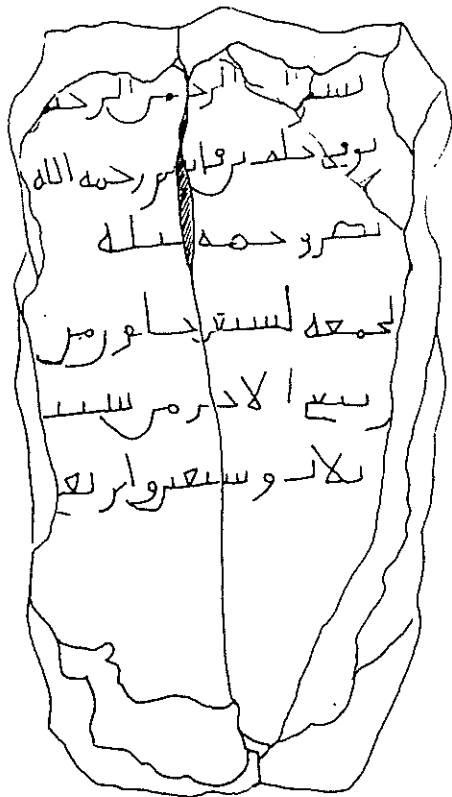


Fig. 2

O epitáfio segue o esquema mais simples das inscrições funerárias da Península Ibérica e igualmente o mais vulgar, sobretudo em todo o meio rural: *basmala*, o nome do defunto introduzido por *tuwuffiya*, uma expressão depreciativa e a data do falecimento.

A data da Hégira corresponde no calendário cristão à noite de 24 para 25 de Setembro de 1080. Estava-se na época das primeiras Taifas, em que, com a desagregação do califado, al-Andalus se dividiu em pequenos reinos independentes. Noudar pertenceria então ao reino de Sevilha sob o poder de Al-Mu'tamid que procurava restabelecer o antigo esplendor do califado.

[و]يه يا نعمة يا [ملا] [مسب - 1]
 ملا ممى مسلة نب نفة رفة - 2
 قليا مهبه مخنه - 3
 نه ن هلة وبسا قعمجا - 4
 تنس نه نغا ويب - 5
 [قلم]عب أم نيعبس و ثكث - 6

Tradução: *Basmala*; Morreu Khalaf b. Qâsim — que Deus tenha compaixão dele e faça brilhar o seu rosto — na vigília de sexta-feira sete dias passados de Rabî' II do ano de quatro[centos] e setenta e três.

2. FRAGMENTO DE INSCRIÇÃO DE IBN MÛSÂ — séc. V/XI (fig. 3)

Descoberto em 1984, é apenas um fragmento da parte superior de uma lápide, com as dimensões de 250 mm de altura por 215 mm de largura, e em estado precário.

O campo epigráfico apresenta apenas parte das quatro primeiras linhas em cúfico simples inciso num estilo muito semelhante ao da lápide anterior (fig. 4).

As falhas do xisto na 3ª e 4ª linhas não permitem a continuação da leitura. De resto, as semelhanças do tipo de escrita com a anterior, fazem supor que se trata duma inscrição funerária sensivelmente do mesmo período, ou seja, do final do século V H, correspondente ao início do século XI JC.

Embora vulgares e sem qualquer tipo de referência a factos históricos ou personagens importantes, estas duas lápides, dentro dum contexto de achados mais ou menos recentes, vão permitindo pouco a pouco localizar a existência efectiva de comunidades muçulmanas, com alguns dados que se podem vir a tornar relevantes num estudo específico do seu tipo de vida e suas origens.

[م]مه ركة ملا ركة هيه [يا... - 1]
 [....] كلا نب لسه نب [....] - 2
 3- ...
 4- ...

Tradução: *Basmala*, *taşliya*. [...] Ibn Mûsâ Ibn [...]



Nota: Um agradecimento é devido ao Dr. Cláudio Torres que dirigiu os trabalhos em Noudar e disponibilizou as lápides para estudo, e a Abdallah Khawli, do Campo Arqueológico de Mértola, pelas informações e decalque da primeira das inscrições.

UM MOLDE ISLÂMICO ENCONTRADO EM PIAS (SERPA)

ANTÓNIO M. MONGE SOARES

O Museu Arqueológico de Serpa possui nas suas colecções um molde islâmico (Figs. 1 e 2) encontrado em 1981 na freguesia de Pias, concelho de Serpa. Trata-se de uma placa paralelepípedica de ardósia de cor negra com as seguintes dimensões em milímetros: 81 x 42 x 10. Em dois cantos opostos da placa existem orifícios circulares, um em cada canto, com um diâmetro de cerca de 5 mm. Um destes orifícios ainda se encontra preenchido por um cilindro de chumbo, o qual sobressai alguns milímetros da



Fig. 1 – Face com molde de inscrição

superfície da placa. Todas as faces foram bem polidas, embora apresentem actualmente algumas fracturas e vestígios de percussões realizadas posteriormente à feitura do artefacto.

Uma das faces maiores (Fig. 1) apresenta esculpido um rectângulo, contendo uma inscrição em seis linhas, em cúfico. O rectângulo é encimado, externamente, por três triângulos e na base, entre esta e a última linha da inscrição, estão desenhados mais oito pequenos triângulos. Os sulcos correspondentes ao rectângulo e aos triângulos que o encimam são decorados por finas incisões paralelas. Da base da gravura parte um outro sulco mais profundo que se alarga junto à extremidade da placa. Na outra face maior (Fig. 2) encontram-se esculpidas quatro circunferências incompletas, ou melhor, quatro crescentes de dimensões ligeiramente diferentes e com um ponto central. Tal como no caso da gravura da outra face, do bordo da placa partem, agrupados dois a dois, sulcos mais profundos e mais largos até cada um dos crescentes.

Alguns atributos do artefacto, como sejam a maneira como se encontra gravada a matriz epi-

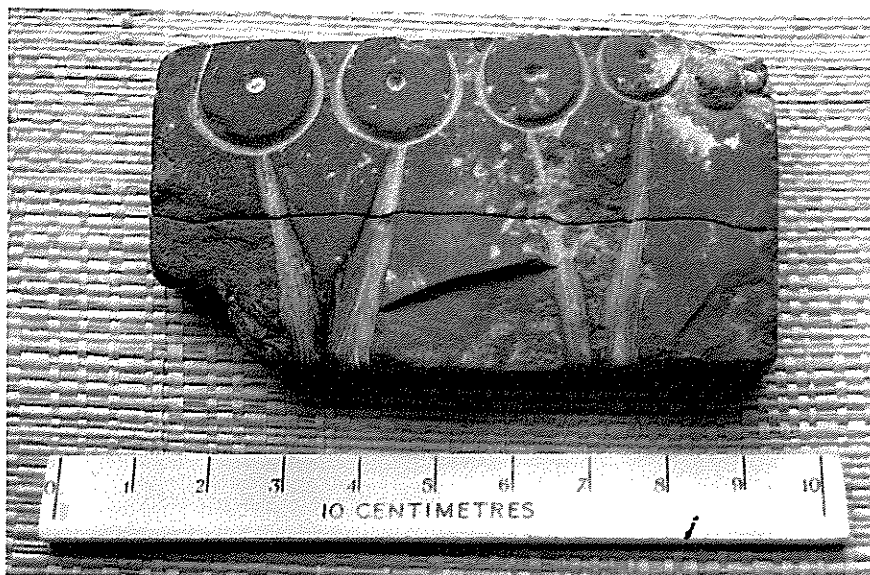


Fig. 2 – Face com molde de crescentes de dimensões diversas

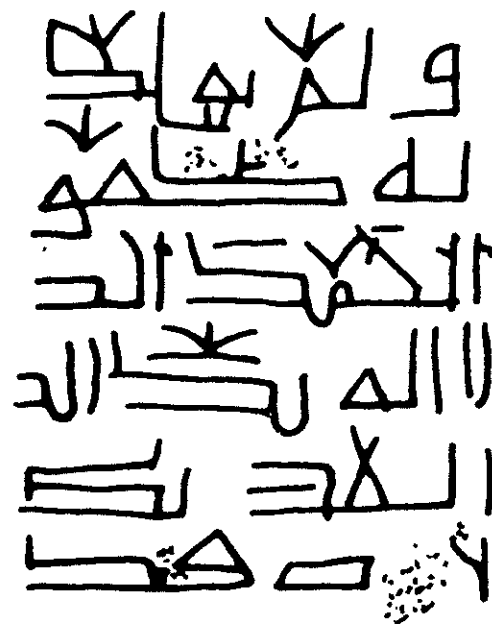


Fig. 3 – Reprodução da inscrição tal como surgiria nos objectos obtidos com o molde islâmico de Pias.

gráfica (da esquerda para a direita, como sendo a imagem num espelho da inscrição correctamente desenhada), a existência dos sulcos a estabelecer ligação entre as gravuras e o bordo da placa, os cilindros de chumbo salientes, levam a interpretar o artefacto como sendo parte de um molde composto utilizado, provavelmente, na execução de pequenos objectos metálicos. A reforçar esta interpretação, nos bordos da placa observam-se ainda vestígios da utilização dum fio que mantinha unidas as placas do molde quando se procedia ao vazamento do metal fundido.

Existem paralelos para o artefacto em estudo. No Museu Arqueológico Nacional, de Madrid, encontram-se expostas algumas placas semelhantes a esta, sendo-lhe atribuída uma cronologia tardia dentro da ocupação árabe da Península. Em Portugal, foi publicado por José Rodrigues Marinho ¹ um outro molde, proveniente de Beja e que estaria depositado no Museu desta cidade ². É também de ardósia, mas de menores dimensões e o campo da gravura esculpida «tem caracteres árabes de tipo cursivo», que o referi-

do numismata não conseguiu decifrar. Também lhe foi atribuída uma cronologia tardia e interpretado como servindo para «fazer selos de cera, para cartas ou documentos».

Quanto à inscrição (Fig. 3) existente no molde proveniente de Pias, procurou-se que especialistas procedessem à sua leitura. Segundo o Doutor Riad A. Nourallah ³, pelo menos parte da inscrição foi retirada do Corão, designadamente as linhas 1 e 2 que correspondem à Sura 112. Por outro lado, sugere que, dada a qualidade artística muito pobre da «caligrafia», a placa date já de um período pós-Islâmico na Península Ibérica. Outros especialistas consultados não conseguiram fazer uma leitura mais completa do que a referida. No entanto, já na questão da atribuição cronológica, foi por estes sugerido que o molde poderá ser datado do período almóada, provavelmente dos seus inícios.

NOTAS

1. MARINHO, J. Rodrigues, 1970 – Moedas de Cobre da Época Muçulmana Encontradas em Beja, «O Arqueólogo Português», Série III, vol. IV, pp. 286, 287 e Est. II.
2. Ignora-se o paradeiro actual deste artefacto. Por comunicação do Dr. José Carlos de Oliveira, conservador no Museu «Rainha D. Leonor», em Beja, obteve-se a informação de que o molde não se encontra naquele Museu. Por outro lado, segundo informação do Dr. Rui Parreira, existe um molde semelhante (será o mesmo?) no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, mas apesar das diligências efectuadas não foi possível encontrá-lo.
3. Agradece-se reconhecidamente ao Doutor Riad Nourallah, da Faculdade de Estudos Orientais da Universidade de Cambridge (Inglaterra), o estudo efectuado, o qual nos foi comunicado por carta de 11/08/1982.

MAIS UM QUIRATE CUNHADO EM BEJA EM NOME DE IBN QASI E ABU TALIB AL-ZUHRI (ALCARIA LONGA - BAIXO ALENTEJO)

MIGUEL TELLES ANTUNES *

ADEL SIDARUS **

Abordámos recentemente (Antunes/Sidarus 1992) as interessantes moedas emitidas em Beja pelo emir Abu Talib al-Zuhri, em 539 AH/1144 AD, invocando com destaque o conhecido *mahdi* luso-muçulmano instalado em Mértola, Ahmad Ibn Qasi (cf. Borges 1992). Aludimos, por esta ocasião, aos elementos conhecidos e apresentámos novas leitura e interpretação histórica, pelo que remetemos os interessados para aquela publicação.

Entretanto, surgiu mais um exemplar deste tipo no sítio arqueológico de Alcaria Longa, uma aldeia do Baixo Alentejo, sita a 24 Kms. SO de Mértola. Reconhecemo-lo através das fotografias publicadas, sem identificação, no relatório de escavações arqueológicas levadas a efeito entre 1988 e 1989 (Boone, 1992, fig. 11A, cf., p. 56b, 62a). O exemplar, pertença do Campo Arqueológico de Mértola que colaborou nas escavações, foi-nos confiado para estudo pelo seu Director, Dr. Cláudio Torres, a quem consignamos os melhores agradecimentos.

* Da Academia de Ciências de Lisboa. Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa.

** Departamento de História, Universidade de Évora.

DESCRIÇÃO

Moeda do tipo *qirat*, pequena moeda de prata introduzida pelos almorávidas (1056-1147). Apresenta um par de furos semelhantes, decerto para permitir a suspensão num fio, mas que não impedem a leitura. Refere-se, a este propósito, que outros objectos de adorno se encontraram no mesmo achado, entre os quais uma pseudo-moeda de chumbo, igualmente perfurada (Boone 1992, p. 62a). O estilo da escrita é contudo diferente, ostentando dizeres de decifração difícil: tudo indica tratar-se de meras repetições de palavras ou formulas graficamente mal interpretadas.

Quase sem a abrasão normalmente causada pela circulação, o numisma de prata apresenta-se, globalmente, em bom estado de conserva-

ção. As suas características principais são as seguintes.

- Módulo:** mínimo, 12.7 mm; máximo, 14.1 mm.
Espessura: mínimo, 0.6 mm; máximo, 1.0 mm.
Peso: 0.7957 g.
Liga¹: Ar-73.31%; Cu-26.29%; vestígios de Si, O.
Escrita: cúfico evolucionado, elegante e cuidado.

Anverso

الله ربنا
 ومحمد نبينا
 والمهدي امامنا
 باجدة

Deus é nosso senhor
 e Muhammad é nosso profeta
 e o Mahdi é nosso imã
 Beja

Reverso

الامام
 القايم بامر الله
 احمد بن قسي والامير
 ابو طالب الذهري

O Imã
 al-Qa'im bi-amr Allah
 Ahmad Ibn Qasi e o Emir
 Abu Talib al-Zuhri



Fig. 1a – Quirate de Abu Talib Al-Zuhri de Beja / Alcaria Longa (anverso)



Fig. 1b – Quirate de Abu Talib Al-Zuhri de Beja / Alcaria Longa (reverso)

Ornamentação (fig. 1a-1b): Em ambas as faces, a periferia comporta um círculo de grânulos. Há alguns outros ornatos, repartidos do seguinte modo:

Anverso: quatro pequenos círculos, dispostos em quadrado, ladeando a 1ª e a 4ª linhas; crescente à esquerda, entre a 1ª e a 2ª linhas, por cima da palavra «profeta».

Reverso: pequeno círculo mediano acima da 1ª linha; um par de pontos ladeando a 1ª linha; crescente mediano abaixo da 4ª linha.

COMPARAÇÕES

As comparações possíveis com o quirate de Alcaria Longa (AL) restringem-se aos dois exemplares previamente conhecidos: o da Lapa de Fumo (LF), pertencente ao Museu Municipal de Sesimbra, e o encontrado algures de Beja (SB), da colecção particular de M. Telles Antunes.

Em todos, o texto das legendas é o mesmo. Apenas a disposição nos reversos diverge: 5 linhas em LF e apenas 4 em SB e AL. Para além de divergências a nível gráfico e ornamental, uma observação minuciosa à lupa binocular evidencia outras pequenas diferenças entre todos os anversos e reversos.

Quanto à composição da liga, temos comparativamente:

	Ar	Cu	%
LF	95.54	4.46	
SB	97.06	2.94	
AL	73.71	26.69	

É evidente que os espécimes LF e SB têm composição muito semelhante, com diferenças pouco significativas. As ligas empregues têm teores muito elevados, mesmo

1. Composição ponderal: análise por dispersão de raios X com microsonda TRACOR instalada no microscópio electrónico de varrimento JEOL 300A, do Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa, efectuada pelo Prof. Dr. J. Pais, a quem agradecemos.

ponderando algum possível exagero por enriquecimento diferencial de prata, à superfície. Ao contrário, AL revela uma liga assaz menos rica: em números redondos, passou-se de cerca de 95 para cerca de 75% de prata, diferença que se afigura relevante.

CONCLUSÕES

1. O quirate de Alcaria Longa confirma a leitura dos demais, tirando em particular quaisquer dúvidas que pudessem substituir quanto à palavra final dos anversos: *al-Zuhri*. Encontra-se aqui, mais uma vez, na mesma linha que o resto do nome do emir de Beja, Abu Talib, e até com o desenho nítido da letra final o *ya* típico dos apelidos étnicos. Confirma-se plenamente que a palavra não tem nada a ver com toponímia, como chegou a ser afirmado em tempos.

2. Verifica-se diversidade de cunhagens: para três moedas, seis cunhos diferentes. Houve, portanto, pelo menos três emissões com cunhos cuidadosamente lavrados por artista(s) competente(s).

3. Considerando a inexistência de diferenças métricas notórias entre os vários exemplares, mas outrossim o forte empobrecimento da liga, é de crer que o quirate AL represente a mais tardia das emissões conhecidas.

4. A tripla cunhagem numa mesma moeda leva-nos a pensar num lapso de tempo de emissões mais dilatado que aquele apontado no estudo sobre LF e SB. Contrariamente ao que as fontes afirmam, a substituição de Sidray Ibn Wazir, no governo de Beja, por Abu Talib al-Zuhri, deve ter-se afinal prolongado algum tempo além da data da sua libertação do cárcere de Mértola (Jumada I 539/Nov^a 1144).

5. Uma outra conclusão não menos importante diz respeito à cronologia de ocupação do sítio arqueológico de Alcaria Longa, mais precisamente do cume da colina meridional onde assentaria uma possível fortificação (Broone, 1992, p. 63a). A identificação inequívoca do numisma fornece-nos um elemento seguro de datação: início das «*taifas almorávidas*», i.e. meados do século XII. Esta precisão cronológica poderá levar incidentalmente a corrigir, precisar ou reforçar algumas das afirmações avançadas no relatório provisório de escavações.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, M. Telles & SIDARUS, A. (1992) — «Moedas árabes de Beja invocando Ibn Qasi: Nova leitura e interpretação histórica». *Nummus*, 2^a Série, XIV, Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática (no prelo).

BOONE, J. L. (1992) — «The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: A caliphal taifal period rural settlement in the lower Alentejo of Portugal». *Arqueologia Medieval*, I, p. 51-54. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola; Porto: Edições Afrontamento.

BORGES, A. Goulart de Melo (1992) — Ibn Qasi, rei de Mértola e mahdi luso-muçulmano». *Ibidem*, p. 209-215

ABSTRACT

In this paper is described the third hitherto known qirat issued at Beja by the Amir Abu Talib al-Zuhri, who acknowledged in this coins the religious and temporal leader Ahmad ibn Qasi, in power at Mértola and elsewhere after the downfall of the Almoravid dynasty. The specimen was found at the Alcaria Longa (AL) site. Two other ones had been found at Lapa do Fumo (LF) and somewhere South of Beja (SB):

This qirat confirmed our earlier interpretation concerning the Amir's name, Al-Zuhri, which is not related to any toponym (as was once thought).

The three known coins, whose legends are identical except for the reverse in 5 (LF) or 4 lines (SB, AL), were well engraved by skilled money-makers in an advanced Cufic style. They were struck with 3 anverse and 3 reverse dies. Hence there were at least three coinages. However size and weight do not seem to have changed meaningfully.

LF and SB qirats were made of a very high (about 95% or better) silver alloy. At the AL specimen was struck in a poorer alloy (ca. 73% Ar), it may represent a depreciated and somewhat later issue. Taking this into account, and considering also the closer similarities between the AL and the SB coins, we may tentatively suppose that the three issues followed chronologically by this order: the earliest (so far known) corresponds to the LF specimen, followed by the SB one, and still later by AL's.

It is thus possible that Abu Talib's coins may have been issued during an uncertain time span, but apparently a little longer than we (ANTUNES & SIDARUS, in print) thought, i.e., somewhat beyond Jumada I, 539 AH (November, 1144 AD); during this month, according to historical data, Abu Talib replaced as Governor of Beja the leader from Évora, Ibn Wazir, which also recognized Ahmad ibn Qasi by these times.

A TOMOGRAFIA AXIAL COMPUTADORIZADA E A CERAMOLOGIA

ANA MARIA ÁVILA DE MELO

MARIA DE FÁTIMA ABRAÇOS

JOSÉ MARIA GUERREIRO

O presente artigo constitui uma pequena parte do trabalho de estudo de materiais — lucernas do Cerro da Vila — realizado pelas autoras enquanto bolsieras da Fundação Calouste Gulbenkian em 1989. Tal estudo só foi possível graças à cedência das peças pelo Dr. José Luís de Matos, responsável pela Estação Arqueológica do Cerro da Vila.

A estação do Cerro da Vila situa-se no litoral algarvio, em terrenos pertencentes à Lusotur, a 2 Km a Oeste de Quarteira. Contactado por esta empresa turística, o Dr. José Luís de Matos tem sido desde há mais de uma década seu director técnico e científico.

Esta estação situada apenas a 10 metros acima do nível médio das águas do mar apresenta duas características significativas: é uma villa (complexo agrícola), mas também uma zona industrial, com a sua fábrica de salga de peixe, fruto da proximidade do mar.

Ocupada no período romano desde o século I d.C., aquela que hoje constitui a estação arqueológica do Cerro da Vila, nunca deixou de estar activa até à época árabe. A abundância de material cerâmico encontrado ao longo de muitas campanhas de escavações é bem disso prova, testemunhando tanto a actividade agrícola, como a industrial (especialmente a partir do séc. IV d. C.) das populações que a habitavam. De todo o material cerâmico encontrado ao longo de várias campanhas de escavações, o espólio de lucernas e de fragmentos de lucernas é um dos mais importantes, quer

pelo número (577 até à campanha de 1988), quer pela diversidade de tipologias. O seu estudo era imprescindível ao conhecimento da evolução do Cerro da Vila ao longo dos diferentes períodos de ocupação.

As 577 lucernas foram inventariadas, medidas as respectivas pastas, elementos decorativos e marcas exaustivamente estudadas de tal modo que nos fosse possível determinar num conjunto tão heterogéneo, núcleos significativos, que nos permitissem estabelecer um espectro cronológico tão rigoroso quanto possível.

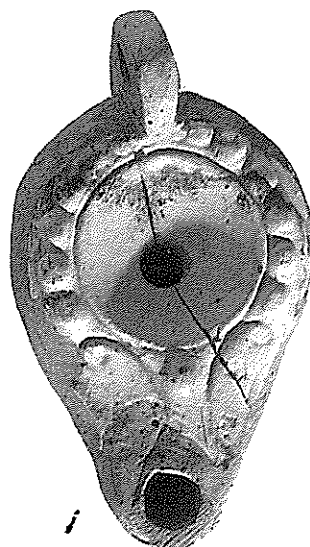
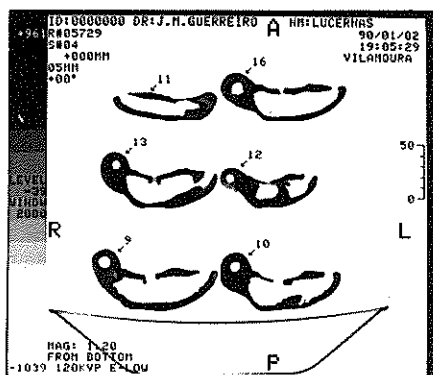
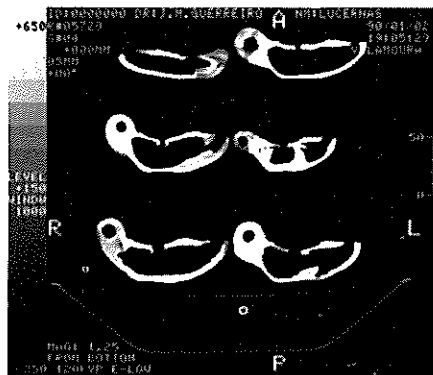
A publicação posterior duma monografia deste estudo determinou a informatização de todos os dados, a elaboração de um ficheiro fotográfico das peças mais significativas de cada núcleo.

Punha-se então o problema técnico do desenho, não só das peças inteiras, como daquelas que já tinham sido anteriormente restauradas.

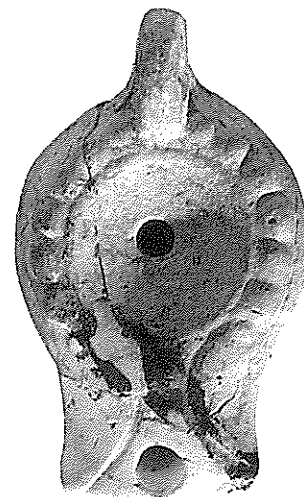
Nenhuma das soluções técnicas tradicionais

satisfaziam a necessidade de rigor científico inerente a um estudo desta natureza. Primeiramente optou-se pela hipótese da radiografia como meio técnico auxiliar do desenho e restauro das peças. Contactámos o Dr. José Maria Guerreiro, que, desde logo, mostrou toda a disponibilidade e interesse em colaborar connosco. As primeiras sessões de trabalho mostraram que a radiografia é um meio técnico insuficiente para quem pretenda analisar densidade de pastas e determinar, com rigor, perfis de lucernas inteiras. Perante estes problemas, o Dr. José Maria Guerreiro sugeriu que em vez dos meios radiológicos tradicionais utilizássemos a TAC na análise pretendida.

Os exemplos que apresentamos patenteiam algumas das muitas possibilidades que a TAC proporciona no vasto âmbito do estudo de materiais arqueológicos.



Lucerna nº 9



Lucerna nº 13



Perfil da lucerna nº 9



Perfil da lucerna nº 13

A TAC é economicamente viável, porque como se pode observar na figura, cada «take» poderá analisar seis ou mais lucernas.

A TAC é uma técnica de diagnóstico médico relativamente recente, com cerca de 20 anos. O primeiro aparelho foi apresentado em Inglaterra pela firma EMI em 1972 e os seus inventores (Hounsfield e Cormack) alguns anos mais tarde foram, por isso, galardoados com o prémio Nobel da Medicina.

Este invento tornou-se possível graças ao grande desenvolvimento dos computadores e dos Raios X, associados a formulações matemáticas complexas e revolucionou o diagnóstico médico pela imagem, inicialmente no domínio do crânio.

O corpo humano pode ser visualizado em cortes (scans) axiais contíguos, com espessuras de 1 a 10 mm, onde todas as estruturas anatómicas estão representadas com densidades proporcionais ao seu coeficiente de atenuação aos Raios X. Do protótipo de Hounsfield aos aparelhos actuais foi percorrido um longo caminho conduzindo a significativos aperfeiçoamentos técnicos com melhoria dos tempos de aquisição/corte (5 minutos para 2 segundos) e da qualidade da imagem

A TAC é uma rotina do diagnóstico médico. Hoje existem mais de cinco milhares em todo o mundo e cerca de três dezenas em Portugal.

Múmias do Egípto foram estudadas por TAC, na tentativa de analisar a estrutura e conservação interior sem destruir absolutamente nada o invólucro.

A aplicação da TAC ao estudo das lucernas permite a medida rigorosa da espessura da parede sem necessitar da sua destruição e analisa a densidade dos materiais utilizados no seu fabrico, com fácil diagnóstico dos seus restauros.

BIBLIOGRAFIA

BROOKS R.A., Di Chiro R.A., *Theory of image reconstruction in computed Tomography*, Radiology, 117: 561, 1975.

CORMACK A.M., *Representation of a function by its line integrals with some radiological applications*, J. Appl Physiol 34: 2722, 1963; 32: 2908, 1964.

HERMAN, G.T., *Image reconstruction from projections: The fundamentals of Computerized Tomography*, New York, Academic Press 1980.

ALARCÃO, A.M. e Ponte, S., *Les Lampes, Céramiques Diverses et Verres*, Fouilles de Conimbriga, VI, Boccard, Paris, 1976.

ALMEIDA, C.A.F., *Introdução ao estudo das lucernas em Portugal*, o Arqueólogo Português, nº 1, II série, 1952.

AMARÉ TAFALLA, M.T., *Lucernas Romanas: generalidades e Bibliografia*, (Monografias Arqueológicas, 26), 1985.

BELCHIOR, M-L., *Lucernas Romanas de Conimbriga*, Coimbra 1969.

BONNET, J., *Lampes Céramiques signées*, DAF- Documents d'Archéologie Française nº 13, Paris 1988.

i

A CABEÇA – RELICÁRIO DE CASÉVEL

CLÁUDIO TORRES

JOAQUIM BOIÇA

0. Na cristandade medieval, cada vez mais ruralizada e afastada dos antigos centros urbanos mediterrânicos, germina e desenvolve-se um crescente culto aos mortos, aos santos mártires e, naturalmente, às suas relíquias, como imanações tangíveis dos poderes sobrenaturais.

Para o seu possuidor, indivíduo ou colectividade, uma santa relíquia significava não apenas o acesso a um poder vital, como, quase sempre, um instrumento e uma garantia da sua própria identidade. Além destas capacidades de mediação com o divino, as relíquias eram muitas vezes coniventes em actos milagreiros, sendo-lhes atribuídos talentos na concessão de graças e benfeitorias aos seus devotos. Daí que os corpos santos ou as suas supostas partes e despojos fossem avidamente disputadas, transformando-se em objectos de grande valor, cuja transacção e manipulação escapava frequentemente ao controlo da igreja oficial. A sua proliferação fez com que os rituais de culto a determinados santos e o tipo de intercessão que protagonizavam junto dos crentes, adquirissem matizes próprios consoante os locais ou regiões. Em simultâneo, e na pegada deste impulso religioso, assistiu-se desde a Alta Idade Média à difusão de objectos de refinado tratamento artístico, os relicários, vulgarmente lavrados em ouro ou em prata, sob a forma das tradicionais bocetas e caixas-cofres ou, por vezes, assumindo mesmo apuradas representações antropomorfas. Nestes casos, e não poucas vezes, os relicários acabaram por ganhar um valor suplementar, transformando-se, eles próprios, em objecto de um novo culto.

O Portugal medievo comungou, na escala devida, destas realidades, embora, desafortunadamente, seja escasso o número e variedade de relicários que se conservam.

Numa visita empreendida por uma equipa do Campo Arqueológico de Mértola à pequena aldeia alentejana de Casével com o propósito de reunir e inventariar a documentação histórica depositada na Junta de Freguesia ¹, ocorreu uma insólita e extraordinária descoberta. Entre alguns livros de vereações da antiga câmara municipal de Casével e várias alfaias litúrgicas em prata e prata dourada, como cálices, patenas e duas custódias (uma das quais do século XVI), surgiu uma cabeça de prata de tamanho natural, contendo no seu interior o que depois viria a constatar-se ser um crânio humano (**Figura 1**).

A presença deste tesouro na junta de freguesia foi justificada, na altura, pelo facto de a igreja matriz — natural proprietária — ao ser completamente remodelada nos anos 40, ter ficado impossibilitada de guardar devidamente as suas riquezas que, desde então, teriam sido entregues à responsabilidade das autoridades civis. Depois de um sumário inquérito à população da aldeia constatámos, todavia, que ninguém se recorda-

va de ter visto a cabeça, embora não estivesse perdida a memória da sua existência e das suas funções. Perante este facto e apesar de faltarem dados que taxativamente o permitam afirmar, pensamos que a transferência deste conjunto de artefactos religiosos não deve estar ligada à citada campanha de obras de há meio século, devendo muito provavelmente datar dos tempos conturbados da primeira República ².

A cabeça, em tamanho natural, é um trabalho em repuxado sobre chapa de prata de elevado teor argentífero. Através de um largo orifício zenital onde se encontra rebitada uma cruz pátea é perceptível uma calote craniana, à qual foi possível aceder separando as duas partes do invólucro metálico firmadas entre si por pequenos parafusos de cabeça lavrada (Figura 2). O pescoço plinto é interiormente preenchido por um toro de azinho que serve de contrapeso e de suporte a uma pequena chapa de cobre com banho de prata onde assentam os restos ósseos, constituídos por uma calote craniana e quatro esquirolas ³. Envolvidos num farrapo de seda e apertados por um fio de prata, estes fragmentos de osso guardavam-se no interior da calote, que por sua vez era firmada à chapa de suporte por uma fita de seda cor-de-rosa ⁴. A metade posterior da cabeça é constituída por uma só chapa alongada a martelo e fixada ao plinto por solda e rebites. A face tem várias componentes, soldadas entre si e todas em repuxado, menos a boca e o nariz que foram fundidos numa só peça.

Além da abertura praticada no alto da cabeça e do seu adorno cruciforme, notam-se, comunicando com o interior, seis pequenas perfurações entre os lábios, duas a servir de narinas e duas nas orelhas, encontrando-se estas representadas por dois motivos quadrifóleos (Figura 3).

Em todos os pormenores do relevo exterior e nomeadamente no reverso da chapa, sobressai o primoroso trabalho de martelagem e cinzelado do prateiro-ourives.

As circunstâncias em que ocorreu o achado,



Figura 1

o seu aparente arcaísmo e a sua originalidade como objecto artístico e devotivo, despertaram, de imediato, a curiosidade e o interesse em promover o seu estudo. Algumas questões, desde logo, se colocaram: como explicar a presença de um relicário de tal natureza em Casével, pequeno povoado que guarda apenas na sua lembrança histórica ter sido sede de comenda santiaguista e de um concelho há muito extinto? A que santo foi consagrada? Que funções desempenhou e que devoções e rituais suscitou? A quem pertenceu, que mãos a celebraram e marcaram o seu destino? A res-

posta a esta e outras questões exigiu uma investigação interdisciplinar, relativamente longa. No seu percurso penetrámos num emaranhado devotivo de insuspeitada importância, cristalizado em torno de dois santos mártires, S. Romão e S. Fabião; num complexo geo-histórico assente em duas povoações vizinhas, Panóias e Casével; na história de uma figura feminina quase ignorada nos anais da nossa historiografia medieval, D. Vataça Lascaris, princesa grega e, finalmente, no mundo mágico da feitiçaria e dos «saudadores».

1. Apesar de há muito ter perdido a sua função, a cabeça-relicário permanecia viva na memória colectiva local, sendo identificada com S. Fabião, papa e mártir. Na opinião de alguns moradores mais idosos, o seu poder e virtudes procediam da sua faculdade de sarar as maleitas do gado. Estas informações foram o ponto de partida para a investigação que iniciamos e que agora divulgamos ⁵.

Na monumental obra do padre Jorge Cardoso, O Agiologio Luýtano, dada à estampa no ano de 1652 ⁶, inscreve-se uma alargada notícia dedicada a S. Fabião e ao seu culto. De acordo com as palavras deste autor: «no tempo dos quatro Emperadores Guardiano, & das dos Felippes pai, a filho, a Decio (...) governou a Igreja de Christo S. Fabião, o XXI. dos Summos Pontífices, (o) qual padeceu a 20 de Janeiro do ano de 251». O seu corpo foi sepultado «em Roma, no cemiterio de Calixto (e) depois trasladado a diversas partes», conservando-se a sua «sancta cabeça na Igreja parochial de S. João Baptista da villa de Caseuel, Arcebispado d'Evora, onde com grande solemnidade (em hum dos Domingos de Agosto, qual os mordomos escolhem) se lhe faz festa. Tambem se mostra nas primeiras octauas das tres Pascoas com notavel concurso de gente» ⁷.

Segundo a tradição, que Jorge Cardoso recolheu e reproduziu, as relíquias de S. Fabião teriam sido trazidas a «este Reino» por uma devota matrona, de seu nome Vataça, «neta de hum Emperador de Grecia», depositando-as «na Igreja de S. Romão de Pannoiias no Alentejo, onde erão veneradas dos fieis daquella comarca, & sua Sancta cabeça engastada em prata resplandece (ainda hoje) com milagres na vila de Caseuel, particularmente em sarar gados doentes, & mordeduras de cães dannados, para os quaes se inuova sua intercessão» ⁸.

A par das relíquias do Sumo Pontífice e mártir Fabião, a princesa Vataça teria ainda trazido, entre outras, as relíquias do também mártir S. Romão, depositando as da sua «Sancta cabeça (...), na matriz de Pannoiias», que operavam, «pela soberana virtude que o ceo lhe communicou», contínuos milagres aos que eram mordidos por «cães dannados». Quanto às relíquias dos sagrados corpos de S. Fabião e S. Romão, D. Vataça mandara-as depositar «debaxo do altar» de uma pequena ermida dedicada a este último santo, junto à vila de Panóias, relíquias que tinham a «Summa veneração» dos fiéis e eram visitadas por muitos peregrinos, «aos quaes o Senhor por Sua intercessão restitue a saude perdida» ⁹.

As informações prestadas por Jorge Cardoso reproduzem a tradição existente, como por diversas vezes o afirma ¹⁰. A pertinência e importância das mesmas têm a ver, sobretudo, com a figura de D. Vataça e o papel que teria desempenhado na intro-

dução das relíquias e relicários nos dois povoados vizinhos de Panóias e Casével. Um conjunto de documentos, uns inéditos e outros publicados, assim como estudos de diversos autores, permitem ajuizar da fidelidade da tradição veiculada por Jorge Cardoso, assim como enquadrar historicamente e datar com aproximação os acontecimentos relatados.

2. Em primeiro lugar, quem foi essa poderosa senhora D. Vataça e que caminhos calcorreu num reino que não era o seu? Os nossos

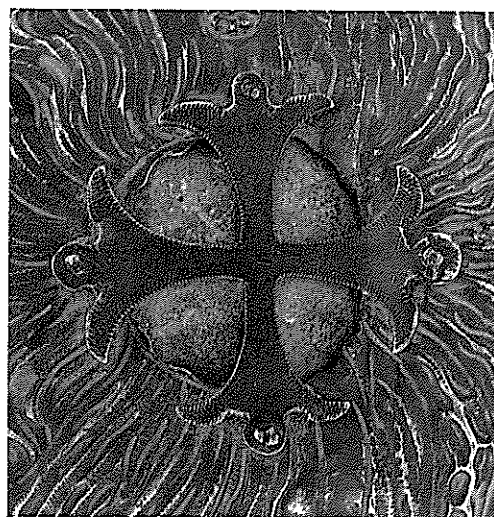


Figura 2

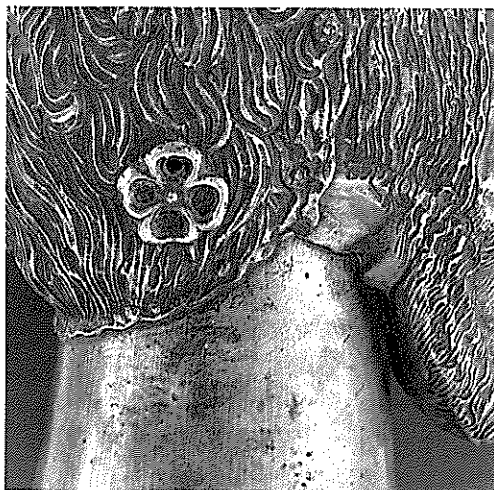


Figura 3

livros de linhagens ignoram-na pura e simplesmente ¹¹ Já o cronista-mor do reino, António Brandão, na «*Monarquia Lusitana*», reconhecera esta circunstância: «*Esteue escurecida sua memória, até que a diligencia de Ieronymo Zurita, e Andre de Resende deu della luz bastante*» ¹². Da biografia que desde então se foi progressivamente tecendo ¹³, retenhamos os dados mais importantes.

D. Vataça era filha de Eudoxia Lascaris e Guilherme Pedro de Vintemiglia, descendendo directamente, na linha matrilinear, dos 'muito nobres e poderosos' imperadores de Niceia e daí o título que ostentava de princesa. Na sua identificação sempre exibiu, aliás, na vida e na morte, as «*insígnias imperiais bizantinas*» ¹⁴, nunca referenciando ou guardando memória do conde de Vintemiglia, seu pai. Por morte deste ou separação conjugal, Eudoxia Lascaris, na companhia de seus filhos, ainda menores, rumou ao reino de Aragão, desfrutando aí dos favores e protecção do rei D. Pedro III. Este, por seu turno, bem a exemplo das intrincadas redes matrimoniais medievais, encontrava-se casado com Constança, filha de Constança de Hohenstaufen, imperatriz de Niceia, laços familiares que explicam a presença desta na corte de Aragão e, por certo, de Eudoxia e de Vataça. A tríade de princesas gregas testemunhará o casamento real de D. Isabel de Aragão e D. Dinis de Portugal, realizado em Barcelona, no dia 11 de Fevereiro de 1282, fazendo-se a nova rainha acompanhar, para o reino que a partir de então passou a ser o seu, de D. Vataça, sua prima em sétimo grau, sua dama e fiel amiga. Na corte portuguesa Vataça comungará dos lazeres e prazeres da alta nobreza, vindo a desposar, em 1285, um dos seus mais ilustres representantes, Martim Anes de Soverosa. Do consórcio, para o qual terão pesado motivações mais fortes que os amores, não houve frutos. Como rezam as crónicas, a diferença de idades e a impotência do marido terão sido decisivas ¹⁵.

Cumpriu Vataça dez anos de matrimónio, enviuvando no Verão de 1295 e, na sua nova condição, por vontade testamentada de seu marido, tomou posse de alargados bens patrimoniais na Estremadura e Além-Douro. Herdeira da honra dos Soverosa e sem descendentes teve que enfrentar a reacção dos deserdados, defraudados nas suas expectativas e ávidos de fazer valer os pergaminhos da masculinidade.

Sem laços familiares que a retivessem e dada a confiança que merecia junto de D. Isabel e D. Dinis, D. Vataça, no ano de 1297, acompanhará a princesa D. Constança na sua ida para Castela, como camareira-mor, testemunhando o seu casamento com o rei D. Fernando IV. A partir de então, a sua vida repartir-se-á entre os reinos de Portugal, Castela e Aragão, desempenhando importante papel político e diplomático ¹⁶. Será pelos seus inestimáveis serviços, a que se juntaram os que prestou enquanto mãe adoptiva do príncipe Afonso, que D. Fernando IV e D. Constança lhe virão a conceder, sobretudo entre 1310 e 1311, diversos privilégios e invejáveis domínios ¹⁷. Entretanto, D. Vataça engrandece o seu invejável património através de aquisições diversas, merecendo destaque a compra que formalizou, no ano de 1312, da vila de Huelva, com seu castelo.

No reino de Portugal será na região alentejana, até então marginal aos seus negócios fundiários, que concentrará as suas atenções. Em 1310, sem motivos que aparentemente o justifiquem, escamba com a ordem de Santiago o importante senhorio de Villalar, em Castela, pela comenda de Santiago de Cacém ¹⁸. Esta troca, como a documentação coeva revela, era desfavorável a Vataça, razão que talvez explique a doação que lhe foi posteriormente feita, em 1314, da comenda de Panóias ¹⁹. O interesse de Vataça por estas comendas, denuncia, de certa forma, a sua intenção de voltar a fixar residência em Portugal, o que, muito provavelmente, viria a concretizar em 1317.

Foi na vila acastelada de Santiago do Cacém que se recolheu, nela mandando redigir, em 1323, o seu primeiro testamento que, no entanto, se viria a revelar prematuro. A partir de 1325 e, ao que tudo indica até ao seu falecimento, estabeleceu a sua morada em Coimbra, compartilhando com a rainha D. Isabel, já então viúva, os paços de Santa Clara. Nesta cidade, no dia 24 de Abril de 1336, a já então envelhecida princesa Vataça encontra a morte, três dias após ter sido lavrado o seu segundo testamento, no qual detalhadamente dispôs as suas últimas vontades. Na repartição e aplicação do seu património, móvel e imóvel ²⁰, tornou principal beneficiária da sua riqueza a Sé de Coimbra, onde se fez sepultar num túmulo lavrado pelo Mestre Pero das Emanhas ²¹.

3. Desta vida agitada e quase aventureira de Vataça, importa reter, para o presente estudo, duas circunstâncias: a de ter obtido as comendas de Santiago do Cacém e Panóias, respectivamente em 1310 e 1314, e a de ter residido alguns anos, provavelmente entre 1317 e 1325, na vila do litoral alentejano. Apesar de ter sido curta a sua estadia em Santiago do Cacém, pouco mais de meia dúzia de anos, foi suficiente, no entanto, para marcar a história e o imaginário locais e regionais. No caso que nos importa focar, Panóias, vila que dista daquela algumas dezenas de quilómetros, é significativo que quase dois séculos volvidos sobre a morte de D. Vataça a sua memória fosse ainda recordada pelos seus habitantes. Esta notícia é-nos facultada por um pro-

cesso de visitação santiaguista, de 1511, conduzido por D. Jorge, filho de D. João II e à altura mestre da Ordem, no qual, depois de se referir a antiguidade da ermida de S. Romão e de se declarar desconhecer quem terá sido o «*edyficador dela*», se acrescenta, por informação posteriormente obtida junto de «*homeens antigos*», que a mesma fora edificada, «*assim como os paços veelhos... per huma Dona Betaça que era huma senhora naturall da Grecia*»²². A recordação da figura de Vataça, mantida viva durante várias gerações, indicia o quanto terá representado a sua intervenção na vida local (apesar de não ter eleito Panóias como lugar para sua residência e de ter sido breve a sua passagem por terras do Alentejo), certamente engrandecida pela auréola e mesmo exotismo conferido pelo título de princesa oriental mas, também, sustentada pelo papel de mecenas (instituidora dos paços velhos da vila e da ermida) e de ofertante das sagradas relíquias dos mártires Romão e Fabião.

Quanto a estas, a documentação quinhentista que se conservou sobre a comenda de Panóias²³ refere-se-lhes em termos que validam e simultaneamente aclaram os apontamentos de Jorge Cardoso, anteriormente citados. Seguindo de perto o enunciado no processo de visitação de 1511, já referido, na capela-mor da ermida de S. Romão «*estaa hum altar de pedra e caal e dentro no dito alltar estão feitas duas arguas de tijollo omde se diz que estão os osos de Sam Romão e de Sam Fabiam e estam tapadas com sacos de caall e soomente dous buracos os quaees os quaees (sic.) ssam tapados com suas rolhas de cortiça e pollos quãees buracos se tocam as ditas reliquias que estam demtro*». Apesar do altar-mor da ermida guardar as relíquias de S. Fabião e S. Romão é este último que atrai as atenções devotivas dos fieis, que concorriam em grande número particularmente no dia da sua festa. Devido ao grande número deromeiros a ermida tinha «*toda em roda... hum alpendre fundado sobre esteyos de tijollo bem acafelados e madeirado de boa madeira e no dito alpendre aa porta primçipal estaa hum altar sem nenhuma imagem em que dizem misa dia de Sam Romão per nam caber a jemte demtro na dita jrmida*»²⁴.

As relíquias de S. Romão e S. Fabião tinham um outro importante ponto de referência na igreja matriz de Panóias, dedicada a S. Pedro mas cujo culto, de antiga tradição paleocristã, tinha sido nitidamente superado pela nova devoção. É esclarecedor, nesse sentido, o facto de, em alguma documentação quinhentista e posterior, o hagiopónimo que acompanha a referência à vila de Panóias passar a ser o de S. Romão. De resto, a fama dos milagres que as suas relíquias operavam, em particular as da sua cabeça, alcançou com rapidez as diversas povoações de Campo de Ourique e do extenso Vale do Sado. O próprio rei D. Sebastião, na sua *Jornada ao Alentejo e Algarve*, em 1573, depois de uma vitoriosa tarde consagrada «*à caça das lebres*», dirigiu-se a Panóias e, uma vez chegado, como relata o cronista, «*foi-se El-Rei oferecer à cabeça de S. Romão*»²⁵.

As relíquias encontravam-se depositadas no altar-mor da igreja matriz, como exigia a sua santidade, delas fazendo atenta referência os diferentes cavaleiros de Santiago nas suas visitações à comenda de Panóias. Cite-se, uma vez mais, a visitação de 1511: «*Achamos na dita jgreija a cabeça de Sam Romão a quall estaa em tres pedaços o casco dela s. hum grande e outro meão e outro mais piquena a qual cabeça e relyquias*

estão metidas em huua caixa de prata dourada. E mais achamos quatro pedacynhos de casco da cabeça de Sam Fabiam e duas queyxadas do dito samto e esas rreliquias estão em huua caixa de prata piquena metida demtro em outra caixa de coiro forrada de pano vermelho e estam emburelhadas em hum almeazar muy bom»²⁶.

No conjunto de determinações proferidas naquela data pelo visitador contava-se a de mandar fazer um sacrário, para se «*menjstrarem os sacramentos*» aos fregueses, que deveria ser «*largo e espaçoso*», o suficiente para nele caberem «*o sacramento e asy a cabeça de Sam Romão e ossos de Sam Fabiam asy como ora estão*»²⁷. O teor desta determinação ia de encontro a uma outra não menos importante necessidade, que nos deixa penetrar nas práticas cultuais em torno das relíquias. De facto, a premência de se mandar fazer um sacrário, explorando a carga simbólica que este encerrava, estaria também relacionada com a protecção das relíquias, subtraindo-as a manipulações e mesmo a olhares eventualmente pecaminosos. Ao oficiante se reservaria, assim, o seu acesso exclusivo, a responsabilidade da exposição e aparato e, claro está, o benefício dos seus poderes. É que, até então, como consternadamente constata o visitador santiaguista, as relíquias, por operarem contínuos milagres, «*andam pelas mãos de leigos os quaes as tem em suas casas omde se fazem pecados e desonestidades o que nam deuemos consentir*». Em conformidade, estipula-se que se as «*amostrarão apenas quando for necesario*»²⁸, prescrição vaga, posteriormente completada por um outro visitador, em 1565, com um conjunto de indicações sobre o cerimonial a observar: «*mandamos ao prior que quando tirar as Relyquias de São Romão que o façam com tanta veneração como deve com sua sobrepeliz vestida e estolla e dous çirios ou tochas acesas de diante... E não se levarão fora da igreja nem se mostrarão sem os çirios acesos*»²⁹.

4. O objectivo que guiou a breve incursão em torno da figura de D. Vataça e das relíquias dos santos mártires S. Romão e S. Fabião de Panóias foi, por um lado, atestar a credibilidade do texto do Agiologio Lusitano, uma vez que é possível confrontá-lo com documentação medieval e tar-do-medieval que Jorge Cardoso não compulsou (e que em parte permanece inédita) e, por outro, introduzir o amplo cenário histórico para que remete a cabeça-relicário de S. Fabião de Casével.

Algumas reflexões, de momento, se impõem. Nos anos compreendidos entre 1317 e 1325, a devota princesa Vataça terá ofertado à vila de Panóias as relíquias dos santos corpos de S. Fabião e de S. Romão, depositando-as numa ermida dedicada a este último, que para o efeito manda edificar nos arredores, e as das suas santas cabeças na igreja matriz da vila. Nesta, também, é S. Romão — o advogado contra os cães raivosos — que ganha notoriedade e cataliza a devoção dos crentes. Não será despropositado ligar este ascendente ao espectáculo que ofereceriam os três significativos fragmentos da sua cabeça, colocados numa arqueta de prata dourada que permitia a visão da relíquia, em contraste com os quatro «pedacinhos» do casco de S. Fabião, guardados numa pequena caixa.

Será na povoação vizinha de Casével (distando menos de 10 quilómetros de Panóias), que o culto a S. Fabião ganhará fama, embora, aparentemente, nunca tivesse rivalizado com o de S. Romão. O que fica por esclarecer, já que dúvidas não haverá quanto ao facto de estarmos perante uma ramificação do complexo devotivo gerado em Panóias, é o aparecimento e fixação, em Casével, da cabeça-relicário de S. Fabião, único sustentáculo e razão de ser deste novo local de culto. Sem abandonar o quadro das hipóteses, podemos perguntar se a cabeça encastada se integraria no espólio original de relíquias pertencentes a Panóias, daí transitando para Casével, ou se teria sido directamente ofe-

recida à igreja matriz desta última vila. Atendendo mesmo à sua manifesta preciosidade, podemos ainda admitir ter sido dádiva de D. Vataça a qualquer pessoa das suas relações que, por sua vez, lhe deu novo destino. A tradição, como a reproduz Jorge Cardoso, dá força à segunda destas hipóteses. No entanto, as restantes não deixam de ser sugestivas e historicamente prováveis, tendo em conta o curto período de residência de D. Vataça na região e o cenário montado em torno das relíquias — deposição dos corpos na ermida de S. Romão e das cabeças na igreja de S. Pedro — e ainda o facto de, manifestamente, nada ter relacionado, em vida, a poderosa matrona a Casével. De resto, ao contrário de Panóias e Santiago do Cacém, locais onde a memória colectiva guardou de Vataça uma recordação convincente que, em inícios do século XVI, não escapou aos visitantes santiaguistas³⁰, em Casével tal não sucedeu. A leitura da documentação histórica que se conservou e a interpretação de certos acontecimentos, levam-nos a perfilhar a hipótese, como adiante se desenvolverá, de que a cabeça-relicário de S. Fabião teria ficado na posse de particulares até meados do século XVI, altura a partir da qual a igreja local dela se apropriou.

5. A primeira referência documental à cabeça-relicário de S. Fabião encontra-se num processo de visitação da comenda de Casével, do ano de 1565. Na inspecção promovida à igreja matriz de S. João Baptista registou-se, no capítulo das relíquias, o seguinte: «*Achamos na dita Igreja a cabeça de Sao fabião Em o altar moor E tem-se na terra Em muyta veneração a dita reliquia não achamos diso nenhuma escritura mais que ser muyto antiqua a qual Visitamos com toda a veneração devida*»³¹.

Nas diversas visitas anteriores a 1565, um tanto estranhamente, não é feita qualquer alusão à cabeça-relicário de S. Fabião. A menos que se trate de sucessivas omissões, altamente improváveis, a explicação poderá estar, tal como foi notado em Panóias pelo respectivo visitador, no facto de o relicário ter permanecido nas «mãos de leigos» até entrar na alçada da igreja local. Aliás, seria apenas em finais do século XVI, ou princípios do século XVII³², que se organizaria a confraria de S. Fabião de Casével, tendo por referente e símbolo a cabeça-relicário.

Este conjunto de circunstâncias reforça a argumentação aduzida em favor da hipótese do relicário de S. Fabião ter ficado na posse de pessoa da terra, cujo nome a história não fixou, tendo-se conservado nas mãos de particulares, como o aconselharia a singularidade das práticas culturais ministradas (cura das maleitas de gado e das mordidas de cães raivosos). É sintomática, por outro lado, a tentativa por parte do clero local de subtrair a relíquia à fruição laica, processo que não deixou de ser moroso apesar dos ventos favoráveis tridentinos e da bandeira inquisitorial.

Na motivação que justificava o apelo à intercessão da cabeça de S. Fabião e lhe conferiu a fama de milagreira — a de curar os gados padecentes, sem enfermidade especificada — encontra-se o eixo explicativo para a apropriação do relicário por particulares (registre-se que Casével se situa nos limites do alto Vale do Sado, onde as boas pastagens permitem a criação de gado bovino), assim como a emergência de rituais pouco consentâneos com a liturgia católica-romana. São inúmeros, de resto, os rituais heterodoxos que começam a ser proscritos nas Ordenações Manuelinas do

Reino, nomeadamente as adivinhações e mezinhas praticadas com as denominadas «cabeças de saudadores, encastoadas em ouro, ou em prata»³³. Sob a ameaça de pesados castigos corporais e deportação, proibia-se que «cabeças de saudadores» servissem para benzer pessoas ou animais infectados de toda a sorte de doenças, com o pretexto de lhes restituir a saúde perdida. No caso da cabeça-relicário de S. Fabião, o ritual de a conduzir a locais profanos e de através dela se benzer o gado manteve-se, pelo menos, até finais do século XVII, não obstante ter há muito fixado o seu lugar no altar-mor da igreja matriz. Este facto motivou, aliás, a intervenção do Juiz da Ordem de Santiago na comarca de Ourique que ordenou, em 1672, a feitura de um «hezopo de pratta com a bola chuveiro», colocando-se dentro desta «hua reliquia de Sam Fabiam», passando assim a substituir o relicário quando fosse necessário «benzer o gado»³⁴.

Como ficou referido, instituiu-se, em finais do século XVI ou inícios da centúria seguinte, uma confraria consagrada ao «glorioso martir Sam Fabiam»³⁵. A documentação por esta produzida assim como a que se lhe refere, hoje depositada no Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, permite traçar e caracterizar o percurso da cabeça-relicário de S. Fabião até finais do século XVIII.

A actividade de maior relevo que se reconhece à confraria de S. Fabião foi a de, durante quase uma vintena de anos, reunir fundos que permitissem mandar fazer um cofre em prata para guardar a cabeça-relicário do santo, substituindo o já então envelhecido e menos dignificante «cofre de bordo pintado de Verde», onde permanecia. Assim, entre 1653 e 1671, os confrades procedem a sucessivos peditórios e arrecadam esmolas de inúmeros devotos. Estas, significativamente, traduziam-se muitas das vezes em «hum novilho e hua vaqua»³⁶, peças de gado destinadas a ser posteriormente leiloadas. Alguns dos ofertantes, como denunciam os termos de esmolas exarados nos livros de receita e despesa da confraria, habitavam áreas limítrofes, nomeadamente na Messejana, certamente bafejados por graças recebidas do «glorioso S. Fabião». Desafortunadamente, uma das parcelas do montante arrecadado corresponderia ao valor da venda de «hum sirculo de prata que servia na cabesa de São Fabião»³⁷, operação levada a cabo em 1657.

No ano de 1671 seria satisfeito o desejo dos confrades, cabendo ao capitão Manuel Pixeiro, ilustre membro da confraria, a responsabilidade de guardar o montante economizado e proceder às diligências para a compra do cofre. Será na cidade de Coimbra e pelas mãos do mestre ourives João Santiago que o cofre será executado. Segundo o termo de entrega por este lavrado, no dia 8 de Janeiro de 1672, o cofre, «fora a vidraça», tinha de prata «nove marcos e huma oitava e meia» (sensivelmente dois kilogramas de peso), que ao preço de «coatro mil rs. o marco soma trinta e seis mil e noventa»; do feitto fez-se cobrar em «vinte e dous mil e quinhentos rs», pelo que tudo orçou em «cinquenta e oito mil e quinhentos e noventa rs»³⁸. Ainda no ano de 1672, para devidamente acomodar a relíquia no cofre, são mandados fazer «dois colchois de tafeta dobre verde cheios de algodão», para a assentar, e «dois colchois pera os anteparos»³⁹.

O enobrecimento que recebeu, contrariamente ao que suporiam os devotos con-

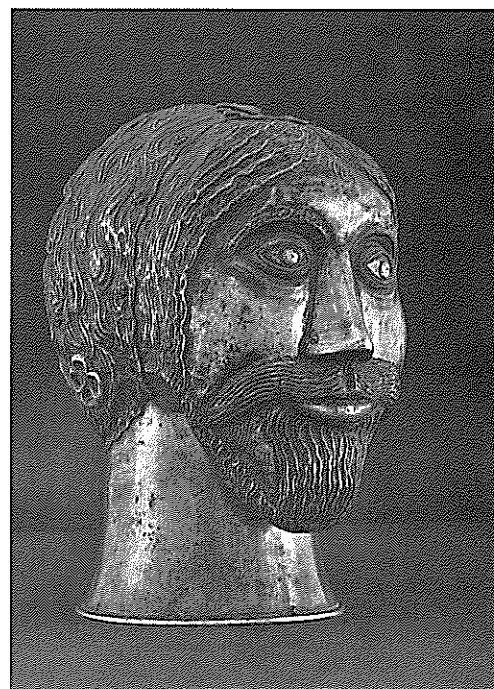


Figura 4

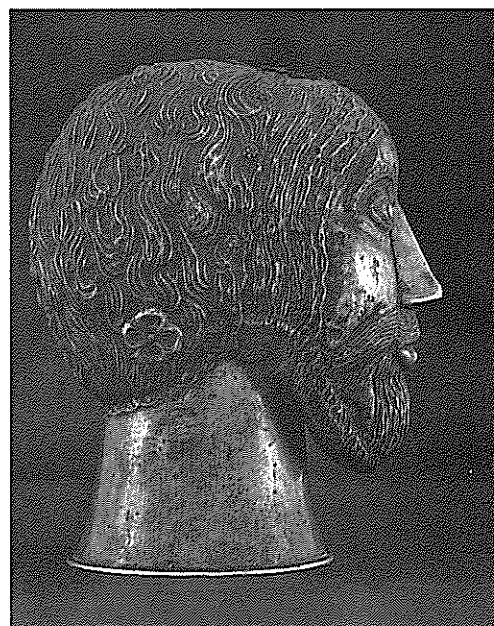


Figura 5

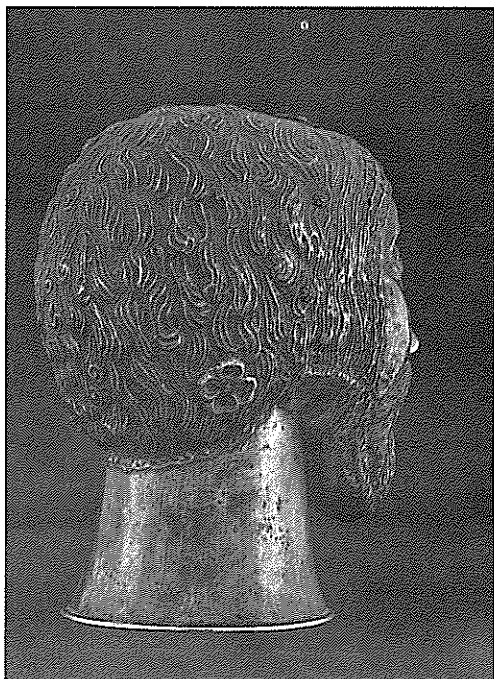


Figura 6

frades de S. Fabião, não obsteu ao afastamento da cabeça-relicário do lugar sagrado por excelência do espaço-igreja, o altar-mor. Em finais do século XVII já se encontrava «metida na parede que sobe para a tribuna» e, seguidamente, por este local não ter suficiente decoro, ordenou-se a sua colocação «num almario» mandado fazer para o efeito ⁴⁰, onde se manteve até ser guardada, em tempos modernos, na sacristia. Para preencher a lacuna visual e cultural que este acto provocou e certamente também para aquietar uma ainda forte devoção local, foi mandada vir da cidade de Lisboa, no ano de 1688, uma imagem em madeira de S. Fabião ⁴¹. No entanto, já antes destas determinações, tinham sido abalados o mistério e encantamento que durante séculos rodeara a relíquia do santo mártir. Provocara-o, como atrás se deixou referido, a ordem expressa no ano de 1672 de se fazer um hissope (indissociável da confecção do cofre), para substituir a cabeça-relicário no ritual das benzeduras. Os resultados, porém, parecem não ter sido muito encorajadores, se admitirmos que as esquirolas ósseas retiradas do crânio com o objectivo expresso de serem introduzidas no hissope, serão as mesmas encontradas no interior do relicário envolvidas num tecido datável de inícios de oitocentos. Servindo-nos do «arquivo» da memória colectiva local, terá persistido, até ao primeiro quartel do século XX, numa demonstração de vontades e da força apoiadas pela tradição, o ritual de mostrar a relíquia, se bem que num outro cenário: em busca da imunição ou cura das suas maleitas, o gado era posto a desfilar pelo adro da igreja em frente de uma janela onde para o efeito tinha sido exposta a santa cabeça.

6. Para concluir, impõem-se algumas considerações relacionadas com a época de fabrico, origem e funções deste extraordinário artefacto que, durante vários séculos, tão vivamente influenciou o imaginário e as crenças dos habitantes de Panóias e Casével.

De um modo geral, quando se trata de recolher informações sobre monumentos ou artefactos, directa ou indirectamente ligados a poderes sobrenaturais e cuja força e prestígio se impuseram em dada região, os resultados podem ocasionar agradáveis surpresas do ponto de vista literário ou estético, embora bastante decepcionantes quando delas queremos retirar informações historicamente mais precisas. Contudo, no caso da cabeça-relicário de Casével, toda a informação local e documentação escrita, ao relacionarem as duas antigas vilas de Casével e Panoias e ao convergirem na figura da Dona Vataça, levantaram a primeira ponta do véu, permitindo traçar hipóteses de trabalho, que se viriam a revelar perfeitamente verosímeis. A não ter subsistido nenhuma referência à princesa grega, cremos que ficaria sempre inexplicável a presença desta estranha peça de ourivesaria numa aldeia do Baixo Alentejo.

A técnica de repuxado, as formas de fundição, os rebites e a solda, o precioso trabalho de buril — aliados a um evidente arcaísmo do estilo — tornam este relicário extremamente raro, senão único, no Ocidente ⁴². Esse é também o parecer do conservador da secção de Antiguidades Medievais do British Museum, ao afirmar: «...A minha impressão é de que a cabeça podia ser românica, ou seja, do século XII. A extrema estilização dos olhos e o notável tratamento das narinas que se curvam para

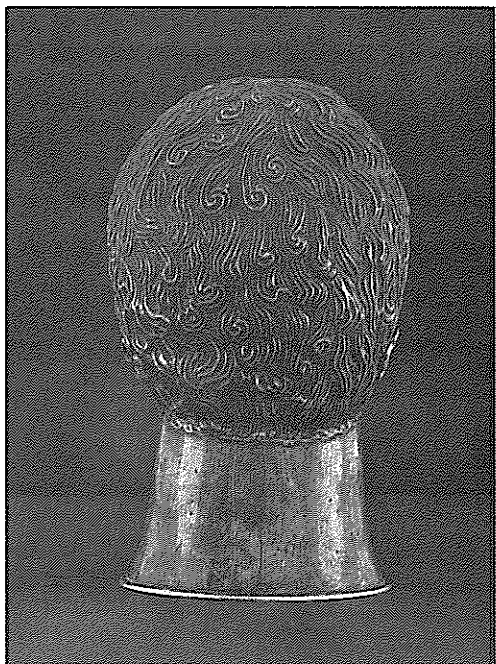


Figura 7

baixo em volutas, sugerem-me o século XII» (...)«Temos nas colecções do British Museum uma das mais famosas cabeças-relicário românicas, originária da catedral de Basle e que data, provavelmente de 1200. No entanto, nem essa cabeça nem as cabeças-relicário românicas que eu conheço se parecem, nem mesmo remotamente, com a cabeça portuguesa»⁴³. Sem paralelos conhecidos no mundo românico do norte europeu, resta-nos seguir os passos da matrona grega e de sua mãe Eudoxia desde Bizâncio a Aragão, passando por Génova e atribuir a origem do relicário a algum artífice contemporâneo da Europa meridional. Colocar o seu fabrico em oficinas bizantinas não nos parece plausível, por um lado porque este tipo de relíquias encastoadas não é de sua tradição e, por outro, porque a própria concepção e o aspecto geral da obra revelam um trabalho mais popular. Excluída a capital do Império do Oriente, então dominada por um certo barroquismo e pelo gosto dos esmaltes policromos, é forçoso sugerir a Lombardia ou a Catalunha como possíveis locais de origem do prateiro-ourives, autor da cabeça de Casével. As influências românicas, embora atenuadas nestas zonas do Sul, são perceptíveis no tratamento facial e numa certa rudeza bárbara das barbas e bigodes. Porém, na forma delicada de lavrar e enrolar o cabelo, percebe-se que as mãos do artífice não perderam um certo jeito clássico próprio da escultura mediterrânica (Figuras 4 a 12).

Na impossibilidade de atribuir o fabrico do relicário a uma escola palatina e muito menos a um autor, torna-se irrealista procurar uma datação muito precisa. No entanto, dadas as circunstâncias históricas e estilísticas antes referidas e ainda devido a alguns pormenores como a mecha de cabelo no alto da testa e o recorte da cruz pátea do cimo do crânio, não será demasiado arriscado indicar a primeira metade ou os meados do século XIII como data possível de fabrico desta extraordinária peça de ourivesaria. Em finais dessa mesma centúria, acompanhando outras relíquias, terá vindo para Portugal nas bagagens da acompanhante da futura rainha Santa Isabel.

A história do culto da Santa Cabeça em Portugal e a sua fixação em terras alentejanas já antes foram narrados. Porém, falta ainda determinar alguns aspectos mais obscuros do seu paradeiro, quando, durante um longo período, parece ter escapado ao controlo directo das instituições da Igreja, tendo permanecido até meados de Quinhentos na posse de particulares. E, de facto, se o relicário é trazido para esta região em inícios do século XIV, apenas em 1565, como vimos antes, é expressamente citado numa visitação de Casével⁴⁴. Aliando esta longa ausência aos receios do visitador de Panóias quando este afirma que as relíquias «*andam pellas mãos de leigos os quaes as tem em suas casas omde se fazem pecados e desonestidades o que nam deuemos consentir*»⁴⁵, não será descabido admitir que, durante quase dois séculos, a Cabeça Santa de Casével pode ter permanecido, como antes ficou visto, em «*mãos de leigos*». Esta circunstância, aliada à existência dos já referidos furos praticados na boca, narinas e orelhas do relicário, faz-nos supôr a sua provável utilização como cabeça de saudador. Este *saludador*, como vem mencionado nas *Ordenações* de D. Manuel, ou *soldador*, como se manteve na memória popular até aos nossos dias⁴⁶, é um personagem real que desempenhou importantes funções nas comunidades rurais do Sul do País e que, através do cheiro e do bafo, utilizava os seus poderes para diag-

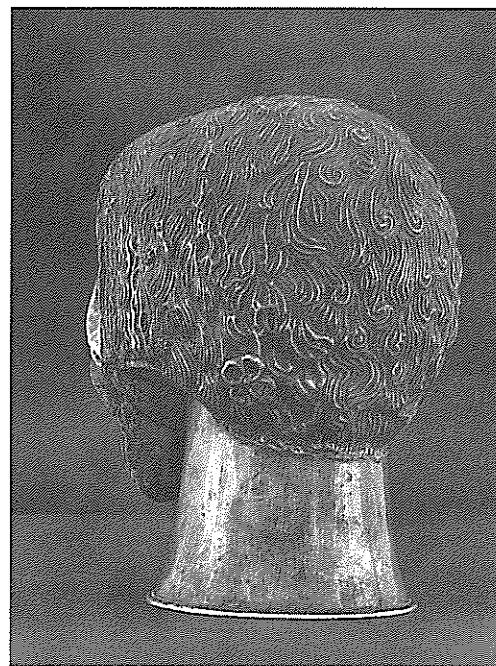


Figura 8

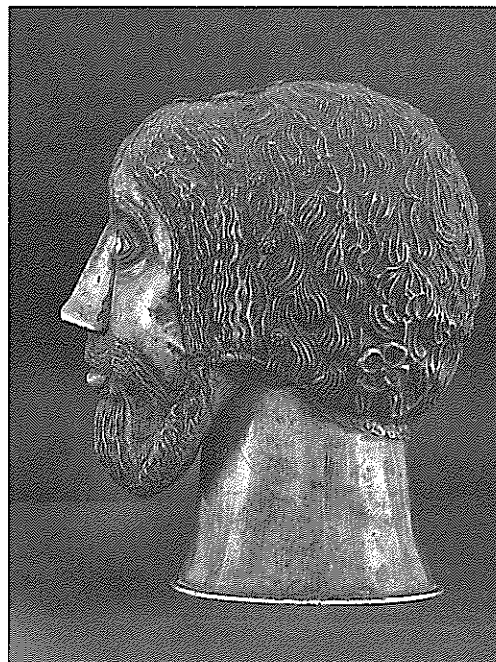


Figura 9

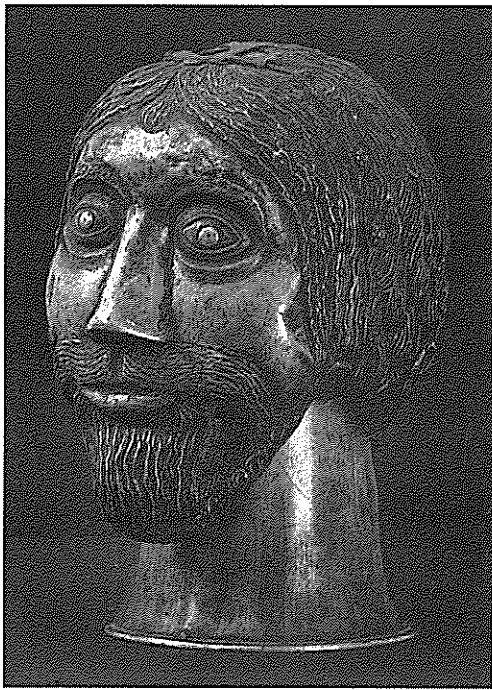


Figura 10

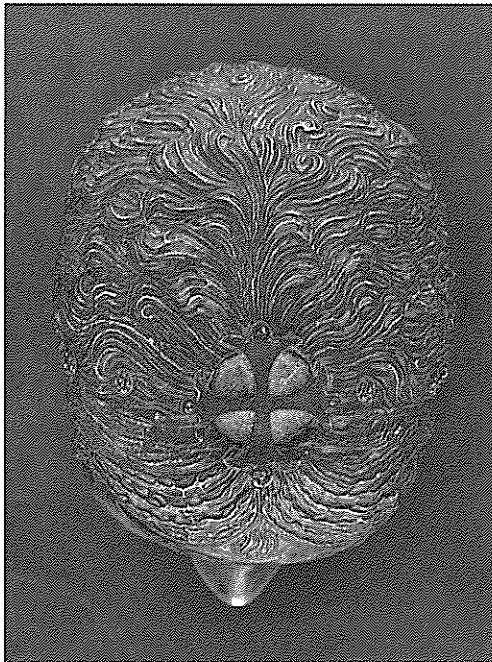


Figura 11

nosticar e curar as doenças do gado. Ao contrário das bruxas e feiticeiros, tradicionalmente acusados de pactuarem com o diabo e, por conseguinte, susceptíveis de inocular poderes maléficos, as faculdades do «soldador» eram sempre positivas. Além disso, curiosamente, as capacidades curativas deste «homem de bem» não desapareciam com a morte, de tal forma que o seu crânio era, muitas vezes, em data posterior, encastado em prata ou em ouro, continuando a fazer bons presságios e a tratar dos gados enfermos.

A partir de finais do século XV e, sobretudo, em inícios da centúria seguinte, em simultâneo com a perseguição e expulsão dos judeus e mouros, nota-se uma acrescida intransigência dos poderes públicos, visando todas as devoções e práticas marginais. Ao contrário das Ordenações Afonsinas, que são omissas, as *Ordenações Manuelinas e Filipinas* proibem «adivinhar em cabeça de homem morto», ameaçando aqueles que «tem cabeças de saludadores encastoadas em ouro, ou em prata, ou em outras cousas»⁴⁷ É um período em que a Igreja tenta pôr cobro a uma certa insubmissão e desmazelo nas práticas religiosas que escapavam à sua influência. Este espírito inquisitorial começa também a ser perceptível em inícios de quinhentos nas visitas da Ordem de Santiago, nomeadamente da comenda de Mértola, onde são pela primeira vez arroladas e submetidas ao controlo clerical várias igrejas e capelas construídas pelos moradores e que, até esse momento, apenas deles dependiam. Antes desta campanha fiscalizadora, quando as comunidades rurais da região, na sequência de antigas tradições mediterrânicas, beneficiavam de uma certa autonomia, é admissível que a cabeça-relicário de Casével tenha sobrevivido durante longo tempo fora do controlo institucional.

Finalmente importa fazer algumas considerações acerca da rede de motivações e cumplicidades que envolveram as povoações vizinhas de Panóias e Casével ao longo da história da cabeça-relicário e da sua benemérita doadora, a matrona Vataça.

Tudo parece ter começado num santuário dos arredores de Panóias onde, ainda hoje, um pequeno conglomerado das antigas hospedarias dos romeiros circunda a pequena capela de S. Romão. Estamos no extremo meridional das terras alagadiças e férteis do alto Sado, não muito longe das colinas onde começam as pastagens dos Campos de Ourique. O povoado de Panóias, apertado sobre um cerro oblongo, apresenta a topografia característica de um velho assentamento protohistórico. Seguindo os percursos habituais da romanização, a intensiva exploração fundiária obrigou posteriormente a uma fixação nas terras baixas, não sendo de estranhar que a maior *villa* romana da região venha a instalar-se a escassos quilómetros, nas margens do rio. É sobre essa *villa* romana já cristianizada e aproveitando alguns dos seus alicerces que, em tempos decerto anteriores ou contemporâneos da islamização, foi iniciado o culto de S. Romão, considerado, pelo perspicaz Leite de Vasconcelos, como um hagiomorfismo da palavra «romano»⁴⁸. Esta devoção, sempre directamente relacionada com a luta contra a raiva, que afectava tanto homens como animais, terá sido reactivada ou encorajada depois da «Reconquista», que transformou completamente as estruturas fundiárias, incentivando a grande pecuária, em detrimento das policulturas de sobrevivência que, como é sabido, eram dominantes nas áreas mediterrânicas. Desta forma,

quando em finais do século XIII a Ordem de Santiago consegue sobrepôr-se aos senhores Annes do Vinhal que desde Dom Estevam Annes, chanceler de D. Afonso III, detinham em senhorio toda esta região, justifica-se a necessidade de recuperar e resacralizar o velho culto de S. Romão, conveniente à saúde dos seus gados. A reconstrução da capela e a deposição de cobiçadas relíquias pela Dona Vatassa, insere-se neste movimento de revitalização e reforço de um dos mais importantes e tradicionais advogados dos animais.

Se, como vimos, a topografia, as evidências arqueológicas e a documentação escrita atribuem uma maior antiguidade a Panoias e ao seu santuário de S. Romão, o mesmo não acontece com Casével, onde a semântica do próprio topónimo indica um povoamento historicamente tardio. Mais afastado das terras fartas do Sado, o povoado de Casével domina uma paisagem de transição, por um lado, para os pastos de inverno dos Campos de Ourique e, por outro, para as célebres matas de Almodôvar, que serviram de constante referência às primeiras repartições feudais dos extintos termos islâmicos de Marachique⁵⁰. A prosperidade de Casével, certamente coincidente com a reconstrução completa da igreja⁵¹, deve estar relacionada com uma época de expansão cerealífera, só explicável através de uma subida de maninhos e com um aumento das pastagens para o gado à custa de um desbravamento das matas. Época que culmina com os inícios de Quinhentos, quando o porto cercano de Odemira tem um fugaz desenvolvimento e quando as naus das Áfricas e das Índias, fundeadas no Algarve, procuram nas terras próximas do interior, acrescidas quantidades de carnes e farinhas.

A aceitarmos um significativo crescimento de Casével em finais de Quatrocentos e inícios de Quinhentos, essa época parece estar também relacionada com a promoção local do culto a S. Fabião, que parece iniciar nessa altura um processo de autonomização com respeito a Panoias, onde, numa situação de evidente desvantagem, a sua veneração era partilhada com os devotos de São Romão. Os moradores de Casével, já então município, na procura de um novo símbolo identificador, encontram em S. Fabião e na sua cabeça relicário — que decerto, «em mãos de leigos», há muito tempo distribuía pelo gado da região as suas benfeitorias — um novo orago capaz de se diferenciar de São Romão de Panoias, antigo e prestigiado santuário de todo o Sudoeste. São Fabião, recuperando ou assumindo poderes extraordinários sobre o gado grosso⁵², não só não interfere com as competências exclusivas e muito mais alargadas de S. Romão no tratamento de todos os danados, homens e animais, como parece desenvolver preferencialmente atributos profilácticos, que finalmente mais se ajustam às funções do saudador.

Cabeça relicário de um venerável Sumo Pontífice da Roma imperial, Santas relíquias de qualquer outro personagem do inesgotável martirólogo cristão, ou simplesmente o crâneo encastoado de um poderoso saudador, o facto é que a cabeça de prata de Casével é uma obra notável, não só, naturalmente, pela sua qualidade plástica, como, sobretudo, pela sua estranha e inquietante presença. Se é inaceitável, para a época a que atribuímos o seu fabrico, quaisquer intenções de retrato naturalista, foram plenamente atingidos os objectivos do artífice se este pretendeu com esta cabeça sugerir forças ocultas. Se o seu pião de ourives lhe abriu os ouvidos para que pudesse

escutar os lamentos, as narinas para sentir as maleitas e a boca para fazer sair o bafo generoso, deixando intactas as pupilas dos olhos, é porque os encomendadores iniciais ou vontades mais tardias, não pretendiam apenas mandar encastoar e adorar uma simples relíquia, conhecendo perfeitamente os poderes a realçar e os perigos a evitar. De qualquer homem morto e muito mais de um saudador, era preciso evitar o olhar e nomeadamente a insondável pupila, sempre perigosa ligação com os mundos do Além (Figuras 13 e 14).

Hoje, apesar de despojada de quase todas estas fabulosas roupagens que alimentaram os medos e os sonhos de tantas gerações, a Cabeça de Casével continua a manter aquele olhar condescendente e inofensivo, aquele indefinível sorriso de quem sabe que o seu mistério nunca será desvendado (Figura 15).

NOTAS

1. A visita foi efectuada em 1986. A documentação histórica em causa pertencia ao extinto concelho de Casével, à Junta de Freguesia e confrarias religiosas, tendo sido transferida para o Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde. As restantes alfaias religiosas continuaram na posse do presidente da Junta de Freguesia de Casével.

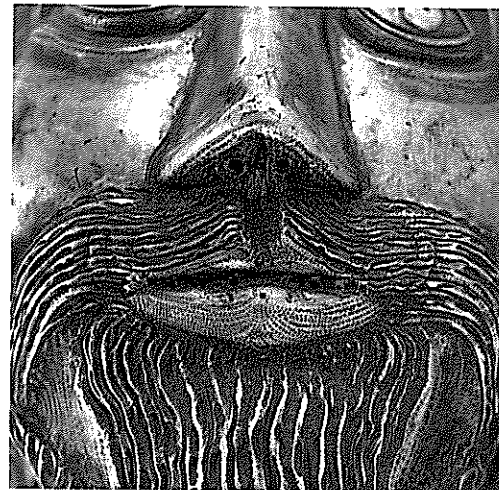


Figura 12

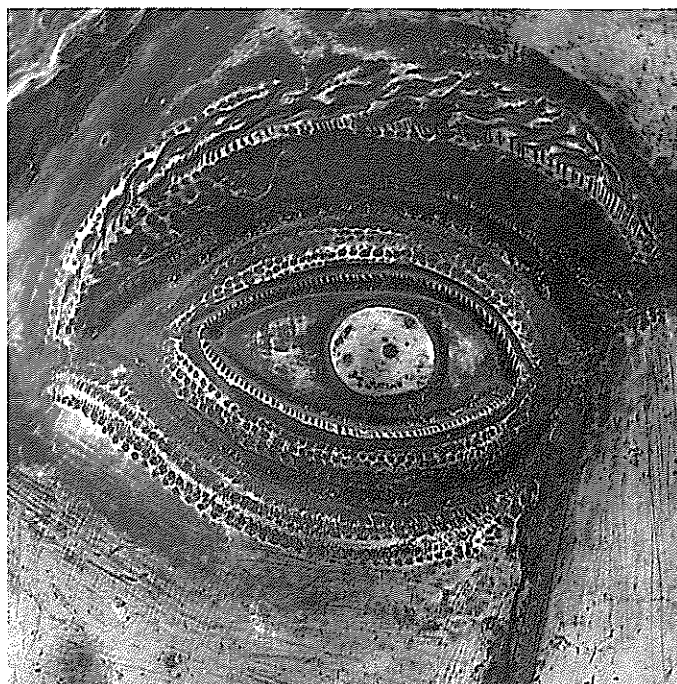


Figura 13

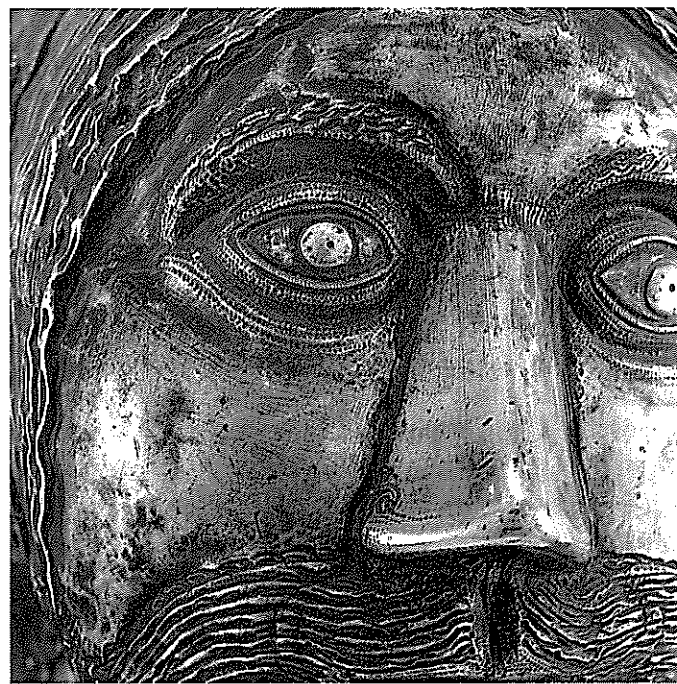


Figura 14

2. O valor excepcional da peça e as condições precárias em que se encontrava justificaram a sua transferência para a Câmara Municipal de Castro Verde, iniciativa apoiada pelo seu Presidente, Exm^o. Senhor Fernando Caeiros, promotor da visita efectuada a Casével (ver nota 1).
3. O estudo prévio osteológico foi efectuado em 1986 pelo Dr. José Carlos Oliveira, membro do Campo Arqueológico de Mértola e director do Museu de Beja. Citamos do relatório: «O material analisado é constituído por: 1 calote craniana; 1 osso lacrimal; parte inferior do temporal esquerdo; 2 fragmentos de temporal.(...) Através da análise da patine, estado geral e comparação das estruturas trabeculares, conclui-se, com pequena margem para dúvida, que todos os fragmentos são do mesmo crânio. O material ósseo estudado pertence a um indivíduo do sexo masculino, com a idade compreendida entre os 30 e os 45 anos».
4. Tanto o tecido como a fita de seda, em bom estado de conservação, não podem ser atribuídos a uma data muito anterior a inícios do século XIX.
5. O estudo da cabeça-relicário de Casével terá uma publicação especial antes ainda da abertura do museu de arte sacra da vila de Castro Verde.
6. O primeiro tomo do *Agiologio Lusitano dos Santos e Varoens Illustres em virtude do reino de Por-*

tugal e suas conquistas, consagrado aos meses de Janeiro e Fevereiro, foi editado em Lisboa, pela Officina Craesbeekiana, no ano de 1652. O segundo tomo, que abarca os meses de Março e Abril, surgiu em 1659 e o terceiro, dedicado aos meses de Maio e Junho, em 1666. A morte de Jorge Cardoso, verificada a 3 de Outubro de 1669, interrompeu drasticamente a obra que projectara completar. Posteriormente à sua morte, D. António Caetano de Sousa intentou levar por diante tal empreendimento, mas apenas veio a ser publicado o tomo IV, relativo aos meses de Julho e Agosto.

7. Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano*, tomo I, Lisboa, 1652, pp. 197 e 203.
8. Jorge Cardoso, *ob. cit.*, p. 197.
9. Jorge Cardoso, *ob. cit.*, p. 542.
10. Jorge Cardoso emprega amiúde a expressão «*Segundo a tradição*», nunca identificando, porém, as suas fontes informativas.
11. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, «*Vataça-Uma Dona na vida e na morte*», *Actas da II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, 1987, p. 165.
12. António Brandão, «*Monarquia Lusitana*», Parte V, Lisboa, 1974, p. 68v.
13. Os dados biográficos mais importantes sobre D. Vataça encontram-se, fundamentalmente, em Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pp. 160-193; António Brandão, *ob. cit.*, Parte V, Liv. 16 cap. XXXV, Liv. 17 cap. I e Parte VI, Liv. 18 cap. XXXVIII; Joaquin Miret y Sans, «*Três princesas gregias en la corte de Jaime II de Aragón*», *Revue Hispanique*, tomo XV, 1906, pp. 668-720; Sebastião Antunes Rodrigues, «*Rainha Santa. Cartas inéditas e outros documentos*», Coimbra, 1954, pp. 22-28 e docs. 25 e 53 a 56; Michael Maclagan, «*A byzantine princess in Portugal*», *Studies in Memory of David Talbot Rice*, Edinburg University Press, 1975, pp. 284-293; Pedro da França Machado, «*D. Vataça: um exílio, um destino na Corte da Rainha Santa Isabel*», *Munda*, Coimbra, nº 8, 1984, pp. 49-54.
14. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pag. 38.
15. Os «*Livros de Linhagens*», referem Martim Anes de Soverosa como sendo «peco» (cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pag. 168).

16. O papel político e diplomático interpretado por D. Vataça nas cortes de Aragão, Portugal e Castela, em alguns momentos de crise e guerras fronteiriças, conversações de paz e tratados, foi sucintamente abordado por alguns autores, nomeadamente Joaquim Miret y Sans e Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura (ver nota 12).
17. Sobre este assunto consultar Maria Helena Cruz Coelho e Leontina Ventura, *ob. cit.*, pp. 171-173.
18. A carta de escambo é datada de 4 de Outubro de 1310 (A.N.T.T.-Sé de Coimbra, 2ª incorporação, m. 91, nº 4355), nela acertando D. Vataça com Diogo Moniz, mestre da ordem de Santiago, as condições resultantes da troca de Villalar por Santiago do Cacém.
19. A doação de Villalar a D. Vataça foi oficializada a 4 de maio de 1310, sendo inúmeros os privilégios e imunidades que encerrava. Cinco meses volvidos sobre a mesma, D. Vataça escamba Villalar com Santiago do Cacém (ver nota anterior), comenda santiaguista de menor importância, a que acrescentou 20.000 morabitinos de contribuição para a guerra contra os Mouros! A doação da comenda de Panóias a D. Vataça, ratificada em 1314, é justificada, igualmente, como troca com Villalar, facto deveras estranho atendendo ao contrato anteriormente estabelecido. Compensação tardiamente formalizada? Da posse da comenda de Panóias por parte de D. Vataça trata apenas António Brandão: «*Ainda em vinte e cinco de Mayo do proprio anno (1314) deu por mandado do Mestre Dom Diogo o Comendador mor de Leão D. Pedro Gomes a Dona Bataça a Comenda de Panoias no Campo de Ourique com Torredãos, em troca da Villa e castello de Villalar, que ella logrou em Castella para a Ordem*» (Monarquia Lusitana, Parte V, Liv. XVI). Apesar desta doação não merecer dúvidas (confirmam-na outros documentos), tem sido ignorada por quantos ao estudo de D. Vataça e seus bens se têm dedicado.
20. Ver Maria Helena Cruz Coelho e Leontina Cruz, *ob. cit.*, pp. 178-188.
21. Sobre o túmulo de D. Vataça consultar o *Inventário Artístico de Portugal*, II, Cidade de Coimbra, Lisboa, 1947, pp. 83-84 e Sebastião Antunes Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 27-28.
22. Vitor Pavão dos Santos, *Documentos para a História da Arte em Portugal*, nº 11, Visitações de Palmela e Panóias, (ordem de São Tiago), Lisboa, 1972, pag. 64.
23. Em particular os processos de visitação de 1511, 1526, 1527, 1533, 1535, 1538, 1554 e 1565 (A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B-50-146; B-50-175; B-50-176; B-51-259; B-50-182; B-50-197 e B-51-231).
24. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 62-63.
25. Francisco de Sales Loureiro, «*Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*», Lisboa, 1984, pag. 91.
26. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pag. 57.
27. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pp. 65-66.
28. Vitor Pavão dos Santos, *ob. cit.*, pag. 66.
29. A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B-51-231, fl. 80.
30. Para Santiago do Cacém, o visitador da Ordem deixa registado, na visitação a que procedeu no ano de 1517, o seguinte: «*E asy Visitamos o lenho da Vera cruz que estava dentro no dito sacrarjo emcastoado em huua cruz dourada com allguas Reliqujas de santos dentro/ o quall lenho E rreliqujas se diz segundo memorya dos homeens que hj ha que ho trouxe aa dita igreja dona betaça/ quando a esta terra veyo/».* A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, 1517, B-50-167, fl. 4v.
31. A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, B-51-231, fl. 3v (107v).
32. Na visitação de 1565, no capítulo das confrarias, o visitador não assinala a consagrada a S. Fabião. Para inícios do século XVII a sua actividade encontra-se já documentada, nomeadamente através dos livros que se conservavam da receita e despesa da confraria.
33. *Ordenações Manuelinas do Reino*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1984, liv. 5, tit. XX-XIII, p. 93 e *Ordenações Filipinas do Reino*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1985, Liv. 5, tit. III, p. 1151.
34. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, Livro de Receita e Despesa da Confraria de São Fabião, 1643-1707, fl. 40v.
35. Forma como correntemente S. Fabião é designado na documentação produzida pela confraria.
36. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Confraria de*

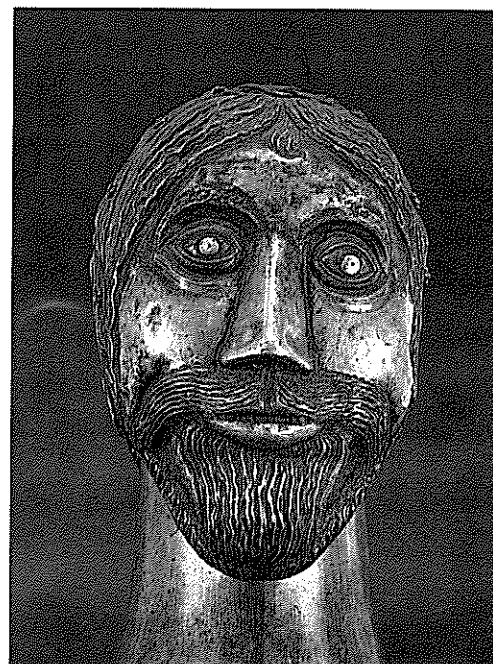


Figura 15

- S. Fabião», 1643-1707, termos de esmolos de diversos anos.
37. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Confraria de S. Fabião*», 1643-1707, fl. 11.
 38. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Recita e Despesa da Confraria de S. Fabião*», 1643-1707, fl. 41v.
 39. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Confraria de S. Fabião*», 1643-1707, fl. 40v.
 40. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Fabrica miuda e grossa da Igreja Matriz de Casevel*», 1688-1750, fl. 8.
 41. Arquivo Histórico Municipal de Castro Verde, «*Livro de Receita e Despesa da Fabrica miuda e grossa da Igreja Matriz de Casevel*», 1688-1750, fl. 8-8v.
 42. Em Portugal são conhecidos alguns bustos-relicário em prata e não cabeças-relicário como é o caso presente. O mais notável e antigo é o busto de S. Pantaleão do Museu Soares dos Reis do Porto, datado do século XV e atribuído a oficinas francesas ou italianas. Embora dos séculos XVI e XVII, conhecem-se também os bustos-relicário de Coimbra dos santos mártires de Marrocos e de S. Teotónio. Em toda a Península Ibérica, além da Santa Úrsula do

Museu Grão Vasco de Viseu, que é uma obra menor de repuxado em cobre, datável do século XIX e de uma cabeça seiscentista de São Victor em Alava, a única cabeça em prata, que mais se aproxima tipológica e funcionalmente do relicário de Casével, é a cabeça de São Gregório na basílica de S. Gregório Ostiense, em Navarra. Embora datada de 1729, esta peça foi trabalhada com a prata fundida de uma outra cabeça que já existia em 1511. (Jose Manuel Cruz Valdovinos, Apuntes para unma historia de la platería en la basílica de *San Gregório Ostiense*, in *Príncipe de Viana*, sep del N. 163, Mayo-Agosto 1981)

43. Acedendo amavelmente a um pedido de peritagem, recebemos em 27 de fevereiro de 1987 um parecer do Dr. Neil Stratford, Keeper of Medieval and Later Antiquities do British Museum, do qual tomamos a liberdade de retirar esta citação.

44. Vêr nota 31.

45. Vêr nota 28

46. Em resposta ao inquérito linguístico ILB, apenas nos territórios a sul do Tejo foi citado o termo de soldador como alguém de virtude que dá saúde através do bafo.

47. *Ordenações Manuelinas do Reino*, Fundação Calouste Gulbenkian, Coimbra, 1984, liv. 5, tit. XX-XIII, pp. 92-94.

48. Abel Viana, *Nossa Senhora da Cola*, Beja, 1961, p. 65.

49. José Leite de Vasconcelos, *Tradições Populares de Portugal*, Porto, 1882, p.283.

50. Abel Viana, *ob. cit.*, pp. 62 a 79.

51. A reconstrução da igreja de São João Baptista da vila de Casével foi empreendida no decurso da década de trinta do século XVI. No processo de visitação do ano de 1533 é dito que a igreja se encontrava «deribada de todo «*E começada de fazer de novo E mujtas achegas postas na obra E a vontade do recebedor muito boa E aparelhada para acabar E coregeer muito bem*». A.N.T.T., Conventos Diversos, Ordem de Santiago, Visitação de Casével, B-50-175, 1533, fl. 18

52. Notar que as oferendas e promessas a S. Fabião são sempre constituídas por vacas e novilhos.

í

ESTUDIO FAUNISTICO DEL YACIMIENTO MEDIEVAL DE PLAZA ESPAÑA, MOTRIL (GRANADA)

JOSÉ ANTÓNIO RIQUELME CANTAL *



INTRODUCCION

En el conjunto de investigaciones que sobre fauna medieval estamos llevando a cabo, y que se enmarcan dentro del más amplio proyecto sobre «Análisis de las secuencias del poblamiento medieval en la Costa de Granada», pretendemos abordar aquí el estudio faunístico de un yacimiento urbano.

La arqueología urbana, que en los últimos años ha alcanzado un auge importante, está consiguiendo poner al descubierto y en algunos casos preservar parte del patrimonio histórico de las ciudades, al actuar primordialmente sobre las zonas urbanas que por encontrarse en el centro histórico tienen más posibilidades de ofrecer restos arqueológicos en su subsuelo, al ser lugar de asentamiento, ininterrumpido en muchos casos, para las sucesivas culturas que se asientan en un lugar concreto y tienden a superponerse sobre estructuras preexistentes.

Asimismo, y en el caso concreto de la arqueología urbana medieval, es fundamental la consulta de documentos históricos existentes sobre esta época concreta, y que en este caso pueden ser tanto de origen árabe como cristiano. Documentos y fuentes que nos proporcionarán información tanto de la configuración espacial de la

ciudad, como de los enclaves concretos de tipo comercial, económico, político, militar, religioso, etc, que conjuntamente articularán la vida ciudadana.

Por tanto, y en muchos de los casos de actuación arqueológica, se podrá actuar de forma planificada y selectiva, tendente a investigar en cada momento los elementos identificativos más importantes del desarrollo de la ciudad.

En el caso concreto que nos ocupa, la actuación arqueológica realizada se enmarca dentro de las actividades de urgencia desarrolladas en los últimos años en esta ciudad. Al efectuar obras de remodelación en un local situado entre la Plaza de España y la calle adyacente Romero Civantos, quedaron al descubierto numerosos fragmentos cerámicos y restos faunísticos, que en una primera valoración permitieron calificar el hallazgo de importante.

El interés primordial de estos restos era poner de manifiesto determinadas cuestiones

* Grupo de Investigación «Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada», Universidad de Granada. Proyecto de Investigación «Análisis de las secuencias de poblamiento medieval en la Costa de Granada», Junta de Andalucía (1985-1992).

básicas para la comprensión de este sector de la costa granadina, situadas en el tiempo entre el final de la ocupación nazarí y el inicio del dominio castellano. También se disponía de datos históricos que podían ayudar a la comprensión del trabajo arqueológico propiamente dicho. Se podía, por vez primera, excavar en el núcleo urbano de Motril, que era conocido en sus estructuras básicas a partir de las fuentes escritas.

Como en la mayoría de las actuaciones de urgencia, existían también aquí limitaciones para realizar el sondeo, consistentes en no poder excavar más que en la zona más alejada de los cimientos de la casa, lo cual condicionaba a su vez las dimensiones del corte que finalmente fueron de 3 x 5.75 metros. Posteriormente este se dividió en dos sectores, A y B de idénticas dimensiones. Sin embargo, el posterior desarrollo de la excavación condicionó el no intervenir en el sector A, al hacerse necesario continuar los trabajos hacia el Oeste, ampliándose el corte dos metros en esta dirección con el fin de poder delimitar las estructuras constructivas, fechadas en época nazarí.

SECUENCIA ESTRATIGRAFICA

El desarrollo de la excavación planteó una técnica que intentaba diferenciar los diferentes estratos presentes. No se renunció, pues, al examen de ninguno de ellos, aun tratándose de niveles recientes. De este modo, todo el material se recogió independientemente de su adscripción cronológica, utilizando alzadas de 20 centímetros. La estratigrafía que proporcionó el sondeo es la siguiente:

Nivel I

Está constituido por elementos constructivos de nuestro siglo. Su grosor medio es de 0.45 metros.

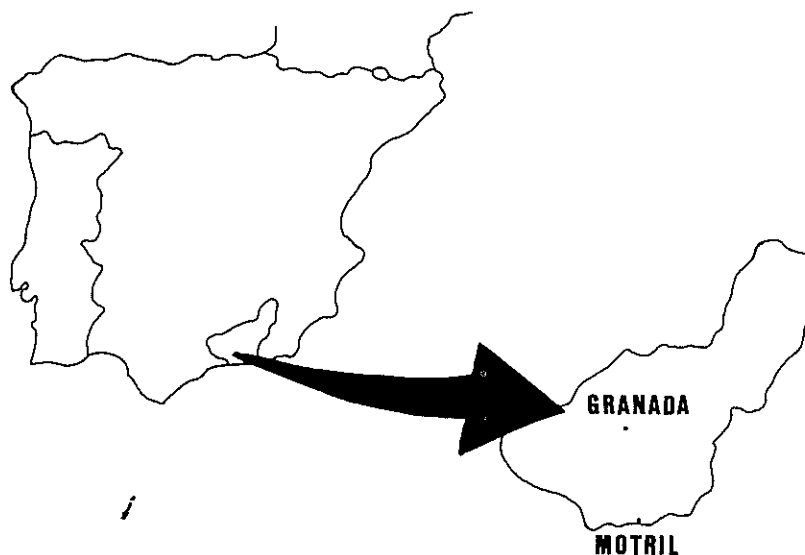


Fig. 1 – Situación geográfica de la ciudad de Motril

Nivel II

Se fecha en el siglo XIX, y presenta un grosor medio de 0.40 metros. Consiste en dos solerías, una al Norte formada por losas de barro cocido, conservadas en su mayor parte, y otra al Sur, no habiendo llegado hasta nosotros ninguno de sus elementos. También aparecen estructuras en la ampliación Sur, consistentes en restos de dos muros de ladrillo y de un suelo entre ambos, del que sólo se conserva su base. Estos elementos fueron enrasados para la solería actual. Bajo el suelo de ladrillo, se detectó una capa de carbonilla usada como aislante. Todas estas estructuras descansaban en un relleno de nivelación de color rojizo, con algunos restos de construcciones (tejas, ladrillos, etc) y en el que aparecieron cerámicas de época moderna y medieval asociadas a materiales posteriores.

Nivel III

Podemos establecer aquí un amplio margen cronológico entre el siglo XVI y el XVIII. Los materiales aparecidos testimonian un uso no habitacional de este área hasta la realización de una edificación de la que sólo ha quedado la cimentación de hormigón de un muro, completamente arrasado por los niveles del siglo XIX. Se trata pues de una construcción anterior a este momento. La abundancia de material del siglo XVI en este nivel hace pensar en el siglo XVII como la fecha en que se realizó esta edificación. El resto de este nivel es el producto de un proceso de acumulación, resultando una tierra de color oscuro en la que se observan algunas alteraciones (vertidos de ladrillos y hormigón); dos estratos de tierra limosa y un nivel de incendio asociado a materiales cerámicos del siglo XVI. La práctica totalidad de restos óseos recuperados en la excavación se concentran en este nivel.

Nivel IV

Consiste en un relleno bastante homogéneo, de color rojizo y con abundantes materiales de construcción y piedras, que se extiende por toda el área excavada, asociado a piezas cerámicas datables entre la segunda mitad del siglo XV y el XVI (finales del mundo nazarí y comienzos de la etapa castellana). Estos materiales permiten situar en época nazarí las construcciones cubiertas por el relleno, consistentes en un muro de hormigón rodeado por sus cuatro lados por un pavimento de tierra apisonada y cal, que presentaba un fuerte desnivel en el límite con el sector A, salvado por varias piedras introducidas en el pavimento.

Nivel V

Se detectó al realizar un sondeo en el pavimento, localizado en la esquina Suroeste del sector B. Se trataba de un relleno muy compacto de tierra y cal, que servía para nivelar el terreno sobre el que se asienta el pavimento. A excepción de un fragmento amorfo con vedrio melado, no apareció ningún material cerámico que permitiese precisar la cronología de este relleno. Bajo este relleno apareció un nivel completamente estéril, producto de la descomposición de la roca base. La fauna objeto de estudio se concentra en su totalidad en el nivel III del sondeo realizado.

LISTA DE LA FAUNA ENCONTRADA

Al estudiar el material óseo se han determinado las siguientes especies animales:

O. PERISODACTYLA

<i>Equus caballus</i>	Linneo, 1758
<i>Equus cf. asinus</i>	Linneo, 1758

O. ARTIODACTYLA

<i>Cervus elaphus</i>	Linneo, 1758
<i>Bos taurus</i>	Linneo, 1758
<i>Capra hircus</i>	Linneo, 1758

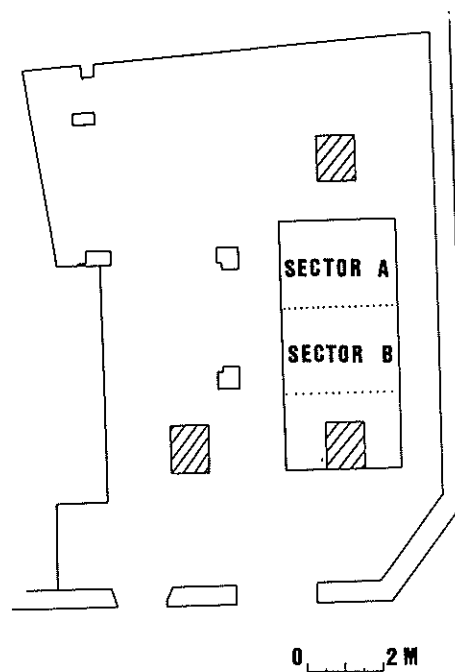


Fig. 2 – Situación del solar y del sondeo objeto de excavación

<i>Ovis aries</i>	Linneo, 1758
<i>Sus scrofa</i>	Linneo, 1758
<i>Sus scrofa domesticus</i>	(Gray, 1869)

O. LAGOMORFA

<i>Oryctolagus cuniculus</i>	(Linneo, 1758)
------------------------------	----------------

O. CARNIVORA

<i>Canis familiaris</i>	Linneo, 1758
<i>Felis catus</i>	Linneo, 1758

O. GALLIFORMES

<i>Gallus gallus</i>	Lineo, 1758
----------------------	-------------

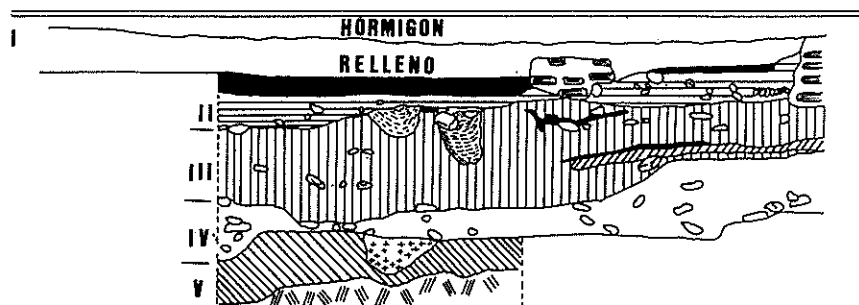


Fig. 3 – Secuencia estratigráfica (perfil sur)

ANÁLISIS CUANTITATIVO DEL MATERIAL OSEO

La muestra consta cuantitativamente de 1267 fragmentos de huesos de animales, de los cuales 887 (70.01%) han sido determinados anatómicamente y zoológicamente formando el número

ro de restos determinados (N.R.D.). Los restos no identificados, por su parte, suman 3 8 0 (29.99 %) y son en su mayoría fragmentos pequeños y esquirlas de hueso. Los fragmentos con huellas de uso suman 174 (13.73%); mientras que los expuestos a la acción del fuego son 8 (0.63%). Por lo que respecta al estado de conservación del hueso, este es bueno en general, aunque la muestra en su conjunto está muy fragmentada siendo rara la presencia de huesos completos.

El mayor número de restos determinados pertenece al grupo de los Ovicápridos, que suman un total de 497 fragmentos (56.03% del N.R.D.). Pertenecientes a cabra hay 51 (5.57% del N.R.D.); en tanto que de oveja han aparecido 60 (6.76% del N.R.D.). Los Ovicápridos, en su conjunto, suponen el 68.36% del total de restos determinados, siendo el grupo más ampliamente representado.

Los Bóvidos se sitúan a continuación de los Ovicápridos en cuanto a número de restos, y con 201 fragmentos alcanzan un 22.61% del N.R.D. Pertenecientes a cerdo han aparecido 39 fragmentos que suponen el 4.40% del N.R.D. Las restantes especies animales presentes en el yacimiento, están representadas por un escaso número de huesos, alcanzando unos porcentajes que en la mayoría de los casos no sobrepasan el uno por ciento.

El peso total de los restos determinados es de 9.610 gramos, distribuidos por especies en la forma siguiente:

<i>Equus caballus</i>	400 gr.	4.16%
<i>Equus asinus</i>	80 gr.	0.83%
<i>Bos taurus</i>	4500 gr.	46.83%
<i>Cervus elaphus</i>	50 gr.	0.52%
<i>Ovicápridos</i>	2505 gr.	26.07%
<i>Capra hircus</i>	665 gr.	6.92%
<i>Ovis aries</i>	850 gr.	8.84%
<i>Sus scrofa</i>	420 gr.	4.38%
<i>Otras especies</i>	110 gr.	1.14%

Por tanto, fueron los artiodactylos los que proporcionaron más del 93% de la carne consumida en el carne, seguidos por los ovicápridos.

	MASA	%
<i>Equus caballus</i>	5.71	4,28
<i>Bos taurus</i>	64.28	48,18
Ovicápridos	35.79	26,82
<i>Capra hircus</i>	9.50	7,12
<i>Ovis aries</i>	12.14	9,10
<i>Sus scrofa domesticus</i>	6.00	4,50

Tabla I – Distribución de la masa de las especies más consumidas según el método Kubasiewicz. Medida en Kgs.

	carne por animal	%	carne	%
Bóvidos	227	23.70	5.379'9	71.47
Ovicápridos	27	71.70	1.935'9	25.72
Suidos	46	4.60	211'6	2.81

Tabla II – Cantidad de carne comestible proporcionada por el ganado según los parámetros utilizados por Baker. Medida en Kgs.

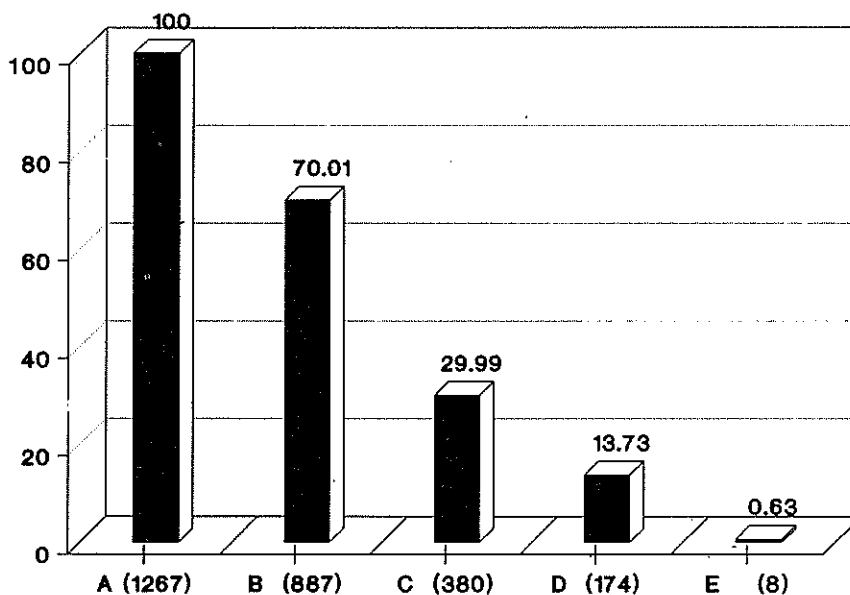


Gráfico 1 – Plaza España. Leyenda:

A. – número total de restos
 B. – número de restos determinados
 C. – número de restos no determinados
 D. – número de restos con huellas de uso
 E. – número de restos con huellas de fuego

	N.R.D.	%	N.M.I.	%
Equus caballus	13	1.47	2	2.99
Equus asinus	1	0.11	1	1.49
Cervus elaphus	4	0.45	1	1.49
Bos taurus	201	22.61	12	17.91
Ovicápridos	497	56.03	14	20.90
Capra hircus	51	5.57	10	14.93
Ovis aries	60	6.76	18	26.86
Sus scrofa	1	0.11	1	1.49
Sus scrofa domesticus	39	4.40	3	4.48
Oryctolagus cuniculus	2	0.23	1	1.49
Canis familiaris	3	0.34	1	1.49
Felis catus	5	0.56	1	1.49
Gallus gallus	10	1.13	2	2.99

Tabla III – Número de restos determinados (N.R.D.) y número mínimo de individuos (N.M.I.) de las especies animales representadas en el yacimiento.

ESTUDIO TAXONÓMICO DE LAS ESPECIES ANIMALES

EQUUS CABALLUS

Material

primer molar superior (M1/)	1
Incisivos	2
tercer premolar inferior (P/3)	1
cuarto premolar inferior (P/4)	1
mandíbula (frag.)	2
radio (frag. distal)	1
metacarpo (frag.)	2
pelvis (frag.)	1
metatarso (frag.)	2

Descripción

El material óseo perteneciente a caballo consta de 13 fragmentos, y supone el 1.47% del total de restos identificados. Las piezas dentales son la parte del esqueleto más representada. Uno de los dos metatarsos aparecidos se encuentra cortado a la mitad. El número mínimo de individuos que ha proporcionado esta especie es de dos.

Discusión

A juzgar tanto por el número de restos como por el número mínimo de individuos que ha proporcionado esta especie, no parece que ocupara un lugar muy importante dentro del conjunto de especies comestibles halladas en el yacimiento; lo cual pone de manifiesto un consumo más bien ocasional de esta especie. En cuanto al metatarso

cortado a la mitad, además de con fines alimenticios parece que se utilizó para extraer láminas óseas.

	P/2	P/3	P/4
Longitud	28	26.1	27.1
Anchura	29	15.3	17.6

Tabla IV – Equus caballus. Dimensiones de la dentición expresada en mm.

EQUUS ASINUS

Material

metacarpo (frag. distal)	1
--------------------------	---

Descripción

El material atribuido a esta especie es muy escaso. Consiste en un único fragmento distal de metacarpo muy deteriorado, lo cual no ha permitido obtener valores osteométricos.

Discusión

Debido al estado de conservación que presenta el fragmento óseo, existían algunas dudas sobre la pertenencia a caballo o a asno, aunque basándonos principalmente en su tamaño parece estar más cerca de esta última especie.

CERVUS ELAPHUS

Material

Iª falange	2
IIª falange	2

Descripción

Cuatro son los huesos que componen el material óseo atribuido a esta especie, y suponen el 0.45% del total de los restos determinados. Las dos primeras falanges presentan huellas de cortes en su extremo proximal. El número mínimo de individuos que ha proporcionado es sólo de uno.

Discusión

Aunque en la muestra faunística sólo aparecen restos de un ciervo, su presencia es impor-

tante ya que supone un consumo de carne procedente de la caza por parte de los habitantes de Motril en este periodo; consumo que no se produca en los yacimientos árabes de la Costa granadina al inclinarse sus habitantes por el consumo de carnes tiernas procedentes de animales domésticos de pocos meses de edad ².

Iª FALANGE

Longitud absoluta	51	51
Diámetro transv. extremidad proximal	18	18.2
Diámetro anteropost. extremidad proximal	22	21.9
Diámetro transv. extremidad distal	17.2	17.7

IIª FALANGE

Longitud absoluta	37.9	38.2
Diámetro transv. extremidad proximal	17.9	18.1
Diámetro anteropost. extremidad proximal	23.6	24.1
Diámetro transv. extremidad distal	15.9	15.6

Tabla V – *Cervus elaphus*. Dimensiones de la Iª y IIª falanges expresadas en mm.

BOS TAURUS

Material

cráneo (frag.)	38
maxilar (frag.)	2
dientes de leche	2
segundo premolar superior (P2/)	2
tercer premolar superior (P3/)	1
cuarto premolar superior (P4/)	1
primer molar superior (M1/)	3
segundo molar superior (M2/)	4
tercer molar superior (M3/)	5
mandíbula (frag.)	45
incisivo	1
segundo premolar inferior (P2/)	2
tercer premolar inferior (P3/)	3
cuarto premolar inferior (P4/)	3
primer molar inferior (M1/)	5
segundo molar inferior (M2/)	5
tercer molar inferior (M3/)	6

vértebras (frag.)	13
escápula (frag.)	16
costillas (frag.)	27
cúbito (frag.)	1
radio (frag.)	1
pelvis (frag.)	3
tibia (frag.)	2
metatarso (frag.)	5
calcáneo	2
astrágalo	2
Iªfalange	1

Descripción

El material óseo atribuido a esta especie consta de 201 fragmentos que suponen el 22.61% del total de restos identificados. La mandíbula es el hueso más representado al haber aparecido 45 fragmentos, 15 de los cuales presentan cortes y muescas. Las piezas dentales, en su conjunto, ofrecen también una representación alta con 43 dientes, la mayoría de los cuales aparecieron aislados. El número mínimo de individuos que ha proporcionado esta especie es de doce.

Discusión

Atendiendo al número total de restos determinados que ha proporcionado esta especie, tenemos que situarla tras los Ovicápridos que ocupan el primer lugar. Sin embargo, no ocurre lo mismo al considerar el peso de los restos óseos proporcionados por las distintas especies animales presentes en la muestra. En este caso, los restos de *Bos taurus* ocupan el primer lugar con 4.500 gramos, que supone el 46.83% del peso total de los restos determinados. Para tratar de profundizar más en la importancia que tuvo la aportación cárnica de los Bóvidos, en relación con los demás animales domésticos dentro del conjunto de las especies representadas, hemos utilizado los métodos propuestos por Kubasiewicz ³ y por Barker ⁴ respectivamente. Aunque la utilización de ambos métodos pone de manifiesto que el mayor aporte cárnico lo ostentan los Bóvidos, el método de Kubasiewicz realza a los Ovicápridos frente a los Bóvidos; mientras el método de Barker valora más el aporte cárnico de los Bóvidos frente al proporcionado por los Ovicápridos. Por lo que a pesar de la mayor importancia de estos últimos dentro de la muestra, no llegan a superar a los Bóvidos en número de kilos de carne; ya que estos aunque menos numerosos aportan una mayor cantidad de carne debido a su tamaño.

En el aspecto referido a la edad de sacrificio de estos animales, y considerando que el número de piezas dentales no es muy elevado, podemos concluir que este hecho tuvo lugar entre los 24 y 30 meses de edad aproximadamente para la mayoría de estos animales ⁵. Por tanto, parece deducirse en este caso que el ganado vacuno fue exclusivamente dedicado a la alimentación, no desarrollando ningún tipo de trabajo (agrícola o de transporte) anterior a su muerte.

El consumo de carne de buey, muy apreciada, en cantidades importantes parece estar relacionado con el auge económico de la ciudad, y marca una diferencia clara con poblaciones rurales en las que existe un consumo cárnico basado fundamentalmente en los Ovicápridos, con gran diferencia respecto a las demás especies animales consumidas.

Respecto al sexo de los animales, no ha sido posible establecer una diferenciación clara debido a la fragmentación de los restos y a la presencia poco numerosa de huesos completos donde poder observar posibles diferencias.

Denticion superior

	P2/	P3/	P4/	M3/	M3/	M3/	M3/
Longitud	18.2	18.3	20	28.9	28.2	29.4	29.1
Anchura	14.9	13	20.2	18.8	16.5	18.2	17.2

Denticion inferior (premolares)

	P2/	P3/	P4/	M3/	M3/	M3/	M3/
Longitud	8	11.4	16.9	17.4	19.8	18	21.6
Anchura	5.8	7.6	10.2	9.9	11.6	12.8	14.3

Denticion inferior (molares)

	M/1	M/2	M/3	M3/	M3/	M3/
Longitud	23	25.2	38.4	34.5	34.1	34.7
Anchura	23.8	14	15.8	11.7	14.1	12.9

1ª Falange

Diámetro transversal extremidad proximal	29
Diámetro anteroposterior extremidad proximal	32.7

Tabla VI – Bos Taurus. Dimensiones de la denticion y 1ª falange expresadas en mm.

OVICAPRIDOS

Material

clavija (frag.)	31
cráneo (frag.)	17
maxilar (frag.)	8
segundo premolar superior (P2/)	2
tercer premolar superior (P3/)	1
cuarto premolar superior (P4/)	1
primer molar superior (M1/)	5
segundo molar superior (M2/)	6

tercer molar superior (M3/)	3
mandíbula (frag.)	20
segundo premolar inferior (P2/)	1
tercer premolar inferior (P3/)	3
cuarto premolar inferior (P4/)	4
primer molar inferior (M1/)	6
segundo molar inferior (M2/)	8
tercer molar inferior (M3/)	2
dientes de leche	22
atlas (frag.)	1
vértebras (frag.)	50
escápula (frag.)	91
costillas (frag.)	120
húmero (frag.)	3
cúbito (frag.)	8
radio (frag.)	14
metacarpo (frag.)	8
pelvis (frag.)	12
fémur (frag.)	14
tibia (frag.)	9
metatarso (frag.)	23
calcáneo	3

Descripción

Los fragmentos óseos pertenecientes a este grupo suman 497, y suponen un 56.03% del total de restos determinados. Aparte de las costillas, que suman 120, el hueso más ampliamente representado es la escápula al haberse recuperado 91 fragmentos. El número mínimo de individuos que han proporcionado los Ovicápridos es de 14.

Discusión

Los restos de Ovicápridos son los más numerosos dentro de la muestra ósea, y junto a cabras y ovejas suman un total de 42 individuos determinados. Aunque por su número son los animales más consumidos, en relación a los kilos de carne proporcionados se sitúan tras los Bóvidos atendiendo a los resultados obtenidos al aplicar el método de Barker⁶. Lo mismo ocurre al aplicar el método de Kubasiewicz⁷,

aunque este valora más a los Ovicápridos respecto de los Bóvidos que el propuesto por Barker.

Respecto a la edad de sacrificio, existe un predominio en el consumo de animales adultos y adultos-jóvenes; aunque los primeros son los más numerosos⁹. Aparece aquí un dato diferenciados respecto a las comunidades islámicas, en las que existe una tendencia clara al consumo de carnes tiernas, como lo demuestra el hecho de que la mayoría de los restos de Ovicápridos pertenecen a animales de pocos meses de edad⁹. Las poblaciones cristianas, por su parte, prefieren las carnes más «hechas» procedentes de animales adultos; así como las conseguidas mediante la caza que son por lo general carnes duras.

En cuanto al sexo en los Ovicápridos, aunque los machos son los más consumidos, las hembras también son frecuentes. Esto, unido a que se trata de animales adultos nos lleva a considerar un posible aprovechamiento tanto del aspecto lácteo como de la lana.

CAPRA HIRCUS

Material

axis (frag.)	2
escápula (frag.)	16
húmero (frag.)	10
cúbito (frag.)	2
radio (frag.)	1
metacarpo (frag.)	5
pelvis (frag.)	4
fémur (frag.)	2
tibia (frag.)	1
metatarso (uno completo)	3
astrágalo	2
I ^a falange	1
II ^a falange	2

Descripción

El material óseo perteneciente a cabra consta de 51 fragmentos, y supone el 5.75% del total

Denticion superior (P2/, P3/, P4/, M1/)

	P2/	P2/	P3/	P4/	M1/	M1/	M1/
Longitud	8.2	8.9	10	10.2	14.6	13.5	16.2
Anchura	8.8	7	8.9	9.9	12.7	10.2	10.2

Denticion superior (M2/, M3/)

	M2/	M2/	M2/	M2/	M3/	M3/	M3/
Longitud	18.2	16.7	14.1	16	16	17	18.6
Anchura	13	11.4	11.6	12.9	11.4	11.2	12.2

Denticion inferior (P3/, P4/, M1/)

	P3/	P4/	P4/	M1/	M1/	M1/	M1/
Longitud	7.8	9.4	10.1	12.5	13.2	16.1	15.2
Anchura	5.2	5.9	6.1	7.2	7.2	8.8	8.2

Denticion inferior (M2/)

	M2/	M3/	M3/	M3/	M3/
Longitud	18.3	18	18.4	17.2	16.9
Anchura	7.7	8.4	8	7.4	7.3

Tabla VII – Ovicápridos. Dimensiones de la dentición expresada en mm.

de restos determinados. El hueso más representado es la escápula, y el número mínimo de individuos que ha proporcionado esta especie es de diez¹⁰.

Discusión

Esta especie ocupa el cuarto lugar dentro de la muestra ósea, tanto por el número de restos como por su aportación cárnica según el método de Kubasiewicz. La mayoría de animales aportados son adultos y entre ellos predominan los machos.

Escapula

anchura del cuello	20	18.5
diámetro anterop. cavidad glenoidea	23.9	23
diámetro anterop. máx. epíg. articular	30.6	28.8
diámetro transv. cavidad glenoidea	20.2	20.9

Radio

diámetro transversal de la cabeza	31.4
diámetro transversal del cuello	26
diámetro anteroposterior de la cabeza	17.7

Metacarpo					
diámetro transv. ext. proximal	23.1	23	—	—	22.5
diámetro anterop. ext. prox.	16.9	17	—	—	17
diámetro transv. diáfisis	—	—	—	—	16
diámetro transv. ext. distal	—	—	26.9	28	—
diámetro anterop. ext. distal	—	—	13.8	16	—

Metatarso				
longitud total	—	120.5	—	—
diámetro transv. ext. proximal	19.2	19.1	223.6	—
diámetro anterop. ext. proximal	17.5	20.2	20.8	—
diámetro transv. diáfisis	—	11.4	—	—
diámetro transv. ext. distal	—	22	—	—
diámetro anterop. ext. distal	—	12.4	—	—

Tabla VIII – *Capra hircus*. Dimensiones de la escápula, radio, metacarpo y metatarso expresadas en mm.

Tabla IX Escapula		
anchura del cuello	21.9	18.2
diámetro anterop. cavidad glenoidea	28.3	23.1
diámetro anterop. máximo epíg. articular	36.2	29.5
diámetro transv. cavidad glenoidea	—	19.8

Humero				
diámetro transv. ext. distal	30.2	29.6	31.9	31
diámetro vert. máx. tróclea	18.3	16.3	19	19.7

Radio				
diámetro transv. de la cabeza	32	31.5	29.7	—
diámetro transv. del cuello	25.9	24	25	—
diámetro anterop. de la cabeza	17	15.1	15.2	—

Tibia				
diámetro transv. ext. distal	25.9	31.3	28	29.5
diámetro anterop. ext. distal	21.1	24.8	20.8	24.2

Metacarpo				
diámetro transv. ext. proximal	—	22	23	—
diámetro anterop. ext. proximal	—	16	16.4	—
diámetro transv. ext. distal	26.1	—	—	—
diámetro anterop. ext. distal	13.2	—	—	—

OVIS ARIES

Material

axis (frag.)	2
escápula (frag.)	27
húmero (frag.)	4
radio (frag.)	2
metacarpo (frag.)	2
pelvis (frag.)	5
tibia (frag.)	7
metatarso (frag.)	5
Iª falange	5
IIª falange	1

Descripción

El material óseo atribuido a esta especie consta de 60 fragmentos, y supone el 6.76% del total de restos identificados. El hueso más representado, al igual que ocurre con los restos de cabra, es la escápula. Ha proporcionado un número mínimo de 18 individuos.

Discusión

Aunque por el número de restos identificados ocupa el tercer lugar dentro de la muestra ósea, por el número de individuos que ha proporcionado se sitúa en primer lugar siendo la especie más consumida, encontrándose respecto a la cabra en una proporción que casi llega a alcanzar un 2 a 1 a favor de la oveja.

Respecto al sexo y la edad de sacrificio, reiteramos lo dicho anteriormente para los *Ovicápridos* y *Capra hircus*, al concluir que se trata de animales adultos en su mayoría con predominio de los machos.

SUS SCROFA

Material

canino (superior)	1
-------------------	---

Descripción

Sólo ha aparecido un fragmento óseo atribuido a esta especie. Supone el 0.11% de los restos identificados y presenta huellas de cortes.

Discusión

Al igual que ocurre en el caso de *Cervus elaphus*, la presencia de restos de *Sus scrofa* en el yacimiento es muy escasa. Sin embargo tiene gran importancia, ya que pone de manifiesto el gusto de la población cristiana por las carnes procedentes de la caza de animales salvajes.

SUS SCROFA DOMESTICUS

Material

maxilar (frag.)	4
incisivos	2
tercer premolar superior (P3/)	1
cuarto premolar superior (P4/)	1
primer molar superior (M1/)	1
segundo molar superior (M2/)	1
mandíbula (frag.)	4
dientes de leche	6
caninos	2
segundo premolar inferior (P2)	2
tercer premolar inferior (P3)	1
cuarto premolar inferior (P4)	1
primer molar inferior (M1)	2
segundo molar inferior (M2)	2
tercer molar inferior (M3)	3
húmero (frag.)	1
radio (frag.)	1
fémur (frag.)	2
tibia (frag.)	1
metatarso (frag.)	1

Descripción

Han aparecido un total de 39 fragmentos óseos atribuibles a esta especie, y suponen el 4.40% del total de restos identificados. El resto más representado lo componen las piezas dentales. El número mínimo de individuos que ha proporcionado es de tres.

Discusión

Del total de individuos, dos de ellos son animales adultos cuya edad de sacrificio tuvo lugar

Metatarso

diámetro transv. ext. proximal	20	20.5	24.8
diámetro anterop. ext. proximal	19.9	17.5	25.1
diámetro transv. en la diáfisis	11.1	13.9	15

1ª falange

longitud total	35.2	35.7	40	37.7
diámetro transv. ext. proximal	12.3	11.1	12.5	11.9
diámetro anterop. ext. proximal	14	14.1	15.5	14.9
diámetro transv. ext. distal	10.5	10	12.6	10.8

Tabla IX – *Ovis aries*. Dimensiones de la escápula, húmero, radio, tibia, metacarpo, metarso y 1ª falange expresadas en mm.

entre los 20 Y 24 meses; mientras que el tercero es un animal joven y fue sacrificado a los seis meses de edad aproximadamente ¹¹.

En lo referente al sexo de los animales, son machos con toda seguridad a menos en el caso de los adultos. Aunque representante de los hábitos alimenticios cristianos, la presencia de cerdo es poco numerosa y supone un aporte cárnico bajo en comparación con Bóvidos y Ovicápridos.

Denticion superior

	P3/	P4/	M1/	M2/
Longitud	12	12.6	17.6	20.2
Anchura	8	9.5	12.2	13.7

Denticion inferior

	P/4	M/1	M/2	M/2	M/3
Longitud	14.8	18.5	23.5	20.4	36.1
Anchura	6.8	11.2	14.2	12.4	15.8

Tabla X – *Sus scrofa domesticus*. Dimensiones de la denticion superior e inferior expresadas en mm.

ORYCTOLAGUS CUNICULUS

Material

fémur (frag.)	1
tibia (frag.)	1

Descripción

Sólo han aparecido dos fragmentos óseos atribuibles a conejo, y suponen el 0.23% del total de restos identificados. El número mínimo de individuos es sólo de uno.

Discusión

El bajo número de restos aparecidos, nos hace pensar en que fuera cazado más que en el hecho de que provenga de una cría en cautividad.

Femur

diámetro transv. de la ext. proximal	13.2
diámetro transv. de la cabeza	6

Tibia

diámetro transv. de la ext. proximal	11.8
diámetro anterop. de la ext. proximal	11.9
diámetro transv. en la diáfisis	5.8

Tabla XI – *Oryctolagus cuniculus*. Dimensiones del fémur y la tibia expresadas en mm.

CANIS FAMILIARIS

Material

mandíbula (frag.)	1
tibia	1
metacarpo	1

Descripción

Han aparecido tres fragmentos óseos pertenecientes a esta especie, y suponen el 0.34% del total de restos identificados. El número mínimo de individuos que ha proporcionado es de uno.

Discusión

Aunque han aparecido pocos restos pertenecientes a esta especie, la tibia está completa y por sus características óseas podemos decir que pertenece a un animal de estatura pequeña y gran robustez por la torsión que presenta el hueso. Hemos podido compararlo con otra tibia procedente de un yacimiento medieval urbano de la misma época en Granada capital¹², observando que las características de ambas en cuanto a tamaño y robustez son las mismas. Por tanto podemos concluir que se trata de un animal que llega con las poblaciones cristianas que repueblan esta zona geográfica. Asimismo queda testimonio de su presencia en muchos fragmentos óseos que fueron roídos por perros.

	P. ESPAÑA	LONJA
longitud total	97	97.8
diámetro transv. ext. proximal	23.1	22.6
diámetro anterop. ext. proximal	22.7	19.3
diámetro transv. en la diáfisis	8.7	8.9
diámetro transv. ext. distal	15.3	16.2
diámetro anterop. ext. distal	11.4	11
índice de robustez	8,9	9.1

Tabla XIII – *Canis familiaris*. Dimensiones de las tibias expresadas en mm.

FELIS CATUS

Material

cráneo (frag.)	3
húmero (frag.)	1
pelvis (frag.)	1

Descripción

El número de restos pertenecientes a gato es de cinco, y suponen el 0.56% del total de restos identificados. El número mínimo de individuos que han proporcionado es sólo de uno.

Discusión

Es este el primer yacimiento de los estudiados en la Costa Granadina¹³ donde han aparecido restos de gato doméstico, asociados en este caso a la ocupación cristiana de la ciudad. Debido a la escasez de restos de esta especie en los yacimientos árabes estudiados en esta zona no hemos podido establecer su posible evolución a lo largo del tiempo.

Humero

diámetro transversal de la diáfisis	6.7
diámetro transversal extremidad distal	17.5

Pelvis

diámetro transversal cavidad cotiloidea	10
diámetro anteroposterior cavidad cotiloidea	10.8

GALLUS GALLUS

Material

húmero (frag.)	1
cúbito (frag.)	1
radio (frag.)	1
coracoides (frag.)	1
fémur (frag.)	3
tibiotarso (frag.)	2
tarsometatarso (frag.)	1

Descripción

Sólo han aparecido diez fragmentos de ave, que suponen el 1.13% del total de restos identi-

ficados. El número mínimo de individuos que ha proporcionado esta especie es de dos.

Discusión

No deja de parecer extraño el pequeño número de aves presentes en la muestra, ya que por lo general son un aporte cárnico muy apreciado tanto por la sociedad musulmana como por la cristiana, así como fácil de criar en cautividad. Posiblemente su escasez en el yacimiento esté en relación con el hecho de ser este urbano y tener preferencia sus habitantes por la carne de bóvidos y ovicápridos.

HUELLAS DE USO

Del número total de restos, 174 (13.73%) presentan cortes y muescas; mientras que son 8 (0.63%) los que estuvieron expuestos a la acción del fuego. Solamente se aprecian dichos cortes e incisiones en los huesos pertenecientes a animales de medio y gran tamaño, mientras que los pertenecientes a especies de pequeño tamaño (gallinas y conejos), sólo presentan fracturas producidas normalmente en la diáfisis

La mayoría de las huellas de uso, se centran en los restos de Bóvidos y Ovicápridos, al ser estos los animales más consumidos. En los primeros se observa un gran volumen de cortes y muescas efectuados sobre los fragmentos de mandíbula y de cráneo, tendentes seguramente al descarnamiento y extracción del cerebro de estos animales para su posterior consumo.

En los Ovicápridos, por su parte, predominan los cortes realizados para desmembrar a los animales, centrándose principalmente en la escápula y la pelvis. Asimismo, los pocos huesos pertenecientes a las zonas del cuerpo de los animales que aportan mayor cantidad de carne, han aparecido muy fragmentadas como en el caso de húmero y fémur.

De todo ello, podemos deducir que nos en-

contramos ante una zona dedicada a la venta de carne, una carnicería que se enclava dentro de un ámbito comercial y de mercado mucho más amplio.

Por otra parte, parece lógico pensar que los restos óseos más numerosos en el yacimiento, sean precisamente los pertenecientes a las partes del cuerpo con menor cantidad de carne; mientras que por el contrario la mínima presencia de huesos pertenecientes a zonas con mayor cantidad de carne nos están indicando que su ausencia del yacimiento se debe a su venta o intercambio.

ESTUDIO TAXONÓMICO Y ECOLÓGICO DE LA FAUNA DE MOLUSCOS

Presentamos aquí, y de forma separada, el estudio de los restos malacológicos presentes en el yacimiento. El total de ejemplares aparecidos se eleva a 52, a los que se añaden fragmentos de pequeño tamaño en número de 50.

Especies malacológicas presentes en el yacimiento:

CLASE GASTROPODA:

Orden neogastropoda

Familia muricidae

Murex brandarix Linneo, 1758

Murex trunculus Linneo, 1578

Orden mesogastropoda

Familia cymatidae

Tritonalia nodifer Lamarck, 1822

CLASE BIVALVIA:

Orden Pterioida

Familia ostreidae

Ostrea edulis Linneo, 1758

Familia Pectinidae

Pecten jacobaeus Linneo, 1758

Orden Veneroidea

Familia cardidae

Acanthocardia echinata Linneo, 1758

Cerastoderma edule Linneo, 1758

Familia Veneridae

Callista chione Linneo, 1758

Orden Arcodia

Familia Glycymeridae

Glycymeris glycymeris Linneo, 1758

La primera característica que se observa en el estudio del material malacológico, es que todas las especies presentes son de origen marino y representativas del mar Mediterráneo. Son más numerosas las especies procedentes de los fondos marinos que las que viven fijas a las rocas sumergidas a poca profundidad, de lo cual deducimos una práctica pesquera de arrastre de estos fondos.

En lo referente a su consumo, la totalidad de las especies son comestibles, aunque actualmente la carne de *Glycymeris glycymeris* no es apreciada debido a su dureza. En el caso concreto de *Ostrea edulis*, su alto porcentaje respecto a las demás especies parece indicar una recolección selectiva de la misma en zonas concretas del litoral.

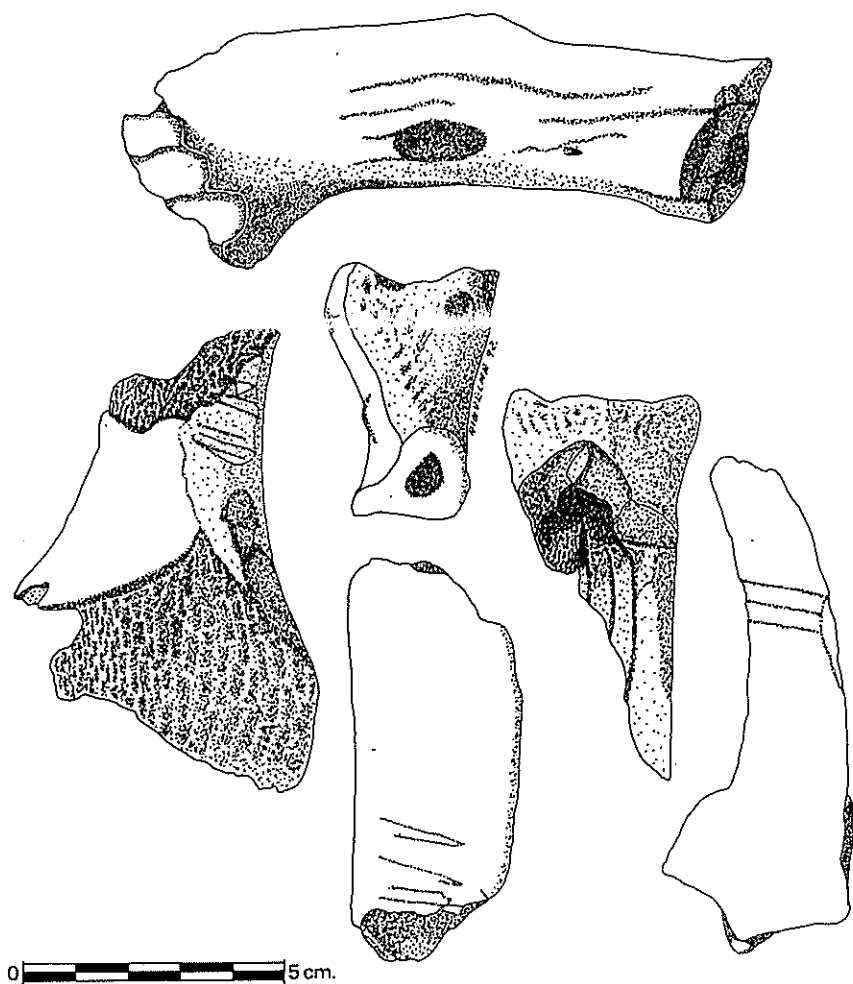


Fig. 4 - Técnicas de carnicería en los Bóvidos

CONCLUSIONES GENERALES SOBRE LA FAUNA

Aunque el estudio de esta muestra faunística no aporta unas características que puedan ser definitivas, al contar con un número de restos de cierta importancia nos permite formular hipótesis de trabajo con las cuales poder entrever el cambio producido en ciertos hábitos alimenticios tras la llegada de los castellanos.

De igual manera, consideramos importante este estudio ya que nos ofrece la posibilidad de poder establecer comparaciones y diferencias con yacimientos árabes enclavados en la misma zona geográfica, lo que permitirá conocer la evolución alimenticia entre comunidades y concepciones culturales distintas. Todo lo cual hará posible obtener dentro de algún tiempo una visión de conjunto sobre el papel desempeñado tanto por la fauna en general, como por la ganadería en particular en una zona tan amplia y con entidad propia como es la Costa de Granada.

La primera conclusión que obtenemos del presente estudio, es que los Ovicápridos son los animales más consumidos dentro del capítulo alimenticio, y en los que se basa la dieta cárnica de los pobladores de la ciudad. En este caso concreto podemos llegar más lejos en nuestras apreciaciones al poder aproximarnos con bastante exactitud al número de cabras y ovejas presentes, concluyendo que el consumo de estas últimas se sitúa prácticamente en el doble que en las cabras. De lo cual podemos deducir que además de existir una preferencia por la carne de cordero, estos animales pudieron aportar lana a los habitantes de la ciudad, lo cual nos introduce en otro aspecto importante respecto a los Ovicápridos, como es la edad de sacrificio que difiere con claridad de la utilizada en las poblaciones islámicas, donde estos animales son sacrificados en su mayoría con muy pocos meses de vida, mientras que en el yacimiento que nos ocupa la gran mayoría de los animales consumidos lo son en edad adulta, lo que indica

una preferencia por las carnes «mas hechas» y también un posible aprovechamiento de los animales tanto de la lana, como lácteo.

En lo referente al consumo cárnico proporcionado por los Bóvidos, tanto por el número de restos, como por el total de individuos que han proporcionado, se sitúan tras los Ovicápridos. Sin embargo, si consideramos los kilos de carne aportados queda claro que estos animales ocuparon el primer lugar. Con la aplicación de los métodos de Kubasiewicz y Barker, se aprecia con claridad este hecho, aunque el primero prima a los Ovicápridos sobre las demás especies, mientras el segundo realiza la importancia de los Bóvidos frente a los demás animales domésticos¹⁵. Respecto a la edad de sacrificio, este tuvo lugar entre los 24 y los 30 meses, lo que indica una actividad ganadera fundamentada en proporcionar animales para el abastecimiento de la ciudad; animales que, por tanto, no fueron dedicados con anterioridad a su muerte a otras actividades tales como el transporte o el trabajo agrícola. La importancia del consumo de estos animales, actúa como diferencia clara respecto a los yacimientos rurales¹⁶, en los cuales la presencia de bueyes es normalmente muy reducida, tiene poca importancia en el consumo cárnico en cuanto a número de individuos sacrificados, y normalmente antes de su muerte desempeñaron labores agrícolas y de transporte¹⁷. Los restos de équidos, tanto caballo como asno, están poco representados en el yacimiento, e implican un bajo consumo de estos animales que de hecho parece ocasional y puede deberse al aprecio de los habitantes por otras carnes, que además son abundantes.

El cerdo, animal representativo de los hábitos alimenticios cristianos, aunque se encuentra presente, lo hace en forma poco numerosa, por lo que se nos plantea la hipótesis de que su bajo índice respecto a las demás especies domésticas pueda deberse al efecto dañino que estos animales ejercían sobre los cultivos de regadío,

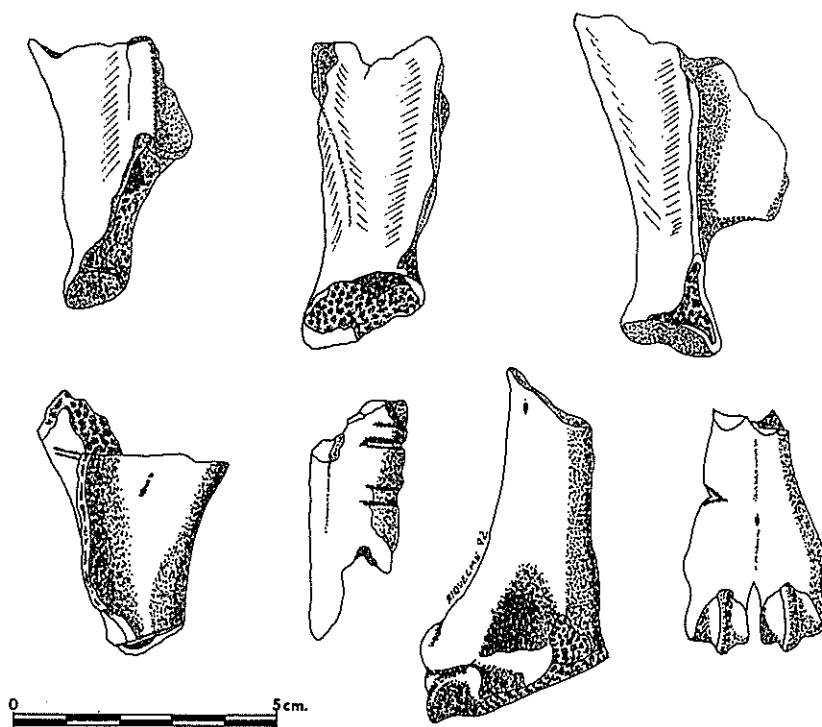


Fig. 5 - Técnicas de carnicería en los ovicápridos

como se desprende de los pleitos interpuestos por los moriscos a causa de los destrozos producidos por estos animales en las cosechas y sembrados¹⁸.

Sorprende, por otra parte, el bajo consumo tanto de conejos como de aves domésticas. En el primer caso, debido al bajo número de restos aparecidos parece más lógico pensar que fuera cazado que criado en cautividad. También es extraño el bajo número de aves, teniendo en cuenta que se trata de carnes muy apreciadas como alimento y son animales de fácil cria en cautividad.

La escasa presencia de estas dos especies animales en un ámbito urbano, en el cual se celebran con regularidad ferias y mercados, nos lleva a plantearnos la hipótesis de que quizás existieran centros especializados en la venta de carne. Es decir, que los restos óseos que nos ocupan serían los desechos provenientes de un «matadero», al tratarse de animales de mediano y gran tamaño, cuyo sacrificio necesita de un espacio determinado y de unas técnicas concretas. Mientras que en el caso de animales de pequeño tamaño, su mayor facilidad para el sacrificio puede hacer que existan otros centros de venta o intercambio.

En lo referente a la presencia de restos óseos pertenecientes tanto a perro como a gato doméstico, parece un hecho bastante normal en este ambiente ciudadano. En el caso concreto del perro, se trata de un animal de talla pequeña y gran robustez que se aprecia en la fuerte torsión que presenta la tibia.

La presencia en el yacimiento de animales salvajes, aunque representados por un número muy escaso de restos, aportan sin embargo una valiosa información sobre el ecosistema natural circundante de la ciudad de Motril, y también del aprecio de las carnes procedentes de la caza por parte de las poblaciones cristianas.

El ciervo, *Cervus elaphus*, tiene como hábitat más característico los bosques de tipo caducifolio, especialmente sus zonas marginales. Puede encontrarse también en dehesas y monte bajo, pero siempre que existan en las proximidades áreas densamente arboladas que pueden ser montañosas o no. Es animal típico de bosque que prefiere los climas templados y húmedos, aunque también puede adaptarse a climas fríos.

El jabalí, *Sus scrofa*, es animal típico de bosques que alternan con espacios abiertos. También habita zonas pantanosas con canaverales donde pueda ocultarse. Necesita la existencia de agua y barro en los que sumergirse. Su régimen alimenticio es omnívoro, y sólo puede vivir en regiones donde el suelo no llegue a helarse. Tanto el ciervo como el jabalí, y otras especies salvajes, tendrían un hábitat óptimo en las sierras próximas a Motril, ya que en pocos kilómetros pasamos del nivel del mar a las cumbres de Sierra Lújar y Sierra Nevada en la parte correspondiente a la Alpujarra. La presencia de *Cervus elaphus* también se constató en el yacimiento de La Rijana, distante de Motril unos 14 kilómetros¹⁹, el cual se enclava en la misma zona tanto geográfica como culturalmente.

Referente a la presencia de restos malacológicos, existe entre los mismos un predominio de especies que viven en los fondos marinos, frente a las especies que lo hacen adheridas a rocas enclavadas a poca profundidad a lo largo de la costa y que pueden ser recolectadas con facilidad.

Las especies que viven en los fondos marinos requieren un mayor esfuerzo para su captura, la cual normalmente se realizaría con redes de arrastre aunque a poca profundidad. También constatamos la predilección de algunas especies en el consumo, como ocurre en el caso de las ostras que son las que más restos han proporcionado.

IMPORTANCIA CULTURAL

Además de la constatación e importancia relativa de las distintas especies animales que componen la muestra faunística, el presente estudio pretende la formulación de hipótesis de trabajo que puedan relacionar la presencia de especies animales con el desarrollo cultural y económico de la ciudad de Motril.

En su término municipal se desarrollaba una rica agricultura, que a su vez generaba una actividad comercial de intercambio en un corto radio con determinados productos: azúcar, cañas dulces, arroz, etc²⁰; así como con seda y pescado.

Esta ciudad, por tanto, se configura como el centro de recepción de los productos de las poblaciones próximas, celebrándose con regularidad un mercado semanal todos los viernes. Todos estos productos, no solamente servían para abastecer a la propia ciudad, sino también a Granada y a otras ciudades del interior²¹. Todas estas

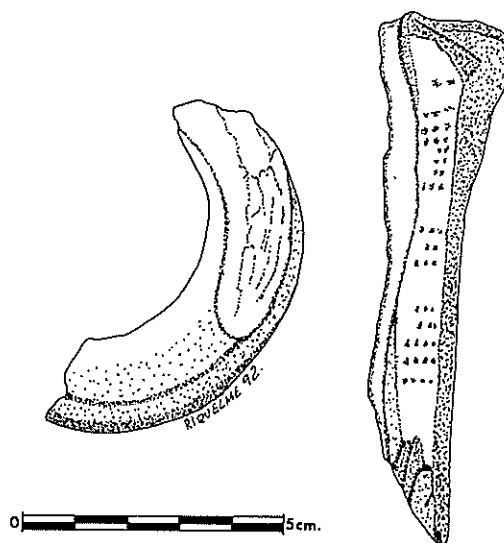


Fig. 6 - Huellas de uso en restos de jabalí y caballo

relaciones comerciales hacen de Motril una ciudad floreciente económica y comercialmente.

La ganadería parece que ocupaba un lugar importante dentro de la economía de la ciudad, a la cual se le dedicaban grandes extensiones de pastos en los alrededores de la villa y montes próximos. Anterior a la llegada de los cristianos, los rebaños sufrían un incremento al llegar a finales del mes de Diciembre de cada año cabañas ganaderas de todo el reino para invernarse, práctica que continuó realizándose en época cristiana²². Por tanto, la ciudad contaba con un buen abastecimiento cárnico durante todo el año, existiendo grandes rebaños que desarrollarían una actividad ganadera de tipo extensivo.

Otra actividad importante era la pesca, la cual tendría lugar en las calas próximas y en la desembocadura del río Guadalfeo. Las embarcaciones empleadas eran de pequeño tamaño, y muy comunes en esta zona, zambra, jabeque, jabeque²³. Los excedentes eran salados y abastecían a Granada y otros lugares. Para realizar esta operación, se utilizaba la sal procedente de las salinas enclavadas en la población de Torre-nueva, dentro del propio término municipal de

Motril. Asimismo, la sal era empleada en la alimentación del ganado que invernaba en esta zona²⁴.

Por último, la presencia de animales salvajes en la muestra ósea que sirvieron de alimento, nos informa tanto del ecosistema cercano a la ciudad de Motril, como de la predilección de las carnes procedentes de la caza por la población cristiana

NOTAS

1. Malpica Cuello, A.; Gomez Becerra, A.; Jiménez Lozano, E. – Informe de la excavación de urgencia realizada en un solar de Plaza de Espana (Motril, provincia de Granada). Anuario Arqueologico de Andalucía, Sevilla 1989, pp.176-180.
2. Estos yacimientos son El Castillejo (Los Guajares); La Rijana (Gualchos-Castell de Ferro); y El Maraute (Torrenueva, municipio de Motril). En ellos no se ha observado un consumo carnico de animales salvajes en época musulmana a excepción del conejo. La presencia de *Cervus elaphus* en el yacimiento de La Rijana esta ligada a la ocupación cristiana del mismo.
3. Kubasiewicz, M.: O metodyce badan wykopaliskowych szcatkow Kostnych zwierzcych. Materialy Zachodnio-Pomorskie, 2, pp.235-244. Szczecin 1956.
4. Barker, G.: La Rocca posteriore di gubbio: secondo rapporto preliminare. Archeologia Medievale, V, pp. 461-474, 1978
5. Para la determinación de la edad en los Bóvidos y Suidos hemos utilizado el método propuesto por Habermehl, K.H.: Altersbestimmung bei Haus und Labortieren, 2. Aufl, Berlin-Hamburg. 1975.
6. Vid. nota 3.
7. Vid nota 2.
8. Silver: La determinación de la edad en los animales domésticos. Ciencia en Arqueología, pp. 289-309. Madrid 1980.
9. Riquelme Cantal, J.A. - Estudio faunístico del yacimiento medieval de El Maraute (Torrenueva, municipio de Motril, Granada) (en prensa).
10. Para la diferenciación osea «ovis/capra» hemos utilizado el método propuesto por Boessneck, Muller y Teichert.
11. Vid. nota 5.
12. Este yacimiento se ubica en la Lonja, dentro del

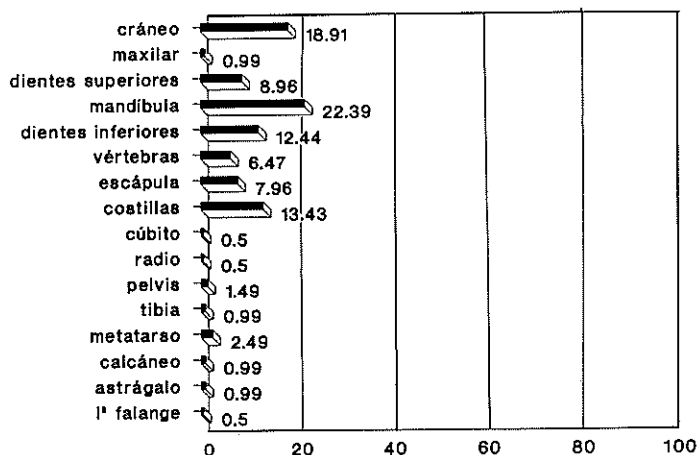


Gráfico 2 – Distribución de los restos óseos en los Bóvidos

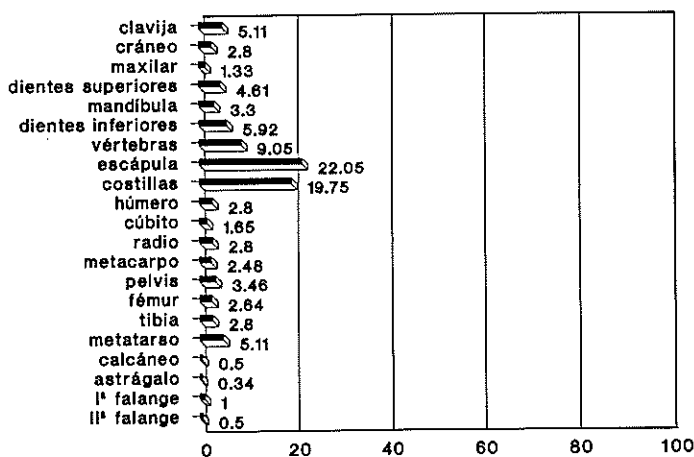


Gráfico 3 – Distribución de los restos óseos en los Ovicápridos (O/C, Capra y Ovis)

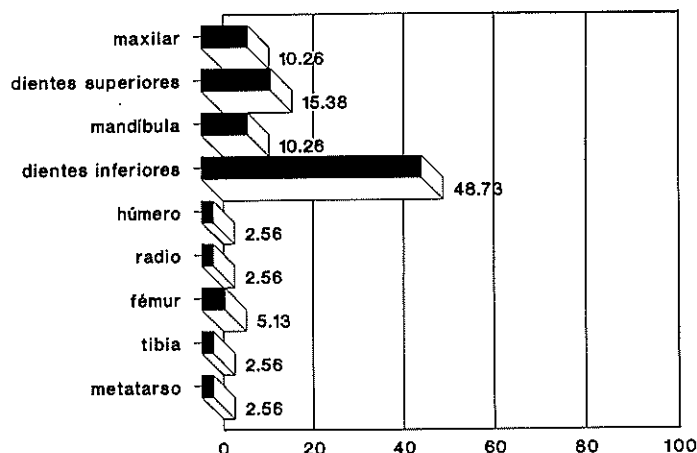


Gráfico 4 – Distribución de los restos óseos en los suidos

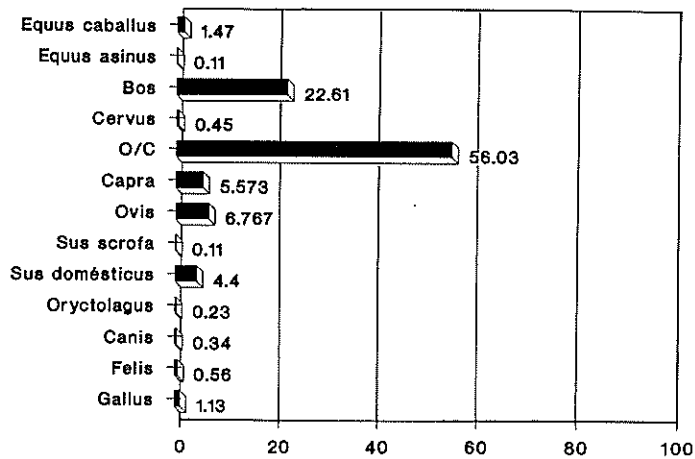


Gráfico 5 – Porcentajes de distribución de las especies animales presentes en el yacimiento

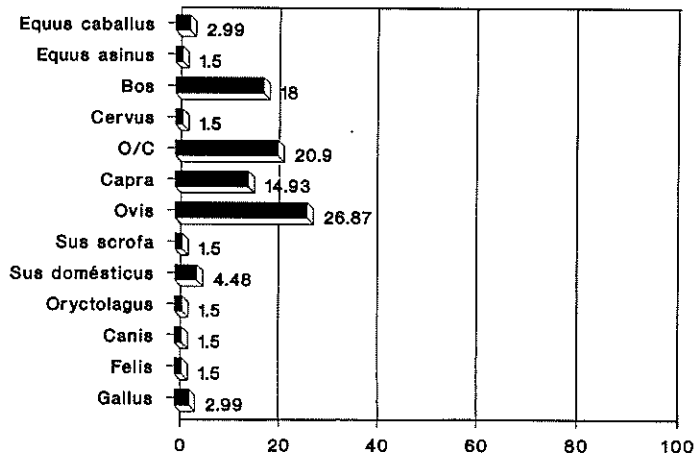


Gráfico 6 – Número mínimo de individuos relativo de cada especie animal

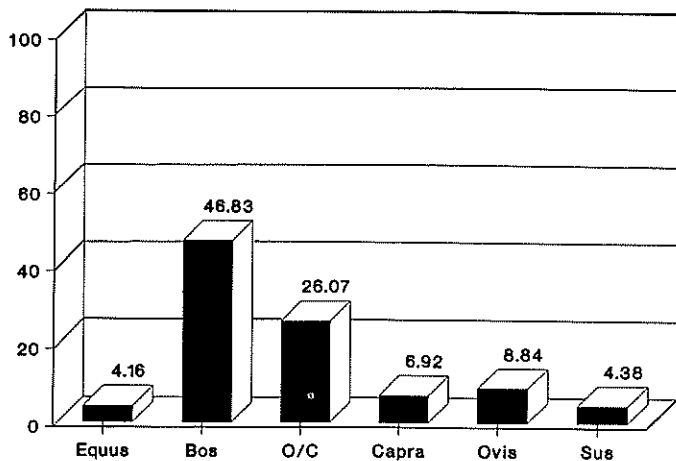


Gráfico 7 – Masa relativa aportada por las especies más consumidas.

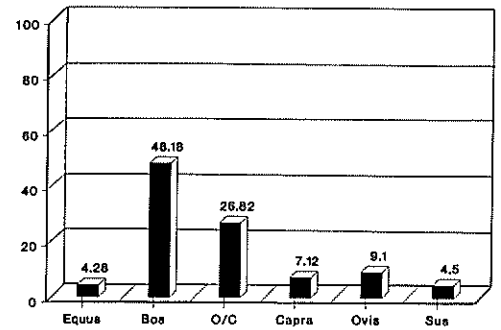


Gráfico 8 – Cantidad de carne relativa aportada por las especies más consumidas según el método Kuba-siewicz.

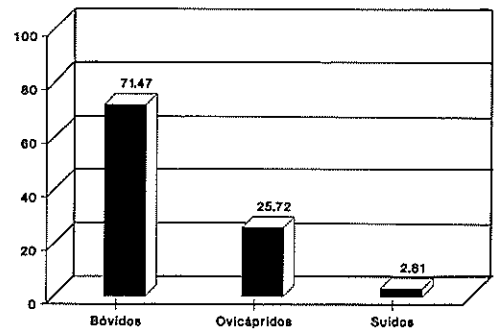


Gráfico 9 – Cantidad de carne relativa aportada por las especies domésticas según Barker

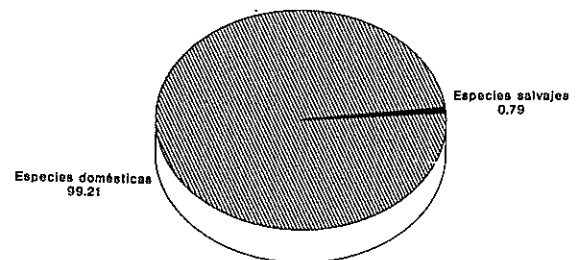


Gráfico 10 – Distribución relativa de las especies salvajes y domésticas en el yacimiento

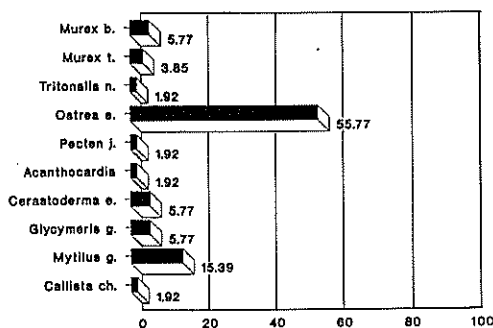


Gráfico 11 – Número de ejemplares relativo de las especies malacológicas presentes en el yacimiento.

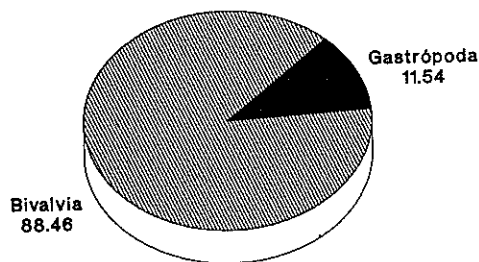


Gráfico 12 – Distribución relativa entre Gasterópodos y Bivalvos.

conjunto arquitectónico de la Catedral de Granada. La intervención arqueológica se realizó en 1990, y la muestra ósea resultante se encuentra en fase de estudio actualmente.

13. Vid. nota 1.
14. A este respecto: Riquelme Cantal, J.A. – Estudio faunístico del yacimiento medieval de «El Maraute». (Torrenueva, municipio de Motril, Granada.) (en prensa).
15. Vid. gráfico 9.
16. Riquelme Cantal, J.A. – «Estudio faunístico del yacimiento medieval...».
17. Riquelme Cantal, J.A. – Los restos faunísticos del poblado de «El Castillejo». (Los Guajares, Granada.) (en prensa).
18. Malpica Cuello, A. – La villa de Motril y la repoblación de la Costa de Granada (1489-1510). Cuadernos de estudios medievales X-XI, pp. 203. Granada 1982-83.
19. Riquelme Cantal, J.A. – La fauna de la Rijana. Aproximación a su estudio. Gualchos-Castell de Ferro (Granada). (en prensa).

20. Escañuela Cuenca, E. – El Consejo de Motril durante los primeros años de dominación cristiana. Motril 1988.
21. Escañuela Cuenca, E. – «El Consejo de Motril...»
22. Escañuela Cuenca, E. – «El Consejo de Motril...»
23. Escañuela Cuenca, E. – «El Consejo de Motril...»
24. Malpica Cuello, A.: Fiscalidad y comercio de la sal en el reino de Granada en la Edad Media. Das Salz in der Rechts- und Handelsgeschichte. Internationaler Salzgeschichtekongress. Berenkamp 1991.

BIBLIOGRAFIA

- BARKER, G. – La Rocca posteriore di gubbio: secondo rapporto preliminare. *Archeologia Medievale*, V, pp.461-474. 1978.
- BOESENECK, Muller y Teichert – Diferencias osteológicas entre las ovejas (*Ovis aries*, L) y cabras (*Capra hircus*, L). *Ciencia en Arqueología*. Madrid 1980. pag.338-366.
- CAMPBELL, M. C. – Guía de campo de la flora y fauna de las costas de España y de Europa. Ediciones Omega. Barcelona 1989.
- DRIESCH, von den, A. – A guide to the measurement of animal bones from archaeological sites. *Peabody Museum Bulletins*. Harvard I. 1976.
- ESCAÑUELA CUENCA, E. – El Consejo de Motril durante los primeros años de dominación cristiana. Motril 1988.
- HABERMEL, K.H. – Altersbestimmung bei Haus und Labortieren, 2. Aufl. Berlin-Hamburg 1975.
- KUBASIEWICZ, M. – O metodyce badan wykopaliskowych szcatkow Kostnych zwierzeczych. *Materiały Zachodnio-Pomorskie*, 2, pp.235-244. Szczecin 1956.
- LINDNER, G. – Moluscos y caracoles de los mares del mundo. Ediciones Omega. Barcelona 1983.
- MALPICA CUELLO, A.; GÓMEZ BECERRA, A.; JIMÉNEZ LOZANO, E. – Informe de la excavación de urgencia realizada en un solar de Plaza de España (Motril, provincia de Granada). *Anuario Arqueológico de Andalucía*, Sevilla 1989, pp.176-180.
- MALPICA CUELLO, A. – Fiscalidad y comercio de la sal en el reino de Granada en la Edad Media. *Das Salz in der Rechts- und Handelsgeschichte*. Internationaler Salzgeschichtekongress. Berenkamp 1991.
- MALPICA CUELLO, A. – La villa de Motril y la repoblación de la Costa de Granada (1489-1510). *Cuadernos de estudios medievales X-XI*. Granada 1982-83.
- MALPICA CUELLO, A. – Paisajes rurales y medio natural en la Costa Granadina: Sierra Lújar en los primeros tiempos moriscos. IV Simposio Internacional de Mudejarismo, (Teruel, 1987), en prensa.
- RIQUELME CANTAL, J.A. – La fauna de la Rijana. Aproximación a su estudio. *Gualchos-Castell de Ferro* (Granada) (en prensa).
- RIQUELME CANTAL, J.A. – Los restos faunísticos del poblado de «El Castillejo». (Los Guajares, Granada). (en prensa).
- RIQUELME CANTAL, J.A. – Estudio faunístico del yacimiento medieval de El Maraute (Torrenueva, municipio de Motril, Granada). *Boletín de Arqueología Medieval* (en prensa).
- SILVER – La determinación en la edad de los animales domésticos. *Ciencia en Arqueología*, 1980.

AGRADECIMIENTOS

Deseo agradecer al profesor A. Malpica Cuello las facilidades para el estudio del material óseo, así como la lectura crítica del manuscrito. Al profesor A. Ruiz Bustos sus orientaciones metodológicas y lectura crítica del manuscrito. A mi buen amigo Miguel Benito Iborra sus consejos y orientaciones bibliográficas.

A ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO DE MÉRTOLA NO PERÍODO ISLÂMICO

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA

i

Os níveis islâmicos da alcáçova de Mértola têm vindo a fornecer, ao longo dos últimos anos, um apreciável conjunto de restos provenientes do consumo alimentar.

A impossibilidade de proceder a um estudo deste tema que abrangesse a globalidade da estação arqueológica levou-nos a seleccionar um grupo de contextos homogéneos a que corresponde um lote de materiais recolhidos num nível cronologicamente anterior à última ocupação islâmica do sítio.

Os quatro estudos que se seguem, realizados pela equipa do Laboratório de Arqueozoologia da Faculdade de Ciências da Universidade Autónoma de Madrid, inserem-se numa linha de investigação em curso no C.A.M. sobre o habitat e a alimentação no período islâmico em Mértola, constituindo a primeira apresentação de resultados referentes a esse projecto de trabalho.

ESTUDIO FAUNISTICO DEL YACIMIENTO ISLAMICO DE MERTOLA: LOS MAMIFEROS

ARTURO MORALES MUÑIZ *

/

I. MATERIAL Y METODOS

El material procede de tres unidades (Q16B, Q17A y Q17C) excavadas en 1990 y 1991.

La identificación de piezas se realizó con ayuda de la colección comparativa del LAZ-UAM. Las piezas fueron medidas con calibre digital (error estimado $\pm 0,5$ mm) según las directrices expuestas por Driesch (1976). Las siglas de medidas son las proporcionadas por Miguel & Morales (1984). Otras siglas utilizadas en este informe pueden consultarse en Miguel & Morales (1983).

La estimación de los números mínimos de individuos se realiza según los métodos clásicos expuestos, entre otros, por Klein & Cruz — Uribe (1984) o Hesse & Wapnish (1985).

Las edades se han estimado de acuerdo con tablas cronológicas elaboradas por nuestro laboratorio. Siendo valores fluctuantes, las piezas de un determinado rango se agrupan en cohortes siendo estas, de menor a mayor: INFANTIL, JUVENIL, SUBADULTO y ADULTO. Las edades para cada una de estas según especies se exponen en el trabajo de Miguel & Morales (1983).

II. RESULTADOS

La Tabla 1 ofrece la relación general por taxones según el NR y NMI así como sus respectivos porcentajes. Apreciamos claramente una muestra faunística bipolarizada, por una parte hacia ovicaprininos, con aproximadamente 46% del NR si se toman en su conjunto (prácticamente similar porcentaje en cuanto a NMI). Salvo por el vacuno, el resto de la fauna representa un componente marginal dentro de la asociación. Ovejas y cabras se presentan con valores muy similares en NR y NMI. Destaca, por último, la ausencia de porcino en el conjunto.

El desglose faunístico según unidades de excavación se ofrece en la Tabla 2. La impresión general es que la distribución de restos taxonómicos parece similar en las tres catas ya que los valores de las faunas más abundantes (ovicaprininos y conejo) son parecidos en todas ellas. La aleatoriedad parece la causa más parsimo-

* Laboratorio de Arqueozología Dpto. Biología (Facultad Ciencias). Universidad Autónoma de Madrid, E - 28049 Madrid

niosa para explicar la presencia o ausencia de los taxones infrecuentes en tal o cual unidad. Estos mismos fenómenos parecen inscribirse en la base de las diferentes relaciones entre oveja y cabra aunque siempre resulte tentador especular sobre si tales diferencias, bastante llamativas, responden a patrones de uso diferencial de las cabañas. Los valores totales de NR y NMI entre unidades de excavación son muy parecidas, lo que parece indicar una distribución homogénea de restos óseos en el sedimento.

La Tabla 3 expone, para cada uno de los 10 taxones identificados, el desglose anatómico de cada muestra. Parece evidente una incorporación de animales completos al sedimento, ya que tanto conejo como O/C poseen desgloses anatómicos equilibrados, en donde no se aprecian ausencias notables. La descompensación de las muestras de oveja y de cabra es un artefacto derivado de la imposibilidad de identificar específicamente muchas porciones esqueléticas de ambas, en particular las piezas axiales y los dientes. De ahí la complementariedad exhibida entre las muestras de oveja y de cabra con la de O/C. En la muestra de vacuno, en cambio, resulta llamativa la baja frecuencia de elementos craneales, en especial la ausencia de dientes. Esta distribución parece indicar una decapitación de las reses en un punto distinto al de incorporación de los esqueletos a la tafocenosis.

La mayoría de las piezas recuperadas presentan buen estado de conservación, lo que explica la total ausencia de fragmentos sin identificar dentro de la muestra, caso insólito en faunas de yacimientos arqueológicos peninsulares (Morales 1976; Miguel 1987). A pesar de ello, en muy pocos huesos hemos podido detectar signos de manipulación. Así, el único resto quemado resultó ser un fémur de conejo (Apéndice I) y tan solo 4 huesos (1 de vaca representando el 2,4% del NR de esta especie y 3 de O/C que suponen sólo el 1,6% de su NR) aparecen mordidos. Más frecuentes han sido las huellas de cor-

TAXON	NR	%	NMI	%
Caballo	1	0.3	1	2.0
Vaca	42	10.8	5	10.2
Oveja	14	3.6	5	10.2
O/C	156	40.1	13	26.5
Cabra	10	2.6	4	8.2
Perro	1	0.3	1	2.0
Liebre	12	3.1	3	6.1
Conejo	147	37.8	14	28.6
Tejon	2	0.5	1	2.0
Ciervo	4	1.0	2	4.1
TOTAL	389	100%	49	100%

Tabla 1 - Relación general de NR (número de restos) y NMI (número mínimo de individuos) por taxones con sus respectivos porcentajes

TAXON	Q16B		Q17A		Q17C		TOTAL	
	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI
Caballo	—	—	—	—	1	1	1	1
Vaca	16	2	11	2	15	1	42	5
Oveja	111	3	22	1	1	1	14	5
O/C	47	3	48	5	61	5	156	13
Cabra	1	1	7	2	2	1	10	4
Perro	1	1	—	—	—	—	1	1
Liebre	10	1	1	1	1	1	12	3
Conejo	62	5	31	5	4	4	147	14
Tejon	—	—	2	1	—	—	2	1
Ciervo	2	1	2	1	—	—	4	2
TOTAL	150	17	104	18	135	14	389	49

Tabla 2 - Relación de NR y NMI por taxones según catas

te y de fracturación intencionada, que hemos constatado en 6 huesos de vaca (14% del NR) y en 22 de O/C (12% del NR). Muchos de estos cortes y fracturas aparecen combinados sobre una misma pieza y se centran en costillas, vértebras y epífisis o extremos de grandes huesos apendiculares (Apéndice 1). Un pitón de asta de ciervo apareció rebajado artificialmente por lo que podría indicar la confección de algún tipo de utensilio. El reducido número de huesos de esta especie es lo que proporciona la falsa imagen de que el 25% de esta muestra ha sido manipulada, lo cual contrastaría con lo referido en el caso de los mamíferos domésticos. No hemos detectado ningún hueso de conejo cortado o fracturado intencionalmente, ni tampoco mordido. La baja frecuencia de piezas mordidas puede guardar relación con la práctica ausencia de perros en la muestra estudiada.

A continuación realizamos una discusión desglosada por taxones.

	Caballo	Vaca	Oveja	O/C	Cabra	Perro	Liebre	Conejo	Tejon	Ciervo	TOTAL
Cuervo/Asta	—	—	5	—	1	—	—	—	—	2	8
Neurocraneo	—	1	2	6	2	—	—	6	—	—	17
Viscerocraneo	—	—	—	10	—	—	—	8	1	—	19
Diente	—	—	—	24	—	—	—	19	—	—	44
Mandíbula	—	—	—	15	—	—	—	23	1	—	39
Vertebra	—	5	—	16	1	—	—	12	—	—	34
Costilla	—	16	—	45	—	—	2	13	—	—	76
Escapula	—	2	—	3	—	—	—	13	—	—	18
Húmero	—	1	—	2	2	—	—	4	—	—	9
Radio/Ulna	—	1	—	1	1	—	1	12	—	1	17
Carpal	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Metacarpo	—	1	2	1	2	—	—	—	—	—	6
Pelvis	—	1	—	4	—	—	1	17	—	—	23
Femur	1	2	—	4	—	—	—	9	—	1	17
Tibia	—	5	—	11	—	—	1	6	—	—	23
Tarso	—	2	1	8	1	—	1	2	—	—	15
Metatarso	—	—	3	1	—	—	4	2	—	—	10
Falange	—	5	1	—	—	—	2	1	—	—	9
Otros	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	3
TOTAL	1	42	14	155	10	1	12	147	2	4	388

Tabla 3 – Desglose anatómico de cada muestra taxonómica

2a. Caballo

De anecdótica podemos considerar la presencia de caballo en la muestra aunque la fragmentada fd femoral identificada en el Silo 7 no presenta dudas en cuanto a su asignación taxonómica. Posiblemente tal infrecuencia guarde relación con el hecho de que el caballo no fuese un elemento de la dieta animal en Mértola.

2b. Vaca

Aunque resulta ser la tercera especie en importancia (considerando a los ovicaprinos como conjunto homogéneo), poco es lo que podemos inferir acerca de los usos dados a esta cabaña. Esto se debe en parte a que las piezas recuperadas no proporcionan información precisa sobre edades o sexos y muy poca acerca de los modos de descuartizamiento de las reses.

Así, pensamos que la mayoría de los huesos podrían pertenecer a individuos adultos o subadultos y, aunque existen al menos dos tallas diferentes de animales, en las muestras en donde el hecho es constatable no queda claro si se tratan de diferencias de edad o de sexo. Tan sólo una epífisis distal (-) de un radio nos indica la presencia de animales de edades inferiores a los 42 meses. El axis del NIC podría perfectamente pertenecer a una hembra pero, en ausencia de pruebas de contraste adicionales podría ser aventurado decidir esto, toda vez que se trata de una especie en donde el dimorfis-

mo sexual, sin llegar a ser espectacular, no es desdeñable (Apéndice 1).

Solo 7 restos (16,5% del NR) han resultado medibles y, de éstos, solo 4 (9,5% del NR) en su totalidad. Como la mayoría, además, son falanges⁴ está claro que no es posible adelantar nada acerca de los tamaños de esta ganadería.

2c. Oveja

Casi la tercera parte de la muestra de oveja resultó estar formada por clavijas óseas (cuernos) y en todos los casos, éstos resultaron ser de ♂♂ no habiéndose constatado en ningún caso ninguna hembra. En un caso se pudo estimar, grosso modo, la edad de uno de estos ♂♂ como de un «juvenil», aunque el dato resulta ser de lo más ambiguo. Por todo lo que parece, no existen entre la muestra de esta especie adultos lo que nos induce a pensar en un uso exclusivamente cárnico de la población recuperada.

2d. O/C.

Esta muestra posee, además del mayor NR recuperado, el mayor número de piezas con edad asignada (44). Aunque esta edad solamente puede estimarse con cierta exactitud en el caso de ciertas fusiones epifisarias y reemplazos dentarios (véase Apéndice I) proporcionamos a continuación un desglose de piezas por cohortes:

Inf./Juv.	14
Inf./Subadulto	1
Juvenil/Subadulto	13
Subadulto	5
Adulto	11

Una distribución de cohortes como la reflejada se repite en las tres unidades excavadas y parece indicativo de un uso múltiple de la cabaña. No obstante, la abundancia de cohortes no adultas enfatiza la importancia del componente cárnico como base fundamental del aprovechamiento. El hecho de que algunos de los adultos sean seniles podría interpretarse como reforzador de esta hipótesis.

La práctica totalidad de la muestra de O/C resultó imposible de medir (5 piezas mensurables representan el 3% del NR) (Apendice 1). En esta situación, resulta muy difícil realizar ningún tipo de estimación sobre las características morfológicas de las poblaciones.

Tan sólo un pubis D pudo ser determinado con seguridad como perteneciente a una ♀. Los restos asignados a ♂♂ (astrágalo y calcáneo) no son fiables en función de las características de tales piezas.

2e. Cabra

Casi la mitad de las piezas de esta especie han podido ser sexadas: 3 pertenecen a ♀♀ y 1 a ♂, invirtiendo la situación constatada en el caso de la oveja. Cuando menos una de las piezas,

un metacarpo con epifisis distal (-) Edad inferior a los 23 meses) puede ser considerada como perteneciente a un juvenil, ya que el resto parecen pertenecer a adultos.

La dominancia de hembras y de adultos hace pensar en un uso preferente de productos secundarios más que de un aprovechamiento exclusivamente cárnico de la cabaña. En el caso de las cabras, la leche parece ser un recurso adecuado pero con la información disponible no podemos asegurar tal extremo. Dos piezas, una clavija ósea y un frontal, presentaban evidencia de que los cuernos habían sido seccionados en la base, un dato que se asocia con el desollamiento de los animales y el posterior aprovechamiento de su piel.

2f. Perro

De testimonial podemos considerar la presencia de esta especie en la muestra. La talla del diente, no obstante, apunta hacia un animal de talla media (alzada 20-30 cm). (Apéndice 1).

2g. Liebre

La aparición de una serie de una pata posterior en la cuadrícula 16B, incluyendo una serie metatarsiana S completa, ha producido sin duda una inflación de la muestra de esta especie que parece ser un componente secundario de la fauna. Lo mermado de la representación esquelética, unido al carácter cinegético y cárnico de la liebre, es de lo poco que podemos mencionar como dato complementario.

2h. Conejo

El interés de esta especie radica no tanto en el tipo de uso que se ha dado, como en saber si se trata de animales domésticos o silvestres. La ausencia de huesos craneales adecuados, así como de caracteres diferenciales morfológicos y morfométricos en el resto de las piezas esqueléticas, nos impiden verificar este particular de un modo directo. El contexto, por su parte, tampoco contribuye a solucionar el problema toda vez que aunque escasa, existe fauna cinegética en Mértola, tanto entre los mamíferos como entre las aves. El carácter mayoritariamente doméstico de la asociación de mamíferos apoya la naturaleza igualmente doméstica en el caso del conejo y la representación esquelética podría considerarse como prueba adicional del hecho. Lo cierto es que, tratándose de un animal de pequeña talla, su caza hubiese igualmente entrañado el transporte de ejemplares completos a los lugares de consumo. La pérdida de algunos huesos de menor tamaño (carpo, tarso, falanges) puede ser debida a factores tafonómicos o a diseño de la excavación que en modo alguno habrían actuado de forma diferencial en el caso de animales silvestres o domésticos.

Los valores de las piezas mensurables, que totalizan 68 (46% del NR), indica que se trata de ejemplares similares en su talla a las poblaciones silvestres peninsulares. Esto, de todas formas, tampoco contribuye a solucionar la cuestión, ya que descono-

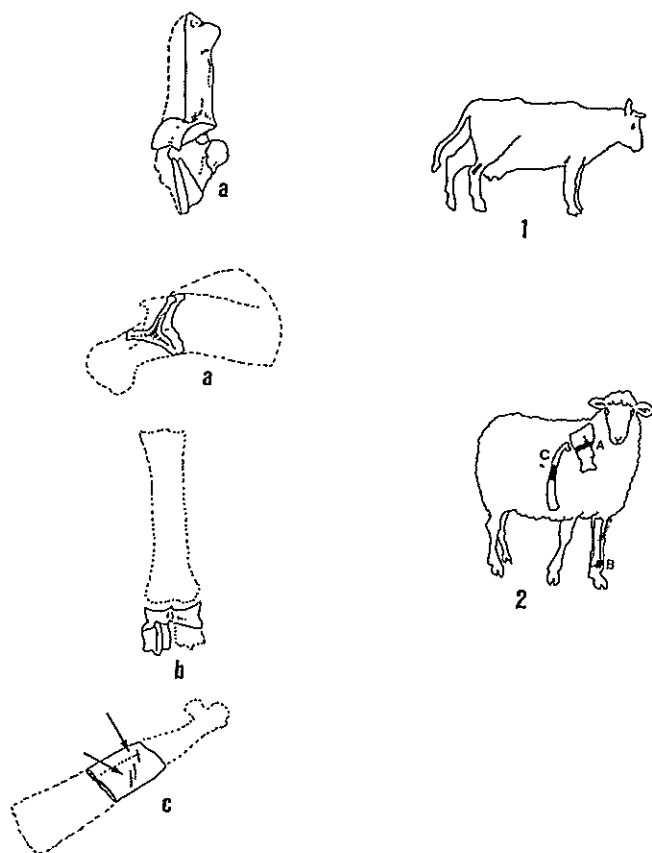


Fig. 1 - Patrones de fracturación en osamentas de mamíferos de Mértola; 1a. = Calcáneo de vaca; escápula de ovicaprino (se aprecian, además de las fracturas, señales de cortes de descarnamiento (flechas). En punteado se completan las siluetas de los huesos en cuestión. Las siluetas de los animales indican la situación de cada pieza (el fragmento en negro) dentro de su esqueleto.

remos si las razas domésticas de conejos en el pasado, caso de haber existido, diferían de la morfometría agriotípica en alguna medida. La baja fragmentación de la muestra (inferida indirectamente a través de las altas frecuencias de piezas mensurables) se debe sin duda al pequeño tamaño de los huesos lo que faculta la manipulación de la carcasa sin necesidad de proceder necesariamente a su despiece.

2i. Tejón

Es muy posible que todos los restos de tejón pertenezcan a un mismo individuo por lo que el NR=1. Los valores de las carniceras indican la existencia de una forma robusta aunque no deseamos entrar en la cuestión de la diferenciación subespecífica. Cavador como el conejo, el tejón es un gran alterador de estratigrafías y un peligro constante para el arqueólogo. La no recuperación de otras piezas además de las des-

critas, no obstante, parece indicar que no se trata de un resto diacrónico, muerto en su hora en un momento posterior a la ocupación de la ciudad. Tal cuestión deberá confirmarse con materiales adicionales.

El uso del tejón por parte del hombre se encamina siempre hacia el aprovechamiento de la piel o del pelo mas que al de la carne.

2j. Ciervo

Especie fija en yacimientos antrópicos peninsulares, se encuentra representada en Mértola por 2 fragmentos de astas y por dos fragmentos de huesos apendicular que parecen indicar la presencia de dos individuos de diferente edad: un adulto (fémur) y un subadulto (ulna) (Apéndice 1).

Desconocemos si las astas pertenecieron a individuos cazados o si fueron recogidas en el campo tras su desmogue. Uno de los pitones presenta un incipiente rebajado, lo cual indica que la utilización de la especie no se hizo con fines exclusivamente cárnicos.

III. CONCLUSIONES

Es aventurado avanzar hipótesis con faunas o muestras muy limitadas y 400 restos no parecen ser demasiado fiables. Aún así, algunas conclusiones parecen bastante consecuentes con los datos de que disponemos.

De este modo, la fauna recuperada en Mértola parece estar dominada por las cabañas domésticas y ser, por ello, una asociación de carácter utilitario. Esta dominancia viene dictada no tanto por el hecho de unos mayores NR y NMI del componente doméstico como por el hecho de que la fauna silvestre, a nivel de biomasa/individuo, representa valores muy inferiores a las de aquella. Si el conejo fuese doméstico, la dominancia de este sector sería prácticamente total.

Por otra parte, la identidad y la homogeneidad cultural (e.d. musulmana) del asentamiento parece clara, habida cuenta de la total ausencia de ganado porcino o de jabalíes en un yacimiento enclavado geográficamente en zonas donde tal cabaña suele prosperar en libertad (Driesch 1972; Morales 1976; Miguel 1987).

El uso de las cabañas no parece ser homogéneo, en cambio, y existen indicios de que el aprovechamiento de productos secundarios era practicado en unos casos (vacuno?, cabras) mientras que en otros (oveja) parecía predominar el consumo directo de carne, aprovechando sin duda los excedentes (machos) de la población.

El buen estado de conservación de los huesos, la representatividad esquelética equilibrada salvo en el caso del vacuno, y la baja incidencia de mordeduras post-mortem de las piezas, apuntan hacia un enterramiento rápido de los cadáveres tras su muerte o aprovechamiento en un lugar no muy distante de los lugares en donde ocurría tal aprovechamiento.

En el actual estado de las investigaciones, no podemos pormenorizar detalles sobre las características morfológicas de las especies aparecidas.

IV. AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a D. Santiago Macías la confianza demostrada al encargarnos el estudio de los huesos así como toda la información complementaria que nos proporcionó. El trabajo se benefició de una subvención del Ministerio de Cultura (-424601990 OT/90) y otra de la DGICYT (PB 87-0796-002-01).

V. BIBLIOGRAFIA

DRIESCH, A. von den (1972) – Osteoarchaeologische Untersuchungen auf der Iberischen Halbinsel. Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel, vol.III: 1-127.

- DRIESCH, A. Von den (1976) – Messmethodik — UNI druck, München.
 HESSE, B.& P. Wapnish (1985) – Animal Bone Archaeology — Taraxacum, Washington.
 KLEIN, R.G. & K. Cruz — Uribe (1984) – The Analysis of animal bones from archaeological sites — Chicago UP, Chicago.
 MIGUEL, F.J. de (1987) – Estudio comparado de las faunas de vertebrados asociadas a yacimientos holocénicos ibéricos. Tesis (Universidad Autónoma de Madrid).
 MIGUEL, F.J. & A. Morales (1983) – Informe sobre los restos faunísticos recuperados en el yacimiento del Cerro de Santa Ana (Entrena, Logroño) – Berceo (Ciencias) (1):49-165.
 MIGUEL, F.J. & A. Morales (1984) – Catálogo para una unificación de las medidas del esqueleto postcraneal de mamíferos en España. — Primeras Jornadas de Metodología de Investigación Prehistórica. Soria 1991. Madrid (Ministerio Cultura): 299-305.
 MORALES, A. (1976) – Contribución al estudio de las faunas mastozoológicas asociadas a yacimientos prehistóricos españoles — Tesis (Universidad Complutense). Madrid.

MERTOLA

APENDICE 1 – RELACIÓN GENERAL DE PIEZAS Y DESCRIPTIVA

I. M — 990 / Q16B / N1C / Cont. 1030

1a. Vaca (*Bos taurus*)

Vértebras cervicales: 2 (1 axis y 1 cervical 4)

Medidas axis:	LAD	65
	LC	76
	Aakr	79
	Aakd	40
	Amc	43,5

Costillas: 3 esquiras distales (2 con fracturación intencionada).

Escápula: 2 (1 fragmento de lámina y una porción distal articular).

Húmero: 1 ed.

Pelvis: 1 esquirra de rama ilíaca.

Fémur: 1 cabeza (D/S?), aparentemente (-) y mordida abundantemente (¿perros?).

Tibia: 4 [1 ed, 2 fd (IS) y una porción proximal (+) (NMI = 2 (talla)].

Calcáneo: 1 D cortado longitudinalmente (ver Figura 1).

F III: 1.

1b. Oveja (*Ovis aries*)

Cuerno: 3 [♂ aparentemente; 2D (1 cortada en la base) y 1 esquirra] (NMI=2).

Neurocráneo: 2 (1 fragmento de temporal y parietal S y una calota casi completa de un joven ♂ (NMI se añade a los 2 machos precedentes).

Metacarpo: 2 porciones proximales D.

Metatarso: 3 porciones proximales (2D y IS).

Astrágalo: 1D (poroso; ¿joven?).

1c. Ovicaprinos (O/C)

Neurocráneo: 2 (1 frontoparietal (infantil/juvenil) sin cuernos y 1 petroso (D/S?) adulto para un NMI = 2).

Viscerocráneo: 5 maxilares [1?: 2S: 1 con P3, P4, M1 y M2 (+/-) (9-12 meses) 1 con P2, P3 y P4 (+/-) bajo el P4 (21-24 meses) 2D: 1 con M2 (+/-) y 1 con P2 & P3 (++)]. NMI: 3.

Dientes superiores: 3 [IM1/M2 S (+) y 2 premolares definitivos (1 germen y 1 P3 D(+)) que añade un 4º individuo al NMI de maxilas].

Mandíbulas: 5 ramas horizontales [3D: 1 con M3 en la cripta, 1 con M3 (+) y 1 con M3 (++)/2S: 1 con M3 (+) y 1 con M3 (++)].

Dientes inferiores: 2 [1 M1/M2 S (+) y 1 incisivo S definitivo].

Vértebras costales: 4 [2 completas (ambas epífisis (+) pero diferente talla (NMI=2) más 2 fragmentos de arcos de infantiles/juveniles) (NMI=3)].

Vértebras lumbares: 4 [1 apófisis transversa; 1 apófisis neural, 1 arco y una hemivértebra con ambas epífisis (-)].

Costilla: 14 (2 con señales de corte clásicos)

Fémur: 4 [2ed , 1 fd [distal D] y 1 proximal D (con todo -)].

Tibia: 3 [1 ed y 2 porciones distales, ambas con epífisis (-)].

1d. Cabra (*Capra hircus*)

Metacarpo: 1 porción proximal D [epífisis distal (-)].

1e. Perro (*Canis Familiaris*)

Diente superior: 1 P3 (S) (L (corona): 9'5/A (corona): 5,5). Talla mesomorfa.

1f. Liebre (*Lepus granatensis*)

Costilla: 1 fragmento distal.

Radio: 1 porción proximal S (Ap: 8/Amd: 4,5).

Tibia: 1 porción distal S (AD: 13,5/Amd: 6,5).

Calcáneo: 1 S (Lm: 30/Am: 10).

Tarso: un tarso completo con 4 metatarsos S. Medidas:

Lm	46	47	45	40
Ap	4,5	5	3,5	6
Amd	3,5	4	3	2,5
Ad	5	5	5	4,5
nº	II	III	IV	V
D/S	S	S	S	S

Falanges: 2. Medidas:

Lm	20,5	20
Ap	5	5,2
Amd	3	3
Ad	4	4

1g. Conejo (*Oryctolagus cuniculus*)

Neurocráneo: 2 (1 bula timpánica D, 1 occipital completo).

Viscerocráneo: 1 sínfisis premaxilar.

Mandíbula: 9 (5D, 4S NMI = 5). Medidas:

Lm	51	—	—	—	—	51,5	52
Hm	30,5	—	—	—	—	30	30,5
SDI(corona)	(12)	(12)	(14)*	(13)*	11,5(14)	14	14
D/S	S	S	S	S	D	D	D

Diente inferior: 11 (2 incisivos, 9 molariformes).

Vértebra costal: 1 [ambas epífisis (+)].

Vértebra lumbar: 5 [1 con ambas epífisis (+), 3 con la posterior (-) & anterior (+) y 1 con la posterior (+) y la anterior rota].

Costilla: 4 (3 completas, 1 fragmento distal).

Escápula: 5 (2D (1 lámina y 1 porción distal), 3S (2 láminas y 1 porción distal). Medidas:

Ap	30	—	—	32
Lmc	—	4	4,5	—
Ld	—	9	9,5	—
La	—	(8,5)	8,5	—
Aa	—	(6)	(6,5)	—
D/S	S	S	D	D

Húmero: 1 distal S (Amd: 4/Ad: 8)

Radio: 3 [IS, 1 proximal D, lfd (D/S ?)]. Medidas:

Lm	57	—
Ap	5,5	5,5
Amd	3	3
Ad	5,5	—

Ulna: 4 porciones proximales (ID, 3S). Medidas:

Aa	5,5	5	(5)	(5,5)
Gpa	6,5	7,5	7	7
Gmo	6	7	6	6,5
Lo	7	7,5	6,5	6,5
D/S	D	S	S	S

Pelvis: 6 (5D, IS). Medidas:

Lam	(7,5)	(8)	(7)	(7,5)	(8)	(8)
Lab	(7)	(7,5)	(6)	(7)	(6)	(6,5)
Aml	6,5	7	6	7	6,5	6,5
Lfo	13	—	13,5	—	14,5	13,5
D/S	S	D	D	D	D	D

Fémur: 6 (1 diáfisis S, 3ed, 2 porciones distales S). Medidas:

Ad	12	(11,5)
At	5,5	—
D/S	S	S

Tibia: 2 (ID (porción proximal), Ap: 13, IS (fd proximal)).

Metatarso: 2D. Medidas:

Lm	31	30
Ap	3,5	3
Amd	3	2,5
Ad	4	3,5
nº	III	IV

1h. Ciervo.

Asta: 1 fragmento pitón.

Fémur: 1 mitad proximal D (Ac: 45/GC: 32).

II. M — 990 / Q17A / Nic / Cont. 1031

2a. Vaca

Neurocráneo: 1 fragmento apófisis articular de temporal S

Vértebra cervical: 1 apófisis neural.

Vértebra caudal: 1 con patentes cortes en la cara ventral (Figura 1).

Radio: 1 fragmento distal S [epífisis (-)].

Costilla: 5 (4 distales, 1 proximal de un individuo de talla muy inferior). NMI=2.

Fémur: 1 fd D.

F3: 1a [Lm: (80)/Ld: (54'5)/Aa: (25)/Ams: (27'5)].

2b. Oveja

Cuerno: 2 esquirlas de clavija. La determinación específica no es segura al 100%.

2a. O/C

Viscerocráneo: 4 (1 premaxilar S, 3 maxilares (ID con 2 premolares de leche (++) y 2S (I sin dientes y 1 SD S completa con M3 (++)). NMI=2.

Mandíbula: 7 (1 sínfisis de inf./juv. 6 ramas horizontales (2S (1 sínfisis, 1 con M3 (+/-) (18-48 meses) y 4D, a saber: 1 con P4 (++) (< 6 semanas), 1 sin dientes pero de mayor tamaño (¿adulto?) y el cuarto con M2 (+) y M3 aún en la cripta). NMI=5.

Vértebra cervical: 2 (1 arco neural de cervical convencional y 1 axis fracturado (ver Figura 1).

Vértebra torácica: 3 [centros con ambas epífisis (-) y parte del arco roto]. NMI = 2 (talla).

Costillas: 20 (3 proximales, resto fragmentos distales, casi todos cortados intencionalmente).

Escápula: 1 porción distal S (aparentemente cabra).

Ulna: 1 epífisis distal (-) D.

Pelvis: 2 pubis ♀ (ID, 1S).

Tibia: 3 [2fd (1 adulto, 1 juvenil) (adulto enorme), 1 porción distal (epífisis (-)).

Astrágalo: 3 [2D (1 juv.), 1S (♂) NMI=3 (talla)].

Calcáneo: 2 [ID (tuber.+), 1S (tuber (-), ¿cabra? ¿♂ joven?).

2d. Cabra

Cuerno: 1 clavija ósea S, cortada en la base, aparentemente ♀.

Neurocráneo: 2 [1 calota casi completa (cuernos cortados en la base), (♀?) y 1 supraoccipital]. NMI=2.

Axis: 1♀ [epif. post. (-)].

Húmero: 2 porciones distales [1S (♂), 1D (♀?)].

Las medidas del macho son:

Ad = 37/At = 35,5

Metacarpo: 1 epífisis distal (-) S.

2e. Liebre

Costilla: 1 completa.

2f. Conejo

Viscerocráneo: 2 puentes maxilares completos (1 quemado). NMI=2.

Mandíbula: 5 (4D, 1S). Medidas:

Lm	51,5	--	--	--	--
Hm	28,5	--	--	--	--
SDI(alveolo)	14,5	14	14,2	12	13,5
D/S	D	D	D	D	S

Diente superior: 1M2D.

Diente inferior: 6 (1 incisivo, 5 molariformes).

Vértebra lumbar: 3 [2 con ambas epífisis (-) y 1 con la anterior (+) y la posterior (-)].

Escápula: 2 porciones distales D. Medidas:

Lmc	4	4
Ld	8,5	9
La	(7,5)	(8,5)
Aa	6	6,5

Húmero: 2 (1S, 1D (porción distal)). Medidas:

Lm	5,5	--
Ap	10,5	--
Amd	3,5	(3,8)
Ad	8	(7,5)
D/S	S	D

Pelvis: 7 Hemipelvis (4S, 3D). Medidas:

Lam	(7)	(8)	(8)	(8)	(7,8)	(7)	(8)
Lab	(6,5)	(7)	(7)	(6,5)	(7)	(6)	(6,5)
Aml	6	6,5	6,5	7	7	6	7
Lfo	13,5	14,5	13		15	13	--
D/S	D	D	D	S	S	S	S

Fémur: 2 {1D [proximal con epífisis (-) y quemado] y 1S completo (Ap: 15/Ap3: 17,5/Amd: (6)/Ad: (13)/At: (5,5)/GC: 6,5).

Tibia: 1 porción proximal S (epífisis (+/-) (Ap: 13).

2g. Tejón (Meles meles)

Viscerocráneo: 1 maxilar S con P3 y P4.

Mandíbula: 1 sínfisis con ambas ramas incluyendo la serie P2-M1. Medidas de las muelas carniceras:

L (corona)	17	15
A (corona)	(8)	13,5
sup.inf	inf.	sup.
D/S	S	S

2h. Ciervo

Asta: 1 muralla de pitón fracturado y aparentemente rebajado.

Ulna: 1 fragmento proximal roto [olecranon (-)].

III. M-991 / Q 17C / SILO 7

3a. Caballo (Equus caballus)

Fémur: 1 fd D muy fragmentado.

3b. Vaca

Vértebra caudal: 1 cortada radialmente.

Costilla: 8 fragmentos (2 proximales, resto distales).

Metacarpo: 1 fragmento distal S (Ad:67).

Tibia: 1 ed.

Centrotarsal: 1D (Am: 52).

F1: 1 rota proximalmente y con cortes en la diáfisis (Amd: 27).

F2: 2. Medidas:

Lm	(39,5)	-
Ap	32	(28)
Amd	26,5	24,5
Ad	26	25
a/p	p	?

3c. Oveja

F2: 1 mordida por un perro (Lm: 24/Ap: 11,5/Amd: 8/Ad: 8).

3d. O/C

Neurocráneo: 4 [1 occipital (juv.), 2 apófisis articulares de temporal (1D (inf./juv.), 1S (adulto))].
NMI=2.

Viscerocráneo: 1 maxilar (D/S ?).

Diente superior: 10 (2?, 2 aparentemente molares, 2 premolares [1 P2 D (+/-) (21-24 meses) y un P4D (+)] y 4 molares (3MI/M2 (1 (+/-) S y 2 (+) (1D, 1S) [más un M3D enorme (L (corona): (23)/A(corona): (13,5)]. NMI=4 (edad, talla).

Mandíbula: 3 (1 apófisis coronoides D, 2 ramas horizontales (1D con P2-P4 (++) y 1S con M3 (++) (L (corona): 27/A (corona): 10,5).

Diente inferior: 7 [3 incisivos definitivos (1 germen, 2 funcionales (1D,1S) y 1 M3 S (+) (roto)].

Diente sin especificar: 2 murallas molariformes.

Hioide: 1 fragmento de rama ascendente D (no adulto).

Vértebra costal: 3 (2 apófisis neurales, 1 apófisis articular de un animal de mayor tamaño). NMI=2.

Costilla: 11 fragmentos (2 proximales, resto distales).

Escápula: 2 fragmentos lámina (1S, 1 ? cortado en serie).

Húmero: 2 [1 fd D y 1 ed (juv.)].

Carpal: 1 radial D (Am: 9,5).

Metacarpo: 1 porción distal D (Ad: 30).

Pelvis: 2 fragmentos acetabulares (1 D isquiático y 1?).

Tibia: 5 [2 ed/1 fd distal (juvenil), 1 porción proximal S (epífisis (+) mordida por perros, 1 epífisis distal (-)].

Metatarso: 1 porción proximal D (¿cabra?) (Ap: 22,5).

Calcáneo: 1 S.

Astrágalo: 2 [1S erosionado (¿rebajado?), 1D (Lml: 28/Lmm: 26/Gl: 16,5/Ac: 17,5)].

Metapodio: 2 [1 epífisis (-) y 1 cóndilo cortados de modo peculiar]. (Figura 1).

3e. Cabra

Ulna: 1 articulación D.

Calcáneo: 1 D con la porción ventral mordida por perros.

3f. Liebre

Pelvis: 1S (Lam: (10,5)/Lab: (9,5)/LFO: 15,5).

3g. Conejo

Neurocráneo: 4 (2 frontales (1D,1S), 1 parietal y 1 esfenoides, todos deteriorados).

Hioide: 1 fragmento de rama ascendente D (no adulto).

Viscerocráneo: 5 (1 premaxilar S, 3 yugales (1D, 1S, 1?) y 1 arco maxilar completo). Medidas:

SDS (alveolo)	12,5	13
D/S	D	S

Mandíbula: 9 (2 apófisis angulares (1D, 1S), 1 apófisis coronoides D y 6 ramas mandibulares (4D, 2S).
NMI=4. Medidas:

SDI (alveolo)	13	(14,5)
D/S	S	S

Diente inferior: 1 incisivo.

Vértebra: 3 (2 apófisis transversas de vértebra lumbar y 1 caudal completa).

Costilla: 9 fragmentos (5 proximales).

Escápula: 6 [1 lámina proximal D/S (?) y 5 porciones distales (3S, 2D)]. Medidas:

Lmc	5	4,2	4	4,5	5
Ld	10	9	9,5	9,5	-
La	(7)	(8)	(8,5)	(9)	(8)
Aa	6,5	6,5	6	6,5	6
D/S	S	S	S	D	D

Húmero: 1D (Lm: 55/Amd: 4/Ad: 8).

Radio: 1 proximal D (Ap: 5,5/Amd: 3).

Ulna: 4 porciones articulares (3D,1S). Medidas:

Aa	5,2	5,5	5	5,5
Gpa	6,5	7	-	6
Gmo	6	6,5	-	6
LO	6,8	7,5	-	6,5
D/S	S	D	D	D

Pelvis: 4 [2D (1 hemipelvis, 1 isquion), 2S (1 hemipelvis, 1 fragmento isquion)]. Medidas:

Lam	(7)	(8,5)
Lab	(6,5)	(7,5)
Aml	6,2	7
D/S	D	S

Fémur: 1 fd (D/S?)

Tibia: 3 [1 ed, 1 proximal S (epif. (+) y 1 distal D)].
Medidas:

Ap	12	-
Ad	-	9,5
D/S	S	D

Calcáneo: 2D. Medidas:

Lm	19	18,5
Am	7,5	8
D/S	D	D

F1: 1 (Lm: 14/Ap: 3,5/Amd: 2/Ad: 3).

LOS RESTOS DE AVES DEL YACIMIENTO MEDIEVAL DE MÉRTOLA

F. HERNANDEZ CARRASQUILLA

MATERIAL Y MÉTODOS

El material estudiado proviene de la excavación de tres unidades estratigráficas del yacimiento de Mértola (Portugal). En la discusión hemos considerado las unidades independientes entre si, las unidades en cuestión son: Q-17A, cont. 1031; Q-16B, cont. 1030 y Q-17C, silo 7.

La identificación del material se ha llevado a cabo con la ayuda de la colección comparativa del LAZ-UAM.

El NMI (Nº Mínimo de Individuos) se ha estimado siguiendo los criterios propuestos por CLASON (1975) y PAYNE (1975).

Para la determinación del sexo, en los casos que ha sido posible, nos hemos basado casi exclusivamente en la presencia (machos) o ausencia (hembras) de espolón en el tarsometatarso de galliformes.

Las medidas se han tomado de DRIESCH (1976), expresándose siempre en mm. Sus siglas son las siguientes:

CORACOIDES

- GL: Longitud diagonal máxima.
- Bb: Anchura basal máxima.
- Bf: Anchura de la facies articularis basalis.

RADIO

- GL: Longitud máxima.
- SC: Anchura mínima del corpus.
- Bd: Anchura máxima del extremo distal.

CARPOMETACARPO

- GL: Longitud máxima.
- Did: Diagonal del extremo distal.

FEMUR

- GL: Longitud máxima.
- Bp: Anchura máxima del extremo proximal.
- Dp: Grosor máximo del extremo proximal.
- Sc: Anchura mínima del corpus.
- Bd: Anchura máxima del extremo distal.
- Dd: Grosor máximo del extremo distal.

TIBIOTARSO

- GL: Longitud máxima.
- Dip: Diagonal máxima del extremo proximal.
- Sc: Anchura mínima del corpus.
- Bd: Anchura máxima del extremo distal.
- Dd: Grosor máximo del extremo distal.

TARSOMETATARSO

- GL: Longitud máxima.
- Bp: Anchura máxima del extremo proximal.
- Sc: Anchura mínima del corpus.
- Bd: Anchura máxima del extremo distal.

RESULTADOS Y DISCUSION

La tabla 1 recoge los taxones recuperados en la muestra por unidades, NR y NMI. La descripción de los restos se encuentra en las tablas 2, 3 y 4.

El NR no se distribuye uniformemente por las distintas unidades de la muestra; la unidad Q-16B posee más del 60% del total de restos.

La especie más abundante tanto globalmente como por unidades es la perdiz, especie cinegética de importancia, muy frecuente en yacimientos Peninsulares. La dominancia de una especie silvestre en el momento cultural que nos movemos, se debe probablemente a un sesgo originado por la elección de las unidades a excavar del yacimiento. El hallazgo de huesos quemados y con cortes nos indican el aprovechamiento alimentario de este ave; en la figura 1A, están señalados los cortes apreciados en los huesos de perdiz, al tratarse de una especie de mediano tamaño el proceso de despiece no era muy elaborado; simplemente parece ser que se retiraban las patas, de escaso valor carnico, del resto de la carcasa

No ha sido posible identificar correctamente la especie de paloma debido al parecido osteológico que presentan las dos especies involucradas (FICK, 1974); asimismo con los restos recuperados es imposible conocer si se trataba de aves domésticas o silvestres. No se han apreciado cortes en los huesos de paloma.

Ya hemos comentado en las líneas anteriores el pequeño número de restos de gallina recuperados en la muestra; las piezas esqueléticas recuperadas (ver Tabla 3) son piezas de alto valor cárnico; los cortes apreciados en esta especie (ver figura 1B), más que relacionados con el despiece del ave, parecen producidos a la hora de comérselas.

Todos los ejemplares de gallina son adultos, aunque de sexo desconocido; la talla de los individuos recuperados en el yacimiento es bastante

Tabla 1
Relación de taxones por unidades, NR Y NMI

	NR	NMI
Q-17A		
Gallina Gallus gallus	4	
Perdiz Común Alectoris rufa	5	2
TOTAL	9	3
Q-16B		
Perdiz Común Alectoris rufa	26	4
Paloma Columba livia/oenas	3	
Sin identificar		
TOTAL	31	5
Q-17C		
Gallina Gallus gallus	3	
Perdiz Común Alectoris rufa	3	
Paloma Columba livia/oenas		
TOTAL	7	3
TOTAL MUESTRA	47	11

Tabla 2
Piezas esqueléticas de perdiz común

Unidades	Q-17A	Q-16B	Q-17C
Vert. Tro.			1
Sinsacro		3	
Esternón	2	4	
Furcula		4	
Escápula		3	1
Coracoides	2	1	
Húmero	1	2	1
Radio		1	
Carpometacarpo		2	
Tibiotarso		3	
Tarsometatarso		3	
TOTAL	5	26	3

grande acercándose más a los valores romanos citados por THESING (1977) que a los medievales; si comparamos las tallas de este yacimiento con otros yacimientos medievales de la Península Ibérica, las gallinas de Mértola son mayores que las recuperadas

Tabla 3
Piezas esqueléticas de paloma

Unidades	Q-16B	Q-17C
Viscerocráneo		1
Escápula	1	
Coracoides	1	
Húmero	1	
TOTAL	3	1

Tabla 4
Piezas esqueléticas de gallina

Unidades	Q-17A	Q-17C
Viscerocráneo		1
Síncro	1	1
Fémur	1	1
Tibiotarso	2	
TOTAL	4	3

en yacimientos de los siglos XII al XV, teniendo, sin embargo, valores parecidos a las gallinas de la Cartuja de Sevilla (S.XVI, HERNANDEZ, 1990). Estas diferencias de talla pueden tener su origen no sólo en la mejora, con el tiempo, del proceso de domesticación sino también a la posibilidad de que estén involucradas varias razas.

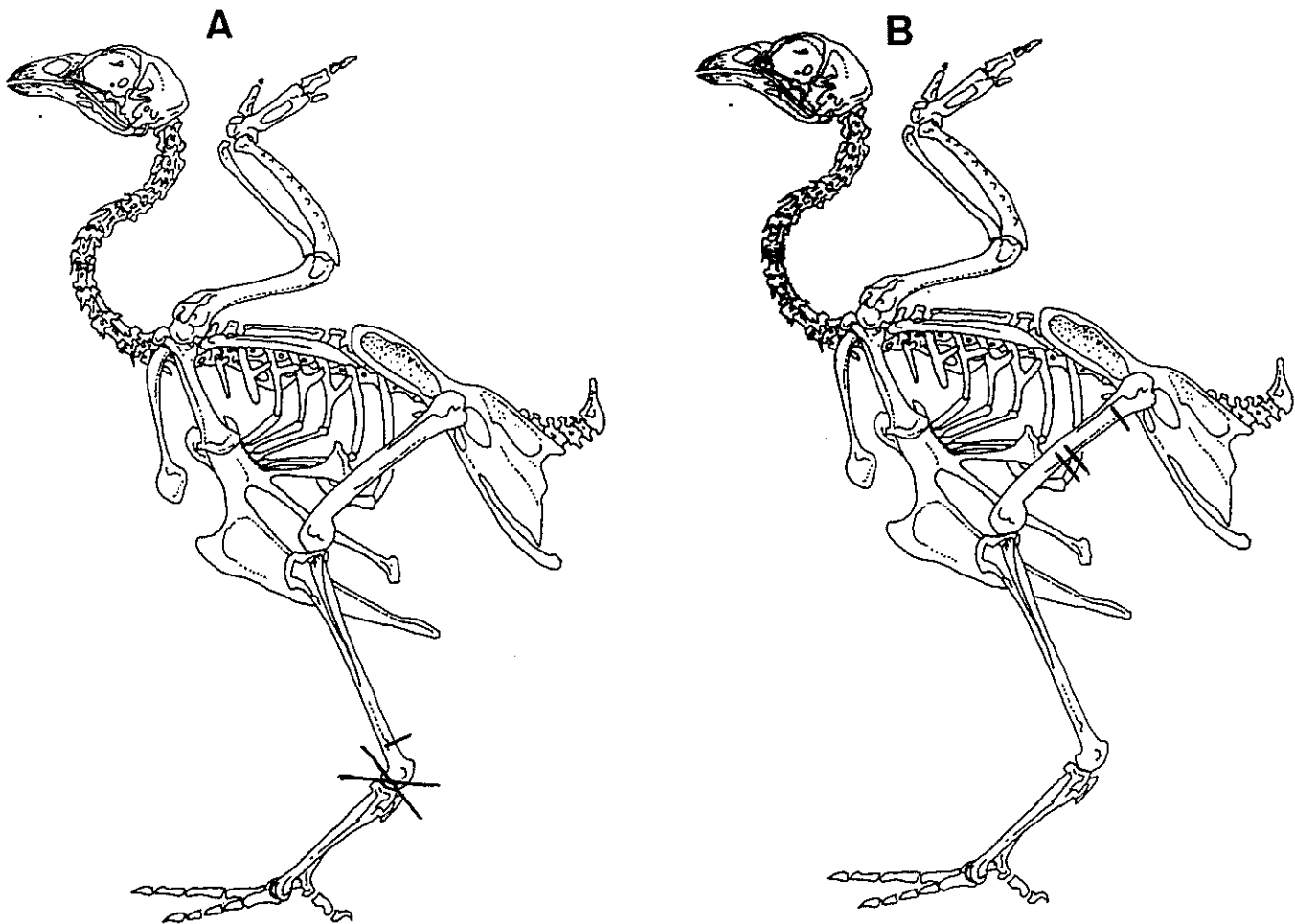


Figura 1. Cortes detectados en las muestras de perdiz (A) y gallina (B).

OSTEOMETRIA

Las siglas utilizadas se encuentran en el apartado de material y métodos.

Gallus gallus

Sinsacro

Dia	6.35	6.5
Unidad	17A	17A

Fémur

Bp:	17.0	16.9
Dp:	11.6	11.9
Gl:	—	80.25
Sc:	—	6.9
Bd:	—	15.75
Dd:	—	12.7
S/D:	S	D
Unidad:	17A	17C

Tibiotarso

Gl:	124.65
Dip:	22.2
Sc:	7.1
Bd:	12.7
Dd:	13.8
S/D:	S
Unidad:	17A

Alectoris rufa

Coracoides

Gl:	39.25
Bf:	7.1
Bb:	10.7
S/D:	D
Unidad:	17A

Radio

Gl:	44.3
Bd:	4.5
Sc:	1.95
S/D:	S
Unidad:	16B

Carpometacarpo

Gl:	30.55	28.6
Dip:	8.0	7.65
S/D:	D	S
Unidad:	16B	16B

Sinsacro

Dia	5.35	5.1	4.9
Unidad	16B	16B	16B

Tibiotarso

Gl	71.4	
Dip	9.8	
Sc	3.6	
Bd	(6.9)	7.35
Dd	7.0	
S/D	D	D
Unidad	16B	16B

Tarsometatarso

Gl:	44.0	47.8	
Bp:	8.5	8.9	9.1
Sc:	3.85	3.7	
Bd:	8.75	9.2	
S/D:	D	D	S
Unidad:	16B	16B	16B

BIBLIOGRAFIA

CLASON, A.T.(1972). Some remarks on the use and preservation of archaeological data. *Helinium*, 12(2): 139-153.

DRIESCH, von den A.(1976). A guide to measurement of animal bones from archaeological sites. Peabody Museum of Archaeology and Ethology. Bull. 2. Harvard.

FICK, O. (1974). Vergleichend morphologische untersuchungen an Einzelkochen Europaischen taubenarten. Tesis doctoral Munich.

HERNANDEZ, F.(1990). Los restos aviares de la Cartuja de Sevilla. I Celda del Prior. tesis de licenciatura. U.A.M.

PAYNE, S.(1972). Partial recovery and sample bias: the results of some sieving experiment. In Higgs,E. (ed) *Papers in economic prehistory*, Univ. Press Cambridge, Cambridge

THESING, R.(1977). Die Grosseentwicklung des Haushuhns in vor-und fruhgeschichtlicher Zeit. tesis doctoral. Munich

ANALISIS DE LOS PECES RECUPE- RADOS EN MÉRTOLA

EUFRASIA ROSELLO IZQUIERDO *

277

I. MATERIAL Y METODOS

Los restos proceden de tres unidades estratigráficas: Q16B NI-C Cont. 1030; Q-17AA NI-C y Q-17C SILO 7 que se han mantenido para la descriptiva aunque la discusión se ha hecho por especies.

Todas las piezas se han identificado con ayuda de las colecciones comparativas del Laboratorio de Arqueozoología de la U.A.M. La nomenclatura empleada en la descriptiva de cada una de las piezas es la de LEPIKSAAR (1981/1983) con ligeras modificaciones proporcionadas por ROSELLO (1990). La osteometría se rige por los criterios de MORALES & ROSEN LUND (1979); las siglas empleadas para las medidas de las piezas son las de ROSEN LUND y MORALES (1984). En aquellos restos algo erosionados las medidas se proporcionan entre paréntesis. En cualquier caso, se han empleado calibres digitales cuyo error estimado es de +/- 0'5 mm. Los dibujos se han realizado con una cámara clara acoplada a una lupa binocular Wild M5A. Para la realización de los gráficos se ha utilizado el programa Harvard Graphics (HG).

* Laboratorio de Arqueozoología, Depto. Biología. Facultad de Ciencias. Universidad Autónoma de Madrid. Cantoblanco. 28049 Madrid

II. RESULTADOS

La Tabla 1 muestra la relación del número de restos (NR) recuperado por taxones y unidades estratigráficas. A continuación se ofrece la descriptiva de las piezas identificadas; dicha descriptiva se ha hecho por unidades estratigráficas para continuar con una discusión por especies.

Unidad Q16B N-1C Cont. 1030

Los 6 restos recuperados en esta unidad e identificados a especie se reparten de la siguiente manera (ver también Tabla 1):

Barbus sp.	4
Sardina pilchardus	1
Liza aurata	1

Además se han recuperado 32 escamas y 2 restos que no han podido identificarse ni anatómica ni específicamente. Todo ello hace un total de 40 restos que supone el 32 25% del total recuperado y el 19'35% si tenemos en cuenta únicamente el total de lo identificado a especie.

La descriptiva de estos 6 restos se ofrece a continuación:

FAMILIA: Cyprinidae

Barbus sp., «barbos».

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 2 costillas, 1 arco branquióstego y 1 vértebra. Las costillas y el arco branquióstego están prácticamente enteros así como la vértebra a la que ha sido posible tomar las siguientes medidas:

LV.....5'13
 AVa.....6'44
 HVa.....4'75
 AVp.....6'24
 HVp.....4'67

FAMILIA: Clupeidae

Sardina pilchardus (Walbaum, 1792), sardina, sardinha.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 opérculo derecho, es un fragmento superior de hueso que conserva la fovea articular y cuyas medidas son:

Ho.....2'13
 AA.....1'41

FAMILIA: Mugilidae

Liza aurata (Risso, 1826), galupe, garnete.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 vértebra caudal con las apófisis hemales y neurales fragmentadas. Sus medidas son:

UNIDAD	Q-16B N-1C	Q-17AA N-1C	Q-17C SILO 7	TOTAL
TAXON				
Acipenser sturio	—	1	—	1
Barbus sp.	4	—	1	5
Alosa alosa	—	1	—	1
Sardina pilchardus	1	—	1	2
Sparidae	—	—	1	1
Diplodus sargus	—	—	1	1
Pagellus acarne	—	—	3	3
Pagellus bellottii	—	—	1	1
Mugilidae	—	3	6	9
Liza aurata	1	—	5	6
Mugil cephalus	—	—	1	1
TOTAL	6	5	20	31
Escamas	32	—	48	80
Vértebras	—	—	2	2
Radios	—	—	3	3
Costillas	—	—	1	1
Sin Identificar	2	—	5	7
TOTAL	40	5	79	124

Tabla 1 – Relación general del número de restos recuperado (NR) distribuido por unidades y por taxones identificados

LV.....6'98
 AVa.....4'23
 AVp.....4'32
 HVa.....4'44
 HVp.....(4'20)

Unidad Q-17AA N-1C Cont. 1031

Los 5 restos de esta unidad (ver Tabla 1), es decir, el 16 12% de lo identificado a especie, se reparten de la siguiente manera:

Acipenser sturio 1
 Alosa alosa 1
 Mugilidae 3

A diferencia de las otras dos, en esta unidad no han aparecido restos sin identificar de manera que con respecto al total recuperado esta unidad supone el 4'05%.

FAMILIA: Acipenseridae

Acipenser sturio Linnaeus, 1758, esturión, esturjão.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 fragmento de placa ósea.

FAMILIA: Clupeidae

Alosa alosa (Linnaeus, 1758), sábado común, sável.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 vértebra caudal (de las últimas) ligeramente erosionada y con las apófisis neurales y hemales fragmentadas. Sus medidas son:

LV	(7'12)
AVa	(8'89)
AVp	(8'58)
HVa	(6'75)
HVp	(6'74)

FAMILIA: Mugilidae

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: El grado de fragmentación que presentan los 3 restos recuperados de esta familia no permite una asignación específica. Estos 3 restos son fragmentos de opérculo a los que no es posible darle asignación parasagital; por otro lado, no podemos asegurar si pertenecen o no a una misma pieza; los 3 son fragmentos de cuerpo aunque uno de ellos conserva el inicio de la fovea articular.

Unidad Q17C Silo 7

Esta unidad supone el 64'51% de lo identificado específicamente (NR = 20) y el 63'70% (NR = 79) del total recuperado. Por tanto, es la unidad más rica del yacimiento tanto en número de restos como en diversidad de especies identificadas. Los 20 restos se reparten por especies de la siguiente manera:

Barbus sp.	1
Sardina pilchardus	1
Sparidae	1
Diplodus sargus	1
Pagellus acarne	3
Pagellus bellottii	1
Mugilidae	6
Liza aurata	5
Mugil cephalus	1

Además se han recuperado 48 escamas, 2 vértebras, 3 radios espinosos y 1 costilla que no han podido determinarse específicamente. Por último, han aparecido 5 restos que no han podido identificarse ni específica ni anatómicamente.

A continuación se ofrece la descriptiva de los 20 restos determinados taxonómicamente:

FAMILIA: cyprinidae

Barbus sp., «barbos».

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 vértebra caudal con las siguientes medidas:

LV	7'03
AVa	8'50
AVp	8'28
HVa	6'69
HVp	6'52

FAMILIA: Clupidae

Sardina pilchardus (Walbaum, 1792), sardina, sardinha.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 preopérculo derecho con los ángulos superior y anterior, así como el margen opercular, erosionados; por esta razón no se ha tomado ninguna medida en él.

FAMILIA: Sparidae

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: De esta familia se ha recuperado 1 basioccipital ligeramente fragmentado que no ha podido identificarse a nivel específico.

Diplodus sargus (Linnaeus, 1758), sargo.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 premaxilar derecho; es un fragmento de cuerpo al que le faltan las apófisis ascendente y anterior, así como la porción caudal. No se ha tomado medidas en él.

Pagellus acarne (Risso, 1826), aligote, garapau.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 subopérculo, 1 urohial y 1 vértebra. Al subopérculo le falta parte de la apófisis uncinada y los márgenes lo presenta ligeramente erosionados. El urohial

tiene el margen posterior fragmentado. La vértebra es caudal; ésta es la única pieza que ha podido medirse:

LV	(5'44)
AVa	3'86
HVa	3'89
AVp	3'87
HVp	3'95

Pagellus bellottii Steindachner, 1882, breca chata.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 fragmento de opérculo derecho que únicamente conserva el fragmento correspondiente a la cresta anterior externa.

FAMILIA: Mugilidae

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 2 fragmentos de opérculo y 4 vértebras no han podido identificarse a nivel de especie. De estas 4 vértebras, 3 son caudales y 1 es troncal; una de las caudales está quemada. Las medidas de las piezas mensurables son las siguientes:

LV	(7'62)	(7'43)
AVa	(4'44)	—
HVa	(4'19)	(4'70)
AVp	—	4'91
HVp	—	4'69
T/c	t	c

Liza aff. aurata (Risso, 1826), galupe, garnete.

MATERIAL: 4 opérculos y 1 vértebra.

DESCRIPTIVA: De los 4 opérculos dos son fragmentos de cuerpo a los que no se les puede dar asignación parasagital, uno es derecho y el cuarto y último es izquierdo; el derecho está prácticamente entero aunque todos sus márgenes

y su fovea articular están algo deteriorados. El izquierdo es un fragmento de fovea articular que conserva parte de cuerpo. No se puede medir ninguna de estas 4 piezas. La vértebra es troncocaudal y tiene fragmentada la apófisis neural; en esta pieza se han tomado las siguientes medidas:

LV	(6'62)
HVa	3'75
AVp	4'11
HVp	3'80

Mugil cephalus Linnaeus, 1758, pardete, mугem.

MATERIAL Y DESCRIPTIVA: 1 vértebra caudal con las siguientes medidas:

LV	7'01
AVa	4'38
HVa	4'41
AVp	4'32
HVp	4'39

III. DISCUSION POR TAXONES

3.1. *Acipenser sturio* Linnaeus, 1758, esturión, esturjão.

A pesar de que sólo se ha recuperado un resto en la unidad Q-17AA, el esturión debió ser muy abundante ya que tanto su carne como sus huevas eran muy apreciadas. Sin embargo, el porcentaje de pérdida unido a las características tafonómicas de esta especie hacen que el esturión represente el 20% de lo recuperado en la unidad Q-17AA y tan solo el 3'22% del total identificado. Por lo mismo, estos porcentajes no difieren demasiado de los observados en otros yacimientos de España y Portugal (LENTACKER, 1990; ROSELLO, 1990).

Especie en clara regresión debido a la existencia de presas y diques en los ríos, gusta de aguas profundas y es propia de fondos arenosos y fangosos en donde se alimenta de pequeños organismos (LOZANO, 1990).

3.2. *Barbus* sp., «barbos»

Un total de 5 restos que suponen el 16'12% del total recuperado y el 66'66% y 5% para las unidades Q-16B y Q-17c respectivamente, es el balance global que este género de ciprínidos representa en el total de la muestra.

Las piezas recuperadas sólo nos han permitido descender a la categoría de género ya que tanto radios como arcos branquiostegos o vértebras no presentan diferencias

en las tres especies de barbos que potencialmente podrían aparecer en el yacimiento y en cuya área de distribución se encuentra la zona ocupada por Mértola. Estas especies son *Barbus comiza*, *Barbus microcephalus* y *Barbus bocagei sclateri* (DOADRIO, 1984).

Sin entrar en detalles relativos a la validez taxonómica de algunas de las especies como es el caso por ejemplo de *Barbus microcephalus*, tema ya tratado por nosotros en un trabajo previo (ROSELLO y MORALES, en prensa, b), diremos que las tres especies frecuentan aguas relativamente profundas y bien oxigenadas con fondos pedregosos. *B. comiza* y *B. bocagei sclateri* son formas más omnívoras mientras que *B. microcephalus* es más fitófaga.

En general, la carne de los barbos es bastante apreciada; en algunos asentamientos del interior peninsular, como es el caso de la ciudad medieval de Calatrava La Vieja (ROSELLO y MORALES, Op. cit.), representan parte importante de la dieta. En la actualidad se pueden consumir fritos, asados o en conserva.

3.3. *Alosa alosa* (Linnaeus, 1758), sábalo común, sável.

Especie anfídroma que, al igual que el esturión y los mugilidos, vive tanto en el mar como en el agua dulce. Es de aspecto parecido a la sardina aunque su carne es de peor calidad. La especie ha sido citada también en La Cartuja de Sevilla (ROSELLO, en prensa; ROSELLO, MORALES & MORALES, en prensa).

3.4. *Sardina pilchardus* (Walbaum, 1792), sardina, sardinha.

Especie de carne muy apreciada, su presencia en yacimientos arqueológicos ha sido constatada en numerosas ocasiones. Estrictamente marina, su recuperación en

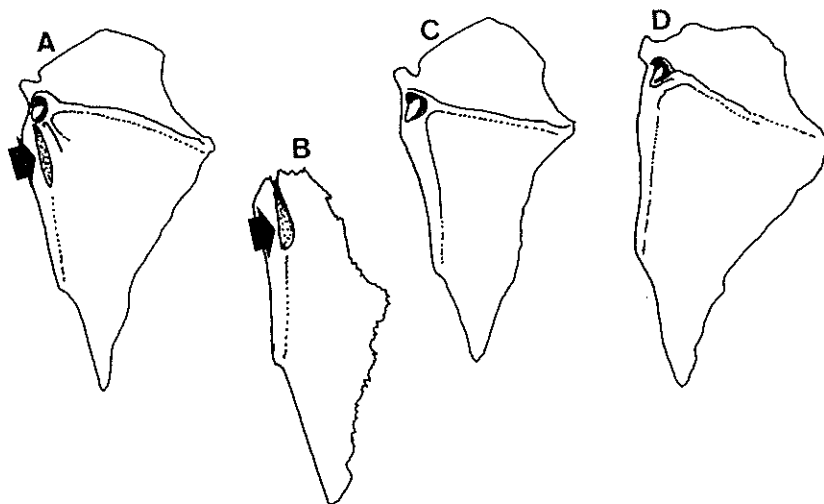


Fig. 1 - Norma medial de opérculo derecho de: A. = *Pagellus bellottii*; B. = fragmento recuperado en Mértola; C. = *Pagellus acarne*; D. = *Pagellus erythrinus*. La flecha indica la posición del surco subarticular al que se alude en el texto

Mértola nos hace pensar en la existencia de un comercio con la costa, hecho ya documentado entre otros por MALPICA (1984).

3.5. *Diplodus sargus* (Linnaeus, 1758), sargo.

De las tres especies de espáridos presentes en Mértola el sargo es la más costera, pudiendo incluso penetrar, durante la primavera, en aguas salobres y lagunas (FISCHER et alii, 1987). Aunque, en general, no es una especie muy abundante en cuanto al número de restos recuperado, sí suele ser bastante frecuente en yacimientos costeros peninsulares (ROSELLO, 1990).

3.6. *Pagellus acarne* (Risso, 1826), aligote, garapau.

Algo más abundante que el sargo, el aligote es una especie demersal que vive sobre diferentes tipos de fondos. En Mértola parece ser el espárido más frecuente aunque ante una muestra tan paupérrima como la nuestra el hacer algún tipo de consideración sobre este tema podría ser muy arriesgado.

3.7. *Pagellus bellottii* Steindachner, 1882, breca chata.

Aunque en la bibliografía *Pagellus bellottii* no aparece citada en las costas de la Península Ibérica, el resto de opérculo recuperado asignado a esta especie presenta una característica que ha sido constatada en la breca chata pero no en otras especies del género. Tal carácter es la presencia en el arranque de la cresta anterior interna del opérculo de un surco bien patente (Figura 1). Por otra parte, esta especie ha sido ya citada en el Monasterio medieval de La Cartuja de Sevilla (ROSELLO y MORALES, en prensa, a), lo que nos hace pensar que o bien tenía en tiempos históricos una distribución más am-

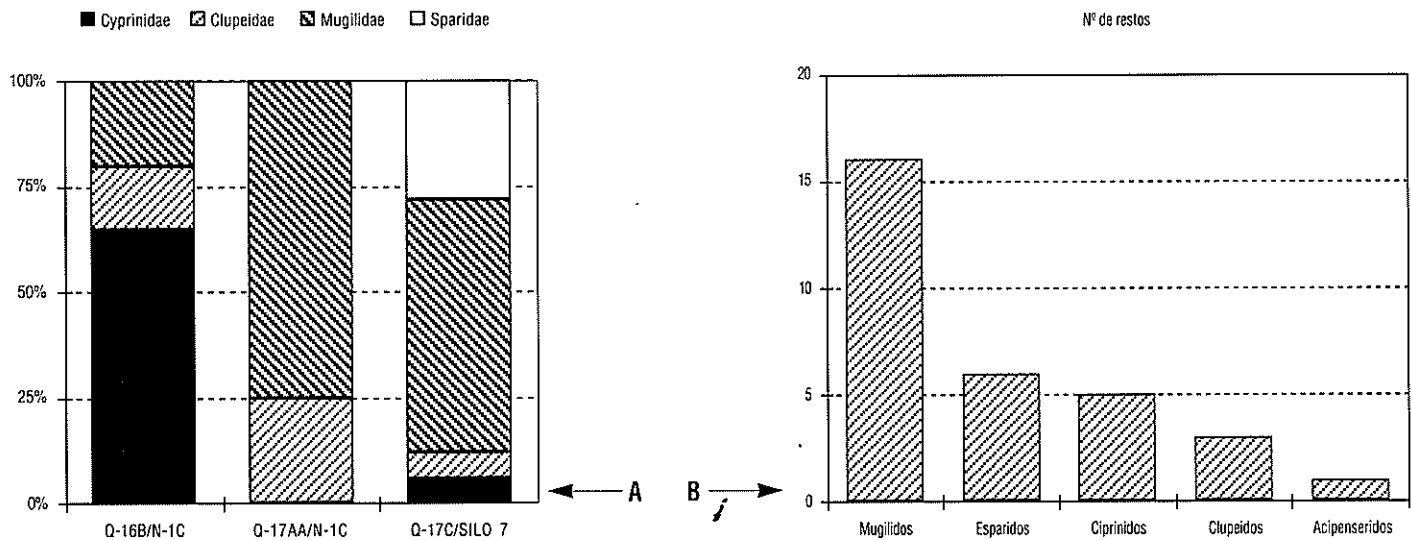


Fig. 2 - A. = Porcentajes del número de restos de las 4 principales familias identificadas en las 3 unidades estratigráficas. B. = Número de restos de cada una de las familias identificadas considerando la totalidad de la muestra identificada taxonómicamente.

plia que la actual o bien que puede ser confundida con otras especies del género como sabemos que ocurre con la breca, *Pagellus erythrinus*.

Especie demersal, vive sobre fondos duros y arenosos y se acerca bastante a la costa durante la época de freza.

3.8. Mugilidae

Los mugílidos o mujoles, incluyendo los restos de *Liza aurata* y *Mugil cephalus*, constituyen el conjunto más abundante, el 51'61%, del total de la muestra recuperada.

Los mujoles son peces que soportan grandes cambios en la temperatura y la salinidad del agua, razón por la que pueden aparecer tanto en el mar como en el agua dulce. Suelen encontrarse en desembocaduras de ríos en donde se alimentan de residuos orgánicos lo que hace que en ciertos lugares su carne no sea muy apreciada. Sin embargo, en otras zonas son consumidos regularmente; éste parece ser el caso de Mértola pues la única pieza claramente quemada, procedente al parecer de un consumo directo, es una vértebra.

3.9 *Liza aurata* (Risso, 1826), galupe, garnete.

Es la especie más abundante si es que en una muestra como la nuestra se puede hablar de abundancia. De todas las especies de mugílidos es la que menos querencia tiene por las aguas dulces aunque entra regularmente en estuarios.

3.10. *Mugil cephalus* Linnaeus, 1758, pardete, mugem.

Especie que en ciertas zonas de la Península Ibérica alcanza gran importancia no ya sólo por su carne que es bastante apreciada sino también por sus huevas que son comercializadas como sucedáneo de caviar.

Tiene una amplia distribución geográfica en la Península y suele remontar ríos hasta alcanzar grandes alturas (LOZANO, 1990).

IV. DISCUSION GENERAL

A continuación pasaremos a hacer unos breves comentarios a modo de discusión general en donde intentaremos poner de manifiesto ciertas tendencias intuidas al analizar la fauna de Mértola. Tendencias que, por supuesto, habrá que tomar con ciertas reservas debido a lo reducido de la muestra y, sobre todo, de la identificada a especie.

En primer lugar, y relacionado con lo que acabamos de decir, llama la atención que ante una muestra tan paupérrima como la nuestra se hallan recuperado ciertas estructuras. Si con una muestra de 31 restos se han llegado a identificar hasta 11 taxones distintos, quiere esto decir que el porcentaje de pérdida es muy elevado, práctica-

mente del 90%. Si esto es así, lo lógico sería pensar que, si el pez llegó completo al sedimento, dentro de cada grupo se conservarían aquellas piezas más duras, aquellas cuya tasa de resistencia potencial fuese más elevada (ROSELLO & MORALES, 1990; MORALES & ROSELLO, en prensa) como efectivamente así ha sido. Sin embargo, el que en dos de las unidades se halla recuperado un número elevado de escamas, al parecer todas de ciprínidos, puede resultar chocante ya que muy raramente tales piezas son recuperadas en yacimientos a no ser que características peculiares del sedimento aumenten su probabilidad de pervivencia como es posible que haya ocurrido.

Comoquiera que las unidades estratigráficas definidas no parecen ser muy distintas en cuanto a momento de la ocupación o situación espacial, creemos conveniente hacer una valoración global de toda la ictiofauna recuperada. En primer lugar, los mugílidos parecen ser el grupo más abundante (más del 50%) (Figura 2B), estando el otro 50% formado por el resto de la fauna cuyos porcentajes no difieren mucho entre sí.

En general, la asociación ictiofaunística es bastante homogénea en el sentido de que la mayoría de las especies comparten los mismos hábitats y tienen un comportamiento parecido. Aunque algunas son estrictamente marinas (sardina, espáridos) y otras estrictamente de agua dulce (barbos) los márgenes de tolerancia de la mayoría de ellas, en cuanto a temperatura y salinidad del agua, son bastante amplios.

A pesar de que sólo se ha detectado un resto claramente quemado, no es extraño pensar que los peces fuesen consumidos y que formasen parte importante de la dieta; la presencia de las especies marinas, además de poner de manifiesto la existencia de un comercio con la costa, no hace sino corroborar este hecho.

V. BIBLIOGRAFIA

- DOADRIO, I. (1984) – Relaciones filogenéticas y biogeográficas de los barbos (*Barbus*, Cyprinidae) de la Península Ibérica y aportes corológicos y biogeográficos a su ictiofauna continental. Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid. 3 vols. 1140 pp.
- FISCHER, W.; M.L. BAUCHOT et M. SCHNEIDER (eds.) (1987) – Fiches FAO d'identification des especes pour les besoins de la pêche. Méditerranée et mer Noire. Vol. II: 761-1530.
- LENTACKER, A. (1990) – Archeozoologisch Onderzoek van LaatPrehistorische Vindplaatsen uit Portugal. Tesis Doctoral (sin publicar). Universiteit Gent. 306 pp.
- LEPIKSAAR, J. (1981/1983) – Osteología. Peces. Sin publicar.
- LOZANO, L. (1990) – Los peces fluviales de España. Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales. Tomo V. Reimpresión de 1935.
- MALPICA, A. (1984) – El pescado en el reino de Granada a fines de la Edad Media: especies y

nivel de consumo. En: Manger et boire au moyen age. Publ. Fac. L. et Sci. Hum. de Nice nº 27, 1 Serie: 103-117.

MORALES, A. & E. ROSELLO (en prensa) – Casual or intentional?. Comments on fish skeletal representation from Iberian Archaeological Settlements. In: Jones, A.K.G. (ed.): Fishes and Mankind.

MORALES, A. & K. ROSEN LUND (1979) – Fish bone measurements. An attempt to standardize the measuring of fish bones from archaeological sites. Steenstrupia, Copenhagen.

ROSELLO, E. (1990) – Arqueoictiofaunas ibéricas. Aproximación metodológica y bio-cultural. Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid.

ROSELLO, E. (en prensa) – Preliminary comments on a late medieval fish assemblage from a spanish monastery. Journal of Human Ecology, nº 3.

ROSELLO, E. & A. MORALES (1990) – Global patterns of skeletal abundance in spanish archaeoichthidic assemblages. Com. Reunión de Tafonomía y Fosilización: 319-325.

ROSELLO, E. y A. MORALES (en prensa, a) – Análisis de la ictiofauna recuperada en La Cartuja de Sevilla. I. Celda del Prior. Monografías de La Cartuja.

ROSELLO, E. y A. MORALES (en prensa, b) – Calatrava La Vieja: Primer informe sobre la fauna de vertebrados recuperados en el yacimiento almohade. Tercera Parte: Peces. Bol Arqueología Medieval.

ROSELLO, E.; A. MORALES & D.C. MORALES (en prensa) – Cartuja: Anthropic ichthyocenosis of culinary nature in a paleocultural context. OFFA.

ROSEN LUND, K. y A. MORALES (1984) - Osteometría de osteictios: algunas consideraciones metodológicas. 2ª Reunión Iberoamericana de Conservación y Zoología de Vertebrados: 6-13.

VI. AGRADECIMIENTOS

Agradecemos a D. Santiago Macías el habernos proporcionado el material para su estudio. El trabajo se ha beneficiado de una subvención de la DGICYT (PB87-079B-C02-01) y otra del Ministerio de Cultura (0-424BOI 1990 OT/90).

EL CONJUNTO MALACOLOGICO DEL YACIMIENTO PORTUGUES DE MERTOLA (Campañas 1990/1991)

RUTH MORENO NUÑO *

I. MATERIAL Y METODO

El material estudiado corresponde a las unidades estratigráficas Q16B, Q17A y Q17C de las campañas de excavación de 1990 y 1991.

La identificación de los restos se ha realizado con material bibliográfico clásico y, sobre todo, con la ayuda de la colección comparativa del Laboratorio de Arqueozoología de la Universidad Autónoma de Madrid. Se han determinado los restos a nivel específico, siempre que el estado de conservación de los mismos lo ha permitido. La nomenclatura seguida es la de Sabelli, Giannuzzi-Savelli & Bedulli (1990) para moluscos marinos, y la de Bech (1990) y Castillejo & Rodríguez (1991) para pulmonados.

El material fué contabilizado y, posteriormente, se estimó el número mínimo de individuos (NMI), por unidades estratigráficas. Este parámetro fué estimado sobre diferentes partes de la concha, dependiendo tanto del tipo de molusco como de su forma de fragmentación.

En el caso de bivalvos, se contabilizaron los fragmentos charnelares derechos e izquierdos de cada especie, tomando como NMI el mayor número de ambos, para cada unidad estratigráfica por separado. En el caso de gasterópodos, la estimación del

NMI se realizó sobre una sola porción de la concha: el ápice. No se tuvieron en cuenta criterios adicionales de tamaño.

II. RESULTADOS Y DISCUSION

El conjunto malacológico representado en este yacimiento está constituido por 9 taxones: 3 especies de gasterópodos terrestres, 1 especie de gasterópodo marino y 5 taxones de bivalvos marinos (Tabla nº 1). El estado de conservación de los restos era bastante bueno, algunos incluso conservaban la coloración, y solo la almeja fina (*Tapes decussata*) se encontraba bastante fragmentada.

Se han recuperado un total de 93 restos de moluscos, que corresponden a un número mínimo de individuos de 35 (Tabla nº 2). La baja representatividad numérica de las especies no nos permite una clara valoración cuantitativa de su posible utilidad para los pobladores de este con-

* Laboratorio de Arqueozoología. Depto Biología. Universidad Autónoma de Madrid. 28049 Madrid. España.

junto arqueológico, pero si nos permite esbozar una serie de cuestiones generales.

Todos los moluscos marinos recuperados se pueden encontrar sobre sustratos blandos arenosos o arenosos más o menos fangosos. Aunque, el berberecho verrugoso también se encuentra en fondos pedregosos y la ostra en costas rocosas. El rango batimétrico de este conjunto de especies marinas es amplio, pudiéndose encontrar desde la zona intermareal hasta varias decenas de metros de profundidad. Pero, en cualquier caso son especies que podemos encontrar, fácilmente accesibles, a poca profundidad. Tanto la margarita reticulada como la ostra plana o el berberecho son especies que soportan bajas salinidades, *Nassarius reticulatus* hasta menos de 10‰, y nos podrían estar indicando que la recolección se llevaba a cabo en zona de ría o estuario.

Los moluscos marinos representados pudieron ser utilizados como alimento, pues todos son potencialmente consumibles. En la actualidad la única especie marina de este conjunto que no se comercializa para su consumo es la margarita reticulada. Diferente es el caso de los moluscos terrestres recuperados, donde solo el caracol (*Theba pisana*) es comestible, y muy apreciado actualmente en el sur de la Península Ibérica. El aporte relativo de cada una de estas especies comestibles a la posible dieta de los habitantes de Mértola, no se puede establecer con los restos de que disponemos, aunque parece que existió una ligera tendencia a una mayor utilización de la almeja fina (Gráfico nº 1), punto que queda a confirmar con los resultados de excavaciones posteriores.

En cuanto a los otros dos taxones recuperados, *Rumina decollata* y *Parmacella valencienni*, parecen constituir elementos intrusivos de este conjunto malacológico. Consideramos como elementos intrusivos aquellos restos malacológicos que no han sido acumulados intencionalmente por el hombre en un yacimiento dado

CLASE	SUBCLASE	FAMILIA	
GASTROPODA	Prosobranchia	Nassaridae	<i>Nassarius reticulatus</i> (Linné, 1758). Margarita reticulada
	Pulmonata	Subulinidae	<i>Rumina decollata</i> (Linné, 1758)
		Helicidae	<i>Theba pisana</i> (Müller, 1774). Caracol
		Parmacellidae	<i>Parmacella (Parmacella) valencienni Webb y Van Beneden, 1836.</i> Babosa
BIVALVIA	Pteriomorpha	Pectinidae	<i>Pecten sp.</i> Vieira, romeira
		Ostreidae	<i>Ostrea edulis</i> Linné, 1758. Ostra plana, ostra fêmea
	Heterodonta	Cardiidae	<i>Acanthocardia (Rudicardium) tuberculata</i> (Linné, 1758) verberecho verrugoso <i>Cerastoderma edule</i> (Linné, 1758). Verdigón, verdiagao
		Veneridae	<i>Tapes (Ruditapes) decussatus</i> (Linné, 1758). Almeja fina, ameij-boa

Tabla 1 – Relación taxonómica y nombres vulgares de las especies de moluscos representadas en Mértola

ESTRATIGRAFIA	Q16B		Q17A		Q17C	
	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI
MARINAS						
<i>Nassarius reticulatus</i>	1	1				
<i>Pecten sp.</i>	1	1			8	2
<i>Ostrea edulis</i>	1	1			5	1
<i>Acanthocardia tuberculata</i>	1	1			1	1
<i>Cerastoderma edule</i>	1	1	6	5	2	1
<i>Tapes decussatus</i>	14	8	4	3	42	3
TERRESTRES						
<i>Theba pisana</i>					1	1
<i>Rumina decollata</i>					3	3
<i>Parmacella valencienni</i>					2	2
TOTAL	19	13	10	8	64	14

Tabla 2 – Abundancia absoluta del conjunto malacológico de Mértola

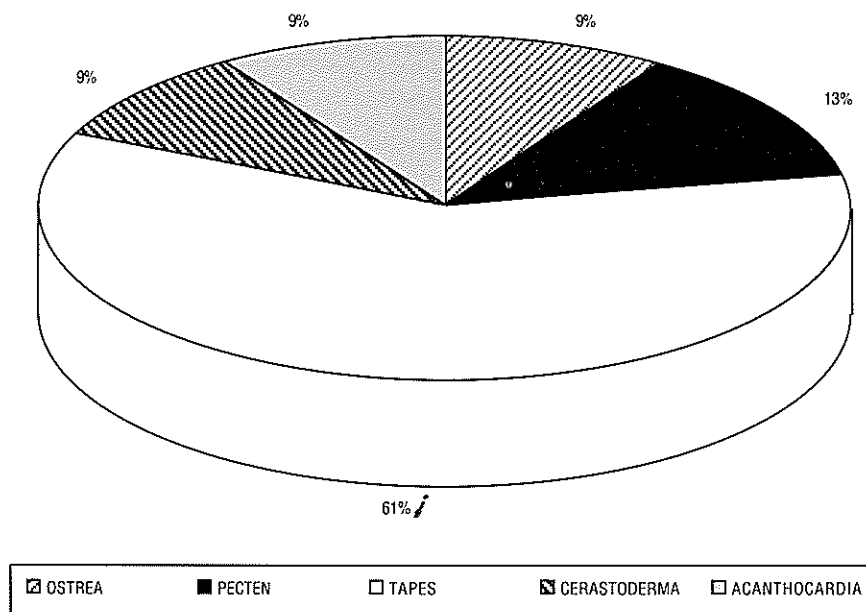


Gráfico 1 - Abundancia relativa (NMI) de las especies comestibles

(Moreno Nuno 1992). La especie *Rumina decollata* es un caracol terrestre que se encuentra en lugares abiertos o entre la maleza, generalmente en suelos calcáreos. Y *Parmacella valencienni* es una babosa bastante común en el cuadrante sur occidental de la Península Ibérica (Castillejo & Rodríguez, 1991). Esta especie puede vivir en una gran diversidad de hábitats, pero a diferencia de otras babosas, en general en hábitats poco ligados a ocupaciones humanas, lo cual, además de apoyar su carácter intrusivo, indica que la intrusión posiblemente sea posterior a la ocupación del yacimiento.

III. CONCLUSIONES

El conjunto de moluscos recuperados en el yacimiento de Mertola está constituido por seis taxones marinos y tres terrestres. El bajo número mínimo de individuos recuperados, un total de 35, no ha permitido una valoración cuantitativa fiable de la utilización de estos restos malacológicos.

De acuerdo a su utilidad podemos diferenciar dos grupos de especies las potencialmente consumidas y los elementos intrusivos. Dentro del primer grupo se encuentran las especies marinas y el caracol *Theba pisana*. La almeja fina (*Tapes decussatus*) parece ser el molusco más explotado, aunque necesita ser corroborado con muestras mayores. Una babosa (*Parmacella valencienni*) y el pulmonado *Rumina decollata*, constituyen los elementos del segundo grupo, por tanto, sin ninguna relación con la actividad antrópica desarrollada en este yacimiento.

IV. AGRADECIMIENTOS

Quisieramos agradecer al Dr. Juan Lucas Cervera la identificación de los restos de babosa.

V. BIBLIOGRAFIA

BECH, M. (1990) - Fauna Malacológica de Catalunya. Molluscs terrestres i d'aigua dolça, Treballs de la Insitució Catalana d'Història Natural 12.

CASTILLEJO, J. & RODRIGUEZ, T. (1991) - Babisas de la Península Ibérica y Baleares. Monografias da Universidade de Santiago de Compostela nº 162.

MORENO NUÑO, R. (1992) - La explotación de moluscos en la transición neolítico-calcolítico del yacimiento de Papa Uvas (Aljaraque, Huelva). *Archaeofauna*, 1: 33-44.

SABELLI, B., GIANNUZZI-SAVELLI, R. & BEDULLI, D. (1990) - Catalogo annotato dei Molluschi marini del Mediterraneo. 3 vol. Edizione Libreria Naturalistica Bolognese. Bologna.